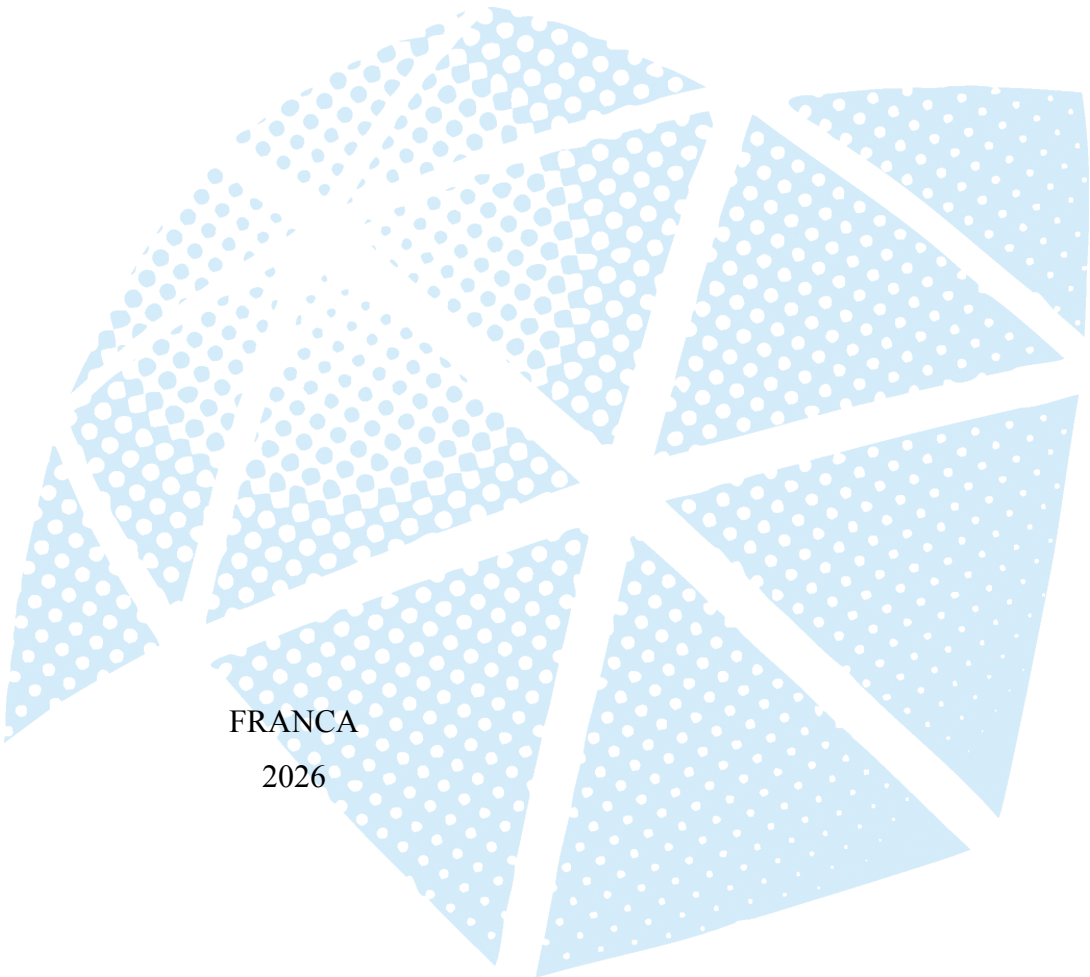


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca

Meg Monique Maria Dias Bogo

***O BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO
PARANAENSE EM PERSPECTIVA:
sociabilidades, produção e disseminação de saber histórico entre 1950 e 1995***

FRANCA
2026



MEG MONIQUE MARIA DIAS BOGO

***O BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO
PARANAENSE EM PERSPECTIVA:
sociabilidades, produção e disseminação de saber histórico entre 1950 e 1995***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, como pré-requisito para obtenção do título de Doutora em História.

Área de Concentração: História e Cultura.
Orientadora: Profa. Dra. Karina Anhezini de Araújo.

FRANCA

2026

D541b Dias Bogo, Meg Monique Maria.
O BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E
ETNOGRÁFICO PARANAENSE EM PERSPECTIVA: :
sociabilidades, produção e disseminação de saber histórico entre 1950
e 1995 / Meg Monique Maria. Dias Bogo. -- Franca, 2026
453 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Karina Anhezini de Araújo

1. Campo disciplinar. 2. Historicidade. 3. Historiografia. 4. Instituto
Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. 5. Universidade
Federal do Paraná. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

ATESTADO DE APROVAÇÃO - DEFESA

Atestamos que MEG MONIQUE MARIA DIAS BOGO, RA nº: RCI210064F, RG nº 8.352.666-1, expedido pela SESP/PR, defendeu, no dia 04/03/2026, a tese intitulada "O BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE EM PERSPECTIVA: sociabilidades, produção e disseminação de saber histórico entre 1950 e 1995", junto ao Programa de Pós Graduação em História, Curso de Doutorado, tendo sido Aprovada..... Atestamos ainda que a obtenção do título dependerá de homologação pelo Órgão Colegiado competente.

Franca, 04 de março de 2026



MEG MONIQUE MARIA DIAS BOGO

**O BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO
PARANAENSE EM PERSPECTIVA:
sociabilidades, produção e disseminação de saber histórico entre 1950 e 1995**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, como pré-requisito para obtenção do título de Doutora em História.

Área de Concentração: História e Cultura

Data da defesa: 04/03/2026

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Karina Anhezini de Araújo (Orientadora) / Presidente da Banca
UNESP - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Campus de Franca

Profª. Dra. Daiane Vaiz Machado / Membro da Banca 1
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Profª. Dra. Aryana Lima Costa / Membro da Banca 2
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

Prof. Dr. Rafael Faraco Benthien / Membro da Banca 3
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Prof. Dr. Fábio Franzini / Membro da Banca 4
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Para Rosângela, minha amada mãe [*in memoriam*].

AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho contei com o apoio e a presença de muitas pessoas e amigos, cuja colaboração foi fundamental para o caráter coletivo desta trajetória. Embora não seja possível mencionar todos os nomes, registro aqui alguns agradecimentos especiais.

Agradeço à Professora Karina Anhezini, orientadora deste estudo, pela confiança e pela paciência ao longo da condução da pesquisa. Sua atuação como historiadora constituiu uma inspiração constante e contribuiu de modo decisivo para minha formação acadêmica, bem como para meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido por meio do Programa Demanda Social (DS), Código de Financiamento 88887.699257/2022-00, com vigência entre 01/07/2022 e 31/03/2025, e do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), Código de Financiamento 88881.982594/2024-01, com vigência de 01/09/2024 a 28/02/2025. Esse suporte institucional foi fundamental para o desenvolvimento e amadurecimento desta pesquisa, tornando possível a realização do estudo. Igualmente aproveito para agradecer a Coordenação de Permanência Estudantil (COPE) pela atribuição do Auxílio Permanência para Estudantes de Pós-Graduação stricto sensu da UNESP, fundamental na reta final de elaboração deste trabalho.

Agradeço aos Professores que gentilmente aceitaram compor as bancas de qualificação e de defesa, participando de maneira decisiva desta etapa de minha formação acadêmica: Aryana Costa, Daiane Machado, Rafael Benthien, Fábio Franzini, Virgínia Camilotti, Hélvio Mariano e Antônio Paulo Benatte. Também registro meu agradecimento ao Professor Fábio Ruela, pelo constante incentivo. Aproveito para registrar meus agradecimentos aos demais docentes do Programa de Pós-Graduação em História, assim como aos funcionários da Seção Técnica de Pós-Graduação, pelo apoio institucional e pela colaboração constante ao longo de todo o percurso acadêmico.

Agradeço, ainda, as reflexões advindas das discussões promovidas pelos colegas e integrantes do grupo de estudos em História da Historiografia, coordenado pela professora Karina Anhezini, no âmbito do Memento – Espaço Biográfico e História da Historiografia, Daiane Machado, Aline Menoncello, Thiago Rudi, Laura Ozelin, Luís Manhani, Gabriel Amorim, Leandro Antônio da Silva, Natan Falcucci e Alicia Panicacci.

No que se refere ao material de trabalho, agradeço aos funcionários e estagiários do Arquivo Público do Paraná; aos atendentes da Biblioteca de Ciências Humanas da

Universidade Federal do Paraná e da Biblioteca Pública do Estado do Paraná; aos funcionários do Departamento de História da UFPR; do Centro de Estudos Bandeirantes; e à Bibliotecária do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Lívia Dimbarre. Em Portugal, nos arquivos da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, na Biblioteca Nacional e na Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, encontrei funcionários solidários à minha condição de pesquisadora estrangeira, com tempo de estadia reduzido. Também registro meu agradecimento ao Professor Sérgio Campos Matos, pelas orientações recebidas durante meus estudos no Centro de História da Universidade de Lisboa.

Yadira Fernández, amiga que ganhei no ambiente da pós-graduação da Unesp, campus de Franca (SP), agradeço pela escuta atenta, pelo acolhimento e pelas ricas discussões e reflexões compartilhadas. Registro, igualmente, meu agradecimento aos amigos, Cristiano Carvalho e ao amigo Eduardo Gondin, sempre presentes, companheiros de constantes bate-papos e diálogos acadêmicos.

Agradeço aos amigos guarapuavanos que estiveram presentes ao longo desse trânsito acadêmico: Gilberto Wouk, secretário do Departamento de História da Unicentro, amigo de todas as horas; Márcio Ramos, por sempre me lembrar, com alegria, de que somos performances do cotidiano; e Dayane Santos, Lucas Macedo e Luan Sales, pelas comidinhas, pelos momentos de descontração coletiva e pela construção reflexiva compartilhada. Registro, ainda, meu agradecimento ao amigo Dárcio Rundvalt, pelas recorrentes discussões sobre a historiografia paranaense, bem como a Felipe Maia e Renata Zucheli, amigos que me acolheram no meu retorno à Guarapuava.

Agradeço, também, aos amigos que fiz durante minha estadia em Portugal, que foram imprescindíveis e constituíram uma rede de apoio fundamental para que eu pudesse superar momentos de adversidades e concluir minhas atividades durante o intercâmbio em Lisboa. À Sabrina Abreu Alves, que me recebeu com tanto carinho; aos amigos do “grupo do dendê” — Chacauana Araújo, André Luís Santana, Roquinaldo Ferreira, Paulo de Jesus e sua esposa, Marta Brito de Jesus, e João José Reis. Não posso deixar de mencionar os amigos Victor Amaral e Pedro Peres, cuja companhia foi tão importante nesse período.

Aproveito para registrar meu reconhecimento aos amigos e as amigas, que se aproximaram ao longo dessa trajetória, e também aqueles e aquelas que, mesmo seguindo outros caminhos, fizeram parte deste percurso. As pesquisas acadêmicas são igualmente atravessadas por encontros, distanciamentos e afetos que, de diferentes maneiras, sustentam e dão sentido ao trabalho intelectual.

Agradeço, por fim, à minha mãe, Rosângela de Abreu Dias, que pôde, em vida, acompanhar parte dessa trajetória, oferecendo-me o apoio e o amor imprescindíveis, e à minha irmã, Jéssica Caroline, por toda a força e o carinho. Agradeço também às minhas avós Maria Margarida Nunes Siqueira e Gedalva Falco Bogo. Espero que compreendam minhas ausências e o período de recolhimento necessário para que este estudo fosse realizado com o cuidado e a concentração que ele exigiu.

“Minha vida me ultrapassa em qualquer rota que eu faça.”

(Tom Zé e Rita Lee / Dois Mil e Um)

DIAS BOGO, Meg M. M. **O Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense em perspectiva: sociabilidades, produção e disseminação de saber histórico entre 1950 e 1995**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2026.

RESUMO

A pesquisa intitulada “**O Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense em perspectiva: sociabilidades, produção e disseminação de saber histórico entre 1950 e 1995**” problematiza a escrita da história disciplinar na segunda metade do século XX no Brasil, com especial atenção às transformações institucionais e historiográficas ocorridas no contexto paranaense. O recorte temporal adotado considera, de um lado, o ano de 1950, momento em que o Instituto passa por alteração em sua nomenclatura e redefine parcialmente seu lugar no campo intelectual local, e, de outro, o ano de 1995, quando uma nova mudança nominal marca o encerramento do IHGEP. De maneira mais específica, a pesquisa analisa o redimensionamento do Instituto Paranaense ao longo do período, e, conseqüentemente, da escrita da história produzida em seu interior, especialmente após a criação do curso de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná (FFCL/PR) e, posteriormente, com a consolidação da Universidade Federal do Paraná. Sob a perspectiva interpretativa, o estudo investiga as relações entre a prática historiográfica e o processo de institucionalização da História como campo disciplinar no âmbito universitário, destacando a importância das redes de sociabilidade constituídas em torno da redação do Boletim e das demais atividades promovidas pelo Instituto. A presença e a atuação de historiadores profissionais vinculados à universidade, simultaneamente integrados ao quadro de sócios e às iniciativas do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, permitem identificar intercâmbios teórico-metodológicos, temáticos, políticos e culturais, bem como interpretar os principais traços da escrita da História ali divulgada. A análise privilegia, sobretudo, as produções de docentes universitários que transitaram entre esses dois espaços institucionais, compreendidos como lugares sociais de produção, circulação e legitimação do saber histórico. Busca-se, assim, identificar continuidades e rupturas entre os modelos de escrita da história praticados no Instituto e no curso de História da Universidade Federal do Paraná entre as décadas de 1950 e 1990. O estudo parte da hipótese de que, apesar do avanço da historiografia universitária e da consolidação da pós-graduação, o Instituto, mesmo atravessado por mudanças institucionais e na nomenclatura, manteve um papel relevante na autorização e na legitimação do campo historiográfico paranaense até um período avançado do século XX.

Palavras-chave: Campo disciplinar; Historicidade; Historiografia; Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense; Universidade Federal do Paraná.

DIAS BOGO, Meg M. M. **The Bulletin of the Parana's Historic, Geographic and Ethnographic Institute (IHGP) in perspective: sociabilities, production and dissemination of historical knowledge between 1950 and 1995**. Doctoral Thesis (PhD in History) - Faculty of Human and Social Sciences, Paulista State University "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2026.

ABSTRACT

The research entitled "**The Bulletin of the Parana's Historic, Geographic and Ethnographic Institute (IHGP) in perspective: sociabilities, production and dissemination of historical knowledge between 1950 and 1995**" problematizes the writing of disciplinary history in the second half of the 20th century in Brazil, with special attention to the institutional and historiographical transformations that occurred in the context of Paraná. The temporal cut adopted considers, on the one hand, the year 1950, when the Institute undergoes a change in its nomenclature and partially redefines its place in the local intellectual field, and, on the other hand, the year 1995, when a new nominal change marks the closing of the IHGEP. More specifically, the research analyzes the redimensioning of the Paraná Institute throughout the period, and, consequently, of the writing of history produced within it, especially after the creation of the History course at the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of the University of Paraná (FFCL/PR) and, later, with the consolidation of the Federal University of Paraná. From an interpretative perspective, the study investigates the relationships between historiographical practice and the process of institutionalization of History as a disciplinary field within the university, highlighting the importance of the networks of sociability constituted around the writing of the Bulletin and other activities promoted by the Institute. The presence and performance of professional historians linked to the university, simultaneously integrated into the membership and initiatives of the Parana's Historic, Geographic and Ethnographic Institute, allow us to identify theoretical-methodological, thematic, political and cultural exchanges, as well as to interpret the main features of the writing of History disseminated there. The analysis privileges, above all, the productions of university professors who moved between these two institutional spaces, understood as social places of production, circulation and legitimation of historical knowledge. The aim is, therefore, to identify continuities and ruptures between the models of writing history practiced at the Institute and in the History course at the Federal University of Paraná between the 1950s and 1990s. The study starts from the hypothesis that, despite the advance of university historiography and the consolidation of postgraduate studies, the Institute, even though it was crossed by institutional changes and in nomenclature, maintained a relevant role in the authorization and legitimation of the Paraná historiographical field until an advanced period of the 20th century.

Key-words: Disciplinary field; Historicity; Historiography; Historical, Geographical, and Ethnographic Institute of Paraná; Federal University of Paraná.

DIAS BOGO, Meg M. M. **El Boletín del Instituto Histórico, Geográfico y Etnográfico Paranaense en perspectiva: sociabilidades, producción y difusión del saber histórico entre 1950 y 1995**. Tesis (Doctorado en Historia) - Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Universidad Estatal Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2026.

RESUMEN

La investigación titulada “**El Boletín del Instituto Histórico, Geográfico y Etnográfico Paranaense en perspectiva: sociabilidades, producción y difusión del conocimiento histórico entre 1950 y 1995**” problematiza la escritura de la historia disciplinaria en la segunda mitad del siglo XX en Brasil, con especial atención a las transformaciones institucionales e historiográficas ocurridas en el contexto paranaense. El recorte temporal adoptado considera, por un lado, el año 1950, momento en que el Instituto experimenta un cambio en su nomenclatura y redefine parcialmente su lugar en el ámbito intelectual local, y, por otro, el año 1995, cuando un nuevo cambio nominal marca el cierre del IHGEP. De manera más específica, la investigación analiza la redefinición del Instituto Paranaense a lo largo del período y, consecuentemente, de la escritura de la historia producida en su interior, especialmente después de la creación del curso de Historia en la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de la Universidad de Paraná (FFCL/PR), y, posteriormente, con la consolidación de la Universidad Federal de Paraná. Desde la perspectiva interpretativa, el estudio investiga las relaciones entre la práctica historiográfica y el proceso de institucionalización de la Historia como campo disciplinario en el ámbito universitario, destacando la importancia de las redes de sociabilidad constituidas en torno a la redacción del Boletín y de las demás actividades promovidas por el Instituto. La presencia y la actuación de historiadores profesionales vinculados a la universidad, simultáneamente integrados al cuadro de socios y a las iniciativas del Instituto Histórico, Geográfico y Etnográfico Paranaense, permiten identificar intercambios teórico-metodológicos, temáticos, políticos y culturales, así como interpretar los principales rasgos de la escritura de la Historia allí difundida. El análisis privilegia, sobre todo, las producciones de docentes universitarios que transitaron entre esos dos espacios institucionales, comprendidos como lugares sociales de producción, circulación y legitimación del saber histórico. Se busca, así, identificar continuidades y rupturas entre los modelos de escritura de la historia practicados en el Instituto y en el curso de Historia de la Universidad Federal de Paraná entre las décadas de 1950 y 1990. El estudio parte de la hipótesis de que, a pesar del avance de la historiografía universitaria y de la consolidación de la posgraduación, el Instituto, aún atravesado por cambios institucionales y en la nomenclatura, mantuvo un papel relevante en la autorización y en la legitimación del campo historiográfico paranaense hasta un período avanzado del siglo XX.

Palabras-clave: Campo disciplinario; Historicidad; Historiografía; Instituto Histórico, Geográfico y Etnográfico de Paraná; Universidad Federal de Paraná.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Capa da Edição n. XXIII do Boletim do IHGEP (1974).....	253

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Professores do Departamento de História da UFPR e sócios(as) do IHGEP (1950-1995).....	163

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
APUH	Associação de Professores Universitários de História
ANPUH	Associação Nacional dos Professores Universitário de História
CNRS	Centre National de la Recherche Scientifique
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
DEHIS	Departamento de História
FFCL-UP	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade do Paraná
FUNDEPAR	Fundação Educacional do Estado do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPT	Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IHGEP	Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense
INED	Institut National d'Études Démographiques
PSD	Partido Social Democrático
SBPH	Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFPR	Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1	42
O Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense: “Uma nova e promissora fase de promoção científica” (1948-1953)	
1.1 Antecedentes e renovação: a mudança de nomenclatura e a nova fase científica do Instituto	45
1.1.2 A definição das áreas de atuação priorizadas na renovação do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.....	54
1.2 A retomada das atividades editoriais do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (1950).....	64
1.2.1 O Boletim nas comemorações do Cinquentenário do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (1950).....	65
1.2.2 O Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense em 1950: consagração póstuma e permanência de um modelo historiográfico.....	71
1.2.3 Entre celebração e ciência: o protagonismo do IHGEP no II Congresso Regional de História e Geografia do Paraná.....	75
1.3 Os preparativos do Centenário da Emancipação Política do Paraná e o Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense: a tarefa constitucional de elaborar a História do Paraná.....	80
1.3.1 O Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense nas comemorações do Centenário da Emancipação Política (1953).....	96
1.3.2 O Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense no Centenário da Emancipação Política (1953): o III Congresso Regional de História e Geografia.....	100
CAPÍTULO 2	111
Contribuições dos historiadores universitários para a escrita da história regional no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (1955-1972)	
2.1 O Boletim do IHGEP e a separação entre História e Geografia: reorganização institucional e redefinição disciplinar (1955-1959).....	113
2.1.1 A história regional em construção: contribuições dos professores de história da Universidade Federal do Paraná no Boletim do IHGEP (1955-1959).....	117
2.2 Entre a tradição e a crítica: o diálogo entre o Instituto Histórico e a Universidade durante a consolidação do campo disciplinar da história no Paraná a partir de 1959.....	145
2.2.1 A produção dos historiadores do DEHIS-UFPR nas páginas do Boletim do IHGEP: os estudos sobre a população e a temática da imigração (1969-1972).....	161
2.2.2 Os estudos sobre a população paranaense e a renovação historiográfica no Boletim do IHGEP.....	179
2.2.3 As publicações dos historiadores do DEHIS-UFPR e os estudos sobre imigração no Boletim do IHGEP (1970–1972).....	190

2.3 Entre a tradição erudita e a profissionalização acadêmica: os boletins do IHGEP e da UFPR durante o Sesquicentenário da Independência (1972).....	212
2.3.1 Os Boletins do IHGEP (1972): comemoração cívica e escrita da história do Sesquicentenário da Independência.....	215
2.3.2 O Sesquicentenário da Independência e a afirmação da historiografia universitária no Paraná: o Boletim do Departamento de História (1972).....	229
CAPÍTULO 3	241
A escrita da história no Boletim do IHGEP e as dinâmicas da historiografia paranaense: temáticas, marcos teóricos e metodológicos (1975-1995)	
3.1 A produção do Boletim no contexto das comemorações do 75º Aniversário do IHGEP	243
3.2 Escritas da história e perfis historiográficos: configurando a topografia da historiografia brasileira profissional a partir das publicações dos historiadores.....	275
3.2.1 A temática da Imigração e renovação historiográfica no Boletim do IHGEP..	283
3.2.2 Gêneros de escrita, memória disciplinada e a formação territorial do Paraná no Boletim do IHGEP.....	312
3.2.3 Estruturas agrárias e ocupação do Paraná como temática da escrita da história no Boletim do IHGEP.....	354
3.3 III Centenário de Curitiba (1693-1993): uma análise sobre a colaboração dos professores universitários no Boletim do IHGEP.....	392
4. Mudanças institucionais e encerramento editorial: o Boletim do IHGEP em 1995.....	408
CONCLUSÃO.....	414
FONTES.....	418
FONTES COMPLEMENTARES.....	420
JORNAIS.....	422
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	422
VERBETES.....	451

INTRODUÇÃO

Os Institutos Históricos desempenharam um papel seminal na cultura histórica brasileira, atuando como lócus de produção, preservação e difusão do saber histórico durante a consolidação do campo universitário¹. No Brasil, essas instituições consolidaram-se como espaços de construção de identidades regionais, funcionando como guardiães da memória e auxiliares do poder público na reunião de documentos para fundamentar a soberania e os limites territoriais². No Paraná, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, oficialmente instituído em 1948, mas atuante desde 1900 com outra designação e formas de organização, inscreveu-se nesse processo ao operar na chamada “entrecena”³ da construção da disciplina histórica, um espaço de transição no qual se estabeleceram as primeiras regras da escrita da história regional antes de sua plena disciplinarização acadêmica.

O Boletim do IHGEP, impresso periódico e principal veículo de comunicação, foi publicado a partir de 1950, e é analisado nesta pesquisa como um “lugar social”⁴ de produção de saberes, intrinsecamente referido a redes de sociabilidade⁵, interesses institucionais e disputas por capital simbólico⁶. Defende-se que ao longo da segunda metade do século XX, ao contrário do que afirmam alguns historiadores, os institutos históricos e, neste caso, o periódico do instituto paranaense permaneceu como uma referência fundamental para a historiografia regional, abrigando a coexistência e a negociação entre o saber erudito tradicional e a historiografia profissional universitária, indicando a convivência de regimes historiográficos no interior mesmo dos periódicos publicados ao longo do período analisado.⁷

¹ GUIMARÃES, Lúcia M. P. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lúcia M. B. P. das et. al. (Orgs.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 29; GUIMARÃES, Manoel L. L. S. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.

² SCHWARCZ, Lília K. M. “Os guardiães da nossa história oficial”. **Os institutos históricos e geográficos brasileiros**. São Paulo: IDESP, 1989; DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira**. Do IHGB aos anos 1930, Passo Fundo: EDIUPF, 1998; ROSEVICS, Larissa. **O Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a construção de um imaginário regional**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFPR, Curitiba, 2009.

³ ANHEZINI, Karina. Na entrecena da construção da história no Brasil (1878-1934). In: MEDEIROS, Bruno F.; SOUZA, Francisco G. de; RANGEL, Marcelo de M.; PEREIRA, Mateus H. F. (Orgs.). **Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 150.

⁴ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

⁵ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 252.

⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico* Lisboa: Difel, 1989; BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

⁷ NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **História Hoje**. 8 (15): 203-222.

A ampliação dos estudos dedicados à história da historiografia constitui um momento decisivo no plano epistemológico, no qual a reflexão teórica sobre o fazer historiográfico adquire maior densidade e sistematização. Trata-se de um campo que desloca o foco para a análise crítica da produção dos próprios historiadores e de outros produtores do conhecimento histórico, de suas práticas, de seus lugares sociais e das condições institucionais de produção do saber histórico, conforme já indicava Charles Carbonell (1987)⁸. No contexto brasileiro, implica reconhecer a historiografia em sua historicidade, nos termos propostos por Valdeci Lopes de Araújo (2013), compreendendo-a como objeto legítimo de investigação apenas a partir do início do século XX⁹. Como demonstram os estudos de Rebeca Gontijo (2011), são raras as iniciativas anteriores que assumem explicitamente tal perspectiva, sendo o necrológio de Adolfo Varnhagen escrito por Capistrano de Abreu, em 1878, uma exceção pontual nesse panorama¹⁰.

A presente pesquisa insere-se no debate historiográfico que, a partir das décadas de 1970 e 1980, passou a problematizar criticamente o lugar social da História e as condições institucionais de sua produção no Brasil. Esse período foi marcado pela redefinição do ofício do historiador, pela consolidação da universidade como principal instância de legitimação científica e pela revisão de leituras dicotômicas que opunham, de maneira simplificadora, a tradição erudita dos institutos históricos à historiografia acadêmica profissional¹¹. Ao ampliar o foco da oposição ruptura/continuidade para a análise das relações entre espaços institucionais, a tese busca compreender a historicidade do próprio campo historiográfico¹².

Até a década de 1970, a reflexão sistemática sobre a escrita da história no Brasil permaneceu restrita a iniciativas isoladas, destacando-se os trabalhos de José Honório Rodrigues, reconhecido como precursor na elaboração de análises teóricas e historiográficas voltadas à produção histórica nacional¹³. A partir desse momento, historiadores vinculados ao meio acadêmico passaram a investir de forma mais consistente na investigação do passado disciplinar da História. Autores como Francisco Iglésias, José Roberto do Amaral Lapa e

⁸ CARBONELL, Charles. O. **Historiografia**. Lisboa: Teorema, 1987.

⁹ ARAÚJO, Valdeci. L. de. A história da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 12, p. 34-44. 2013.

¹⁰ GONTIJO, Rebeca. A história da historiografia, 1940-1970: apontamentos sobre sua escrita. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH**. São Paulo: ANPUH, 2011.

¹¹ SCHWARCZ, Lília K. Moritz. “Os guardiões da nossa história oficial”. Os institutos históricos e geográficos brasileiros. São Paulo: IDESP, 1989; DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira. Do IHGB aos anos 1930**, Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

¹² ARAÚJO, Valdeci. L. de. A história da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 12, p. 34-44, 2013; HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica. 2013.

¹³ GUIMARÃES, Manoel L. S. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, nº. 1, p. 31-47, jan./ jun. 2005.

Nilo Odália, ao lado de Alice Piffer Canabrava, Emília Viotti da Costa, Francisco José Calazans Falcon e Cecília Maria Westphalen, desempenharam papel central na abertura do espaço universitário para a reflexão historiográfica, contribuindo decisivamente para a constituição da historiografia brasileira como campo de estudos específico¹⁴.

Essa virada historiográfica corresponde, portanto, a um gesto dos historiadores brasileiros, que passam a interrogar a escrita da história como prática social e como objeto disciplinar. Tal movimento foi acompanhado por transformações significativas no lugar social da História, marcadas pelo deslocamento progressivo da produção historiográfica dos institutos históricos, notadamente o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e suas congêneres regionais, herdeiros do modelo das academias ilustradas, para o espaço universitário. Entre as décadas de 1930 e 1980, observa-se, assim, um esforço deliberado de afirmação de novas práticas historiográficas, de redefinição dos critérios de cientificidade e de construção de um novo perfil profissional para o historiador¹⁵.

No Rio de Janeiro, durante o processo de institucionalização universitária iniciado na década de 1930, os responsáveis pela organização dos cursos de História evitaram estabelecer vínculos diretos com o IHGB, ainda que reconhecessem sua relevância como espaço de produção e debate sobre o passado nacional¹⁶. Em São Paulo, o distanciamento em relação aos institutos históricos torna-se ainda mais evidente a partir da década de 1950, quando a Universidade de São Paulo (USP) consolida a pesquisa histórica por meio da criação e fortalecimento de periódicos acadêmicos universitários, como a *Revista de História*¹⁷. Ainda assim, estudos recentes demonstram que, nos anos anteriores, a presença de membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo na Faculdade de Filosofia revela um processo mais complexo, marcado por continuidades e interações institucionais¹⁸.

Esse padrão de progressivo afastamento entre universidades e institutos históricos, contudo, não se reproduziu de forma homogênea no território nacional. No caso do Paraná,

¹⁴ FREIRE, Diogo. O passado da história: notas sobre o debate da história da historiografia brasileira na década de 1970. *Canoa do Tempo*, UFAM, v. 10, p. 30-51, 2018.

¹⁵ FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Panorama da historiografia brasileira contemporânea (1930-1980). In: BAUER, Caroline Silveira [et alii]; ABRAÃO, Janete Silveira [coord.]. **Brasil: interpretações & perspectivas**. 1 ed. São Paulo: Marcial Pons; Instituto Universidade de Alcalá, 2016. p. 15-37.

¹⁶ FERREIRA, Marieta. de M. A. **História como ofício: a constituição de um campo disciplinar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

¹⁷ SILVA, Patrícia. H. G. A produção historiográfica em revista: análise da historiografia veiculada nas páginas da Revista de História na década de 1950. In: MARTINS, Estevão. C. de R., MOLLO, Helena. (Orgs.). **Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia**. Mariana: SBTHH, 2016; NASCIMENTO, B. C. **Revista de História: trajetórias historiográficas na Universidade de São Paulo**. Serra: Editora Milfontes, 2018.

¹⁸ COSTA, Aryana. **De um Curso d'Água a Outro: memória e disciplinarização do saber Histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

observa-se um processo mais longo de dissolução desses intercâmbios. A criação do primeiro curso de História e Geografia no estado, em 1938, não implicou, de imediato, uma redefinição substantiva do lugar de produção historiográfica¹⁹. Ao contrário, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP), especialmente por meio de seu *Boletim*, manteve-se como espaço central de produção, circulação e legitimação do conhecimento histórico. A retomada das publicações do *Boletim* em 1950, com o apoio de docentes universitários após um hiato de vinte e cinco anos, reforça a hipótese de que, mesmo com o processo de institucionalização do ensino superior em História e de profissionalização do historiador, a pesquisa histórica continuava a ser realizada, de modo sistemático, no interior do Instituto, e não prioritariamente na universidade²⁰.

Além disso, a formação universitária em História no Paraná esteve, inicialmente, fortemente orientada para o ensino, sob a premissa de que a pesquisa histórica já era conduzida por associações culturais e institutos eruditos. Tal configuração contribuiu para esvaziar, em um primeiro momento, a centralidade da universidade como espaço exclusivo de produção historiográfica, corroborando a interpretação de que a institucionalização da História no estado não se deu por meio de um rompimento abrupto com os institutos históricos, mas por processos de coexistência e negociação institucional²¹.

Os debates de Rebeca Gontijo (2024) sobre a chamada “hora da autocrítica” da historiografia brasileira permitem compreender os impasses e ambiguidades que acompanharam o processo de profissionalização disciplinar, ajudando a explicar os percalços da constituição da História como disciplina universitária no Brasil e o ritmo lento de sua profissionalização. Como assinala Gontijo, entre o ensino de métodos e técnicas e a efetiva incorporação de uma consciência profissional, prevaleceu por longo tempo o ensino de conteúdos, revelando as tensões entre uma nova sensibilidade histórica, que demandava do historiador um papel mais reflexivo e científico, e as limitações institucionais dos cursos

¹⁹ O terceiro Curso de História e Geografia regulamentado no país foi criado em 1938, em Curitiba, formando a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras do Paraná (FFCL/PR). MACHADO, D. V. **Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Assis, 2016. p. 63.

²⁰ Apesar da Lei. N. 2.594/1955, que desdobrava os cursos, estes continuaram juntos durante alguns anos, a primeira anotação em ata dos trabalhos do Departamento de História da UFPR só foi produzida a 2 de dezembro de 1964, mesmo que o Departamento informalmente já estivesse em atividade desde 1959. WESTPHALEN, C. M. et. al. “Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964 [registrando sua constituição em princípios de maio de 1959]”. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 50, n. 1, p. 285-315, 2009.

²¹ FAGUNDES, Bruno. F. L. **O auge da história: história do curso de história da UFPR**. São Paulo: Letra & Voz, 2019; MACHADO, Daiane. V. **Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Assis, 2016.

então existentes. A expectativa de formar historiadores dotados de uma “consciência mais profunda da natureza e das possibilidades da História”²², capazes de atuar como cientistas sociais, conviveu com práticas pedagógicas e intelectuais herdadas de tradições anteriores.

Essas tensões não podem ser dissociadas do processo mais amplo de formação da historiografia brasileira contemporânea. Conforme apontam Fábio Franzini e Rebeca Gontijo (2016), os balanços historiográficos produzidos a partir das décadas de 1970 e 1980 revisitaram criticamente o período que vai dos anos 1930 aos anos 1980, destacando as transformações no lugar social da História, as aproximações e distanciamentos em relação às Ciências Sociais e a intensa circulação de interpretações sobre o Brasil produzidas dentro e fora da universidade²³. Se, entre as décadas de 1940 e 1950, a escrita da história ainda compartilhava espaço com ensaios de interpretação nacional elaborados por intelectuais de diferentes formações, a partir dos anos 1970 os cursos de graduação e, sobretudo, de pós-graduação em História passam a se afirmar como os principais *loci* da produção historiográfica no país.

Nesse contexto, autores como Francisco Falcon chamaram atenção para a recorrente oposição analítica entre tradição e inovação que marcou as leituras sobre a historiografia brasileira nos anos 1960²⁴. A tradição foi frequentemente associada ao empirismo positivista e às práticas eruditas vigentes desde o século XIX, enquanto a inovação foi relacionada tanto à criação dos primeiros cursos universitários, quanto à incorporação seletiva de matrizes teóricas diversas, como o marxismo e os referenciais dos *Annales*. Essa leitura dicotômica, contudo, tende a obscurecer zonas de contato, apropriações parciais e convivências entre modelos historiográficos distintos, particularmente em espaços institucionais híbridos como os institutos históricos regionais.

A tensão entre o lugar social do Instituto e a hegemonia universitária não é aqui tratada como antagonismo absoluto, mas como elemento estruturante da redefinição do ofício do historiador, revelando que a própria cientificidade da história é um produto histórico, construído no interior de relações de poder e de disputas por legitimidade no campo intelectual.

²² GONTIJO, Rebeca. A “hora da autocrítica”: diagnósticos sobre a historiografia e a formação do historiador no Brasil anos 1960-1970. **Revista de História**, n. 183, a10323, p. 1-34, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/216011>.

²³ FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Panorama da historiografia brasileira contemporânea (1930-1980). In: BAUER, Caroline Silveira [et alii]; ABRAÃO, Janete Silveira [coord.]. **Brasil: interpretações & perspectivas**. 1 ed. São Paulo: Marcial Pons; Instituto Universidade de Alcalá, 2016. p. 15-37.

²⁴ FALCON, Francisco. A identidade do historiador. **Estudos Históricos**, v. 9, n.17, p. 7-30, 1996.

A consolidação da História na Universidade Federal do Paraná contou, inclusive, com a atuação de professores que eram simultaneamente sócios do IHGEP, como Brasil Pinheiro Machado, Bento Munhoz da Rocha Neto, José Loureiro Fernandes, Cecília Maria Westphalen, Altiva Pilatti Balhana, Ruy Christovam Wachowicz, Beatriz Pellizzetti, Márcia Elisa de Campos Graf e Odah Regina Guimarães Costa. Nesse contexto, a filiação ao Instituto operava como instância de validação simbólica e como credencial de autoridade intelectual, especialmente em um cenário marcado pela ausência de um mercado acadêmico plenamente estruturado²⁵. A análise dos textos publicados por esses historiadores no *Boletim* permite delinear uma topografia da historiografia profissional no Paraná, evidenciando como diferentes gerações de docentes do Departamento de História da UFPR recorreram ao Instituto como espaço estratégico de legitimação científica regional. Cabe, contudo, ponderar que essa configuração tende a refletir, em grande medida, a centralidade de Curitiba como pólo institucional e intelectual, o que não equivale à totalidade da produção historiográfica paranaense, mas antes evidencia um processo de concentração e mediação regional do saber histórico.

Para acompanhar as dinâmicas intelectuais, mobiliza-se o conceito de geração/gerações conforme proposto por Sirinelli (2006, 2008, 2019) e Temístocles Cezar (2020)²⁶, entendido não como uma categoria homogênea ou rigidamente delimitada, mas como um instrumento analítico que permite situar percursos intelectuais no tempo histórico, nas redes de sociabilidade e nas estruturas institucionais que condicionam a produção historiográfica, provocando disputas por capital simbólico e mudanças no *habitus* científico²⁷. As gerações, nesse sentido, não se sucedem de forma estanque, mas se entrecruzam, dialogam e entram em tensão, compartilhando espaços, referências e disputas. Nesse sentido, as gerações não podem ser compreendidas apenas como sucessões cronológicas, mas como

²⁵ Para o caso do Rio Grande do Sul, consultar: RODRIGUES, Mara C. de M. A formação superior em história na UPA/URGS/UFRGS de 1943-1971. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 11, p. 122-139, abr. 2013.

²⁶ Cf. SIRINELLI, Jean-François. Génération, générations, Vingtième Siècle. *Revue d'histoire*, n. 98, p. 113-124, 2008/2; _____. A geração. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. *Usos & abusos da história oral* (orgs.). 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 131-137; SIRINELLI, Jean-François; POTIN, Yann. *Généralisations historiennes XIXe-XXIe siècle*. Paris: CNRS Éditions, 2019; CEZAR, Temístocles. Geração e/ou gerações? *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 13, n. 34, p. 11-15, set.-dez. 2020. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1788/910>. Acesso em jan. 2022;

SANTOS, Wagner Geminiano dos. *A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2018.

²⁷ BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

configurações relacionais, atravessadas por disputas epistemológicas, alianças políticas e estratégias de inserção institucional.

As gerações serão compreendidas da seguinte maneira: a primeira geração (fundadores/políticos), representada por Brasil Pinheiro Machado e Bento Munhoz da Rocha Neto, com participação de José Loureiro Fernandes, constituída por intelectuais polígrafos que conciliaram a liderança política com a erudição documental e o projeto do paranismo, no qual a escrita da história desempenhava papel central na legitimação simbólica do Estado. A segunda geração (transição/profissionalização), liderada por Cecília Westphalen e Altiva Balhana, responsáveis pela introdução sistemática da chamada “*história-problema*” e pela incorporação de procedimentos metodológicos associados à *Escola dos Annales*, promovendo uma mudança significativa na historiografia paranaense²⁸. A atuação de tais historiadoras configurou-se como uma mediação entre a tradição erudita dos institutos históricos e as exigências científicas próprias do campo acadêmico-universitário, desempenhando papel decisivo na redefinição dos critérios de legitimidade historiográfica, atuando como ponte entre a tradição do Instituto e o rigor acadêmico. E a terceira geração (especialização acadêmica), composta por ex-alunos como Odah Regina Guimarães Costa, Ruy Christovam Wachowicz, Márcia de Campos Graf e Beatriz Pellizzetti. Esta geração formou-se no interior dos programas de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) e trouxe para o *Boletim* pesquisas especializadas em história demográfica, econômica e social, demonstrando como essas gerações coexistiram e negociaram a escrita da história no *Boletim do IHGEP*, transformando-o em um espaço de mediação entre a memória regional e a ciência histórica.

A partir das contribuições de Michel de Certeau²⁹ e Pierre Bourdieu³⁰, esta tese compreende a escrita da história como uma operação situada e produzida no interior de espaços institucionais específicos e atravessada por disputas simbólicas em torno da autoridade científica. O Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense é analisado, assim, como um lugar social fundamental da historiografia paranaense, que operou

²⁸ MACHADO, Daiane. V. **Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016; ALMEIDA, Letícia Leal de. **A construção da História Demográfica na historiografia paranaense: a historiadora Altiva Pilatti Balhana**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. 2017, 103 f.

²⁹ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

³⁰ BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. Santa Catarina: Ed. UFSC, 2011. (Coll. Le Sens Commun). (Edição francesa: Homo Academicus. Paris, Éditions de Minuit, 1984).

simultaneamente como instância de consagração intelectual, espaço de sociabilidade e mediador da incorporação seletiva de códigos acadêmicos.

Nestes termos, o intercâmbio entre o IHGEP e a Universidade demonstra que a profissionalização da história no Paraná não ocorreu por uma ruptura linear, mas por um processo de transição negociada, no qual o *Boletim* serviu de suporte material para a circulação de novos métodos (como a história serial e quantitativa dos *Annales*) e para a consolidação de uma memória disciplinar³¹ compartilhada.

Ao analisar um conjunto de historiadores e textos publicados, intenta-se não apenas identificar temas ou autores, mas compreender de que modo esses professores e pesquisadores universitários, formados ou que atuaram no contexto de profissionalização disciplinar e de renovação teórico-metodológica da historiografia brasileira, se posicionaram quando escreveram para um periódico marcado por tradições intelectuais distintas, fortemente ancoradas na valorização do documento, da memória regional e das efemérides cívicas. Trata-se, portanto, de investigar como se configuram perfis historiográficos específicos a partir da circulação dessas produções entre o espaço universitário e o instituto histórico, delineando uma topografia da historiografia brasileira profissional que leva em conta tanto as condições institucionais de produção quanto às escolhas temáticas, metodológicas e conceituais mobilizadas nos textos publicados no *Boletim*.

O recorte temporal adotado justifica-se por abranger o período que vai da retomada das publicações do *Boletim do IHGEP*, em 1950, à consolidação da pós-graduação em História na Universidade Federal do Paraná, a partir da década de 1970, estendendo-se até 1995, quando se observa o progressivo deslocamento da autoridade historiográfica para o espaço universitário, e quando o *Boletim* deixa de ser divulgado com a nomenclatura Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Ao analisar esse intervalo entre 1950 e 1995, torna-se possível compreender as transformações nos critérios de legitimação, nas práticas de pesquisa e nos perfis historiográficos que marcaram a constituição da historiografia profissional no Paraná.

O *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* deve ser compreendido como um suporte material da escrita da história, isto é, como um artefato editorial que condiciona, media e orienta as formas de produção, circulação e legitimação do saber histórico. Enquanto objeto material, composto por escolhas gráficas, periodicidade irregular, organização interna, política editorial e critérios de seleção dos textos, o *Boletim*

³¹ NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. *História Hoje*. 8 (15): 203-222, 2019.

não apenas veiculou conteúdos historiográficos, mas participou ativamente da constituição de sentidos, hierarquias e regimes de autoridade no interior do campo histórico regional. Nessa perspectiva, o suporte não é neutro, ele estrutura práticas de escrita, define públicos possíveis e inscreve a produção historiográfica em usos institucionais específicos, articulando memória, erudição e cientificidade segundo as demandas e os limites do lugar social que o produz.

As revistas e periódicos especializados constituem fontes privilegiadas para o estudo da História e, em particular, para a história da historiografia, na medida em que permitem apreender não apenas temas e abordagens, mas também problemas, linguagens, estratégias de legitimação e disputas internas ao campo historiográfico³². Conforme destaca Tânia de Luca (2008), esse tipo de fonte possibilita atribuir sentido coletivo a práticas que, à primeira vista, poderiam ser interpretadas como iniciativas individuais ou fragmentadas, revelando padrões de sociabilidade intelectual, projetos institucionais e dinâmicas de circulação do saber histórico³³.

É a partir dessa perspectiva que se justifica a escolha do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* como *corpus* central desta pesquisa, composto por 46 volumes publicados entre 1950 e 1995, período que corresponde, respectivamente, à retomada das publicações e ao último número editado sob a denominação IHGEP. O recorte temporal delimita um conjunto expressivo de publicações e permite observar as transformações nos critérios de legitimação historiográfica, profissionalização do historiador(a), e nas relações entre Instituto e universidade. A seleção dos textos analisados obedeceu, inicialmente, ao critério cronológico e, em seguida, à identificação de trabalhos de autoria de professores vinculados ao curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (1938–1959) e, posteriormente, ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, após sua criação formal em 1959.

A verificabilidade da relação direta entre professores que constituíam o quadro do curso de História e o IHGEP, pode ser observada não apenas no quadro associativo, onde a presença dos professores do curso de história foi expressiva. Entre 1938 e 1995, foram contratados 49 professores para o curso de História da UFPR³⁴. Desse total, 29 integravam o

³² ARRAIS, Cristiano. A.; BENTIVOGLIO, Júlio. (Orgs.). **As Revistas de História e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Editora Mil Fontes, 2017.

³³ LUCA, Tânia. R. História do, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153; _____. A Revista do Brasil (1916-1944): notas de pesquisa. In: FERREIRA, Antônio. C. et. al. (Orgs.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: Unesp / Anpuh, 2008. p. 117-127.

³⁴ Relação dos professores que exerceram suas atividades no departamento de história/UFPR, 1959-2009. Relato Histórico. **Revista História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 317-319, jan./jun. 2009; **Lista**

IHGEP, o que corresponde a quase 60% do conjunto de historiadores. Esse dado evidencia que a adesão ao instituto configurava-se como uma prática recorrente entre esses profissionais, indicando a existência de vínculos institucionais e intelectuais significativos entre o curso universitário e a entidade. Essa relação também é confirmada nos volumes do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, publicados entre 1950 e 1995, que constituem as fontes principais desta pesquisa. As fontes estão disponíveis no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR), localizado na sede do Instituto, denominada de Edifício Aluísio França, na rua Loureiro Fernandes, 23, na cidade de Curitiba. O Arquivo está dividido em coleções, organizadas segundo a forma de acumulação e ordem de publicação, sendo que alguns exemplares podem ser encontrados em volumes não seriados e organizados segundo a ordem de aquisição na Biblioteca de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná e na Biblioteca Pública do Estado do Paraná.

As Atas das reuniões departamentais do curso de história da UFPR, realizadas entre os anos de 1964-1998 também compõem o corpus documental desta pesquisa, estão disponíveis em formato digital, e foram cedidas gentilmente pelo Prof. Dr. Rafael Benthien, historiador que à época da doação ocupava a chefia do curso de história da Universidade Federal do Paraná. Além dos documentos citados, foi necessário levantar bibliografia especializada e analisar outros materiais de apoio, localizados na Biblioteca de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR, onde foram encontrados Anuários da FFCL/PR, depois Universidade Federal do Paraná, publicados entre 1940 e 1971, e os Boletins da Universidade do Paraná, referentes ao Departamento de História, publicados entre 1962 e 1994, materiais importantes pelo fato de que no início da institucionalização do curso era frequente aos docentes de história o desenvolvimento de suas atividades intelectuais através de publicações mais genéricas, como os anuários acadêmicos. Os Boletins departamentais foram uma das primeiras iniciativas no espaço universitário paranaense a demarcar o espaço exclusivo e especializado da escrita da história praticada por historiadores treinados nas normas da disciplina acadêmica.

Fontes suplementares às principais foram localizadas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na cidade do Rio de Janeiro, onde foi mapeado um conjunto de fascículos publicados entre 1930 e 1940 que contribuíram para a contextualização das atividades realizadas pelo instituto no período que antecedeu a circulação do *Boletim do*

IHGEP. Além disso, a escassez de obras de autoria dos historiadores estudados implicou na ampliação de consulta em outros acervos e bibliotecas localizados na cidade de Curitiba, para mapear e ter acesso à bibliografia para o desenvolvimento da tese. Entre os acervos visitados estão: o localizado na Biblioteca Mbá de Ferrante, no Arquivo Público do Estado do Paraná (Salas Cecília Maria Westphalen e Altiya Pilatti Balhana, e Sala Ruy Wachowicz), e o da Biblioteca do Centro de Estudos Bandeirantes, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Soma-se a tais centros, o Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A pesquisa também foi incrementada com um corpus documental que trata da participação internacional de alguns docentes do Departamento de História da UFPR durante o período analisado na pesquisa. Neste percurso foi possível verificar documentação em instituições portuguesas, especialmente na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

O Instituto permitiu que as gerações de professores universitários acumulassem capital simbólico, não apenas publicando, mas ocupando cargos de direção no IHGEP enquanto trabalhavam pela autonomia do departamento de história na universidade. Num momento em que o campo acadêmico ainda se organizava, o *Boletim* oferecia visibilidade e reconhecimento regional e nacional para as pesquisas produzidas no Departamento de História da UFPR.

O processo de consolidação disciplinar na universidade envolveu a revisão crítica da herança intelectual do próprio Instituto. O Seminário de Pesquisa de 1959 na UFPR tomou a obra de Romário Martins (patrono do IHGEP) como ponto de partida para estabelecer a transição da “crônica provinciana” para a “história científica”³⁵. Nesse embate, os historiadores universitários utilizaram o prestígio dos fundadores do Instituto para legitimar a necessidade de novos métodos, substituindo o “regionalismo geográfico” pelo “regionalismo social”. Defende-se que a relação entre o Instituto e a Universidade não foi de ruptura total, mas de intercâmbio e transferências. O Instituto colaborou com suporte documental e tradição institucional, enquanto a universidade introduziu novos padrões de análise e rigor técnico, configurando uma cultura historiográfica paranaense em constante diálogo.

A consolidação da história regional no Paraná deve ser compreendida não apenas como a delimitação de um espaço geográfico específico, mas como a constituição de uma

³⁵ **Caderno de Atas n. 1 (2/12/1964-10/04/1972)**. Departamento de História - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. p. 2.

opção metodológica e epistemológica no interior da historiografia brasileira³⁶. Nesse sentido, a reflexão proposta por Maria de Lourdes M. Janotti em “*Historiografia, uma questão regional?*” é particularmente elucidativa ao problematizar os usos do regional e ao demonstrar que a recusa da perspectiva regional esteve associada, por muito tempo, a preconceitos historiográficos que identificavam o local ao particularismo, à fragmentação ou à perda de densidade explicativa³⁷. A inflexão observada a partir das décadas de 1970 e 1980 decorre justamente do questionamento desses pressupostos, quando a história regional passou a ser mobilizada como estratégia analítica capaz de tensionar narrativas totalizantes e de evidenciar, em escala localizada, processos estruturais mais amplos da formação social brasileira³⁸. Tal deslocamento implicou a redefinição das condições de produção do saber histórico e dos critérios de legitimidade científica, colocando em confronto tradições eruditas vinculadas aos institutos históricos e a crescente hegemonia do campo universitário na redefinição do ofício do historiador.

Nesse contexto, a defesa da história regional como método, formulada por autores como Cecília Maria Westphalen (1984)³⁹ e Brasil Pinheiro Machado (1981)⁴⁰, insere-se em um esforço consciente de romper com a hierarquização espacial do conhecimento histórico, que relega determinadas regiões à condição de meros apêndices da história nacional e define outros espaços regionais como representantes da nação. Ao discutir a questão das historiografias regionais, Daiane Machado (2016)⁴¹ evidencia como essa proposição, formulada por Westphalen ainda na década de 1980, implicava uma crítica metodológica à própria construção da historiografia brasileira, ao afirmar que a elaboração de um “quadro completo da historiografia nacional”⁴² exigiria, necessariamente, o conhecimento prévio das historiografias regionais. Tal posicionamento, ainda que expresso sem enfrentamentos diretos a autores centrais do debate historiográfico nacional, como José Honório Rodrigues (1913

³⁶ SILVA, Marcos A. da, Org. **República em migalhas - História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

³⁷ JANOTTI, Maria. Lourdes. *Historiografia, Uma Questão Regional?* In: SILVA, Marcos (org.) **República em migalhas: História regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990, p.91-101.

³⁸ FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A História no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica**. Ouro Preto: UFOP, 1992.

³⁹ WESTPHALEN, Cecília Maria. *Historiografia paranaense*. **Revista do IHGB**, Brasília/Rio de Janeiro, n. 343, p. 105-126, abr./jun. 1984; _____. Apresentação. Mesa-redonda: *Historiografias regionais*. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), IV, 1984, Rio de Janeiro. **Anais**. São Paulo: SBPH, 1985, p. 51.

⁴⁰ MACHADO, Brasil Pinheiro. *O estudo da história regional (uma nota prévia)*. **História: Questões & Debates**. Curitiba. dez. p. 103-108, 1981.

⁴¹ MACHADO, D. V. **Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998**. Tese (Doutorado em História). UNESP, Assis, 2016, p. 33.

⁴² WESTPHALEN, Cecília Maria. Apresentação. Mesa-redonda: *Historiografias regionais*. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), IV, 1984, Rio de Janeiro. **Anais**. São Paulo: SBPH, 1985, p. 51.

1987), José Roberto do Amaral Lapa (1929-2000) e Francisco Iglésias (1923-1999), operava como uma interpelação sutil às narrativas totalizantes, ao questionar se a redução da escala de análise significaria empobrecimento do campo histórico ou, ao contrário, uma estratégia metodológica mais eficaz e produtiva. Ao conceber a história regional como “capítulo da história do Brasil”⁴³, os professores Cecília Westphalen e Brasil Pinheiro Machado recusaram a associação do local ao particularismo ou ao atraso, afirmando-o como espaço privilegiado para a análise de estruturas sociais, econômicas e culturais de longa duração. Desse modo, o deslocamento da escala analítica não representava uma fragmentação da história, mas um procedimento científico capaz de evidenciar diferentes historicidades e de transformar a região em recurso metodológico fundamental para a compreensão da totalidade social.

A adoção dessa perspectiva exige, contudo, reconhecer que toda produção historiográfica está condicionada por um lugar social específico, conforme proposto por Michel de Certeau⁴⁴. A escrita da história não é apenas o resultado de uma relação entre o historiador e suas fontes, mas uma operação situada, atravessada por determinações institucionais, econômicas e simbólicas que moldam tanto os objetos eleitos quanto às formas de narrá-los. Portanto, a emergência da história regional como método não pode ser dissociada dos espaços institucionais nos quais ela foi produzida, difundida e legitimada. No Paraná, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense constituiu-se como um desses lugares sociais fundamentais, operando como instância de consagração intelectual e como arena de disputas simbólicas em torno da autoridade sobre o passado regional.

A transição de autoridade da instituição historiadora observada ao longo da segunda metade do século XX não se resume a uma mudança de temas ou técnicas, mas corresponde a uma reconfiguração das posições ocupadas pelos agentes no campo historiográfico e das formas de capital simbólico consideradas legítimas. O prestígio associado à erudição vocacional, à acumulação documental e à notoriedade pública, características do historiador polígrafo passou a ser progressivamente tensionado pela valorização da especialização disciplinar, da formação universitária e da produção orientada por problemas de pesquisa reconhecidos academicamente. A universidade, nesse sentido, consolidou-se como espaço privilegiado de definição das regras do jogo historiográfico⁴⁵.

⁴³ MACHADO, Brasil. Sinopse da História Regional do Paraná. **Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 1951.

⁴⁴ CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

⁴⁵ ANHEZINI, Karina. Na entrecena da construção da história no Brasil (1878-1934). In: MEDEIROS, Bruno F.; SOUZA, Francisco G. de; RANGEL, Marcelo de M.; PEREIRA, Mateus H. F. (Orgs.). **Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 150.

A criação do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, em 1959, e a institucionalização da pós-graduação, a partir de 1972, instituíram novos critérios de recrutamento, avaliação e consagração, deslocando a autoridade historiográfica para agentes dotados de capital acadêmico específico. Importa sublinhar, entretanto, que esse processo não se deu por meio de uma ruptura linear ou excludente entre Instituto e Universidade. Essa configuração permitiu que os historiadores universitários legitimassem suas pesquisas junto a um público mais amplo, ao mesmo tempo em que o Instituto incorporava, de forma seletiva, códigos de cientificidade oriundos do campo acadêmico. A coexistência desses regimes historiográficos, erudito, institucional e acadêmico-profissional, revela a historicidade do próprio campo e evidencia que a autoridade científica se constituiu de maneira relacional, por meio de negociações e disputas entre diferentes formas de legitimidade.

A atuação dos docentes vinculados ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná em outras instituições culturais, como o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, constituiu uma estratégia fundamental de legitimação da figura do historiador profissional e da produção historiográfica elaborada no espaço universitário. A inserção dessa escrita histórica no Boletim do IHGEP foi relevante no interior da instituição, na medida em que conferiu autoridade simbólica a um modelo de produção do conhecimento historiográfico ligado à universidade. No entanto, essa historiografia não se impôs de forma exclusiva ou hegemônica no âmbito do Instituto, ao contrário, passou a coexistir com outras formas de escrita da história regional, vinculadas a tradições eruditas, memorialísticas e biográficas, igualmente legitimadas naquele espaço editorial. Assim, mais do que uma sucessão linear de regimes historiográficos, o que se observa é um processo de transformação marcado pela convivência de regimes de escrita, cujas mudanças decorrem tanto de deslocamentos epistemológicos quanto de reconfigurações institucionais.

O desenvolvimento desta investigação em história da historiografia realiza-se em diálogo estreito com a história intelectual, uma vez que tal aproximação permite pensar a atuação dos intelectuais paranaenses na segunda metade do século XX, particularmente no que se refere à produção da escrita da história. Nesse sentido, a pesquisa dialoga com as contribuições de Helenice Rodrigues (2002)⁴⁶, cujos estudos sobre os intelectuais franceses, ancorados em uma história social das ideias ou em uma sociologia histórica dos intelectuais, demonstram como projetos intelectuais, tomadas de posição e práticas de intervenção pública são profundamente condicionados por contextos culturais, políticos e sociais específicos. Tal

⁴⁶ SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas: Papirus, 2002.

perspectiva oferece instrumentos analíticos para compreender como os historiadores do Dehis-UFPR, ao circularem por diferentes espaços institucionais e editoriais, tiveram suas visões de mundo moldadas por eventos, debates e demandas que extrapolavam o âmbito estritamente acadêmico.

A leitura e a interpretação dos textos publicados no Boletim do IHGEP, produzidos por professores do Dehis-UFPR, constituem, assim, uma via privilegiada para reconstruir os contextos históricos, sociais e institucionais de sua produção, abrindo a possibilidade de ressignificá-los. Nessa direção, a análise não se limita à consideração do texto como simples documento do passado, mas busca apreendê-lo em sua densidade discursiva e em suas múltiplas camadas de sentido. Ao adotar uma perspectiva não canônica, LaCapra (1983) coloca no centro do debate o próprio estatuto do trabalho historiográfico, instando os historiadores a reavaliar os modos pelos quais lêem, interpretam e atribuem autoridade aos textos históricos. Esse movimento teórico tem ampliado significativamente o campo da história da historiografia, contribuindo para investigações que atravessam a história dos conceitos, os estudos sobre leitura, recepção e circulação de ideias, bem como análises sobre gerações, movimentos e redes intelectuais. No caso paranaense, tais abordagens revelam-se particularmente fecundas para compreender as formas pelas quais diferentes tradições historiográficas se articulam e se tensionam no interior do IHGEP.

Por fim, a análise evidencia que os historiadores paranaenses mobilizaram redes de sociabilidade e espaços institucionais diversos como estratégias de autorização de seu discurso historiográfico. Nos anos iniciais da consolidação universitária, especialmente a partir da década de 1950, a escrita da história produzida no âmbito da universidade ainda não dispunha de capital simbólico suficiente para impor-se como cânone historiográfico. A autoridade científica, nesse contexto, foi construída de forma progressiva, por meio do reconhecimento dos pares e da recepção crítica da produção dos docentes, condição indispensável para que uma produção historiográfica se tornasse investida de legitimidade.

A consolidação do Departamento de História aconteceu por meio do desenvolvimento de projetos centrados na renovação do ensino e da pesquisa histórica empreendida pelos professores e acadêmicos que amparam seus estudos nos referenciais obtidos a partir do contato com a historiografia francesa annalítica produzida pelos intelectuais dos *Annales*⁴⁷, tomados como referências basilares para uma nova escrita da história regional do Paraná. A aproximação com o movimento francês e com outros centros

⁴⁷ DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à Nova História**. São Paulo: Ensaio, 1994.

de excelência da produção histórica internacional e nacional, faria com que o Dehis fosse reconhecido em todo o Estado e em outros contextos.

A produção elaborada a partir de novos princípios historiográficos também foi importante para o IHGEP, pois possibilitou a atualização da historiografia praticada até então. É importante pontuar que essa relação favoreceu tanto o Dehis, que se amparou no capital social e simbólico de outras instituições para validar o discurso produzido por seus intelectuais, como o IHGEP, que consolidou alianças com a instituição universitária e passou a incluir, dentre as narrativas de história regional que divulgava, a historiografia universitária produzida naquele momento, com especial atenção para os estudos sobre a formação da população paranaense a partir dos princípios da demografia histórica, com ênfase na história da ocupação do território, imigração e colonização como um tópico de investigação da população e das estruturas sociais, contribuição fundamental para a renovação nos estudos em história regional do Paraná.

É a partir dessa chave interpretativa que esta tese se estrutura. O **primeiro** capítulo, **“O Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense: “Uma nova e promissora fase de promoção científica” (1948-1953)”** analisa a fase de afirmação científica do IHGEP, entre 1948 e 1953, destacando sua renovação científica e o papel central que desempenhou na construção da identidade regional. A narrativa detalha como a instituição passou por reformas estatutárias e mudanças de nomenclatura para se alinhar a padrões acadêmicos mais modernos, buscando superar uma visão meramente factual da história. A retomada da publicação do *Boletim do IHGEP* em 1950, após décadas de interrupção, consolidou o periódico como um espaço de sociabilidade intelectual⁴⁸. Enquanto o Boletim servia como instrumento de consagração póstuma de Romário Martins e de celebração de efemérides militares e políticas, emergiram propostas como a de Brasil Pinheiro Machado, que defendia uma história centrada na cultura e na análise de estruturas sociais, em diálogo com correntes historiográficas nacionais e internacionais, como a Escola dos Annales. Essa dualidade demonstra que a renovação da produção historiográfica do Instituto foi um processo de negociação constante entre a tradição memorialista e a profissionalização da disciplina. O capítulo também evidencia que as celebrações do centenário da emancipação política do Paraná em 1953 foram o ápice do protagonismo político-cultural do IHGEP, funcionando

⁴⁸ A noção de sociabilidade intelectual é apreendida das reflexões de Jean-François Sirinelli (2001), para o historiador francês as sociabilidades, ou redes de sociabilidade, permitem compreender as relações sincrônicas entre intelectuais que empreendem suas atividades em um mesmo período. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 252.

como um legítimo “lugar de memória”⁴⁹ onde passado e presente se entrelaçam para fundamentar a identidade regional. O centenário não foi apenas uma efeméride, mas um evento em que o IHGEP reafirmou sua autoridade historiográfica ao mesmo tempo em que preparava o terreno para a hegemonia do saber universitário nas décadas seguintes.

O segundo capítulo, **“Contribuições dos historiadores universitários para a escrita da história regional no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (1955-1972)”** dedica-se ao período compreendido entre 1955 e 1972, marcado pela intensificação da participação de historiadores vinculados à universidade no *Boletim do IHGEP*. O capítulo contextualiza o papel do Boletim na segunda metade do século XX, destacando sua permanência como referência para a produção da história regional em um contexto de consolidação do campo acadêmico da História e de redefinição das relações entre a universidade e as instituições culturais tradicionais. O ano de 1955 é identificado como um ponto de inflexão decisivo, a partir da promulgação da Lei nº 2.594, que determinou a separação dos cursos de História e Geografia e lançou as bases legais e simbólicas para a autonomização do campo historiográfico, intensificando reconfigurações nas práticas de ensino, nas trajetórias docentes e nos modos de escrita da história regional, mesmo antes da criação do Departamento de História da UFPR, em 1959. O recorte estende-se até 1972, marco do amadurecimento institucional da historiografia acadêmica no Paraná, com a instalação do Mestrado em História na UFPR, evento que consolidou a profissionalização do historiador e instituiu um novo perfil centrado na pesquisa sistemática e no domínio técnico do arquivo. Ao privilegiar esse intervalo temporal, o capítulo demonstra que a autonomização disciplinar ocorreu de forma gradual, sendo o *Boletim do IHGEP* um observatório privilegiado dessa transição, no qual coexistem práticas eruditas e abordagens acadêmico-profissionais, evidenciando o processo de consolidação progressiva do campo historiográfico regional.

Por fim, o terceiro capítulo, intitulado **“A escrita da história no Boletim do IHGEP e as dinâmicas da historiografia paranaense: temáticas, marcos teóricos e metodológicos (1975-1995)”**, examina a escrita da história no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense entre 1975 e 1995, período marcado pela intensificação da participação de historiadores vinculados ao Departamento de História da UFPR e pela consolidação da historiografia universitária no Brasil. Parte-se da compreensão do Boletim

⁴⁹ NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993. Pierre Nora mostra que os atos comemorativos têm sua historicidade, e embora sua obra fale sobre os lugares da memória no contexto da história francesa e no âmbito da nação, há indicações de seu estudo úteis para pensar o sentido das comemorações tecidas no interior do IHGEP.

como um lugar social relevante de produção e circulação do saber histórico, capaz de articular práticas historiográficas distintas em um contexto de transformações teórico-metodológicas e de redefinição do perfil profissional do historiador. A análise privilegia as temáticas abordadas, os marcos teóricos e metodológicos mobilizados e as dinâmicas institucionais que aproximaram o IHGEP e a universidade, evidenciando continuidades, tensões e disputas simbólicas em torno da história regional paranaense. Ao longo do capítulo, examinam-se ainda as estratégias de legitimação historiográfica e a ampliação da diversidade de autores e gêneros textuais no periódico. Por fim, o capítulo se encerra com um estudo específico sobre a mudança da nomenclatura do Instituto e de seu principal veículo editorial, interpretada como expressão das transformações institucionais e do reposicionamento do IHGEP no campo historiográfico paranaense.

Com o avanço da institucionalização universitária da História no Paraná, particularmente após a consolidação do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e a criação da pós-graduação, observa-se um progressivo deslocamento da autoridade historiográfica em direção ao espaço universitário, que passa a se afirmar como instância central de legitimação da produção do conhecimento histórico. Esse movimento implicou um relativo afastamento dos historiadores profissionais em relação ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, instituição que, ao longo de décadas, havia desempenhado papel fundamental na validação das narrativas sobre o passado regional. Os dados relativos à composição do quadro social do Instituto evidenciam esse afastamento. Ao longo dos anos 1990, registou-se apenas uma única filiação de novos docentes vinculados à universidade⁵⁰.

Tal esvaziamento não deve ser interpretado apenas como resultado de contingências individuais ou administrativas, mas como indício de uma reconfiguração mais ampla do campo historiográfico paranaense, como expressão de uma transformação mais profunda nas concepções de método, fonte e objeto histórico, associada à crítica crescente à historiografia tradicional elaborada pelos historiadores profissionais.

Tal reconfiguração, contudo, não se deu por meio de uma ruptura absoluta. A manutenção de vínculos pontuais entre historiadores universitários e o IHGEP indica que o campo disciplinar se estruturou a partir do entrelaçamento de espaços institucionais que disputavam capital simbólico e legitimidade no campo disciplinar da história. Nessa perspectiva, o Boletim do Instituto permanece como espaço estratégico para a afirmação de

⁵⁰ Conferir o Quadro I. Professores do Departamento de História da UFPR e sócios(as) do IHGEP (1950-1995), p. 158-160.

determinadas trajetórias acadêmicas, especialmente em função de seu legado de autoridade para a história regional e de sua inserção em redes de sociabilidade intelectual consolidadas.

Contudo, à medida que o processo de profissionalização da disciplina foi se intensificando, os critérios de reconhecimento acadêmico foram redefinidos. A filiação ao Instituto, aos poucos, deixou de ser um elemento central de consagração científica elementar para o campo disciplinar, sendo, aos poucos, substituída pela publicação em periódicos universitários e pela inserção nos circuitos de pesquisa acadêmica. Além disso, surgiram outras associações e sociedades, como a Associação Nacional dos Professores de História (ANPUH) e a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Esse deslocamento evidencia a passagem de uma lógica de legitimação baseada na sociabilidade erudita e na pertença institucional para outra, estruturada segundo os parâmetros do campo acadêmico-universitário.

Dessa forma, ao acompanhar a trajetória do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense entre 1950 e 1995, esta tese propõe compreender a escrita da história como um processo histórico situado, marcado por disputas de legitimidade, reconfigurações institucionais e negociações entre distintas tradições historiográficas. Longe de operar com a ideia de substituição linear ou de ruptura abrupta, a análise evidencia a coexistência de gerações, práticas e regimes de autoridade que convivem no interior do campo historiográfico paranaense. O Boletim emerge, assim, como um observatório privilegiado das transformações da disciplina histórica ao longo da segunda metade do século XX, revelando a partir da leitura dos periódicos, tanto a persistência de uma cultura historiográfica erudita quanto a afirmação progressiva da historiografia universitária. Ao situar o IHGEP e seu periódico no cruzamento entre sociabilidade intelectual e profissionalização acadêmica, a tese contribui para o debate mais amplo sobre a institucionalização da História no Brasil e a profissionalização dos historiadores demonstrando que a consolidação do campo disciplinar se fez menos por rupturas definitivas do que por processos graduais de deslocamento, acomodação e redefinição das formas de produzir, legitimar e difundir o conhecimento histórico.

Breve apresentação dos materiais e demais volumes do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense analisados na pesquisa.

Separata do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense. 1951. “*Sinopse da História Regional do Paraná*”. Desenvolvido ao longo de 22 capítulos, o trabalho constitui uma contribuição fundamental para a formação do pensamento historiográfico regional paranaense. Brasil Pinheiro Machado — que também exerceu os cargos de procurador-geral da Justiça e interventor — concebe a história do Paraná simultaneamente como uma trajetória dotada de especificidades próprias e como parte integrante da história regional do Brasil, articulando o plano local às dinâmicas mais amplas da formação nacional.

O **volume VI** do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense encontra-se dividido em dois conjuntos de fascículos. Os fascículos 1–2, correspondentes ao período de janeiro a junho de 1953, totalizam 70 páginas; já os fascículos 3–4, referentes ao período de janeiro a junho de 1956, somam 94 páginas. Ambos foram impressos pela Papelaria Requião Ltda. Nos fascículos 3–4, destaca-se a publicação do relatório elaborado por Cecília Maria Westphalen sobre o “*III Congresso Regional de História e Geografia do Paraná*”⁵¹.

O **volume VII** do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense reúne os fascículos 1 e 2, correspondentes aos meses de janeiro a junho de 1957, publicados como edição comemorativa do centenário de morte do Marquês do Paraná, totalizando 50 páginas, e os fascículos 3 e 4, referentes ao período de julho a dezembro de 1957, com 68 páginas. Ambos os fascículos foram impressos pela Papelaria Requião. Nos fascículos 3 e 4 foram publicados cinco artigos, entre os quais se destaca o texto de Altiva Pilatti Balhana, “*Inserção do homem no quadro ecológico*”⁵², e “*Paraná – Zona de Trânsito*”⁵³, de autoria de Cecília Maria Westphalen.

O **volume X** do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, correspondente ao ano de 1968, foi impresso pela Gráfica Voz do Paraná Ltda. Composto por 116 páginas, o exemplar reúne nove artigos, além do discurso proferido em Assembleia por ocasião da posse dos novos sócios admitidos naquele ano, um relatório da Diretoria e uma seção dedicada à publicação de documentos. O volume inclui ainda o texto de Altiva Pilatti Balhana, intitulado “*Formação da População Paranaense*”, publicado em 1969.⁵⁴

O **volume XII** do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, publicado em 1971, não apresenta indicação da gráfica responsável pela impressão. Nesse período, o IHGEP passa a ter como presidente Luiz Carlos Pereira Tourinho. O exemplar reúne 93 páginas e inclui, entre os textos de Ruy Wachowicz publicados, encontram-se o estudo “*Pedro II e os imigrantes em Curitiba*”⁵⁵, e “*Simão Kossobudski – sua vida e sua obra*”.⁵⁶

⁵¹ WESTPHALEN, Cecília Maria. III Congresso Regional de História e Geografia do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Papelaria Requião Ltda., v. VI, Fasc. 3-4, p. 87-94, 1956.

⁵² BALHANA, Altiva Pilatti. Inserção do homem no quadro ecológico. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Papelaria Requião Ltda., v. VII, Fasc. 3-4, p. 22-, 1957.

⁵³ WESTPHALEN, Cecília Maria. Paraná – Zona de Trânsito. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Papelaria Requião Ltda., v. VII, Fasc. 3-4, p. 45-, 1957.

⁵⁴ BALHANA, Altiva Pilatti. Formação da População paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica Voz do Paraná Ltda., v. X, p. 40-50, 1969.

⁵⁵ WACHOWICZ, Ruy C. Pedro II e os imigrantes em Curitiba. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XIII, p. 77-, 1971.

⁵⁶ WACHOWICZ, Ruy C. Simão Kossobudski – sua vida e sua obra. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica Vitória, v. XII, p. 31-40, 1970.

O **volume XIV** do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, foi publicado em 1971 sob a denominação de *Boletim Especial*, em comemoração ao Centenário da Imigração Polonesa para o Paraná. Com 511 páginas, trata-se do exemplar mais extenso já editado pelo periódico. O volume inclui, entre seus destaques, a conferência de Bento Munhoz da Rocha Neto, intitulada “*Poloneses no Paraná*”.⁵⁷

O **volume XLI** do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, publicado em 1978, foi impresso pela A. M. Cavalcanti & Cia. Ltda. e reúne 243 páginas. O exemplar apresenta em sua capa a reprodução de uma ilustração da revista *Studi Emigrazione* e possui caráter comemorativo, assinalando o centenário do bairro de Santa Felicidade e o sesquicentenário de nascimento do Dr. Muricy, além de contemplar outros temas de natureza variada. Entre os textos publicados, destaca-se a contribuição de Beatriz Pellizzetti, “*Homenagem ao Dr. Brasil Pinheiro Machado*”⁵⁸, e o artigo de Ruy Christovam Wachowicz, “*Comércio da madeira e a atuação do Brazil Railway no sul do Brasil*”⁵⁹.

O **volume XXXV** do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, publicado em 1979, possui 274 páginas e foi viabilizado com recursos doados pelo deputado federal Túlio Vargas. A capa do exemplar apresenta a reprodução do Solar da Família Vasconcelos, localizado em Valença, Bahia. Entre os textos publicados, destaca-se o artigo de Ruy Wachowicz, intitulado “*Uti possidetis brasileiro na questão de Palmas*”.⁶⁰

O **volume XXXVII** do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, publicado em 1980, reúne 355 páginas e apresenta, em sua capa, o retrato de Albert Vojtech Fric, de autoria de Zdenek Burian. O exemplar é ilustrado com fotografias e contém um conjunto diversificado de artigos, além de seção de resenha bibliográfica. Nesse volume, foi publicado o “*Discurso de recepção aos novos sócios (1979)*”⁶¹, proferido por Ruy Wachowicz. Além dos textos, “*D. Pedro II e os imigrantes em Curitiba*”⁶² e “*Xokleng na Província do Paraná (Aldeamento de Papanduva)*”⁶³, de autoria do mesmo historiador.

O **volume XL** do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, publicado em 1983 pela Editora Lítero-Técnica, totaliza 261 páginas e congrega trabalhos de temática variada. A capa é ilustrada por uma fotografia em cores dos Saltos das Sete Quedas

⁵⁷ ROCHA NETO, Bento Munhoz. Poloneses no Paraná (Conferência). Edição Especial Comemorativa do 1º Centenário da Imigração Polonesa do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, v. XIV, Fasc. 3, p.1-2, 1971.

⁵⁸ PELLIZZETTI, Beatriz. Homenagem ao Dr. Brasil Pinheiro Machado. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: A. M. Cavalcanti & Cia Ltda., v. XXXIV, p. 210-224, 1978.

⁵⁹ WACHOWICZ, Ruy C. Comércio da madeira e a atuação do Brazil Railway no sul do Brasil. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLI, p. 41-77, 1984.

⁶⁰ WACHOWICZ, Ruy C. “Uti possidetis” – brasileiro na questão de Palmas. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XXXV, p. 193-218, 1979.

⁶¹ WACHOWICZ, Ruy C. Discurso de recepção aos novos sócios (1979). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XXXVII, p. 333-334, 1980b;

⁶² WACHOWICZ, Ruy C. Pedro II e os imigrantes em Curitiba. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: A. M. Cavalcante & Cia., v. XXXVII, p. 415-421, 1975.

⁶³ WACHOWICZ, Ruy C. Xokleng na Província do Paraná (Aldeamento de Papanduva). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XXXVII, p. 57-82, 1980.

e da ponte pênsil. Nesse número, destaca-se a publicação do artigo de Ruy Wachowicz, “*O papel dos índios na ocupação do sudoeste paranaense*”.⁶⁴

O **volume XLI** do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, publicado em 1984, reúne 128 páginas e foi impresso pela Editora Lítero-Técnica. O exemplar tem caráter comemorativo, assinalando o bicentenário de nascimento de Antônio Vieira dos Santos, além de contemplar outros temas de interesse historiográfico. Entre as contribuições publicadas, destaca-se o estudo de Beatriz Pellizzetti, intitulado “*Contribuição dos intelectuais italianos no Brasil (fim do século XIX e princípios do século XX)*”⁶⁵.

O **volume XLIII** do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, publicado em 1986, composto por 200 páginas e impresso pela Editora Lítero-Técnica, apresenta na capa a *Carta corográfica da Província do Paraná*, de 1882. Entre os artigos publicados, destaca-se o texto de Odah Regina Guimarães Costa, intitulado “*Estruturas agrárias de Curitiba-Paraná no século XIX. Posse, propriedade e trabalho*”⁶⁶.

O **volume XLV** do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* assinala a adoção do formato anual do periódico, publicado em volume único a partir de 1987. A edição, composta por 153 páginas e impressa pela Editora Lítero-Técnica, foi lançada em homenagem ao 75º aniversário de fundação da Universidade Federal do Paraná, trazendo na capa a fachada do edifício da instituição. Nesse volume, foram publicados os artigos, “*Considerações sobre o uso e a propriedade da terra em Curitiba – Paraná*”⁶⁷, de Odah Regina Guimarães Costa, e “*Economia e Escravidão no Paraná*”, da professora Márcia Elisa Graf⁶⁸.

O **volume XLVI** do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, apresenta 189 páginas, publicado em 1989, foi composto e impresso pela Gráfica e Editora Rocha Ltda. A capa traz a imagem de Manoel Correia de Freitas e o exemplar reúne estudos de temática diversificada, entre os quais se destaca o artigo, de Odah Regina Guimarães Costa, “*Reinhard Maack e o espaço ecológico do Estado do Paraná*”⁶⁹.

O **volume XLVII** do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, publicado em 1990, apresenta 203 páginas. O exemplar foi composto pela Works Informática e impresso pela Gráfica e Editora Santa Mônica. A capa faz referência à temática dos tropeiros e o sumário reúne textos de natureza diversificada. Entre os artigos publicados,

⁶⁴ WACHOWICZ, Ruy C. O papel dos Índios na ocupação do sudoeste paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XL, p.53-, 1983.

⁶⁵ PELLIZZETTI, Beatriz. Contribuição dos intelectuais italianos no Brasil (fim do século XIX e princípios do século XX). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLI, p. 81-94, 1984.

⁶⁶ COSTA, Odah Regina Guimarães. Estruturas agrárias de Curitiba – Paraná no século XIX. Posse, propriedade e trabalho. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, Editora Lítero-Técnica, v. XLIII, p. 77-, 1986.

⁶⁷ COSTA, Odah Regina Guimarães. Considerações sobre o uso e a propriedade da terra em Curitiba – Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLV, p. 79-98, 1987.

⁶⁸ GRAF, Márcia Elisa de Campos. Economia e Escravidão no Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLV, p. 99-114, 1987.

⁶⁹ COSTA, Odah Regina Guimarães. Reinhard Maack e o espaço ecológico do Estado do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica e Editora Rocha Ltda, v. XLVI, p. 55-72, 1989.

destaca-se “*Proclamação da República (1889) e a mudança da política de terras (A): o caso do Paraná*”⁷⁰, de autoria de Odah Regina Guimarães Costa.

O **volume XLVIII** do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* foi publicado em 1993, com 419 páginas, e dedicado às comemorações dos 300 anos da fundação de Curitiba. A edição apresenta, em sua capa, o brasão municipal de Curitiba e foi impressa pela Gráfica e Editora Santa Mônica, da capital paranaense. O volume reúne uma coletânea de artigos de diferentes historiadores, contemplando múltiplas temporalidades da história de Curitiba. Entre os textos publicados, destacam-se “*Câmara Municipal de Curitiba*”⁷¹, de Odah Regina Guimarães Costa, e “*Evolução Histórica de Curitiba*”, de Cecília Maria Westphalen⁷².

O **volume XLIX** do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* foi publicado em 1995, com 262 páginas e impresso pela Gráfica e Editora Santa Mônica. A capa traz a reprodução fotográfica de Lamenha Lins, presidente da Província do Paraná entre 1875-1877. Entre os destaques do exemplar figura o artigo de Odah Regina Guimarães Costa, intitulado “*Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, empresário schumpeteriano e a Revolução Federalista*”.⁷³

⁷⁰ COSTA, Odah Regina Guimarães. *Proclamação da República (1889) e a mudança da política de terras (A): o caso do Paraná*. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica e Editora Santa Monica, v. XLVII, p. 61-, 1990.

⁷¹ COSTA, Odah Regina Guimarães. *Câmara Municipal de Curitiba*. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica e Editora Santa Monica, v. XLVIII, p. 159-178, 1993.

⁷² WESTPHALEN, Cecília Maria. *Evolução Histórica de Curitiba*. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica e Editora Santa Mônica, v. XLVIII, p. 219-223, 1993.

⁷³ COSTA, Odah Regina Guimarães. *Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, Empresário Schumpeteriano, e a Revolução Federalista*. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Santa Mônica, v. XLIX, p. 195-212, 1995.

CAPÍTULO 1

O Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense: “Uma nova e promissora fase de promoção científica” (1948-1953)

O Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP), associação cultural, sediada na cidade de Curitiba, desempenhou um papel central como ponto de encontro de personalidades políticas e intelectuais. Sua principal finalidade era “pesquisar, interpretar e divulgar fatos históricos, geográficos e etnográficos, principalmente do Paraná”⁷⁴. Ao longo de sua trajetória, o Instituto passou por importantes transformações, desencadeadas por vários acontecimentos, mas três foram decisivos para a nova fase da instituição: o falecimento de Romário Martins⁷⁵, em outubro de 1948, e, pouco depois, a aprovação de um novo estatuto institucional, em novembro do mesmo ano⁷⁶, além da retomada, na década de 1950, da “publicação do Boletim para a divulgação de suas atividades culturais”⁷⁷, já existente desde as primeiras décadas de funcionamento do Instituto (fundado em 1900, sob a denominação de Instituto Histórico e Geographico Paranaense), como meio de divulgação de suas atividades culturais.

A centralidade dessas mudanças torna-se mais evidente quando se considera a longa atuação de Romário Martins (1874–1948), figura fundamental para a consolidação do Instituto. Nascido em Curitiba, foi tipógrafo e jornalista, além de ter exercido diversos cargos públicos, como o de oficial da Secretaria de Obras Públicas e Colonização e o de diretor do Museu Paranaense. Atuou também como membro do Centro de Letras do Paraná e destacou-se como idealizador e fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, do qual foi presidente por 48 anos consecutivos. No campo político, foi eleito deputado ao Congresso Legislativo em dez legislaturas. Sua inserção no meio intelectual extrapolou o âmbito regional: foi sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de

⁷⁴ Estatutos do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Cap. I, *Dos fins do Instituto*, Art. 1º. 1948. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. IV, fasc. 1, p. 50, 1950.

⁷⁵ MENDES et. al. **Um século de Cultura: História do Centro de Letras do Paraná 1912-2012**. Curitiba: Núcleo de Mídia e Conhecimento/Estúdio Texto, 2013, p. 88-89; CARNEIRO, Cíntia Braga. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná**. Curitiba: SAMP, 2013, p. 99. Suas principais obras são: **História do Paraná** (1900), **Quantos somos e quem somos** (1941), **Terra e Gente do Paraná** (1944).

⁷⁶ A partir de 22 de novembro de 1948, passou a ser Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense assim permanecendo até 29 de junho de 1999. **Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná**. Cap. I. *Do Instituto e sua finalidade*, Art. 1º, 1999, p.3.

⁷⁷ Idem, *ibidem*.

outros institutos históricos e geográficos, como os de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Nesse contexto de articulações, propôs, em 24 de maio de 1900, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Desse modo, sua morte, em 1948, não representou apenas o desaparecimento de uma liderança, mas marcou o encerramento de um ciclo institucional profundamente vinculado à sua figura, abrindo caminho para reestruturações formais e para a redefinição das práticas e dos meios de difusão intelectual do Instituto nas décadas seguintes.

Esses eventos impulsionaram um processo vigoroso de reconfiguração e renovação interna, redefinindo prioridades e estratégias para dar novo fôlego ao IHGEP frente às mudanças sociais e culturais do período. A reforma estatutária, já discutida pela instituição em outras ocasiões⁷⁸, não apenas consolidou uma nova nomenclatura e programa, como também abriu caminho para a retomada das publicações periódicas em 1950⁷⁹.

Essas iniciativas, coordenadas pelo Conselho da Presidência⁸⁰, inseriram-se no contexto das comemorações do cinquentenário do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (1950), o que também envolvia a retomada da publicação de seu *Boletim*, bem como os preparativos do centenário da emancipação político-administrativa do Paraná (1953). Nesse cenário, ganhou relevo a participação de novos sócios e sócias, em especial professores vinculados à universidade e a outras instituições científicas, como a Associação dos Geógrafos Brasileiros⁸¹.

⁷⁸ Reforma do Estatuto do Instituto Histórico. In: **Boletim n. 5. Instituto Histórico e Geográfico Paranaense**. Outubro de 1939. 2ª fase. p. 29-36. O material foi localizado na Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro. Código de localização: SHI - 52. 1.2 - N.16.

⁷⁹ A publicação do volume IV do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico, “cumpria [...] sequência do primitivo Boletim, e, na sua seriação, nenhuma relação guardava com as publicações feitas pelo Instituto Histórico, em 1939 e 1940, que, sob o título de Boletim, com o adicional de segunda fase, foram editadas sob a forma de folhetos [...], de caráter que só informativo afastando-se por isso completamente do primitivo plano da fase inicial do Boletim.” FERNANDES, José Loureiro. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 1950, Fasc. 1, p.4. Antes da publicação do IV volume do Boletim, o instituto sob a antiga nomenclatura, publicou o Volume I (1918), o Volume II (1919) e o Volume III (1925).

⁸⁰ Conselho da Presidência do IHGEP (1949-1951): Presidente (Aluizio França); 1º vice-presidente (Arthur Martins Franco); 2º vice-presidente (Antônio Baptista Ribas); 3º vice-presidente (José Loureiro Fernandes); 1º Secretário Pe. Vicente Vitola; 2º Secretário (Fernando Corrêa Azevedo); Tesoureiro (Dulcídio Tavares de Lacerda); Redator do Boletim (David Carneiro). In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Editora Guaíra & Ltda, v. IV, fasc. 1, 1950.

⁸¹ A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) foi fundada em São Paulo sob direção de Pierre Deffontaines e inspirada no modelo da Associação dos Geógrafos Franceses. Posteriormente Pierre Monbeig, que foi fortemente influenciado por Vidal de Lablache, assumiu a direção da AGB e foi responsável por formar gerações de geógrafos da Universidade de São Paulo. No Paraná, Loureiro Fernandes assumiu a liderança da AGB, formalizada na sala de reuniões do Museu Paranaense, em 20 de maio de 1941, quando ocupou a presidência desse novo núcleo em Curitiba. Somente na década de 1950 foi criada a Seção Regional do Paraná por iniciativa de vários geógrafos, geólogos e historiadores, com destaque especial do professor Reinhard Maack, primeiro diretor, e seus colegas João José Bigarella, Riad Salamuni, Cecília Westphalen, Altiva Pilatti Balhana, Arthur Barthelmess e Igor Chmyz, entre outros. ANTUNES, Charles da França. **A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – origens, idéias e transformações: notas de uma história**. Universidade Federal Fluminense. Niterói. Tese (Doutorado em Geografia). 2008.

Mais do que uma reconfiguração social e um mero movimento administrativo, o processo de renovação do Instituto só pode ser plenamente compreendido quando observado como lugar social da produção de saberes sobre o Paraná. Como lembra Michel de Certeau, “todo sistema de pensamento está referido a lugares sociais, econômicos, culturais, etc”⁸², não existem, portanto, narrativas que suprimam a singularidade do espaço de onde emergem. Sob essa perspectiva, este capítulo entende o IHGEP e seu periódico como espaços de produção de saberes, de sociabilidade intelectual⁸³, situado nas disputas de legitimação próprias do *campo científico*⁸⁴. Nesse sentido, o que importa aqui é apresentar como essa renovação institucional se estruturou, quais dinâmicas políticas, acadêmicas e culturais a impulsionaram e quais repercussões produziu para a trajetória do Instituto e para a historiografia paranaense, em particular a veiculada em seu *Boletim*. Outro objetivo é analisar o papel dos professores universitários enquanto pertencentes ao quadro associativo do instituto e mediadores dessa transformação, situando-os na confluência entre universidade, Instituto e demais arenas que compunham o espaço intelectual da época.

O reconhecimento do status do IHGEP por agentes vinculados ao campo disciplinar institucionalizado reforça a perspectiva de Bourdieu (2011), segundo a qual é no embate entre instituições acadêmicas distintas — e nas performatividades do *homo academicus* — que se configuram múltiplas sociabilidades e formas de autoridade, mostrando como funciona a lógica de autonomia e disputas internas.⁸⁵ Isso ajuda a pensar a lógica interna do campo disciplinar da história e a disputa por legitimidade historiográfica. Todavia também é pertinente lembrar a reflexão de Ângela de Castro Gomes (2007) para quem a cultura histórica é plural e relacional, construída não apenas pelos historiadores profissionais, mas em diálogo e concorrência com outros atores e práticas, o que permite, portanto pensar a pluralidade das culturas históricas que coexistem e dialogam⁸⁶.

Assim, o presente capítulo pretende apresentar os antecedentes da nova fase do Instituto e demonstrar como o período de 1948 a 1953 foi dinâmico e crucial para a renovação e afirmação científica do IHGEP no cenário local, por meio da realização de atividades científicas, como os congressos de história regional, e sua participação nos preparativos e ao longo da execução do programa oficial do governo do estado nas

⁸² CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 66.

⁸³ RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 252.

⁸⁴ BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. Lisboa: Presença, 1996.

⁸⁵ BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

⁸⁶ GOMES, Ângela Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha. SOIHET, Rachel. GONTIJO, Rebeca. (Orgs.) **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 48-49.

celebrações do Centenário de Emancipação Político-Administrativa do Paraná. Essa fase revela tanto as disputas internas por legitimidade historiográfica quanto a pluralidade de culturas históricas em circulação, a exemplo, da divulgada no *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico*, apontando para o modo como o Instituto se reconfigurou naquele período diante das demandas políticas, acadêmicas e culturais.

1.1 Antecedentes e renovação: a mudança de nomenclatura e a nova fase científica do Instituto

Fundado em Curitiba em 1900, na sala do Clube Curitibano⁸⁷, associação recreativa da elite local, o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense⁸⁸, desenvolveu ao longo do século XX diversas iniciativas conduzidas por seus sócios⁸⁹, com o objetivo de estruturar, reestruturar e consolidar a instituição no cenário regional e nacional. Suas reuniões, realizadas inicialmente em espaço cedido pelo Clube Curitibano, transferiram-se mais tarde para a Biblioteca Pública, e, depois, abrigou-se no endereço residencial de Romário Martins, à rua Cruz Machado, 269. Esse foi um longo percurso, marcado por diferentes circunstâncias, e alcançou um momento decisivo em 1948, quando a instituição alterou sua nomenclatura para Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, inaugurando uma nova fase em sua trajetória.⁹⁰ Os antecedentes institucionais revelam que essa trajetória foi instável, marcada por intensas dificuldades e de inúmeras tentativas de reorganização, o

⁸⁷ Inicialmente as atividades do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense aconteciam nas dependências do Clube Curitibano, espaço fundado em 6 de fevereiro de 1881, em Curitiba. O Clube edita sua própria revista, a Revista do Clube Curitibano, publicada entre 1890 e 1912, que foi o espaço cultural e literário ligado à instituição. MARACH, Caroline Marach, **Discursos e linguagens na Revista do Clube Curitibano (1890-1912)**. Tese (Doutorado em História), UFPR: Curitiba, 2013.

⁸⁸ A Assembleia que aprovou o instrumento normativo do IHGP, através do estabelecimento das propostas em Estatuto e lhe concedeu direito de funcionamento, aconteceu no dia 03 de junho de 1900. In: **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense**, Curitiba, v. I, 1918, p. 16-21. Pesquisas sobre o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense: BELTRAMI, Rafael. C. de C. Da Poesia na Ciência – Fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, uma história de suas ideias. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002; ROSEVICS, Larissa. **O Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a construção de um imaginário regional**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009; OLINTO, Beatriz A. O que é bom já nasce feito: Identidade para o futuro. In: **Pontes e Muralhas**. Diferença, Lepre e Tragédia no Paraná no início do século XX, 2ª ed. Guarapuava: Unicentro, 2013, p. 127-155; DIAS, M. **O Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a escrita da história entre 1918-1925**. Dissertação (Mestrado em História). UNICENTRO, Irati, 2016.

⁸⁹ De acordo com o Capítulo II dos estatutos do IHGEP, intitulado *Da organização social*, o IHGEP tinha as seguintes categorias de sócios: efetivos, honorários, correspondentes, beneméritos. In: **Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, Editora Guaíra Ltda., v. IV, fasc. I, p. 51, 1950.

⁹⁰ Estatutos do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. 1948. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. IV, fasc. 1, p. 50-59, 1950.

que interferiu na regularidade de suas atividades, especialmente as de pesquisa, dentre as quais se insere a publicação de seu periódico⁹¹.

No Brasil, os Institutos Históricos consolidaram-se como espaços de produção científica e de construção de identidades regionais, ainda que tenham incorporado em seus programas elementos específicos, de acordo com o alcance e as particularidades de cada região⁹². No caso paranaense, ao longo da primeira metade do século XX, a dinâmica do Instituto pode ser acompanhada pelas atividades de seus sócios e pela publicação do *Boletim*, especialmente entre 1918 e 1925⁹³. A posterior interrupção do periódico e as dificuldades enfrentadas pela instituição para realizar suas atividades editoriais coincidiram com a conjuntura política da época marcada pela ascensão da Era Vargas (1930-1945), momento em que Afonso Alves de Camargo é destituído do Poder, e o Estado do Paraná passou a ser governado por interventores federais⁹⁴.

Regionalmente, o período de centralização getulista manifestou-se no Paraná por meio da atuação de Manoel Ribas, que exerceu o cargo de interventor entre 1932 e 1934, foi Governador de 1935 a 1937 e voltou a ser Interventor de 1937 a 1945. Embora o início do processo de redemocratização tenha sido marcado pela permanência das forças políticas vinculadas a Ribas no Estado — representadas por seu herdeiro político, Moysés Lupion, a partir de 1945 —, esse contexto também foi atravessado por novas dinâmicas econômicas e territoriais. A expansão da fronteira agrícola, a centralidade da temática cafeeira e a persistência da herança ervateira configuraram elementos estruturantes desse período. Nesse cenário político, Brasil Pinheiro Machado, que também desempenhava a função de professor

⁹¹ Entre 1900 e 1995 houve períodos de interrupções na publicação do Boletim do Instituto. Seguem-se os dados dos anos em que o periódico não foi impresso: 1900-1917 (dezessete anos); 1920-1924 (4 anos); 1926-1949 (23 anos); 1952; 1954; 1955; 1958-1962 (5 anos); 1964-1966 (3 anos); 1982; 1985, 1988, 1991, 1994”. In: **Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense**, v. 61, 2010, p. 151.

⁹² GUIMARÃES, Manoel L. S. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.1, 1988. pp. 5-27; DIEHL, Astor. **A cultura historiográfica brasileira**. Do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf, 1998; FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870- 1940)**. São Paulo: UNESP, 2002.

⁹³ Em minha dissertação de Mestrado, realizei estudo considerando a escrita da história produzida no Instituto Histórico e Geográfico Paranaense entre 1918 e 1925. A partir da análise dos três volumes publicados no período, foi possível identificar: as condições de produção e os elementos que caracterizaram a escrita da história no Estado do Paraná difundida no Boletim do IHGP. DIAS, M. **O Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a escrita da história entre 1918-1925**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, Irati, 2016. 101f.

⁹⁴ **Governantes no período Republicano (1889-2022)**. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Governantes-no-Periodo-Republicano>. Acesso em ago. 2025.

do curso de história da Universidade do Paraná, foi nomeado interventor do Estado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra.⁹⁵

Neste contexto político, se por um lado, a atuação dos intelectuais paranistas⁹⁶ buscava assegurar ao Paraná um lugar na narrativa nacional e reforçar seus papéis políticos frente ao Estado⁹⁷, por outro lado, a baixa frequência de ações e a ausência de publicações do *Boletim* durante o governo de Getúlio Vargas evidencia os limites concretos enfrentados pelo Instituto. O silêncio editorial, associado tanto a possíveis dificuldades financeiras quanto ao rígido controle estatal sobre a imprensa, especialmente no Estado Novo (1937-1945), reduzia os canais de expressão do instituto, comprometendo a difusão de seu projeto identitário, limitando a circulação dos estudos e demais materiais, e criando dificuldades para a sua inserção pública. De acordo com Córdova (2016), o Paranismo, que no início do século movimentou o meio intelectual, cultural e artístico, intimida-se com o projeto de nacionalização da “Revolução de 30”⁹⁸. Posteriormente, face à onda de redemocratização do país em 1945, renasceu, desta vez especialmente pela intelectualidade que via no Paranismo o alcance histórico da tradição regional, demarcando discursos que buscavam comprovar-se por questões ligadas à formação social e histórica paranaense.

Diante desse cenário, os registros disponíveis sugerem que os sócios buscaram preservar a vitalidade da agremiação sobretudo por meio de debates internos, expressos nas discussões acerca da reforma e atualização dos estatutos. Essas iniciativas ganharam força a partir de 1939, quando se intensificaram as propostas de renovação normativa. No Boletim informativo de 1939, localizado no Rio de Janeiro, na Hemeroteca do IHGB, é possível identificar que se delineava um programa geral de estudos paranaenses que deveria priorizar quatro eixos: “o meio físico e vital, o meio econômico, o meio social e o meio cívico e moral”.⁹⁹ Tal proposta demonstra a presença de princípios positivistas, com apelo ao

⁹⁵ CORDOVA, Maria J. W. **Bento, Brasil e David: o discurso regional de formação social e histórica paranaense**. Editora: Universidade Federal do Paraná (UFPR). 2016. p. 16..

⁹⁶ Souza (2002), define que o Paranismo, grosso modo, foi como um movimento político-cultural surgido na década de 20, marcado por ações e representações com o objetivo de propiciar o desenvolvimento do Estado, considerado um movimento que pretendeu formar uma identidade regional, problemática constante nos estudos sobre o Paraná. SOUZA, Fabrício Leal. Nação e Herói: a trajetória dos intelectuais paranistas. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis. 2002. 126 f. Mais detalhes sobre o paranismo na historiografia paranaense consultar: PEREIRA, Luís F. L. **Paranismo: o Paraná inventado - cultura e imaginário no Paraná da I República**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

⁹⁷ CORDOVA, Maria J. W. **Tinguís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009. p. 53.

⁹⁸ CORDOVA, Maria J. W. **Bento, Brasil e David: o discurso regional de formação social e histórica paranaense**. Editora: Universidade Federal do Paraná (UFPR). 2016. p.58.

⁹⁹ Reforma do Estatuto do Instituto Histórico. In: **Boletim n. 5**. Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Outubro de 1939. 2ª fase. p. 29-36. Hemeroteca do IHGB. Código de localização: SHI - 52. 1.2 - N.16. Entre 1939 e 1940, o Instituto Histórico divulgou um boletim, em forma de folhetos, de caráter quase que só

progresso e à construção de ideais de grandeza moral, intelectual e material. Essas iniciativas foram realizadas quando o Instituto funcionava sob a antiga denominação e mantinha sua sede e biblioteca na residência de Romário Martins.

Romário Martins, idealizador e fundador do Instituto Paranaense, foi aclamado ainda em vida por seus pares com o título de Presidente Perpétuo¹⁰⁰, sendo responsável por transformar o Instituto em porta-voz do projeto de construção da identidade regional paranaense e afirmando-se como um de seus principais emissores. Sua obra *História do Paraná*, publicada pela primeira vez em 1899, favoreceu sua consolidação como referência no cenário político-cultural. A obra foi vista por David Carneiro¹⁰¹, um importante intelectual curitibano e sócio do instituto, como um ato contra o “desconhecimento local”, uma tentativa de tornar o estado conhecido pelos próprios paranaenses e do Brasil¹⁰². Sobre o livro, abrange temas como meio físico, posse da terra, caminhos históricos, fatores étnicos, povoamento do litoral e do planalto, origens da economia rural e organização do Estado, entre outros¹⁰³. Revisada e ampliada, ganhou novas edições em 1937, 1946 e 1995¹⁰⁴, fazendo parte da memória identitária oficial¹⁰⁵.

Como a maioria dos historiadores de sua época, Romário Martins era polígrafo, ou seja, escrevia sobre diversos temas, especialmente sobre história, mas sem um treinamento profissional especializado na área. Sua produção não se enquadra no padrão “científico-disciplinar” que viria a se firmar posteriormente no contexto da universidade, mas

informativo. Pela sua natureza, e na sua seriação, nenhuma relação guarda com as publicações feitas pelo instituto sob o título de Boletim. (FERNANDES, 1950, v. IV, fasc. 1, p. 4).

¹⁰⁰ FERNANDES, José Loureiro. A Renovação nos quadros do Instituto Histórico do Paraná – Discurso do Dr. Loureiro Fernandes. **Diário do Paraná**. Curitiba. 4ª feira, 2 de abril de 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171433&pesq=&pagfis=3475>. Acesso em: mai. De 2023.

¹⁰¹ David Antonio da Silva Carneiro (1904-1990), nasceu em Curitiba, foi um engenheiro, historiador, escritor, poeta e positivista brasileiro. Filho do coronel e industrial do erva-mate David Carneiro, estudou no Colégio Militar do Rio de Janeiro onde formou-se em Engenharia Civil pela Universidade do Paraná (atual UFPR) em 1928. Lecionou História e Economia em universidades dos Estados Unidos e, a partir da década de 1950, foi professor da Universidade Federal do Paraná. Escreveu mais de 70 livros, a grande maioria sobre a história do Paraná, como o livro *O Cerco da Lapa e Seus Heróis*. CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Bento, Brasil e David: o discurso regional de formação social e história paranaense**. 1 ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

¹⁰² CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Bento, Brasil e David: o discurso regional de formação social e história paranaense**. 1 ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2016, p. 63.

¹⁰³ MACHADO, Brasil Pinheiro. A historiografia de Romário Martins na sua "História do Paraná". **Anais do Colóquio de Estudos Regionais, comemorativo do I Centenário de Romário Martins**. 1974. Boletim n. 21. Curitiba. p. 44.

¹⁰⁴ A edição de 1995 foi publicada pela Fundação Cultural de Curitiba, com recursos da Prefeitura Municipal, compondo a Coleção Farol do Saber.

¹⁰⁵ CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Tingüís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

situa-se na “entrecena”, momento em que se estabelecem “regras para a escrita da história do Brasil construindo a área que se tornaria a partir daquele momento um campo disciplinar”¹⁰⁶.

Romário Martins não foi apenas um intelectual reconhecido no Paraná, mas também recebeu validação e reconhecimento de grandes nomes da historiografia nacional, que viam em sua obra uma contribuição significativa para os estudos regionais e para o campo histórico brasileiro. O seu protagonismo ultrapassou as fronteiras estaduais, como demonstra a apreciação elaborada pelo historiador Oliveira Viana (1883-1951) à segunda edição de *História do Paraná*, publicada em 1938, para quem “pelo método adotado (...) pela novidade das preocupações de fatos étnicos e sociais na explicação da evolução histórica do povo paranaense, bem como pela probidade da documentação e pela excelência das fontes, o livro de Romário Martins é uma bela realização de historiador”¹⁰⁷. Sobre a contribuição de Romário Martins ao conhecimento da história do Paraná, no ano de 1951, em ensaio intitulado “*O pensamento histórico nos últimos 50 anos*”, Sérgio Buarque de Holanda, ao apresentar um panorama da produção historiográfica brasileira dos primeiros cinquenta anos do século XX e destacar os estudos regionais produzidos no meio século que analisava, reitera sua importância e destaca o seu legado no âmbito dos “trabalhos dedicados à história regional”¹⁰⁸.

Para o período da primeira metade do século XX, o discurso autorizado de elaboração de uma identidade regional na formação social e histórica paranaense¹⁰⁹ estava associado ao *Paranismo*, tanto “matriz de discurso sobre região”, assim como “processo de idealização de uma identidade regional paranaense, e que apropriadamente, configurou-se enquanto propulsor de um discurso legítimo”¹¹⁰. O *Paranismo*, apreendeu não somente o ideal de identidade pretendido pela elite político-econômica em ascensão, mas fomentou “interesses” intelectuais¹¹¹. Nesse processo de elaboração do lugar do Paraná na cultura

¹⁰⁶ ANHEZINI, Karina. Na entrecena da construção da história no Brasil (1878-1934). In: MEDEIROS, Bruno F.; SOUZA, Francisco G. de; RANGEL, Marcelo de M.; PEREIRA, Mateus H. F. (Orgs.). **Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 150.

¹⁰⁷ Apud. CARNEIRO, Fernandes. Romário Martins. O fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 1950, v. IV, fasc. 1. p. 22.

¹⁰⁸ O ensaio foi publicado originalmente no jornal, *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1951, sob o título geral “Cultura Brasileira”. HOLANDA, Sérgio. O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy. **Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas**. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p.613.

¹⁰⁹ A sistematização da história regional e sua importância como fundamento da tematização da historiografia paranaense será abordada em profundidade no segundo capítulo.

¹¹⁰ CORDOVA, Maria J. W. **Tingüís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009. p. 17.

¹¹¹ Segundo Romário Martins, o termo *paranismo* foi primeiramente utilizado em 1906, por Domingos Nascimento (1863-1915), que foi jornalista, poeta, político e militar. Ao retornar de uma viagem ao norte do Paraná, ele constatou que os nascidos naquela região — majoritariamente paulistas — o identificavam como

nacional republicana o instituto se aproximava de uma concepção de história marcada por homenagens a figuras religiosas, pela excessiva valorização dos acontecimentos militares e políticos constitutivos do passado político nacional, como, por exemplo, as comemorações do cinquentenário da morte do Barão de Mauá, em 1939; a transladação dos restos mortais do Presidente Carlos Cavalcanti, em 1940; os festejos e a organização da exposição retrospectiva, em comemoração do 250º aniversário da Fundação de Curitiba, em 1942; as comemorações do Cinquentenário do Cerco da Lapa — evento cívico idealizado por David Carneiro (1904-1990)¹¹² —, promovido, em parceria com o Museu Paranaense e o Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB)¹¹³; e o *Primeiro Congresso de História da Revolução Federalista de 1894*¹¹⁴, que foi realizado na cidade de Curitiba entre 7 e 10 de fevereiro de 1944, ocasião que também contou com a participação do CEB nas homenagens pelo cinquentenário de falecimento do Barão do Cerro Azul¹¹⁵. As apresentações de trabalhos e os debates deste congresso ocorreram no salão nobre do Palácio, antiga Assembléia Legislativa do Estado. Participaram do congresso representantes de institutos históricos e demais instituições que abrigavam os dedicados à escrita da história, pautada em documentos e “testemunhos confiáveis”¹¹⁶. Além desses eventos, ainda cabe mencionar entre as atividades

‘paranista’ em vez de ‘paranaense’, estabelecendo assim uma distinção entre nativos do estado e aqueles nascidos em outros lugares. CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Bento, Brasil e David: o discurso regional de formação social e história paranaense**. 1 ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.p. 52.

¹¹² Para Machado (2012), o Cinquentenário do Cerco da Lapa, evento festejado durante a Segunda Guerra Mundial, comemorou a memória dos defensores da “unidade nacional”. A experiência do passado do acontecimento militar é reinterpretada em função de um novo conflito. In: MACHADO, Daiane. A comemoração de uma memória: o cinquentenário do Cerco da Lapa/PR (1894-1944). **Revista Patrimônio e Memória**, Assis, v. 8, n.2, p.111-127, jul.-dez., 2012.

¹¹³ Sebastião Ferrarini (2011), menciona que o Círculo Católico Paranaense, fundado em 30 de março de 1902, foi o precursor do Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB), criado em 1929, por figuras ilustres da sociedade intelectual e política de Curitiba, Luiz Gonzaga Miele, José Mansur Guérios e Loureiro Fernandes. In: FERRARINI, Sebastião. **Círculo de Estudos Bandeirantes**. Curitiba. Champagnat, 2011; HANICZ, Teodoro. Modernidade, Religião e Cultura. O Círculo de Estudos Bandeirantes e a Restauração do Catolicismo em Curitiba (1929-1959). Doutorado em Ciências a Religião. PUC. São Paulo. 2006. p. 210; À época de sua criação, o CEB tornou-se uma importante referência intelectual, cultural e mesmo moral. O círculo foi “raiz geradora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná” e também teve sócios convidados para compor o corpo docente do curso de História e Geografia da FFCL-UP. (FAGUNDES, 2019).

¹¹⁴ A Revolução Federalista aconteceu no contexto da consolidação da República proclamada em 1889. O movimento começou no Rio Grande do Sul, em 1893, e foi se expandindo por toda região sul, chegando até a Lapa, local importante, que significou o marco do fim deste conflito. O Paraná estava estrategicamente localizado na luta entre legalistas, grupo ligado ao governo central e federalistas, opositores que lutavam pela libertação do Rio Grande do Sul. In: PRIORI, Antonio. A Revolução Federalista e o Cerco da Lapa. PRIORI, A. et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. p. 28. Para a historiadora Sandra Pesavento (1983), a Revolução Federalista foi o movimento de contestação mais sério enfrentado pela então recém-proclamada República brasileira. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista**. São Paulo, Brasiliense, 1983. 101 p.

¹¹⁵ PILOTTO, Osvaldo. Sinopse Histórica do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, 1963, v. VIII, fasc. 1-2-3, p.5-6.

¹¹⁶ MACHADO, Daiane. A comemoração de uma memória: o cinquentenário do Cerco da Lapa/PR (1894-1944). **Revista Patrimônio e Memória**, Assis, v. 8, n.2, p.111-127, jul.-dez., 2012.

realizadas pelo instituto, a Homenagem ao primeiro bispo paranaense dom Alberto José Gonçalves¹¹⁷ e os preparativos para participar na efeméride do *Centenário da Emancipação Política do Paraná* que aconteceria em 1953¹¹⁸.

Priorizar como os acontecimentos históricos são apresentados, datados, narrados e as figuras históricas destacadas, também diz muito sobre culturas políticas específicas de uma época e dos relevos em suas historiografias. Em *Historiografia e Cultura Histórica*, Manoel Luís Salgado Guimarães (2005), refere-se ao conjunto de representações, conhecimentos, valores, crenças, memórias e práticas relacionadas ao passado, socialmente compartilhado e constantemente reelaborado. Ao destacar a articulação entre linguagem e eventos do passado, o autor evidencia que a escrita da história não se limita a um espelho dos fatos, mas constitui um processo de mediação simbólica no qual se produzem sentidos sobre o passado e se legitimam determinadas visões de mundo¹¹⁹. Ou seja, a cultura histórica é a forma como uma comunidade entende, interpreta e se apropria da história, construindo sua identidade e sentido de continuidade temporal.

Deste modo, a ampliação do programa de trabalho do Instituto deve ser entendida no contexto de uma redefinição institucional mais ampla, na qual a Sessão Magna de 29 de março de 1947 assumiu um papel estratégico¹²⁰. Longe de se reduzir a um ato solene, o evento funcionou como gesto simbólico de reafirmação da relevância do Instituto e de legitimação de sua continuidade através da consolidação de uma nova fase em seus rumos. Realizada em sintonia com a recente reestruturação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná (1946) — processo em que seus sócios, por serem professores universitários, desempenharam papel ativo —, a solenidade conectava a vida institucional ao cenário político mais amplo, marcado no âmbito federal pela promulgação da Constituição Federal do Brasil, em 18 de setembro de 1946, colocando fim ao Estado Novo, instaurado por Getúlio Vargas em 1937 e restabelecendo a democracia no país, bem como,

¹¹⁷ Homenagem ao grande bispo paranaense dom Alberto José Gonçalves. **Diário do Paraná**. 28 de junho de 1946. Curitiba. Coluna Sociais. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171433&pesq=&pagfis=1663>. Acesso em ago. 2025. Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

¹¹⁸ Centenário da Emancipação Política do Paraná – Cogita do Instituto Histórico e Geográfico das Comemorações da Gloriosa Efeméride. **Diário do Paraná**. Curitiba. 29 de junho de 1947. Coluna Sociais. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171433&Pesq=instituto%20hist%c3%b3rico&pagfis=4034>. Acesso em ago. 2025. Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional. As atividades que envolveram os festejos do I Centenário da Emancipação Política do Paraná foram desenvolvidas em outro momento desse mesmo capítulo.

¹¹⁹ GUIMARÃES, Manoel L. S. *Historiografia e cultura histórica: notas para um debate*. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 31-47, jan./jun. 2005.

¹²⁰ FERNANDES, José Loureiro. Discurso de Loureiro Fernandes. Renovação nos quadros do Instituto Histórico do Paraná. **Diário do Paraná**. Curitiba. n. 429, ano III, 2 abr. 1947. p. 5. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171433&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=3475>. Acesso em jan. 2022. Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

pela Constituição estadual no governo de Moysés Lupion (1947-1951)¹²¹, um feito político para o Paraná que até então era liderado por interventores federais. Tal cenário demonstra as estratégias e a capacidade de adaptação e renovação da instituição ao longo do tempo.

A sessão do IHGEP mencionada há pouco realizada em 29 de março de 1947 foi notícia divulgada na imprensa local curitibana, pelo jornal “*Diário do Paraná*”¹²², na época, mídia fundamental para a difusão de notícias e atividades culturais do instituto paranaense, o que ajudou a manter o público informado de suas iniciativas. A matéria intitulada *Reúne-se hoje o Instituto Histórico do Paraná* foi a primeira publicada na seção “Última Hora”, e divulgou o encontro a ser realizado pela instituição, a notícia pode ser lida no canto superior direito da quarta página da edição do jornal paranaense que circulou naquele sábado¹²³. Para Ângela de Castro Gomes (1996), os jornais, as revistas e outros periódicos funcionam não apenas como espaços de produção de saberes, mas sobretudo como “espaço de exibição e legitimação”¹²⁴ desses saberes. Nesse sentido, os sócios do Instituto Paranaense, principalmente aqueles diretamente ligados à sua diretoria, faziam parte de grupos maiores e atuavam, entre outros cenários, também na imprensa local, para exibirem seus projetos políticos e culturais, além de firmarem sociabilidades por meio das quais podiam difundir suas ideias em outros espaços da cidade.

A sessão de 29 de março de 1947, convocada pelo secretário do Instituto, padre Vicente Vitela, e divulgada na imprensa local, tinha como propósito discutir e aprovar o anteprojeto dos novos Estatutos. O documento previa a consolidação de uma nova organização e a redefinição do título — Histórico, Geográfico e Etnográfico —, em sintonia com a divisão do trabalho científico que se buscava implementar. Coube a Loureiro Fernandes¹²⁵, então vice-presidente do Instituto, conduzir a Assembleia. Sua atuação nesse

¹²¹ Constituições do Paraná: (1891); (1892); (1927); (1935); (1947); (1967); (1989). Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Constituicoes-do-Parana>. Acesso em: out. de 2023.

¹²² O jornal *Diário do Paraná* (1945-1947), foi o quinto periódico paranaense com este nome e teve como diretor Caio Machado e Frederico Faria de Oliveira. PILOTTO, Osvaldo. **Cem ano de Imprensa no Paraná 1854-1954**. Edição do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba. 1976. Exemplares digitalizados do jornal “*Diário do Paraná*”, publicados entre 1945-1947, foram encontrados no site da Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional. Desse contato foi possível elaborar o estudo - O “*Diário do Paraná*” (1945-1947): Reflexões a partir da história da leitura da imprensa periódica publicado nos **Anais do 32 Simpósio Nacional de História - Anpuh Nacional**. São Luís. Maranhão. 16 a 21 de julho de 2023.

¹²³ Reúne-se hoje o Instituto Histórico do Paraná. **Diário do Paraná**. Curitiba, n. 426, ano II, 29 mar. 1947. Última Hora. p. 4. Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171433&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=3452>. Acesso em jan. 2025.

¹²⁴ GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio.... **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 65, 1993. p. 45.

¹²⁵ José Loureiro de Ascensão Fernandes, natural de Lisboa, Portugal, 12-5-1903. Médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, buscou especializar-se em Antropologia e Etnologia, aprimorando-se

momento revelou-se especialmente significativa: Fernandes foi o primeiro professor universitário a integrar o Conselho de Presidência, fato inusitado na história da instituição e que marca um ponto de inflexão na trajetória do IHGEP, simbolizando a aproximação cada vez maior entre o Instituto e o meio acadêmico. Cabe destacar que Loureiro Fernandes assumiria a cátedra de Antropologia, Etnografia Geral e Etnografia do Brasil no curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná em 1952¹²⁶, e atuaria na vice-presidência do IHGEP entre 1949-1951.

O discurso proferido por Loureiro Fernandes naquela sessão de 29 de março realizada na sala de reuniões do Centro de Estudos Bandeirantes na rua XV de Novembro 1.050, foi publicado no jornal *Diário do Paraná*, em 4 de abril de 1947. A notícia foi destaque do caderno intitulado *Sociais*, ocupando o lugar central da quinta página do periódico, que era composto em sua totalidade de oito páginas. Segundo a notícia, a Assembleia reuniu figuras de destaque do cenário político, religioso e militar paranaense, entre elas o representante do governador, tenente Francisco Perini, o arcebispo Euzébio da Rocha, o general Mário Travassos, e o presidente da Assembleia Estadual, Dr. Alfredo Pinheiro Jr. A presença dessas personalidades revela a dimensão pública e simbólica do encontro, que não se restringiu a um ato interno, mas se projetou como momento de renovação e afirmação do Instituto no espaço político e cultural do Paraná. Ao marcar o início de uma nova fase, caracterizada pela redefinição de objetivos, ampliação do perfil dos associados e pela alteração de sua nomenclatura, a Assembleia inscreveu-se no movimento de reposicionamento institucional mais amplo. Nas palavras registradas à época, o encontro simboliza “[...] os novos rumos do Instituto em sua nova fase. Novo impulso foi dado a esta respeitável instituição cultural”¹²⁷.

Parte das realizações dessa sessão e do discurso proferido foram incorporadas ao texto de apresentação do primeiro volume do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* em 1950, redigido pelo próprio Fernandes na qualidade de presidente do Instituto e com edição sob incumbência do historiador David Carneiro. Nesse

em instituições na Alemanha, junto ao Museu do Homem em Paris, e na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. In: KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. José Loureiro Fernandes, um intelectual na “Província”. **Revista Arqueologia**, Número especial, Curitiba, v. 3, p. 147, 2005. Foi presidente do Conselho Técnico Administrativo, atuou como vice-diretor da Faculdade, e também como membro do Conselho Universitário da Universidade do Paraná. No IHGEP, ocupou diferentes funções administrativas, atuando nos cargos de presidente (1951), vice-presidente (1953-1955 / 1961-1963).

¹²⁶ Atuou como docente de Antropologia, Etnografia Geral e Etnografia do Brasil do curso de Geografia e História da FFCL-UP. **Anuário da Universidade do Paraná**. Curitiba. p. 90, 1948.

¹²⁷ Reúne-se hoje o Instituto Histórico do Paraná. **Diário do Paraná**. Curitiba, n. 426, ano II, 29 mar. 1947. Última Hora. p. 4. Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171433&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=3452>. Acesso em jan. 2025.

periódico, observa-se que, para José Loureiro, “a reorganização dada a essa conjunção de esforços, agrupando nossos cultores da História, da Geografia e da Etnografia nas respectivas divisões especializadas, constitui, hoje, base real para uma nova e promissora fase de promoção científica.”¹²⁸

1.1.2 A definição das áreas de atuação priorizadas na renovação do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense

A Sessão Magna da Assembleia do Instituto Paranaense, realizada em 29 de março de 1947, foi decisiva para a definição das áreas de competência que passariam a orientar essa nova fase da instituição: história, geografia e etnografia. A escolha não foi aleatória. Com relação ao debate etnográfico, ao final da década de 1940, ganhava crescente relevância no cenário intelectual brasileiro, em sintonia com os projetos nacionais de mapeamento da diversidade étnica e com a valorização das pesquisas de caráter científico-disciplinar. Inserido nesse contexto, o Instituto Paranaense tratou a etnografia como eixo normativo de sua atuação, decisão que se refletiu diretamente na atualização de sua denominação para Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, formalizada com a aprovação do novo Estatuto em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de novembro de 1948.¹²⁹

Ainda que a inclusão da etnografia na nomenclatura institucional representasse uma inovação formal, sua presença no Instituto não era inédita, desde o início do século XX, havia comissões e publicações voltadas a essa temática¹³⁰. Tal tradição dialogava com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde a etnografia, desde o século XIX, desempenhou papel central no desenvolvimento científico e institucional¹³¹.

¹²⁸ FERNANDES, José Loureiro. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. IV, fasc. 1, p. 3, 1950.

¹²⁹ Estatutos do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. v. IV, fasc. I, jan. p. 50-59, 1950.

¹³⁰ SILVA, F. C. P. de. Aprisionados em páginas: discurso acerca dos indígenas no Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (1918-2010). TCC. DEHIS, UFPR, Curitiba, 2016; DIAS, M. Os estudos etnográficos nas páginas do Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (1918-1925). *Revista Escripturas*, Petrolina, v. 3, n. 1, p. 137-150, 2019.

¹³¹ IHGB, onde desde o oitocentos, o saber etnográfico se configurou como um saber científico privilegiado para conferir um lugar aos indígenas e negros na formação da nação. TURIN, Rodrigo. A história profunda da nação: conjunções e distensões entre o etnográfico e o histórico (1870-1900). *Intellèctus*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2009. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellect_us/article/view/27663. Acesso em: 21 ago. 2025; KODAMA, Kaori. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 5, n. 2, p. 253-272, maio-ago. 2010. Naquele momento um dos principais debates da intelectualidade brasileira consistia no entendimento do papel histórico das etnias no processo de consolidação da nação, já que se buscavam alternativas ou justificativas para a população mestiça que compunha o povo brasileiro. SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco – Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Em *Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*, Rodrigo Turin analisa a produção intelectual de homens de letras vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com ênfase em textos elaborados entre 1840 e 1870¹³², dando ênfase não apenas a produção institucional do IHGB, mas também materiais do Museu Nacional e escritos de autores como Sílvio Romero, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha. Ao propor uma contribuição para a história da etnografia no Brasil, Turin reconstrói, por meio da análise desses textos oitocentistas, distintas formas de articulação entre temporalidade, alteridade e escrita histórica, evidenciando aquilo que denomina “texturas temporais” do discurso etnográfico.

É necessário, contudo, matizar a ideia de que a presença da etnografia no IHGB tenha representado uma ruptura ou novidade substantiva apenas em momentos posteriores. Como demonstra Turin (2013), o discurso etnográfico esteve fortemente presente no Instituto ao longo de todo o século XIX, constituindo-se como elemento central de sua prática científica e de sua reflexão sobre a nação e o “outro”.

Essa trajetória dialogava diretamente com a experiência do próprio IHGB, no qual a etnografia desempenhou, desde o século XIX, papel fundamental na consolidação de um projeto científico e institucional voltado à compreensão do território, da população e da formação nacional. Como observa Souza (2015), o termo “antropologia” era pouco mobilizado no vocabulário do Instituto, em grande medida por sua associação aos estudos biológicos, que ganharam proeminência política e intelectual nas primeiras décadas do século XX. Até então, a escrita etnográfica produzida no âmbito do IHGB, assim como seus discursos sobre a alteridade, privilegiava o estudo dos povos indígenas e a investigação de suas origens, ancorando-se em categorias como civilização, progresso, evolução e raça¹³³. Aos poucos, no entanto, o olhar do etnógrafo deixou de se restringir à relação entre indígenas e civilização, passando a abarcar também os negros após a abolição, os imigrantes europeus e, de forma mais ampla, a composição de um “tipo brasileiro”¹³⁴. O que se observa, é uma reconfiguração de sentidos.

SCHWARCZ, Lília K. M. **O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹³² TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. 270p.

¹³³ SOUZA, Bruno. S. L. **Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no início do século XX**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. 2015. p.57.

¹³⁴ SOUZA, Bruno. S. L. Escritas da etnografia e da história no I Congresso de História Nacional do IHGB (1914). In: BELCHIOR, L. H. et. al (org.). **Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da História e História da Historiografia: diálogos Brasil-Alemanha**. Ouro Preto: EDUFOP, 2013, p. 5.

O acréscimo do termo “etnográfico” às normativas do instituto paranaense também pode estar associado a atuação de Loureiro Fernandes¹³⁵. À época dessas modificações, o sócio do IHGEP era uma figura de destaque no Museu Paranaense, onde coordenava a área de Antropologia e Etnografia e atuou no cargo de diretor por duas oportunidades, nos períodos de 1936 à 1943, e, 1945 à 1946¹³⁶. No espaço universitário, fez parte com outros professores catedráticos¹³⁷, como Lacerda Pinto e Homero Braga, da comissão dos Estatutos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras¹³⁸, atuando ativamente na reconstituição da Universidade do Paraná em 1946, que foi efetivada pelo Ministro de Estado da Educação e Saúde, Ernesto Souza Campos¹³⁹. No cenário universitário, também foi professor do curso de Geografia e História da Universidade do Paraná, criado em 1938, ocupando a cátedra de Etnografia e Antropologia em 1952¹⁴⁰.

No discurso proferido em 29 de março de 1947, Loureiro Fernandes também destacou o caráter exclusivo das atividades históricas no instituto paranaense, e que seria nula a sua reorganização social se “fosse para continuar a cultuar a própria história apenas dentro daquela sua velha concepção pragmática, incompatível com as pretensões científicas que ela

¹³⁵ MARCHETTE, T. D. **A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia do Paraná no território acadêmico 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico**. 2013. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2013. p. 70.

¹³⁶ SANTOS, Silvío C. dos (Org.); HELM, Cecília M. V. TEIXEIRA, Sérgio A. **Memória da antropologia no Sul do Brasil**. Florianópolis: Editora da UFSC: ABA, 2006. 208 p.

¹³⁷ Segundo Machado (2016, p. 82), a estrutura das Cátedras conferia ao professor um assento vitalício, tornando-o titular de uma cadeira, responsável por organizar a disciplina e indicar seus assistentes e auxiliares, dentro dos regulamentos institucionais. Aos catedráticos cabiam também os cargos de liderança e a participação em órgãos colegiados, centralizando as principais deliberações universitárias. Essa configuração, entretanto, foi criticada por analistas que apontaram a formação de verdadeiros “feudos” em torno do catedrático, considerado soberano em sua cadeira e favorecido pela acumulação de poder que a legislação lhe garantia. Se, por um lado, essa posição possibilitava dinamizar o ensino e a pesquisa, por meio da contratação de profissionais qualificados e da constituição de grupos ativos, por outro, o desinteresse do titular podia comprometer qualquer avanço, sendo frequente a prática de nomeações baseadas na lógica de favores e do apadrinhamento pessoal. Cf. ROIZ, D. da S. **Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)**. Curitiba: Appris, 2012, p. 44-58; FAVERO, M. de L. A. Da Cátedra Universitária ao Departamento: subsídios para discussão. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 23, 2000, Caxambu-MG. Anais... Caxambu, 2000, p. 1-15. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF>. Acesso em set. 2025.

¹³⁸ **Anuário da Universidade do Paraná**, 1946-1947, p. 24.

¹³⁹ O ato oficial da instituição da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade do Paraná foi aprovado mediante decreto baixado pelo Sr. Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, nos seguintes termos: Decreto – Lei n. 9323. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1946.

¹⁴⁰ ROIZ, Diogo da S. A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (1938-1971). **Diálogos**, 24(3), 305-330. p. 315; O Professor José Loureiro participou da I Reunião Brasileira de Antropologia, em 1953, no Museu Nacional, juntamente com os antropólogos que deliberaram sobre a criação da ABA, efetivada em 1955, com a constituição de diretoria e conselho científico, do qual o professor fez parte; criou e dirigiu o Departamento de Antropologia, que integrava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de 1958 a 1968, quando se aposentou da cátedra de Antropologia. SANTOS, Silvío Coelho dos (Org.); HELM, Cecília Maria Vieira; TEIXEIRA, Sérgio Alves. **Memória da antropologia no Sul do Brasil**. Florianópolis: Editora da UFSC: ABA, 2006.

hoje justamente se arroga”¹⁴¹. Percebe-se que a reestruturação do Instituto era atravessada por debates sobre a necessidade de nova orientação científica em sua produção, além de sugerir um desejo de transformação no enfoque das atividades da instituição e na mudança da abordagem histórica que precisava ser atualizada e se alinhar com as aspirações científicas contemporâneas, com crescente ênfase na pesquisa acadêmica e no uso de metodologias mais sofisticadas.

Essa preocupação também se manifestava no âmbito universitário. Exemplo disso foi a aula inaugural da cátedra de História do Brasil, proferida em 16 de março de 1940, intitulada “*O método nos estudos históricos*”¹⁴², e posteriormente publicada no *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná* — publicação anual em que são registradas as atividades institucionais e meio em que os docentes de História registravam suas atividades intelectuais¹⁴³. Nela, o professor Brasil Pinheiro Machado defendia que a História não deveria restringir-se apenas às questões políticas e diplomáticas, predominantes na produção do Instituto Paranaense até então — ainda que fundamentais —, mas deveria igualmente abarcar as dimensões culturais, pois, em suas palavras, “a história nacional do Brasil é a história de sua cultura”¹⁴⁴. Essa posição ganha maior densidade quando situada em sua trajetória intelectual e política.

Brasil Pinheiro Machado¹⁴⁵ (1907–1997) formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e atuou como professor de História do Brasil na Universidade Federal do Paraná entre 1938 e 1978. Paralelamente à carreira acadêmica, teve destacada atuação pública: foi prefeito de Ponta Grossa, deputado estadual, deputado federal e interventor do Paraná em 1946 pelo Partido Social Democrático (PSD). No âmbito institucional, ocupou ainda funções de direção e gestão universitária, como diretor e vice-diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná e vice-reitor da

¹⁴¹ FERNANDES, José Loureiro. Discurso de Loureiro Fernandes. Renovação nos quadros do Instituto Histórico do Paraná. *Diário do Paraná*, n. 429, ano III, 2 abr. 1947. p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=17_1433&pesq=&pagfis=3475. Acesso em jan. 2022.

¹⁴² *Anuário da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade do Paraná*. Curitiba. 1940-1941, 1942.

¹⁴³ Trata-se do lançamento inaugural do *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná*, publicação que marcou a consolidação da instituição após anos de atividades incipientes, com apoio da União Brasileira de Educação e Ensino e dos Irmãos Maristas. O volume reuniu trabalhos dos professores das diversas cátedras e também produções de alunos que se destacaram pela originalidade e profundidade. Além disso, foi apresentado como instrumento de intercâmbio intelectual, considerado útil e necessário para o diálogo entre entidades culturais do Brasil e do exterior. *Anuário da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade do Paraná*. Curitiba. 1940-1941, 1942.

¹⁴⁴ MACHADO, Brasil Pinheiro. *Anuário da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Paraná*. Anuário 1940-1941. Curitiba. 1942. p. 12.

¹⁴⁵ CORDOVA, Maria Julieta Weber. Intelectualidade, Escrita da História e Política no Paraná. *Anais eletrônicos – XVI Encontro Regional de História – Tempos de transição*. 2018, p. 3.

Universidade Federal do Paraná, também fez parte do Conselho Diretor do IHGEP. Além disso, exerceu cargos de relevo no campo jurídico, como Procurador-Geral da Justiça, chefe do Ministério Público e presidente do Tribunal de Contas do Paraná.

Desse modo, sua defesa de uma ampliação do escopo da História — incorporando as dimensões culturais — pode ser compreendida não apenas como uma proposição teórica, mas como parte de uma atuação mais ampla, situada na intersecção entre produção historiográfica, vida institucional e experiência política.

De acordo com a definição de Brasil Pinheiro Machado,

A história do Brasil é a história da cultura portuguesa em terras brasileiras, cultura sempre modificada por contribuições das mais diversas, e cuja área cultural vai sempre se expandindo na direção da fronteira política. E a história política do Brasil é a história da vigilância dos governos em preservar a desagregação dessa cultura, por influências muito fortes, que, por acaso, tenham força de quebrar a sua estupenda unidade, unidade que herdamos do gênio português. (MACHADO, 1942, p. 17)

Brasil Pinheiro Machado enfatiza a história cultural brasileira, articulando-a à herança portuguesa e tradições regionais para consolidar uma consciência histórica nacional, sua proposta amplia o campo da história além da política, mas mantém um viés identitário e nacional, centrado na preservação e valorização da cultura como elemento estruturante da experiência histórica do país. Durante suas aulas como catedrático de História do Brasil, Brasil Pinheiro Machado apontava para uma renovação metodológica que buscava ampliar os horizontes da pesquisa histórica, aproximando-a da noção de cultura em sentido amplo. Ao citar Edward B. Tylor, o autor mobiliza a definição de cultura como um “todo complexo”¹⁴⁶, que abrange conhecimentos, crenças, artes, moral, costumes e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade. Essa concepção constituía-se no eixo central da interpretação de Brasil Pinheiro Machado da experiência histórica nacional e, de modo particular, da história regional do Paraná. Seu programa metodológico, ancorado na disciplina e na objetividade da pesquisa documental, procurava romper com verdades cristalizadas pela tradição erudita, ao mesmo tempo em que sinalizava para a ampliação das fronteiras do fazer historiográfico, ao afirmar que, “já de tempos, não é a simples história política que interessa”¹⁴⁷. No entanto, embora tais diretrizes tenham sido sinalizadas no interior da

¹⁴⁶ MACHADO, Brasil Pinheiro. *Anuário da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Paraná*. Anuário 1940-1941. Curitiba. 1942. p. 12.

¹⁴⁷ MACHADO, Brasil Pinheiro. *Anuário da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Paraná*. Anuário 1940-1941. Curitiba. 1942. p. 12.

Universidade e reverberado no discurso de alguns intelectuais que também eram sócios do instituto, elas não se materializaram de imediato no IHGEP.

Em sintonia com as transformações mais amplas da historiografia, José Loureiro Fernandes procurou orientar os rumos dos estudos históricos no Instituto. Sua atuação foi marcada pela experiência como professor de Antropologia e Etnografia no curso de História da Universidade do Paraná — no mesmo período em que Brasil Pinheiro Machado, também sócio e membro do conselho da presidência do IHGEP, lecionava História do Brasil —, contexto que contribuiu para fortalecer sua postura crítica em relação à permanência de concepções tradicionais, que restringiam a escrita da história à mera exaltação de personagens e feitos heroicos. Para ele, essa prática afastava o pesquisador do exercício científico, sendo urgente, portanto, “abandonar em nosso meio, esse reprovável método de reunir dados, com o fim exclusivo de ajustá-los a [...] heróis”¹⁴⁸.

A proposta de renovação de José Loureiro Fernandes no Instituto também dialogava com a conjuntura nacional da produção historiográfica, marcada tanto pelas orientações de José Honório Rodrigues — que desde os anos 1940 defendia maior atenção às teorias, métodos e à própria “história da história”¹⁴⁹ — quanto pelas formulações de Eduardo de Oliveira França, oficialmente incorporado à Universidade de São Paulo apenas em 1951, quando se tornou catedrático, todavia, já atuava no ambiente universitário desde 1939, inicialmente vinculado por relações acadêmicas e de proximidade intelectual — tornando-se assistente de Eurípedes Simões de Paula — e consolidando progressivamente sua carreira. Em 1941, defendeu sua tese, etapa fundamental de sua afirmação no campo historiográfico, que culminaria, uma década depois, com a defesa de cátedra e sua efetivação como professor catedrático.

No plano teórico-metodológico, suas posições reafirmavam a centralidade do método na prática historiográfica, em contraposição a perspectivas que subordinavam a pesquisa exclusivamente ao “problema” ou à “documentação”¹⁵⁰. Nesse sentido, advertia para os riscos daquilo que denominava “tirania da prova documental”, enfatizando a necessidade de mediação crítica e de rigor metodológico na construção do conhecimento histórico. Em sua justificativa evoca a autoridade de Lucien Febvre para afirmar que não existe história sem

¹⁴⁸ FERNANDES, José Loureiro. Discurso de Loureiro Fernandes. Renovação nos quadros do Instituto Histórico do Paraná. **Diário do Paraná**, n. 429, ano III, 2 abr. 1947, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171433&pesq=&pagfis=3475>. Acesso em: mai. de 2023.

¹⁴⁹ FREIXO, A. de L. Um ‘arquiteto’ da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 62, p. 158, 2011. Apud. MACHADO, 2016.

¹⁵⁰ RODRIGUES, Lidiane Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 11, abril. p. 95, 2013.

historiadores, são eles que constroem os fatos, ainda que não os inventem¹⁵¹. Neste contexto, ganhava espaço a valorização de trabalhos práticos e da aplicação de métodos, em contraste com o estudo dos procedimentos da história dita “tradicional”.

Para Eduardo d’Oliveira França, o estudo dos documentos — a “toilette dos documentos” — é apenas uma etapa preparatória¹⁵². A história surge apenas quando o historiador aplica interpretação crítica e constrói sentido. O que avalia ser “história mesmo” é algo que “vem antes ou vem depois. Não se constrói edifícios sem tijolos, mas um monte de tijolos não é um edifício”. Somente “quando entra o espírito”, “emerge a história”¹⁵³. Ademais, o acesso do historiador a manuscritos em Paris, viabilizado pelo apoio de Fernand Braudel e Victorino Magalhães Godinho, revela a vinculação direta com correntes historiográficas europeias — em especial com o movimento dos *Annales* —, contribuindo para a consolidação de métodos que articulavam o rigor documental à análise interpretativa¹⁵⁴.

Os *Annales* abriram espaço para uma nova forma de abordar o passado. Neste cenário, o documento deixou de ser visto como ponto de partida neutro e absoluto, passando a integrar uma abordagem em que a formulação do problema e o planejamento do trabalho historiográfico assumiram centralidade. A crítica, portanto, deslocava-se de uma história *événementielle* e do acúmulo factual para a construção interpretativa, revelando os limites do modelo metódico francês. Ao redefinirem as maneiras de formular problemas de pesquisa e de planejar o trabalho historiográfico, também transformaram os próprios critérios de pertencimento a uma “comunidade histórica”¹⁵⁵.

Nota-se que a preocupação em redefinir os fundamentos teóricos e historiográficos do conhecimento histórico não era exclusividade do cenário brasileiro, mas encontrava paralelo

¹⁵¹ Lucien Febvre (1878–1956) foi um historiador francês. Em 1929, junto com Marc Bloch, fundou a revista *Annales d’Histoire Économique et Sociale*, marco inicial da chamada *Escola dos Annales*. A partir dos anos 1930, tornou-se professor no Collège de France, consolidando grande influência no campo da História no século XX.

¹⁵² RODRIGUES, Lidiane Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 11, abril, p. 97, 2013.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ O marco inicial da Escola foi o lançamento da Revista *Annales d’histoire Économique et Sociale* em 1929, que se estabeleceu como porta-voz de uma “Nova História” e como crítica atenta à história considerada “tradicional”. Os principais ataques foram destinados ao Historicismo Alemão e à Escola Metódica francesa e foram feitos, sobretudo, por Febvre entre 1930 e 1940. In: BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales** (1929-1989). São Paulo, ed. Universidade Estadual Paulista, 1991. p. 38).

¹⁵⁵ Apud. MACHADO, 2016, p. 90 Cf. NOIRIEL, G. Métier/communauté. In: DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P.; OFFENSTADT, N. (Orgs.). **Historiographies: concepts et débats I**. Paris: Gallimard (Folio histoire), 2010, p. 518-528. 1v.; NOIRIEL, G. Naissance du métier d'historien. *Genèses*, Paris, n. 1, p. 58-85, set. 1990. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/genese_11553219_1990_num_1_1_1014. Acesso em: 7 jul. 2014; NOIRIEL, G. **Sur la “crise” de l’histoire**. Paris: Gallimard, 2005.

em reflexões produzidas além das fronteiras. Em *A Historiografia Contemporânea* (1942), o historiador português Victorino Magalhães Godinho (1918- 2011) evidencia um esforço de deslocamento da história tradicional, ainda presa à narrativa factual e política, para novos horizontes de investigação¹⁵⁶. Para o autor, a crise da historiografia residia tanto na sua subordinação a valores ultrapassados quanto na permanência de métodos que reduziam a explicação histórica a descrições episódicas, biográficas ou anedóticas.

Essa concepção aproxima-se do programa metodológico de Brasil Pinheiro Machado, que, na aula inaugural da cátedra de História do Brasil (1940), também assinalava a necessidade de superar os limites da história política e heróica, defendendo a cultura como eixo da interpretação da experiência nacional. Mesmo separados por uma distância continental, em ambos, Godinho e Brasil Pinheiro Machado, o movimento da história passa a ser visto como processo, não mais como repositório de feitos cristalizados, onde a inteligibilidade do passado repousa na capacidade de captar dinâmicas de transformação que articulam tempo, sociedade e cultura.

Tal compreensão insere-se na transformação mais ampla do conceito moderno de história, tal como formulado por Reinhart Koselleck¹⁵⁷. Esse deslocamento articula-se ao regime moderno de historicidade, conforme proposto por François Hartog¹⁵⁸ e desenvolvido por Maria Inés Mudrovic¹⁵⁹, no qual o futuro assume centralidade e o passado é convertido em objeto científico, definido pela distância, alteridade e irreversibilidade. Nesse quadro, constitui-se também um regime historiográfico específico, responsável pela consolidação da história como disciplina acadêmica.

Assim, a concepção da história como processo — presente em autores como Godinho e Brasil Pinheiro Machado — não constitui apenas uma opção interpretativa, mas expressa sua inserção em um horizonte epistemológico mais amplo, próprio da modernidade. Ao privilegiarem a análise das dinâmicas de transformação e ao recusarem a história como

¹⁵⁶ GODINHO, Victorino. **A historiografia contemporânea. Orientações e problemas**. Lisboa. Separata Revista da Faculdade de Letras. Tomo VIII, n. 1-2. 1942. Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Portugal. Informações sobre a vida e obra de Vitorino Barbosa de Magalhães Godinho, Lisboa (1918-2011), consultar. Dicionário de Historiadores Portugueses - Da academia real de ciências ao fim do estado novo. Disponível em: <https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/godinho.pdf>. Acesso ago. 2025.

¹⁵⁷ A partir do final do século XVIII — tendo como marco simbólico a Revolução Francesa —, consolida-se a ideia de História no singular (*die Geschichte*), entendida como um processo autônomo e orientado pela mudança. No interior desse novo regime conceitual, a história deixa de operar como *historia magistra vitae*, isto é, como um repertório de exemplos destinados à orientação moral do presente, para se afirmar como campo de investigação das transformações históricas. KOSELLECK, R. **Futuro passado: a construção semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro. Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006.

¹⁵⁸ HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica. 2013.

¹⁵⁹ MUDROVIC, María Inés. "Regimes of Historicity." **Bloomsbury History: Theory and Method Articles**. London: Bloomsbury Publishing, 2021. Web. 3 Dec. 2021. <<http://dx.doi.org/10.5040/9781350970854.055>>.

simples repositório de exemplos, esses autores participam de uma reconfiguração profunda do saber histórico, que acompanha tanto a redefinição da experiência do tempo quanto a consolidação da história como disciplina científica.

Nota-se que em Victorino Magalhães Godinho, por consequência de sua aproximação intelectual especialmente com Fernand Braudel, membro da segunda geração dos Annales, a proposta de renovação da historiografia desloca o foco da narrativa factual e política para a análise das estruturas sociais, econômicas e culturais em longa duração. Por sua vez, a produção de Brasil Pinheiro Machado situava-se em um contexto específico, no qual seu principal enfoque recai sobre a história cultural nacional e sobre a consolidação metodológica da disciplina no espaço universitário. Nesse sentido, buscava ampliar o escopo da história para além dos eventos políticos e de seus heróis, valorizando a cultura como eixo interpretativo central, ainda que mantendo um viés identitário e nacional. Essa perspectiva aproxima-se, em certa medida, das formulações da primeira geração da Escola dos Annales, especialmente no que diz respeito à crítica à história política tradicional e à valorização de outras dimensões da vida social e cultural. Tal como em Marc Bloch e Lucien Febvre, observa-se em Machado a preocupação em conferir maior densidade interpretativa ao passado, deslocando o foco de uma história centrada em acontecimentos para a análise das condições que estruturam a experiência histórica. Entretanto, essa aproximação não implica equivalência. Enquanto os Annales propunham uma renovação historiográfica ancorada na interdisciplinaridade e na problematização de estruturas sociais — ainda que, nesse momento inicial, sem a centralidade posterior da longa duração —, a produção de Machado permanecia mais diretamente vinculada ao horizonte de construção de uma narrativa nacional, na qual a cultura operava como elemento integrador da identidade histórica brasileira.

Esse ato da moderna crítica de superar uma escrita centrada nos principais vultos políticos e fatos históricos era uma prática regida pelas novas diretrizes da cultura histórica nacional e internacional, e deveriam ser praticadas, de acordo com José Loureiro Fernandes, pelos intelectuais do IHGEP no cenário paranaense, pois a intenção era permitir ao historiador a não se limitar “a enumerar, mais sim recompor os fatos e gestos dispersos sem desfigurar a realidade histórica.”¹⁶⁰

No mesmo cenário em que teceu comentários críticos sobre as novas orientações do conhecimento histórico, que deveria ter como proposta ser um estudo capaz de regular a

¹⁶⁰ FERNANDES, José Loureiro. Discurso de Loureiro Fernandes. Renovação nos quadros do Instituto Histórico do Paraná. **Diário do Paraná**, n. 429, ano III, 2 abr. 1947, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171433&pesq=&pagfis=3475>. Acesso em: mai. de 2023.

seriação dos fatos, priorizando “as interações homem com o meio”¹⁶¹, José Loureiro Fernandes aproveitou a ocasião para demarcar os rumos da geografia no Instituto Paranaense, que deveria enfatizar particularmente, “o estudo do Estado, na sua mais profunda acepção: a terra”¹⁶². Esse perfil reforçava uma concepção pragmática da disciplina, diretamente vinculada às necessidades de gestão territorial do Estado brasileiro. Sua definição ecoava a mobilização que levou à separação do curso de História e à consolidação da geografia como campo autônomo, pensado sobretudo como espaço de formação de profissionais aptos a realizar levantamentos e explorações territoriais¹⁶³.

O posicionamento de José Loureiro Fernandes deve ser compreendido em consonância com projetos em curso em outras regiões do Brasil, como São Paulo. Conforme demonstra a tese de Gerson Coppes Ribeiro Jr.¹⁶⁴, também no caso paulista a centralidade do território e do Estado constituiu eixo fundamental para a consolidação do saber geográfico, articulado à produção de uma narrativa regional capaz de legitimar o predomínio político e econômico de São Paulo durante a Primeira República. No âmbito do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fundado em 1894, a história e a geografia foram mobilizadas como instrumentos de definição de uma especificidade regional, operando na construção de uma “região São Paulo” por meio de enunciados recorrentes que estruturam o espaço — como limites, povoamento e história das cidades — e, simultaneamente, produziam sentidos culturais associados a progresso, costumes e identidade.

A dinâmica do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense se estruturava, a partir das ações de seus associados e também dos tensionamentos oriundos do campo científico, que se manifestavam no funcionamento e nas publicações da instituição. O progresso da ciência em geral e da História e da Geografia, em particular, seria consolidado segundo José Loureiro Fernandes através “da íntima colaboração de especialistas

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Idem ibidem.

¹⁶³ ARANHA, Patrícia. **Geografia como profissão: campo, autorrepresentação e historiografia (1934-1955)**. 2022. 218 p. Disponível em: https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/3445/0/9783534274475_Refubium.pdf?sequence=1&isAllowed=y. O curso de Geografia na UFPR é um dos mais antigos do país, foi criado em 1938 e funcionava com o curso de História, tendo se desmembrado em 1961. Em 1973 transferiu-se para o Setor de Tecnologia no Centro Politécnico e passou a fazer parte do Setor de Ciências da Terra, onde funciona atualmente. In: SOUZA, Marcos Barros de. **Geografia física: balanço da sua produção em eventos científicos no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Geografia Física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2006. p. 67.

¹⁶⁴ COPPES Jr., Gerson Ribeiro. **“Um problema histórico-geográfico”: Emergências de um saber geográfico no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Uma geografia para e das bandeiras. (1894-1954)**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2021.

bem-intencionados”¹⁶⁵, numa clara referência a legitimação que o saber científico produzido no contexto da universidade e em outras associações vinha angariando. Exemplo disso foi a entrada em cena de uma nova geração de pesquisadores em Curitiba, vinculados à Associação de Geógrafos Brasileiros — instituição que o próprio Loureiro Fernandes havia contribuído para fundar e presidir. O acolhimento e a união ao grupo do Instituto do jovem núcleo da Associação dos Geógrafos, além de proporcionar novos elementos de trabalho, deu margem para maiores realizações, essa inclusão entre os sócios de novos membros e públicos foi uma maneira de fortalecer parcerias com outras instituições, universidade e associações para promover ações conjuntas em prol da produção e divulgação de saberes sobre o Paraná.

Embora José Loureiro Fernandes promovesse o acolhimento dos novos sócios e destacasse com vigor a urgência de revisões nas orientações do instituto paranaense, ele também salientava que seria impossível compreender sua reorganização “sem Romário Martins na sua suprema direção”¹⁶⁶. Celebrado como figura fundadora, o historiador teve seu legado reafirmado como referência central da instituição e da historiografia regional, a ponto de o primeiro *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico* ser publicado em sua homenagem, fato que aconteceu em meio às comemorações do Cinquentenário do instituto em 1950. Tal gesto configurou-se como um marco simbólico de reafirmação do lugar que ocupava na memória institucional. Ao projetar Romário Martins como fundamento da tradição historiográfica paranaense, o IHGEP não apenas preservava sua herança, mas também legitimava a renovação em curso.

1.2 A retomada das atividades editoriais do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* (1950)

Após a redefinição do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense em 1947, as atividades editoriais representaram uma novidade no âmbito do Instituto nos anos 1950. Nesse contexto, as ações dos sócios voltaram-se à realização de programas de pesquisa, à preservação simbólica do legado de Romário Martins e à retomada da publicação do Boletim — interrompida havia vinte e cinco anos —, além da organização de homenagens e eventos acadêmicos. Os novos Estatutos reforçaram esses propósitos ao atribuir lugar central ao periódico, denominado *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico*

¹⁶⁵ FERNANDES, José Loureiro. Discurso de Loureiro Fernandes. Renovação nos quadros do Instituto Histórico do Paraná. *Diário do Paraná*, n. 429, ano III, 2 abr. 1947, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171433&pesq=&pagfis=3475>. Acesso em: mai. de 2023.

¹⁶⁶ FERNANDES, José Loureiro. Discurso de Loureiro Fernandes. Renovação nos quadros do Instituto Histórico do Paraná. *Diário do Paraná*, n. 429, ano III, 2 abr. 1947, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171433&pesq=&pagfis=3475>. Acesso em: mai. de 2023.

*Paranaense*¹⁶⁷, concebido não apenas como veículo de divulgação científica, mas também como instrumento de autoridade simbólica, de consolidação da identidade institucional e da historiografia regional.

Em 1950, a celebração de seu cinquentenário configurou uma narrativa de caráter institucional, voltada à reafirmação da trajetória da própria entidade e de seu papel na preservação do passado paranaense. Já em 1953, ao integrar as festividades do centenário da Emancipação Política do Paraná, o Instituto passou a operar dentro de uma narrativa oficial, vinculada ao Estado, na qual, segundo a sócia Valderéz Muller de Souza¹⁶⁸, buscou-se fazer “da luz do nosso passado [...] um retrospecto de todo um século de vida independente”¹⁶⁹. Assim, enquanto a primeira comemoração consolidava uma memória interna e corporativa, a segunda projetava o Instituto como agente legitimador oficial do governo, ampliando sua função de guardião do passado para além dos limites institucionais.

Assim, o tópico se deterá na retomada da publicação do Boletim e nas duas experiências comemorativas, evidenciando as estratégias do Instituto para reafirmar sua relevância acadêmica, social e simbólica em meados do século XX. Ao mesmo tempo, em que destaca a participação dos professores universitários nessas celebrações oficiais, nas quais práticas editoriais e rituais comemorativos se articularam como instrumentos de construção da autoridade historiográfica da instituição. Mais do que simples eventos institucionais, tais iniciativas são fundamentais para a consolidação do campo disciplinar da história no espaço universitário ainda em formação, reforçando, contudo, a ideia de continuidade de um projeto historiográfico enraizado em determinada cultura política.

1.2.1 O *Boletim* nas comemorações do Cinquentenário do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (1950)

A comemoração do cinquentenário do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, realizada em 1950, se apresentou como ocasião oportuna para a publicação do quarto volume do *Boletim* do instituto, o primeiro já sob a nova denominação de IHGEP. O

¹⁶⁷ Estatutos do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Editora Gráfica Guaíra & Ltda. Fasc. I, 1950, p. 57.

¹⁶⁸ Valderéz Muller, professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná, docente da disciplina de Etnografia do Brasil, substituiu Loureiro Fernandes em algumas atividades de ensino. SANTOS, Silvio Coelho dos (Org.); HELM, Cecília Maria Vieira; TEIXEIRA, Sérgio Alves. **Memória da antropologia no Sul do Brasil**. Florianópolis: Editora da UFSC: ABA, 2006; (COMNINOS, 2005).

¹⁶⁹ MULLER, Valderéz Souza. Registro para a história da sede social própria. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Fasc. 1-2, 1953, p. 67.

material foi impresso pela Editora Guaíra & Ltda¹⁷⁰, e reuniu quatro fascículos que foram publicados ao longo daquele ano em três exemplares. O IV Volume do *Boletim do IHGEP* de 1950 transcendeu a função meramente editorial e adquiriu um sentido político e simbólico. A evocação de Romário Martins e a celebração de personagens e feitos militares do passado nacional não apenas rememoram a tradição, mas também reafirmaram o papel do Instituto como guardião dos saberes sobre a região. Integrado às festividades institucionais, o Boletim projetava sua produção como parte da narrativa comemorativa, ao mesmo tempo em que sinalizava a continuidade dos projetos de renovação do IHGEP. Assim, a comissão de redação, a quem os Estatutos conferiram a prerrogativa exclusiva de definir o conteúdo publicado (Art. 28, Cap. VI), contou com a participação do historiador David Carneiro, intelectual que teve papel estratégico na legitimação e reposicionamento institucional. Seu vínculo junto ao instituto possivelmente está associado a sua proximidade com a administração ervateira paranaense e ao fato de deter montantes consideráveis de capitais¹⁷¹.

A previsão da circulação do *Boletim* entre sócios, autoridades, imprensa, bibliotecas e associações congêneres, estabelecida no Art. 29 do mesmo capítulo dos estatutos, mostra o esforço do Instituto em conquistar reconhecimento para reposicionar-se no espaço cultural, no campo acadêmico-científico paranaense e também para o público mais amplo, movimento que se manifesta na política de divulgação internacional, sinalizando a intenção explícita da instituição de ampliar o alcance e a circulação de sua produção.

O primeiro fascículo lançado em janeiro de 1950, compôs o IV volume do Boletim do IHGEP, e contabilizava cinquenta e nove páginas. Quanto à descrição da capa, no alto, aparece a indicação de informações do volume, ano e o número do fascículo, seguido do nome *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Logo depois, segue o distintivo do Instituto, em formato circular, que reforça a identidade da instituição e sua legitimidade científica e cultural. No distintivo que aparece na capa, o centro é ocupado pelo mapa do Brasil. Essa escolha visual tem um peso simbólico, reforça a ideia de que, embora o Instituto esteja sediado no Paraná, sua atuação se insere no projeto mais amplo de conhecimento e valorização da nação brasileira. O mapa funciona, assim, como um símbolo de identidade e pertencimento nacional, abaixo do mapa é visível o ano de 1900 a data da

¹⁷⁰ A trajetória da editora Guaíra, iniciada em novembro de 1939, articulou-se a uma série de transformações no âmbito da cultura nacional. A Editora teve, desde o início, três sedes: Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro. A tese de GOMES (2021) investigou a trajetória da Editora Guaíra (estratégias comerciais, os projetos políticos e culturais), bem como a formação e atuação profissional de seu editor, Oscar Joseph De Plácido e Silva. Cabe acrescentar que a editora foi responsável pela publicação dos quatro fascículos publicados em três volumes pelo IHGEP durante o ano de 1950.

¹⁷¹ CÓRDOVA, 2016, p. 17.

fundação do instituto paranaense. O volume em questão dedicava-se à memória de Romário Martins¹⁷², falecido em 1948, reconhecido como um dos principais nomes da cultura paranaense e também por ser o fundador do Instituto.

As homenagens múltiplas (notas, discursos, lembranças pessoais) se articulam com o registro documental (Estatutos), resultando num volume que combina memória afetiva, reconhecimento nacional e consolidação institucional. Artigos assinados por Pedro Calmon, Aluizio França, Carlos Stellfeld, Nestor Eriksen, Pe. Vicente Vitola e David Carneiro, ressaltam diferentes facetas de Romário: intelectual, historiador, amigo e homem público. Essa multiplicidade de vozes cria uma memória coletiva sobre sua trajetória. O fascículo encerrou-se com a publicação dos novos Estatutos, associando a homenagem póstuma ao restabelecimento institucional, de modo que a memória do fundador foi transformada em instrumento de legitimação e de projeção de um novo ciclo para o Instituto.

O segundo fascículo do IV volume do Boletim do IHGEP, publicado em abril de 1950, com setenta e seis páginas, foi inteiramente dedicado à figura do Visconde de Guarapuava, em alusão ao cinquentenário de seu falecimento. A seleção de textos mostra uma articulação entre diferentes tipos de registros — artigos de caráter histórico, discursos parlamentares, correspondências oficiais e até mesmo a lista de contribuintes para a construção de um monumento em sua homenagem — o que confere ao periódico uma dimensão de ato de memória coletiva e política, mais do que apenas científica. A seleção dos artigos de intelectuais como Eurico Branco Ribeiro, Loureiro Fernandes, Dulphe T. Lacerda e F. Lacerda Werneck cumprem a função de enquadrar a trajetória do Visconde em uma narrativa regional, destacando-o como “bandeirante do Oeste” e símbolo do avanço civilizatório. Já os discursos parlamentares publicados no fascículo dois, como o do deputado Alvir Riesemberg na Assembleia Legislativa, mostram a inserção do tema no espaço político, conferindo-lhe legitimidade oficial e pública.

O terceiro e quarto fascículos, do volume IV, do Boletim do IHGEP (junho-outubro) foram publicados em uma mesma edição, o material apresenta uma organização marcada pelo caráter comemorativo e institucional, além disso, o exemplar exaltava tanto a fundação do Instituto, que celebrava o seu cinquentenário, quanto o centenário da batalha contra o navio Cormorant¹⁷³. O volume se inicia com a seção “*Comemorações Históricas*”, destacando notas sobre a fundação do Instituto e a composição de suas diretorias, evidenciando a ênfase

¹⁷² **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Editora Gráfica Guaíra & Ltda. Fascículo I, 1950, 59 p.

¹⁷³ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Editora Gráfica Guaíra & Ltda. Fascículo 3-4, 1950, 61 p.

na trajetória institucional. Em seguida, surgem registros das “brilhantes comemorações do centenário do episódio do Cormorant”, com a publicação de uma série de discursos: de David Carneiro, Gen. Tristão de Alencar Araripe, Joaquim Tramujas e Carlos Stellfeld, este último relacionado ao centenário do assalto de Friedrichstadt. A presença de múltiplos discursos demonstra o caráter solene da edição, voltada a reforçar a dimensão cívica e patriótica desses eventos. O sumário inclui ainda a seção “Retificação”, sinalizando ajustes ou correções relevantes para a publicação, o que indica cuidado editorial. Por fim, encerra-se com o texto “*Visconde de Guarapuava*”, uma conferência de Dídio Costa no Instituto de Geografia e História do Brasil, reforçando a centralidade das homenagens a figuras históricas e a circulação de conferências entre instituições congêneres.

As temáticas dos volumes publicados no ano do cinquentenário do IHGEP não foram casuais, revelam a orientação memorialista e pragmática, marcada pela valorização de figuras das elites locais e por episódios militares interpretados como marcos da história nacional. Ao mobilizar tais referências, o Instituto reitera um projeto de escrita da história voltado à consagração de heróis regionais e à fixação de tradições, “inventando o Paraná” em que o Paranismo atesta o sentido do termo, mais do que à abertura para novas problemáticas científicas que alguns sócios, como Loureiro Fernandes e Brasil Pinheiro Machado, por exemplo, já reivindicavam.

Neste caso, não se pode deixar de destacar que as escolhas temáticas que dão características específicas aos exemplares do Boletim do IHGEP publicados ao longo do ano de 1950, estão conectadas com as tendências historiográficas de David Carneiro (1904-1990), responsável pela edição do volume IV, e pela publicação de uma obra realizada por ocasião das comemorações do centenário paranaense intitulada, *A História da História do Paraná*, publicada em 1952¹⁷⁴. Essa obra o fez ser reconhecido pela professora Cecília Maria Westphalen como o primeiro historiador a fazer um estudo de historiografia paranaense. Inicialmente conectada a essa bibliografia a historiadora se afastaria anos mais tarde quando faz opção por assumir a produção de Carneiro apenas como um ponto de partida para os seus estudos em historiografia paranaense.¹⁷⁵

Segundo Machado (2012), a produção de David Carneiro dialogava com diferentes tradições: a história magistra vitae de Cícero, a valorização das vidas exemplares de Plutarco, a concepção filosófica do positivismo de Augusto Comte, entre outras leituras que se

¹⁷⁴ CARNEIRO, D. **A História da História do Paraná**. Curitiba: Secção de Artes Gráficas da Escola Técnica, 1952.

¹⁷⁵ MACHADO, 2016, p. 71.

entrelaçavam em uma “ciência histórica” marcada por narrativas de tom literário, centradas em grandes homens e em feitos épicos. Essas distintas formas de conceber e praticar a escrita da história podem ser interpretadas como uma possível razão para seu não ingresso no Departamento de História da UFPR¹⁷⁶. No entanto, tal circunstância não impediu que encontrasse, no Instituto Histórico, um espaço de atuação e de difusão de sua historiografia, destacando-se como sócio ativo e assumindo a função de redator do Boletim do IHGEP durante a retomada de suas atividades editoriais.

Em meados de 1950, David Carneiro já era um erudito respeitado no campo da história. Sua relação com a articulação entre passado e presente seria posteriormente ressaltada por Cecília Westphalen em *Pequena História do Paraná*. Em depoimento posterior, a autora afirmou que “David Carneiro foi um dos poucos historiadores do Paraná que se preocuparam com a história da História do Paraná, que se preocuparam com a historiografia paranaense”¹⁷⁷. Assim como Cecília Westphalen, David Carneiro também reconhecia Romário Martins como mestre da interpretação regional no início do século XX — matriz historiográfica e referência associativa que, ao que tudo indica, contribuiu para vinculá-los às atividades do IHGEP¹⁷⁸.

Conforme leitura realizada por Machado (2016), a obra “*História da História do Paraná*”, é dividida em duas partes. Na primeira, David Carneiro abordou “definição, métodos, leis, sistemas de registro, processos de desenvolvimento, julgamentos e filosofia da História.” Na segunda, propôs fazer um estudo dos homens que “fizeram” e “escreveram” a história do Paraná¹⁷⁹. Assim, Carneiro dá continuidade ao debate de formação social e histórica regional, com especial ênfase ao discurso da identidade paranaense, revelou-se um dos paranistas que mais exaltaram as características regionais e a memória histórica delineada pela historiografia oficial. O apego de David Carneiro à questão identitária e a busca por eleger heróis regionais têm como cerne de análise a fundamentação teórica positivista,

¹⁷⁶ MACHADO, D. V. **O percurso intelectual de uma personalidade curitibana: David Carneiro**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012, p. 130.

¹⁷⁷ WESTPHALEN apud MEMÓRIA de David. Direção: Berenice Mendes. Produção de Fernando Morini. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1988. 1 DVD.

¹⁷⁸ A produção de David Carneiro foi mobilizada por Cecília Westphalen para a sua produção da juventude, *Pequena História do Paraná*, de modo que a partir da década de 1980, é possível verificar o esforço da historiadora em não situá-lo e nem relembrar o peso simbólico de sua bibliografia para a sua produção historiográfica.

¹⁷⁹ MACHADO, 2016, p. 71. Para mais informações sobre David Carneiro, consultar: MACHADO, D. V. **O percurso intelectual de uma personalidade curitibana: David Carneiro**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012; MACHADO, D. V.; ARAUJO, R. G. de. Por que negar a evidente necessidade da memória? Os projetos de escrita de David Carneiro e Valêncio Xavier. In: TRINDADE, A. D.; COSTA, H.; ROIZ, D. da S. (Orgs.). **À margem do(s) cânone (s): pensamento social e interpretações do Brasil**. Curitiba: Ed. UFPR, 2013. p. 69-95.

tomando a história como linha mestra dessa fundamentação e atribuindo a sociologia o papel de ciência social da unidade, conforme orientação comtiana. Isso fica evidente em *Estudo da Sociedade Contemporânea*, estudo em que Carneiro (1939) indica a “necessidade urgente do conhecimento sistemático da história”, bem como o estabelecimento de “leis de evolução social, a fim de se saber para onde caminha a Humanidade”¹⁸⁰.

O intelectual paranaense elabora, ao longo de suas produções, temas recorrentes ao estudo de episódios da história regional, como a Revolução Federalista no Paraná, mas procurando constantemente dar sustentação ao caráter regional identitário de tais momentos da história. Seu discurso positivista fundamenta e traz à tona a eminência da temática regional e a essência simbólica de um discurso que, eficazmente, demonstrou a autoridade do enunciador. David Carneiro representa, por certo, o enunciador autorizado pela legitimação do herói e pela compreensão do que ele chama de alma paranaense, em detrimento da qual os adventícios não se eximiriam em silenciá-la ao ocuparem altos cargos na administração de seu próprio território.¹⁸¹

Notadamente o campo da história é um espaço onde podem ser detectadas relações de poder, de modo que é possível observar que escolhas editoriais do Boletim de 1950, realizadas por David Carneiro, mostram um caminho distinto daquele defendido por Loureiro Fernandes em seu discurso de 1947, no qual propunha a superação da “velha concepção pragmática” da história. Ao dedicar fascículos a Romário Martins, ao Visconde de Guarapuava e ao combate ao Cormorant, o Instituto reafirmava um modelo de escrita histórica assentado na celebração de heróis regionais e de episódios militares. Tais encaminhamentos, embora importantes para a reafirmação simbólica da instituição em seu cinquentenário, divergiam da proposta de renovação metodológica que buscava dividir e especializar a produção histórica no interior do Instituto, sinalizando a persistência de uma tensão entre práticas comemorativas e pretensões científicas que então delinearam o que seria ser historiador naquele momento.

Convém destacar que as comemorações funcionam como mecanismos sociais, são formas de lembrar que os grupos sociais recorrem para reelaborar identidades. Na esfera pública, é comum celebrar aniversários de datas consideradas relevantes, historicamente importantes, como fundações de cidades, instituições, nascimento e morte de personagens, publicações de obras, entre outros. No entanto, o que parece natural, é, na verdade, um

¹⁸⁰ Citado por CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Bento, Brasil e David: o discurso regional de formação social e história paranaense**. 1 ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2016. p. 62.

¹⁸¹ CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Bento, Brasil e David: o discurso regional de formação social e história paranaense**. 1 ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2016. p. 21.

fenômeno produzido e caracterizado por um tempo cronológico e histórico, como sugerido por Pierre Nora (1993), para quem, as comemorações dos fatos vinculados ao discurso nacional são uma tradição da sociedade ocidental moderna¹⁸².

O volume publicado durante o ano do cinquentenário é constituído, portanto, por temáticas que homenageiam figuras institucionais, validadas no contexto local e regional, e dá ênfase a personagens e eventos considerados constitutivos da presença do Paraná no enredo da história nacional. Neste sentido, verifica-se no início da nova fase que os interesses do Instituto ainda estavam vinculados a herança de Romário Martins e “sua preocupação de festejar datas e homenagear figuras de relevo na história regional”¹⁸³.

1.2.2 O Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense em 1950: consagração póstuma e permanência de um modelo historiográfico

O primeiro fascículo do IV volume do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* publicado em janeiro de 1950 na cidade de Curitiba, foi concebido como uma edição memorial, dedicada inteiramente a Romário Martins. Reunindo homenagens, registros e reafirmações institucionais, a publicação marcou o início da fase de retomada normativa e editorial do Instituto, configurando-se como um gesto simbólico que reafirmava a continuidade da trajetória do IHGEP e preservava a centralidade de seu lugar como fundador na história da instituição e para a historiografia regional. Como destacou Loureiro Fernandes, membro do Conselho da Presidência (1949-1951)¹⁸⁴, no texto introdutório do periódico, intitulado “Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense”¹⁸⁵.

O Boletim do Instituto, foi sempre, em vida de Romário Martins, redatoriado pelo saudoso e ilustre historiador Paranaense que, enfermo, cometeu-nos o grave encargo de reiniciarmos a sua publicação, a qual só agora se tornou possível. Num ato de plena justiça, seus companheiros do Instituto deliberaram que as páginas deste fascículo, o primeiro editado após

¹⁸² NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993. Este historiador optou em mostrar que os atos comemorativos têm sua historicidade, e embora sua obra fale sobre os lugares da memória no contexto da história francesa e no âmbito da nação, indicações de seu estudo são úteis para pensar o sentido das comemorações tecidas no interior do instituto paranaense.

¹⁸³ PILOTTO, Osvaldo. Sinopse Histórica do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, 1963, v. VIII, fasc. 1-2-3, p. 5.

¹⁸⁴ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Editora Guaíra & Ltda, v. IV, fasc. 1, 1950.

¹⁸⁵ FERNANDES, Loureiro. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Editora Gráfica Guaíra & Ltda. Fasc. 1, 1950. p. 3-4.

a sua morte, fossem particularmente consagradas à memória de quem sempre enfeixou em suas mãos, o máximo de atividades do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná nos primeiros cinquenta anos da sua existência.

Ao destacar a significativa contribuição de Romário Martins para o instituto e para o seu periódico, o primeiro fascículo dá-se em tom de homenagem ao seu Presidente Perpétuo e ponto de partida para esse novo momento da trajetória do Instituto, do *Boletim* e do próprio estado do Paraná. Todavia, ao invés de indicar abertura a novos rumos, como se aguardava após o discurso de Loureiro Fernandes em 1947, a homenagem publicada nas páginas do *Boletim* acabou por reafirmar um modelo tradicional de escrita da história, evidenciando a dificuldade da instituição em concretizar as propostas de renovação previamente anunciadas. Mais do que evidenciar a contribuição de Romário Martins para a instituição e para o periódico, a escolha consolidava a centralidade dessa figura como referência simbólica e intelectual. Além dos textos de homenagem¹⁸⁶, a edição ainda trouxe a apresentação do *Boletim do IHGEP*, bem como seu novo Estatuto¹⁸⁷.

Entre os textos de homenagem, destacam-se transcrições de jornais, pronunciamentos, oração de despedida proferida no cemitério municipal e discurso fúnebre. Destaca-se, em particular, a transcrição da notícia publicada no *Jornal do Commercio* de 3 de outubro de 1948, em que *Pedro Calmon registra na Academia Brasileira de Letras a morte de Romário Martins*¹⁸⁸,

[...] desejo mitigar esta ausência [...] de Romário Martins. Não foi apenas um jornalista [...] esse infatigável estudioso da tradição regional se empenhou exaustivamente na pesquisa das glórias de sua gente, na decifração dos enigmas de seu passado, no culto literário de suas raízes indígenas, na construção paciente de sua História. (CALMON, 1950, Fasc. 1, p. 5)

O trecho que se lê no *Boletim do IHGEP*, foi matéria publicada na imprensa carioca, e trata-se de homenagem póstuma de Pedro Calmon, sócio do IHGEP desde 10 de março de 1950¹⁸⁹, e um dos principais responsáveis no ano de 1946 pelo processo de unificação e

¹⁸⁶ Outros textos publicados que foram publicados no primeiro fascículo do *Boletim do IHGEP*, Romário (Aluizio França); Romário Martins (Carlos Stellfeld); A voz da Amizade, (Padre Vicente Vitola); Romário Martins o Fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (Carneiro Fernandes).

¹⁸⁷ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Editora Gráfica Guaíra & Ltda. Fascículo I, 1950, 59 p.

¹⁸⁸ Pedro Calmon registra na Academia Brasileira de Letras a morte de Romário Martins. Transcrito do “Jornal do Commercio” de 3 de outubro de 1948. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Editora Gráfica Guaíra & Ltda. Fasc. I. 1950, p. 5.

¹⁸⁹ **Lista Nominativa de Sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná**.

reestruturação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade do Paraná¹⁹⁰, ao legado de Romário Martins. Na notícia destacada do jornal, o historiador paranaense é descrito por Calmon como uma figura notável na cultura e na história do Paraná, reconhecido por sua contribuição intelectual, especialmente pelo compromisso em promover a história regional e dedicação à pesquisa das tradições locais. O recurso à palavra de um intelectual do perfil de Pedro Calmon, demonstra como o capital simbólico de uma autoridade externa garante ao discurso local o acesso à legitimidade, ou mesmo, a uma dada autoridade institucional¹⁹¹. Em outros termos, a legitimação da memória institucional do IHGEP não se ancorava na renovação crítica das diretrizes historiográficas paranaenses, mas na apropriação de um discurso autorizado, cujo prestígio social e acadêmico institucional assegurava ao IHGEP um lugar reconhecido no circuito nacional.

Outra contribuição que compõe este volume que marca a retomada das atividades editoriais, e merece ser observada consiste na homenagem elaborada por David Carneiro, que à época ocupava a função de redator do periódico do instituto, e, portanto, foi responsável pela escolha desse tipo de gênero narrativo que conduziu aquela edição, estilo marcado por uma escrita autorizada a partir e por meio de laços constituídos no contexto institucional e também no campo científico e afetivo¹⁹². Além disso, a colaboração de David Carneiro com aquele primeiro exemplar, estava relacionado ao fato de tomar Romário Martins como um mestre da interpretação regional do início do século XX¹⁹³.

A publicação intitulada *Romário Martins. Como eu o compreendi*, traz notas biográficas da vida do historiador, passando por seu nascimento em 1874, primeiros anos e família, abordando aspectos morais de sua personalidade e de sua contribuição como historiador. O texto buscava enfrentar a “frieza local ante sua morte”¹⁹⁴, especialmente em um contexto em que a juventude se mostrava indiferente aos “problemas cívicos” do estado e àqueles que lutavam “em prol da terra”¹⁹⁵, justificando, assim, a participação do historiador nessa homenagem. No entanto, o tom laudatório não ocultava divergências entre a história

¹⁹⁰ WESTPHALEN, Cecília. Historiografia paranaense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Brasília/Rio de Janeiro, n. 343, p. 111, abr./jun. 1984.

¹⁹¹ BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983, p. 112-121. _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.

¹⁹² OHARA, João R. Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980- 1990). Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017. 151 f.

¹⁹³ MACHADO, D. V. **Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998**. Tese (Doutorado em História). UNESP, Assis, 2016. p. 72.

¹⁹⁴ CARNEIRO, David. Romário Martins. Como eu o compreendi. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, 1950, v. IV, p. 42.

¹⁹⁵ Idem.

que ele propunha e a escrita histórica praticada por Romário Martins. Como David Carneiro ressalta em determinado momento de seu texto,

[...] absteve-me para não fazer sangrar velhas feridas. Mas, como discípulo e continuador que me julgo [...] seria um covarde senão um ingrato, se desferisse contra os meus mestres, aquelas mesmas armas que com eles aprendi a manejar [...] a conduta que tenho tido, infelizmente não é idêntica em todo, porque os sentimentos são sempre diversos.¹⁹⁶

Ainda que neste trecho David Carneiro não tenha tecido nenhum comentário crítico a obra de Romário Martins, é possível perceber que recorreu a outras abordagens para escrever a sua versão da história paranaense¹⁹⁷. Para a pesquisadora Daiane Machado (2012), David Carneiro pode ser percebido como um “historiador por vocação”¹⁹⁸, ou seja, um autodidata que praticava um tipo de história que, embora respondesse aos seus anseios, era contestado no meio acadêmico. O fato de não ser aceito no cenário local no curso de história da Universidade do Paraná devido ao perfil positivista¹⁹⁹, parece não abalar o lugar de destaque que ocupou no instituto, a começar pela função de redator do Boletim na gestão de 1949-1951, o que valida que à época em que escreveu tal homenagem suas concepções de história eram compatíveis com as preteridas pelo projeto do instituto paranaense.

Maria Julieta Córdova (2016) destaca David Carneiro como um dos principais representantes do paranismo, movimento que enfatizava a construção de uma identidade paranaense. Segundo a pesquisadora, Carneiro procurou valorizar as particularidades regionais e a memória histórica oficial, articulando essa abordagem a uma fundamentação positivista. Nesse processo, estabeleceu-se um vínculo entre o discurso identitário e a construção de heróis regionais, tendo a história como eixo central da argumentação e conferindo à sociologia o papel de ciência social responsável pela unidade, conforme os preceitos comtianos²⁰⁰.

¹⁹⁶ CARNEIRO, David. Romário Martins. Como eu o compreendi. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, 1950, v. IV,

¹⁹⁷ Nas palavras de Westphalen a *história magistra vitae* “era uma orientação superada”. A “ciência histórica” pretendia se afastar das narrativas de tons literários, dos grandes homens e das epopeias, por isso Machado (2012) defende que as distintas formas de abordar e conceber a escrita da história podem ser entendidas como uma possível justificativa para o seu não ingresso no Departamento de História da UFPR. MACHADO, Daiane Vaiz. **O percurso intelectual de uma personalidade curitibana: David Carneiro**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012. p. 130.

¹⁹⁸ “[...] historiadores por vocação. Estas pessoas, apesar de sua formação profissional ter sido feita em outra área do conhecimento, dedicam-se à história”. GLEZER, Raquel, 1976, p. 234 apud ANHEZINI, Karina. *Um método à brasileira: a História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. 2006. **Tese (Doutorado em História)**. Universidade Estadual Paulista – UNESP, Franca, 2006, p. 12.

¹⁹⁹ MACHADO, D. V. **Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998**. Tese (Doutorado em História). UNESP, Assis, 2016. p. 71.

²⁰⁰ CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Bento, Brasil e David: o discurso regional de formação social e história paranaense**. 1 ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.p. 21.

O primeiro fascículo do volume IV do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense apresentou, portanto, uma série de homenagens institucionais escritas pelos sócios do IHGEP, com os quais Romário Martins estabeleceu laços de amizade, políticos e também profissionais.

Outro sócio e amigo que publica na edição comemorativa de 1950 é Nestor Erichsen²⁰¹, o responsável pela oração de despedida do IHGEP, pronunciada em Curitiba por ocasião do sepultamento de Romário Martins no Cemitério Municipal São Francisco de Paula²⁰². Na oportunidade foi feita homenagem descrevendo suas origens e seu empenho como jornalista, na ocasião o sócio Nestor Erichsen pontuava que,

Estudioso, como poucos, Romário Martins se perfila, como historiador emérito, ao lado de Ermelino de Leão, Moysés Marcondes, Francisco Negrão, e tantos outros [...] homens do passado de nossa terra, o privilégio de realizar o verdadeiro re-descobrimento dos nossos verdadeiros e autênticos valores morais e cívicos, através de uma obra fecunda e imperecível. (ERICKSEN, 1950, Fasc. 1, p. 11).

O trecho indica que Romário Martins era intelectual reconhecido por sua produção da história do Paraná e sugere o seu reconhecimento para a historiografia da região, seu nome deveria perfilar junto aos demais historiadores paranaenses. Além disso, também foi enfatizado o trabalho realizado para manter os princípios morais e cívicos, o que demonstra a preocupação com a validação de uma certa identidade para a região.

Nesse conjunto, o Boletim reafirma sua função de espaço de difusão científica e, simultaneamente, de legitimação simbólica, ao articular a produção historiográfica com ritos de memória e celebrações cívicas que reforçam a identidade do Instituto e seu papel no cenário cultural paranaense.

1.2.3 Entre celebração e ciência: o protagonismo do IHGEP no II Congresso Regional de História e Geografia do Paraná

Dando continuidade às celebrações do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP) no contexto do seu cinquentenário, duas efemérides centrais marcaram

²⁰¹ Nestor Erichsen Guimarães (907-1979), patrono da Cadeira nº. 34 da Academia Letras dos Campos Gerais, nasceu na cidade de Ponta Grossa. Além de jornalista, foi historiador e poeta, tendo deixado importante legado: Subsídios para a história da imprensa no Brasil (Porto Alegre, 1940), O Negro no Rio Grande do Sul (Porto Alegre, 1941), Síntese da Emancipação Econômica do Paraná (Curitiba, 1945), Generoso Marques – Biografia (Curitiba, 1947), Apontamentos para a história da Imprensa Brasileira (Curitiba, 1952), e A Origem da Imprensa no Rio Grande do Sul (Porto Alegre, 1941). Faleceu em 18 de agosto de 1979. Disponível em: <https://www.academialetrascamposgerais.org/academicos/nestor-erichsen-guimaraes>. Acesso em ago. 2025.

²⁰² ERICHSEN, Nestor. Romário Martins. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, 1950, fasc. 3-4, p. 10.

o calendário institucional e foram registradas nos fascículos três e quatro do volume IV do Boletim, o cinquentenário de fundação do Instituto e o centenário do incidente de Cormorant, episódio vinculado à defesa do litoral paranaense contra a marinha inglesa.

O ponto culminante dessas celebrações foi o *II Congresso Regional de História e Geografia do Paraná*, realizado em Curitiba entre 24 e 28 de maio de 1950. Mais do que uma solenidade cívica, o congresso funcionou como eixo estruturador das comemorações, reunindo debates acadêmicos, homenagens e atividades de caráter público. Além das sessões científicas, foram inauguradas duas placas em Paranaguá: uma no local de combate liderado pelo capitão Ferreira Barboza e outra na Fortaleza da Ilha do Mel, perpetuando a memória da resistência local após a apreensão de navios de escravizados.²⁰³ Este incidente, gerou um confronto armado, acirrou os ânimos entre Brasil e Inglaterra e está relacionado à pressão internacional para o fim do tráfico de escravos, culminando a aprovação da Lei Eusébio de Queiróz. Esse conjunto de iniciativas demonstrava a intenção do IHGEP de aliar memória e ciência, convertendo o repertório historiográfico em diretrizes de ação cultural e educacional.

Nesse processo, o Congresso de 1950, comemorativo ao Tricentenário de Paranaguá, reafirmou o protagonismo de Romário Martins²⁰⁴ como patrono simbólico da historiografia paranaense, mas também projetou o Instituto como agente ativo na institucionalização e profissionalização do saber histórico. Propostas como a divisão cronológica da história regional e a recomendação para criação de cátedras específicas evidenciam a busca por consolidar o Paraná como referência historiográfica no cenário nacional. A amplitude das atividades, que incluíram visitas oficiais, recepções e momentos de sociabilidade, articulava-se diretamente com a estratégia de legitimação cultural do Instituto. Não por acaso, nesse mesmo período, intensificaram-se as tratativas para a construção de sua sede própria, viabilizada por doação de terreno da Prefeitura de Curitiba e apoio do governo estadual — projeto explicitamente vinculado não só as celebrações institucionais mais também às comemorações da magna data paranaense de 1953.

As comemorações de 1950 não se esgotaram na memória do cinquentenário ou na evocação do incidente de Cormorant. Elas devem ser entendidas como ensaio preparatório para o centenário da emancipação político-administrativa do Paraná em 1953, ocasião em que o IHGEP se consolidava como verdadeiro “lugar de memória”, no sentido proposto por Pierre

²⁰³ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Editora Gráfica Guaíra & Ltda. Fascículo 3-4, 1950, 61 p.

²⁰⁴ Comemorações Históricas. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Editora Gráfica Guaíra & Ltda. Fascículo 3-4, 1950, p. 6).

Nora (1993), espaço de condensação simbólica em que passado e presente se entrelaçam, orientando as formas de celebração cívica e a legitimação do saber histórico.

Nesse evento, a Câmara Municipal de Paranaguá, representada pelo prefeito Linneu do Amaral, aprovou um anteprojeto de lei que havia sido sugerido em 1948, durante o *I Congresso de História Regional*, organizado pelo IHGEP em parceria com o Instituto Histórico de Paranaguá, para que uma das ruas da cidade recebesse o nome do historiador. Assim, em 1950, atendendo à solicitação do congresso, e após assertiva do governador do estado Moysés Lupion²⁰⁵, o prefeito Linneu do Amaral encaminhou à Câmara Municipal o referido anteprojeto (Ofício n. 676/50, de 11 de maio), autorizando o Executivo a dar a uma das ruas de Paranaguá o nome de Romário Martins, em clara referência às contribuições do intelectual paranaense.²⁰⁶ O que demonstra a participação do Instituto na organização de eventos científicos e ratifica o papel do historiador para o IHGEP, este último entendido como “produto de sua tenacidade e a de seus companheiros, que sempre buscaram dar sustentação própria à casa histórica”²⁰⁷.

Com relação ao *II Congresso Regional de História e Geografia*, o evento fazia parte das comemorações do cinquentenário do IHGEP e foi descrito em texto intitulado *Comemorações históricas*, onde consta o relatório das atividades do congresso²⁰⁸. O II Congresso Regional de História e Geografia do Paraná, representou um desdobramento significativo em relação ao I Congresso de História Regional, de 1948. Enquanto o primeiro encontro, organizado conjuntamente pelo IHGEP e pelo Instituto Histórico de Paranaguá, teve caráter sobretudo de homenagem e comemorativo, centrado na exaltação da figura de Romário Martins e na valorização simbólica da história local, o segundo assumiu feição mais institucional e propositiva.

Conforme registrado no *Boletim do IHGEP*, o II Congresso destacou-se pela densidade acadêmica de suas atividades: múltiplos trabalhos foram apresentados e debatidos,

²⁰⁵ Moysés Lupion (1908-1991), nasceu em Jaguariaíva, Estado do Paraná e ingressou na vida política desde o fim do Estado Novo. Em 1947, assumiu seu primeiro cargo eletivo como governador do Paraná, retornando para uma segunda gestão entre 1956 e 1961. Ao término do mandato no executivo estadual, assumiu a cadeira de deputado federal, em 1962. Dois anos depois, com o golpe civil-militar, teve seus direitos políticos cassados por dez anos. MARCHETTE, T. D. **A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia do Paraná no território acadêmico (1928-1953): do poema ao modelo historiográfico**. Tese (Doutorado em História) – UFPR, Curitiba. 2013, p. 43; Moysés Lupion. **História biográfica da república no Paraná, de David Carneiro e Túlio Vargas**, 1994. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Moyses-Lupion>. Acesso em ago. 2025.

²⁰⁶ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba, fasc. 3-4, 1950, p. 6.

²⁰⁷ O primeiro exemplar do Boletim. *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*, 2010, v. 61, p.17-21.

²⁰⁸ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Editora Gráfica Guaíra & Ltda. Fascículo 3-4, 1950, p. 3-6.

conferências de intelectuais de referência — como Loureiro Fernandes e Tito Lívio Ferreira — ofereceram fundamentação teórica mais robusta, e vinte moções foram aprovadas e encaminhadas às autoridades do Estado. Entre elas, a recomendação para o “estabelecimento da cátedra de história local”²⁰⁹, o que demonstra o esforço de converter o debate historiográfico em diretrizes concretas para o campo educacional. Assim, se o congresso de 1948 se configurou como marco de memória e legitimação simbólica, reafirmando a centralidade de Romário Martins no panteão da historiografia paranaense, o de 1950 avançou no sentido de consolidar um projeto de institucionalização e profissionalização do saber histórico, vinculando-o diretamente a políticas públicas e ao fortalecimento da identidade regional.

As sessões do Congresso reuniram a apresentação de teses e propostas que ultrapassaram o âmbito acadêmico. Surgiram sugestões para publicações, homenagens, criação de cátedras de História, premiações e até projetos de legislação específica. As comemorações também envolveram momentos de sociabilidade, como passeio ao Pinheiro do Imbuial, visita à Penitenciária Agrícola do Estado e recepções em Paranaguá, incluindo eventos promovidos pelo governador Moysés Lupion no Graciosa Country Club²¹⁰.

As comemorações de 1950 cumpriram dupla função, reafirmar a relevância do IHGEP na produção e difusão da memória histórica do Paraná e projetar sua legitimidade no cenário cultural por meio de congressos, homenagens e atividades cívicas, que muito contribuíram para o processo de institucionalização do saber histórico. Outra importante discussão que aconteceu durante o II Congresso Regional de História e Geografia de 1950 indicada no Boletim consultado, tratava-se da sugestão “da divisão da história local em períodos cada um destes determinando o tipo correspondente, até 1853”²¹¹. A divisão proposta a partir do programa do congresso seguia a seguinte ordem temática:

- a) Período de colonização litorânea: Gabriel de Lara;
- b) Fundação de Curitiba: Mateus Leme;
- c) Organização local da justiça: Ouvidor Pires Pardini;
- d) Anseio de formação do governo local: Afonso Botelho Sampaio e Sousa;
- e) Expedições ao Oeste: Afonso Botelho e todos os comandantes de auxiliares das mesmas expedições até o século XIX;
- f) Domínio do último planalto: Diogo Pinto de Azevedo Portugal;
- g) Propaganda da emancipação da província: Francisco de Paula e Silva Gomes;

²⁰⁹ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Editora Gráfica Guaíra & Ltda. Fascículo 3-4, 1950, p.4.

²¹⁰ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Editora Gráfica Guaíra & Ltda. Fascículo 3-4, 1950, p. 5.

²¹¹ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Editora Gráfica Guaíra & Ltda. Fascículo 3-4, 1950, p. 4-5.

- h) Conspiração para a emancipação da província: Floriano Bento Viana;
- i) Organização de governo local: Zacarias de Goes e Vasconcelos.²¹²

Ou seja, a proposta consistia em traçar uma cronologia para a história paranaense capaz abranger eventos temáticos desde a história colonial até o período imperial, tendo como marco evolutivo para essa história a emancipação política e administrativa em relação a São Paulo em 1853. Não por acaso, esse acontecimento da história nacional seria comemorado em 1953, por ocasião do centenário do marco político-administrativo do estado.

Essa cronologia mostra uma concepção de história fortemente ancorada em marcos político-institucionais e em personagens exemplares, estruturando o processo histórico como uma sucessão de etapas orientadas para a constituição do poder local e, em última instância, para a emancipação provincial. Trata-se de uma narrativa que privilegia a ação de indivíduos considerados fundadores e organizadores da vida pública, em detrimento de dinâmicas sociais mais amplas. Nesse sentido, tal proposta dialoga diretamente com a produção de David Carneiro, na qual a história do Paraná também aparece organizada a partir de uma sequência evolutiva de eventos e figuras-chave, conferindo centralidade à formação política e administrativa como eixo interpretativo do passado regional.

Nesse mesmo sentido, outra moção encaminhada pelo II Congresso Regional de História e Geografia determinava a confirmação da realização, em Curitiba, de um congresso de história nacional em dezembro [...] de 1953²¹³, o que evidencia a busca do IHGEP por projetar o espaço regional no cenário historiográfico brasileiro, articulando memória regional e legitimação acadêmica em escala mais ampla.

As iniciativas descritas tinham como propósito, de um lado, reforçar o protagonismo do IHGEP no contexto comemorativo e estimular, entre os paranaenses, um sentimento de pertencimento; por outro, projetar o estado no cenário político brasileiro, ampliando sua visibilidade e relevância no quadro federativo. Inseridas em um Brasil dos anos 1950 — marcado pela busca de integração nacional e pelo fortalecimento do federalismo —, as comemorações paranaenses pretendiam afirmar o Paraná como agente ativo desse processo, capaz de articular sua memória histórica a um projeto político de alcance nacional.

A proximidade entre os sócios do Instituto — em especial os que compunham sua diretoria, como José Loureiro Fernandes e Aluizio França — ligados a setores da elite política paranaense, particularmente aqueles alinhados à concepção de cultura histórica

²¹² **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Editora Gráfica Guaíra & Ltda. Fascículo 3-4, 1950, p.4-5.

²¹³ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Editora Gráfica Guaíra & Ltda. Fascículo 3-4, 1950, p. 4.

defendida pela instituição, possibilitou a concretização de projetos de longo alcance. Entre eles, destacou-se a obtenção de um terreno doado pela Prefeitura de Curitiba e o apoio financeiro do Governo do Estado, fundamentais para viabilizar a construção de sua sede própria, símbolo material de sua continuidade e da sua consolidação institucional.²¹⁴

Desde o cinquentenário, portanto, o IHGEP passou a agir estrategicamente na construção de símbolos e narrativas que reforçam a sua condição de lugar de memória, no sentido discutido por Pierre Nora (1993), isto é, como espaço em que se condensam e se perpetuam representações identitárias, voltadas para legitimar o passado e orientar as formas de celebração do presente.²¹⁵ Nesse cenário marcado pela convergência entre política, memória e historiografia, o *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico*, tornou-se o principal instrumento editorial da instituição, assumindo função central nas comemorações do Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná e configurando-se como o veículo privilegiado de difusão de seu projeto cultural — tema que será analisado a seguir.

1.3 Os preparativos do Centenário da Emancipação Política do Paraná e o Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense: a tarefa constitucional de elaborar a História do Paraná

Desejoso em contribuir nas comemorações do Centenário da Emancipação Política do Estado, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense preocupou-se em traçar um programa de atividades sociais e científicas assinalador da sua participação no júbilo nacional, participando dos festejos oficiais pela passagem do centenário da criação da Província do Paraná. Essa memória de origem remetia à Lei do Império n. 704, de 29 de agosto de 1853, que criou a Província do Paraná nos limites da antiga quinta comarca de São Paulo, e cuja instalação oficial do governo, em 19 de dezembro do mesmo ano, passou a ser consagrada pela historiografia da história nacional como marco da independência político-administrativa do estado.²¹⁶

²¹⁴ Foi com investimentos do poder público que a sede própria do IHGEP foi aos poucos sendo edificada. Primeiro, a Câmara Municipal de Curitiba decretou a Lei n. 345-A, em 25 de agosto de 1951 que autorizava o Executivo a doar terreno ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, destinado à construção de sua sede própria, que segundo o artigo 3 da referida lei, deveria estar “concluída dentro do prazo de três anos, para as comemorações da Magna Data paranaense de 1953” (Boletim do IHGEP, 2010, p. 99). O terreno doado pelo Município para a edificação da sua sede, estava situado na rua José Loureiro, esquina Alameda Dr. Murici, imóvel este de propriedade da Prefeitura, outrora pertencente a Sociedade Dante Alighieri de Roma. (Boletim do IHGEP, 2010, p.100).

²¹⁵ NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: set. 2025.

²¹⁶ (MARCHETTE, 2013, p. 43).

Nesse processo, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense assumiu papel estratégico, pois já em 1947 a Constituição Estadual, promulgada no governo de Moysés Lupion²¹⁷, havia lhe delegado, por meio do Art. 16 do *Ato das Disposições Constitucionais e Transitoriais*, “a tarefa de elaborar a *História do Paraná*, a ser concluída até 1953.”²¹⁸ Tal determinação, foi notícia publicada na imprensa local, e conferia ao Instituto um lugar autorizado para elaborar narrativas sobre o passado paranaense, inserindo-o diretamente no projeto político-cultural das comemorações do centenário. Se estabeleceu, portanto, por parte do governo estadual que a escrita da história paranaense oficial seria incumbência a ser realizada e cumprida pelo IHGEP o que deveria acontecer até o ano de 1953, quando se completaria o primeiro século de emancipação política da Província do Paraná.

Mais do que uma simples efeméride, a data a ser comemorada em 1953 mobilizou um conjunto expressivo de instituições que, a partir da realização de festejos, eventos e produções editoriais, visavam não apenas rememorar o passado, mas sobretudo produzir sentidos de identidade e pertencimento. A publicação do Volume V do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP)*, que inclui seus dois primeiros fascículos, referente aos meses de janeiro e junho, circulou em 1951 e deve ser compreendida como parte de um esforço de afirmação pública do IHGEP, sendo produzida em um momento de preparação para as celebrações do centenário da emancipação político-administrativa do Paraná (1853–1953), de modo que a edição do Boletim funcionou como instrumento de consolidação de uma memória histórica regional, reforçando a legitimidade, naquele presente, do IHGEP como lócus das narrativas fundadoras do Estado.

Publicado pela Papelaria Requião Ltda.²¹⁹, contendo artigos e discursos, em um pouco mais de oitenta páginas, o conteúdo do exemplar revela a preocupação em se valorizar personagens e documentos considerados pelo instituto fundamentais para a construção da história paranaense. O destaque a figuras como Afonso Botelho de Sampaio e Souza, a partir

²¹⁷ Formado na Escola de Comércio Álvares Penteado, fundada em 1902 na cidade de São Paulo, o empresário paranaense Moysés Lupion ingressou na vida política desde o fim do Estado Novo. Em 1947, assumiu seu primeiro cargo eletivo como governador do Paraná, retornando para uma segunda gestão entre 1956 e 1961. Ao término do mandato no executivo estadual, assumiu cadeira de deputado federal, em 1962. Dois anos depois, com o golpe civil-militar, teve seus direitos políticos cassados por dez anos. (MARCHETTE, 2013, p. 43)

²¹⁸ A solenidade da Promulgação da Constituição do Estado. Diário do Paraná. Domingo. Curitiba. 13 de julho de 1947. N. 511. Ano II. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171433&Pesq=instituto%20hist%c3%b3rico&pagfis=4125>. Acesso em: set. 2025.

²¹⁹ A Papelaria Requião foi responsável pela publicação de alguns volumes do Boletim do IHGEP nos anos de 1951, 1953, 1956, 1957, 1967. A primeira livraria da família Requião foi aberta em 1900, na cidade de Curitiba, na Rua XV de Novembro, com o nome de Livraria Econômica. AURELIANO, Valquir e CARVALHO, Joyce. Papelaria fecha as portas após 84 anos. **Tribuna do Paraná**. Curitiba, 22 mai. 2004.

dos escritos de David Carneiro, bem como a publicação de textos como “*Heróis Desconhecidos*”, do sócio A. Paulino de Almeida (Chefe da Seção de História do Arquivo de São Paulo) e “*Subsídios para a História do Paraná*”, de Augusto Faria Rocha, demonstram a ênfase em uma historiografia biográfica e heróica, centrada em elites políticas e intelectuais. Outros textos como “*Saudação à Bahia*”, de Aluísio França, mostram ainda o esforço do instituto de vincular o Paraná a uma rede mais abrangente, situando o IHGEP em diálogo com outros espaços culturais do país.

Ao lado disso, a inserção no periódico de discursos realizados em associações acadêmicas de nomes de prestígio, como o discurso de Francisco Negrão na Academia Paranaense de Letras, reforça a ligação do Instituto com uma certa genealogia paranaense, inscrevendo sua produção na continuidade da colonização europeia e na valorização de linhagens da história oficial do Estado Nacional. Dessa maneira, o Boletim reafirmava a missão do IHGEP de elaborar e difundir uma história oficial do Paraná, projetando a instituição como protagonista cultural e intelectual no cenário das comemorações cívicas que se aproximavam.

Embora não seja uma edição comemorativa em si, o Volume V prepara o terreno discursivo para o centenário, pois retoma personagens fundadores, destaca documentos e cartas, além disso, reforça a legitimidade do Instituto como produtor de uma história oficial do Paraná. Assim, o periódico publicado no primeiro semestre de 1951, não apenas reúne textos históricos e biográficos, mas também atua como estratégia de memória, organizando o passado do Paraná, exaltando figuras políticas e militares e projetando o papel do IHGEP como lugar central nas comemorações do centenário. Nesse sentido, o Boletim de 1951 pode ser lido como ensaio preliminar da grande operação que ganharia força no Volume VI (1953).

Além da publicação do Volume V do *Boletim do IHGEP*, em 1951 os sócios do Instituto mantiveram seus esforços para viabilizar as comemorações do Centenário da Emancipação Política do Paraná. Na sessão realizada em 16 de junho daquele ano, observa-se a atuação do Conselho da Presidência — formado pela Comissão Permanente e pela Diretoria — sob a liderança do Prof. Dr. Aluísio França (1949–1951)²²⁰ — que decidiu incumbir Brasil

²²⁰ Segundo a descrição dos dados biográficos feita por José Loureiro Fernandes (1970), Aluísio França, era filho de Luís França e Josefina Martins França, irmã do pai de Romário Martins, José Antônio Martins. Todavia, o que consolidou esses laços de parentesco foi a simpatia intelectual que uniram Romário Martins a Aluísio França, assegurando o legado paranista. (FERNANDES, 1970, p. 41). Entre 1907 e fins de 1912, frequentou a Faculdade Nacional de Medicina no Rio de Janeiro. Professor fundador da cátedra de Terapêutica da Universidade do Paraná. Integrou, como profissional, os quadros associativos das associações de classe que existiram em Curitiba, foi membro da Sociedade de Medicina do Paraná, foi fundador da Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná, posteriormente a Associação Médica do Paraná (FERNANDES, 1970). Sócio efetivo do IHGEP desde 05/08/1916. Sob sua presidência (1948-1950 / 1955-1964) o Instituto deixa as dependências do

Pinheiro Machado²²¹, então diretor da Divisão de História, da elaboração de um roteiro que apresentasse os fundamentos da formação histórica do Paraná.

À época, Pinheiro Machado já participava do planejamento geral do Centenário junto ao governo estadual e presidiu a Comissão de História, Geografia e Folclore²²², criada por um decreto estadual de 11 de maio de 1951, onde atuou até o fim desse mesmo ano. Cabe destacar que, até aquele momento, Pinheiro Machado havia ocupado cargos de destaque na esfera pública, como o de procurador-geral da Justiça (1939–1945), de interventor federal (1946) e de deputado federal (1947-1950), trajetória que reflete sua amplitude política no cenário regional e aponta para a eficácia do discurso histórico vinculado ao Instituto Paranaense que permanecia como espaço privilegiado de produção e legitimação historiográfica, mesmo num contexto de expansão acadêmica²²³.

A elaboração da obra de história regional, encomendada pelo governo paranaense para as celebrações do centenário da emancipação política, foi acompanhada de uma advertência do presidente do IHGEP, Aluizio França, que, ciente da responsabilidade do projeto, ressaltou que a tarefa não poderia ser conduzida de maneira improvisada ou sem o devido rigor metodológico. Pouco tempo depois, Brasil Pinheiro Machado apresentou aos pares e sócios do Instituto o roteiro que deveria orientar a produção da obra.

O modelo historiográfico regional do Paraná elaborado por Brasil Pinheiro Machado e apresentado ao IHGEP, resultava de debates intelectuais que o professor de História do Brasil desenvolvia desde 1939 na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Paraná (FFCL/UP), cujas primeiras formulações aparecem em sua aula inaugural da disciplina, nos anos 1940, intitulada *O método nos estudos históricos*. Nesta publicação o professor afirmava que a

Círculo de Estudos Bandeirantes, local que ocupou desde 1948 até 1959. A primeira reunião na sede própria aconteceu em 23 de julho de 1959. In: **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná**, Curitiba. 2010. Ocupou o cargo em vários períodos que se sucederam a esse momento, permanecendo assim na presidência até a década de seu falecimento a 6 de junho de 1964. (FERNANDES, 1970).

²²¹ Pinheiro Machado (1907-1997) foi professor de História do Brasil na Universidade Federal do Paraná. Formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Ao longo de sua vida acadêmica e política foi prefeito de Ponta Grossa, Deputado Estadual, Deputado Federal e Interventor do Paraná em 1946 pelo Partido Social Democrático-PSD. Diretor, vice-diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná e vice-reitor da Universidade Federal do Paraná. Foi também Procurador Geral da Justiça, Chefe do Ministério Público e Presidente do Tribunal de Contas do Paraná. CORDOVA, Maria Julieta Weber. Intelectualidade, Escrita da História e Política no Paraná. **Anais eletrônicos – XVI Encontro Regional de História – Tempos de transição**. 2018, p. 3.

²²² As comissões eram: História, Geografia e Folclore; Recepção e Hospedagem; Educação e Cultura; Recreação e Desportos; Imprensa e Propaganda; Agropecuária; Música e Belas Artes; Comemorações Militares; Comemorações Religiosas; Comércio e Indústria; Obras e Viação; de São Paulo; do Rio de Janeiro; de Atividades Municipais; (MARCHETTE, 2013, p. 45).

²²³ Para isso basta conferir os números dos diplomados pela Universidade Federal do Paraná de 1912 até 1954, onde o número chegou à 6.647. Destes, 189 bacharéis em Geografia e História. Diplomados pela Universidade do Paraná. **Anuário da Universidade do Paraná**. Curitiba. 1954.

história do Brasil não deveria restringir-se às questões políticas e diplomáticas, algo corriqueiro na produção do Instituto Paranaense até aquele momento e que eram obviamente fundamentais, mas devia-se tocar nas questões culturais, porque “a história de um povo é a história das transformações de sua cultura”²²⁴. Todavia, a superação do amadorismo, a militância pela sofisticação da pesquisa histórica (com ênfase para a metodologia), embora temas latentes naquele presente não eram reivindicações propriamente novas²²⁵.

Brasil Pinheiro Machado (1940) propõe o método histórico-cultural como ferramenta essencial para compreender a trajetória da nação, afastando-se de especulações filosóficas para focar na objetividade da pesquisa documental. O autor redefine a história brasileira não como uma sucessão de eventos políticos, mas como a transformação de uma unidade cultural de origem portuguesa que se expandiu e se adaptou ao território sul-americano. Através de uma metáfora biológica sobre o crescimento dos corais, o texto explica como a cultura se acumula e se molda, partindo de núcleos iniciais de povoamento para formar uma identidade nacional complexa, embora marcada por diversidades regionais. Em última análise, a obra busca estabelecer que a verdadeira história do Brasil reside na preservação e evolução desse patrimônio cultural herdado, cuja coesão deve ser protegida contra a desagregação.

A inflexão decisiva, contudo, reside na *Sinopse*, onde esses pressupostos são operacionalizados em uma narrativa histórica sistemática, marcada por maior densidade empírica e ampliação temática. A incorporação das contribuições de Capistrano de Abreu e a atenção às dimensões econômica e social indicam um movimento de especialização do discurso histórico. Nesse sentido, a trajetória de Brasil Pinheiro Machado expressa o deslocamento da prescrição metodológica para a prática historiográfica, contribuindo para a consolidação da História como disciplina acadêmica autônoma e a profissionalização da história à partir de meados da década de 1950.

Sobre o roteiro apresentado no ano de 1951 por Brasil Pinheiro Machado por ocasião do centenário da Província em 1953, a impressão recebeu o título de “*Esboço de uma Sinopse da História Regional do Paraná*”²²⁶. Contendo 22 capítulos distribuídos em 26 páginas, o estudo foi finalizado em 21 de julho de 1951, e publicado no mesmo como *Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico*.

²²⁴ Mesmo que até aquele momento não tivesse escrito em abundância, suas argumentações historiográficas constituíram-se como diretriz teórico-metodológica no estudo regional paranaense.

²²⁵ RODRIGUES, José Honório e FRANÇA, Eduardo d'Oliveira.

²²⁶ MACHADO, Brasil. *Sinopse da História Regional do Paraná. Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. 1951. Curitiba. 26 f. Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Seção Periódicos.

O material impresso é uma publicação avulsa, trata-se de uma separata destacada de um volume maior, possivelmente para facilitar a circulação de um texto específico. Quanto à descrição da capa, segue o padrão dos boletins anteriores, no alto, aparece a descrição do exemplar volume, fascículo e período de edição, seguido do distintivo do Instituto, que reforça a identidade da instituição e sua legitimidade científica e cultural. O título da separata está centralizado e em destaque tipográfico, seguido da identificação do autor, Brasil Pinheiro Machado, e do texto referente à *Sinopse da História Regional do Paraná*, previsto para publicação no contexto do centenário da Província, em 1953.²²⁷ A parte inferior da capa traz a marca da cidade de edição, Curitiba, no ano de 1951.

Embora a capa destacasse o título de *Sinopse da História Regional*, na contra capa o título é alterado e passa a ser descrito como *Esboço de uma sinopse da História Regional*, nele, Pinheiro Machado, que retornava a sua cátedra, na Faculdade após mandato de deputado federal (1947-1950)²²⁸, opta pela divisão do texto em capítulos, recurso metodológico destinado a ordenar a exposição histórica. Essa opção expressa uma concepção mais ampla segundo a qual a história regional se insere de modo subordinado na história nacional, compreender a história do Brasil implicaria articular as histórias regionais, concebidas como partes constitutivas de um todo maior. É nesse sentido que o autor afirma que “a história do Paraná é, pois, um capítulo da história regional do Brasil”.²²⁹

Sobre o *Esboço de uma Sinopse para História Regional*, segue a transcrição dos 22 capítulos, conforme apresentado pelo sócio do IHGEP,

1º - “[...] o primeiro capítulo da história do Paraná deve ser aquele que trata dos primeiros estabelecimentos portugueses na costa sul do Brasil, visando o domínio dos caminhos que levaram à bacia do Paraná, e consequente exploração do ouro de lavagem que propiciou a fundação de Paranaguá e, mais tarde, transpondo a serra, a fundação de Curitiba.”²³⁰

2º - “[...] o segundo capítulo da história do Paraná deve ser a história da expansão espanhola, tendo como centro Buenos Aires e Assunção e formação das províncias castelhanas e reduções jesuíticas, até aos ataques dos bandeirantes paulistas e consequente guerra que findou em Mbororé em 1641.”²³¹

²²⁷ Sobre a trajetória de Brasil Pinheiro Machado e do *Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná*, que de “roteiro” transformou-se em “modelo” de interpretação regional, ver MARCHETTE, T. D. **A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia do Paraná no território acadêmico; 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico**. 2013. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2013. Cf. MACHADO, 2016.

²²⁸ **Gente Nossa, Coisa Nossa**. David Carneiro, Júlio Moreira e Pinheiro Machado. Coleção Banestado 61 anos. Curitiba. Disponível em: https://www.museuparanaense.pr.gov.br/sites/mupa/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/davidcarneirojuliomoreirapinhoemachado.pdf. Acesso set. 2025.

²²⁹ MACHADO, 1951, p. 2.

²³⁰ MACHADO, 1951, p. 8.

²³¹ MACHADO, 1951, p. 9.

3º - “[...] o terceiro capítulo da história do Paraná deve compreender a história diplomática da conquista das fronteiras do sul do Brasil, desde o decreto do rei português Pedro II, de 12 de novembro de 1678, até o final [da] questão da Cisplatina. E deve abranger as guerras que ocasionou no sul, que tem como início a fundação da Colônia do Sacramento e como resultado a conquista do Rio Grande do Sul.”²³²

4º - “O quarto capítulo da história paranaense versará sobre as transformações políticas que tiveram início no século XVIII, desde o governo de Rodrigo Cesar de Menezes, que assinala a passagem do predomínio grupal e das Câmaras Municipais, para o domínio do capitão general e da província e consequente predomínio do Estado organizado.”²³³

5º - “O quinto capítulo da história paranaense será o da transformação do Paraná com a abertura da estrada da Laguna, em 1731, que ligou as populações do Rio Grande as de [São] Paulo, através de Curitiba. É o tempo das tropas e tropeiros, do intenso comércio de gado e da intensa militarização da Capitania de S. Paulo. É o tempo da expansão da população pelos Campos Gerais e da fundação das fazendas de criar. É a ocasião de se estudar a figura de Cristovam Pereira de Abreu.”²³⁴

6º - “O sexto capítulo da história do Paraná deve compreender a época do governo do Morgado de Mateus e as diretrizes da política de fronteiras na segunda metade do século XVIII. Deve compreender a ação de Afonso Botelho na execução dessa política no Paraná e o estudo das expedições que entraram pelos rios e sertões nessa época, e seus resultados. E deve ser rematado pela expedição de Diogo Pinto ao sertão de Guarapuava de que resultou o definitivo povoamento desses campos.”²³⁵

7º - “O sétimo capítulo da história paranaense deve compreender o estudo dos primeiros caminhos naturais de penetração, e o desenvolvimento das estradas, suas direções e influências no desenvolvimento e variação das populações.”²³⁶

8º - “O oitavo capítulo da história do Paraná será o da história da ideia autonomista; sua origem, sua evolução, as razões de sua necessidade, os acontecimentos que a fortaleceram e tornaram-na possível. Útil será, também, o estudo comparativo com a forma pela qual se fez a autonomia de outras províncias que se desgarraram dos blocos regionais.”²³⁷

9º - “O nono capítulo da história do Paraná poderá ser o da conquista da terra pelo proprietário privado, a história geral do seu aproveitamento e do tipo de vida rural do século XIX.”²³⁸

10º - “[...] décimo capítulo da história do Paraná deve ser a história da vida política da Província, dentro do conjunto da vida política do Império e com as peculiaridades que a caracterizaram. A história e a evolução das instituições provinciais e municipais. As grandes diretrizes administrativas. As organizações partidárias e suas lutas eleitorais e programáticas.”²³⁹

11º - “Num capítulo especial investigar-se-á a atitude da Província nas grandes questões internacionais do Império: a do tráfico de escravos, as questões platinas e a guerra do Paraguai. Será esse o décimo primeiro capítulo da história do Paraná.”²⁴⁰

12º - “O décimo segundo capítulo da história do Paraná poderá ser a história da estrutura econômica da população, com o sistema de produção sobre a escravidão. Deverá investigar o regime real de escravidão negra, sua origem, seu desenvolvimento, e sua influência, e efeitos da abolição.”²⁴¹

13º - “O capítulo décimo terceiro poderá compreender a atitude do Paraná nas agitações políticas dos últimos anos do Império, da guerra do Paraguai em diante.

²³² MACHADO, 1951, p. 12.

²³³ Idem, Ibidem.

²³⁴ Idem, Ibidem.

²³⁵ MACHADO, 1951, p. 16.

²³⁶ MACHADO, 1951, p. 18.

²³⁷ MACHADO, 1951, p. 19.

²³⁸ MACHADO, 1951, p. 21.

²³⁹ Idem, Ibidem.

²⁴⁰ Idem, Ibidem.

²⁴¹ MACHADO, 1951, p. 22.

Da proclamação da República e da instalação dos primeiros governos republicanos e suas atitudes em face das grandes dificuldades do momento.”²⁴²

14º - “O capítulo décimo quarto da história do Paraná deverá ser o da história da revolução de 1894, com seu desenvolvimento ideológico e suas consequências no campo político.”²⁴³

15º - “O capítulo décimo quinto deve ser a história política do Paraná sob o regime da República constitucional de 1891, desde a Consolidação até a revolução de 1930. Seu sistema de chefias, estadual e municipal. Seus grandes rumos administrativos. O funcionamento prático de suas instituições estaduais e municipais.”²⁴⁴

16º - “O capítulo décimo sexto da história do Paraná versará sobre as questões de limites interestaduais, especialmente a questão do Contestado. Suas origens, desenvolvimento, solução e consequências históricas.”²⁴⁵

17º - “O capítulo décimo sétimo da história do Paraná deve ser a história da revolução de 1930 no Estado. Suas origens [presas] ao desenvolvimento da política nacional e suas peculiaridades locais. Seus acontecimentos, a instalação dos governos das interventorias. Os reflexos da revolução paulista de 1932, a constitucionalização de 1935; o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937; o governo do ‘Estado Novo’; o golpe de 29 de outubro de 1945.”²⁴⁶

18º - “O capítulo décimo oitavo da história do Paraná deverá compreender a evolução da vida econômico-social da população, nos seus vários ciclos, nas suas consequências históricas estabelecendo determinados tipos de vida e criando as ‘aristocracias’ do ouro, do gado, da erva, da madeira, das terras e do café.”²⁴⁷

19º - “O décimo nono capítulo da história do Paraná deverá versar sobre a reorganização do trabalho livre sobre o influxo da imigração estrangeira. Deverá estudar as origens das correntes migratórias, sua localização no território; a experiência de sua adaptação; sua marginalidade inicial; seu crescimento e assimilação; sua influência sobre [a] velha sociedade luso-brasileira que ao seu contato se modificou. As grandes famílias que dela surgiram e a conquista da igualdade social entre luso-brasileiros e os descendentes dos antigos imigrantes.”²⁴⁸

20º - “O vigésimo capítulo da história do Paraná deve ser o da história do desbravamento do Norte do Paraná, fundação e desenvolvimento de suas cidades e de sua vida econômica e social.”

21º - “O vigésimo primeiro capítulo da história do Paraná deverá ser a história da corrente migratória proveniente do sul do país que vai penetrando pelo sul - oeste do Estado e se espraiando em direção norte. Deverá estudar sua origem, seus precedentes, a fundação dos novos núcleos que têm produzido seu tipo de vida e trabalho e seu contato com as velhas populações.”²⁴⁹

22º - “Afinal, como último capítulo, deverá o historiador do Paraná estudar, de maneira geral, a diretriz política e administrativa dos governos estaduais desde 1930, e a posição que o Paraná conquistou na Federação.”²⁵⁰

Através da análise de períodos passados, Pinheiro Machado buscava compreender o passado paranaense, projetando perspectivas de futuro que integrassem tal região ao Brasil. Percebe-se o espírito que envolvia os paranaenses, pois, na expectativa de implementar a modernização no Estado era preciso considerar a relação estabelecida entre o Estado, com seu passado desde a colonização, passando pelos episódios do império e de consolidação do

²⁴² MACHADO, 1951, p. 23.

²⁴³ Idem, Ibidem..

²⁴⁴ Idem, Ibidem.

²⁴⁵ MACHADO, 1951, p. 24.

²⁴⁶ Idem, Ibidem.

²⁴⁷ MACHADO, 1951, p. 25.

²⁴⁸ Idem, Ibidem.

²⁴⁹ MACHADO, 1951, p. 26.

²⁵⁰ Idem, Ibidem.

governo republicano, o que inclui a presença dos imigrantes. Além disso, Brasil Pinheiro Machado atenta-se para a última lição do historiador do Paraná que deveria estar conectada com o propósito federativo. Todas essas questões e outras como descritas na citação acima, deveriam ser projetadas na escrita de sua história²⁵¹.

Em *Esboço*, Pinheiro Machado afirma que,

A história nacional do Brasil é, antes de tudo, a história da formação de um povo, da transmissão de uma cultura, sobre a conquista de um território, pelo estender de uma posse contínua por quatro e meio séculos, e pelo contínuo adotar de uma cultura. É um momento culminante da história brasileira, aquele em que os descendentes de europeus, africanos e indígenas, tomam consciência de que não são mais nem europeus, nem africanos e nem índios, mas qualquer coisa diferente deles todos.²⁵²

A concepção de história de Brasil Pinheiro Machado se alinhava ao espírito do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná e, ao mesmo tempo, buscava atualizar os referenciais da historiografia brasileira. Para ele, a história nacional não se reduzia apenas à narrativa dos grandes feitos políticos ou à exaltação de heróis, mas deveria ser entendida como um processo formativo, marcado pela fusão de povos, pela transmissão de tradições culturais e pela ocupação territorial contínua ao longo dos séculos. Sua ênfase recai sobre a ideia de que o Brasil se constituía como uma unidade histórica própria. Nessa perspectiva, a história funcionava como instrumento de consciência coletiva, capaz de revelar o momento em que os brasileiros [neste caso os paranaenses] passaram a se reconhecer como distintos de suas origens e, portanto, dotados de uma identidade singular.

O *Esboço*, lançava assim uma sinopse com visão de conjunto acerca do estudo da história regional do Paraná²⁵³, além disso, a publicação atualizou, regionalmente, a história a

²⁵¹A compreensão da história como processo, e não mais como um “repositório de feitos”, insere-se na transformação mais ampla do conceito moderno de história, tal como formulado por Reinhart Koselleck. A partir do final do século XVIII — tendo como marco simbólico a Revolução Francesa —, consolida-se a ideia de História no singular (*die Geschichte*), entendida como um processo autônomo e orientado pela mudança. Nesse contexto, rompe-se com a tradição da *historia magistra vitae*, uma vez que o passado deixa de fornecer modelos exemplares e passa a ser interpretado à luz de dinâmicas históricas. Tal deslocamento está diretamente relacionado àquilo que Koselleck definiu como a crescente assimetria entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: na modernidade, o futuro deixa de ser concebido como prolongamento do passado e passa a se apresentar como aberto, indeterminado e marcado pela ideia de progresso. In: KOSELLECK, R. **Futuro passado: a construção semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro. Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006.

²⁵² MACHADO, Brasil. Sinopse da História Regional do Paraná. **Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 1951. Curitiba. p. 3.

²⁵³ CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Tingüís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil**: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009, p. 173.

serviço da política, fornecendo as diretrizes para a historiografia local interpretar a formação histórica paranaense oficial no cenário nacional²⁵⁴.

Seguindo as informações de Relatório apresentado em Assembleia Geral²⁵⁵, em 24 de maio de 1952, é possível observar a recepção positiva do Conselho da Presidência ao trabalho realizado pelo Diretor da Divisão de História, que recebeu “[...] elogios e aplausos do auditório e [...], depois de unânime aprovação, e impresso, o [roteiro] teve ampla distribuição entre os sócios do Instituto e mais pessoas interessadas”. Marchette (2005) sustenta que o objetivo de Pinheiro Machado ao elaborar um roteiro para a história regional estava fundamentado em uma linhagem tradicional de escrita de história, mais especificamente no modelo criado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para a história nacional, que iniciou no século XIX²⁵⁶, que seria utilizado por Brasil Pinheiro Machado, aquele se referindo à nação e esse ao estado; ambos transitando entre o passado e o futuro, dando sentido ao presente como condutor da homogeneidade de uma comunidade geográfica.

Tatiana Marchette (2013), ao analisar os relatórios do Instituto, destaca as circulares enviadas aos sócios — como a de 1952 — que enfatizava o caráter da redação da história do Paraná, conforme encomendada pelo governo estadual, como uma tarefa coletiva e cívica. Tal orientação evidencia que essa escrita não se apresentava como algo simples, óbvio ou consensual, ao contrário do que inicialmente supôs o poder público ao determinar sua realização na constituição de 1947²⁵⁷. Mesmo com os poucos trabalhos concluídos, a metade deles foi considerada, pelos próprios conselheiros do IHGEP, como apenas subsídios para a História do Paraná.

O *Esboço* também pretendeu organizar o passado paranaense na sua relação com o futuro, que mobilizado para a ocasião do centenário, forneceria a compreensão da história do Paraná a partir do enredo político que conduzia aos festejos de 1953. Ou seja, no caso paranaense, o historiador Pinheiro Machado, atribui sentido à sua experiência política e social, arquitetando novas formas de construção do conhecimento histórico paranaense, confirmando a perspectiva da narrativa histórica, como uma ciência da experiência²⁵⁸. Assim, reelaborar a experiência de um passado, condicionando-o a uma política de um dado presente, implicava, para Pinheiro Machado, em compreender que o presente está sempre

²⁵⁴ MARCHETTE, 2005, p. 19.

²⁵⁵ Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. **Relatório apresentado em Assembleia Geral, 24 de maio de 1952.**

²⁵⁶ GUIMARÃES, Manoel L. S. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, nº. 1, p. 31-47, jan./ jun. 2005.

²⁵⁷ KOSELLECK, R. **O conceito de história**. Autêntica: Belo Horizonte, 2013, p. 46.

²⁵⁸ Idem, p. 20.

reelaborando o passado coletivo, projetando formas de pensar a política e a sociedade no futuro²⁵⁹.

A clareza dos assuntos abordados por Machado, e que deveriam ser impreterivelmente investigados para compor uma escrita total da história regional articulada à formação nacional, demonstrou, ao final das contas, que havia um grande desafio pendente à intelectualidade local, o do “conhecimento da própria história” e a “consciência histórica do homem moderno”.²⁶⁰ Nas palavras de Brasil Pinheiro Machado, seria “do passado, das experiências do passado, da sua compreensão e interpretação, que extraímos os valores nacionais que movem os dinamos para o futuro.”²⁶¹

A reconfiguração da escrita da história promovida por parte dos intelectuais paranaenses — entre eles sócios do IHGEP como David Carneiro — não implicou o abandono do passado nacional exemplar, mas a sua reorganização em função de novas expectativas de futuro. Essa operação foi viabilizada pela ideia de aceleração do tempo histórico, condensada simbolicamente no Centenário, entendido como marco de chegada e, simultaneamente, de projeção de um futuro de progresso que se anunciava como iminente. No caso da história do Paraná produzida no âmbito do Instituto, observa-se uma transformação política e social no próprio modo de conceber a história, o passado permanece povoado por símbolos, heróis e exemplos legitimadores, mas passa a ser reordenado segundo uma lógica processual, orientada pela noção de desenvolvimento.²⁶²

Conforme referência do próprio Brasil Pinheiro Machado, Karl Martius²⁶³ lançou um projeto de história nacional calcado numa visão de unidade a ser reforçada pela convergência das histórias regionais, nele o historiador paranaense encontra inspiração e propõe diretrizes para uma história regional do Paraná, tendo em conta o contexto nacional de formação do povo e a posse contínua do território. Antes de tudo, neste texto, Brasil Pinheiro Machado, desenvolve considerações sobre a importância da “justaposição” de histórias regionais para a formação da história nacional, legitimando tal arranjo nas ideias oitocentistas de Karl Friedrich Philipp von Martius.

²⁵⁹ KOSELLECK, R. **Futuro passado: a construção semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro. Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006.

²⁶⁰ MACHADO, Brasil. Sinopse da História Regional do Paraná. **Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 1951. Curitiba, p. 3.

²⁶¹ Idem ibidem.

²⁶² KOSELLECK, R. **Futuro passado: a construção semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro. Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006.

²⁶³ MARTIUS, Karl Friederich Phillipe von. “Como se deve escrever a história no Brasil”. **Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1865, t. 6, 2 ed., pp. 389-441. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 61-91.

O fato de partir de Martius, citando em seguida João Ribeiro²⁶⁴ se justifica por Machado propor o entendimento da história regional do Paraná enquanto um movimento histórico inserido em outro maior, o da expansão das “células fundamentais” por meio de “múltiplos estímulos”, expressões emprestadas da obra de Ribeiro por serem capazes de explicar toda e qualquer expansão demográfica acontecida no território brasileiro desde “os primeiros estabelecimentos portugueses na costa sul do Brasil.”²⁶⁵ A formação do Paraná estaria então delineada por “três grandes migrações movimentadas”, uma no século XVII e duas no século XX, produzindo três tipos de colonização, “contíguas e conflitantes entre si”, mantidas enquanto unidade apenas por pertencerem a um mesmo poder administrativo. Tais migrações demarcaram então o que se convencionou denominar de Paraná Tradicional e Paraná Moderno, cabendo à história regional do Paraná compor mais um dos capítulos da história regional do Brasil, ainda que com “individualidade distinta”²⁶⁶. Nessa perspectiva, a história funcionava como instrumento de consciência coletiva, capaz de revelar o momento em que os paranaenses passaram a se reconhecer como distintos de suas origens e, portanto, dotados de uma identidade singular.

Segundo Brasil Pinheiro Machado, a identificação dos núcleos formadores do país foi mérito de João Ribeiro, autor de uma “[...] pequena, mas inestimável *História do Brasil*, [que] apareceu em 1900 [...]”. Nessa obra, Ribeiro definiu os núcleos de povoamento como fundamentos da formação da nacionalidade²⁶⁷. Considerado continuador dessa diretriz, teve ainda o mérito, segundo Machado (1951), de “estabelecer definitivamente as bases fundamentais da história interna no rumo delineado por Karl Friedrich Philipp von Martius”, consolidando uma interpretação que privilegia a dinâmica interna da formação histórica brasileira. A produção da história de João Ribeiro apontava para os princípios da *Kulturgeschichte*. Tal movimento historiográfico alemão, ao evidenciar estudos culturais, renovou a visão tradicional da história – que enfatizava essencialmente aspectos políticos e

²⁶⁴ RIBEIRO, João. **História do Brasil**. 2a ed. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1901.

²⁶⁵ MACHADO, Brasil. Sinopse da História Regional do Paraná. **Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 1951. Curitiba, p. 8.

²⁶⁶ CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Tingüis, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

²⁶⁷ MARCHETTE, Tatiana D. **A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia do Paraná no território acadêmico; 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico**. 2013. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2013. p. 56.

administrativos, numa história que ficou conhecida como a dos grandes vultos e dos grandes nomes²⁶⁸.

Aderindo a tais concepções a produção de Pinheiro Machado (1940; 1951) surgia como uma contraposição a exemplos anteriores de história regional do Paraná que deveriam ser superadas, notadamente realizadas pelos historiadores Romário Martins e Rocha Pombo²⁶⁹, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Organizar uma história regional implicava relacionar o passado e o futuro paranaense, como tentativa de superação dos problemas e também de superação da historiografia que vigorava.

Na resenha que fez sobre o roteiro elaborado por Pinheiro Machado, impressa no livro *Tinguianas*, Valfrido Pilotto (1952), que também era sócio do Instituto Paranaense, ao escrever sobre o trabalho que aquele intelectual enviou ao instituto, apontava para a incerteza quanto à continuidade da edição a partir dos 22 pontos elencados pelo diretor da Divisão de História do IHGEP. Para Pilotto, o objetivo deveria ter sido, desde o começo, mais modesto, sugerindo a publicação de um livro intitulado, “*Contribuições para a História do Paraná*”. De acordo com Valfrido Pilotto, o roteiro de Machado atuava enquanto uma exceção a um cenário historiográfico, pois para o crítico paranaense, entre os pensadores locais, Brasil Pinheiro Machado era tido, como “[...] vero oficial do ofício [...]”²⁷⁰ de historiador.

Ainda que Pinheiro Machado fosse uma exceção entre os associados, Pilotto (1952) afirmava que o Instituto não apresentava plenas condições para produzir uma História do Paraná pelo fato de carregar consigo o peso e a responsabilidade de uma história regional total, a qual ainda se encontrava em fase de construção. Conforme sua avaliação, os sócios do IHGEP não portavam o perfil de profissionais da história, se comparados a Brasil Pinheiro Machado²⁷¹, o que dificultava a realização de tal intenção. Reconhecido como um historiador profissional pelos pares, ainda que tivesse formação bacharelesca, Machado rompe com uma tradição, sobretudo positivista, de pensar a História a partir dos grandes atores e enaltecendo um discurso do passado paranaense que lhe permitisse vislumbrar possibilidades de

²⁶⁸ CÓRDOVA, Maria Julieta Weber. **Tingüís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009. p. 176.

²⁶⁹ Sobre as produções de Rocha Pombo em questão: Paraná no Centenário, editado em 1900 por ocasião do IV Centenário do Descobrimento do Brasil, e História do Paraná, de 1929. Já Romário Martins, publicou História do Paraná (1899). Os três livros continuaram a figurar como os mais importantes da história regional do Paraná quando do Primeiro Centenário de Emancipação Política (MARCHETTE, 2013, p. 48).

²⁷⁰ MARCHETTE, Tatiana D. **A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia do Paraná no território acadêmico; 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico**. 2013. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2013, p. 51.

²⁷¹ Idem, p. 54.

desenvolvimento para o Estado, problematizando a construção de uma cultura paranaense moderna no interior do instituto paranaense.

O *Esboço* foi publicado como Separata pelo *Boletim do IHGEP*, elaborado como roteiro para a escrita de uma síntese oficial da história regional, obra que, como contribuição do Instituto ao governo estadual, deveria compor as Comemorações do Centenário. O próximo passo caberia a outros sócios e sócias do IHGEP. Todo o material escrito deveria ser reunido e editado, até junho de 1953, para ser impresso a “monumental” história do Paraná²⁷², o que acabou não ocorrendo. Todavia, o roteiro apresentado por Brasil Pinheiro Machado foi tomado, dois anos depois, como modelo e marco divisor da historiografia paranaense por sua ex-aluna, naquele momento professora do curso de História e Geografia da FFCL-UFPR, Cecília Maria Westphalen, o que pode ser observado em sua obra *Pequena História do Paraná* (1953)²⁷³, estudo que fundamenta-se em “bibliografia especializada de História do Paraná mobilizada pela própria historiadora, de modo que, o “espírito paranista”, deu o tom da narrativa dessa produção didática.”²⁷⁴

Ao analisar o modelo historiográfico de Pinheiro Machado, Marchette (2013) enfatiza que, apesar de ter nascido como um roteiro a ser utilizado por outros estudiosos da história local com o intuito de se publicar um livro da História do Paraná por ocasião das comemorações do Primeiro Centenário da Emancipação Política do Estado, até o ano de 1987, quando a Revista da Associação Paranaense de História reeditou o material ele circulava no formato original, o que não impediu, que suas diretrizes quase que imediatamente se transformassem em modelo historiográfico de interpretação regional.

A continuidade das atividades editoriais do *Boletim do IHGEP*, seguiram naquele ano de 1951, quando foram publicados os fascículos 3 e 4 do volume V, referente aos meses de julho-dezembro. Seguindo o mesmo padrão dos números anteriores: capa simples, sem ilustrações, com destaque para o título da instituição, símbolo do instituto e para o sumário logo na abertura. A divisão em fascículos mostra o esforço de manter a periodicidade semestral, ainda que houvesse atrasos.

²⁷² Idem, p. 43.

²⁷³ Publicada no ensejo das comemorações oficiais do centenário político-administrativo, a obra *Pequena História do Paraná* (1953), marcou a estreia de Cecília Maria Westphalen no mercado editorial. A obra será retomada no próximo tópico, pois a produção insere-se no contexto do centenário da emancipação político-administrativa do Paraná, ano em que também foi realizado o *III Congresso Regional de História e Geografia*. (MACHADO, 2016, p. 331).

²⁷⁴ MACHADO, D. V. **Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Assis, 2016, p. 72.

O sumário revela a combinação de artigos de cunho biográfico, documental e histórico, refletindo a linha editorial tradicional do Instituto, distante da proposta que circulou na Separata, por exemplo. A edição é marcada por textos comemorativos e memoriais, como “*O centenário de Manoel Correia de Freitas*” (Augusto Faria Rocha); “*Centenário de Monsenhor Celso Itiberê da Cunha*” (Arthur Martins Franco e Lauro Lopes). Tal recorte mostra que o Boletim atua como espaço de celebração de efemérides, reforçando a importância de figuras religiosas, intelectuais e políticas para a história do Paraná. A presença de José Loureiro Fernandes, com o artigo “*Ermelino de Leão, o historiador de Antonina*”, introduz no volume uma inflexão distinta, mais próxima de uma reflexão historiográfica e da análise de perfis intelectuais, ainda que mantendo vínculos com uma história tradicional centrada em grandes personagens. A figura de Ermelino Leão, recuperada por Fernandes, revela tanto a busca por construir genealogias intelectuais locais quanto os limites de uma prática histórica que, embora aspirasse à cientificidade, permanecia marcada por traços laudatórios.²⁷⁵

Assim, o volume V do Boletim deixa ver a coexistência de duas orientações, a celebração memorialista característica da tradição do Instituto e o esforço de alguns de seus sócios em aproximar-se de uma história mais crítica e metodologicamente fundamentada. Essas tensões, longe de serem meramente editoriais, dialogam diretamente com o contexto das comemorações do centenário da emancipação política. Enquanto os textos laudatórios reforçaram o caráter cívico das festividades, exaltando heróis locais e consolidando um panteão de figuras de prestígio, conforme escolhas e definições de seu redator, a proposta de Brasil Pinheiro Machado e a contribuição de Loureiro Fernandes indicavam a tentativa de inscrever o Paraná em um debate historiográfico mais amplo, capaz de ir além da celebração e propor uma narrativa científica sobre a formação regional.

A edição traz também artigos sobre história econômica e regional, como, por exemplo, “*Notícias históricas sobre a erva-mate e seus engenhos de beneficiamento (1858-1950)*”, de autoria do imigrante italiano João de Mio; “*Exploração das Minas de Paranaguá e Serra de Sabaraboçu*” (texto documental). Esses textos apontam para a preocupação do Instituto em valorizar o patrimônio material e as atividades econômicas que marcaram a identidade regional, sobretudo a economia proveniente da erva-mate, setor ao qual David Carneiro sempre esteve associado. Além disso, o exemplar inclui transcrições de cartas históricas *Tuyuty, 1867* e *Guarapuava, 1828*, reforçando a prática do Instituto de

²⁷⁵ LEÃO, Ermelino. **Contribuições Históricas e Geográficas para o Dicionário do Paraná**. Impresso nas oficinas da Empresa Graphica Paranaense de Plácido e Silva & CIA, LTDA. 1926.

publicar documentos como forma de legitimar sua função científica e de guardião da memória da escrita regional. O destaque para biografias, efemérides e documentos reforça o caráter de preparação para as comemorações do centenário da emancipação do Paraná (1853-1953). O Instituto, com esse volume, reafirma-se como produtor de uma narrativa oficial, centrada em grandes homens, em feitos militares, religiosos e políticos, em paralelo ao esforço de mapear “tradições regionais”.

Neste sentido, o Volume V, fascículos 3 e 4, indica o caráter memorialístico e celebrativo da produção do IHGEP no início dos anos 1950. Misturando efemérides, biografias, estudos regionais e documentos históricos, o Boletim cumpre a função de consolidar uma memória seletiva que enaltece personagens ilustres e reforça a continuidade entre passado colonial/luso e identidade paranaense. Ao mesmo tempo, a presença de José Loureiro Fernandes e Brasil Pinheiro Machado, introduz nuances de análises mais críticas e acadêmicas, ainda que a tônica geral seja de exaltação e legitimação do Instituto no contexto das comemorações que se avizinhavam.

Embora não tenha seguido integralmente as propostas de renovação defendidas por alguns conselheiros da presidência, como Loureiro Fernandes e Brasil Pinheiro Machado, esse momento marcou um ponto decisivo de disputas internas no IHGEP em torno da própria narrativa do passado. De um lado, prevalecia o perfil celebrativo, sustentado em uma história factual e política voltada à reafirmação de heróis nacionais e marcos identitários regionais, em sintonia com o tom das comemorações oficiais. De outro, emergia uma perspectiva mais metodológica e crítica, preocupada em alinhar a produção historiográfica às mudanças disciplinares então em curso no cenário nacional e internacional. Nesse embate, o sócio do IHGEP e professor do curso de História e Geografia da Universidade do Paraná, Brasil Pinheiro Machado teve papel central, pois a sua proposta de escrita da história do Paraná estava vinculada não apenas ao fortalecimento do Instituto, mas também ao desenvolvimento e consolidação do campo disciplinar da História no contexto universitário, tornando-se um dos principais responsáveis por introduzir novas exigências de rigor e cientificidade na escrita da história regional do Paraná. Assim, a retomada editorial de 1950 e 1951 não pode ser vista apenas como continuidade institucional, mas como espaço de negociação e tensão entre diferentes projetos de historicização do Paraná e de posicionamento do Instituto no cenário nacional.

Nesse movimento, o IHGEP buscou ampliar o alcance de suas atividades, articulando propostas que estruturasse um painel de iniciativas científicas e culturais vinculadas às comemorações do Centenário da Emancipação Política do Estado.

1.3.1 O Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense nas comemorações do Centenário da Emancipação Política (1953)

Em 1953, com a proximidade do Centenário da Emancipação Política do Paraná, a ser celebrado no dia 19 de dezembro, em referência a data de instalação do governo provincial que marca a independência político-administrativa paranaense²⁷⁶, o Conselho da Presidência (1953–1955)²⁷⁷, especialmente os integrantes da diretoria do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP) concentraram seus esforços para reafirmar a posição de autoridade cultural e intelectual do instituto no estado.

Parte da concretização desses esforços pode ser observada na publicação do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, volume VI, fascículos 1-2 (janeiro-junho), impresso pela Papelaria Requião Ltda., que revela de maneira significativa como o Instituto articulou sua produção editorial às festividades oficiais. Mais do que um veículo de divulgação científica, o periódico assumiu nesse momento a função de instrumento de legitimação, inserindo o próprio IHGEP no cerne das comemorações cívicas e projetando-o como protagonista da preservação e difusão dos saberes sobre o estado. Ao entrelaçar a história da emancipação política com a narrativa de sua trajetória institucional, o Boletim conferiu ao Instituto a condição de guardião autorizado da história regional, ao mesmo tempo em que reforçou sua relevância no quadro político-cultural das celebrações do centenário.

A edição do único volume que circulou naquele ano de 1953 se inicia com o texto de Valderéz Peixoto de Souza Müller, primeira sócia a integrar a equipe editorial e a publicar no periódico, cujo artigo “*O Instituto Histórico no Centenário*” inscreve a atuação do IHGEP no centro das celebrações cívicas. A presença de Müller, ainda que tímida no quadro de sócios majoritariamente masculinos, é significativa na vida institucional, pois assinala a abertura, ainda incipiente, a novas vozes no interior de um espaço intelectual tradicionalmente restrito.²⁷⁸

²⁷⁶ MARCHETTE, 2013, p. 41.

²⁷⁷ Conselho da Presidência - 1953/1955 (Diretoria): Dr. Arthur Martins Franco (presidente); Dr. Brasil Pinheiro Machado (1º vice-presidente); Dr. Carlos Stellfeld (2º vice-presidente); Dr. José Loureiro Fernandes (3º vice-presidente); Dr. Julio Estrela Moreira; Dr. Osvaldo Piloto (tesoureiro); Dra. Valderéz Souza Muller (redator do boletim). Cf. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Vol. V, Fasc. 1 e 2, Curitiba. 1953.

²⁷⁸ De perfil marcadamente masculino, na Lista Nominativa dos Sócios do Instituto é possível verificar que as mulheres passaram a compor timidamente o quadro associativo da instituição, a partir de 1916 quando observa-se a presença de Julia Wanderley Petrich e Mariana Coelho, figuras de destaque na sociedade curitibana. Até a década de 1950 não houve espaço para a produção autoral de mulheres no *Boletim* do instituto, fato que se alterou somente na segunda metade do século XX, quando professoras universitárias e também de outras instituições de ensino e pesquisa passaram não só a frequentar, mas também a publicar os saberes que

Essa abertura se refletia também na composição da diretoria, que, embora predominantemente formada por membros da elite intelectual paranaense, incluiu a participação de Valderez Müller como redatora do *Boletim*. Professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná e assistente de José Loureiro Fernandes na disciplina de Etnografia do Brasil²⁷⁹, Müller foi a primeira mulher a integrar formalmente a equipe editorial do periódico e, sobretudo, a pioneira em publicar ali um texto de autoria própria, ainda que o mesmo tivesse perfil institucional. Sua presença como responsável pela edição e organização do periódico oficial do Instituto, em substituição ao sócio David Carneiro, marcou não apenas um avanço individual, mas também um momento de transformação institucional, em que as sócias começaram a ocupar espaços de maior visibilidade dentro do Instituto, acompanhando as conquistas das mulheres na sociedade brasileira. A inserção das sócias na redação e na produção autoral do *Boletim* conferia novo fôlego à vida intelectual da instituição, ampliando suas possibilidades de interlocução e sinalizando, ainda que de modo incipiente, a abertura do IHGEP a diferentes vozes. Ainda que não seja o principal foco, esse cenário reafirma a crescente presença e a importância da contribuição das pesquisadoras universitárias, contribuindo para o desenvolvimento de diferentes instituições²⁸⁰.

Todavia, a escolha feita por Valderez Muller dos temas publicados no periódico, biografias de militares e políticos, figuras históricas e de memória regional, como “*O General Couto de Magalhães*”, de Arthur Martins Franco, à época presidente do IHGEP, “*O Barão de Monte Carmelo*”, cuja autoria é de José Pedro Novaes Rosa, e mesmo “*O General Alberto Ferreira de Abreu*”, do sócio e tesoureiro Osvaldo Pilotto, somados aos materiais sobre a identidade regional e da história institucional publicados no volume V, revela uma estratégia clara do *Boletim*, ancorar a história do Paraná em figuras de prestígio social e político, ao

produziam. Sobre as intelectuais citadas conferir: ERVEN, Herbert Munhoz van. **Julia Wanderley - uma vida que igualou o seu destino**. Edição do Autor. Curitiba. 1945; ARAUJO, Silvette A. C. de. **Professora Júlia Wanderley, uma mulher-mito (1874-1918)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010. 183 f.; BUENO, Alexandra Padilha. **Educação e participação política: a visão de formação feminina de Mariana Coelho (1893-1940)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2014. 129f.

²⁷⁹ SANTOS, Sílvia Coelho dos. (Org.); HELM, Cecília Maria Vieira; TEIXEIRA, Sérgio Alves. **Memória da antropologia no Sul do Brasil**. Florianópolis: Editora da UFSC: ABA, 2006; COMNINOS, Constantino. Depoimento. **Arqueologia**, Número Especial, Curitiba, v. 3, p. 71-80, 2005.

²⁸⁰ ROIZ, Diogo; GONTIJO, Rebeca; ZIMMERMANN, Tânia. (Orgs.) **As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história I**. Pioneiras nos estudos históricos brasileiros. Campinas: Mercado das Letras, 1ª ed., 2021; MACHADO, Daiane Vaz. Cecília Westphalen. In: ROIZ, D. et. al. (Orgs.) **As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história I**. Pioneiras nos estudos históricos Brasileiros. Campinas: Mercado das Letras, 1ª ed., 2021; ORSATI, Livia Maria. As mulheres, os métodos e a profissionalização da História. In: **O discurso dos métodos na profissionalização da História no Brasil (1950-1960)**. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade do Estado de São Paulo. p. 121-151.

mesmo tempo em que o IHGEP se inscrevia como ator indispensável na preservação e difusão dessa memória, mantendo fortes vínculos com a proposta da redação do volume anterior. Neste caso, a edição de 1953 pode ser lida como um lugar de memória, no sentido proposto por Pierre Nora (1993), onde se condensam práticas comemorativas, narrativas biográficas e símbolos materiais que visam não apenas a fixar o passado, mas a orientá-lo em função de um projeto político-cultural mais amplo.

O Instituto buscava se afirmar como autoridade da memória regional, e o fazia dentro de uma lógica seletiva e excludente, afinada à valorização dos projetos culturais de elites locais. O centenário, assim, foi menos uma oportunidade de revisitar criticamente a história do Paraná e mais um momento de autoafirmação institucional e de consolidação de uma narrativa histórica defendida pelo instituto, que por seu caráter, voltava-se a legitimar à tradição política e intelectual dos grupos dominantes. Neste caso, denota-se que o centenário da emancipação foi o terreno que o IHGEP usou em 1953 para reforçar a ideia de que a história do Paraná e sua própria história se confundiam.

O programa comemorativo traçado pelo IHGEP para os festejos do Cinquentenário incluiu entre as suas realizações, os trabalhos editoriais do *Boletim*, a retomada dos projetos de pesquisa que estavam acompanhados da preocupação em ampliar o acesso a acervos, e também a localização de documentação inédita em arquivos portugueses — como a Torre do Tombo, o Arquivo Colonial e a Biblioteca da Ajuda — o que demonstrava a convicção de que a historiografia regional só poderia se fortalecer e se renovar a partir da constituição de uma base documental robusta. A intenção do IHGEP era publicar um volume especial com todo o documentário inédito existente nos arquivos portugueses, levantados e microfilmados pelo instituto, conforme deliberação da Comissão de Comemorações do Centenário, mas a impossibilidade de editar tal exemplar levou seus sócios a focar na edição de uma obra comemorativa, lembrando os aspectos significativos da história, geografia e etnografia do Paraná.²⁸¹

É notório o papel central dos arquivos para a constituição e a atuação dos institutos históricos no Brasil. Desde o século XIX, essas instituições compreenderam que a preservação documental não era apenas um suporte técnico para a pesquisa, mas uma condição fundamental para a própria legitimidade de sua existência. O arquivo funcionava como alicerce de sua autoridade, pois era nele que se fixava a possibilidade de a partir da

²⁸¹ MULLER, Valdez. O Instituto Histórico no Centenário. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Volume V, Fasc. 1 e 2, Curitiba. 1953. p. 2.

materialidade documental, selecionar, organizar e interpretar os vestígios do passado²⁸². O IHGEP desde sua fundação não se limitava a organizar comemorações cívicas e publicar textos, ele se posicionava como guardião de um patrimônio documental que deveria servir de fundamento para a memória coletiva e identidade regional, bem como, para a investigação científica, fato é que em seu Estatuto, trazia no art. 2, do cap. 1 - Dos fins do Instituto - a necessidade da “ criação e manutenção de um arquivo e museu”²⁸³.

Esse movimento deve ser entendido também como parte de um processo de institucionalização e profissionalização da escrita da história, no qual a posse e a ordenação de arquivos se tornaram elementos basilares para definir quem poderia falar em nome do passado. A construção de uma sede própria para o Instituto, no contexto das comemorações do Centenário de 1953, reforça esse aspecto, mais do que um edifício, tratava-se da materialização de um espaço de memória, onde o arquivo funcionaria como emblema de continuidade e autoridade histórica. Como nos lembra Derrida (2001), o arquivo é sempre mais do que um depósito, ele é um lugar de poder, onde se decide o que deve ser lembrado e, consequentemente, o que pode ser esquecido²⁸⁴.

No artigo de apresentação do Boletim, “*O Instituto no Centenário*”, Valderez Müller evidencia o programa traçado pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense para marcar a celebração do primeiro centenário da criação da Província do Paraná. Embora a execução do plano tenha sido limitada por questões de tempo, recursos técnicos e financeiros, o Instituto buscou afirmar sua participação nas comemorações por meio de ações concretas e de longo alcance. Entre essas, destaca-se o levantamento fotográfico de documentos relativos ao território paranaense em arquivos portugueses, trabalho que visava impulsionar novas pesquisas de historiografia local. Paralelamente, o Instituto empenhou-se na construção de sua própria sede, então em fase inicial, demonstrando a articulação entre esforços internos de seus membros e o apoio recebido dos poderes públicos²⁸⁵. Tais iniciativas revelam a preocupação da instituição em consolidar sua presença cultural e científica, mesmo diante das limitações práticas, reforçando seu papel como centro de produção e difusão do saber histórico no Paraná.

²⁸² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

²⁸³ Estatutos do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Volume IV, fasc. 1, Curitiba, 1950, p. 50.

²⁸⁴ DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**. Uma Impressão Freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

²⁸⁵ MULLER, Valderez. O Instituto no Centenário. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Volume V, Fasc. 1 e 2, Curitiba. 1953. p. 1-2.

O arquivo era utilizado no IHGEP como instrumento de orientação intelectual e política. Portanto, ao considerar o arquivo como elemento basilar, os institutos históricos, e em especial o instituto paranaense, inscreveram-se no duplo movimento de preservação e produção. Preservação, porque mantinham vivas fontes consideradas indispensáveis para a memória regional, e produção, porque a própria ordenação desses arquivos, acompanhada de sua divulgação em periódicos, congressos e outras atividades, construía interpretações autorizadas do passado. Esse conjunto de ações refletia uma convicção, o papel do Instituto frente a organização dos arquivos e a compreensão de que o fortalecimento da historiografia regional dependia da construção de uma base documental ampla, capaz de oferecer novas orientações aos estudos sobre o Paraná. Nesse processo, consolidava-se um legado que passaria a ser partilhado com a jovem universidade, cujo curso de História e Geografia não contava ainda com quinze anos de existência, especialmente a compreensão do arquivo como herança indispensável à pesquisa e como elemento estruturante não apenas da memória disciplinar, mas também da própria história da historiografia.

O Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP) assume, portanto, a organização da história cívica estadual não apenas como continuidade de seus serviços editoriais, mas como um compromisso expandido com a pesquisa, a preservação de acervos e a difusão do saber histórico. Além dessa tarefa, o cronograma comemorativo previa a realização de outras atividades, como, por exemplo, a organização e realização do III Congresso Regional de História, em dezembro de 1953, que por sua importância para o contexto da institucionalização da história disciplinar local e para o IHGEP, será abordado ao longo do próximos tópico.

1.3.2 O Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense no Centenário da Emancipação Política (1953): o III Congresso Regional de História e Geografia

Com o propósito de marcar presença nas comemorações do Centenário da Emancipação Política do Estado, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense elaborou um programa de atividades sociais e científicas a serem realizadas nos festejos oficiais pela instalação oficial da Província do Paraná. Entre as iniciativas previstas, destacou-se a organização do Terceiro Congresso Regional de História e Geografia do Paraná, concebido pelos sócios do IHGEP e por professores universitários para enfatizar especialmente os acontecimentos ligados à emancipação política do estado. A fim de garantir

maior simbolismo ao evento, definiu-se que Congresso teria início no dia 19 de dezembro, considerando a data magna de Emancipação Política do Paraná²⁸⁶.

O evento reuniu sócios do instituto e professores do curso de História e Geografia da Universidade do Paraná. Dos quatro docentes que integravam o quadro de professores do curso, três participaram ativamente da mesa diretora, reunida em 16 de dezembro no Centro de Estudos Bandeirantes, além de contribuírem com apresentações e debates ao longo do congresso. Estiveram presentes na ocasião os catedráticos Bento Munhoz da Rocha Neto²⁸⁷ e Homero Baptista de Barros²⁸⁸, acompanhado de sua assistente na cadeira de História Antiga e Medieval, Cecília Maria Westphalen²⁸⁹. Apenas Brasil Pinheiro Machado não compareceu ao encontro. A mesa diretora do congresso foi formada pelo presidente, Dr. Prof. Carlos Stellfeld, pelo vice-presidente Dr. Prof. Osvaldo Pilotto²⁹⁰, e pelos secretários Dr. Profa. Cecília Westphalen e Prof. Oldemar Blasi. O encontro congregou não apenas os membros vinculados ao Instituto, mas também representantes de instituições culturais convidadas, cujo objetivo era enaltecer figuras consideradas fundamentais para a memória regional. O regimento do congresso estabeleceu como patrono D. Pedro II, lembrado por seu papel no processo de emancipação político-administrativa, uma vez que foi ele quem sancionou a Lei Imperial nº 704, de 29 de agosto de 1853, que criou oficialmente a Província do Paraná.

As atividades do evento foram relatadas pela professora do curso de História e Geografia da Universidade Federal do Paraná, Cecília Maria Westphalen²⁹¹, que naquela

²⁸⁶ MULLER, Valderez. O Instituto no Centenário. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Volume V, Fasc. 1 e 2, Curitiba. 1953. p. 2.

²⁸⁷ Professor do curso de História, Cátedra História da América (1939-1967). (Boletim do DEHIS, 1995, p. 79).

²⁸⁸ Professor do curso de História, da Cátedra de História Antiga e da Idade Média (1939-1968). (Boletim do DEHIS, 1995, p. 79).

²⁸⁹ Professora Assistente do curso de História, a partir de 1956 assumiria a Cátedra de História Moderna e Contemporânea (Boletim do DEHIS, 1995, p. 79).

²⁹⁰ Osvaldo Pilotto, Engenheiro Civil e Engenheiro Agrônomo, Professor Catedrático das Faculdades de Filosofia e Ciências Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências Econômicas da Universidade do Paraná, tendo vários trabalhos publicados e participado de diversos congressos nacionais, além de ser sócio do IHGEP e do CEB.

²⁹¹ Sobre aspectos da trajetória acadêmica e profissional de Cecília Maria Westphalen, é possível destacar a partir dos estudos de Machado (2016), que se torna entre 1947 e 1950, Bacharel e Licenciada em História e Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Também se diplomou em Direito pela UFPR entre 1948 e 1952. Tornou-se professora no concurso para História Geral e do Brasil no Colégio Estadual do Paraná, foi aprovada no concurso para disciplina de Estudos Brasileiros e paranaense no Instituto de Educação. Em 1957 assume a vaga de professora catedrática de História Moderna e Contemporânea na UFPR com a tese *Carlos-Quinto, 1500/1558: seu Império universal*, mesmo período em que conquista os títulos de Doutora e Livre-Docente (MACHADO, 2016, p. 331). Foi Chefe do Departamento de História da UFPR entre 1959-1976. Em 1961 – Participa do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, em Marília. Quando se fundou a Associação de Professores Universitários de História (APUH), a atual Associação Nacional de História (ANPUH). Ocupou a função de Presidente da Comissão Executiva do “II Simpósio” da ANPUH, realizado na UFPR em 1962. Exerceu cargos na Diretoria da ANPUH (ora como 1º tesoureiro, ora como 1º Secretário), durante o período 1961/1977 (MACHADO, 2016, p. 332). Foi assessora de gabinete do secretário estadual de educação e cultura, de 1961 a 1963, quando Ney Braga era governador do Estado do Paraná. Foi assessora do Gabinete do Ministro da Educação e Cultura, de junho a dezembro de 1964,

ocasião secretariou a atividade científica, sendo responsável por elaborar o relatório do evento. A atividade intitulada “*III Congresso Regional de História e Geografia do Paraná*” foi registrada no volume VI do *Boletim do IHGEP*, reunindo os fascículos 3 e 4, correspondentes aos estudos realizados entre os meses de janeiro e junho²⁹². Publicados em 1956, pela Papelaria Requião e Ltda., esses fascículos deram continuidade aos fascículos 1 e 2 do mesmo volume, lançados em 1953, ou seja, três anos após a referida edição, evidenciando a instabilidade da impressão e circulação do periódico ao longo da década de 1950. Esse contexto editorial acontece logo após o momento em que Cecília Westphalen passou a integrar o quadro social do Instituto Paranaense, conforme registrado no Ofício n.º 11/55, enviado a ela em 13 de janeiro de 1955, comunicando sua eleição como sócia do IHGEP²⁹³.

As atividades do *III Congresso* como sessões de estudos e apresentações de simpósios aconteceram entre 19 e 23 de dezembro do ano de 1953 na cidade de Curitiba, Paraná. Cecília Westphalen destaca em seu relatório que a Universidade não poderia deixar de se associar ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP) nas comemorações do 1º Centenário da emancipação político-administrativa do Paraná. Nesse sentido, o III Congresso Regional de História e Geografia do Paraná foi concebido como parte oficial dos festejos, funcionando como um espaço de celebração cívica e de valorização da memória histórica regional, algo partilhado pelas duas maiores instituições produtoras de saber historiográfico do estado. Ao longo de seu relatório, a historiadora Cecília descreve em detalhes a programação, a abertura solene com autoridades e a presença de figuras proeminentes, as sessões de estudos, simpósios e as moções aprovadas, revelando um tom marcado pela exaltação dos heróis da emancipação e pela legitimação da narrativa histórica do Estado.

quando era ministro Flávio Suplicy de Lacerda, ex-reitor da UFPR, defensor da “revolução” de 1964, ligado, desde os anos 1930, a grupos paranaenses engajados na luta contra o anticlericalismo (FAGUNDES, 2019, p. 141). Em 1972, coordena o Curso de Pós-Graduação em História. Foi assessora da CAPES para assuntos da Pós-Graduação durante os anos de 1975-1976. Diretora do Setor de Ciências Humanas, nomeada pelo General Geisel entre 1976/1980. Rompe com a ANPUH em 1977. Tornou-se assessora do CNPq para área de História no ano de 1978; Coordenadora de Pesquisa na UFPR durante 1981/82. Neste período, funda a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH) com Altiva Pilatti Balhana e Maria Beatriz Nizza da Silva (Titular de Teoria e Metodologia da História da USP). Do mesmo momento é a criação do curso de Doutorado. Em 1983, tornou-se sócia do IHGB – Apresenta *Historiografia paranaense*. (MACHADO, 2016, p. 233).

²⁹² WESTPHALEN, Cecília Maria. *III Congresso Regional de História e Geografia do Paraná. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Volume VI, fasc. 3 e 4, Curitiba, Papelaria Requião Ltda. 1956, 87-94.

²⁹³ Ofício n.º 11/55, do Instituto Histórico e Geográfico, para Cecília. Curitiba, 13 jan. 1955. Arquivo Público do Estado do Paraná. Curitiba. Sala Cecília Maria Westphalen. Caixa 4, pac 2, pasta 78.

A própria Cecília desempenhou um papel central no Congresso, atuando como Secretária do evento. Essa função a colocou na posição de organizar, registrar e elaborar o relatório oficial, documento que não apenas cumpriu uma finalidade administrativa, mas consolidou o Congresso como um marco da memória institucional do Centenário. Assim, sua participação ultrapassa o caráter burocrático e insere-se no processo de construção da memória oficial das comemorações.

No âmbito dos trabalhos apresentados, destacam-se as sessões de estudos e os simpósios. A programação científica do evento expressa bem a diversidade de temas e enfoques mobilizados pelos participantes. Na primeira sessão de estudos, o padre Luiz G. Jaeger apresentou uma investigação sobre *As reduções jesuíticas do Guairá*. A segunda sessão contou com duas comunicações, a do professor Carlos Stellfeld, intitulada *Saint-Hilaire no Paraná*, e a do senhor Zenon Pereira Leite, *Gabriel de Lara – um ponto a elucidar*. Já a terceira sessão incluiu a palestra de Walter Spalding sobre, *As relações entre Paraná e Rio Grande do Sul*, e novamente, de Carlos Stellfeld, que abordou o tema *Um neto do Patriarca da Independência residiu e morreu em Curitiba*. Por fim, na quarta sessão, os professores José Loureiro Fernandes e Oldemar Blasi apresentaram o estudo *As jazidas arqueológicas do Planalto Paranaense. Nota prévia sobre a jazida do Estirão Comprido*. Essa diversidade de temas — que variava entre história colonial, biografias, memória regional e estudos arqueológicos — revela tanto a amplitude dos interesses cultivados no Instituto quanto a coexistência de práticas eruditas tradicionais e novas perspectivas de investigação acadêmica que, pouco a pouco, ganhavam espaço no interior da universidade²⁹⁴.

Também foram realizados durante o congresso dois simpósios voltados à história regional, com forte ênfase na construção da memória da emancipação político-administrativa do Paraná. O I Simpósio sobre a História da Autonomia da 5ª Comarca de Curitiba contou com a comunicação de Osvaldo Pilotto, que apresentou o estudo *Pródornos da criação da Província de Paranaguá*. Já o I Simpósio sobre a História da Autonomia da Província do Paraná estruturou-se em três sessões, reunindo trabalhos que buscavam dar visibilidade aos “grandes próceres” da emancipação provincial. Na primeira sessão, José Loureiro Fernandes analisou *O indígena na província do Paraná*; na segunda sessão, Homero de Barros discutiu *As condições sociais e econômicas da escravidão negra no Paraná*, Arthur Franco examinou *Os processos de colonização na província* e Newton Carneiro abordou *A economia*

²⁹⁴ WESTPHALEN, Cecília Maria. III Congresso Regional de História e Geografia do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Papelaria Requião Ltda., v. VI, Fasc. 3-4, p. 88-90, 1956.

regional a partir de a pecuária, a erva-mate e a madeira. Por fim, na terceira sessão, Carlos Stellfeld apresentou a comunicação *Um filho do doutor Soares de Meirelles em Curitiba*. A diversidade de temas evidencia tanto a valorização de figuras e processos históricos associados à emancipação quanto a tentativa de articular diferentes dimensões sociais, econômicas e culturais da experiência provincial, revelando o esforço do evento em legitimar um discurso histórico regional que combinava práticas eruditas e preocupações científicas emergentes²⁹⁵.

Entre as moções aprovadas, merecem destaque a instalação definitiva do Museu da Revolução Federalista, a publicação do Dicionário Histórico e Geográfico de Ermelino de Leão, a autorização de empréstimos para microfilmagem de documentos relevantes à História do Paraná, bem como a sugestão de erguer obeliscos em memória de Dom Pedro II e Zacarias de Góes e Vasconcelos, o primeiro presidente de Província do Paraná.

O III Congresso Regional de História e Geografia do Paraná, realizado em 1953, inscreve-se simultaneamente no registro das comemorações cívicas do Centenário da emancipação e no processo de consolidação da História como campo disciplinar no estado. Se, por um lado, reafirmava o papel do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense como guardião da memória e da tradição historiográfica regional, por outro, evidenciava o crescente protagonismo da Universidade do Paraná, que, ao inserir professores, pesquisas arqueológicas e moções em defesa da institucionalização de cadeiras específicas, buscava fortalecer a cientificidade da disciplina. Nesse sentido, o evento não se limitou à exaltação de heróis e à legitimação da memória histórica, mas funcionou como um importante passo para a autonomia do campo historiográfico paranaense, ao articular práticas de erudição tradicional com demandas de pesquisa acadêmica e produção científica.

A diretoria do IHGEP responsável pela publicação do volume VI material em que consta o relatório consultado, contava com a presença de duas mulheres em posições de destaque, Cecília Maria Westphalen, como 2ª secretária, e Marília Duarte Nunes²⁹⁶, como redatora do *Boletim*. O restante da diretoria era composto por Dr. Aluísio França (presidente); Dr. Brasil Pinheiro Machado (1º vice-presidente); Dr. Aníbal Borges Carneiro (2º

²⁹⁵ WESTPHALEN, Cecília Maria. III Congresso Regional de História e Geografia do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Papelaria Requião Ltda., v. VI, Fasc. 3-4, p. 90-93, 1956.

²⁹⁶ Atuou na seção de Antropologia do Museu Paranaense, desenvolvendo estudos com Loureiro Fernandes. FERNANDES, Loureiro; NUNES, Marília Duarte. **Oitenta anos de vida do museu paranaense (1876-1956)**. Curitiba. 1956. Edição Comemorativa ao 80º aniversário de fundação do Museu Paranaense. Por seu destaque na área, ocupou a direção do Museu do Índio, na função de Museóloga-Assessor II no ano de 1983. In: **Museu do Índio: 30 anos 1953-1983**. Edição Comemorativa. Rio de Janeiro, 1983.

vice-presidente); Prof. Oldemar Blasi (3º vice-presidente); Dr. José Pereira de Macedo (1º secretário); e Dr. Carlos Stellfeld (tesoureiro).²⁹⁷

Embora Cecília Westphalen e Marília Duarte ocupassem funções relevantes para o funcionamento institucional, tratava-se de posições hierarquicamente secundárias no interior da diretoria, majoritariamente composta por homens que concentravam os cargos de maior poder decisório, como Aluizio França (presidente) e Brasil Pinheiro Machado (1º vice-presidente). Nesse sentido, a inserção de Cecília e Marília não pode ser explicada exclusivamente por trajetórias acadêmicas já consolidadas — especialmente no caso de Cecília Maria Westphalen, que ainda se encontrava em fase inicial de formação e não havia, naquele momento, produzido uma tese. Sua presença deve ser compreendida também à luz das redes de sociabilidade intelectual e dos mecanismos de apadrinhamento que estruturam o campo historiográfico, marcados pela predominância masculina em posições de autoridade.

A presença feminina no Instituto, ainda pouco comum na década de 1950, evidencia, portanto, uma dinâmica ambivalente: se por um lado sinaliza uma abertura controlada à participação de mulheres, por outro revela que a legitimação historiográfica permanecia ancorada, sobretudo, em trajetórias masculinas já estabelecidas. Ao mesmo tempo, o próprio Instituto operava como instância de consagração, conferindo visibilidade e reconhecimento àquelas que nele ingressavam, ainda que em posições subordinadas.

Após assumir a função de professora interina do curso de História e Geografia, Cecília Maria Westphalen passou a desempenhar papel ativo na organização de eventos institucionais. Em dezembro de 1953, ela secretariou o evento comemorativo do Centenário da Emancipação do Paraná, iniciativa conjunta do curso de História e Geografia e do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense²⁹⁸. Poucos dias depois, em 7 de janeiro de 1954, seu nome passou a constar na Lista Nominativa de Sócios do Instituto, como sócia efetiva. Posteriormente, Cecília integrou o Conselho da Presidência do IHGEP, sendo eleita

²⁹⁷ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Volume VI, fasc. 3 e 4, Curitiba, Papelaria Requião Ltda. 1956. 94 f.

²⁹⁸ Ainda que não seja nossa intenção fazer uma análise específica sobre a escrita da história de historiadoras no IHGEP, é preciso pontuar que os trabalhos: DE OLIVEIRA SIMAS, Alicy. O lugar das historiadoras na memória disciplinar da História: Entrevista com Maria da Glória de Oliveira. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 273–285, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/66917>. Acesso em: 30 mar. 2026; ROIZ, Diogo; GONTIJO, Rebeca; ZIMMERMANN, Tânia. (Orgs.) **As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história I. Pioneiras nos estudos históricos brasileiros**. Campinas: Mercado das Letras, 1ª ed., 2022; _____, ROIZ, Diogo; GONTIJO, Rebeca; ZIMMERMANN, Tânia. (Orgs.) **As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história II. Uma geração de historiadoras que consolidou os estudos históricos no Brasil**. Campinas: Mercado das Letras, 1ª ed., 2023. Essas produções sinalizam a validade de estudos que buscam legitimar o lugar das historiadoras e destacar suas contribuições para a excelência da historiografia brasileira.

para o biênio 1955-1957 como 2ª secretária²⁹⁹. Publicou em 1956 seu primeiro texto no *Boletim do Instituto*³⁰⁰, de modo que a trajetória de sua inserção no quadro associativo do IHGEP mostra como sua atuação recente no mundo editorial, e no curso de História e Geografia, funcionavam como credencial para a participação ativa no Instituto. Sobre sua presença no III Congresso ela pode estar associada especialmente ao fato de à época ser professora assistente no curso de História e Geografia da Universidade Federal do Paraná, o que exigia a participação e realização de determinadas atividades como docente universitária, sobretudo naquele período de reconfiguração do cotidiano dos historiadores profissionais brasileiros.

A relação direta entre os professores que constituíram o quadro da criação do curso de História e de Geografia da Universidade de Porto Alegre e a inserção deles no Instituto Histórico daquela localidade³⁰¹, foi identificada por Mara Rodrigues (2013), para quem a prática da docência no referido curso funcionava como credencial para a filiação ao Instituto, algo que, como busca-se comprovar, também era recorrente no Paraná.

Como lembra a historiadora Aryana Costa³⁰², ser membro de uma instituição do porte do instituto histórico era uma parte importante do processo de socialização dos historiadores, especialmente no contexto dos anos 1950, onde mesmo diante do processo de profissionalização do historiador e da consolidação do curso de história no contexto universitário brasileiro, se verifica uma convivência entre a prática historiográfica do instituto histórico paulista e a nova configuração acadêmica. Segundo Aryana Costa (2018), a expansão da pesquisa histórica por meio da consolidação dos periódicos acadêmicos não era garantia de distanciamento entre o IHGSP e os intelectuais que atuavam na Universidade de São Paulo³⁰³. Assim, no que tange a institucionalização do discurso histórico no espaço universitário no Paraná, concorda-se com Daiane Machado (2016) para quem esse processo

²⁹⁹ Cecília Maria Westphalen ocupou no IHGEP os cargos de: 2ª Secretária entre os anos de 1955 e 1959; sendo nos anos de 1961 e 1963 Tesoureira. Entre 1961-1963 retomou a função de 2ª Secretária.

³⁰⁰ Além do texto em questão, Cecília Maria Westphalen, também publicou em momentos distintos outros dois trabalhos no periódico do IHGEP, como: *Paraná – Zona de Trânsito* (1957) e *Evolução Histórica de Curitiba* (1993).

³⁰¹ RODRIGUES, M. C. de M. O papel da universidade no “campo da história”: o curso de Geografia e História da UPA/URGS na década de 1940. **MÉTIS: história e cultura**, v.2, n.2, p. 75-102, jul./dez. 2002; _____. A formação superior em história na UPA/URGS/UFRGS de 1943-1971. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 11, p. 122-139, abr. 2013.

³⁰² COSTA, Aryana. Um regime de transição: o papel do IHGSP no curso de história da Universidade de São Paulo (1934). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 67, 219, p. 74.

³⁰³ COSTA, Aryana. **De um Curso d'Água a Outro: memória e disciplinarização do saber Histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

“não se deu necessariamente pelo rompimento com os notórios locais de pensamento historiográfico”³⁰⁴, a exemplo do IHGEP.

Em 1953, ano das comemorações e, portanto, da realização do referido *III Congresso*, Cecília Westphalen lecionava no ensino secundário e buscava espaço na UFPR como assistente de ensino de Homero de Barros, catedrático de História Antiga e Medieval, função desempenhada desde 1951. Por meio da participação em eventos científicos, sua relação com os colegas de trabalho seria ampliada e as alianças profissionais e acadêmicas começaram a ganhar contornos e densidade, o que fica expresso na escolha dos sócios do IHGEP e professores catedráticos da Universidade Federal do Paraná, Homero de Barros e Brasil Pinheiro Machado, para comporem a banca de sua tese³⁰⁵, quando então apresentou à comunidade acadêmica o trabalho sobre Carlos V³⁰⁶. Além de atuar no curso de História e Geografia da UFPR, naquele ano de 1953 também estreou no mercado editorial com *Pequena História do Paraná*, publicado como obra oficial do estado no ano das comemorações cívicas.

Foi Cecília Westphalen, professora do ensino básico iniciante na carreira, mas já presente nos debates estruturais da área no ambiente universitário, a escolhida pelo poder público para redigir uma história cívico educativa do Paraná.³⁰⁷ Convidada por Newton Carneiro, Presidente da Comissão dos Festejos do Centenário da Emancipação Política do Estado, e João Xavier Vianna, o então Secretário de Educação e Cultura do Estado do Paraná, a escrever uma síntese da história regional de caráter didático, estudo que seria distribuído às escolas. O livro *Pequena História do Paraná*, publicado pela Editora Melhoramentos, apresenta uma narrativa de caráter didático e sintético sobre a formação histórica do estado. Estruturada em cinco capítulos — “Preparação Histórica”, “Ocupação Geográfica”, “Definição Territorial”, “Emancipação Político-Administrativa” e “Realização do Paraná” —, o estudo insere o território paranaense em um quadro mais amplo da expansão ultramarina portuguesa e do processo de colonização, destacando os movimentos de ocupação, as

³⁰⁴ MACHADO, Daiane. V. **Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998**. Tese (Doutorado em História). UNESP, Assis, 2016, p. 63.

³⁰⁵ A banca foi composta por: Antônio Camilo Alvim, Cirilo Zachy (substituiu Eremildo Viana), Othelo Laurent, Brasil Pinheiro Machado e Homero Baptista de Barros. (MACHADO, 2016, p. 90). Sua tese “Carlos V (1500-1558): o seu Império universal” (1955) foi escrita majoritariamente a partir de bibliografia e fontes raras, tornando-se a porta de entrada para o concurso, em 1957, no qual a historiadora foi titulada junto à universidade.

³⁰⁶ WESTPHALEN, Cecília. **Carlos-Quinto, 1500/1558: seu Império universal**. 1955. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1955.

³⁰⁷ MACHADO, Daiane. V. **Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998**. Tese (Doutorado em História). UNESP, Assis, 2016, p. 66.

disputas de limites, a conquista da autonomia no evento de 1853 e a construção de uma identidade regional vinculada ao progresso.

Em sua obra, Cecília Westphalen mobiliza fortemente o método geográfico como eixo estruturante da narrativa histórica que constrói para o Paraná. Isso se observa não apenas na divisão temática dos capítulos — em que a ocupação do território e a definição dos limites regionais aparecem como etapas centrais do processo histórico —, mas também na ênfase dada à relação entre o homem e o espaço. Neste sentido, a obra revela que o território foi tomado como fundamento para legitimar a história regional, o que ajudou a criar na historiografia paranaense a tradição de que a história do Paraná é a história da ocupação territorial do estado, tema que mais tarde seria destaque no curso de história da UFPR que jogou papel indispensável na criação dessa identidade, marcada por uma história territorial dividida entre um Paraná Moderno e um Paraná Tradicional.

Segundo Machado (2016), em *Pequena História do Paraná*, Westphalen (1953) organiza a narrativa em torno da linearidade da boa administração dos governantes, de modo a evidenciar “a marcha ascendente do progresso” do estado. Nessa lógica, as ações governamentais de Bento Munhoz, governador do estado à época da publicação do livro, aparecem como o coroamento de um processo iniciado em 1853³⁰⁸. O silêncio — ou mesmo o trabalho de esquecimento — que permeia essa construção contribuiu para consolidar a imagem de um passado harmonioso e livre de contradições, selecionando as memórias que deveriam ser celebradas no centenário da emancipação do Paraná³⁰⁹.

Essa dimensão da escrita histórica por Westphalen se articula também à sua atuação institucional. Sua presença no conselho da presidência e na publicação do Boletim do IHGEP evidencia que não apenas os professores de história considerados “amadores” mantiveram a prática de escrita da história nos institutos históricos. Também aqueles “com formação específica enquadrada pelas normas próprias de um corpo profissional”³¹⁰, continuaram a produzir conhecimento “mais historiográfico” e menos “sobre o passado” no IHGEP ao longo da segunda metade do século XX.

Para Fagundes (2014), Cecília Westphalen integra um momento de inflexão geracional no curso de História da UFPR, marcado pela transição para uma nova linhagem historiográfica. Enquanto a primeira geração — representada por Brasil Pinheiro Machado e

³⁰⁸ MACHADO, Daiane. V. **Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998**. Tese (Doutorado em História). UNESP, Assis, 2016, p. 73.

³⁰⁹ MACHADO, Daiane. V. **Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998**. Tese (Doutorado em História). UNESP, Assis, 2016, p. 73-74.

³¹⁰ FAGUNDES, Bruno. História, Historiadores e Identidade Profissional: sobre a história do curso de História da UFPR. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, jul-dez, 2014. p. 297.

Bento Munhoz da Rocha Neto — mostrava-se fortemente permeável à política, a segunda geração, formada por professores de meados dos anos 1950 e 1960, já assumia um perfil menos político e mais “profissional”³¹¹. Nesse contexto, Westphalen destacou-se como parte de um grupo de intelectuais com formação específica, enquadrada nas normas de um corpo profissional que estabelecia critérios de recrutamento, avaliação e legitimação do exercício da profissão, reconhecidos por instituições científicas cuja autoridade se consolidava pela fixação desses parâmetros³¹². Machado (2016b), ao investigar aspectos do percurso intelectual da professora, reforça essa leitura ao indicar que seu modo de ser historiadora foi constituído “nas tensões do campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX, tempo de delineamento do ofício a partir da instituição universitária”³¹³.

Embora não se possa afirmar que em 1953 a disciplina já tivesse alcançado uma autonomia consolidada — uma vez que o curso de História ainda não havia se desdobrado da Geografia (a separação só seria efetiva anos depois) —, é possível dizer que esse momento sinalizava uma busca de especialização. Isso porque os docentes da Universidade, ao participarem das celebrações do Centenário da Emancipação Política do Paraná, ocupavam um espaço até então dominado pelo Instituto, trazendo novas práticas acadêmicas e científicas que começavam a se afirmar no ambiente universitário. Neste sentido, 1953 não é ainda o momento da autonomia, mas já antecipa o movimento de transição, revelando o entrecruzamento entre as duas instituições e a lenta reconfiguração do campo disciplinar da História no Paraná.

Sendo assim, a fase iniciada em 1948 marcou a reconfiguração do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, tanto em sua estrutura quanto em suas práticas. O dinamismo do período, a retomada do *Boletim*, a atuação em eventos científicos e a presença de professores universitários indicam não apenas novas formas de produção e legitimação do saber histórico, mas também transformações no processo de profissionalização do historiador no Paraná, com a introdução de critérios de rigor técnico, especialização e vínculos institucionais mais definidos. Ao mesmo tempo, a incumbência de elaborar uma narrativa oficial para o centenário explicitou tensões entre tradição erudita e renovação acadêmica.

³¹¹ FAGUNDES, Bruno. História, Historiadores e Identidade Profissional: sobre a história do curso de História da UFPR. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, jul-dez, 2014, p. 302.

³¹² FAGUNDES, Bruno. História, Historiadores e Identidade Profissional: sobre a história do curso de História da UFPR. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, jul-dez, 2014, p. 297.

³¹³ MACHADO, Daiane Vaiz. “Modo de ser historiadora: Cecília Westphalen no campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX.” **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 9, n. 22, 2016b. p. 134.

Nesse sentido, o período entre 1948-1953 revela um processo de transição negociada, antecipando a disciplinarização da história no estado.

A partir dessa chave de leitura, o próximo capítulo examina as contribuições do Boletim do IHGEP, entre 1955 e 1972, como espaço estratégico para a escrita da história regional, bem como para a compreensão do processo de profissionalização do historiador e das disputas que moldaram a constituição do campo disciplinar em formação.

CAPÍTULO 2

Contribuições dos historiadores universitários para a escrita da história regional no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (1955-1972)

O *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* permaneceu como referência para a produção historiográfica regional ao longo da segunda metade do século XX, funcionando como espaço de sociabilidade das redes intelectuais e de difusão de suas produções, justamente num momento em que o campo disciplinar da História buscava consolidar sua autonomia acadêmica e autoridade científica na Universidade³¹⁴, à época reconhecida como um espaço de progresso regional, reflexo de um projeto de transformação daquela sociedade³¹⁵. A consolidação do espaço universitário também acompanhava à definição das bases do funcionamento da história disciplinar e do seu lugar nas universidades. Porém, a validação de sua autoridade institucional e a legitimidade desse lugar social da produção historiográfica do saber histórico regional não seria imediata.

Nesse contexto, a atuação dos historiadores universitários entre 1955 e 1972 ganha relevo, pois, ao mesmo tempo em que buscavam consolidar sua autoridade científica no âmbito acadêmico, eles recorreram ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense como instância de validação simbólica e de circulação de suas pesquisas. Mais do que um simples veículo de circulação, o periódico funcionou como arena de sociabilidade intelectual³¹⁶ e de disputas em torno da legitimidade historiográfica. Sob a ótica de Bourdieu (2003), trata-se de observar o campo científico como espaço de disputas pelo monopólio da autoridade e da competência científica, dimensões socialmente atribuídas e reconhecidas pela

³¹⁴ FAGUNDES, B. F. L. **O auge da história: história do curso de história da UFPR**. São Paulo: Letra & Voz, 2019; ROIZ, Diogo. A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (1938-1971). *Diálogos*, 24(3), 305-330. 2020; _____. A escrita e o ofício da história no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná (1938-1948). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 19, p.1-24. 2019. _____. ROIZ, D. da S. **Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)**. Curitiba, Appris, 2012.

³¹⁵ Foi o presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, que acatou o memorial e exposição de motivos apresentados pela Universidade do Paraná e, em 10 de março de 1950, encaminhou para a Câmara dos Deputados a mensagem federalizando a Universidade do Paraná. Transformava-se a Universidade do Paraná, surgida em 1912 devido à Lei Rivadávia, que oficializou o ensino superior no país em 1911. A restauração da Universidade a partir de 1946 não significou o acolhimento dos poderes públicos federais, ela ainda continuava a ser particular, fato alterado com a Lei n. 1254, de 4 de dezembro de 1950, quando passa a ser mantida pela União. In: WACHOWICZ, Ruy. **Universidade do Mate: História da UFPR**. Curitiba, APUFPR, 1983.

³¹⁶ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

comunidade intelectual³¹⁷. Desse modo, o Boletim se apresenta como meio capaz de evidenciar como essas tensões se materializaram na historiografia regional, revelando a coexistência de diferentes tradições, negociações e estratégias de afirmação do discurso histórico. Assim, mais do que situar o curso universitário de História como o único polo de renovação da escrita histórica, propõe-se aqui destacar o papel do Instituto, analisando como sua tradição, suas práticas editoriais e sua inserção no campo cultural contribuíram para acolher e difundir a historiografia universitária “profissional”, ao mesmo tempo em que reafirmavam sua relevância institucional na construção da história regional.

O *Boletim do IHGEP* torna-se documento fundamental para compreender a construção da historiografia produzida no Paraná, articulando continuidades institucionais, disputas disciplinares e transformações teórico-metodológicas que marcaram a historiografia entre 1955 e 1972. O recorte temporal é significativo, de um lado, marca o avanço da institucionalização acadêmica da disciplina de História no Paraná; de outro, revela que o Instituto não desaparece diante da nova configuração universitária, mas se insere como mediador³¹⁸ entre tradições historiográficas e novas práticas de pesquisa. A publicação de textos de professores universitários em suas páginas, como os de Altiva Pilatti Balhana³¹⁹, Cecília Westphalen³²⁰, Bento Munhoz da Rocha Neto³²¹ e Ruy Wachowicz³²², busca demonstrar que o *Boletim* permaneceu como um espaço reconhecido pelas gerações de historiadores, como lugar de validação da produção histórica, mesmo quando a universidade já assumia protagonismo na formação de quadros para o ensino e no desenvolvimento da pesquisa histórica.

No arco temporal compreendido entre 1955 e 1972, observa-se uma decisiva redefinição dos espaços de legitimação da produção histórica. Ainda assim, o *Boletim do*

³¹⁷ BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 2003. p. 122-155. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39).

³¹⁸ GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais: Práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 489 p.

³¹⁹ BALHANA, Altiva. A inserção do homem no quadro ecológico. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Vol. VII, Fasc. 3-4, jul. dez. 1957. Publicado em 1958. Fasc. 3-4. p. 22-30; _____. Formação da população paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Volume X. 1969. p. 40-51.

³²⁰ WESTPHALEN, Cecília Maria. Paraná – Zona de Trânsito. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: Papelaria Requião Ltda., v. VII, Fasc. 3-4, p. 45-, 1957.

³²¹ ROCHA NETO, Bento Munhoz. Poloneses no Paraná (Conferência). Edição Especial Comemorativa do 1o Centenário da Imigração Polonesa no Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, v. XIV, Fasc. 3, p. 1-2, 1971.

³²² WACHOWICZ, Ruy Christovam. Simão Kossobudzki - sua vida e sua obra. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. v. XII. Ano 1970. p. 31-39. 1971a. _____. Pedro II e os imigrantes em Curitiba. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XIII, p. 77-83. 1971b.

IHGEP manteve posição privilegiada, refletindo tanto as permanências de uma tradição erudita vinculada ao Instituto quanto os sinais da renovação acadêmica trazida pela universidade. Dessa confluência é possível compreender a história da historiografia produzida no Paraná como resultado do entrecruzamento entre instituições e do amadurecimento de um campo disciplinar autônomo em formação.

2.1 O Boletim do IHGEP e a separação entre História e Geografia: reorganização institucional e redefinição disciplinar (1955-1959)

Entre 1955 e 1959, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP) manteve a continuidade de suas atividades administrativas e seguiu publicando o seu *Boletim*. Foram três edições do periódico impressas em Curitiba pela Papelaria Requião Ltda e publicadas nesse intervalo, o Volume VI, fascículos 3-4 (1956), em continuidade ao material comemorativo de 1953 (analisado no capítulo anterior); e o Volume VII, fascículos 1-2 (1957) e 3-4 (1958), nas quais se destacam contribuições de docentes vinculados ao curso de História e Geografia, como Altiya Pilatti Balhana, com *A inserção do homem no quadro ecológico*³²³, e Cecília Maria Westphalen, com *Paraná – Zona de Trânsito*³²⁴. Ambos os artigos foram publicados no volume VII do periódico do IHGEP, que veio à público em 1958, e compõem as análises deste tópico.

A reduzida quantidade de números publicados nesse intervalo (1955-1959) revela uma descontinuidade editorial que pode ser interpretada como indicio das próprias dificuldades institucionais vividas naquele momento. Todavia, o *Boletim do IHGEP*, mesmo marcado por irregularidades em sua periodicidade, cumpriu papel estratégico ao oferecer um espaço de publicação e legitimação disciplinar, funcionando como mediador entre o Instituto e a universidade em um momento de redefinição do campo da História no cenário paranaense. Além disso, numa sociedade marcada pelas desigualdades das vozes, é possível verificar que as historiadoras conquistaram o direito à narrativa e também ao espaço público.

Ser historiadora significava, portanto, conviver com a necessidade de romper o monopólio masculino da pesquisa em arquivos e do magistério superior, reivindicar legitimidade científica em espaços institucionais que invisibilizam a presença feminina, bem como aqueles responsáveis por naturalizar noções que relacionam o trabalho autoral de

³²³ BALHANA, Altiya. A inserção do homem no quadro ecológico. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Vol. VII, Fasc. 3-4, jul. dez. 1957 (1958).

³²⁴ WESTPHALEN, Cecília Maria. Paraná – Zona de Trânsito. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: Papelaria Requião Ltda., v. VII, Fasc. 3-4, p. 45-, 1957.

mulheres à escrita “amadora”, auxiliar, professora primária ou bibliotecária³²⁵. Ao ocupar cátedras e publicar em periódicos científicos como o *Boletim do IHGEP*, Balhana atuou como agente da redefinição dos critérios de legitimidade da profissão, contribuindo para redefinições do que é ser historiador(a), e ampliando a noção de prática histórica. Também é importante destacar que participou do processo de profissionalização da disciplina, quando a História se separa institucionalmente da Geografia na Universidade do Paraná (1959–1960), momento que marca a autonomia epistemológica da área. Nessa transição, a historiadora contribui para redefinir a identidade do profissional em história. Suas contribuições historiográficas, expressam a superação do modelo erudito e celebrativo herdado dos Institutos Históricos e a consolidação de uma prática histórica crítica e empírica³²⁶.

A publicação de Altiva Balhana ocorreu em meio a um momento crucial do campo disciplinar da história no Brasil, marcado especialmente pela promulgação da Lei n. 2.594/1955 por parte do poder Executivo, que à época era liderado pelo Presidente da República, Café Filho (1954-1955). A lei representou um marco para a autonomização dos cursos de História e Geografia nas Faculdades de Filosofia, que a partir da nova normativa se tornaram campos independentes. Roiz (2020, p. 321) mostra que a separação desses cursos no Brasil aconteceu em 1955 na Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil, em 1956 na Universidade de São Paulo e em 1960 na Universidade Federal do Paraná, onde esse processo de autonomização foi gestado pelos historiadores e teve como um dos principais marcos a criação do Departamento de História em 1959.

Nesse debate, Francisco Falcon, em *A identidade do historiador*, observa que é com a criação dos cursos de Geografia e História que se começou a delimitar o ofício e o campo disciplinar da História no Brasil³²⁷. Para ele, embora o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e seus congêneres estaduais tenham desempenhado papel decisivo na

³²⁵ SMITH, Bonnie. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

³²⁶ A trajetória das duas autoras pode ser compreendida, à maneira de Smith (2003), como parte de uma virada epistemológica em que a entrada das mulheres na historiografia não apenas diversificou o campo, mas alterou suas próprias fronteiras de legitimidade. O debate proposto por Bonnie G. Smith (2003), demonstra como ao longo dos séculos XIX e início do século XX, a constituição da História como disciplina científica foi acompanhada por uma divisão de gênero no saber histórico. Ela mostra que os homens se afirmaram como “profissionais” da história, ocupando universidades, arquivos estatais e academias, reivindicando o monopólio teórico e metodológico da área. As mulheres, por sua vez, foram relegadas a um espaço marginal e não reconhecido, associadas à escrita de memórias, genealogias, história local, história cultural ou religiosa - atividades consideradas “menores” e “amadoras”. Essa distinção não foi apenas social, mas epistemológica, a “história científica” tornou-se um espaço de masculinização do saber, em que as qualidades atribuídas ao bom historiador” (racionalidade, distanciamento, erudição) eram codificadas como masculinas. In: SMITH, Bonnie G. **Gênero e História: Homens, Mulheres e Prática Histórica**. Florianópolis, EDUSC, 2003.

³²⁷ FALCON, Francisco J. C. A identidade do historiador. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 7-30, jul. 1996.

formação de uma tradição historiográfica, não foram essas instituições que regulamentaram o ofício³²⁸. Foi com a criação dos cursos universitários que ganharam centralidade as discussões sobre o que constituía uma “obra de história” e qual deveria ser o perfil do “historiador profissional” no país³²⁹.

Como observa Roiz (2020), a configuração do curso de História da UFPR foi marcada por um lento processo de adequação à legislação federal de 1955, cuja efetivação só se consolidou no início da década de 1960 com a criação do curso de História. As justificativas para essa demora iam desde a carência de docentes até a falta de salas de aula, laboratórios, bibliotecas adequadas e a necessidade de reorganização departamental³³⁰. Essa situação encontra eco no Anuário da Universidade do Paraná (1958-1959), que ressalta o esforço recente das Faculdades de Filosofia na ampliação e qualificação do ensino superior no país. Nesse mesmo espírito, os discursos proferidos pelo ministro Clóvis Salgado e pelo reitor Flávio Suplicy de Lacerda, em outubro de 1958, por ocasião da inauguração das novas instalações da Faculdade de Filosofia, celebravam a conquista de uma infraestrutura que simbolizava não apenas uma vitória para a universidade e para o Paraná, mas também a inserção da instituição no projeto nacional de modernização e fortalecimento do ensino superior³³¹. Esse contexto de expansão material e institucional ajuda a compreender por que a autonomização do curso de História foi um processo gradual, marcado por limitações estruturais, mas também por conquistas simbólicas que reforçaram sua legitimidade no campo disciplinar.

Preocupação semelhante pode ser observada no interior do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP), especialmente durante a gestão de Aluizio

³²⁸ GUIMARÃES, Manoel L. L. S. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, 1988. pp. 5-27; GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

³²⁹ ROIZ, Diogo. A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (1938-1971). *Diálogos*, 24(3), 305-330. 2020; FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013; GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996; _____. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

³³⁰ *Livro de Atas*, n. 1, Departamento de História, UFPR, fls. 1 a 39, reunião de 18/10/1965. Apud. Roiz (2020, p. 324).

³³¹ Discurso pronunciado por sua excelência o senhor Ministro Clóvis Salgado da Gama em 17 de outubro de 1958, por ocasião da inauguração dos edifícios da reitoria, da Faculdade de Filosofia e do Auditório da Universidade do Paraná. *Anuário da Universidade do Paraná*. Curitiba. 1958-1959. p. 23-25; Discurso pronunciado pelo magnífico reitor Prof. Flávio Suplicy de Lacerda em 17 de outubro de 1958, por ocasião da inauguração dos edifícios da reitoria, da faculdade de filosofia e do auditório da Universidade do Paraná. *Anuário da Universidade do Paraná*. Curitiba. 1958-1959. p. 25-27.

França, entre 1955 e 1964. Reconhecido por Loureiro Fernandes como o “consolidador”³³² do Instituto, França desempenhou papel decisivo na viabilização da sede própria, atuando politicamente em níveis local e estadual para garantir a concretização de uma obra considerada essencial à preservação da história e da cultura do Paraná. O projeto, executado pelo engenheiro Dr. Ayrton Cornelsen, foi iniciado no final de 1952, mas o edifício — localizado na rua José Loureiro, 43, no centro de Curitiba — só seria inaugurado no primeiro semestre de 1959, em razão da necessidade de suplementação de verbas. O título de “consolidador” simboliza o reconhecimento da autoridade de França e, ao mesmo tempo, evidencia o papel desempenhado pelo Instituto como espaço de legitimação das elites intelectuais paranaenses, que, assim como na universidade, buscavam fixar materialmente sua presença na sociedade e autoridade no campo cultural.

Ainda é preciso considerar as observações da historiadora Patrícia Aranha (2022), para quem a separação entre os campos de História e Geografia não deve ser entendida apenas como efeito da Lei de 1955, mas como resultado de disputas anteriores, marcada por conflitos internos e diferentes temporalidades institucionais, cabe destacar a contraofensiva paulistana, liderada por Delgado de Carvalho e seu projeto de currículo para barrar a separação dos cursos, conforme proposto pelos geógrafos do circuito carioca. Ao analisar o que denomina de “um divórcio em dois tempos”³³³, a historiadora Patrícia Aranha evidencia que, já desde os anos 1930, a Geografia vinha construindo sua autonomia disciplinar por meio de articulações com instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Conselho Nacional de Geografia, ao passo que a História permanecia mais vinculada ao legado dos Institutos Históricos. Nesse sentido, a lei de 1955 representou menos o início da separação do que a sua consolidação jurídica, institucionalizando um movimento que já estava em curso. Essa leitura permite relativizar a visão de que a autonomização disciplinar teria ocorrido de maneira uniforme e simultânea em todas as universidades brasileiras, revelando antes a coexistência de diferentes ritmos e estratégias de legitimação entre as duas áreas. Assim, enquanto em nível nacional, como no Rio de Janeiro e em São Paulo, a Geografia vinha ganhando legitimidade antes mesmo da lei, no Paraná o desdobramento efetivo ocorreu apenas a partir de 1955, configurando o período como momento de transição e redefinição do campo disciplinar da História.

³³² FERNANDES, José Loureiro. Professor Aluizio França - o consolidador do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba, 1971, v. XII. 41-62.

³³³ ARANHA, Patrícia. Um divórcio em dois tempos: a separação do curso universitário de Geografia e História. In: **Universidade e Ensino de História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

Nota-se que a separação dos cursos de História e Geografia, revela-se um processo que não ocorreu de forma abrupta, mas em diferentes temporalidades institucionais. Essa análise converge com as evidências apresentadas por Diogo Roiz, que demonstra como, no caso da Universidade Federal do Paraná, a autonomização da História se deu de maneira gradual, ainda em 1960 era constituído o Departamento de História³³⁴, com cátedras específicas de História Antiga e Medieval, Moderna e Contemporânea, História do Brasil e História da América³³⁵. Enquanto no Rio de Janeiro e em São Paulo a separação foi mais imediata no sentido aplicado pela lei, no Paraná ela se consolidou mais tardiamente, o que reforça a leitura de que a normativa de 1955 funcionou menos como ponto de partida do processo e mais como marco legal que institucionalizou transformações em andamento.

Neste caso, as publicações do *Boletim* testemunham a forma como o Instituto se manteve como espaço de circulação e debate intelectual em um momento decisivo de separação da Geografia e autonomização do campo disciplinar da História no Paraná.

2.1.1 A história regional em construção: contribuições dos professores de história da Universidade Federal do Paraná no Boletim do IHGEP (1955-1959)

Após conquistar a função de professora assistente no curso de História e Geografia da Universidade do Paraná³³⁶, Altiva Pilatti Balhana tornou-se, desde outubro de 1957³³⁷, sócia do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP), confirmando a relação direta entre os professores do quadro de docentes da Universidade e o Instituto daquela localidade³³⁸. No mesmo ano da sua filiação, num contexto em que o campo da história

³³⁴ ROIZ, Diogo. A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (1938-1971). *Diálogos*, 24(3), 305-330. 2020, p. 324.

³³⁵ *Livro de Atas*, n. 1, Departamento de História, UFPR, fl. 3, reunião de 18/10/1965.

³³⁶ Altiva Balhana, formou-se em História e Geografia pela FFCL-UP em 1950, e iniciou no ano seguinte, 1951, sua carreira como docente da Universidade do Paraná. In: Relação dos professores que exerceram suas atividades no departamento de história/UFPR, 1959-2009. Relato Histórico. *Revista História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 317-319, jan./jun. 2009. A professora conciliava a sua atuação no ensino superior com a docência de História e Geografia no Colégio Estadual do Paraná e no Instituto de Educação entre 1952-1957. In: LEAL, Letícia. *A construção da História Demográfica na historiografia paranaense: a historiadora Altiva Pilatti Balhana*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, 2017. p. 41.

³³⁷ **Lista Nominativa dos Sócios do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense**. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Curitiba.

³³⁸ Os estudos de Mara Rodrigues (2002) e (2013) foram importantes para a nossa reflexão sobre a questão da prática da docência na universidade funcionar como credencial para a filiação no Instituto. Entre 1938 e 1995 foram contratados pelo sistema de cátedras e departamentos, 49 professores para atuarem no curso de história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, depois Universidade Federal do Paraná. Deste total, na documentação consultada foram localizados a presença de 28 professores que atuavam como sócios do IHGEP, dos quais 8 publicaram textos no *Boletim do IHGEP* entre 1950-1995, a saber: Bento Munhoz da Rocha Neto, Brasil Pinheiro Machado, Cecília Maria Westphalen, Altiva Pilatti Balhana, Ruy Wachowicz, Márcia Elisa de Campos Graf, Odah Regina Guimarães e Beatriz Pellizzetti Lolla.

iniciava o seu processo de autonomia no espaço universitário³³⁹ e imprimia-se uma nova dinâmica profissional ao ofício, Balhana teve o seu texto, “*Inserção do homem no quadro ecológico*”³⁴⁰, selecionado para compor o *Boletim do IHGEP*, edição que contou com a redação de Marília Duarte Nunes³⁴¹. Naquela altura, além de publicarem no periódico, alguns docentes universitários, por pertencerem ao quadro associativo, também ocupavam funções na diretoria do instituto local. Fato é que entre 1955 e 1957, enquanto o Professor Brasil Pinheiro Machado desempenhava a função de 1.º vice-presidente, a Professora Cecília Maria Westphalen ocupou o cargo de 2.ª Secretária do IHGEP, o que demonstra o destaque que esses novos sócios e sócias passaram a ter na vida do instituto paranaense.

O primeiro texto de Altiva Balhana publicado no *Boletim do IHGEP* circulou no volume VII, fascículo 3-4, correspondente a julho-dezembro de 1957, com sessenta e oito páginas, e foi impresso pela Papelaria Requião em 1958³⁴². O exemplar foi publicado em Curitiba quando o Instituto ainda se abrigava nas dependências do Centro de Estudos Bandeirantes (CEB), na rua Quinze de Novembro, 1050. O feito foi realizado durante o exercício da diretoria composta por Dr. Aluísio França (presidente), Dr. Brasil Pinheiro Machado (1º Vice-Presidente), Antônio Batista Ribas (2º Vice-Presidente), Prof. Oldemar Blasi (3º Vice-Presidente), Dr. José Pereira Macedo (1º Secretário), Profa. Cecília Maria Westphalen (2º Secretária) e Dr. Carlos Stellfeld (Tesoureiro), figuras representativas do ambiente político e universitário local.

A presença de algumas dessas figuras na diretoria do Instituto reforça o caráter de articulação entre o campo acadêmico e as instituições culturais, especialmente para as questões de identidade regional. O contexto institucional em que se insere esse exemplar revela uma conjuntura de valorização da produção intelectual voltada à história, à geografia e à etnografia do Paraná, alinhada a um projeto de fortalecimento das narrativas regionais por meio da legitimação acadêmica. A inserção de Altiva Balhana nesse circuito editorial

³³⁹ Os cursos seriam separados a partir da regulamentação da Lei. N. 2.594/1955; FAGUNDES, B. F. L. **O auge da história: história do curso de história da UFPR**. São Paulo: Letra & Voz, 2019, p. 92.

³⁴⁰ BALHANA, Altiva. A inserção do homem no quadro ecológico. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Vol. VII, Fasc. 3-4, jul. dez. 1957. Publicado em 1958. Fasc. 3-4. p. 22-30.

³⁴¹ Marília Duarte Nunes atuou na seção de Antropologia do Museu Paranaense, desenvolvendo estudos com Loureiro Fernandes. In: FERNANDES, Loureiro; NUNES, Marília Duarte. **Oitenta anos de vida do museu paranaense (1876-1956)**. Curitiba. 1956. Edição Comemorativa ao 80º aniversário de fundação do Museu Paranaense; Por seu destaque na área, ocupou a direção do Museu do Índio, na função de Museóloga-Assessor II no ano de 1983. In: **Museu do Índio: 30 anos 1953-1983**. Edição Comemorativa. Rio de Janeiro, 1983.

³⁴² A Papelaria Requião foi responsável pela publicação de alguns volumes do *Boletim do IHGEP* nos anos de 1951, 1953, 1956, 1958 e 1967. A primeira livraria da família Requião foi aberta em 1900, na cidade de Curitiba, na Rua XV de Novembro, com o nome de Livraria Econômica. AURELIANO, Valquir e CARVALHO, Joyce. Papelaria fecha as portas após 84 anos. **Tribuna do Paraná**. Curitiba, 22 mai. 2004.

evidencia não apenas sua atuação como pesquisadora universitária, mas também sua interlocução com um espaço institucional que buscava se renovar por meio da incorporação de novos sócios e sócias e novos referenciais teóricos e metodológicos, como aqueles mobilizados por ela em sua abordagem geo-histórica.

A publicação do exemplar foi oportunidade para divulgar as atividades realizadas pelos professores licenciados pela FFCL-UP durante um Curso de Extensão Cultural promovido, em maio de 1957, pelo Departamento de Geografia e História do Colégio Estadual do Paraná, instituição referência de ensino na capital paranaense³⁴³. Destinado a professores de Geografia e História do ensino secundário, o curso teve como tema “Estudos Paranaenses”, e foi ministrado por docentes licenciados pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná. Cabe destacar que neste Colégio atuavam muitos professores que integravam o magistério superior³⁴⁴, incluindo-se a própria Balhana, que por lá lecionou entre 1952-1957³⁴⁵.

O Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense associou-se a iniciativa do curso de extensão, publicando na edição VII do *Boletim*, alguns dos trabalhos apresentados ao longo daquela atividade. Além do texto de Altiva Balhana, outros trabalhos apresentados no Curso de Extensão Cultural publicados no referido periódico foram: “*Sinopse da Geologia do Estado do Paraná*”, dos geógrafos João José Bigarella e Riad Salamuni; “*Estado do Paraná: aspectos geo-econômicos*”, de Arthur Barthelmess; “*Paraná-Zona de Trânsito*”, da historiadora Cecília Maria Westphalen e “*Aspectos da Literatura Brasileira no Paraná*”, de Adelaide Mattana Villa³⁴⁶. O *Boletim* reúne trabalhos que contemplam uma diversidade de abordagens temáticas desde a geografia, história, literatura, que, embora distintas, convergem na intenção de oferecer um panorama fundamentado sobre o Paraná.

Quanto ao conteúdo do artigo de Balhana, trata-se da transcrição de uma aula voltada a professores do ensino secundário, na qual a historiadora privilegiou uma análise sobre o

³⁴³ A trajetória do atual Colégio Estadual do Paraná remonta a 1843, com a fundação do Liceu de Curitiba, criado ainda sob a jurisdição da província de São Paulo. Posteriormente, a instituição recebeu a denominação de Liceu Paranaense, mantida até 1876, quando passou a ser designado Instituto Paranaense. Em 1892, foi transformada em Ginásio Paranaense e, em 1942, adotou o nome de Colégio Paranaense. No ano seguinte, em 25 de março de 1943, passou a ser oficialmente reconhecida como Colégio Estadual do Paraná. In: FAGUNDES, B. F. L. **O auge da história: história do curso de história da UFPR**. São Paulo: Letra & Voz, 2019, p. 39.

³⁴⁴ FAGUNDES, B. F. L. **O auge da história: história do curso de história da UFPR**. São Paulo: Letra & Voz, 2019, p.40.

³⁴⁵ LEAL, Letícia de A. **A construção da história demográfica na historiografia paranaense: a historiadora Altiva Pilatti Balhana**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2017.

³⁴⁶ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Vol. VII, Fasc. 3-4, p. 3, 1958.

“enquadramento do homem neste meio deveras singular”³⁴⁷. A historiadora propôs uma reflexão sobre as interações entre o homem e o ambiente natural, observando as trocas recíprocas entre sociedade e meio físico. A partir da observação das trocas recíprocas entre o ser humano e o ambiente, Balhana procurou demonstrar em que medida “as condições do meio físico paranaense influenciaram o seu povoamento, a fixação humana em suas terras, o aproveitamento de suas reais possibilidades econômicas, os sistemas de trabalho, etc.”³⁴⁸

A perspectiva de pesquisa adotada por Balhana aproxima-se dos métodos da geografia humana amplamente difundidos no Brasil, sobretudo daqueles vinculados à tradição metodológica francesa dos estudos regionais desenvolvidos por Paul Vidal de La Blache e divulgados no Brasil por autores como Pierre Monbeig³⁴⁹. A chamada geo-história do Brasil formulada por Pierre Monbeig insere-se na linhagem intelectual inaugurada por Vidal de La Blache, reconhecido por sua atenção à observação geográfica das paisagens e à análise documental voltada à constituição dos territórios e regiões³⁵⁰. O conceito de geo-história, nesse contexto, refere-se a uma abordagem que busca “identificar as lógicas particulares da configuração do território em suas formas mais duráveis”³⁵¹. A essa perspectiva somam-se os estudos sobre a paisagem³⁵², com ênfase nas transformações provocadas pela ação humana — uma preocupação já presente nos trabalhos pioneiros de Marc Bloch e Lucien Febvre, cujas contribuições marcaram o diálogo entre história e geografia nas primeiras duas gerações da Escola dos Annales³⁵³.

³⁴⁷ BALHANA, Altiva. A inserção do homem no quadro ecológico. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Vol. VII, Fasc. 3-4, jul. dez. p. 22.

³⁴⁸ Idem, ibidem.

³⁴⁹ Também foram seguidores da teoria de La Blache, Pierre Deffontaines, Francis Ruellan e outros.

³⁵⁰ Larissa Alves de Lira também ressalta a importância do debate sobre a geo-história para Fernand Braudel, que com Monbeig fez parte da segunda missão francesa enviada à Universidade de São Paulo, em 1935. Essa missão foi organizada por um grupo de intelectuais brasileiros que girava em torno do jornal *O Estado de São Paulo* e pela diplomacia francesa. (PETITJEAN, 1992 *apud* LIRA, 2019, p. 655). In: LIRA, Larissa Alves de. Pierre Monbeig e a geo-história do Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, abr.-jun. 2019, p. 649-656. Sobre a Escola Uspiana de História e a colaboração de Fernand Braudel, consultar: COSTA, Aryana. A Escola Uspiana de História: panorama das contribuições da história da historiografia para um tema clássico. **Revista Brasileira de História**, n.40, v. 85, set. dez. 2020. p. 121-145. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbh/a/9J3HryV4VL9jcvnWjCJvhZF/?lang=pt>. Acesso jan. 2026.

³⁵¹ DROULERS, 2001, p. 273 *apud* LIRA, 2019.

³⁵² O estudo da paisagem constitui um dos mais antigos métodos de estudo do meio natural pertencente à Geografia Humana e à Geografia Física. A noção de paisagem originou-se com os geógrafos alemães no século XIX e o seu conceito é de natureza fisionômica, estando ligada ao método de observações e descrições em viagens de descobrimentos realizadas naqueles séculos pelos europeus. LIRA, Larissa Alves de. Pierre Monbeig e a geo-história do Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.26, n.2, abr.-jun. 2019, p.649-656; ERBERELI JÚNIOR, Otávio. A Geografia na escrita da História de Alice Piffer Canabrava (1935-1951). **Anais XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN, 22 a 26 de julho de 2013.

³⁵³ RIBEIRO, 2008, p. 135 *apud* ERBERELI, 2013. O marco inicial da Escola dos Annales foi o lançamento da revista *Annales d'histoire Économique et Sociale* em 1929, que se estabeleceu como porta-voz de uma “Nova História” e como crítica atenta à história considerada “tradicional”. Os principais ataques foram destinados ao Historicismo Alemão e à Escola Metódica francesa e foram feitos, sobretudo, por Febvre entre 1930 e 1940.

A incorporação da tradição dos estudos geográficos, especialmente aqueles vinculados à tradição francesa, na escrita da história brasileira, parece não ser incomum, como destaca Otávio Erbereli Júnior³⁵⁴ ao analisar o papel da produção historiográfica de Alice Piffer Canabrava (1935-1951). Para este historiador, essa seria uma característica presente na historiografia brasileira daquele período, sobretudo aquela produzida no contexto de profissionalização da área no campo universitário, momento em que os saberes histórico e geográfico ainda eram integrados. Essa presença também pode ser verificada por análise do material produzido por Balhana, ao demonstrar que um dos elementos incorporados da tradição geográfica em sua obra está ligado à necessidade de observação do geógrafo; é através deste olhar que Balhana desenvolve suas impressões históricas. Em sua conferência, fica evidente que o olhar da historiadora estabeleceu-se a partir da análise das habitações da região estudada.

É um aspecto típico do meio paranaense que evidencia a madeira como força econômica, mas também elemento integrante da vida do homem, que entre as suas múltiplas aplicações [...] a utilizada como material de construção daquilo que é a marca da presença humana na paisagem geográfica [...] a habitação [...] casa de madeira [que] vem sendo ultimamente substituída por aquela construída de tijolos [...] a casa de madeira vem desaparecendo das cidades, reduzida a sua área de extensão às zonas de mata.³⁵⁵

Aqui, claramente Balhana mobiliza seus conhecimentos em Geografia Humana, como elementos bastante próximos do trabalho de Pierre Monbeig, para quem essa área do conhecimento “pesquisa aquilo que o homem acrescentou à paisagem da Terra, ela estuda o homem como fabricante de paisagem, como transformador da fisionomia terrestre”³⁵⁶. Um dos pontos ressaltados pela historiadora é o papel da madeira como força motriz da economia regional, indicando que a habitação — enquanto vestígio material — funciona como um marcador das transformações humanas sobre os ambientes naturais. Essa abordagem está alinhada à originalidade interpretativa proposta por Monbeig ao analisar as dinâmicas

Posteriormente, ao minimizar a história política, diplomática, militar ou eclesiástica que evidenciava o indivíduo e o fato histórico, a Nova História, nascida dos Annales nos anos 60, optou por privilegiar o “fato social total” em todas as suas dimensões econômicas, sociais e culturais. Mais informações sobre a questão, consultar: (BURKE, 1991); (DOSSE, 1992).

³⁵⁴ ERBERELI JÚNIOR, Otávio. A Geografia na escrita da História de Alice Piffer Canabrava (1935-1951). **Anais XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN, 22 a 26 de julho de 2013; ERBERELI JÚNIOR, Otávio. *A escrita da história entre dois mundos: uma análise da produção de Alice Piffer Canabrava (1935-1961)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014.

³⁵⁵ BALHANA, Altiva. A inserção do homem no quadro ecológico. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Vol. VII, Fasc. 3-4, jul. dez. p. 30. 1958.[Grifo nosso].

³⁵⁶ DEFFONTAINES, Pierre. O que é Geografia Humana. **Boletim do Conselho Nacional de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 3, p. 13-17, 1943. p. 13.

econômicas do Brasil a partir das relações entre espaço, recursos naturais e desenvolvimento do capitalismo³⁵⁷.

Pierre Monbeig (1908-1987) esteve no Brasil de 1935 a 1946, na fundação do curso de geografia na Universidade de São Paulo. Durante este período, publicou diversos artigos nos periódicos de geografia e dois livros, *Ensaio de Geografia Humana Brasileira* (1940) e *La crise des sciences de l'Homme* (1943). Após sua volta à França, publicou *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*. Os estudos realizados por geógrafos franceses teve ampla adesão nas pesquisas realizadas no Brasil entre os anos 1930 e 1940, especialmente por meio da difusão dos estudos regionais inspirados em Paul Vidal de La Blache³⁵⁸. Essa vertente ganhou projeção com a atuação de Pierre Monbeig e de outros pesquisadores, como Leo Waibel, cujos trabalhos sobre as paisagens agrárias — tanto em suas dimensões econômicas quanto culturais — contribuíram significativamente para a consolidação da geografia humana no país³⁵⁹.

Para Marieta de Moraes Ferreira existia uma diferença importante na herança francesa da Geografia e da História no Brasil. Para a historiadora, os geógrafos estabeleceram laços mais profundos com o país, tendo permanecido mais tempo por aqui e se responsabilizando pela criação de instituições e produção de materiais de pesquisa num contexto em que a geografia era “incipiente” e a pesquisa praticamente inexistente³⁶⁰. Além disso, um movimento mais amplo identificado por Patrícia Aranha³⁶¹, que analisa a consolidação autônoma do campo da Geografia nas universidades brasileiras, demonstra que a separação entre os cursos de História e Geografia, particularmente na Universidade de São Paulo, foi encabeçada pelos próprios geógrafos, que já haviam consolidado um corpo de práticas e saberes fortemente enraizados em expedientes técnicos, como levantamentos topográficos,

³⁵⁷ LIRA, Larissa Alves. **Pierre Monbeig e a Formação da geografia no Brasil (1925-1956):** Uma geo-história dos saberes, São Paulo: Alameda, 2021.

³⁵⁸ ALVES, Gilberto Luiz; FERREIRA, Marieta de Moraes. **História da geografia no Brasil:** institucionalização e trajetórias. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

³⁵⁹ Leo Waibel (1888-1951), geógrafo alemão com destaque no Brasil, trazido ao país a cargo do Conselho Nacional de Geografia para realização de estudos nas frentes pioneiras. Sua produção bibliográfica no Brasil é dispersa em vários artigos publicados, além dos livros *A Colonização dos campos do Estado do Paraná* (1949) e *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil* (1958). A contribuição mais importante de Leo Waibel foi à Geografia Agrária brasileira, estabelecendo uma tipologia de sistemas agrícolas. ETGES, Virgínia. *Geografia agrária: a contribuição de Leo Waibel*. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Acesso em: 03 nov. 2023.

³⁶⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes. Perfis e trajetórias dos professores universitários do curso de história no Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, A. J. B. (org.). **A universidade e lugares de memória**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, pp 250-260. p. 72-73.

³⁶¹ ARANHA, Patrícia. **Geografia como profissão: campo, autorrepresentação e historiografia (1934-1955)**. Stuttgart: Heinz, 2020. _____. Um divórcio em dois tempos: a separação do curso universitário de Geografia e História. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **Universidades e Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

geológicos e econômicos, muitas vezes associados a políticas estatais de ocupação territorial, o que tornava inadequada sua subordinação à matriz pedagógica da História³⁶².

No caso do Paraná, a aproximação de Altiva Balhana com referenciais geográficos pode estar relacionada às particularidades do currículo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, onde obteve sua formação acadêmica. Conforme demonstra Diogo Roiz, a partir da análise de documentos como “diários de classe” e “cadernetas de frequência e matéria lecionada”, o curso de Geografia e História apresentava, a partir do segundo ano, “um direcionamento mais localizado, com ênfase no Brasil, no espaço geográfico paranaense e na história do Paraná e do sul do país”³⁶³. A disciplina de Geografia Humana, por exemplo, abordava tanto fundamentos teóricos e metodológicos das principais escolas geográficas quanto reflexões sobre a relação entre homem e meio, além de debates conceituais centrais à área³⁶⁴. A esse conjunto de conteúdos somavam-se discussões sobre a realidade regional, perspectiva que mais tarde viria a informar, sob novas configurações teórico-metodológicas, os estudos históricos desenvolvidos no Departamento de História da UFPR. Essa articulação entre Geografia e História, portanto, não se deu apenas por afinidades temáticas, mas foi também resultado de uma formação acadêmica marcada por cruzamentos disciplinares e por uma ênfase no conhecimento do espaço regional como base para a análise histórica — orientação que também era defendida por Brasil Pinheiro Machado, inicialmente seu professor de História do Brasil e, posteriormente, colega de profissão.

Além das contribuições da Geografia Humana, também é possível verificar no estudo “*A inserção do homem no quadro ecológico*” de Altiva Balhana, a contribuição da Geografia Física³⁶⁵, o que acontecia por meio da aproximação de sua produção aos estudos de Reinhard Maack (1892-1969), que fora seu professor na FFCL-UP e possivelmente colaborou para a

³⁶² Nesse contexto, a separação dos cursos aparece não apenas como uma reorganização administrativa, mas como uma reivindicação por reconhecimento de um campo científico autônomo. Ainda assim, é possível perceber, nos textos do *Boletim*, a convivência entre abordagens oriundas de tradições distintas. A vinculação compulsória à licenciatura em História, voltada majoritariamente para a formação de professores, era percebida como uma limitação à amplitude e à especificidade da atuação geográfica. (ARANHA, 2020).

³⁶³ ROIZ, Diogo da S. A escrita e o ofício da história no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná (1938-1948). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 19, 2019, p.13.

³⁶⁴ Além de Geografia Humana, lecionada pelo Professor José Nicolau dos Santos, que também foi autor da obra *Geografia Humana e Teoria Geral do Estado* (1951), outra disciplina que compunha o currículo do curso de licenciatura de geografia e história da Universidade do Paraná era Geografia Física, ministrada pelo Professor Francisco Villanueva no primeiro e no segundo ano. ROIZ, D. A escrita e o ofício da história no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná (1938-1948). **Revista Brasileira de História de Educação**, Maringá, v. 19, p.1-24. 2019. p. 12-13.

³⁶⁵ Segundo Mendonça (1989), até a década de cinquenta do século XX, a Geografia Física caracterizou-se por estudos dos aspectos do quadro natural. Neste sentido, os seres humanos são entendidos enquanto produtores de ações transformadoras do quadro natural, influenciando e sendo influenciado por ele.

difusão dessa perspectiva geográfica³⁶⁶. Maack foi um geógrafo com sensibilidade para o histórico; defendia a necessidade da integração que deveria existir entre o meio geográfico e a realidade histórica, como constituindo uma única tessitura. Teve sempre presente em sua pesquisa o sentido de comunidade, com a percepção dos elementos físicos, biológicos, geológicos e climatológicos, estudando o mútuo jogo dessas forças e as suas transformações, destacando a ação que os seus diferentes componentes exercem na dinâmica do ecossistema³⁶⁷.

Em sua proposta, Balhana descreveu as condições do meio físico, destacando “os aspectos mais característicos do relevo, hidrografia, clima e fitogeografia do Paraná”³⁶⁸, aspectos que teriam determinado “as atividades humanas, ligadas naturalmente às possibilidades oferecidas pelas riquezas exploráveis região”³⁶⁹. Para oferecer um quadro natural característico pela sua singularidade, a proposta de Balhana se aproximava das concepções de Reinhardt Maack, especialmente do estudo que este desenvolveu no contexto da Associação dos Geógrafos Brasileiros, e publicado na *Revista de Geografia*, intitulado “*Notas preliminares sobre clima, solos e vegetação do Estado do Paraná*” (1950), o que demonstra que sua produção estava interligada com as principais tendências daquele contexto.

Delinear as feições características do território paranaense, era uma maneira de validar o estudo de suas condições climáticas, através das diferenciações fundamentais na estrutura das comunidades humanas correspondentes a cada uma das áreas climáticas, que se poderia distinguir desde a diversidade na forma do povoamento, no sistema de trabalho, na organização social-econômica, até mesmo a caracterização dos gêneros de vida e dos tipos regionais³⁷⁰.

Sobre as condições fitogeográficas que Balhana propôs em sua análise, a abordagem também parece ser inspirada em pesquisas realizadas por Reinhard Maack, que além de outras atividades, também desempenhou a função de sócio da Associação dos Geógrafos Brasileiros, instituição com a qual o IHGEP passou a dialogar com mais proximidade a partir da renovação de seu quadro associativo na década de 1940 e 1950. Além disso, Maack foi docente na Universidade do Paraná, nas cadeiras de geologia e paleontologia, e, depois, de

³⁶⁶ MELLO, 2002, p. 142.

³⁶⁷ GUIMARÃES, Odah. Reinhard Maack e o espaço ecológico do estado do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, v. XLVI, 1989, p.55-72.

³⁶⁸ BALHANA, Altiva. A inserção do homem no quadro ecológico. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Vol. VII, Fasc. 3-4, jul. dez. p. 22.

³⁶⁹ Idem, p.27.

³⁷⁰ BALHANA, Altiva. A inserção do homem no quadro ecológico. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Vol. VII, Fasc. 3-4, jul. dez. p. 24. 1958.

geografia física, no curso de Geografia e História, na antiga FFCL-UP; ou seja, ele foi professor de Altiva Balhana, e de acordo com Rafael Benthien³⁷¹ também se configurou como um dos nomes centrais do curso. A referência à Maack no interior do Dehis-UFPR pode ser visualizada no texto em tom de homenagem “*Reinhard Maack e o espaço ecológico do Estado do Paraná*”, publicado no volume XLVI do *Boletim do IHGEP* em 1989, de autoria de Odah Regina Guimarães Costa. Que a partir da análise da obra *Geografia Física do Estado do Paraná*, afirma ser a contribuição daquele autor estruturante para os estudos históricos sobre o Paraná ao evidenciar que o espaço físico não deve ser compreendido como mero cenário, mas como dimensão ativa e constitutiva dos processos históricos, um alicerce científico que permite ao historiador compreender como o espaço geográfico foi explorado, ocupado e modificado historicamente.

Já, *Mapa fitogeográfico do Estado do Paraná*, publicado em 1950 pelo Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (IBPT), por exemplo, é um empreendimento realizado por Maack que analisa as áreas de matas secundárias a partir dos estudos de reconhecimento das paisagens no Estado do Paraná. Na pesquisa de Balhana, o revestimento vegetal é visualizado na fazenda de gado, zonas de mata, experiências de colonização agrícola e pastoril, erva-mate (paisagem industrial).³⁷² A ênfase na distribuição das áreas de matas, ou seja, na diversificação do revestimento vegetal dos campos aproxima-se das questões lançadas por Maack, responsável pelas bases geográficas fundamentais do Estado do Paraná, a partir da análise dos fatores geológicos e geográficos que interferem no complexo ecológico.

Outra fonte para a pesquisa da historiadora paranaense foi *Esboço da geomorfologia do Estado do Paraná*, estudo do renomado geólogo brasileiro João Bigarella, conhecido por suas contribuições significativas para a compreensão da geologia e geomorfologia do estado do Paraná. A obra fornece uma visão geral da geomorfologia do estado, abordando aspectos relacionados ao relevo, hidrografia, clima e fitogeografia, e sua relação na ocupação humana e nas atividades econômicas da região. Autor de diversos trabalhos e pesquisas relacionados à geologia, suas contribuições incluem estudos sobre a formação geológica do Paraná e suas influências no meio ambiente, na história natural e na ocupação humana da região, de modo que essa leitura teve impacto significativo no entendimento da geografia e história do Paraná conforme definidos pela historiadora. A influência de João Bigarella no cenário intelectual regional pode ser verificada por sua participação no Curso de Extensão Cultural e pela

³⁷¹ BENTHIEN, R. Sobre ensino e pesquisa. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 41, n. 86, 2021.

³⁷² BALHANA, Altiva. A inserção do homem no quadro ecológico. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. Vol. VII, Fasc. 3-4, jul. dez. 1958.

publicação de seu estudo em co-autoria com Riad Salamuni, “Sinopse da Geologia do Estado do Paraná”, no *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* (1958), mesma edição em que foi publicado o estudo de Altiva Balhana.

No primeiro texto de autoria de Altiva Balhana publicado no *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, a aproximação com a geografia é bastante presente e parece ter sido uma inovação da escrita interdisciplinar da autora, ou seja, pensar as transformações humanas a partir do meio físico em que os paranaenses habitam. Portanto, a geografia desempenhou um papel fundamental na produção da escrita da história regional elaborada pela professora Altiva, pois sua narrativa era capaz de fornecer um contexto espacial e influenciar a interpretação dos eventos históricos, colaborando especialmente com reflexões sobre como o ambiente físico moldou as ações e decisões das sociedades paranaenses ao longo do tempo. Portanto, a historiadora explora como as condições geográficas moldaram a interação entre o homem e o ambiente no contexto específico do Paraná. Isso remete à forte relação de sua pesquisa com os métodos da geografia humana, principalmente quando propõe explorar os aspectos geográficos que influenciam o desenvolvimento humano e as atividades econômicas na região. Utilizando-se de observação e de fontes bibliográficas para embasar o conteúdo apresentado, sua produção historiográfica esteve em diálogo com a especificidade regional como estratégia para sua escrita.

Soma-se a essas experiências historiográficas o fato de a atividade desenvolvida por Altiva Pilatti Balhana revelar um momento em que o curso de História e Geografia da FFCL-PR apresentava um caráter marcadamente didático, orientado sobretudo para a formação de professores destinados ao ensino secundário. Esse período antecede o vínculo mais sistemático que a professora estabeleceria, a partir de meados da década de 1950, com arquivos e centros de pesquisa, especialmente durante sua estadia na Itália (1953–1954), quando realizou curso de especialização na Università degli Studi di Firenze, como bolsista da Fundação Amerigo Rotellini, desenvolvendo pesquisas sobre imigração italiana e participando de circuitos acadêmicos europeus — como o XVI Congresso Geográfico Italiano, realizado em Pádua, em 1954. Essa inserção internacional foi posteriormente aprofundada por meio de novos vínculos institucionais, como o Instituto Italo-Latino-Americano, em Roma, além da participação no XL Congresso Internacional de Americanistas, realizado na mesma cidade em 1972, e no Centro di Ricerca per l’America Latina, em Florença, onde participou do XX International Population Conference, organizado

pela International Union for the Scientific Study of Population, em Florença, no ano de 1985.³⁷³

Esse percurso evidencia a constituição de uma formação intelectual que não se limita a referências nacionais, mas se estrutura a partir de inserções transnacionais diversificadas. Nesse sentido, em vez de uma filiação direta à historiografia francesa, a trajetória de Balhana sugere a conformação de uma formação híbrida, marcada pela articulação entre tradições nacionais e circuitos europeus diversos, nos quais a experiência italiana desempenhou papel decisivo na incorporação de práticas de pesquisa documental e de problemáticas ligadas à imigração e à população.

Essas experiências de contato com a historiografia europeia modificaram significativamente a sua prática historiográfica, de modo que os desdobramentos dessa renovação seriam visíveis nas questões relativas a sua atuação para a consolidação da autonomia da área de História no campo universitário, ao método de pesquisa histórico (especialmente o demográfico) e o aprofundamento de estudos sobre a imigração no Paraná, temática da qual se tornaria referência nacional e internacional.

O *Boletim do IHGEP* refletia a diversidade de interesses e a pluralidade de perfis intelectuais que circulavam no instituto, fato é que o material publicado em 1958, distinguia-se notavelmente dos fascículos 1 e 2 do volume VI, de 1957, dedicados ao Centenário de Morte do Marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão³⁷⁴ — figura de destaque na história político-administrativa brasileira. Nesta edição, predominava o modelo de narrativa histórica baseado na biografia e na cronologia dos acontecimentos, típico de uma historiografia voltada à celebração dos grandes feitos e personalidades nacionais. Segundo Martins (1944), Carneiro Leão foi o parlamentar responsável por apresentar e justificar, em sessão do Senado de 5 de agosto de 1850, o projeto que resultou na lei imperial de elevação da Comarca de Curitiba à Província do Paraná³⁷⁵. O exemplar, impresso pela Papelaria Requião, contava com cinquenta páginas e reunia contribuições como o artigo “*O Marquês de Paraná*”, de autoria de Arthur Martins Franco, então membro do Conselho Permanente da Diretoria do IHGEP, além de uma *seção de noticiário* que registrava as homenagens prestadas ao estadista em sessão solene presidida por Loureiro Fernandes. Nota-se a partir do

³⁷³ **Currículo Vitae Altiva Pilatti Balhana.** Seção Viagens de Estudos e Pesquisas ao Exterior. Curitiba. 1999. p.27-32. Biblioteca de Apoio. Caixa 22, Pacote I015. Arquivo Público do Paraná. Sala Cecília Maria Westphalen e Altiva Pilatti Balhana.

³⁷⁴ Edição comemorativa ao centenário de morte do Marquês do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.** Volume VII - Jan. jun. de 1957, publicado em 1958. Curitiba. Papelaria Requião.

³⁷⁵ MARTINS, Romário. **Terra e gente do Paraná.** Ed. 1944. p.91.

material publicado a permanência de uma concepção de história ancorada no culto aos protagonistas e na valorização dos fatos políticos, que contrasta à incorporação de métodos analíticos e de perspectivas estruturais que viriam a marcar a historiografia paranaense nas décadas seguintes.

A leitura das publicações do *Boletim do IHGEP* revela a convivência de distintos regimes historiográficos, no sentido proposto por Fernando Nicolazzi (2019), entendidos como formas específicas de produção, legitimação e comunicação do saber histórico³⁷⁶. Mobilizado aqui como operador analítico, esse conceito permite apreender, no interior do Instituto, a sobreposição — não linear — de diferentes modos de narrar e comunicar a história.

Nota-se que a partir da inserção de docentes da Universidade do Paraná no periódico, como Cecília Maria Westphalen e Altiva Balhana, começa a afirmar-se um regime acadêmico-profissional, no qual a história passa a ser concebida como investigação crítica, apoiada em métodos analíticos e diálogo interdisciplinar. O Boletim, portanto, torna-se espaço privilegiado de transição e disputa entre diferentes formas de comunicar o passado, espelhando o processo de deslocamento da autoridade historiográfica do erudito para o historiador universitário e a reconfiguração das práticas de escrita e legitimidade do saber histórico no Paraná.

É nesse momento que se observa a emergência de uma geração de historiadores vinculados à FFCL-UFPR, entre eles Cecília Maria Westphalen, cuja atuação evidencia a continuidade e o fortalecimento dos vínculos entre a Universidade e o IHGEP, e o desenvolvimento da prática de uma escrita da história renovada para os padrões divulgados no *Boletim do IHGEP*. Na mesma edição que trouxe o texto de Altiva Balhana, a professora Westphalen teve publicado o seu estudo, “Paraná – Zona de Trânsito”³⁷⁷. Neste momento a historiadora direcionava sua trajetória em prol de uma ciência histórica progressivamente profissionalizada. Licenciada em Geografia e História pela FFCL-UP em 1950 e diplomada em Direito em 1952 — ano em que assumiu a função de professora interina do curso —, participou ativamente da vida intelectual paranaense³⁷⁸. Em 1953, atuou como secretária do *III Congresso Regional de História e Geografia do Paraná*, promovido em parceria entre o

³⁷⁶ NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, p. 203-222, 2019.

³⁷⁷ WESTPHALEN, Cecília Maria. Paraná – Zona de Trânsito. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Curitiba: Papelaria Requião Ltda., v. VII, Fasc. 3-4, p. 45-55, 1958.

³⁷⁸ MACHADO, D. V. *Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998*. Tese (Doutorado em História). UNESP, Assis, 2016; FAGUNDES, B. F. L. *O auge da história: história do curso de história da UFPR*. São Paulo: Letra & Voz, 2019, p. 89.

curso e o IHGEP por ocasião do Centenário da Emancipação Política do Estado, e estreou no mercado editorial com *Pequena História do Paraná*. A partir dessas experiências, consolidou sua inserção nos debates acadêmicos, tornando-se sócia do instituto e reforçando ações voltadas à consolidação do campo científico que pudessem favorecer o processo de profissionalização do ensino e da pesquisa em História no Paraná.

O relatório do *III Congresso Regional de História e Geografia*, foi escrito pela professora Cecília Westphalen e publicado no *Boletim do IHGEP*³⁷⁹, o evento se insere em um momento de reconfiguração do cotidiano dos historiadores e da prática historiográfica no espaço universitário paranaense, o que lhe confere um caráter estratégico no processo de especialização da área de História. Não é por acaso, portanto, que o material elaborado por Westphalen em 1953, foi selecionado para os fascículos 3 e 4 do volume VI do Boletim, publicados em 1956, justamente um ano após a promulgação da Lei n. 2.594/1955, que determinava a separação nacional dos cursos de História e Geografia e indicava o avanço da autonomização disciplinar.

A escolha da publicação desse relatório deve ser compreendida também à luz da composição do Conselho da Presidência do Instituto entre 1955 e 1957, quando Brasil Pinheiro Machado ocupava a vice-presidência e Cecília Maria Westphalen a segunda secretaria. Ambos atuavam simultaneamente no curso de História da Universidade do Paraná e no IHGEP, acumulando capital simbólico e legitimidade em dois espaços distintos, porém interligados. Essa dupla inserção evidencia não apenas a cooperação entre o Instituto e a universidade, mas também uma estratégia de afirmação disciplinar: ao ocuparem cargos de direção no IHGEP, esses docentes reforçam sua autoridade intelectual em um espaço ainda central para a memória histórica regional; por sua vez, sua atuação na universidade contribui para o fortalecimento do ensino e para o processo de autonomização do campo da História, incluindo, progressivamente, a consolidação da pesquisa histórica como prática acadêmica.

A edição do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, volume VI (janeiro-junho de 1956, fascículos 3-4) em que o relatório de Westphalen foi publicado, mostra o esforço e cuidado do Instituto em manter sua atividade editorial contínua, funcionando como principal meio de divulgação da produção intelectual de historiadores paranaenses daquele período. A composição do volume reúne textos que mesclavam homenagens biográficas, análises históricas e estudos culturais, refletindo tanto a

³⁷⁹ WESTPHALEN, Cecília Maria. III Congresso Regional de Geografia e História. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. VI (fasc. 3-4), jan./jun. 1956. p. 87-94.

permanência da tradição erudita dos institutos históricos quanto a incorporação de novas preocupações temáticas advindas do ambiente universitário.

Essa heterogeneidade pode ser observada nos artigos publicados na edição, a saber: “*Ensinar foi o seu destino*”, de José Pereira de Macedo³⁸⁰, marcado pelo tom laudatório e memorialista à Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo; “*Evocando um centenário*”, de Marília Duarte Nunes³⁸¹, que revisita o legado abolicionista de José do Patrocínio a partir de uma sensibilidade social, e “*Aspectos tradicionais da festa do Divino no Paraná*”, de Valderéz de Souza Müller³⁸², artigos que demonstram temas e métodos mais próximos da história social e cultural revelando o trânsito entre os paradigmas eruditos e as abordagens modernas. O texto de Valderéz Müller, por exemplo, cita Gilberto Freyre e Jaime Dias, sinalizando o diálogo com novas correntes interpretativas sobre identidade e cultura.

Também merece menção “*Centenário da elevação da Província do Paraná - 1853/1953. Contribuição do imigrante italiano para o progresso do Paraná*”³⁸³, de João de Mio, cujo discurso enaltece o papel civilizador do imigrante europeu na formação econômica e cultural do estado, e, o texto “*Paula Gomes — O pregoeiro indômito da autonomia do Paraná*”³⁸⁴, assinado por Júlio Moreira³⁸⁵, então diretor do Museu Paranaense, que deriva de uma palestra proferida durante a solenidade de inauguração da placa comemorativa ao homenageado, em 24 de maio de 1956, atendendo a uma deliberação do Congresso Regional de História de 1953. Nesse tributo, Paula Gomes é exaltado como símbolo da autonomia política e intelectual do Paraná, figurando como herói civil e educador cuja memória consolida o ideal de identidade estadual que o Instituto buscava perpetuar. Já o artigo “*As*

³⁸⁰ MACEDO, José Pereira. Ensinar foi o seu destino. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. VI (fasc. 3-4), jan./jun. 1956. p. 3-24.

³⁸¹ NUNES, Marília Duarte. Evocando um Centenário. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, 1956. p. 25-35.

³⁸² MÜLLER, Valderéz de Souza. Aspectos tradicionais da festa do divino no Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. VI (fasc. 3-4), jan./jun. 1956. p. 37-47.

³⁸³ MIO, João do. Centenário da elevação da Província do Paraná - 1853/1953. Contribuição do imigrante italiano para o progresso do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. VI (fasc. 3-4), jan./jun. 1956. p. 48-60.

³⁸⁴ MOREIRA, Júlio. Paula Gomes - O pregoeiro indômito da autonomia do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. VI (fasc. 3-4), jan./jun. 1956. p. 61-66.

³⁸⁵ Julio Estrella Moreira (1899-1975). Em 1918 concluiu a educação fundamental no Ginásio Paranaense. Em 1929 formou-se médico na Faculdade de Medicina do Paraná demonstrando a diversidade de seus interesses. Amante da história pertenceu e dirigiu as mais importantes entidades culturais do Estado, como o Círculo de Estudos Bandeirantes, o Museu Paranaense, o Centro de Letras do Paraná, a Sociedade Paranaense de Escritores Médicos e o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Com a redemocratização do país foi suplente do senador Alô Guimarães. Cabe destacar entre seus escritos a obra História da Medicina no Paraná - Subsídios para o estudo do período colonial. Desde a Fundação da Capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá até a Independência do Brasil (1654-1822), publicada pela Associação Médica de Curitiba em 1953 por ocasião do centenário de emancipação política da província do Paraná. Disponível em: <https://academiamedicinaparana.org.br/-academico-detalle.php?academico=36>. Acesso em out. 2025.

jazidas arqueológicas do Planalto Paranaense. Nota prévia sobre a jazida do Estirão Comprido”, de Loureiro Fernandes e Oldemar Blasi³⁸⁶, apresenta um esforço de caráter técnico-científico, inserindo o IHGEP no campo das pesquisas arqueológicas regionais e vinculando-o à tradição dos congressos de História e Geografia, onde a pesquisa fora apresentada à comunidade científica. Por sua vez, Em “*Um filho do Dr. Soares de Meirelles viveu em Curitiba*”, Carlos Stellfeld³⁸⁷ retoma a vertente biográfica e anedótica típica do *Boletim*, resgatando memórias familiares e personagens da elite curitibana oitocentista. O volume é então finalizado com o “*III Congresso Regional de História e Geografia do Paraná*”, redigido por Cecília Maria Westphalen, que documenta o esforço de institucionalização da disciplina e a articulação entre o Instituto e a Universidade.

Nesse conjunto heterogêneo de textos publicados, o *Boletim* de 1956 se configura como um espaço de encontro entre práticas memorialísticas e científicas, e registro da convivência de regimes historiográficos neste periódico, do conhecimento histórico erudito ao impulso analítico de renovação metodológica, relacionada ao desenvolvimento da história no âmbito universitário revelando o *Boletim* como espaço onde lê-se essa transição, no qual se afirmam as primeiras expressões de uma história regional de perfil acadêmico, revelando o movimento de passagem da história erudita à história profissional no Paraná na década de 1950.

Ainda neste “primeiro tempo”³⁸⁸ de sua trajetória intelectual e produção historiográfica, a mesma em que defendeu sua tese de catedrática em História Moderna e Contemporânea, Cecília Westphalen, ajuda a desenvolver as bases da pesquisa em história regional, o que pode ser observado não apenas em sua participação nos eventos científicos, mas também na publicação de estudos como, “*Paraná: zona de trânsito*”, artigo que ocupou onze páginas do *Boletim do IHGEP* publicado em 1958, dividindo espaço com outros trabalhos apresentados durante o Curso de Extensão Cultural para professores de Geografia e História, dedicado ao tema “*Estudos Paranaenses*”, realizado por professores do curso de história e geografia da UFPR, em maio de 1957. Entre as contribuições apresentadas no evento e publicadas no *Boletim do IHGEP* (1958) figuravam textos de João José Bigarella e Riad Salamuni “*Sinopse da Geologia do Estado do Paraná*”, Arthur Barthelmess “*Estado do*

³⁸⁶ FERNANDES, Loureiro; BLASI, Oldemar. *As jazidas arqueológicas do Planalto Paranaense. Nota prévia sobre a jazida do Estirão Comprido*. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. VI (fasc. 3-4), jan./jun. 1956. p. 67-80.

³⁸⁷ STELLFELD, Carlos. *Um filho do doutor soares de Meirelles viveu em Curitiba*. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. VI (fasc. 3-4), jan./jun. 1956. p. 81-86.

³⁸⁸ MACHADO, D. V. *Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998*. Tese (Doutorado em História). UNESP, Assis, 2016, p. 86.

Paraná: aspectos geo-econômicos”, Altiava Balhana “*A inserção do homem no quadro ecológico*” e Adelaide Mattana Villa “*Aspectos da Literatura Brasileira no Paraná*”.

O artigo de Westphalen, “*Paraná: zona de trânsito*”, distingue-se por introduzir uma perspectiva inovadora, ao interpretar o Paraná como um espaço de passagem e articulação territorial, conceito que, segundo a autora, inspira-se na leitura de Jaime Cortesão sobre a formação histórica do Brasil. O diálogo de Westphalen com as teses formuladas pelo historiador português manifesta-se não apenas pela referência direta a sua obra no artigo de 1958, mas também por sua participação, anos antes, no curso de extensão universitária “*Fundamentos Históricos do Paraná*”, ministrado por Cortesão na Universidade do Paraná, em 3 de maio de 1952, experiência que marcaria profundamente sua reflexão sobre o entrelaçamento entre geografia e história³⁸⁹, num contexto incipiente de discussões sobre a autonomia do curso de história no Paraná.

Jaime Cortesão viveu no Brasil entre 1940 e 1957³⁹⁰ e durante esse período constituiu grande parte de sua obra historiográfica. Emigrado de Portugal para cá por pressão do salazarismo³⁹¹, desfrutou de condições privilegiadas favorecidas pelas funções que desempenhou em instituições governamentais relevantes nas quais trabalhou, como a Biblioteca Nacional e o Ministério das Relações Exteriores, que lhe permitiram acesso privilegiado a documentos e arquivos históricos. A partir de sua atuação nesses espaços de prestígio vinculados ao Estado Novo (1937-1945), obteve acesso a documentação inédita, como os *Manuscritos da Coleção De Angelis*³⁹², fundamentais para seus estudos sobre os

³⁸⁹ Acervo do Museu Antropológico - Universidade Federal de Goiás. p. 2 Disponível em: <https://acervo.museu.ufg.br/wp-content/uploads/tainacan-items/74778/540607/D2023-02-0802.pdf>.

³⁹⁰ A invasão nazista em Paris, em 1940, marcou a etapa decisiva do exílio de Jaime Cortesão, que, após breves estadias na Espanha e na França, viu-se forçado a regressar a Portugal. Detido na fronteira e encarcerado pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), recebeu um ultimato de banimento e partiu para o Brasil a bordo do *S/S Angola*, desembarcando no Rio de Janeiro em dezembro do mesmo ano. Sua chegada, amplamente noticiada pela imprensa, foi acompanhada de conferências que facilitam sua rápida inserção nos circuitos intelectuais brasileiros, revelando laços de sociabilidade entre intelectuais e instituições dos dois lados do Atlântico. No entanto, essa integração se deu sob a condição de perseguido político, que permaneceria até 1957. in: RIBEIRO, David William A. **Cartografia das relações. As condições da produção intelectual e os percursos da escrita histórica de Jaime Cortesão no Brasil (1940-1957)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, 2015. 260 f.

³⁹¹ O salazarismo foi um regime político autoritário que vigorou em Portugal de 1932 a 1974 sob a liderança de António de Oliveira Salazar, sendo o governo chefiado entre 1968-1974 por Marcello Caetano.

³⁹² Conjunto de documentos adquiridos pelo Império do Brasil sob guarda da Biblioteca Nacional referentes à região da bacia do Prata. A coleção foi organizada por Cortesão por sub-regiões e sob o título “Jesuítas e Bandeirantes”, indicando os conflitos entre espanhóis e portugueses pela soberania na região ocupada por populações, sobretudo Guarani. RIBEIRO, David William Aparecido. Uma exposição para o IV Centenário de São Paulo: um historiador português narra a “história bandeirante”. Estudos de Cultura Material. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, vol. 26, 2018, p. 1-65. e23. p. 4.

jesuítas, os bandeirantes e a definição de fronteiras, suscitando reflexões acerca dos percursos da história da colonização portuguesa no Atlântico³⁹³.

Em suas pesquisas Cortesão elaborou uma interpretação do bandeirante como “produto da fusão de raças e culturas”³⁹⁴ e protagonista da expansão portuguesa. Nessa chave, o bandeirante seria o ator central da expansão portuguesa e da formação nacional, visão que ecoou fortemente na historiografia paulista e nas comemorações do IV Centenário de São Paulo, em 1954, cuja exposição histórica Cortesão organizou³⁹⁵. Como destaca José Manoel Garcia (1987), os estudos de Cortesão privilegiaram o Brasil colonial, em especial a história de São Paulo, os processos de interiorização e as negociações de fronteiras, articulando-os a um projeto mais amplo de valorização dos descobrimentos e da expansão portuguesa no mundo³⁹⁶.

Nesse quadro interpretativo, em que o bandeirante se configura como agente central da expansão e da ocupação territorial, Cortesão formulou também uma leitura específica sobre o espaço paranaense, concebendo-o como uma “*zona de trânsito*” na lógica da expansão territorial e na dinâmica da formação do Brasil. Essa concepção seria posteriormente retomada e reelaborada por historiadores locais, entre os quais se destaca Cecília Westphalen.

Essa inflexão metodológica realizada pela historiadora Cecília pode ser melhor compreendida à luz da renovação historiográfica promovida por Jaime Cortesão, a partir das primeiras décadas do século XX, quando uma nova geração de eruditos portugueses revisitou as fontes e reformulou o sentido histórico da expansão ultramarina. Inserido no movimento que culminou na *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (1922)³⁹⁷, o historiador

³⁹³ No Brasil, a escrita da história das bandeiras paulistas foi um dos principais temas da obra de Afonso D'Escagnolle Taunay. Para Anhezini (2011), Taunay aplicava uma metodologia detalhada, rigorosa e crítica na análise de documentos, garantindo precisão e consistência na reconstrução de eventos históricos, como as Bandeiras paulistas e a expansão territorial brasileira, além disso, sistematizou e adaptou métodos historiográficos, especialmente os franceses na produção de uma história brasileira cuidadosamente documentada e crítica. Sobre a história da historiografia produzida por este intelectual consultar: ANHEZINI, K. **Um metódico à brasileira: a História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)**. São Paulo: Editora UNESP, 2011. 259 p. [online]. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/9pzv9>. Acesso out. 2025.

³⁹⁴ CORTESÃO, Jaime. **História da expansão portuguesa no mundo**. 5ª parte. Volume III. Editorial Ática. Lisboa. 1940. 62 f. p.17.

³⁹⁵ Foi no Parque do Ibirapuera que em 13 de setembro de 1954 foi solenemente aberta para convidados a *Exposição de história de São Paulo no quadro da história do Brasil*, sob a curadoria do professor Jaime Cortesão, com o auxílio direto de Mário Neme, Ernani Silva Bruno e Hélio Damante. (RIBEIRO, 2018, p. 29)

³⁹⁶ GARCIA, José Manoel. **O essencial sobre Jaime Cortesão**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, INCM, Lisboa. 1987. 62 p. Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

³⁹⁷ CORTESÃO, Jaime. In: DIAS, Carlos Malheiro (dir.). **História da Colonização Portuguesa do Brasil**. Porto: Sociedade Editora “A Renascença Portuguesa”, 1922. A obra foi publicada em seis volumes entre 1921 e 1923, com colaboração de diversos autores, entre eles Jaime Cortesão, que escreveu capítulos fundamentais sobre os descobrimentos e a cartografia.

destacou-se por articular documentação empírica e interpretação geopolítica, inaugurando uma leitura que integrava história política, econômica e geográfica. Mas é *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil* (1922)³⁹⁸, publicada no contexto das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, que se insere no movimento de renovação da historiografia luso-brasileira. Em obras posteriores — como *Le Traité de Tordesillas et la Découverte de l'Amérique* (1926)³⁹⁹ e *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal* (1930)⁴⁰⁰ —, Cortesão ampliou essa perspectiva ao examinar o papel da ciência náutica, da cartografia e das dinâmicas portuárias na construção do império português. Sua concepção de “expansão portuguesa na história da civilização”⁴⁰¹ influenciou profundamente a historiografia luso-brasileira, ecoando em autoras como Westphalen, que transpõe para o contexto regional o método de Jaime Cortesão de leitura territorial baseado nas vias de circulação, nos fluxos de povoamento e na articulação entre geografia e história.

Essa operação intelectual coincide com o momento de consolidação da História como disciplina universitária no Paraná, quando a produção acadêmica começa a dialogar com referenciais científicos internacionais e com as tradições eruditas luso-brasileiras⁴⁰². A proposta de Cortesão, em compreender a expansão como processo civilizacional e integrador, encontra em Westphalen uma continuidade criativa, que insere o regional no movimento mais amplo da historiografia moderna. Nesse sentido, a análise de Westphalen sobre o Paraná como “zona de trânsito” insere-se nesse horizonte epistemológico, ao conjugar o estudo das rotas, dos fluxos e dos espaços de circulação com a longa duração dos processos de ocupação e integração territorial.

A concepção de *geo-história* desenvolvida por Fernand Braudel exerceu influência decisiva sobre a renovação dos estudos históricos a partir da metade do século XX,

³⁹⁸ CORTESÃO, Jaime. *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1922.

³⁹⁹ CORTESÃO, Jaime. *Le Traité de Tordesillas et la Découverte de l'Amérique*. Paris: Ernest Leroux, 1926. Trata-se de uma publicação em francês, resultado da participação de Cortesão nos debates historiográficos internacionais sobre o Tratado de Tordesilhas e o descobrimento do Novo Mundo. A obra foi editada pela Ernest Leroux Éditeur, importante casa editorial francesa especializada em estudos históricos e geográficos no início do século XX.

⁴⁰⁰ CORTESÃO, Jaime. *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1930.

⁴⁰¹ CORTESÃO, Jaime. Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses. A geografia e a economia da Restauração. *Cadernos da Seara Nova*. Seção de Estudos Históricos. Comunicações apresentadas ao Congresso do Mundo Português - 1940. Composto e impresso na Gráfica Lisbonense. Lisboa. Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 81 p.

⁴⁰² É interessante pensar o movimento internacional de autonomia da história no campo universitário. Em Portugal, por exemplo, onde o curso de história era em conjunto com filosofia, a separação só aconteceu em 1957 na Universidade de Lisboa. SANTOS, João Marinho dos; SILVA, José Manuel Azevedo e. *A Historiografia dos Descobrimentos. Através da correspondência entre alguns dos seus vultos*. Imprensa da Universidade. Coimbra. 2004. p. 207.

especialmente entre autores que buscaram compreender a formação territorial e regional como processo de longa duração. Em obras como *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1949)⁴⁰³, Braudel propõe uma história estruturada em diferentes ritmos temporais, o tempo geográfico, o social e o dos acontecimentos, na qual o espaço não é uma moldura passiva, mas um elemento ativo da experiência humana. Essa perspectiva, retomada e reelaborada por Cecília Maria Westphalen (1958), permite compreender o território paranaense como resultado de fluxos, rotas e interações, e não como um limite fixo.

Para a sua interpretação da região Paraná como “*zona de trânsito*”, Westphalen mobiliza um repertório documental de natureza histórica e geográfica, bem como, se apoia sobretudo em relatos de cronistas e viajantes dos séculos XVI e XVII, que descrevem as primeiras expedições e deslocamentos europeus na região sul do Brasil. Entre os documentos citados e mobilizados destacam-se, relatos sobre Aleixo Garcia (1524), considerado o primeiro europeu a atravessar terras paranaenses em direção ao Paraguai, seguindo as veredas indígenas e o chamado “Caminho de Santo Tomé”; registros das expedições de João Díaz de Solís, Cabeza de Vaca e Ayolas, que evidenciam as rotas de penetração ibérica vindas do litoral de Santa Catarina e do Rio da Prata; fontes jesuíticas e coloniais que descrevem a formação de caminhos pré-existentes, utilizados tanto por indígenas quanto por exploradores espanhóis e portugueses; referências à toponímia antiga e aos sistemas indígenas de circulação (como o Peabiru), entendidos como antecedentes das trilhas coloniais e das rotas tropeiras. Westphalen interpreta esses documentos sob um enfoque geo-histórico, no qual o movimento de pessoas e a abertura de caminhos explicam o papel do Paraná como corredor estratégico de comunicação entre o Atlântico e o interior do continente.

Em sua narrativa sobre a ocupação do Paraná nos séculos XVI e XVII, a autora destaca o aproveitamento dos caminhos indígenas, como o do Peabiru, que “repetidas vezes foram percorridos [...] não somente em viagens de penetração, mas como rotas de comunicação”⁴⁰⁴, evidenciando a circulação de espanhóis, jesuítas e sertanistas e revelando a centralidade da circulação na ocupação do espaço. Esse caráter transitório não se restringe à mobilidade indígena ou sertanista, mas fundamenta a própria formação de Curitiba, primeiro como pouso e posteriormente como núcleo urbano, “tão cedo, que já em 1668, Gabriel de

⁴⁰³ BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1949.

⁴⁰⁴ WESTPHALEN, Cecília Maria. Paraná – Zona de Trânsito. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Curitiba: Papelaria Requião Ltda., v. VII, Fasc. 3-4, p. 48, 1958.

Lara autorizava a ocupação do território”⁴⁰⁵. No século XVIII, esse papel se amplia com a militarização da fronteira sul, quando a vila se torna elo estratégico entre São Paulo, Laguna e a região do Rio da Prata, marcando, segundo a autora, “sua evolução histórica, sobretudo aquela da vila de Curitiba”⁴⁰⁶. Como descreve Westphalen em seu artigo, esse processo foi decisivo para consolidar a posição do território paranaense dentro de uma ampla rede de circulação que articula interesses econômicos, políticos e territoriais no sul do Brasil. Ao narrar a abertura das vias de comunicação entre Laguna e Curitiba, a autora destaca um episódio emblemático da expansão luso-brasileira, registrando que,

O sargento-mor de Paranaguá, Francisco de Souza Faria, em 2 de outubro de 1727, teve a incumbência de abrir uma estrada de Laguna a Curitiba, colocando o Continente de São Pedro em ligação com São Paulo, através dos Campos Gerais. A fim de dar cumprimento às ordens recebidas, Francisco de Souza Faria partiu, via marítima, para Laguna dando, em fins de 1728, início à abertura da estrada. Enfrentou além das dificuldades naturais, aquelas opostas pelos índios Tapes, aliados dos espanhóis. [...] Com a mesma finalidade, de Curitiba também partirá a bandeira do Capitão Manoel Rodrigues da Motta, esta por terra. Deveriam as duas empresas em dado ponto do caminho fazerem junção⁴⁰⁷.

A análise de Westphalen sobre esse episódio ultrapassa a simples narrativa factual, ao enfatizar o papel das bandeiras na integração territorial, a autora revela como as expedições de caráter militar e exploratório foram fundamentais para a formação das rotas internas e para a consolidação das fronteiras meridionais do Brasil. Assim, a descrição documental de Westphalen evidencia que a historicidade do Paraná não se estrutura apenas pela fixação populacional, mas, sobretudo, pela condição de espaço de passagem, de articulação de rotas coloniais e da expansão das bandeiras paulistas.

Dando sequência em sua análise, a historiadora afirma que desde meados do século XVIII o Paraná configurava-se como uma acentuada zona de trânsito, percorrida pelas tropas que, vindas de Viamão, dirigiam-se às feiras de Sorocaba, em São Paulo, ou seguiam em sentido inverso, transportando mercadorias portuguesas rumo ao Rio Grande do Sul, entre elas o algodão e, posteriormente, o café. Dessa dinâmica com o interior paulista resultou o povoamento efetivo dos Campos Gerais, pois, ao longo das rotas de circulação, a estrada de Laguna, as vias do gado, das tropas de mulas e das invernadas, surgiram novas povoações

⁴⁰⁵ WESTPHALEN, Cecília Maria. Paraná – Zona de Trânsito. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: Papelaria Requião Ltda., v. VII, Fasc. 3-4, p. 48., 1958.

⁴⁰⁶ WESTPHALEN, Cecília Maria. Paraná – Zona de Trânsito. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: Papelaria Requião Ltda., v. VII, Fasc. 3-4, p. 49, 1958.

⁴⁰⁷ Idem, Ibidem.

que acompanharam o fluxo das trocas comerciais e da mobilidade social⁴⁰⁸. Para sustentar essa leitura, Westphalen recorre à correspondência do Capitão-General Dom Luiz Antônio, entre 1772 e 1775, que detalha itinerários das tropas atravessando o território paranaense e fixando pontos de pouso, mais tarde transformados em povoados e núcleos urbanos.

Sua análise documental é enriquecida pela incorporação de testemunhos orais de antigos tropeiros que viveram na Lapa no final do século XIX. Esses depoimentos, colhidos pessoalmente pela historiadora “de antigos tropeiros [...] da estrada de Laguna, entre os anos de 1870-1890”⁴⁰⁹, possibilitaram registrar não apenas lembranças de trajetos e rotinas de viagem, mas também informações de natureza econômica. Por meio dos depoimentos, foi possível ampliar a dimensão empírica e social de sua investigação. Em um dos testemunhos a historiadora recupera a experiência vivida por tropeiros que partiam da Lapa,

[...] em meados de agosto, [com] os cargueiros de mantimentos, sobretudo com arroz, feijão, paçoca, linguiça e algumas vezes doce para o patrão. Se na viagem faltava mantimento, compravam e abatiam vitelo. [...] [a viagem] durava cerca de 5 a 6 meses. [...] O seu vestuário era o usual, mais as botas e o poncho feito de pano piloto, côr de galha, que lhes servia de abrigo de cama. A cada peão tocava em média o cuidado de 100 animais, mas quando a tropa era pesada, o número poderia chegar a 200. As tropas pesadas eram constituídas de 800, 1000 e mesmo 1100 animais, as levianas de 200, 300 ou 400 cabeças. Aqui lembramos que logo após a abertura da estrada de Laguna, o tropeiro-povoador Cristóvão Pereira de Abreu, por ela passou com uma tropa de três mil animais.⁴¹⁰

Esse relato apresenta não apenas os caminhos e a materialidade da economia tropeira, mas também aspectos das práticas cotidianas das viagens, da alimentação, e até mesmo da participação em eventos políticos como a Revolução Federalista⁴¹¹. Além disso, a escolha pela coleta de depoimentos de testemunhos orais dá pistas da aproximação da professora Cecília aos métodos das ciências sociais, sobretudo da antropologia, aprendidos provavelmente através do contato com Loureiro Fernandes quando este foi seu professor de Etnografia do Brasil, no curso de história e geografia⁴¹², e da sociologia rural, que desde a

⁴⁰⁸ WESTPHALEN, Cecília Maria. Paraná – Zona de Trânsito. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: Papelaria Requião Ltda., v. VII, Fasc. 3-4, p. 50, 1958.

⁴⁰⁹ WESTPHALEN, Cecília Maria. Paraná – Zona de Trânsito. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: Papelaria Requião Ltda., v. VII, Fasc. 3-4, p. 51, 1958.

⁴¹⁰ Idem, Ibidem. [Grifo nosso]

⁴¹¹ Idem, Ibidem.

⁴¹² Da aproximação à tais conhecimentos, Westphalen e Balhana publicaram, no ano de 1950, o estudo “O fandango em Caiobá”, que saiu impresso na revista *Logos* do Centro Acadêmico da FFCL-UP, órgão estudantil do qual Westphalen exerceu a função de diretora entre 1948 e 1950. **Revista Logos**. Órgão do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná. Ano III. 1º Semestre de 1948. N. 7; **Revista Logos**. Órgão do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná. Ano V. 1º Semestre de 1950. N. 11.

década de 1950 buscavam valorizar a memória, a oralidade e as práticas sociais como chaves interpretativas.

Ao conjugar referenciais internacionais, documentos oficiais e memórias orais, Westphalen desloca sua interpretação da mera narrativa político-administrativa, presentes tanto no relatório do *III Congresso Regional de História e Geografia*, como em sua *Pequena História do Paraná*, para uma perspectiva que privilegia a análise geohistórica, e de certo modo, pela diversificação dos métodos, antecipa os debates do “regionalismo social”, explorando as práticas, os ritmos e as experiências humanas concretas que estruturaram o Paraná como espaço de trânsito.

Não se pode desconsiderar os elementos historiográficos que atravessam o artigo publicado por Westphalen. Sua produção revela a incorporação de referenciais teóricos estrangeiros, o diálogo com métodos provenientes de outras ciências sociais e uma postura crítica frente ao modelo de “erudição pela erudição”, predominante em grande parte das narrativas divulgadas no *Boletim do IHGEP*. Todavia, mesmo que a historiografia “profissional” desenvolvida nas faculdades de filosofia desde os anos 1950, significasse uma busca pela superação da historiografia tradicional e elitista produzida até então pelos institutos históricos, observa-se na escrita de Westphalen a permanência de um interesse pela história regional, aspecto que a mantinha, em certa medida, vinculada às práticas intelectuais do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Essa continuidade, contudo, não se traduz em acritica, mas em reelaboração, pois, ao mesmo tempo em que dialoga com o legado do IHGEP, a autora o desloca, transformando-o em ponto de partida para uma nova concepção de história científica e territorialmente situada.

Nesse sentido, a contribuição de Brasil Pinheiro Machado (1951) foi decisiva para a formulação, no âmbito da historiografia paranaense, de um conceito de história regional que serviria de fundamento teórico e metodológico para a interpretação de Cecília Maria Westphalen sobre o Paraná como uma “zona de trânsito”. Inserido na tradição erudita dos Institutos Históricos, Machado (1951) representa uma geração de transição entre o modelo oitocentista de história nacional, de caráter unificador e civilizador, inspirado em autores como Karl Friedrich von Martius e João Ribeiro, e a vertente regionalista consolidada no IHGEP sob a influência de Romário Martins⁴¹³. Sua atuação, marcada por uma produção

⁴¹³ Diferente de São Paulo e Rio de Janeiro, que tiveram missões francesas para a inauguração de seus cursos, no Paraná, segundo Roiz (2019) esse processo de disciplinarização da história no contexto universitário se deu exclusivamente com a participação do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e do clero religioso local, o que consagrou maior adensamento da pesquisa histórica lá praticada, com base nas instruções da escola metódica francesa e do manual *Introdução aos estudos históricos*, de Langlois e Seignobos.

historiográfica tradicional de grande erudição e esforço de sistematização documental, foi crucial para a redefinição do campo historiográfico paranaense em bases científicas, articulando o legado erudito do IHGEP à emergência de uma nova concepção de pesquisa histórica voltada à interpretação das especificidades regionais sob uso de novos métodos e orientada para os temas paranaenses.

Desse modo, “*Paraná - zona de trânsito*” emerge como desdobramento do programa historiográfico inaugurado por Brasil Pinheiro Machado, catedrático de História do Brasil da UFPR e sócio do IHGEP, que consistia em compreender a história regional não como recorte geográfico isolado, mas como processo dinâmico de formação social, em permanente relação com as demais regiões e com a história nacional. O enfoque de Pinheiro Machado, mantinha vínculos com a tradição da história regional dos Institutos Históricos, ao mesmo tempo em que se distanciava do “regionalismo geográfico” e antecipava a noção de “regionalismo social” que Westphalen (1958) retoma ao propor uma leitura da história paranaense, como espaço de circulação, intercâmbio e mobilidade.

Nessa perspectiva, Westphalen reconhece em Machado um guia intelectual na definição dos fundamentos da história regional, que valorizava em sua produção a articulação entre o local e o nacional, incorporando à análise documental uma dimensão empírica e social ausente na tradição erudita dos institutos. Ao adotar o conceito de “*zona de trânsito*”, a historiadora deu novo sentido à ideia de região formulada por Brasil Pinheiro Machado, de um espaço definido pela irradiação de um centro, passa-se a uma região concebida pela confluência de rotas, pela sobreposição de temporalidades e pela interação de agentes históricos diversos. Assim, a continuidade entre Machado (1951) e Westphalen (1958) não se dá apenas pela filiação institucional, ambos vinculados ao Instituto Histórico e ao curso de História da Universidade do Paraná, mas pela construção de uma linhagem intelectual que, partindo do paradigma erudito e identitário de Machado, culmina na reformulação da história regional realizada por Westphalen. A historiadora desloca o foco da história celebrativa para a análise das dinâmicas econômicas e territoriais, propondo uma leitura do Paraná como “*zona de trânsito*”, um espaço de circulação e integração entre regiões, inserindo a experiência paranaense num quadro mais amplo da formação histórica brasileira.

Sobre o recurso de Cecília Westphalen às fontes orais representa uma ferramenta metodológica significativa em relação à tradição historiográfica de seu tempo, marcada pela centralidade exclusiva dos documentos escritos. Ao registrar depoimentos de tropeiros da região da Lapa, que rememoram práticas de comércio, alimentação e sociabilidade, a autora amplia o escopo da análise histórica para dimensões da vida cotidiana, política e da

economia. Na interpretação de Cecília a história é tomada como movimento de integração territorial, com a geografia funcionando como condicionante fundamental da experiência histórica. Nessa perspectiva, o território não é definido prioritariamente pelo enraizamento populacional, mas por sua função de passagem e circulação, resultante de condicionantes geográficos e de sua posição estratégica nas rotas de integração regional.

Tal como em “*Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*”⁴¹⁴, em que Capistrano de Abreu identifica nas rotas coloniais o eixo da expansão do povoamento e da integração do território, Westphalen (1958) se esforça em compreender o Paraná como espaço de passagem, articulador de fluxos entre o litoral e o interior. Ambas as interpretações situam os movimentos espaciais — deslocamentos, entradas e ligações — como fundamento da história nacional, mas, enquanto Capistrano (1960) privilegia uma visão centrada na interiorização da colonização portuguesa, Westphalen reelabora essa tradição à luz da geo-história e das concepções de Jaime Cortesão (1940), associando o território paranaense à dinâmica mais ampla da expansão ultramarina e da integração atlântica⁴¹⁵. Assim, a autora transforma o conceito zona de trânsito em uma categoria histórica interpretativa do regional, inserindo o Paraná na trama histórica da circulação e da conexão continental⁴¹⁶.

Portanto, a interpretação do Paraná como “zona de trânsito” evidencia a centralidade das rotas e da mobilidade na configuração da vida econômica e política. Tanto em termos estratégicos quanto econômicos, esse caráter de passagem teria moldado o “senso de equilíbrio e solidariedade dos paranaenses”⁴¹⁷, resultando em uma vocação para a conciliação entre o regional e o nacional⁴¹⁸. Cortesão concebia a história da colonização e da

⁴¹⁴ A primeira edição da obra de Capistrano de Abreu “*Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*” é de 1899, a segunda de 1930 e a terceira de 1940. ABREU, João Capistrano de. *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. In: **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. 3ª edição. Livraria Brigue, 1960. p. 59-163.

⁴¹⁵ CORTESÃO, Jaime. **Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses. A geografia e a economia da Restauração**. Cadernos da Seara Nova. Seção de Estudos Históricos. Comunicações apresentadas ao Congresso do Mundo Português - 1940. Composto e impresso na Gráfica Lisbonense. Lisboa. Seara Nova. 1940. 81 p.

⁴¹⁶ Posteriormente o desenvolvimento do Projeto de pesquisa referente ao Comércio Exportador e Importador do Paraná, através do Porto de Paranaguá foi dirigido pela Professora Cecília Westphalen., nele foram examinados e microfilmados, no Arquivo de São Paulo, todos os “Livros Barreiras”. O período coberto pelo levantamento foi a primeira metade do século XIX. In: **Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná**, realizada em 2 de dezembro de 1964. p. 7. São desdobramentos do projeto de pesquisa: WESTPHALEN, Cecília Maria. O Porto de Paranaguá no ano de 1826. Estudos de micro-conjuntura. Boletim da Universidade do Paraná. Conselho de Pesquisas. Departamento de História. Curitiba. N. 2. Dez. 1962. p. 1-47; _____. Navios e Mercadorias no Porto de Paranaguá. Separata do Boletim n. 10, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1970. p. 19-26; _____. Porto de Paranaguá, um sedutor. Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura, 1998. 608 p.

⁴¹⁷ WESTPHALEN, Cecília Maria. Paraná – Zona de Trânsito. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: Papelaria Requião Ltda., v. VII, Fasc. 3-4, p. 54, 1958.

⁴¹⁸ Idem, Ibidem.

interiorização do território brasileiro como um processo geográfico e econômico de integração de espaços, ideia que se refletia em sua interpretação do Brasil como um vasto sistema de comunicações e zonas de trânsito.

A autora também cita o seu colega de trabalho e ex-governador, Munhoz da Rocha, para quem “o Brasil marcou encontro no Paraná”⁴¹⁹, sugerindo que o estado seria uma síntese simbólica das tensões e harmonizações do país. Cecília Westphalen atualiza, em chave historiográfica, a imagem formulada por Bento Munhoz da Rocha Neto de um território de encontros e confluências — espaço de mediação entre o litoral e o interior, o sul e o centro do país. Por fim, encerra o texto incluindo o trânsito histórico às dinâmicas contemporâneas, observando que “o Brasil transita, hoje, no Paraná, nos movimentos migratórios internos”⁴²⁰. Para o período dos anos de 1950, essa “zona de trânsito” seria configurada, portanto, por meio dos movimentos migratórios internos, entendida como um problema fundamental da vida brasileira, especialmente a paranaense naquele contexto de explosão demográfica⁴²¹.

A produção de Cecília Maria Westphalen insere-se numa linha de continuidade com o projeto intelectual de Brasil Pinheiro Machado, ambos herdeiros da tradição historiográfica paranaense formulada no interior do IHGEP. Cabe lembrar que em seu *Esboço de uma sinopse da História Regional* (1951), elaborado quando retomou a cátedra de História do Brasil, Machado, que fora professor e depois mentor de Cecília Westphalen, propôs que a história nacional fosse escrita em capítulos e compreendida como o resultado da “justaposição das histórias regionais”⁴²². A história do Paraná, nessa perspectiva, seria um “capítulo da história regional do Brasil”⁴²³, e deveria ser estudada a partir da formação de um centro irradiador, Curitiba, cuja expansão territorial e subordinação política dariam forma à unidade regional. Desse modo, “Paraná - zona de trânsito” emerge como desdobramento do programa historiográfico inaugurado por Brasil Pinheiro Machado, que consistia em compreender a história regional não como recorte geográfico isolado, mas como processo

⁴¹⁹ WESTPHALEN, Cecília Maria. Paraná – Zona de Trânsito. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: Papelaria Requião Ltda., v. VII, Fasc. 3-4, p. 54, 1958.

⁴²⁰ Idem, Ibidem.

⁴²¹ A explosão demográfica no Paraná foi marcada por um crescimento populacional acelerado nas décadas de 1940 e 1950, com a taxa média anual de crescimento do estado atingindo cerca de 2,39% entre 1940 e 1950, e ainda mais, 2,99% entre 1950 e 1960. Isso foi impulsionado pela expansão da fronteira agrícola, que atraiu grande fluxo de imigrantes para o estado. O período também foi caracterizado por um aumento da população urbana, com cidades como Curitiba e outras apresentando curvas de crescimento acelerado. Os números dos Censos 1940: 1.236.276 habitantes; 1950: 2.115.547 habitantes; 1960: 4.296.375 habitantes. Nota técnica IparDES. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/NT_14_dinamica_demogr_PR_2010.pdf. Acesso out. 2025.

⁴²² MACHADO, Brasil. Sinopse da História Regional do Paraná. **Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 1951. p. 4.

⁴²³ MACHADO, Brasil. Sinopse da História Regional do Paraná. **Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 1951. p. 8.

dinâmico de formação social, em permanente relação com as demais regiões e com a história nacional.

A definição do conceito de história regional elaborada por Cecília Maria Westphalen resulta da confluência entre a tradição de interpretação nacional/regional de Brasil Pinheiro Machado e a leitura geo-histórica de Jaime Cortesão. De Pinheiro Machado, Westphalen herda a concepção de que a história do Paraná deve ser compreendida como um “capítulo da história regional do Brasil”⁴²⁴, ou seja, como parte integrante do processo de formação nacional. Assim, a concepção de história regional formulada por Westphalen como resultado de uma síntese intelectual singular, combina o projeto integrador e nacionalizante de Brasil Pinheiro Machado, voltado à formação cultural do país a partir das regiões, com a perspectiva dinâmica e espacial de Jaime Cortesão, centrada nos processos de circulação e expansão territorial.

Essa definição conceitual amadurece de modo explícito na reflexão apresentada pela historiadora durante a sua participação no Seminário de Pesquisa de 1959⁴²⁵, atividade por ela organizada após período de aprimoramento acadêmico e de observação das práticas de historiadores em países europeus. A experiência, desenvolvida em colaboração com colegas de trabalho, serviu de inspiração para a criação do Departamento de História, que até então existia apenas de maneira informal⁴²⁶. Em sua exposição, defendia que o conceito de “história regional deve fundamentar-se na noção de região como área geograficamente definida, mas caracterizada por elementos culturais que lhe conferem relativa homogeneidade”⁴²⁷. Sua inclinação para os estudos em história regional do Brasil aliada a compreensão da necessidade de renovação da historiografia paranaense levaram-na a se encarregar mais tarde das disciplinas metodológicas do curso de história da UFPR, como “Introdução à História” (1961) e “Métodos de Pesquisa” (a partir de 1970) às quais atribui o papel de instrumentalizar

⁴²⁴ WESTPHALEN, Cecília Maria. Paraná – Zona de Trânsito. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: Papelaria Requião Ltda., v. VII, Fasc. 3-4, p. 54, 1958.

⁴²⁵ Foi durante a reunião dos professores de história da UFPR que surgiu a ideia de constituir um Seminário de História em substituição às aulas tradicionais do curso de História e Geografia, o que incluía dinamizar e organizar os trabalhos dos docentes do curso, aliando especialmente ensino à pesquisa. O regulamento foi aprovado pelos professores em 14 de maio de 1959, sendo encaminhado para apreciação dos órgãos diretores da Faculdade. **Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964**.

⁴²⁶ Sobre essa atividade que inspirou a criação do DEHIS-UFPR, Westphalen participou de eventos similares na Europa, a exemplo, do Seminário de História Econômica, realizado em Colônia, na Alemanha, intitulado “Fontes, Métodos e Ferramentas da História Econômica”. In: MACHADO, Daiane. MACHADO, Daiane Vaz. Dois tempos de um percurso de experiências historiográficas: 1958-59 e 1970. As cartas que Cecília Maria Westphalen trocou com Altiva Pilatti Balhana e Fernand Braudel. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 137-159, jan./jun. 2015, p. 142.

⁴²⁷ **Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964**

futuros historiadores e pesquisadores por meio do ensino de métodos científicos, práticas de arquivos, coleta de fontes, técnicas quantitativas e bibliográficas⁴²⁸, práticas canceladas no curso de história pela “vanguarda Annalista”.⁴²⁹

O artigo de Westphalen, publicado no *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* em 1958, mesmo distante da prática historiadora consolidada nos anos 1960, é relevante por marcar um momento de amadurecimento da historiografia paranaense. Sua publicação evidencia uma transição na escrita da história produzida no ambiente universitário, que busca superar a ênfase na narrativa cívica e política, e legitimar a prática específica e autônoma do historiador. O texto revela um duplo movimento de continuidade e transformação entre as gerações de pesquisadores universitários responsáveis pela fundação e consolidação da pesquisa histórica no Paraná, especialmente no campo dos estudos regionais, inicialmente caracterizados pela forte interlocução com os métodos oriundos da Geografia.

O Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense desempenhou um papel importante para os historiadores paranaenses, sendo espaço de comunicação da produção e difusão histórica dos trabalhos desenvolvidos, num momento em que eram poucos os espaços direcionados à divulgação do saber histórico cientificamente conduzidos pelas regras disciplinares do campo universitário. Desse modo, o IHGEP, através de seu *Boletim* manteve-se como lócus de emanção do discurso histórico regional, observável tanto no texto produzido pela professora Altiva Balhana, que para interpretar os eventos históricos, se propôs a uma compreensão a partir da relação entre história e geografia, fornecendo insights sobre como o ambiente físico moldou as ações e decisões das sociedades ao longo do tempo, como no relato do curso de extensão elaborado pela professora Cecília Westphalen e publicado no mesmo exemplar editado em 1957 e publicado em 1958, que destacava a partir dos estudos de Jaime Cortesão, a importância da definição do Paraná como uma zona de trânsito, abordagem que contribuiu para contextualizar o papel do estado no contexto mais amplo da história nacional e da América do Sul, destacando-o como um local econômico, ou seja, de trânsito de exploradores, colonizadores, tropeiros e comerciantes.

A presença dos estudos das historiadoras Altiva Balhana e Cecília Westphalen no *Boletim do IHGEP*, adquire um sentido histórico mais amplo quando se considera o fato de

⁴²⁸ CLARA, Livia Maria Orsati. **O discurso dos métodos na profissionalização da História no Brasil (1950-1960)**. Dissertação [Mestrado]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, 2022. p. 83.

⁴²⁹ CLARA, Livia Maria Orsati. **O discurso dos métodos na profissionalização da História no Brasil (1950-1960)**. Dissertação [Mestrado]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, 2022. p. 147.

que a profissionalização da história é profundamente marcada por assimetrias nas quais a autoridade intelectual foi tradicionalmente atribuída aos homens e a legitimidade historiográfica a determinados centros de produção do saber histórico. Mesmo tuteladas por homens poderosos, as historiadoras romperem o monopólio masculino — atuando em arquivos, instituições culturais, na universidade e em periódicos científicos — as historiadoras não apenas conquistaram espaço institucional, mas também contribuíram para redefinir as fronteiras entre erudição, docência e pesquisa científica, esta última acontecia de forma ainda incipiente no país. Suas trajetórias exemplificam a inserção feminina na esfera pública, em um momento de reconfiguração das práticas e dos discursos que legitimavam a produção do conhecimento histórico, com especial ênfase para o diálogo com os métodos e perspectivas da história política e das ciências sociais, o que contribuiu para redefinir os rumos da pesquisa histórica na universidade, espaço que naquela época direcionava maiores esforços ao ensino em relação aos investimentos no desenvolvimento da pesquisa científica.

Outra assimetria que o estudo revela se dá entre as regiões. Enquanto as historiografias de São Paulo e Rio de Janeiro estão sendo produzidas e passam a ser reconhecidas como do Brasil⁴³⁰, no Paraná vai tomando forma uma historiografia regional que, apesar de estar neste momento conectada com a geografia e com os historiadores franceses, vai contribuir para reforçar diferenças na circulação do conhecimento e no acesso a recursos e financiamentos, aprofundando as desigualdades na distribuição dos saberes especializados em história no país.

A preocupação em se definir uma identidade regional capaz de projetar o Estado do Paraná na conjuntura nacional, especialmente, a partir do incentivo de pesquisas em história regional, será mais evidente na universidade mediante o desenvolvimento de atividades acadêmicas, como os Seminários de Pesquisa realizados em 1959 que culminaram no surgimento do Departamento de História, lugar social que aos poucos torna-se instrumento discursivo com autoridade capaz de legitimar a escrita sobre o passado paranaense no contexto universitário e para outros públicos, e onde as novas diretrizes historiográficas contribuíram para a renovação da interpretação da formação histórica e social paranaense, bem como para a profissionalização dos historiadores.

Esse trabalho de autonomia disciplinar no campo universitário e o investimento em um programa de pesquisa, não serão motivos para afastar os historiadores(as) da UFPR do IHGEP. Esses profissionais continuam publicando seus trabalhos no interior do instituto

⁴³⁰ JANOTTI, Maria. Lourdes. Historiografia, Uma Questão Regional? In: SILVA, Marcos (org.) **República em migalhas: História regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990, p.91-101.

paranaense, sobretudo pesquisas que convergem para o estudo da história regional, o que confirma, ao longo do século XX, as suas vivências com instituições culturais do perfil do IHGEP e a nova configuração da historiografia profissional produzida no âmbito da UFPR.

2.2 Entre a tradição e a crítica: o diálogo entre o Instituto Histórico e a Universidade durante a consolidação do campo disciplinar da história no Paraná a partir de 1959

Recuperar o lugar do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense no desenvolvimento do campo disciplinar da história no Paraná a partir de 1959 consiste em um desafio oportuno não apenas para descrever aspectos da trajetória do IHGEP e das publicações de seu periódico, mas para evidenciar que a consolidação da autoridade institucional e a legitimidade da universidade como novo lugar social de produção historiográfica não ocorreu de forma imediata. No Paraná, quando se iniciaram as primeiras atividades e ações voltadas à afirmação disciplinar da História e à profissionalização do historiador, como os Seminários de Pesquisa, criados em 1959, e, posteriormente, a formalização do Departamento de História em 1960, a universidade ainda não possuía a relevância que adquiriria no campo da pesquisa histórica. Essa condição é vista como um dos motivos que permitiu a continuidade dos vínculos entre a universidade e o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, que permanecia, até então, como um dos principais espaços de diálogo, sociabilidade intelectual e de difusão do projeto de história regional desenvolvido pelos intelectuais paranaenses vinculados à universidade.

A continuidade das relações entre os docentes da UFPR e o IHGEP podem ser observadas no interior do espaço universitário no final da década de 1950, quando os professores de História da Universidade Federal do Paraná, planejaram durante reuniões de trabalho, a realização dos Seminários de Pesquisa, atividade que contou com a participação de vários estudiosos da história do Paraná, pertencentes ou não ao circuito universitário, e significou um gesto intelectual dos historiadores em prol da afirmação disciplinar da história na universidade e da revisão da historiografia paranaense⁴³¹. O Regulamento do Seminário de

⁴³¹ Reunindo os Professores convidados a 14 de maio de 1959 aprovaram o regulamento que, a 18 de junho do mesmo ano, foi encaminhado à apreciação dos órgãos diretores da Faculdade. Sobre os termos do Regulamento do Seminário de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, o documento foi composto: Artigo 1º Os Professores das Cátedras de História Moderna e Contemporânea, História Antiga e Medieval, História da América, História do Brasil, História da Filosofia, História da Educação e História das Doutrinas Econômicas, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, constituem um centro de estudos e pesquisas que terá a denominação “Seminário de História”; Artigoº É finalidade do “Seminário de História” promover e realizar sessões de Seminário sobre o ensino da História, a pesquisa histórica, a teoria da História, ou qualquer outro problema da ciência histórica; Artigoº Para cumprir sua finalidade, o “Seminário de História” será composto por três secções de Estudos: a) de Ensino da História; b) de Pesquisa da História; c) de Teoria da História.

História revelava um esforço consciente de organizar e sistematizar a prática historiográfica dentro da universidade, transformando o antigo espaço de ensino e reflexão em um centro formal de estudos e pesquisa histórica. Ao propor uma estrutura de trabalho coletivo, teórico e metodológico, o documento expressava também o projeto intelectual dos professores do curso, que consistia em construir um espaço universitário capaz de produzir e validar conhecimento histórico com base em métodos científicos, sem romper completamente com as tradições regionais, mas reconhecendo-as e reinterpretando-as sob uma nova ótica acadêmica a partir de um novo perfil do profissional de história.

A primeira Sessão do Seminário de Pesquisa aconteceu em 23 de setembro de 1959, antecipando a criação do Departamento de História, que naquele mesmo ano iniciou suas atividades de maneira informal. Sobre a atividade, ficou definido que um de seus propósitos consistia em examinar a produção dos historiadores do Paraná, analisando suas fontes, métodos e técnicas de trabalho, além de investigar a situação real da historiografia regional do Paraná e os problemas que ainda precisam ser resolvidos⁴³². O Seminário foi um momento oportuno para que todos os professores de história da UFPR apresentassem o exame da obra *“História do Paraná”*, de Romário Martins, historiador paranaense que foi alçado pelos sócios à condição de “presidente perpétuo” e “patrono” do Instituto Histórico. A crítica realizada à obra do historiador tinha como objetivo estabelecer um sistema de referências para se construir a História do Paraná.

O seminário realizado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, reuniu diversos professores e estudiosos para revisar criticamente a historiografia paranaense, tomando como ponto de partida a obra *“História do Paraná”*, de Romário Martins. O relator principal da atividade, o Professor Brasil Pinheiro Machado, reconheceu o valor pioneiro do autor, considerando-o um desbravador no estudo da história regional, mas apontou suas limitações metodológicas e conceituais. Por isso, destacou durante a sua exposição a necessidade de substituir o regionalismo geográfico adotado por Romário Martins por um regionalismo social, fundamentado na análise dos grupos humanos e das suas relações. Para ele, a história geral do Paraná só poderia ser escrita após a produção de estudos monográficos baseados em fontes primárias e o desenvolvimento de uma metodologia científica capaz de estabelecer um “sistema de referência” para a historiografia paranaense⁴³³.

⁴³² Livro de Atas, n. 1, Departamento de História, UFPR, fl. 8, reunião de 18/10/1965.

⁴³³ Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964.

Em seguida, o professor José Loureiro Fernandes, especialista em antropologia e arqueologia, examinou o capítulo sobre as populações indígenas, criticando a imprecisão etnográfica e a falta de rigor científico de Romário Martins, que confundia grupos pertencentes ao tronco Jê, ao tratar os Kaingang de modo equivocado. Loureiro Fernandes defendeu a necessidade de estudos de longa duração sobre as populações indígenas, considerando sua distribuição no tempo e no espaço, e ressaltou o valor de pesquisas arqueológicas modernas, como as que já vinham sendo conduzidas pelo Centro de Pesquisas Arqueológicas da Universidade do Paraná⁴³⁴.

No mesmo seminário, a professora Cecília Maria Westphalen desenvolveu uma reflexão teórica sobre os conceitos empregados por Romário Martins, especialmente os de História Regional e História Geral. Criticou a concepção vaga de “ambientação” usada pelo autor e sugeriu substituí-la por “caracterização”, conceito mais preciso, que envolve elementos culturais, econômicos e estruturais de uma região. Para Westphalen, Romário Martins não conseguia articular uma visão estruturada da história paranaense, pois lhe faltava o domínio do conceito de estrutura histórica e o uso de métodos analíticos capazes de revelar as permanências e transformações das realidades sociais. A professora enfatizou também a lentidão da historiografia regional, sobretudo no campo da história econômica, e propôs o emprego de técnicas quantitativas e o reexame crítico das fontes para superar o caráter descritivo da obra de Martins⁴³⁵.

Outro momento interessante do Seminário, foi a presença entre os estudiosos paranaenses externos à UFPR do professor Júlio Moreira⁴³⁶, que mais tarde seria sócio, e, depois, vice-presidente do IHGEP (1967-1969). Naquela ocasião, Moreira reforçou a necessidade da realização de pesquisas documentais em arquivos públicos e privados, afirmando que Romário Martins se apoiava em fontes limitadas e sem crítica rigorosa, o que comprometia a confiabilidade de suas conclusões. Já o professor Carlos Stellfeld questionou as informações de Romário Martins sobre o povoamento do Paraná, apontando imprecisões cronológicas e a ausência de critérios para a datação dos processos de ocupação territorial. A professora Altiva Pilatti Balhana, por sua vez, concentrou-se na crítica ao tratamento dado por Romário Martins à imigração e à economia paranaense. Propôs, assim, um reexame das fontes e o uso de métodos quantitativos modernos para calcular, por exemplo, o coeficiente

⁴³⁴ Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964.

⁴³⁵ Idem.

⁴³⁶ MOREIRA, Júlio Estrela. Posse dos novos consócios do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, realizada em sessão solene do dia 24 de maio de 1968.

de fixação dos imigrantes, bem como um estudo mais aprofundado sobre a contribuição cultural das etnias, tema ignorado por Romário Martins⁴³⁷.

Outros professores também contribuíram com observações específicas. Osvaldo Pilotto, insistiu na necessidade de novas pesquisas de base empírica sobre a história regional, apoiadas em fontes inéditas e métodos mais científicos. Ao final dos debates, Brasil Pinheiro Machado sintetizou os principais problemas apontados: a imprecisão do conceito de estrutura, a carência de fontes examinadas criticamente, a falta de um sistema de referências teóricas e metodológicas para a construção de uma história do Paraná; o incentivo a pesquisas baseadas em fontes primárias e a urgência de desenvolver estudos monográficos baseados em documentação primária. Assim, embora todos reconhecessem o papel fundador de Romário Martins na historiografia paranaense, o seminário concluiu que sua obra representava mais um ponto de partida do que uma síntese definitiva, servindo como base para a consolidação de uma história acadêmica do Paraná, mais rigorosa, documentada e cientificamente estruturada⁴³⁸.

Todavia, o Seminário de Pesquisa de 1959, ao revisitar Romário Martins, consagrado como patrono do IHGEP e da história regional do Paraná, representou um gesto simbólico de “retorno” às raízes da historiografia paranaense. Todavia, ao mesmo tempo que homenageia um autor central para a construção da identidade regional, o debate liderado por Brasil Pinheiro Machado e articulado com a nova geração (Cecília Westphalen, Altiya Balhana, Loureiro Fernandes) marca a transição para uma história acadêmica, que se quer crítica e interdisciplinar, caracterizada pela atuação dos historiadores que criaram as bases da pesquisa em história regional no espaço universitário paranaense.

A escolha de 1959 para a abertura das atividades do Seminário de Pesquisa, com a discussão da obra *História do Paraná* (2ª edição, 1939), de Romário Martins, pode ser compreendida sob múltiplos sentidos. Por um lado, assume caráter de efeméride simbólica, uma vez que o historiador homenageado havia falecido em 1948, e o encontro ocorria exatamente uma década após sua morte, conferindo à sessão um tom simultaneamente memorial e crítico. Por outro, a escolha da data adquire significado no contexto de autonomização da disciplina histórica, já que naquele mesmo ano se reforçava o movimento de definição dos contornos próprios do campo da História com a prática dos Seminários e a

⁴³⁷ Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964.

⁴³⁸ Idem.

criação do Departamento de História. O Seminário surge, então, como um laboratório de afirmação disciplinar.

Também desse momento, é o retorno da professora Cecília Westphalen, que regressa da França (onde teve contato com a historiografia dos *Annales*), trazendo novas referências teórico-metodológicas e incrementando novos elementos ao perfil do profissional da história. Sua presença nos Seminários deu lastro intelectual ao debate e impulsionou o grupo de professores a formular uma nova agenda de pesquisa⁴³⁹. Assim, 1959 é mais que uma coincidência cronológica, é um ponto que reforça o caráter desse momento, entre o legado do erudito e a emergência do perfil do historiador(a) profissionalizado.

A produção de Romário Martins foi utilizada como um ponto de partida para a História do Paraná, adotada pelos historiadores universitários como expressão de uma historiografia não acadêmica. A superação do modelo tradicional de escrita da história aconteceu principalmente no processo de profissionalização do historiador, com especial atenção para a pesquisa em arquivos e o uso de métodos estrangeiros, resultando em uma escrita da história distinta daquela realizada por outras instituições no mesmo período, como o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, o que evidencia tensões em relação à legitimidade interna e reconhecimento dessa produção no âmbito regional e nacional.

Neste sentido, é possível perceber que a produção de Romário Martins, além de ser tomada como ponto de partida para a retomada das publicações do Boletim, também foi tomada como referência para a História do Paraná, todavia, foi adotada pelos historiadores universitários como expressão de uma historiografia não acadêmica. A superação desse modelo de escrita da história foi possível principalmente pela profissionalização do historiador, que passou a valorizar a prática da pesquisa em arquivos gerando um discurso diferente do que havia sido realizado por outras instituições no mesmo período, como o Instituto Histórico, o que demonstra tensões relativas à validade e reconhecimento dessa produção.

O Seminário aponta para um momento de transição e profissionalização da historiografia paranaense, fazendo parte do momento mesmo de gestação do Departamento de História da Universidade do Paraná que se tornará o núcleo de renovação teórica e institucional. Mais do que uma simples atualização de temas, a revisão da antiga tradição significou o afastamento da dimensão ideológica que marcava o discurso dos intelectuais

⁴³⁹ MACHADO, 2016.

paranistas em favor da constituição de uma prática historiográfica fundamentada na pesquisa científica e na análise documental, em sintonia com certos pressupostos dos Annales, especialmente a atenção à economia em suas longas e médias durações e à concepção do “ofício de historiador”⁴⁴⁰. Nesse sentido, tal concepção implica a definição do historiador como um profissional da pesquisa, cujo trabalho se ancora na crítica rigorosa das fontes, na formulação de problemas históricos e na recusa de narrativas meramente descritivas ou laudatórias, orientando-se pela análise das estruturas sociais e dos processos de transformação ao longo do tempo.

A partir da adequação do regulamento do Seminário de Pesquisa, necessária porque a estrutura administrativa vigente reconhecia apenas Departamentos, e não Seminário, foi possível instituir um novo modelo organizacional para a área de História. O processo culminou em 16 de janeiro de 1960, com a criação oficial do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná⁴⁴¹. O regulamento do novo Departamento foi posteriormente aprovado pelo Conselho Técnico-Administrativo e entrou em vigor em 11 de junho de 1960, consolidando a estrutura institucional que sustentaria a profissionalização da disciplina na universidade.

Ao longo dos anos 1960, os Seminários de História, tornaram-se uma rotina nos trabalhos didáticos desenvolvidos pelos professores do departamento de História, com a meta de articular a história do Paraná com a história do Brasil, de modo a planejar melhor a elaboração de projetos e a execução das pesquisas feitas por docentes e discentes do curso. No período em questão, foram implementados os Projetos de Pesquisa que buscavam responder aos problemas identificados durante os Seminários de Pesquisa, entre os quais se destacavam: Levantamento e Arrolamento de Arquivos, História Demográfica no Paraná e Quantificação das atividades econômicas paranaenses nos séculos XIX e XX⁴⁴². Entre 1960 e 1961, o Departamento consolidou-se institucionalmente, processo que foi marcado pela elaboração de um novo currículo e pela conquista da autonomia do curso de História. Essa reformulação curricular enfatizava a formação metodológica, com destaque para disciplinas como “Introdução à História”, descrita como um “farol” que guiava historiadores e cientistas pelas normas da pesquisa histórica, e “Métodos e Técnicas de Pesquisa”, criada em 1961,

⁴⁴⁰ FAGUNDES, Bruno F. L. **O auge da história: história do curso de história da UFPR**. São Paulo: Letra & Voz, 2019.

⁴⁴¹ **Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964.**

⁴⁴² Alguns dos resultados dessas pesquisas foram publicadas no Boletim do Departamento de História, que começou a circular a partir de 1962, e trouxe em suas primeiras edições as pesquisas referentes ao *Levantamento de fontes históricas regionais* (sob direção de Brasil Pinheiro Machado) e *Estudo do comércio paranaense no século XIX via porto de Paranaguá* (sob orientação de Cecília Westphalen).

ambas ministradas por Cecília Westphalen, que desempenhou papel central na formação dos primeiros pesquisadores da instituição⁴⁴³. O discurso dos métodos aparece como elemento central na profissionalização da história universitária no Brasil entre 1950-1960, ao mesmo tempo em que permite vislumbrar as disputas por autoridade intelectual e a redefinição do estatuto do historiador.

O currículo do curso de História da Universidade Federal do Paraná, influenciado pela Lei nº 4.024/1961, consolidou, a partir da década de 1960, um conjunto de disciplinas voltadas à formação metodológica do historiador. A própria Lei de Diretrizes e Bases de 1961, primeira diretriz geral da educação nacional, foi decisiva nesse processo ao regulamentar a estrutura do ensino superior e formalizar a licenciatura como exigência para a formação docente⁴⁴⁴. Nesse contexto, a incorporação de disciplinas metodológicas no curso de História pode ser compreendida como parte de um esforço de alinhamento às exigências legais e de progressiva profissionalização da área, articulando formação docente e pesquisa acadêmica. Ao mesmo tempo, manteve características de um modelo ainda elitista e centralizado, anterior às reformas educacionais implementadas durante o regime militar, voltadas para o ensino e formação técnica.

Em sua tese de doutorado, Daiane Vaiz Machado (2016) menciona a alteração curricular da disciplina “Introdução aos Estudos Históricos”, e demonstra que, a partir de 1963, houve uma incorporação das leituras da Escola dos Annales, especialmente em torno de conceitos como “fato”, “conjuntura” e “estrutura”, que já orientavam as práticas analíticas desenvolvidas no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná⁴⁴⁵. A disciplina passou, dessa forma, a oferecer aos alunos uma formação voltada para técnicas historiográficas e reflexão sobre o ofício do historiador. Assim, a reformulação curricular revela um movimento de renovação intelectual e metodológica que acompanha as transformações da historiografia brasileira no período.

As mudanças que aconteciam no âmbito da profissionalização do historiador e do ensino de história no Paraná eram decorrentes do processo mais amplo de organização da história no campo disciplinar no Brasil que teria, em 1961, um marco importante, o I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, que aconteceu em Marília São

⁴⁴³ CLARA, Livia Maria Orsati. **O discurso dos métodos na profissionalização da História no Brasil (1950-1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, 2022. p. 83

⁴⁴⁴ BRASIL. **LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso mar. 2026.

⁴⁴⁵ MACHADO, 2016.

Paulo, e contou com a presença de pesquisadores/professores que discutiram os dilemas teórico-metodológicos do ensino de História do Brasil, culminando com a criação da Associação dos Professores Universitários de História – APUH.⁴⁴⁶ De acordo com Roberto Amaral Lapa, a primeira reunião foi inteiramente dedicada ao ensino da História, e o saldo foi considerado relevante, pois um volume de problemas docentes e de pesquisa foram trazidos à discussão naquela ocasião. Mereceram a atenção dos simposistas assuntos como: desdobramento de disciplinas, periodização da História, especialização, problemas de ordem profissional e didática, ciências auxiliares da História comparada, História regional, a posição da História do Brasil no elenco das Histórias, o lugar das disciplinas pedagógicas no curso de história, a reestruturação do currículo universitário, etc⁴⁴⁷.

Essas preocupações tornaram-se ainda mais evidentes durante o II Simpósio Nacional dos Professores de História, no ano de 1962, ocasião em que se discutiam os rumos da formação do historiador e os efeitos da crescente especialização da disciplina sobre o ensino superior. O foco dos debates recaiu sobre as formas como tal especialização incidia no material didático, nos conteúdos lecionados e nas práticas pedagógicas — fosse por meio de aulas expositivas ou de seminários. Em uma das atividades do II Simpósio, Cecília Westphalen destacou-se ao reafirmar a importância da especialização no campo histórico, em sintonia com as reflexões do professor da Universidade de São Paulo Eduardo d'Oliveira França, ao reconhecer a necessidade de transformações estruturais no ensino de História⁴⁴⁸. Para ambos, a disciplina não deveria permanecer atrelada aos métodos tradicionais, havendo espaço para a incorporação das técnicas e abordagens das ciências sociais. Desse modo, a Professora Cecília argumentava que o essencial no processo formativo não era a transmissão exaustiva de conteúdos, mas o ensino de métodos e práticas de pesquisa, capazes de formar um historiador autônomo, apto a transitar por diferentes campos temáticos⁴⁴⁹.

Nesse debate sobre a redefinição do ensino e da prática historiográfica, é pertinente considerar as reflexões de Rebeca Gontijo, que, ao examinar o período entre as décadas de 1960 e 1970, propõe uma leitura crítica sobre o modo como a historiografia brasileira passou

⁴⁴⁶ Fundada em 19 de outubro de 1961 na cidade de Marília, como Associação dos Professores Universitários de História. A partir de 1993, a abertura da instituição ao conjunto dos profissionais ligados à área da história levou também à mudança do nome, que passou a se chamar Associação Nacional de História, preservando-se, contudo, a antiga identificação.

⁴⁴⁷ LAPA, José Roberto do Amaral. **Alguns problemas da atual historiografia brasileira**. 1972. p.33.

⁴⁴⁸ CLARA, Livia Maria Orsati. **O discurso dos métodos na profissionalização da História no Brasil (1950-1960)**. Dissertação (Mestrado em História) . Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, 2022. p. 128-129.

⁴⁴⁹ ANAIS, 1962, p. 96. Apud. GONTIJO, 2024. In: GONTIJO, Rebeca. A "hora da autocrítica": diagnósticos sobre a historiografia e a formação do historiador no Brasil anos 1960-1970. **Revista História (São Paulo)**, n. 183, a10323, p. 1-34, 2024. p. 29. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/216011>.

a refletir sobre si mesma. Em seu artigo “A hora da autocrítica: diagnósticos sobre a historiografia e a formação do historiador no Brasil”, a autora analisa o movimento de revisão interna da disciplina, marcado por tensões entre tradição e renovação teórico-metodológica. Gontijo identifica, nesse contexto, um esforço coletivo de professores e pesquisadores para repensar tanto os fundamentos epistemológicos da História quanto os modelos de formação do historiador, evidenciando que as mudanças curriculares e institucionais daquele período expressavam também uma busca por autonomia científica e atualização intelectual diante das transformações da historiografia internacional.

A partir dessas discussões, observa-se que o debate em torno do currículo se desdobrava em duas posições gerais entre os participantes do evento. De um lado, situavam-se aqueles que defendiam uma maior aproximação da história recente, tanto na pesquisa quanto na formação discente, em resposta às demandas do tempo presente; de outro, os que sustentavam a importância de uma formação mais ampla e teórica, que assegurasse à História um estatuto científico próprio, não submetido a interesses imediatos. Ainda que se reconhecesse a “tomada de consciência de um vasto mundo não europeu”⁴⁵⁰, parte significativa dos historiadores e historiadoras continuava a considerar mais didático manter a centralidade europeia nos programas de ensino, tratando outras regiões apenas na medida em que se articulavam à experiência europeia. Essa tensão, como observa Gontijo (2024), expressa os dilemas de um período de autocrítica da historiografia brasileira, em que a busca por atualização teórica coexistia com a permanência de paradigmas tradicionais.

Apesar do discurso de valorização do aprendizado técnico e da prática investigativa, o espaço efetivo para a iniciação à pesquisa histórica era ainda bastante restrito nas propostas curriculares da década de 1960. Em muitos cursos, a investigação era compreendida como atividade própria da especialização ou da pós-graduação — níveis de formação que ainda não existiam de forma estruturada naquele momento. A formação docente, por sua vez, era delegada ao campo pedagógico, consolidando o modelo “3 + 1”, isto é, três anos voltados aos conteúdos históricos e um ano às disciplinas de formação didática. Conforme o currículo mínimo de 1961, o ensino superior destinava-se prioritariamente à formação de professores para o magistério secundário, e não à formação de pesquisadores, pressupondo que o professor de História deveria dominar sua matéria, mas não necessariamente ser um historiador de ofício.

⁴⁵⁰ ANAIS, 1962, p. 230 Apud. GONTIJO, 2024. In: GONTIJO, Rebeca. A “hora da autocrítica”: diagnósticos sobre a historiografia e a formação do historiador no Brasil anos 1960-1970. **Revista História (São Paulo)**, n. 183, a10323, p. 1-34, 2024, p. 13. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/216011>.

Como observa Livia Maria Clara, as discussões travadas nesse contexto giravam em torno da definição do perfil profissional desejado, revelando uma tensão entre a formação pedagógica e a formação científica. Buscava-se formar alunos capazes de dominar conteúdos e transmiti-los, ao mesmo tempo em que se aspirava a desenvolver uma “consciência profissional” e uma compreensão mais profunda da História. Essa expectativa refletia uma nova sensibilidade histórica, moderna, que atribuía ao historiador o papel de cientista social, comprometido com o rigor metodológico e com a pesquisa empírica. Entretanto, na prática, o ensino de conteúdos prevalecia sobre o ensino de métodos, o que expressa os percalços e lentidão do processo de profissionalização do historiador e da disciplina. Mesmo assim, algumas experiências, como as conduzidas por Cecília Westphalen no Departamento de História da Universidade do Paraná demonstram que, havia também em outras instituições além do eixo Rio-São Paulo um esforço de aproximação com as tradições historiográficas estrangeiras, especialmente francesas. A filiação e identificação de Westphalen às práticas dos *Annales* em história econômica e social indicam que essa orientação metodológica não se restringia ao ambiente paulista, mas refletia um movimento mais amplo de circulação de modelos intelectuais e de reinterpretação local das tradições historiográficas francesas na formação dos historiadores brasileiros⁴⁵¹. Esse alinhamento demonstra como os historiadores do Departamento de História da UFPR buscavam articular o ensino à pesquisa, antecipando preocupações que mais tarde se tornaram centrais na consolidação da História como campo acadêmico no Brasil.

A produção historiográfica decorrente desses e de outros projetos tornou-se, anos mais tarde, objeto de estudo do projeto “Avaliação da Produção Científica do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná – 1959-1989”, realizado em 1992 por docentes e discentes do próprio Departamento. Tal investigação constitui uma fonte fundamental para compreender o perfil intelectual e temático da historiografia produzida na instituição ao longo desse período⁴⁵². De acordo com Euclides Marchi, um dos coordenadores do estudo, as referências à tradição historiográfica francesa aparecem com frequência significativa nos trabalhos de diversos professores entre as décadas de 1960 e 1980. Inseridos em um ambiente acadêmico em consolidação, esses historiadores procuraram reinterpretar a realidade social e regional sob novas perspectivas teóricas e metodológicas, explorando campos como a história demográfica, a história econômica e os estudos de caráter regional, que passaram a articular

⁴⁵¹ CLARA, Livia Maria Orsati. **O discurso dos métodos na profissionalização da História no Brasil (1950-1960)**. Dissertação (Mestrado em História) . Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, 2022. p. 137-142.

⁴⁵² MARCHI, Euclides. Relendo nossos mestres. **Ciências Humanas**, Curitiba, n. 4, p. 37-53, 1995.

preocupações empíricas e estruturais em consonância com tendências internacionais da disciplina⁴⁵³.

A participação e a dinâmica dos docentes do Dehis em atividades que visavam assegurar o reconhecimento da produção dos historiadores e debater a situação da história como disciplina nas faculdades de filosofia foi evidenciada durante o segundo evento da APUH, que aconteceu em Curitiba, no ano de 1962. Os encontros tinham como objetivo estreitar as relações entre os professores das Faculdades, o que, posteriormente, se tornaria um importante espaço para a discussão sobre questões do ofício do historiador. Durante o segundo encontro da APUH, os docentes da UFPR, especialmente Brasil Pinheiro Machado, Cecília Westphalen e Altiva Balhana, foram designados para a Diretoria Executiva e o tema proposto para o simpósio foi “*A propriedade e o uso da terra*”. De acordo com Marieta de Moraes Ferreira, “nesse encontro da Anpuh, ficou evidenciado o engajamento das entidades nos debates contemporâneos acerca do lugar do ensino da História, da profissionalização do professor de história e da relação entre ensino universitário e pesquisa”⁴⁵⁴.

Segundo Gontijo, os eventos acadêmicos também expressam a construção de uma prática profissional e de um *ethos* de pesquisador. Em suas múltiplas formas e denominações — congressos, seminários, simpósios, entre outros —, esses eventos ocupam um lugar central no mundo científico desde o século XIX. Ao longo do tempo passaram a integrar o processo de profissionalização das disciplinas desempenhando papel fundamental ao viabilizar o debate, promover o compartilhamento de pesquisas, acirrar disputas por reconhecimento e poder, consagrar pesquisadores, legitimar agendas de pesquisa e definir temas e problemas coletivos. Além disso, em alguns casos, os eventos acadêmicos possibilitam a divulgação da produção científica para um público mais amplo. O estudo desses espaços permite compreender melhor a posição e a circulação dos intelectuais no campo científico, configurando-se em arenas privilegiadas de sociabilidade, nas quais se constroem e reafirmam laços, projetos e ideais coletivos.⁴⁵⁵

A afirmação da pesquisa em História como parte do ofício dos professores universitários revelava o interesse em assegurar o reconhecimento da produção dos historiadores que aconteceria cada vez mais através da divulgação das pesquisas realizadas e

⁴⁵³ MARCHI et al. Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 133-141, set. 1992/ago. 1993.

⁴⁵⁴ FERREIRA, Marieta. de M. **A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 72; _____. **Universidade e Ensino de História**. FGV, Rio de Janeiro, 2021.

⁴⁵⁵ GONTIJO, Rebeca. A "hora da autocrítica": diagnósticos sobre a historiografia e a formação do historiador no Brasil anos 1960-1970. **Revista História (São Paulo)**, n. 183, a10323, p. 1-34, 2024. p. 27. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/216011>.

da análise da situação da história nas instituições de ensino superior. Sendo assim, ao receber a segunda reunião da APUH, realizada como parte integrante das comemorações do cinquentenário da Universidade do Paraná, o Departamento de História demonstrava seu lugar de destaque entre a comunidade científica nacional e assumia o compromisso de transformar a sua produção historiográfica, o que só seria alcançado com a realização e o aprofundamento de pesquisas na área de história.

Em Ata o Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná registrou o êxito do evento, com comparecimento de 181 professores das diversas Faculdades de Filosofia e Faculdades de Ciências Econômicas brasileiras e a participação de professores estrangeiros, notadamente dos Estados Unidos, França, Espanha, Portugal, Bélgica e Itália. São destacados também os trabalhos apresentados pelos docentes da casa, Brasil Pinheiro Machado, que apresentou “Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná: Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais” e Altiva Pilatti Balhana com o estudo “Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná: Mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais”.

Além das atividades científicas, o encontro também foi marcado pela iniciativa dos professores do Dehis, em organizar e instalar, sob a presidência do professor Brasil Pinheiro Machado, o Núcleo Regional do Paraná, da Associação dos Professores Universitários de História, reunindo Professores dos Cursos de História, das demais Faculdades de Filosofia e Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná. Outro dado positivo para o Dehis foi a reeleição durante a Assembleia da Associação dos Professores Universitários de História, realizada durante o II Simpósio, da Professora Cecília Maria Westphalen para a vice-presidência daquela associação nacional⁴⁵⁶. Cabe lembrar que naquele momento, a professora Cecília atuava no âmbito da política estadual como assessora de gabinete do secretário estadual de educação, cargo que desempenhou quando Ney Braga era governador do Estado do Paraná⁴⁵⁷.

No decorrer do ano de 1962, além da circulação das pesquisas dos professores do Dehis nos Anais do II Simpósio, houve um empenho em ampliar os registros dos projetos de pesquisa em que estavam envolvidos, todos voltados para a base documental que pudessem ser apoio para uma grande revisão da História do Paraná, e que justificassem a necessidade de

⁴⁵⁶ Exerceu cargos na Diretoria da ANPUH (ora como 1º tesoureiro ora como 1º Secretário), durante o período 1961/1977. (MACHADO, 2016, p. 332).

⁴⁵⁷ Ney Amintas de Barros Braga foi governador do Paraná no período de 1962 a 1965, depois ministro da Agricultura de Castelo Branco entre novembro de 1965 e agosto de 1966 e tornou-se ministro da Educação e da Cultura de Ernesto Geisel até 1978. In: Abreu & Beloch, 1986; Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná, 1991 apud. FAGUNDES, Bruno. **O auge da história...** 2019, p. 141.

um curso de história no estado.⁴⁵⁸ O programa de atuação do DEHIS – liderado, sobremaneira, pelas professoras Cecília Maria Westphalen e Altiva Pilatti Balhana, e teoricamente embasado por Brasil Pinheiro Machado, combinava projetos de pesquisa que buscavam a localização e identificação dos acervos em áreas próximas a Curitiba⁴⁵⁹, e foi bastante elogiado nacionalmente, digno de “moções de apoio” de pares profissionais, especialmente pelo cuidado com a documentação relativa ao estado do Paraná.

Concomitante a esse momento de especialização dos historiadores há um esforço por parte do Conselho de Pesquisa da Universidade Federal do Paraná para fazer circular os Boletins referentes ao Departamento de História, publicados entre 1962 e 1994. Esses periódicos, não apenas funcionaram como instrumentos de divulgação científica das pesquisas realizadas pelos professores do Departamento, mas também como estratégias de legitimação institucional de um novo perfil profissional, bem como de uma nova forma de produção do saber histórico. Neles se evidencia o esforço de construir uma linguagem própria à cultura histórica universitária, distinta daquela dos institutos históricos, marcada por estar orientada em critérios de rigor metodológico, sistematização documental e debate teórico, marcas do processo de profissionalização do historiador no Paraná⁴⁶⁰.

Durante a década de 1960, os encontros nacionais de docentes dos cursos de História, então denominados Simpósios Nacionais de Professores Universitários de História, assumiram papel decisivo tanto na discussão sobre o ensino da disciplina quanto na consolidação de um espaço de pesquisa compartilhado entre as universidades brasileiras. Esses eventos tornaram-se fóruns privilegiados para o debate teórico e metodológico, além de promoverem a apresentação de temas de pesquisa e o levantamento de fontes primárias. Em Curitiba, em 1962, o tema central foi *A propriedade e o uso da terra*; em Franca, em 1965, discutiu-se *Artesanato, manufatura e indústria*, encontro que substituiu o simpósio originalmente previsto para ocorrer em Salvador, em 1964, cancelado em virtude do golpe militar e da perseguição a professores baianos. Já o IV Simpósio, realizado em Porto Alegre, em 1967, ampliou os debates sobre *Rotas, portos e comércio*, incluindo uma nova seção

⁴⁵⁸ FAGUNDES, Bruno. **O auge da história...** 2019, p. 93.

⁴⁵⁹ FAGUNDES, Bruno. **O auge da história...** 2019, p. 170.

⁴⁶⁰ Os primeiros exemplares do Boletim do Departamento de História divulgados no ano de 1962, traziam artigos produzidos pela professora Cecília Westphalen. Westphalen, Cecília. Alfaias e joias do antigo colégio dos jesuítas. **Boletim da Universidade do Paraná**. Conselho de Pesquisas. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Curitiba. Paraná. História Moderna e Contemporânea. jan.. jun. 1962. p. 1-21. _____. O porto de Paranaguá no ano de 1826. Estudos de Micro-Conjuntura. **Boletim da Universidade do Paraná**. Conselho de Pesquisas. Curitiba. Paraná. Departamento de História. n. 2. Dez. 1962. p.1-47.

dedicada à Didática da História: problemas e experiências, além do tradicional Levantamento de fontes primárias⁴⁶¹.

No mesmo período, em reunião do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964, a diretora Cecília Westphalen propôs o registro, em ata, de um relato retrospectivo da trajetória do Departamento desde sua criação, com o intuito de reafirmar sua missão institucional. Conforme lembrava a professora, o regulamento previa como finalidade precípua do Departamento promover e realizar a pesquisa histórica, notadamente a regional, o estudo da teoria da História e sessões de seminário sobre o ensino da História ou qualquer outro problema da ciência histórica⁴⁶². Essa iniciativa revela o esforço de Westphalen em articular a pesquisa e o ensino, reforçando o papel da universidade como novo centro de legitimação da produção historiográfica paranaense.

Paralelo a tais acontecimentos da história disciplinar, o IHGEP publicou após intervalo de quatro anos, o volume VIII de seu Boletim em 1963, que foi impresso pelo Departamento de Imprensa Oficial do Estado, sob direção de Valfrido Piloto. Este volume foi o primeiro impresso no período (1959-1972) e apresentou 77 páginas. O número destacou a “*Sinopse Histórica do Instituto*”, de Osvaldo Piloto, e uma seção de *Registros e Documentários*, que reuniu sete cartas do Barão de Antonina. Esse volume marcou também a transição para a nova sede do Instituto, na Rua José Loureiro, 43, e registrou a presidência de Aluizio França. Até aquele momento, cada volume do Boletim era organizado em até quatro fascículos, a partir de 1963, no entanto, o Instituto abandonou essa estrutura, passando a publicar diretamente volumes completos.

Em comparação com os pressupostos que orientavam a produção historiográfica no interior do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, a escrita encontrada na edição mencionada permanecia vinculada a um modelo de narrativa factual e memorialista, voltada à exaltação de personagens e feitos regionais, todavia, é preciso destacar o trabalho de levantamento e publicização de material inédito da história política paranaense, como as cartas do Barão de Antonina. Nota-se que diferentemente do enfoque acadêmico que começava a se consolidar na universidade, pautado pela pesquisa documental sistemática, pela influência teórico-metodológica dos *Annales* e adesão da prática moderna da historiografia, o *Boletim* do IHGEP operava sob um paradigma erudito e comemorativo,

⁴⁶¹ GLEZER, Raquel. **Do passado para o futuro**. Edição Comemorativa dos 50 anos da Anpuh. Editora Contexto. São Paulo, 2011. p. 29.

⁴⁶² **Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964.**

expressando o perfil institucional de uma elite intelectual que buscava preservar a memória histórica do Paraná, através da compilação e exibição de documentos, mais do que problematizá-la.

Durante a década de 1960, os limites em relação às práticas do historiador no Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense tornaram-se cada vez mais evidentes diante da consolidação da história como disciplina universitária. Embora o IHGEP continuasse a desempenhar um papel relevante como guardião da memória regional e espaço de sociabilidade intelectual, sua estrutura institucional e suas práticas de produção do saber histórico mostravam-se ancoradas em modelos históricos eruditos e comemorativos, pouco sensíveis a imposição de um único padrão de escrita da história, mas atentos às transformações metodológicas que redefiniram a pesquisa e a historiografia no campo disciplinar. Embora fosse presente a ideia de arquivo, a ausência de uma cultura de pesquisa sistemática, a dependência de colaborações individuais e a ênfase em narrativas descritivas e biográficas limitavam a capacidade do IHGEP de acompanhar o movimento de profissionalização que se afirmava nas universidades. Nesse contexto, a história produzida no interior do Instituto passou a ser vista como uma expressão de um regime historiográfico anterior, um saber de prestígio social, mas sem o mesmo reconhecimento científico. A partir de então, a autoridade intelectual no campo histórico começou a deslocar-se gradualmente do Instituto para a Universidade, que, ao criar mecanismos outros de profissionalização e legitimação disciplinar, reivindicar métodos e referenciais teóricos próprios, legitimou-se ao longo do tempo como o novo *locus* de produção e validação da escrita da história no Paraná.

No âmbito do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, por exemplo, a produção historiográfica passou a se organizar segundo princípios científicos e metodológicos, articulando pesquisa empírica, levantamento documental e cooperação institucional. Projetos como *“Comércio Importador e Exportador do Paraná, através do Porto de Paranaguá”*, dirigido pela professora Cecília Maria Westphalen, exemplificam esse novo paradigma. Em 1964, a equipe realizou amplas pesquisas em arquivos portugueses e nacionais, entre eles o Arquivo Histórico Ultramarino, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o Real Gabinete Português de Leitura e o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, microfilmando mais de três mil documentos relativos ao comércio paranaense no século XIX. De modo semelhante, o projeto *“Levantamento de Fontes para a História Demográfica do Paraná”*, coordenado por Altiva Pilatti Balhana, promoveu a coleta e microfilmagem de centenas de peças documentais referentes à população do Paraná entre os séculos XVIII e

XIX, tanto em arquivos brasileiros quanto portugueses⁴⁶³. A institucionalização da pesquisa, a formação de grupos e o domínio de métodos documentais conferiram à UFPR o protagonismo na legitimação da escrita da história no Paraná, enquanto o IHGEP gradualmente se transformava em um espaço de memória e de continuidade simbólica de um regime historiográfico anterior, uma herança intelectual da escrita da história regional.

No caso paranaense, o processo de institucionalização da História acompanhou o movimento nacional de profissionalização do campo disciplinar, marcado pela passagem de uma geração de intelectuais formadores, oriundos de diferentes áreas e elites políticas, para uma nova geração de historiadores formados academicamente. No entanto, essa transição não se deu sem tensões. A questão proposta por Lapa e Capelato⁴⁶⁴, em relação à Universidade de São Paulo⁴⁶⁵, se apenas os profissionais poderiam produzir “obras de História”, adquire particular relevância quando se observa que boa parte dos fundadores do curso e dos primeiros projetos do Departamento de História da Universidade do Paraná não possuía formação específica na área. A consolidação de um espaço disciplinar próprio implicou, portanto, reconhecer a herança intelectual desses professores e, ao mesmo tempo, demarcar os contornos de uma prática científica legitimada pela universidade. Nesse contexto, o debate sobre o estatuto da produção historiográfica, se vinculada à erudição dos institutos históricos ou à pesquisa orientada por métodos acadêmicos, expressa não apenas um deslocamento institucional, mas também um conflito simbólico em torno da definição do que seria, afinal, “fazer história”. Assim, o Departamento de História da Universidade do Paraná emerge como um espaço de mediação entre duas tradições: a dos eruditos regionais (oriundos do Instituto Histórico) e a dos profissionais universitários, cuja convivência, longe de ser excludente, revela o caráter gradual e negociado da profissionalização da história e da circulação da historiografia no estado⁴⁶⁶.

Mesmo com a agenda de tarefas no interior do Dehis, devido ao cenário de profissionalização do historiador, é possível constatar o esforço e a atuação de seus professores em outros ambientes intelectuais. Na gestão da Diretoria do IHGEP de 1963-1965, por exemplo, Brasil Pinheiro Machado, professor de História do Brasil, ocupava

⁴⁶³ **Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964.**

⁴⁶⁴ GLEZER, Raquel. **Do passado para o futuro**. Edição Comemorativa dos 50 anos da Anpuh. Editora Contexto. São Paulo, 2011. p. 18.

⁴⁶⁵ CAPELATO, Maria. H.; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera. L. A. Escola uspiana de história. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 22, set./dez. 1994, p.351.

⁴⁶⁶ KARVAT, Erivan; SOCHODOLAK, Hélio; CAMPIGOTO, José; ADUM, Sonia. A historiografia paranaense. In: GLEZER, Raquel. **Do passado para o futuro**. Edição Comemorativa dos 50 anos da Anpuh. Editora Contexto. São Paulo, 2011. p. 213-231.

a função de Vice-Presidente, e fazia parte da Comissão Permanente da instituição junto com o professor José Loureiro. Já entre 1969 e 1971, Altiva Pilatti Balhana, professora de História da América atuou como segunda secretária, enquanto Ruy Wachowicz, professor da UFPR desde 1966⁴⁶⁷ ocupava a função de diretor do *Boletim do IHGEP*. A participação desse grupo de professores na direção do IHGEP confirma que parte dos historiadores do Dehis, cada um a seu modo, buscava manter as alianças e estabelecer continuidade nas sociabilidades com aquela instituição local de perfil tradicional.

2.2.1 A produção dos historiadores do DEHIS-UFPR nas páginas do Boletim do IHGEP: os estudos sobre a população e a temática da imigração (1969-1972)

A continuidade do intercâmbio dos historiadores do Departamento de História da UFPR com o IHGEP é confirmada não apenas por suas atuações no âmbito da Diretoria, onde realizavam tarefas associativas de ordem administrativa e organizativa, mas também a partir das publicações do periódico do Instituto. Entre 1959 e 1972, foram publicados a partir da cidade de Curitiba, dez edições do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Deste período foram localizadas quatro publicações de autoria de três historiadores do Departamento de História, a saber: a professora Altiva Pillatti Balhana (1969)⁴⁶⁸, bem como os professores Ruy Wachowicz (1970⁴⁶⁹; 1971⁴⁷⁰) e Bento Munhoz da Rocha Neto (1971)⁴⁷¹. Esse cenário permite enfatizar que mesmo com o desenvolvimento do campo disciplinar e a transformação das práticas e técnicas de pesquisas implementadas no contexto universitário paranaense com a criação do Departamento de História, o IHGEP e seu periódico, permanecem como portadores do *ethos* adequado para divulgar a escrita da história regional produzida pelas gerações de historiadores do Dehis-UFPR.

Ainda que reduzida, a participação dos historiadores do Dehis-UFPR nas publicações do *Boletim do IHGEP* ao longo dos anos 1960 e início da década de 1970 pode ser compreendida como um indicativo das transformações institucionais então em curso e das novas exigências impostas pela consolidação da universidade como espaço “legítimo” de

⁴⁶⁷ Relação dos professores que exerceram suas atividades no Departamento de História/UFPR, 1959-2009. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 317-319, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

⁴⁶⁸ BALHANA, Altiva P. Formação da População Paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica Voz do Paraná Ltda, v. X, p. 40-50, 1969.

⁴⁶⁹ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Simão Kossobudski - sua vida e sua obra. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XII, [1969] Ano 1970, p. 31-39.

⁴⁷⁰ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Pedro II e os imigrantes em Curitiba. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XIII, p. 77-84, 1971.

⁴⁷¹ ROCHA NETO, Bento Munhoz. Poloneses no Paraná (Conferência). Edição Especial Comemorativa do 1o Centenário da Imigração Polonesa no Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, v. XIV, Fasc. 3, p. 1-2, 1971.

ensino e produção do conhecimento histórico. À medida que o Departamento de História se afirmava como núcleo de pesquisa especializada, seus docentes passaram a concentrar esforços nas atividades acadêmicas que ganhavam centralidade naquele momento: o ensino, a orientação de trabalhos, a elaboração de projetos financiados por agências de fomento e a consolidação de agendas próprias de investigação científica⁴⁷².

Esse movimento de reorganização das práticas universitárias implicou também uma redefinição das redes de sociabilidade intelectual. O IHGEP, que durante décadas funcionou como espaço privilegiado de encontro e divulgação entre estudiosos da história paranaense, passou gradualmente a compartilhar esse papel com novas instâncias acadêmicas emergentes. Fóruns como os Simpósios Nacionais de Professores de História (a partir de 1961), as publicações internas da UFPR (anúrios, boletins departamentais), além de eventos nacionais e internacionais, tornaram-se ambientes cada vez mais importantes de circulação da produção historiográfica. Assim, a menor presença de docentes do Dehis no Boletim entre 1959 e 1972 pode ser relacionada tanto à profissionalização do campo disciplinar quanto ao reposicionamento dos historiadores diante dos novos espaços institucionais que se abriram à Universidade.

O período também coincide com a irregularidade na impressão dos Boletins, o que evidencia o papel ativo que historiadores do Dehis exerciam no processo de editoração e publicação desses periódicos, tradicionalmente utilizados como ferramenta de divulgação das pesquisas regionais. Vale destacar que tal irregularidade não se relacionava às técnicas de impressão, mas às condições internas do Instituto, às dinâmicas de trabalho dos sócios e às limitações organizacionais que marcaram a trajetória editorial do IHGEP.

⁴⁷² **Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique. *L'Histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930*.** Paris 11-15 Octobre 1971. n. 543. Extrait. Balhana. *L'Évolution Démographique de Curitiba au XIX siècle*. p. 143-155. Arquivo Público do Paraná; WESTPHALEN, Maria Cecília; BALHANA, Altiva Pilatti. Projeto de Levantamento de Arquivos. **Separata dos Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História.** Campinas. 1971. Arquivo Público do Paraná; WESTPHALEN, Cecília Maria; MEQUELUSSE, Jair. Estado atual da pesquisa histórica no Brasil (mesa-redonda por ocasião da XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o progresso da ciência (SBPC-ANPUH). *Separata da Revista de História*, n. 88. São Paulo - Brasil, 1971. p. 353-368. COSTA, Odah Regina Guimarães; LOURES, Rachel Costa da Rocha. Arquivo da Paróquia de São José dos Pinhais. **Separata dos Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História.** Campinas. 1971. P. 364-420. WESTPHALEN, Cecília Maria. *Schiffe und Waren im Hafen von Paranaguá. Herausgegeben von Forschungsinstitut für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte na der Universität zu köln - Köln.* 1971- **Kölner Vorträge zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte** - Heft 18. p. 3-14; WESTPHALEN, Cecília Maria. Navios e mercadorias no Porto de Paranaguá, nos meados do século XIX. **Separata dos Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História.** Campinas. 1971. p. 449-460. BALHANA, Altiva Pilatti; COSTA, Odah Regina Guimarães; WACHOWICZ, Ruy Christovam Wachowicz; NADALIN, Sérgio Odilon. Estudos de demografia Histórica no Paraná. **Atti Del XL Congresso Internazionali degli América. Estratto.** Roma - Genova. 3-10 Settembre. 1972.

Paralelamente a esse quadro, o número de professores do Dehis filiados ao Instituto continuava a crescer, ainda que com ritmos distintos ao longo das décadas. O levantamento dos docentes associados ao IHGEP entre 1950 e 1995 aponta para diferentes momentos de aproximação e afastamento entre as instituições.

Quadro I. Professores do Departamento de História da UFPR e sócios(as) do IHGEP (1950-1995)⁴⁷³

Nome do(a) sócio(a)	Categoria do(a) Associado(a)	Período de ingresso no IHGEP	Período de Ingresso - Universidade do Paraná
Bento Munhoz da Rocha Neto	EF	10/02/1950	1938
Homero Batista de Barros	EF	-	1938
Brasil Pinheiro Machado	EF	-	1938
Cecília Maria Westphalen	EF	07/01/1954	1951
Altiva Pilatti Balhana	EF	19/10/1957	1951
Ruy Cristhovam Wachowicz	EF	04/03/1968	1966
Carlos Roberto Antunes Santos	EF	17/09/1969	1970 Instrutor Voluntário (1967)
Helena Isabel Mueller	EF	17/09/1969	1970

⁴⁷³ A tabela foi elaborada a partir dos dados contidos na **Lista Nominativa dos Sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (a partir de 1900)** e na “Relação dos Professores que exerceram suas atividades no Departamento de História/UFPR, 1959-2009”. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 317-319, jan./jun. 2009.

Jayme Antonio Cardoso	EF	17/09/1969	1964
Mitiko Okazaki	EF	17/09/1969	1969
Oksana Olga Boruszenko	EF	19/09/1969	1967
Odah Regina Guimarães Costa	EF	17/09/1969	1962 Instrutor Voluntário (1960)
Raquel Costa da Rocha Loures	EF	17/09/1969	1970
Sérgio Odilon Nadalin	EF	19/09/1970	1970 Instrutor Voluntário (1967)
Beatriz Pellizzetti	EF	22/12/1971	1968
Marcia Elisa de Campos Graf	EF	23/09/1971	1971
Maria Ignes Mancini Boni	EF	25/10/1971	1971
Ana Maria Burmester	EF	17/06/1972	1971
Elvira Mari Hara	EF	17/06/1972	1971
Jair Mequelusse	EF	17/06/1972	1972
Mariza Budant	EF	17/06/1972	1971
Aída Mansani Laval	EF	25/08/1975	1978

Maria Ivone Bergamini Vannucchi	EF	24/05/1977	1973
Beatriz Teixeira de Melo Miranda	EF	24/05/1977	1973
Marcia Terezinha Dalledone	EF	05/03/1978	1982
Alcina Maria de Lara Cardoso	EF	10/03/1978	1973
Lando Rogério Kroetz	EF	05/03/1979	1978
Marília Souza do Valle	EF	21/05/1982	1978
Carlos Alberto de Freitas Balhana	EF	24/05/1994	1981

Todos os sócios e sócias aparecem vinculados a categoria efetivo, assim, a primeira geração de docentes universitários aparece com nomes como Bento Munhoz da Rocha Neto, que ingressou no Instituto em 1950, após atuar na Universidade desde 1938. Outros docentes desse mesmo grupo inicial, como Homero Batista de Barros e Brasil Pinheiro Machado, também vinculados à Universidade desde 1938, figuram como sócios efetivos do IHGEP, ainda que seus anos de ingresso não estejam registrados na Lista Nominativa dos sócios. Esse grupo representa uma fase em que o Instituto, mais do que a própria Universidade, ocupava posição central na cena intelectual paranaense.

Na década de 1950, registram-se novas filiações, entre elas as historiadoras Cecília Maria Westphalen e Altiva Pilatti Balhana, ambas ingressantes na UFPR em 1951 e associadas ao IHGEP poucos anos depois, em 1954 e 1957. A presença de mulheres no instituto não era novidade, tendo em vista que figuravam na lista associativa desde 1916⁴⁷⁴. No entanto, foi apenas a partir dos anos 1950 que elas passaram a frequentar o instituto com

⁴⁷⁴ As primeiras mulheres a integrarem o quadro associativo do Instituto foram Júlia Wanderley Cardoso e Mariana Coelho, ambas admitidas em 1916. Naquele momento, a presença feminina no IHGEP tinha caráter predominantemente simbólico, professoras do ensino básico, as mulheres até os anos 1950 não ocupavam cargos na diretoria, nem publicaram no periódico da instituição, o que revela os limites de atuação impostos às mulheres no campo intelectual da época.

mais assiduidade, chegando a ocupar posições no conselho diretor, inicialmente como secretárias e, em alguns casos, como vice-presidentas, como ocorreu com Altiva Balhana (1974-1977). Nesse mesmo período, suas produções também começaram a ser publicadas no Boletim do IHGEP. Esse movimento decorre do ingresso das primeiras professoras universitárias no quadro associativo do Instituto, fenômeno diretamente relacionado à ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho na segunda metade do século XX, ao fortalecimento da profissionalização docente e ao papel cada vez mais significativo que passaram a desempenhar na produção do conhecimento histórico — especialmente por meio de pesquisas dedicadas à história do Paraná⁴⁷⁵.

Contudo, é entre 1968 e 1972 que ocorre o maior número de filiações, com a entrada de professores como Ruy Christovam Wachowicz⁴⁷⁶ (1968), seguida por um amplo grupo em 1969, composto por Carlos Roberto Antunes dos Santos⁴⁷⁷, Helena Isabel Mueller⁴⁷⁸, Jayme

⁴⁷⁵ O debate sobre a autoria feminina no instituto histórico paranaense ainda merece estudo aprofundado. Para o caso paulista, Alicia Panicacci (2025) vem desenvolvendo um interessante estudo sobre a autoria feminina na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Sobre a questão do silêncio que a historiografia tem imposto às mulheres, é importante retomar os estudos de Michelle Perrot, pois em suas pesquisas a historiadora desvenda a estrutura sociocultural que manteve as mulheres em silêncio e que marcou o caminho desse sujeito na história ocidental, e também na historiografia. PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005; PERROT, Michelle. As mulheres, o poder, a história. In: PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

⁴⁷⁶ Ruy Christovam Wachowicz (1936-2000). Foi professor dos departamentos de história da UFPR e da PUC-PR e membro da Academia Paranaense de Letras. Sua Dissertação de Mestrado, intitulada **Abranches: Paróquia de Imigração Polonesa. Um Estudo de História Demográfica** (1974), foi orientada por Altiva Pilatti Balhana. In: Ruy Christovam Wachowicz. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/556>. Acesso mar. 2026.

⁴⁷⁷ Carlos Roberto Antunes dos Santos, possui Graduação em História pela Universidade Federal do Paraná (1966), Mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (1974), ver: SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Preço de Escravos na Província do Paraná: 1861-1887. Estudos sobre as escrituras de compra e venda de escravos**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. 1974. Orientação: Cecília Westphalen. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/24572?show=full>. Realizou Doutorado em História - Université de Paris X, Nanterre (1976), onde defendeu a tese intitulada **Economia e Sociedade Escravista no Paraná 1853-1888**, sob orientação de Frédéric Mauro, Pós-Doutorado em História pela Universidade de Paris III-Instituto de Altos Estudos da América Latina (1986).

⁴⁷⁸ Helena Isabel Mueller, foi professora dos departamentos de história da UFPR (1969-1973) e da UFF, onde se aposentou (1973-1995). Graduada em História (1965-1968) na Universidade Federal do Paraná, realizou seu Mestrado em História entre 1970-1971, na Universidade de Pittsburg, na ocasião não houve Tese mas exame, a pesquisa foi orientada pelo Professor Dr. McLeod e recebeu financiamento da Fullbright Commision. Durante o seu Doutorado, realizado na USP, Linha História Social foi orientada por Laima Mesgravis, e defendeu em 1990 a tese **Flores aos Rebeldes que Falharam - Giovanni Rossi e a Utopia Anarquista: Colônia Cecília**. Parte dessas informações pode ser encontrada em: Helena Isabel Mueller. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/1796>. Acesso mar. 2026.

Antonio Cardoso⁴⁷⁹, Mitiko Okazaki⁴⁸⁰, Oksana Olga Boruszenko⁴⁸¹, Odah Regina Guimarães Costa⁴⁸² e Raquel Costa da Rocha Loures⁴⁸³, e, posteriormente, Sérgio Odilon Nadalin⁴⁸⁴

⁴⁷⁹ Jayme Antonio Cardoso, foi orientado por Altiva Pilatti Balhana durante o seu Mestrado defendido em 1974 na Universidade Federal do Paraná, intitulado **A População Votante de Curitiba - 1853-1881**. In: Jayme Antonio Cardoso. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/563>. Acesso em mar. 2026.

⁴⁸⁰ Mitiko Okazaki, graduada em História pela Universidade Federal do Paraná, Mestre em História pela Universidade de Chicago. Realizou Doutorado na Universidade de Columbia, na cidade de New York, nos Estados Unidos da América. **Ata da reunião do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, realizada em 20 de dezembro de 1971**.

⁴⁸¹ Oksana Olga Boruszenko (1939-2020). Nascida na Ucrânia, veio para o Brasil em 1949. Graduada em História pela UFPR (1963), cursou o Doutorado em História pela Ludwig-Maximilians-Universität München, Alemanha (em 1972), sob orientação de Georg Schtadmüller e auxílio de Jaroslav Rudnický, especialistas em imigração eslava. Docente do Departamento de História da UFPR desde 1967, foi uma das fundadoras do Programa de Pós-Graduação em História da instituição, onde atuou até a sua aposentadoria em 1990. Foi sócia da ANPUH e uma das fundadoras da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), na qual foi tesoureira (1984-1986). Desenvolveu pesquisas a respeito dos imigrantes ucranianos no Brasil. In: Oksana Olga Boruszenko (1939-2020). Autora do Verbete: Daiane Vaiz Machado. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/558>. Acesso mar. 2026.

⁴⁸² Odah Regina Guimarães Costa. Mestre em História no ano de 1974, pela Universidade Federal do Paraná. Sua Dissertação intitulada, **O Preço de Terras na Colônia Içara: 1939-1968**, foi orientada pela Profa Cecília Maria Westphalen. Defendeu em 1977 sua tese para o concurso de professora titular do departamento de história da UFPR. In: Odah Regina Guimarães. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/580>. Acesso mar. 2026.

⁴⁸³ A trajetória de Rachel Costa da Rocha Loures no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná pode ser parcialmente reconstituída a partir das atas institucionais. Em reunião realizada em 17 de outubro de 1968, a professora aparece vinculada ao Departamento na função de auxiliar de ensino. Já na ata de 30 de setembro de 1971, sob a presidência de Cecília Maria Westphalen, registra-se a rescisão, a pedido, de seu contrato, o que implicou a abertura de uma vaga para o mesmo cargo. Esses registros indicam não apenas sua inserção no corpo docente em posição inicial da carreira acadêmica, mas também a relativa instabilidade que marcava essas funções no período, especialmente no contexto de organização e consolidação do Departamento de História. In: **Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, realizada em 17 de outubro de 1968; Ata da reunião do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, realizada em 30 de setembro de 1971**.

⁴⁸⁴ Sérgio Odilon Nadalin, graduado em História pela Universidade Federal do Paraná (1966), realizou na mesma instituição o Mestrado em História, onde defendeu no ano de 1975 a Dissertação intitulada, **A origem dos noivos nos registros de casamentos da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba, 1870-1969**, sob orientação da Profa. Altiva Pilatti Balhana. Realizou Doutorado em História e Geografia das Populações entre 1975 - 1978, na École des Hautes Études en Sciences Sociales, sob o título **Une paroisse d'origine germanique au Brésil: la Communauté Evangélique Luthérienne à Curitiba entre 1866 et 1969**, com orientação do historiador Francês Louis Henry.

(1970), Beatriz Pellizzetti⁴⁸⁵, Márcia Elisa de Campos Graf⁴⁸⁶, Maria Ignês Mancini Boni⁴⁸⁷, Ana Maria Burmester⁴⁸⁸, Elvira Mari Hara⁴⁸⁹, Jair Mequelusse⁴⁹⁰ e Mariza Budant Schaaf⁴⁹¹,

⁴⁸⁵ Beatriz Pellizzetti, é licenciada em História pela Universidade Federal do Paraná, onde obteve o título de Mestre em História, em 1975, ao defender a pesquisa **O Banco de Crédito Popular e Agrícola de Bella Aliança na Conjuntura da Emancipação Municipal de Rio do Sul, S.C.**, orientada por Brasil Pinheiro Machado. In: Beatriz Pellizzetti. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/577>. Acesso mar. 2026. A Dissertação pode ser encontrada em: <https://www.historiografia.com.br/tese/360>. Acesso mar. 2026. Foi inscrita no Doutorado em História, na Universidade de Paris X, sob a direção do brasilianista francês, professor Frédéric Mauro, com projeto de pesquisa em Imigração no Brasil. Com o falecimento do orientador, pronta a tese, os diálogos sobre o tema transferiram-se para o professor Albert Broder, da Universidade de Paris XII.

⁴⁸⁶ Márcia Elisa de Campos Graf (1943-). Graduada em História pela UFPR (1965), Márcia Graf, tornou-se mestre na primeira turma de História Demográfica (1974) do PPGHIS dessa instituição. Defendeu sua tese de doutorado na USP em 1979 sob orientação de Maria Beatriz Nizza da Silva e, supervisionada por Adeline Daumard, realizou Pós-Doutorado na Université de Picardie, Amiens e na École Pratique des Hautes Études, Paris, França (1982-1984). Professora aposentada de História do Brasil da UFPR, atualmente é professora titular da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Foi uma das fundadoras da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), na qual foi tesoureira (1987-1999) e presidenta (1999-2005). Desenvolve pesquisas a respeito da sociedade escravocrata no Paraná e da história social regional do Paraná. In: **Márcia Elisa de Campos Graf (1943-)**. Verbete de Daiane Vaiz Machado. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/395>. Acesso em mar. 2026.

⁴⁸⁷ Maria Ignês Mancini de Boni. Licenciada em História pela Universidade Federal do Paraná. Foi professora do departamento de história da UFPR. Durante o seu Mestrado em História foi orientada por Oksana Olga Boruszenko, e defendeu em 1974, a Dissertação intitulada **A População da Vila de Curitiba segundo as Listas Nominativas de Habitantes: 1765-1785**. Seu Doutorado foi realizado na USP, na Linha de História Social, a tese foi defendida em 1986, o estudo foi orientado pela Profa. Anita Waingort Novinsky, e recebeu o título de **O Espetáculo Visto do Alto: Vigilância e Punição em Curitiba (1890-1920)**. In: Maria Ignês Mancini de Boni. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/567>. Acesso em mar. 2026.

⁴⁸⁸ Ana Maria de Oliveira Burmester. Licenciada em História pela Universidade Federal do Paraná. Durante o seu Mestrado realizado na mesma instituição foi orientada por Oksana Olga Boruszenko, e defendida em 1974, sob o título, **A População de Curitiba no Século XVIII - 1751-1800. Segundo os Registros Paroquiais**. Doutorou-se em demografia pela Université de Montréal, Canadá (1981). Foi professora titular do departamento de história da UFPR (1971-2001). In: Ana Maria de Oliveira Burmester. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/562>. Acesso em mar. 2026.

⁴⁸⁹ A documentação produzida pelo Departamento de História da Universidade Federal do Paraná permite reconstituir parte das trajetórias docentes e das dinâmicas institucionais no período. Em ata do ano de 1971, na reunião de 20 de dezembro, consta a contratação de Elvira Mari Hara para a vaga deixada por Rachel Loures, evidenciando os mecanismos de substituição interna no corpo docente. A presença de Elvira Hara é novamente registrada em ata de 21 de dezembro de 1973, já integrada às atividades do Departamento, e posteriormente vinculada à formação em nível de pós-graduação (Mestrado em História pela UFPR). Em 1975, sob a designação de Elvira Mari Kubo, aparece associada à área de História Demográfica, com pesquisa intitulada “Aspectos Demográficos de Curitiba (1801-1850)”. In: **Ata da reunião do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, realizada em 20 de dezembro de 1971; Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, realizada em 21 de dezembro de 1973; Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, realizada em 12 de dezembro de 1975**.

⁴⁹⁰ Jair Mequelusse (1943). Licenciado em História pela Universidade Federal do Paraná. Realizou Mestrado em História na mesma instituição, sob orientação de Oksana Boruszenko, intitulada **A população da Vila de Paranaguá no final do século XVIII, segundo as listas nominativas de habitantes**, defendida em 1975. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPR_9e19324aca40953ce129c94b492a42ee. Acesso mar. 2026.

⁴⁹¹ Mariza Budant Schaaf, licenciada em História pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em História pela mesma instituição em 1974, quando foi orientada por Oksana Olga Boruszenko, e defendeu a Dissertação, **A População da Vila de Curitiba segundo as Listas Nominativas de Habitantes: 1786-1799**. In: Mariza Budant Schaaf. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/572>. Acesso mar. 2026.

distribuídos entre 1971 e 1972. A concentração dessas filiações revela um momento de forte adesão institucional, de ampla participação das mulheres nas redes de sociabilidades intelectuais, motivado pela expansão do Departamento, pela consolidação de uma comunidade acadêmica própria e pelo prestígio simbólico que o IHGEP ainda detinha.

A análise das trajetórias acadêmicas desses historiadores evidencia que a chamada terceira geração formou-se, de maneira bastante consistente, sob a orientação direta da segunda geração, especialmente de Cecília Maria Westphalen, Altiva Pilatti Balhana e Oksana Olga Boruszenko, configurando uma linhagem intelectual estruturada no interior da Universidade Federal do Paraná ao longo da década de 1970.

No campo da história econômica e social, observa-se a centralidade de Cecília Westphalen na orientação de trabalhos como o de Carlos Roberto Antunes dos Santos e Odah Regina Guimarães Costa, bem como sua influência indireta em pesquisas voltadas à escravidão, economia e estrutura agrária. Já Altiva Balhana orientou nomes como Ruy Christovam Wachowicz, Jayme Antonio Cardoso e Sérgio Odilon Nadalin, consolidando um eixo de formação voltado à demografia histórica e ao estudo das populações. Por sua vez, Boruszenko orientou pesquisas como as de Maria Ignês Mancini de Boni, Ana Maria de Oliveira Burmester, Jair Mequelusse e Mariza Budant Schaaf, fortalecendo uma vertente centrada na análise serial de fontes demográficas, especialmente listas nominativas e registros paroquiais. Mesmo trajetórias com formação internacional mais diversificada — como as de Helena Isabel Mueller, Mitiko Okazaki e Beatriz Pellizzetti — mantêm vínculos com esse ambiente formativo, seja decorrente da passagem pela UFPR, seja pela interlocução com esses mesmos referenciais metodológicos.

Esse quadro revela que a segunda geração não apenas promoveu a renovação historiográfica, mas também estruturou os mecanismos de formação e reprodução do campo. Ao atuar simultaneamente na universidade e no Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP), essas historiadoras passaram a controlar tanto a produção quanto a legitimação do saber histórico, orientando dissertações, definindo agendas de pesquisa e estabelecendo parâmetros metodológicos. Nesse sentido, mais do que uma transição geracional, observa-se uma reorganização dos critérios de autoridade historiográfica, baseada na valorização da pesquisa empírica, da especialização temática e da incorporação de procedimentos associados à chamada “história-problema”, em diálogo com a renovação historiográfica internacional.

Entretanto, esse processo foi marcado por tensões e disputas. Em primeiro lugar, destaca-se a coexistência entre diferentes modelos de produção histórica. A permanência de

Brasil Pinheiro Machado como orientador de trabalhos — como no caso de Aída Mansani Lavallo e Beatriz Pellizzetti — indica que a autoridade da primeira geração, fundada na erudição e na narrativa de caráter nacional, não foi imediatamente substituída, mas passou a conviver com a afirmação de uma historiografia universitária ancorada no método e na pesquisa sistemática. Em segundo lugar, observa-se uma tensão entre formação nacional e circuitos internacionais. Parte significativa dessa geração realizou formação complementar no exterior, como Carlos Roberto Antunes dos Santos, orientado por Frédéric Mauro na França, Sérgio Odilon Nadalin, vinculado à tradição da demografia histórica francesa sob orientação de Louis Henry, ou ainda Márcia Elisa de Campos Graf, com circulação acadêmica em instituições francesas. Essas trajetórias indicam que a incorporação de referenciais internacionais — especialmente ligados à história quantitativa e à demografia histórica — não se deu de forma direta, mas mediada pelas agendas e interesses consolidados no interior da pós-graduação em história da UFPR.

Outro eixo de tensão refere-se à relação entre o IHGEP e a universidade. Enquanto o Instituto permanecia como espaço tradicional de consagração e de produção de uma memória regional, a universidade afirmava-se como locus privilegiado da produção científica e da formação profissional. A segunda geração, ao ocupar posições estratégicas em ambas as instituições, operava como mediadora desse trânsito, enquanto a terceira geração ingressa no Instituto já munida de credenciais acadêmicas, o que contribuía para reconfigurar os critérios de pertencimento e autoridade no interior da instituição. Por fim, esse conjunto de trajetórias evidencia uma transformação estrutural na escrita da história. Se a primeira geração era composta por intelectuais polígrafos, e a segunda atuava como mediadora entre tradição e renovação, a terceira geração caracteriza-se pela especialização temática e pela delimitação de objetos de pesquisa — como preços de escravos, estrutura fundiária, populações urbanas, imigração e ferrovias —, marcando a consolidação de uma historiografia acadêmica. Nesse processo, o *Boletim* do IHGEP configurou-se como um espaço privilegiado de mediação, no qual essas diferentes gerações coexistiram e negociaram práticas, linguagens e critérios de legitimidade do conhecimento histórico.

A partir da segunda metade dos anos 1970, entretanto, o ritmo de novas associações diminui de forma significativa. Conforme a tabela apresentada, entre 1975 e 1979, registram-se apenas quatro ingressos, a saber, Aída Mansani Lavallo, Maria Ivone Bergamini Vannucchi, Beatriz Teixeira de Melo Miranda e Alcina Maria de Lara Cardoso, seguidos por

Lando Rogério Kroetz em 1979. Na década de 1980, apenas Marília Souza do Valle⁴⁹² e Marcia Terezinha Dalledone⁴⁹³ ingressaram no Instituto, e nos anos 1990 há um único nome, o de Carlos Alberto de Freitas Balhana, associado em 1994. Essa diminuição progressiva reflete uma transformação estrutural no campo historiográfico, se antes o IHGEP funcionava como instância de legitimação e sociabilidade, a partir dos anos 1980 essa função torna-se cada vez mais monopolizada pela Universidade, especialmente com a consolidação dos programas de pós-graduação.

A análise das trajetórias da chamada terceira geração evidencia que sua formação se deu, em grande medida, sob a orientação direta de Cecília Maria Westphalen e Altiva Pilatti Balhana, o que revela a constituição de uma linhagem intelectual estruturada no interior da Universidade Federal do Paraná ao longo da década de 1970. Já dissertações orientadas por Westphalen e Balhana — como as de Alcina Maria de Lara Cardoso⁴⁹⁴, Lando Rogério Kroetz⁴⁹⁵ e Marília Souza do Valle⁴⁹⁶ — evidenciam a consolidação de um núcleo formativo voltado à história econômica, à demografia histórica e à história social de base quantitativa. Mesmo quando a orientação não aparece explicitamente, como nos casos de Maria Ivone Bergamini Vannucchi e Beatriz Teixeira de Melo Miranda, é possível situar essas produções no mesmo ambiente intelectual, marcado pela renovação metodológica e temática.

⁴⁹² Marília Souza do Valle, licenciada em História pela Universidade Federal do Paraná, realizou sua formação de pós-graduação na mesma instituição, onde defendeu o Mestrado em 1976, intitulado **Movimento Populacional da Lapa - 1769-1818**, sob orientação de Altiva Pilatti Balhana. Defendeu em 1984 o seu Doutorado na USP, Linha História Social, quando foi orientada por Maria Luiza Marcílio e apresentou a sua Tese, **Nupcialidade e Fecundidade das Famílias da Lapa - 1770-1829**. In: Marília Souza do Valle. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/591>. Acesso mar. 2026.

⁴⁹³ Márcia Teresinha Andreatta Dalledone, licenciada em História pela Universidade Federal do Paraná, realizou sua formação de pós-graduação na mesma instituição, onde defendeu, em 1980, a dissertação **Condições Sanitárias e as Epidemias de Varíola na Província do Paraná (1853-1889)**, sob orientação de Jayme Antônio Cardoso. Posteriormente, concluiu o doutorado em 1989, também na UFPR, com a tese **Saúde e Doença na Província do Paraná (1853-1889)**, igualmente orientada por Jayme Cardoso. In: Márcia Teresinha Andreatta Dalledone. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/804>. Acesso em mar. 2026.

⁴⁹⁴ CARDOSO, Alcina Maria de Lara. **Indústria de torrefação e moagem de café e consumo interno no Brasil. 1940-1970**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. 1976. Orientadora: Cecília Maria Westphalen.

⁴⁹⁵ Lando Rogério Kroetz. **As Estradas de Ferro de Santa Catarina: 1910-1960**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1976. Orientadora: Cecília Maria Westphalen no Mestrado 1976. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/tese/366>; Em seu Doutorado, realizado na USP, foi orientado por Maria Thereza Schörer Petrone, e defendeu a tese intitulada **As Estradas de Ferro no Paraná - 1880-1940**. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/589>. Acesso mar. 2026.

⁴⁹⁶ VALLE, Marília Souza do. **Movimento Populacional da Lapa - 1769-1818**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. 1984. Orientadora: Altiva Pilatti Balhana.. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/tese/367>; Seu doutorado foi realizado na USP, sob orientação de Maria Luiza Marcílio, com o título, **Nupcialidade e Fecundidade das Famílias da Lapa - 1770-1829**. In: Marília Souza do Valle. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/591>. Acesso mar. 2026.

A trajetória de Márcia Teresinha Andreatta Dalledone permite complexificar as relações entre a segunda e a terceira geração ao evidenciar a formação de uma linhagem derivada de transmissão intelectual. Embora a terceira geração tenha sido majoritariamente formada sob orientação direta de Cecília Maria Westphalen, Altiva Pilatti Balhana e Oksana Olga Boruszenko, o caso de Dalledone — orientada por Jayme Antônio Cardoso, ele próprio discípulo de Balhana — indica que, a partir dos anos 1980, a formação historiográfica passa a se estruturar também por meio de seus ex-orientandos. Esse processo revela não apenas a consolidação institucional do modelo historiográfico da segunda geração, mas também um deslocamento da autoridade, que passa a circular no interior do próprio campo acadêmico. Nesse contexto, as tensões deixam de opor apenas tradição erudita e renovação metodológica, passando a se manifestar também como disputas internas em torno das formas de especialização e da apropriação desse legado. A produção de Dalledone, ao incorporar a história da saúde, exemplifica esse movimento de continuidade e, ao mesmo tempo, de diversificação temática que marca a maturação do campo. Por sua vez, a trajetória de Marília Souza do Valle evidencia sua inserção direta na linhagem da segunda geração, especialmente pela orientação de Altiva Pilatti Balhana no mestrado, no qual incorporou à sua pesquisa o programa metodológico da demografia histórica, baseado em fontes seriadas e análise quantitativa. Seu doutorado na USP, sob orientação de Maria Luiza Marcílio, amplia esse horizonte ao conectá-la aos circuitos acadêmicos mais amplos da história social no Brasil. Essa dupla formação explicita a afirmação de uma linhagem intelectual local e a busca por legitimação em redes mais amplas.

Ainda que em número reduzido, a presença de textos de historiadores do Dehis no *Boletim do IHGEP*, entre 1959 e 1972, revela uma movimentação estratégica em busca de espaços institucionais capazes de validar seus temas e narrativas historiográficas. Em alguns casos, esses vínculos apareciam de modo mais estreito, indicando relações diferenciadas dos docentes com o Instituto e evidenciando tensões e disputas internas no Dehis por canais de comunicação e divulgação das pesquisas. Diante das limitações de um campo acadêmico ainda em consolidação no cenário regional e nacional — e com reduzida inserção internacional —, o periódico do Instituto funcionava como importante instância de reconhecimento e visibilidade, sobretudo no âmbito local e nacional. Era ali que os historiadores podiam afirmar autoridade intelectual e legitimar práticas emergentes de pesquisa histórica. Assim, mais do que mera continuidade de uma tradição erudita, as publicações no *Boletim* expressam o esforço desses historiadores em construir capital simbólico e institucional em um momento em que a profissionalização da disciplina, a

divulgação científica e a internacionalização da produção acadêmica estavam em processo de afirmação.

Embora os historiadores tenham contribuído com publicações em apenas quatro das dez edições do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP) lançadas entre 1959 e 1972, essa participação pode ser considerada expressiva diante do número total de exemplares publicados no período. A presença de textos assinados por docentes do Departamento de História aponta para uma inserção gradual desses sócios e sócias oriundos do ambiente universitário no espaço editorial do Instituto. Ainda que pontual, essa atuação revela o diálogo entre instituições, a dinâmica das diferentes gerações de pesquisadores e reflete o processo de renovação do campo historiográfico paranaense, no qual o Boletim desempenhou um papel relevante como meio de circulação de saberes e de consolidação de uma comunidade científica em formação.

A atuação dos docentes no periódico do IHGEP, entre 1959 e 1972 mostra tanto o esforço contínuo de manutenção da revista quanto os desafios enfrentados para garantir sua periodicidade. A trajetória editorial do Boletim revela um compromisso com a divulgação da pesquisa histórica e outros estudos regionais, mesmo diante de limitações materiais e institucionais, refletidas na irregularidade das edições e na diversidade de gráficas e editoras responsáveis por sua impressão neste período, entre elas, o Departamento de Imprensa Oficial do Estado, a Papelaria Requião, a Gráfica Voz do Paraná Ltda., a Gráfica Vitória e a Fundação Educacional do Estado do Paraná (FUNDEPAR).

Acompanhar o percurso editorial do *Boletim* na década de 1960 é forma de revelar um movimento de reorganização institucional e de redefinição do papel do Instituto como espaço de produção e difusão de conhecimento histórico oficial da história nacional no Brasil. A alternância de gráficas, os hiatos de publicação e as notas explicativas registradas nas edições expressam o esforço de continuidade em meio a um cenário político e acadêmico em transformação. Neste sentido, o *Boletim* consolidou-se, nesse período, não apenas como um repositório de documentos, reafirmando a centralidade atribuída ao arquivo, mas também como um instrumento de afirmação da legitimidade científica e cultural do Instituto no Paraná. Ao mesmo tempo, tornou-se espaço de circulação e validação das novas tendências historiográficas que emergiram a partir da universidade.

Não se pode desconsiderar que o período aqui analisado é atravessado por diversas mudanças políticas que aconteceram na sociedade brasileira ao longo de sua história. Embora não seja objetivo deste trabalho analisar o envolvimento direto do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense com a ditadura civil-militar, episódio de 1 de abril de

1964, momento de vitória das forças conservadoras, que através de um golpe de Estado, depuseram o então Presidente da República João Goulart, instaurando uma ditadura na história política brasileira que durou até 15 de março de 1985, tampouco o posicionamento da elite intelectual vinculada à instituição diante do novo cenário político, ou ainda as relações de poder estabelecidas entre seus membros e o regime no contexto regional, é fundamental reconhecer que o Instituto resistiu a diferentes regimes políticos. Nesse percurso, vale destacar que suas ações editoriais foram interrompidas nos primeiros anos do governo ditatorial, entre 1964 e 1966. A partir de 1967, no entanto, o Boletim voltou a ser publicado e manteve uma sequência editorial ininterrupta até 1981, demonstrando tanto a resiliência institucional frente às novas dinâmicas políticas quanto a capacidade de adaptação do IHGEP em meio ao novo regime de governo.

Durante o regime militar aconteceram modificações políticas importantes na sociedade brasileira, tais alterações foram sentidas e estiveram presentes no IHGEP e no contexto universitário, onde a renovação e modernização aconteceram por meio de reformas. Rodrigo Patto Sá Motta interpreta a Reforma Universitária de 1968 como um projeto de “modernização autoritário-conservadora”, caracterizado pela racionalização dos recursos e alterações na graduação, como o formato do ingresso, e reconhece que houve uma significativa ampliação do fomento à pós-graduação e uma expansão do sistema universitário no seu todo⁴⁹⁷. Nesse contexto, começou a se delinear um novo modelo de curso de História, em que a pós-graduação e as atividades de pesquisa passavam lentamente a ocupar um lugar-chave, com investimentos expressivos para estruturar a pós-graduação em detrimento da graduação⁴⁹⁸.

No âmbito do IHGEP, esse período coincide com mudanças na liderança institucional. A presidência, ocupada pelo curitibano Newton Isaac da Silva Carneiro⁴⁹⁹ entre 1969 e 1971,

⁴⁹⁷ De acordo com os números apresentados por Motta (2004), em 1964 havia 23 cursos de pós-graduação no Brasil, enquanto em 1974 eles passaram a 400; o número de estudantes universitários subiu de 140 mil em 1964 para 1 milhão e 300 mil em 1979; as bolsas de pós-graduação financiadas pelas agências federais (Capes e CNPq) passaram de aproximadamente mil em 1964 para cerca de 10 mil em 1976. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b. p. 15. Complementando essa avaliação, Manuel Domingos (2004) declara que foi na ditadura que o CNPq e a Capes se firmaram enquanto instituições de apoio ao desenvolvimento científico. DOMINGOS, Manuel. A trajetória do CNPq. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 19-40, jul./dez. 2004.

⁴⁹⁸ FERREIRA, Marieta. O ensino da História, a formação de professores e a Pós-Graduação. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 21-49, dez. 2016. Para o caso do Paraná esse debate pode ser encontrado em: FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. **O auge da história: história do curso de história da UFPR**. São Paulo: Letra & Voz, 2019.

⁴⁹⁹ Newton Isaac da Silva Carneiro (1914-1987). Nasceu em Curitiba, estudou na Escola Americana e no Ginásio Paranaense, depois no Colégio Militar do Rio de Janeiro (então Distrito Federal). Formou-se na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná (1936). Foi secretário estadual de Educação e Cultura (1952-1953) e de Agricultura, Indústria e Comércio (1953-1954), no governo de Bento Munhoz da Rocha (1951-1955). Foi deputado federal pelo Paraná (1954; 1962). Ensaísta interessado em aspectos múltiplos da vida

passou, em maio de 1971, às mãos do engenheiro militar General Luiz Carlos Pereira Tourinho⁵⁰⁰, sócio efetivo desde 22 de julho de 1951. Tourinho permaneceu na presidência até 30 de junho de 1998⁵⁰¹, em uma das gestões mais longas da história do Instituto.

Militar e político, Tourinho produziu diversos textos técnicos e didáticos sobre transportes, economia, estatística, probabilidades, história e geografia — materiais que foram publicados no *Boletim* tanto antes quanto durante sua gestão⁵⁰². Sua atuação evidencia como conceitos e métodos de administração característicos do meio militar foram incorporados à dinâmica de instituições civis e culturais. Ainda assim, esse cenário político-administrativo não implicou o afastamento de outros setores da sociedade. Professores do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná continuaram integrando o conselho consultivo e colaborando ativamente com as atividades do Instituto, o que revela que, apesar da forte presença militar, o IHGEP permaneceu como espaço de circulação de diferentes agentes e práticas historiográficas. A participação desses docentes também se evidencia pela ocupação recorrente de cargos administrativos ao longo das décadas de 1950-1970. Nesse período, Brasil Pinheiro Machado atuou diversas vezes como vice-presidente (1951-1953, 1953-1955, 1955-1957, 1957-1959) e como diretor do *Boletim* (1959-1961); Cecília Maria Westphalen

de seu estado, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, da Associação Internacional de Autores e Inventores, do Círculo de Estudos Bandeirantes, publicou artigos e discursos: *La yerba mate y sus problemas* (1936), *Iconografia paranaense* (1950), *As artes e o artesanato no Paraná* (1953), *O mate nas artes luso-brasileiras* (1965), *40 aquarelas inéditas de Debret* (1971), *José Bonifácio e a desonomia* (1972), *A fábrica de Colombo e a cerâmica artística no Brasil* (1979) e *Rugendas no Brasil* (1979) In: CEPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-carlos-pereira-tourinho>.

⁵⁰⁰ Luís Carlos Pereira Tourinho (1913-1998). Nasceu em Curitiba, filho de Plínio Alves Monteiro Tourinho e de Ester Pereira Tourinho. Seu pai foi um dos chefes da “Revolução de 1930” no Paraná, delegado militar em 1930, constituinte em 1934 e deputado federal de 1935 até 1937, além de um dos fundadores e catedráticos da Universidade do Paraná. Estudou no grupo escolar anexo à Escola Normal Secundária de Curitiba e no Colégio Duílio Calderari. Fez o secundário no Ginásio Paranaense e ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, sendo declarado aspirante-a-oficial da arma de engenharia em 1934. Coursou também a Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, diplomado em engenharia civil em 1938, e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Como oficial do Exército, comandou o 5º Batalhão de Engenharia e o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Curitiba, além de ter dirigido o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná e a Companhia Paranaense de Eletricidade. No pleito de outubro de 1954 elegeu-se deputado federal pelo Paraná na legenda do PSP, função desempenhada entre fevereiro de 1955 a janeiro de 1959. Já no posto de general, foi interventor federal no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), de julho de 1968 a janeiro de 1969, membro da Comissão de Alto Nível da Reforma Agrária em 1968, engenheiro-chefe do projeto final de engenharia da ferrovia Curitiba-Paranaguá, presidente do Instituto de Engenharia do Paraná no biênio 1973-1974 e presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense no biênio 1972-1973 e no seguinte. Na Universidade Federal do Paraná foi membro da congregação, diretor e catedrático da Escola de Engenharia, membro da Comissão de Reforma da universidade e do conselho universitário entre 1971 e 1972. No ano seguinte, tornou-se presidente do Instituto de Engenharia do Paraná, cargo que ocuparia até 1995. Em 1975, voltou a ocupar a presidência do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, na qual permaneceria até 1998. In: CEPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-carlos-pereira-tourinho>. Acesso em jan. 2026.

⁵⁰¹ **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná**. Curitiba. Instituto Memória, v. 61, 2010, p. 66.

⁵⁰² Por concentrar nossas análises nos textos dos historiadores universitários não analisaremos toda a produção de Luiz Tourinho.

exerceu a função de secretária em três gestões (1955-1957, 1959-1961, 1961-1963); Altiya Balhana foi 2ª secretária (1969-1971; 1972-1974) e, posteriormente, vice-presidenta (1974-1977); enquanto Ruy Wachowicz ocupou os cargos de diretor do *Boletim* (1969-1971) e vice-presidente (1972-1973).

Dando continuidade às impressões do Boletim, o IHGEP publicou o volume IX em 1967 pela Papelaria Requião Ltda., com um total de 127 páginas. A edição simboliza o esforço de retomada das atividades da instituição após um intervalo de quatro anos sem publicações. Essa interrupção foi justificada em nota explicativa na edição consultada como decorrente do falecimento do presidente Aluizio França, em 1964, e da consequente necessidade de reformulação estatutária do Instituto, especialmente a partir da nova realidade político-militar que o país passou a vivenciar. No âmbito do periódico, sob a presidência de Newton Carneiro, o Boletim, publicou seções como “Assuntos Diversos”, na qual foram publicados estudos de diferentes temáticas, entre eles: *O Cão nas Bandeiras e nas Monções*, de Alvir Riesemberg; *Naturalidade de Frei Gaspar da Madre Deus*, de Augusto Kubach; *Romário Martins, o esquecido*, de Marcial Maciel; *Ação Urbanística em Curitiba da Quinta Comarca de São Paulo*, de Osvaldo Pilotto; *Os suábios do Danúbio no Paraná*, de Cecília Helm; *Uso da Terra no Estado do Paraná em 1920*, de Heloisa Barthelmess; e *A Arqueologia Pré-histórica no Paraná*, de Maria José Menezes. Na seção “Registros”, destacam-se as homenagens póstumas a Aluizio França, realizadas em sessão solene de 13 de maio de 1967, data referente a comemoração do segundo centenário do nascimento de D. João IV e a celebração do centenário de nascimento de D. Duarte Leopoldo e Silva, com discurso do cônego Antônio Leme Machado. Já a seção “Documentário” daquela edição, contou com a transcrição da carta de Vieira dos Santos, sublinhando a importância do documento e do arquivo no processo de reorganização institucional do IHGEP, e evidenciando o caráter documental e memorialístico que marcava as publicações do Instituto nesse período de reorganização institucional. Nesta perspectiva, o próprio Boletim era percebido como um arquivo, o guardião legítimo dos documentos que contavam o verdadeiro passado nacional, com especial importância para a continuidade histórica do Paraná neste enredo.

Nos primeiros anos da ditadura, especialmente durante o ciclo do “milagre econômico” (1968–1973), o governo federal promoveu investimentos em setores estratégicos e em infraestrutura, inclusive no campo cultural, desde que essas iniciativas estivessem dentro de uma lógica de neutralidade técnica e não confrontassem o regime⁵⁰³. A nomeação

⁵⁰³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

de sócios honorários, a participação de autoridades locais em eventos do Instituto e a presença de figuras públicas em cerimônias indicam articulação com o campo político dominante, característica que podia assegurar respaldo indireto ou explícito do regime.

Também é importante destacar que, além do deslocamento de professores do DEHIS em direção ao IHGEP, o movimento inverso igualmente se verificou. A convite da Profa. Dra. Cecília Maria Westphalen, o general Luis Carlos Tourinho ministrou, em 1973, o curso “*Estudos de Problemas Brasileiros*” (EPB) no recém-criado Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.⁵⁰⁴ Tal iniciativa revela uma abertura institucional ao diálogo com agentes externos ao campo acadêmico estrito, mas detentores de significativo capital simbólico e político. Instituído como componente curricular obrigatório para todos os cursos de graduação e pós-graduação do país, o curso de EPB constituiu a denominação assumida pela Educação Moral e Cívica (EMC) no ensino superior durante a ditadura civil-militar. Criada por meio do Decreto nº 869/1969, a disciplina surgiu em um contexto marcado pelo protagonismo das Forças Armadas na definição dos rumos da educação nacional. Sua formulação baseou-se em proposta da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), derivada do anteprojeto de lei nº 770/1967, elaborado por civis e militares vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG), sob coordenação do general Moacir Araújo Lopes, incorporando elementos centrais da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND)⁵⁰⁵.

Considerando sua obrigatoriedade em todo o território nacional, o processo de implantação da EPB no contexto da reforma universitária na Universidade Federal do Paraná (UFPR), bem como a criação da Coordenadoria Geral de EPB, responsável pela organização da disciplina na instituição permite compreender o conjunto de transformações pelas quais a universidade passou ao longo da década de 1970, sobretudo a partir dos impactos da Lei nº 5.540/1968, conhecida como Reforma Universitária. Essa legislação promoveu uma ampla reestruturação do ensino superior brasileiro, instituindo, entre outras medidas, o sistema

⁵⁰⁴ Programa de Pós-Graduação em história da Universidade Federal do Paraná, foi criado em 1972, por Resolução nº 2/72, de 28 de janeiro de 1972, do Conselho Universitário, autorizando o Mestrado em História do Brasil, opções de História Demográfica e de História Econômica, tendo seu funcionamento a partir do ano letivo de 1972/73. Foi credenciado pelo parecer nº 0688/74, de 05 de março de 1974. Foi também reconhecido no Processo nº 1377/73 – CNPq, como Centro de Excelência pelo Conselho Nacional de Pesquisas Em 1982, através da Resolução 4/82 do Conselho Universitário, foi autorizada a criação do curso de Pós-Graduação em História, área de concentração História Demográfica, ao nível de Doutorado. In: BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Um Mazzolino de Fiori** : vol. II. Curitiba: Imprensa Oficial: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003. p. 251-254.

⁵⁰⁵ Lemos, 2011 apud. BERTOTTI, Rudimar Gomes; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Implantação da disciplina Estudo de Problemas Brasileiros na UFPR (1968-1975). **Linhas Críticas**, vol.25. Brasília jan./dez 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc.v25.2019.23069>. Acesso mar. 2026.

departamental, o vestibular unificado, a organização em ciclos, o regime de créditos, a matrícula por disciplina, a reformulação da carreira docente e a consolidação da pós-graduação. Além disso, reafirmou o princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa e a organização das atividades acadêmicas por áreas afins. No âmbito da UFPR, a implementação dessas diretrizes resultou na aprovação de um novo Estatuto em 2 de outubro de 1969, homologado pelo Parecer nº 197/1970 do Conselho Federal de Educação e pelo Decreto nº 66.615/1970, possibilitando a elaboração de um novo Regimento Geral⁵⁰⁶. A reforma, efetivada entre 1970 e 1974, promoveu mudanças significativas na estrutura universitária, incluindo a reorganização de departamentos e setores, a criação de cursos e disciplinas e a redefinição da hierarquia administrativa — contexto no qual se insere a implantação da EPB.

Na UFPR, a disciplina foi efetivamente implantada em 1971, aproximadamente um ano e meio após a promulgação do Decreto nº 869/1969. Conforme registrado em parecer do conselheiro José Nicolau dos Santos, sua implementação foi objeto de amplo debate no Conselho Universitário, que aprovou a designação de até catorze docentes para ministrá-la (UFPR, 1971). Tal processo acompanhou as orientações da Indicação nº 8, de 26 de junho de 1970, que determinava a inclusão das disciplinas morais e cívicas nas estruturas curriculares a partir do segundo semestre daquele ano. Considerando que o então reitor, Flávio Suplicy de Lacerda, mantinha alinhamento com o regime e que as diretrizes do Conselho Federal de Educação foram consolidadas apenas no segundo semestre de 1970, a oferta da disciplina ocorreu dentro dos prazos legais estabelecidos⁵⁰⁷.

O convite da Profa. Dra. Cecília Maria Westphalen, aceito pelo general Luis Carlos Tourinho para ministrar, em 1973, o curso “*Estudos de Problemas Brasileiros*” no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, indica uma abertura institucional ao diálogo com agentes externos ao campo acadêmico estrito, portadores de elevado capital político e simbólico. O fato de o curso ter sido ofertado aos estudantes do mestrado, em ambas as linhas de pesquisa — História Demográfica e História Econômica⁵⁰⁸ —, revela a permeabilidade do programa às agendas e discursos em circulação durante o regime militar. Assim, esse intercâmbio sugere que as relações entre o DEHIS e o IHGEP extrapolaram o plano

⁵⁰⁶ WESTPHALEN, Cecília M. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná: 50 anos**. Curitiba: SBPH-PR. 1988.

⁵⁰⁷ BERTOTTI, Rudimar Gomes; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Implantação da disciplina Estudo de Problemas Brasileiros na UFPR (1968-1975). **Linhas Críticas**, vol.25. Brasília jan./dez 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc.v25.2019.23069>. Acesso mar. 2026.

⁵⁰⁸ GUEDES, Caroline Coleti. **Fabricando um “Centro de Excelência”: investigações acerca dos cursos de pós-graduação em história da UFPR (1972-1982)**. Monografia em História. UFPR. 2021.

estritamente intelectual, inserindo-se também no campo das relações de poder e dos processos de legitimação institucional, em um cenário marcado por assimetrias regionais e por condicionantes políticos mais amplos.

Para Marcos Napolitano⁵⁰⁹, especialmente após o endurecimento do regime com o Ato Institucional nº 5, consolidou-se no Brasil a passagem de um modelo de intelectual engajado e generalista para outro, marcado pela especialização e pela inserção institucional nas universidades. A institucionalização de disciplinas como o EPB, podem ser compreendidas, portanto, não apenas como expressão de controle ideológico, mas também como parte de um processo mais amplo de reconfiguração e profissionalização do trabalho intelectual, no qual se redefinem os espaços de atuação, os critérios de legitimidade e as formas de intervenção no debate público.

O período também foi marcado, no âmbito universitário, pela consolidação da História como disciplina acadêmica e pela crescente profissionalização do historiador, marcada sobretudo pelo fortalecimento da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). Essa transformação alterou o *status* do pesquisador, com o surgimento de um novo perfil profissional, não mais restrito ao ensino, mas também dedicado à pesquisa sistemática. Com isso, buscava-se renovar a historiografia paranaense, por meio de novas abordagens, temas e formas de se relacionar com o passado⁵¹⁰.

2.2.2 Os estudos sobre a população paranaense e a renovação historiográfica no Boletim do IHGEP

O movimento de renovação historiográfica pode ser observado na contribuição de Altiya Balhana ao *Boletim* do IHGEP publicado em 1969. Seu interesse de pesquisa quer pela população tradicional, como pelas novas estruturas demográficas resultantes da imigração moderna, levaram o Departamento de História da UFPR, a consolidar em 1969, sua linha de pesquisa em história demográfica do Paraná, objetivando reconstituir o quadro completo da sociedade e economia paranaense⁵¹¹. Publicar no *Boletim* era, nesse contexto, fundamental para os historiadores universitários, pois o periódico do instituto funcionava como espaço de legitimação pública do conhecimento histórico produzido sobre o Paraná na UFPR,

⁵⁰⁹ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

⁵¹⁰ MACHADO, 2016.

⁵¹¹ BALHANA, Altiya. Frédéric Mauro e o curso de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. **Revista Arquivos do Centro Calouste Gulbenkian**. Mélanges Offerts à Frédéric Mauro. Vol. XXXIV, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. Lisboa, Paris. 1995. p. 49.

conferindo visibilidade e autoridade científica às novas investigações, especialmente por operar dentro de circuitos acadêmicos reconhecidos e tradicionalmente hegemônicos para a cultura historiográfica. Assim, 1969 constituiu um marco metodológico para a prática historiográfica no estado, indicando que a cultura histórica paranaense não poderia mais retroceder em termos de rigor analítico e renovação das abordagens de pesquisa.

É relevante considerar, nessa análise, o papel de Altiva Balhana como secretária do Instituto, função que exerceu entre 1969 e 1971⁵¹² e que representou uma das formas possíveis de inserção feminina em cargos administrativos no IHGEP, ainda que em posição subordinada na hierarquia institucional. Esse trabalho foi desempenhado paralelamente à sua atuação como docente no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná. Sua presença nesses dois espaços sugere uma inserção ativa tanto na esfera acadêmica quanto nas dinâmicas internas do Instituto, não apenas como reconhecimento de sua atuação em pesquisas sobre história regional, mas também como estratégia de consolidação de sua posição no campo. A participação no conselho consultivo, nesse sentido, pode ter favorecido a seleção de seus estudos para o *Boletim*, evidenciando a importância das redes de sociabilidade intelectual na circulação do conhecimento histórico.⁵¹³ Mais do que uma colaboradora eventual, Altiva desempenhou um papel ativo na organização institucional e na consolidação do IHGEP como espaço estratégico para a produção historiográfica, ao mesmo tempo em que sua trajetória revela os limites e possibilidades da atuação feminina em um ambiente ainda marcado por assimetrias de gênero.

A “*Formação da população paranaense*”⁵¹⁴, texto escrito por Balhana quando ainda era assistente da cadeira de História da América⁵¹⁵, e impresso no volume X do Boletim do IHGEP em 1969, refere-se à proposta de uma análise quantitativa da população paranaense, de modo a compreender a composição social e étnica do estado, especialmente o contingente de negros, indígenas e europeus, com vias de traçar a transformação demográfica paranaense desde o século XVII, que se consolidaria com a imigração europeia a partir o século XIX, e seria responsável por imprimir uma especificidade paranaense no contexto nacional. Além da

⁵¹² Diretoria 1969, Presidente: Prof. Dr. Newton Carneiro; 1º Vice-Presidente: Prof. Dr. Julio Estrella Moreira; 2º Vice-Presidente: Prof. Dr. Osvaldo Pilotto; 3º Vice- Presidente: Prof. Dr. Ernane Straube; 1º Secretário: Dr. Heitor Stockler de França; 2º Secretário: Profª. Altiva Pilatti Balhana; Tesoureiro: Dr. Marcial Maciel; Diretor do Boletim: Sr. José Gonzaga. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba.. Volume X. 1969.

⁵¹³ SIRINELLI, 2003.

⁵¹⁴ BALHANA, Altiva. Formação da população paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Volume X. 1969, p. 40-51.

⁵¹⁵ Altiva Balhana tornou-se Titular da Cadeira de História da América em 1978.

abordagem demográfica, o estudo de Balhana reflete uma preocupação explícita com a dimensão arquivística da pesquisa histórica. Sua investigação dialoga com uma tradição local de valorização da documentação como fonte para a escrita da história, reconhecendo o legado de nomes como Francisco Negrão e seu trabalho no Arquivo da Câmara Municipal de Curitiba com as Atas da Câmara Municipal de Curitiba, Moysés Marcondes, com a publicação de *Documentos para a História do Paraná*, e ainda Romário Martins e Ermelino de Leão, nomes ligados ao instituto histórico, que reuniram documentação voltada à defesa dos direitos territoriais do Paraná em litígio com Santa Catarina⁵¹⁶.

Ao reconhecer a organização dos arquivos como parte indissociável do ofício do historiador, especialmente em meio ao incentivo crescente à pesquisa universitária, Balhana entende que o trabalho documental marca uma virada metodológica. Tal virada implica o deslocamento para uma temporalidade de longa duração, ancorada na constituição e análise das séries documentais. A exploração de acervos até então pouco utilizados é apresentada como uma via para o reordenamento da história regional, permitindo o surgimento de novos problemas, objetos e agentes históricos. A historiadora também denuncia a fragilidade da infraestrutura arquivística brasileira, afirmando ser fundamental compreender que “nenhum país teve historiografia significativa, sem haver primeiro realizado o levantamento e arrolamento exaustivo de suas fontes históricas”⁵¹⁷. O problema da pesquisa histórica no Brasil e a situação dos arquivos foram centrais nos debates liderados pelo historiador José Honório Rodrigues, anos depois da publicação de 1969, especificamente na mesa-redonda realizada no dia 6 de julho de 1971, durante a XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, associação à qual a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) era associada, e também no I Seminário de Estudos Brasileiros, por ocasião do Encontro Internacional de Estudos Brasileiros (São Paulo, 13 a 25 de setembro de 1971)⁵¹⁸.

Sobre o texto “*Formação da População Paranaense*”, publicado em 1969, o estudo fornece informações sobre a população do Paraná, incluindo dados demográficos e características da população ao longo do tempo. Entre os materiais localizados e que permitiu reconsiderar os dados estatísticos da composição demográfica da população paranaense estão o primeiro censo completo da série relativa à Capitania de São Paulo realizado em 1772; os

⁵¹⁶ BALHANA, 1970 Apud. WESTPHALEN, 2002, p. 294.

⁵¹⁷ BALHANA, A; WESTPHALEN, C. Levantamento e Arrolamento de Arquivos. **Separata do Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná**. n. 10. Curitiba. 1970. Consulta: Biblioteca de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

⁵¹⁸ LAPA, José Roberto do Amaral. **Alguns problemas da atual historiografia brasileira**. 1972, p. 35-36.

autos de inventários das famílias; da Matrícula Geral de Escravos do Círculo da Collectoria da cidade de Paranaguá, realizada em 1844; a Receita Pública Ordinária da Província, conforme Relatório da Tesouraria Provincial; Relatórios dos Administradores das minas do século XVII, e de outros referenciais bibliográficos. A pesquisa destaca as transformações da população paranaense ao longo dos séculos e enfatiza que as mudanças demográficas estão fundamentadas em atividades econômicas que influenciaram o crescimento e a distribuição da população.

Os documentos utilizados na elaboração do estudo de Balhana foram levantados durante a execução do projeto “*Levantamento de fontes para a história demográfica do Paraná*”, realizado pelo Departamento de História da UFPR a fim de fomentar o desenvolvimento de pesquisas no curso de história, trabalho liderado pela própria professora Altiva Balhana. A coleta dos documentos aconteceu no Departamento do Arquivo de São Paulo, onde a historiadora localizou, “as dez caixas relativas à ‘População’ do planalto curitibano”.

Balhana (1969), em seu estudo de história demográfica, valeu-se de fontes que não eram usadas na historiografia tradicional paranaense. A coordenação dos dados, por meio da constituição das séries, aos moldes da historiografia *a la Annales*, sinônimo de científica, enfatizava uma atividade sistemática que orientaria desde então a sua prática historiadora. Com os elementos numéricos, extraídos de fontes primárias, censos antigos, autos de inventário e matrículas de escravos, seria possível não só a caracterização geral de uma população histórica quanto ao seu efeito global, curvas de crescimento ou de declínio, gráficos mais complexos, fornecimento de dados valiosos para compreender a população e sua evolução ao longo do tempo. Através da demografia era ainda possível determinar a estrutura social e ocupacional, enfim, uma série de outras características econômicas, sociais e culturais de uma comunidade, mesmo para um passado remoto⁵¹⁹.

Assim, a partir da documentação levantada e da realização dos estudos demográficos realizados foi possível a própria historiadora renovar as suas interpretações sobre a história do Paraná, como, por exemplo, a que Altiva Balhana divulgou em artigo intitulado “*Aspectos da Geografia Humana*”, publicado em 1955. Nesta pesquisa, ao concluir suas análises sobre a contribuição da tríade indígena, branco e negro para a formação da população paranaense, a historiadora escrevia: “bem menor foi a contribuição do elemento negro na formação étnica

⁵¹⁹ BALHANA; WESTPHALEN, 1970, p. 33.

paranaense”⁵²⁰. Isso teria acontecido porque no Paraná não se desenvolveram, a princípio, as grandes fazendas de lavoura que concentram enorme “escravaria”; além disso era difundido que “as atividades econômicas dominantes no Paraná até a época da abolição, não exigiam um grande número de braços de escravos”⁵²¹. No mesmo artigo, a professora ressaltou a importância do indígena, relacionando-o ao movimento das bandeiras, na criação do gado e mais tarde na colheita da erva-mate, e enfatizou a contribuição da imigração europeia após o século XIX, sendo para ela a contribuição do elemento branco a mais importante na composição paranaense, que de variada procedência, vem entrando no Brasil desde o tempo do descobrimento⁵²².

Ao falar sobre a presença do negro no Paraná, alegando ser esta menos significativa, a historiadora hierarquizava as contribuições dos elementos étnicos na composição da população paranaense, constituída a partir das características econômicas da região. Essas indagações compuseram o discurso que delineou a formação social e histórica no estudo regional paranaense. Um dos temas profundamente tratados na produção intelectual foram as questões relacionadas à identidade paranaense e sua herança sociológica calcada na miscigenação, num contexto em que o estudo social e histórico não estava vinculado às suas especificidades disciplinares⁵²³.

As análises sobre as interpretações da importância do negro na formação histórica do Paraná seriam desafiadas mediante a prática da moderna historiografia, quando o uso de novas fontes e leituras estabelecidas ofereceram uma visão mais abrangente do passado⁵²⁴. Na década de 1960, estudos como os de Octávio Ianni atestariam a presença da escravidão no Paraná⁵²⁵, contestando as definições amplamente divulgadas até então, como, por exemplo, a tese defendida por Wilson Martins⁵²⁶, Professor Catedrático de Língua e Literatura Francesa

⁵²⁰ BALHANA, Altiva Pilati. Aspectos da Geografia Humana do Paraná. **Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas**. IBPT. Boletim n. 35. Tipografia João Haupt & Cia. Ltda – Curitiba. 1955. p. 19. Arquivo Público do Estado do Paraná. Sala Cecília Maria Westphalen e Altiva Pilatti Balhana. Curitiba. Paraná. PI015 – Caixa 22.

⁵²¹ BALHANA, Altiva Pilati. Aspectos da Geografia Humana do Paraná. **Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas**. IBPT. Boletim n. 35. Tipografia João Haupt & Cia. Ltda – Curitiba. 1955, p. 19.

⁵²² BALHANA, 1955.

⁵²³ CÓRDOVA, 2009.

⁵²⁴ A ideia de um “Brasil diferente”, defendida por Wilson Martins (1955), embora tenha tido alguma adesão por parte da intelectualidade paranaense, foi contestada por historiadores da UFPR. Na primeira metade dos anos 1970, Carlos Antunes dos Santos (1943-2013) e Marcia Graf prepararam dissertações resgatando, a partir de documentação inédita à época, a presença negra no Paraná (Santos, 1974; Graf, 1974 apud. BENTHIEN, 2021).

⁵²⁵ IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

⁵²⁶ Wilson Martins nasceu em 1921 em São Paulo, vindo morar em Curitiba em 1930. Formou-se em Direito, em 1943, pela Universidade do Paraná. Recebeu o título de Doutor em Letras, pela Universidade Federal do Paraná, em 1952, tornando-se, até 1962, Professor Catedrático de Língua e Literatura Francesa. Foi, por trinta anos, professor em universidades norte-americanas: visitante na Universidade de Kansas, visitante na Universidade de

na UFPR, que publicou em 1955, *Um Brasil Diferente*. A obra, dedicada a Bento Munhoz da Rocha Neto, professor de História da América do DEHIS-UFPR, que à época ocupava o cargo de governador do estado do Paraná, foi alvo de algumas polêmicas por definir o Paraná “[...] sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição não é brasileira”⁵²⁷.

Cabe lembrar que Wilson Martins, conforme discurso proferido pelo Prof. Julio Estrela Moreira por ocasião da posse dos novos sócios do IHGEP, realizada em sessão solene em 24 de maio de 1969, foi acolhido entre os novos associados do ano de 1968, eleitos pela unanimidade de votos dos membros do seu conselho diretor⁵²⁸. Tal presença sugere a existência no interior mesmo do instituto de uma disputa por interpretações sobre a história da formação social do Paraná.

A superação de determinadas narrativas acompanhava as modificações interpretativas que se desdobraram a partir do uso das fontes primárias, documentação da história colonial e imperial paranaense levantada, localizada e identificada em arquivos pelo trabalho de pesquisa dos professores universitários. Valendo-se dessa prática, Altiya Balhana (1969) desafiou interpretações anteriores sobre a importância dos diferentes grupos étnicos da formação da população paranaense, e renovou seu próprio olhar sobre a questão realizando novas pesquisas e contribuindo para uma visão mais abrangente do passado. Balhana foi pioneira na utilização de fontes e metodologias na historiografia paranaense, o que a tornou uma referência em estudos sobre imigração e demografia histórica; sua contribuição foi fundamental para a consolidação da história regional do Paraná.

Essa mudança interpretativa a partir da realização de pesquisas sobre as transformações que se operavam no Paraná Tradicional, na qual o português, o índio e o negro caracterizam o quadro demográfico, também pode ser observada no artigo que Altiya Balhana publicou em 1969 no *Boletim do IHGEP*, quando mediante a documentação selecionada foi possível verificar que a “participação econômica e social de escravos, índios e africanos, e seus descendentes, na formação do efetivo populacional paranaense, foi bastante

Wisconsin-Madison e titular de Literatura Brasileira na New York University. Foi Editor Associado na *Revista Iberoamericana*, da *Luso-Brazilian Review* e do *Handbook of Latin American Studies*. Dentre sua produção, citem-se as obras: *Um Brasil Diferente*, em 1955 pela editora Anhembi/SP e em 1989, pela T.A. Queiroz/SP; *A Palavra Escrita*, em 1957, pela Anhembi/SP; *História da Inteligência Brasileira* (7 volumes), em 1976, pela Cultrix/SP e 1992 pela T.A. Queiroz/SP; e *Pontos de Vista*, em 1991, também pela T. A. Queiroz/SP. SANCHES NETO, Miguel (Org.). **Wilson Martins**. n. 8. Curitiba: UFPR, p. 232, 1997. (Série Paranaenses).

⁵²⁷ MARTINS, Wilson. **Um Brasil Diferente: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná**. São Paulo: Anhembi, 1955, p. 468. Apud. Córdova, 2009.

⁵²⁸ MOREIRA, Júlio Estrela. Posse dos novos consócios do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, realizada em sessão solene do dia 24 de maio de 1968. p. 109.

significativa durante um largo período, imprimindo-lhe características que o identificam com aquelas do modelo clássico de formação da população brasileira”⁵²⁹. Entretanto, tais características tornaram-se menos visíveis, especialmente porque o quadro demográfico do Paraná foi substancialmente alterado durante a segunda metade do século XIX pelas transformações econômicas da sociedade tradicional paranaense.

Seriam essas transformações econômicas que fizeram com que os novos elementos étnicos, principalmente europeus, se somassem à tríade étnica fundamental: índio, português e negro. Neste caso, os contingentes de imigrantes imprimiram à população paranaense sua principal característica, ou seja, “a grande variedade étnica, constituindo o quadro populacional paranaense verdadeiro mosaico étnico-cultural, no qual estão representados povos e culturas os mais diversos”⁵³⁰.

A proposta de articulação entre história demográfica e história regional está relacionada diretamente com a pesquisa de Maria Luiza Marcílio, publicada em 1968, intitulada *La Ville de São Paulo: peuplement et population 1750-1850*, orientada por Louis Henry e elaborada com base nos recenseamentos da capitania de São Paulo, de 1765, 1798 e 1836, e nos registros paroquiais da Sé de São Paulo⁵³¹. Por sua vez, é importante salientar que as análises demográficas realizadas no Paraná, conhecidas por sua “aridez”, buscaram, mais tarde, refúgio na história social e econômica e na história da população, utilizando dados demográficos e métodos de reconstituição das famílias como base para outras análises, escapando de críticas mais contundentes⁵³².

Tal inflexão pode ser observada anos mais tarde em texto intitulado “*Raízes Luso-Africanas da População Paranaense*”, publicado em 1988 por Altiva Balhana e Cecília Westphalen⁵³³. Elaborado para o *I Colóquio Internacional População no Mundo de Expressão Portuguesa*, realizado em Recife, esse estudo representa um ponto de inflexão nas

⁵²⁹ BALHANA, 1969, p. 50.

⁵³⁰ BALHANA, 1969, p. 51.

⁵³¹ MARCÍLIO, Maria Luiza. **La ville de São Paulo: peuplement et population (1750-1850)**. 1968. Thèse (Doctorat en Histoire) – Université de Paris, Paris, 1968; MARCÍLIO, Luisa Maria; FLEURY, Michel; HENRI, Louis. *La ville de São Paulo: peuplement et population (1750-1850), d'après les registres provinciaux et les recensements anciens [note critique]*. **Annales de l'École pratique des hautes études**. Année 1968. p. 647-651. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ephe_0000-0001_1967_num_1_1_5204#:~:text=Cette%20%C3%A9tude%20sur%20la%20population%20et%20sur.recherche%20europ%C3%A9ennes%20en%20mati%C3%A8re%20de%20d%C3%A9mographie%20historique. Acesso abr. 2026.

⁵³² BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Silvia Volpi e BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Quarenta anos de demografia histórica, **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 22, n. 2, jul./dez. de 2005, p. 342. Neste texto os autores apresentam uma reflexão crítica sobre a evolução da demografia histórica e da história da população no Brasil, abordando as suas metodologias, limitações de fontes, ausência de grupos institucionais sólidos e predominância de pesquisas mais voltadas à história da população, em detrimento de análises demográficas estritas.

⁵³³ WESTPHALEN, C. M. “Afim, existiu ou não regime escravo no Paraná?”. **Revista da SBPH**, nº 13: 25-63, 1997.

abordagens historiográficas sobre o Paraná. Nele, as autoras ampliam o escopo da análise demográfica para incorporar questões relativas à presença africana e suas contribuições culturais e sociais, temas historicamente marginalizados nas narrativas locais. O texto simboliza uma abertura para novas interpretações sobre a formação populacional do estado, valorizando conexões atlânticas e matrizes culturais não europeias, e consolidando a transição da história demográfica para abordagens mais complexas e inclusivas da história da população.⁵³⁴

A abordagem por uma demografia histórica e econômica de fundo social está presente em “*Formação da População Paranaense*”, onde a autora demonstra que a utilização da mão de obra africana, embora numericamente inferior à de outras regiões brasileiras, teve papel significativo na constituição dos sistemas produtivos do Paraná colonial e imperial. A leitura da população negra como força de trabalho, com análise de sua inserção em circuitos econômicos, aproxima Balhana da vertente da história econômica com viés estruturalista, alinhada aos aportes das gerações dos Annales, que articulavam economia, sociedade e demografia na longa duração. Ao explorar a formação da população paranaense por meio da presença de africanos e lusos, com destaque para o uso de genealogias, testamentos e documentos eclesiásticos, Balhana constrói um panorama que ultrapassa o recorte numérico e evidencia a constituição sócio-histórica da população.

A análise da produção científica dos pesquisadores do Dehis permite afirmar que após a criação do Departamento de História em 1959 e durante a década de 1960 os professores direcionam seus esforços para o curso de graduação, dedicando-se às atividades do magistério e mantendo em andamento pesquisas em torno da história do Paraná⁵³⁵. Ressalta-se também que os sucessivos contatos mantidos por esses professores com outros centros de excelência nacionais, como a Universidade de São Paulo, e internacionais, especialmente com a França, resultaram em definições teórico-metodológicas que nortearam as pesquisas da época e permitiram que, na década seguinte, esse grupo se sentisse

⁵³⁴ Ao inserir a história paranaense em um contexto mais amplo de relações entre África, Portugal e Brasil, as autoras contribuíram para a renovação da historiografia local, atualizando seus marcos interpretativos e expandindo os horizontes temáticos da pesquisa histórica no estado. In: WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva. *Raízes Luso-Africanas da População Paranaense. População no Mundo de Expressão Portuguesa. I Colóquio Internacional. 12 a 15 de outubro de 1988*. Fundação Joaquim Nabuco. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Consulta: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Lisboa.

⁵³⁵ MARCHI, Euclides; BONI, Maria Ignês M. de; SIQUEIRA, Márcia D.; NADALIN, Sérgio. Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 133-141, set. 92/ ago. 93. p. 135.

credenciado para assumir as tarefas de criação de um curso de pós-graduação, a nível de mestrado.

É importante lembrar que, desde 1960, havia já no Brasil alguns grupos de pesquisadores, de formação francesa, que usavam métodos quantitativos na abordagem da História. Sem dúvida, a renovação da historiografia brasileira partiu da influência diretamente exercida pela historiografia francesa, sobretudo a partir dos anos 1950 pela ação docente e pela divulgação de teses acadêmicas de Fernand Braudel, Frédéric Mauro, Pierre Chaunu, e outros. O interesse, quer pela população tradicional, como pelas novas estruturas demográficas resultantes da imigração moderna, “levaram o Departamento de História da UFPR, a consolidar em 1969, sua linha de pesquisa em história demográfica do Paraná, objetivando reconstituir o quadro completo da sociedade e economia paranaense.”⁵³⁶ Duas vertentes foram estabelecidas como campo de pesquisa: o estudo da população tradicional, a partir de registros paroquiais - batizados, casamentos e óbitos) e de listas nominativas de habitantes (censos coloniais), além de outras fontes complementares, e o estudo da população moderna, a partir de entradas de imigrantes, de passaportes, de hospedaria de imigrantes, de contratos de alimentação e transporte, de núcleos coloniais, registros paroquiais e outros.

Os professores do Dehis deram particular atenção aos estudos populacionais, considerando-se as peculiaridades da formação da população paranaense. De início objetivou-se conhecer a população moderna do Paraná, ou seja, aquela que se constituiu pela grande imigração ocorrida a partir de 1870 até à Primeira Guerra Mundial, vinda principalmente da Europa, mas também do Oriente Próximo e do Extremo Oriente. Assim, foi privilegiado o estudo dos imigrantes e seus descendentes, procurando-se verificar a medida da sua participação no efetivo populacional paranaense, como também, em pesquisas multidisciplinares, sua integração e assimilação na sociedade. Todavia, segundo Balhana, os estudos preliminarmente realizados sobre a formação da população do Paraná, evidenciaram o interesse em estudar também a população tradicional que, ao contrário do que afirmam alguns estudiosos até a década de 1950, era composta dos mesmos elementos étnicos que constituíram os fundamentos da população e da sociedade brasileiras⁵³⁶.

A pesquisa na UFPR enfatizou a reconstituição da população, sociedade e economia do Paraná, considerando tanto a população tradicional (índios, luso-brasileiros e africanos) quanto os imigrantes modernos (alemães, italianos, poloneses, ucranianos, entre outros).

⁵³⁶ BALHANA, Altiva. Frédéric Mauro e o curso de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. **Revista Arquivos do Centro Calouste Gulbenkian**. Mélanges Offerts à Frédéric Mauro. Vol. XXXIV, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. Lisboa, Paris. 1995. p. 48

Através dessas pesquisas evidenciou-se a contribuição significativa da população negra e indígena na economia e na formação populacional paranaense, contestando narrativas anteriores que minimizavam seus papéis. As pesquisas abordam a imigração moderna e seu impacto na transformação demográfica e na estrutura social do Paraná, de modo que, o uso de métodos quantitativos e fontes primárias marcou um avanço significativo na historiografia regional, ampliando a compreensão sobre as dinâmicas populacionais e sociais.

Na composição da população tradicional do Paraná, ou seja, do Paraná da mineração do ouro, da criação e do comércio do gado, das indústrias extrativas da erva-mate e da madeira de pinho, e da lavoura de subsistência há uma variada gama de mestiços que caracterizam o quadro demográfico de grande parte dos países americanos, e da maioria das regiões brasileiras. A sociedade paranaense, constituída nos séculos XVII, XVIII e XIX, composta por índios, europeus e africanos, era também marcada sensivelmente pelo regime de trabalho escravo. A participação econômica e social dos negros na formação do efetivo populacional paranaense foi significativa e persistiu por longo tempo, imprimindo-lhe características que a identificam com aquelas do modelo clássico da população brasileira. Porém, estas características e identidade tornaram-se menos visíveis à observação qualitativa, porque o quadro demográfico do Paraná fora substancialmente alterado, a partir da segunda metade do século XIX, pelas transformações econômicas da sociedade tradicional. A desagregação da sociedade fundada em grande parte na criação e no comércio de gado, ocasionou, de um lado, a evasão da força de trabalho representada pelos escravizados, vendidos no mercado interno da lavoura cafeeira e, do outro, a entrada de novos contingentes populacionais, representados pelos imigrantes.

Estes indicadores, aliados a outras circunstâncias registradas na sociedade brasileira, contribuíram para alterar as estruturas demográficas paranaense. A tríade étnica fundamental, índio, português e negro, vieram somar-se novos elementos, principalmente europeus escravos, modificando a composição do quadro demográfico paranaense. Este interesse, quer pela população tradicional, como pelas novas estruturas demográficas resultantes da imigração moderna, levaram o Departamento de História da UFPR a consolidar em 1969, sua linha de pesquisa em história demográfica do Paraná. Nesse quadro, foi dada especial atenção à história demográfica, ou seja, ao estudo quantitativo da população e das estruturas sociais e econômicas paranaense⁵³⁷.

⁵³⁷ BALHANA, Altiva. Frédéric Mauro e o curso de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. **Revista Arquivos do Centro Calouste Gulbenkian**. Mélanges Offerts à Frédéric Mauro. Vol. XXXIV, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. Lisboa, Paris. 1995. p. 49.

O esforço empreendido no desenvolvimento de pesquisas históricas, permitiu ao Departamento de História a viabilidade do Programa de Pós-graduação em História no Paraná. Para a criação do referido Programa, criado mediante a Resolução n. 2, de 28 janeiro de 1972, além dos professores do Departamento de História, foram sugeridos para compor o quadro de docentes nomes de professores que atuavam no cenário nacional, como das Professoras Alice Canabrava, Nícia Vilela Luz e Maria Luiza Marcílio. Apesar do reconhecimento de sua autoridade intelectual, Alice Canabrava⁵³⁸ recusou o convite para integrar o quadro docente, conforme registrado em correspondência enviada de São Paulo em 6 de maio de 1972⁵³⁹. Nela, a historiadora reconheceu o “honroso convite” para integrar o corpo docente do curso de pós-graduação da FFCL-UFPR, especificamente para ministrar, entre janeiro e março de 1973, a disciplina *Arquivos e Fontes para a História Econômica Brasileira*, vinculada à área de concentração em História do Brasil, mas Canabrava, primeira mulher a se efetivar como catedrática da USP e ocupante da cadeira de História Econômica justificou a impossibilidade de aceitar o convite devido às responsabilidades já assumidas no Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da USP, o que a impedia de assumir novos encargos. Na carta, lamenta a recusa, ressaltando as excelentes condições de trabalho oferecidas pelo programa.

A resposta de Canabrava evidencia não apenas a valorização do convite, mas também as condições estruturais e sobrecargas comuns aos docentes envolvidos na organização da pós-graduação no Brasil na década de 1970, momento em que o sistema de pós-graduação se encontrava em processo de institucionalização. A criação de cursos de pós-graduação, especialmente fora do eixo Rio–São Paulo, enfrentava limitações de pessoal, exigia a circulação de especialistas e dependia de redes de colaboração acadêmica nem sempre facilmente mobilizáveis. Assim, a recusa de Canabrava deve ser compreendida dentro desse contexto mais amplo, no qual a construção da pós-graduação brasileira avançava de forma

⁵³⁸ Alice Piffer Canabrava formou-se em Geografia e História pela USP (1937), iniciando precocemente sua carreira docente e destacando-se pela defesa de seu doutorado em 1942. Apesar de enfrentar barreiras de gênero — evidenciadas ao ser preterida em concurso mesmo com melhor desempenho —, consolidou trajetória pioneira ao tornar-se, em 1951, a primeira mulher catedrática da USP na área de História Econômica. Atuou intensamente na vida acadêmica e institucional, com destaque para a direção da FCEA, sua participação central na fundação e consolidação da ANPUH — incluindo a criação da *Revista Brasileira de História* — e sua inserção em importantes instituições históricas. Sua produção marcou a historiografia brasileira, sobretudo pelos estudos inovadores em história econômica paulista, com uso de métodos quantitativos, além de ampla atuação na formação de pesquisadores. Em 1986, foi reconhecida como professora emérita da USP. In: Alice Piffer Canabrava (1911-2003). Verbete de Otávio Erbereli Júnior. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/7>. Acesso abr. 2026.

⁵³⁹ **Correspondência de Alice Piffer Canabrava recusando convite para dar aulas no Curso de Mestrado de História da UFPR.** São Paulo, 6 maio de 1972. Caixa 7, pac. 2, pasta 27. Arquivo Público do Paraná. Curitiba. Sala Cecília Maria Westphalen.

desigual, apoiando-se em convites pontuais, acordos interinstitucionais e na capacidade dos programas incipientes de atrair pesquisadores de renome nacional e internacional.

O quadro de professores especializados seria preenchido com outros pesquisadores estrangeiros que se prontificaram a colaborar com o programa de pós-graduação. O quadro de referência do curso, na sua problemática e metodologia, envolvia a participação de intelectuais e de centros de referência da França, como Institut National d'Études Démographiques - INED, liderado por Louis Henry e Michel Fleury. Além disso, outro intelectual que contribuiu para a consolidação da pós-graduação foi Jacques Bertin, do Laboratório de Cartografia de VI Section d'École Pratique des Hautes Études; e em História Econômica, as orientações eram validadas por Frédéric Mauro. Acrescenta-se a essa lista de referenciais que atuavam junto ao Mestrado em História da UFPR, a participação do inglês Peter Laslett, do Cambridge Group for the History of Populations and Social Structure. Esse espaço para o qual seus graduandos eram preparados, mediante a participação em atividades de pesquisas, seria importante para legitimar a profissionalização do historiador no âmbito da universidade, especialmente pelo aprimoramento da prática historiadora e desenvolvimento das condições de pesquisa histórica.

As motivações que determinaram a necessidade de ampliar os conhecimentos de demografia do presente e do passado foram múltiplas. Nos países subdesenvolvidos foi, sobretudo, a formulação de políticas econômico-sociais e de programas de desenvolvimento regional e nacional que passaram a exigir estudos de população mais extensos e profundos. Eram necessárias análises demográficas não só da situação presente, mas também aquelas destinadas ao conhecimento das tendências seculares da população e dos fatores que condicionaram a atual distribuição geográfica do povoamento e das atividades socioeconômicas, indispensáveis à compreensão do desigual desenvolvimento regional⁵⁴⁰.

2.2.3 As publicações dos historiadores do DEHIS-UFPR e os estudos sobre imigração no Boletim do IHGEP (1970–1972)

Durante a década de 1970, o fortalecimento das instituições culturais e científicas no Paraná abriu novas possibilidades de articulação entre órgãos públicos, fundações educacionais e a universidade. Nesse cenário, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico

⁵⁴⁰ BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva. História Demográfica do Paraná. **Separata do Boletim n. 10 do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba. 1970, p. 28.

Paranaense atuou de forma estratégica para captar investimentos e ampliar sua inserção no campo historiográfico, seja por meio da mobilização de suas redes de sociabilidade ou mesmo de alianças políticas estabelecidas ao longo do tempo. Assim, o Instituto buscou consolidar projetos, incentivar a pesquisa histórica e ampliar a circulação dos saberes sobre o Paraná, beneficiando-se de um ambiente institucional cada vez mais voltado à valorização da produção científica e cultural. O Instituto não apenas recebeu benesses da Fundação Educacional do Estado do Paraná, mas atuou estrategicamente para obtê-las, valendo-se da inserção de seus docentes e colaboradores em diferentes espaços institucionais. Essas ações ampliaram a validação e a circulação de suas produções científicas, garantindo visibilidade regional, nacional e internacional e reafirmando o Instituto como agente central na promoção da pesquisa histórica e na construção das narrativas sobre o Paraná⁵⁴¹.

A passagem da professora Cecília Westphalen simultaneamente na direção da Fundação Educacional do Estado do Paraná e no comando do Departamento de História criava um ambiente institucional favorável para a articulação de investimentos em cultura, ciência e projetos científicos que valorizavam a pesquisa histórica e a circulação de saberes sobre o Paraná⁵⁴². É nesse cenário de fortalecimento institucional que se insere a atuação de Ruy Wachowicz. Ex-aluno e, naquele momento, colega de Cecília Westphalen no Dehis, o professor Wachowicz⁵⁴³ foi recebido em 24 de maio de 1969, reconhecido por seu destaque no magistério paranaense, pela dedicação ao ensino e pelas contribuições à escrita da história regional⁵⁴⁴. Seu ingresso no Instituto, no ano em que se comemorava o centenário da imigração polonesa no Brasil⁵⁴⁵, representou o reconhecimento de sua autoridade intelectual e de seu papel para os debates na historiografia paranaense sobre a temática em questão.

⁵⁴¹ Além de ter alcance local, regional e nacional, o Boletim também tinha circulação internacional, se considerarmos que a frase “pede-se permuta” na folha de rosto do Boletim é escrita em cinco línguas (português, italiano, francês, alemão, inglês).p

⁵⁴² Cecília Maria Westphalen foi chefe do departamento de história entre 1959 e 1976; e foi membro do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Estado do Paraná – Fundepar entre 1962-1970.

⁵⁴³ Ruy Wachowicz, professor do Departamento de História da UFPR entre 1965 e 1991.

⁵⁴⁴ Professor efetivo da cadeira de História do Colégio Estadual do Paraná; lecionou na mesma cadeira no Colégio Sion. Publicou “Problemas do Curso de História”, “História do Paraná” para escolas de guarda médio e outros trabalhos. Colaborou na História do Paraná, da Grafipar, com o capítulo “Perfis de Personalidades Paranaense”. MACEDO, Heitor Borges de. Recepção aos novos sócios do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense em 24-5-1969. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XI, [1969] 1970, p. 28.

⁵⁴⁵ Para Wachowicz, “l’immigration polonaise au Brésil commence à partir de 1869, d’abord, dans la Province de Santa Catarina et ensuite, dans celles du Paraná et du Rio Grande do Sul.” WACHOWICZ, Ruy. “L’immigration polonaise au Brésil”. In: WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro Machado; BALHANA, Altiva Pillati. *L’immigration au Brésil de la fin du XVIII siècle à nos jours*, Paris, CNRS, 1980, p. 134.

Devido ao prestígio que conquistara no meio acadêmico e científico, Ruy Wachowicz assumiu, em abril de 1970, a direção do *Boletim do IHGEP*, cargo que exerceu até maio de 1973, sucedendo a José Gonzaga Vieira. Nesse mesmo período, acumulou ainda a vice-presidência do Instituto (1972–1973), atuando como substituto interino de Valfrido Pilotto. Sua presença simultânea em diferentes frentes administrativas não apenas demonstra a sua influência, mas fortaleceu a articulação entre o Instituto e a universidade. Além de coordenar a gestão institucional, Wachowicz contribuiu com estudos sobre a história da imigração polonesa no Paraná, reforçando seu protagonismo no interior do IHGEP. Em 1971, ano do centenário da imigração polonesa no estado (1871–1971) e momento em que acumulava funções na presidência e direção do Boletim, impulsionou a publicação de quatro edições do periódico, o que demonstra a sua capacidade de mobilização, o dinamismo editorial do Instituto e a centralidade que buscava conferir ao tema da imigração, especialmente a polonesa, no debate historiográfico paranaense, sobretudo, aquele veiculado nas páginas do Boletim do IHGEP.

No cenário universitário brasileiro, essa temática vinha sendo trabalhada no contexto de surgimento da pós-graduação da Universidade de São Paulo, espaço que se atenta para a realização de estudos nas áreas de História Econômica e História Social, onde a imigração era temática trabalhada e destaque em pesquisas de História do Brasil República, especialmente sobre o Escravidão em São Paulo e Imigração⁵⁴⁶.

Parte das pesquisas realizadas pelos docentes do Departamento de História da UFPR, sobre a temática da imigração foram apresentadas no mês de setembro de 1969, durante o IV Simpósio dos Professores Universitários de História, evento que priorizou comunicações sobre a temática “*Colonização e Imigração*”⁵⁴⁷, além de abordar questões sobre fontes primárias da História⁵⁴⁸. Esse cenário evidenciava as novas temáticas e objetos, bem como as

⁵⁴⁶ Na docência da cadeira de História da Civilização Brasileira, Sérgio Buarque orientou mestrados e doutorados nesta temática. In: CAPELATO, Maria Helena Rolim; Glezer, Raquel; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Escola Uspiana de História. *Revista Estudos Avançados*. N. 8, v. 22. Dez. 1994. p. 354.

⁵⁴⁷ *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. Organizado pelo Prof. Eurípedes Simões de Paula. Colonização e Imigração. XXXI Coleção de Revista de História. São Paulo, 1969.

⁵⁴⁸ A temática das fontes primárias também esteve presente nas comunicações do III Simpósio Nacional de História, realizado na cidade de Franca, entre 3 a 7 de novembro de 1965. Inicialmente cogitado para ser realizado no estado do Ceará, o evento foi transferido para o interior de São Paulo. Na ocasião foram apresentadas comunicações sobre: 1) Artesanato, manufatura e indústria e 2) Fontes primárias para história. Os professores no Dehis-UFPR não comparecem ao evento. Estiveram presentes na ocasião, os professores do núcleo de São Paulo (Departamento da Universidade de São Paulo; Pontifícia Universidade Católica e Faculdade Municipal de Filosofia de Taubaté), do Núcleo de Minas Gerais, Núcleo do Rio Grande do Norte e Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina. In: *Anais III Simpósio dos Professores Universitários de História*. Organização Eurípedes Simões de Paula. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca. Franca, 1966. Impresso na Seção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/ANPUH.S03.pdf>. Acesso em dez. 2023.

práticas dos historiadores durante os anos de profissionalização dos docentes e do ensino universitário, com orientação para a pesquisa histórica. Na década de 1970, o Departamento de História tornou-se um locus de investigação social e econômica, com foco nos estudos de imigração, relações comerciais e estruturas agrárias. A partir da abordagem demográfica e por meio da exploração de novas fontes, bem como o emprego do método quantitativo na História, foi possível alargar os campos de pesquisa e mesmo renovar a historiografia paranaense em outras bases.

Sobre a participação do sócio Ruy Wachowicz nas atividades do IHGEP, o historiador assumiu a direção editorial do *Boletim* do IHGEP em 1971, posição que lhe conferiu considerável poder de decisão sobre o conteúdo publicado no periódico. Sob sua coordenação, o impresso passou a acolher textos e pesquisas produzidas por historiadores vinculados à universidade, incluindo os seus próprios, ampliando o diálogo entre o Instituto e o meio acadêmico emergente e contribuindo para a divulgação da historiografia universitária e renovação das práticas historiográficas do instituto.

O primeiro texto publicado do professor Ruy Wachowicz no *Boletim do IHGEP* foi relativo à vida e à obra de Simão Kossobudzki. O material era resultado da conferência realizada na sede do IHGEP em 28 de outubro de 1969, ano do centenário da imigração polonesa no Brasil. O conteúdo da conferência circulou dois anos depois, em 1971, no volume XII do *Boletim do Instituto*⁵⁴⁹. A seleção do texto, feita pelo próprio Wachowicz em sua condição de diretor do periódico, evidencia o papel das conferências como instrumentos privilegiados de vulgarização científica naquele período. Mais do que simples eventos públicos, essas apresentações funcionavam como meios de difusão de saberes históricos para públicos amplos, articulando especialistas, instituições culturais e segmentos diversos da sociedade. Portanto, a publicação da conferência no *Boletim* reforça a estratégia do Instituto de transformar exposições orais em textos de circulação formal, ampliando a visibilidade de seus conteúdos e consolidando a conferência como um espaço fundamental de mediação entre produção erudita e divulgação científica.

O sumário do volume XII do *Boletim do Instituto* publicado em Curitiba em 1971, reúne contribuições que se distribuem entre estudos biográficos, históricos, arqueológicos e de cultura popular, compondo um panorama plural da história paranaense. Entre os estudos publicados encontram-se, *O índio brasileiro — apontamentos desde o descobrimento do Brasil até a época do Império*, de Leda Maria Cardoso Naud, que abre o volume com uma

⁵⁴⁹ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Simão Kossobudzki - sua vida e sua obra. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XII. [1970] 1971. p. 31-39.

abordagem panorâmica sobre a presença indígena na história do Brasil, traçando um percurso desde o período colonial até o Império; *Gabriel de Lara*, de Osvaldo Pilotto, dedica-se à biografia do fundador de Paranaguá, enfatizando sua atuação no processo de colonização e na formação da identidade paranaense. No artigo, Pilotto mantém o tom heroico característico das narrativas do Instituto, voltadas à exaltação das origens e dos pioneiros locais; *Professor Aluizio França — o consolidador do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, de José Loureiro Fernandes, homenagem prestada ao então diretor e figura central da consolidação do Instituto, destacando sua liderança e contribuição para a institucionalização da história regional no Paraná; *Viagem a Paranaguá*, de Luiz Carlos Tourinho, insere-se na tradição dos relatos de viagem, descrevendo aspectos históricos e culturais da cidade, considerada berço da colonização do estado; *Um tema de folclore*, de Heitor Stockler, aborda manifestações culturais populares, reafirmando a atenção do Instituto à etnografia e ao folclore como dimensões fundamentais da identidade paranaense; e, *Sambaquis?*, de Dário Nogueira dos Santos, encerra o volume com um texto voltado à arqueologia regional, tratando dos sambaquis litorâneos como testemunhos da ocupação pré-histórica e das primeiras formas de vida humana na região.

Compondo o exemplar está a publicação do texto da conferência proferida por Ruy Wachowicz, pesquisa de cunho comemorativo fundamentada na celebração dos centenários de nascimento de Simão Kossobudzki e da imigração polonesa no Paraná. Em “*Simão Kossobudzki — sua vida e sua obra*”, de Ruy Christovam Wachowicz, revisita a trajetória de uma figura local de relevo intelectual, reforçando o interesse do autor pela recuperação da memória de personalidades paranaenses ligadas ao processo da imigração polonesa no estado. A participação de Wachowicz neste volume sinaliza sua crescente presença nas atividades do Instituto, especialmente naquele contexto de celebração da imigração polonesa.

A imigração tornou-se uma das questões-chave nos estudos sobre a população e a trajetória de ocupação e colonização do território nacional, gerando desdobramento na própria definição da identidade cultural do estado do Paraná. Embora as ações públicas locais realizadas para atrair imigrantes tenham tido efeito limitado, o número de estrangeiros que chegou ao Paraná revela-se bastante importante para a ocupação do território e a demografia desta região. A historiadora Altiva Pilatti, alertava sobre a importância da revisão da história brasileira, considerando uma periodização referente à imigração e colonização, bem como a

análise da política imigratória brasileira e a análise da inserção do imigrante na conjuntura nacional⁵⁵⁰.

Ao tratar do contingente de imigrantes poloneses e de sua presença no Paraná, Wachowicz observa que, quando os primeiros grupos chegaram ao estado, a partir de 1871, a província ainda estava ancorada em um sistema de trabalho escravista, modelo socioeconômico que já evidenciava sinais de esgotamento e desagregação. Nesse sentido, a política de promoção à imigração, intensificada no Paraná no final do século XIX, deve ser compreendida como parte das transformações estruturais em curso no campo econômico e social. A introdução de trabalhadores imigrantes insere-se em um projeto mais amplo de reorganização das relações de trabalho e de redefinição das bases produtivas após o declínio do regime escravista⁵⁵¹. Em análise quantitativa da população da imigração polonesa, Ruy Wachowicz demonstra que “dans le période de presque un siècle qui s’étend de 1869 à 1960, un total de 127.600 immigrants d’origine polonaise, entrèrent au Brésil. Les Polonais furent répartis entre les diverses états de la Fédération de la façon suivante: Paraná 62.100; Rio Grande do Sul 40.000; Santa Catarina 15.500, autres états 15.000.”⁵⁵²

A amplitude e importância da imigração polonesa para a formação da sociedade paranaense foi reconhecida nos estudos do historiador paranaense Ruy Wachowicz pelo estudo do perfil biográfico da vida e obra de Simão Kossobudzki, personagem escolhido para representar toda a comunidade polonesa paranaense. Além disso, o professor Ruy estava credenciado para escrever uma estudo biográfico, uma vez que em 1969, colaborou na obra *História do Paraná*, como autor de biografias de “Personalidades Ilustres do Paraná”, constantes do terceiro volume da referida coleção⁵⁵³.

⁵⁵⁰ BALHANA, Altiva Pilatti. Inmigracion Italiana al Paraná. **Separata del la Revista Estudios Americanos**, Sevilla, n. 63, 1956; BALHANA, Altiva Pilatti. **Os imigrantes estrangeiros na formação histórica da sociedade brasileira**. Universidade do Paraná. Conselho de Pesquisas. Departamento de História. Série Didática. Curitiba. v. 1, n. 19, 1961; BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória do Paraná. **Separata da Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Maio/jun. 1969. N. 12; BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva. História Demográfica do Paraná. **Separata do Boletim n. 10 do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba. 1970. p. 27-36; BALHANA, Altiva Pilatti. L’immigration italienne au Brésil. In: WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro Machado; BALHANA, Altiva Pillati. L’immigration au Brésil de la fin du XVIII siècle à nos jours, Paris, CNRS, 1980. p. 134-137; BALHANA, Altiva Pilatti. Le peuplement et la population du Parana. **Annales de Démographie Historique**. Année 1987. p. 81-102.

⁵⁵¹ (WACHOWICZ, 1974, p. 144-145).

⁵⁵² “Durante quase um século, de 1869 a 1960, um total de 127.600 imigrantes de origem polonesa entraram no Brasil. Os poloneses foram distribuídos pelos diversos estados da federação da seguinte forma: Paraná 62.100; Rio Grande do Sul 40.000; Santa Catarina 15.500; outros estados 15.000.” In: WACHOWICZ, Ruy. “L’immigration polonaise au Brésil”. In: WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro Machado; BALHANA, Altiva Pillati. L’immigration au Brésil de la fin du XVIII siècle à nos jours, Paris, CNRS, 1980, p.137.

⁵⁵³ **Ata de reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná**, realizada em 14 de novembro de 1969. GUEDES, Caroline Coleti Guedes;

A opção de Wachowicz por publicar estudos biográficos alinhava-se à tradição cultivada pelo Instituto Histórico, para o qual a trajetória individual operava como chave de interpretação da sociedade. Ao mesmo tempo, essa escolha sinalizava uma inflexão metodológica, pois ao enfatizar a articulação entre indivíduo e sociedade, a biografia tornava-se também um recurso para renovar as análises históricas, abrindo espaço para abordagens mais sensíveis às experiências sociais e aos sujeitos históricos em detrimento dos grandes vultos da história pátria, como sinalizou o estudo do sócio Osvaldo Pilotto, que exaltou em tom heróico as origens dos pioneiros locais, o fundador de Paranaguá sobre Gabriel de Lara⁵⁵⁴.

No âmbito dos institutos históricos, o gênero biográfico exerceu um expressivo papel na operação historiográfica. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a biografia esteve presente desde o século XIX, momento em que os sócios viam nas narrativas dos indivíduos ilustres não apenas guias exemplares para o presente e para o futuro, mas também uma modalidade de preservação do que era considerado relevante no passado nacional⁵⁵⁵. As biografias apresentavam homens ilustres que encarnavam os valores coletivos celebrados pela sociedade política monárquica em consonância com seu projeto de edificação de um sentimento nacional em sintonia com os novos ideias pós-Independência. Com a queda da Monarquia, o estatuto do gênero biográfico foi redefinido entre os sócios do IHGB nas duas primeiras décadas republicanas. A herança intelectual legada pelas gerações anteriores parecia justificar-se por si mesma e os novos trabalhos biográficos reatualizam, a seu modo, objetivos, premissas e pressupostos já estabelecidos, pois de acordo com o historiador Alexandre Avelar (2020), se os antigos enfatizavam as individualidades, especialmente aquelas dos heróis, das guerras e dos reis, os modernos preocupavam-se com os destinos coletivos, com a história dos povos e não apenas dos indivíduos⁵⁵⁶.

MARONEZI, Ana Karla; BENTHIEN (supervisão). **Caderno de Atas n. 1 (2/12/1964 - 14/04/1972)**. 1ª edição. Departamento de História – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2020. p. 44.

⁵⁵⁴ PILOTTO, Osvaldo. Gabriel de Lara. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XII. [1970] 1971. 25-29.

⁵⁵⁵ GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB**, n. 388, jul./set., 1995; OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.54; AVELAR, A. de S. Entre a tradição e a inovação: o IHGB e a escrita biográfica nas primeiras décadas republicanas. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 13, n. 33, p. 397–429, 2020. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1585>. Acesso em: 29 dez. 2023.

⁵⁵⁶ AVELAR, A. de S. Entre a tradição e a inovação: o IHGB e a escrita biográfica nas primeiras décadas republicanas. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 13, n. 33, p. 397–429, 2020. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1585>. Acesso em: 29 dez. 2023.

Essa tendência de se pensar os destinos coletivos por meio de trajetórias individuais, pode ser verificado na construção da vida do biografado ao qual se atentou Ruy Wachowicz. Foi através da vida e obra de Simão Kossobudzki, representante da elite intelectual e política da comunidade polonesa no Paraná, que o historiador buscou descrever os aspectos históricos da trajetória, origem, formação escolar e acadêmica, atividade profissional, a vinda para as terras brasileiras e as atividades políticas e profissionais desempenhadas pelo imigrante em solo brasileiro.

A imigração polonesa para o Brasil coincidiu com a época em que movimentos nacionalistas atuantes nos territórios ocupados se organizavam para reconquistar a independência do estado polonês. Muitos dos imigrantes instalados no Paraná se viram às voltas dos interesses nacionalistas e mesmo neocolonizadores, tendo seu papel alterado, em termos simbólicos e políticos, de colono-imigrantes para emigrante-colonizador cujo objetivo final seria criar uma nação polonesa em terras brasileiras.⁵⁵⁷ O Dr. Kossobudzki participou com entusiasmo redobrado nos movimentos em prol do ressurgimento da “Polska”. Sem descanso, difundia os ideais de independência, seja através do semanário “Niwa” (O Campo), periódico publicado por um grupo de ativistas do Partido Socialista Polonês radicado no Paraná, e que contou com a colaboração de Alberto Szukiewicz como editor e de Simão K. como diretor entre 1912 e 1913, ou atuando como presidente do Comitê da Defesa Nacional, da União das Organizações pela Independência e União dos Poloneses Democratas da América do Sul.⁵⁵⁸

Esse cenário permite pensar a contribuição do biografado ao Paraná às coletividades polonesas radicadas no país. Certamente que as suas relações sociais e posições que ocupou na sociedade paranaense foram importantes, elementos diferenciais, para que o médico fosse escolhido como homenageado daquele centenário da imigração polonesa no Paraná, a sua trajetória era um demonstrativo do sucesso da inserção dos imigrantes europeus, o que validava o discurso de que a imigração favoreceu para o progresso da sociedade brasileira, contribuindo para a consolidação da identidade do Paraná moderno, fundamentado no padrão eurocêntrico.

Sobre as atividades de pesquisa que Ruy Wachowicz passou a realizar no contexto universitário e que resultou na publicação de seus estudos no Boletim do IHGEP, elas constituem parte dos resultados dos Seminários de Pesquisa organizados durante a década de

⁵⁵⁷ (OLIVEIRA, 2009, p. 220).

⁵⁵⁸ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Simão Kossobudzki - sua vida e sua obra. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XII. [1970] 1971, p. 35.

1960 e que se tornaram uma rotina nos trabalhos didáticos desenvolvidos pelo Departamento de história, com a meta de planejar e elaborar projetos e execução de pesquisas feitas por discentes e docentes do curso. A partir da definição de pesquisas em história regional, os professores empenharam-se em organizar arquivos e fontes, para ser possível a ampliação de pesquisas acerca da história do Paraná. Assim, o levantamento de arquivos e sua organização, somada à prática de pesquisa orientada teórica e metodologicamente, significou a transformação do sentido dado à história do Paraná, ao mesmo tempo que reforçava uma nova orientação à prática historiográfica.⁵⁵⁹

Exemplo desse movimento de contato com os arquivos, foram os materiais levantados por Ruy Wachowicz, ex-aluno da UFPR, professor contratado para a cadeira de história antiga e medieval desde o ano de 1966⁵⁶⁰ e sócio do IHGEP desde 1968⁵⁶¹, durante a realização do projeto de levantamento de arquivos desenvolvido no contexto do Dehis, direcionado para as pesquisas em História Demográfica, linha que incluía estudos sobre população, imigração, família e fecundidade. A opção de Ruy foi iniciar a trajetória de pesquisa em arquivos com os estudos sobre a presença de poloneses na região de Curitiba, especialmente na Paróquia de Abranches, onde foram efetuadas pesquisas sobre os novos contingentes étnicos que contribuíram para alterar o quadro demográfico paranaense⁵⁶². Como desdobramento da participação do professor nas atividades de pesquisa, nas dinâmicas da universidade e das práticas do historiador profissional, publicou vários estudos sobre a temática da imigração polonesa ao longo do ano de 1970, tais como, “Conjuntura Emigratória Polonesa no século XIX”, “A febre brasileira na Emigração Polonesa” e “As escolas da Imigração Polonesa no Brasil”, materiais que podem ser localizados nos volumes I e II, dos Anais da Comunidade Brasileiro Polonesa⁵⁶³.

Wachowicz participou ativamente de instituições culturais, associações e comunidades polonesas onde pôde praticar seu ofício de historiador e também exercer seu papel como

⁵⁵⁹ (LEAL, 2017, p. 63).

⁵⁶⁰ Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, realizada em 5 de setembro de 1966. In: GUEDES, Caroline Coleti; MARONEZI, Ana Karla; BENTHIEN, Rafael Faraco. **Caderno de Atas n. 1. (2/12/1964 - 14/04/1972)**. 1ª Edição. Departamento de História – UFPR. Curitiba. 2020. p. 22; Com a morte do professor Homero Batista de Barros, Titular das disciplinas de História e Medieval, o Prof. Ruy Wachowicz seria deslocado da função de instrutor dessas cátedras e nomeado como regente das disciplinas, o que foi aprovado pela Direção da Faculdade. In: Ata de reunião do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, realizada em 11 de dezembro de 1970. p. 60.

⁵⁶¹ Lista Nominativa de Sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

⁵⁶² WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Abranches: Um estudo de história demográfica**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1976; _____. **Tomás Coelho: Uma comunidade camponesa**. Curitiba: Real Artes Gráficas Ltda., 1977.

⁵⁶³ **Ata de reunião do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná**, realizada em 11 de dezembro de 1970.

descendente de polonês, intermediando as relações entre os aspectos étnicos e culturais praticados por esses grupos, juntamente com os estudos acadêmicos desenvolvidos nas universidades em qual trabalhou⁵⁶⁴, no Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e também na organização dos Anais da Comunidade Brasileiro-polonesa quando das comemorações do primeiro centenário da imigração⁵⁶⁵. Cabe destacar que no limiar do centenário da imigração polonesa no Paraná, o Governo do Estado criou a Superintendência das Comemorações do Centenário da Imigração Polonesa no estado, que funcionou entre 1970 e 1973. Com diversos desdobramentos e atividades propostas como cerimônias nas comunidades polonesas, exposições fotográficas e culturais e também publicações oficiais em periódicos culturais e nos Anais da Comunidade Brasileiro-polonesa, os quais relataram as vivências dos poloneses no contexto paranaense. Wachowicz se fez presente na comemoração do centenário, onde participou como autor e pesquisador de trabalhos que remontam aos registros documentais de modo a celebrar a memória, a tradição e a história centenária da imigração polonesa, tornando-se referência para o debate sobre a imigração polonesa que ganhava visibilidade.

Outro estudo publicado por Ruy Wachowicz no periódico do IHGEP, cujo tema central aborda aspectos da história da imigração polonesa no Paraná, foi incluído no volume XIII do Boletim que circulou no ano de 1971 do qual ele foi o Diretor. O referido exemplar trouxe cinco artigos: *As forças caudinas do Rio dos Morretes*, de Luiz Carlos Pereira Tourinho; o estudo de *Ermelino Agostinho de Leão*, de José Gonzaga Vieira; a publicação, *D. Pedro II e os imigrantes em Curitiba*, de Ruy Wachowicz; No campo da arqueologia, o texto *A cultura Payaguá e suas possíveis correlações com a cultura tupi-guarani*, de Igor Chmyz e Ariete Alice Schmitt. Finalizando o volume, *O Chafariz centenário 1871–1971*, de Heitor Borges Macedo. O material publicado neste Boletim trata-se de conjunto heterogêneo de pesquisas que articulam história, arqueologia e memória, contribuindo para o fortalecimento dos estudos sobre o Paraná e dos marcos históricos de Curitiba.

O exemplar v. XIII do Boletim do IHGEP também anuncia o início da publicação de um conjunto significativo de documentos históricos obtidos em arquivos portugueses, resultado de pesquisa realizada pela funcionária da Torre do Tombo, Luiza Fonseca, mediante financiamento e contrato firmado com a instituição. A iniciativa é apresentada por Ruy

⁵⁶⁴ Professor de História Antiga e Medieval na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná entre 1966-1991. Professor de História do Brasil no curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1971).

⁵⁶⁵ Wachowicz contribuiu para 11 volumes dos Anais da Comunidade Brasileiro-polonesa, um número expressivo considerando os dezessete volumes publicados ao longo da década de 1970 a 1980. Todas suas contribuições são desdobramentos da temática sobre imigração, onde retrata algumas comunidades polonesas e organiza os materiais e documentos utilizados em centros de arquivos, incentivando a criação de espaços que preservassem as fontes e registros usados nas demais pesquisas.

Wachowicz como um avanço importante, uma vez que, até então, os sócios do Instituto Paranaense afeitos à escrita história dependiam majoritariamente de acervos brasileiros, o que limitava o acesso a fontes capazes de esclarecer de maneira mais ampla aspectos essenciais da formação histórica regional⁵⁶⁶. Ao divulgar essa documentação inédita, publicada respeitando os originais portugueses, o Instituto buscava estimular novas interpretações sobre a história do Paraná, por parte dos historiadores eruditos e também pelos pesquisadores oriundos dos cursos universitários de História. O levantamento e a catalogação de fontes em acervos internacionais representavam um avanço significativo para os estudos de história regional⁵⁶⁷.

Como afirmou o próprio Wachowicz, à época Diretor do Boletim, “com a divulgação dos documentos referidos, daremos motivação e interesse aos interpretadores dos fastos da história paranaense, muitos provindos dos cursos de História das nossas universidades”⁵⁶⁸. Essa declaração ilustra o papel mediador do IHGEP, embora ancorado em uma tradição erudita e comemorativa, o Instituto buscava atualizar-se, promovendo a catalogação e divulgação de acervos que poderiam fomentar pesquisas históricas de diferentes perspectivas, incluindo aquelas em consolidação no espaço universitário. Assim, mesmo a partir de lógicas distintas, tanto o IHGEP quanto o DEHIS contribuíram ao longo da década de 1970 para a valorização dos arquivos e para o fortalecimento de uma cultura documental que sustentaria a profissionalização do ofício e moldaria a identidade dos historiadores no Paraná.

Este número do Boletim que inaugura a série documental contou ainda com o apoio financeiro da Fundação Educacional do Estado do Paraná (Fundepar), reforçando o esforço institucional de ampliar e qualificar o repertório documental disponível aos estudiosos da história paranaense⁵⁶⁹. As fundações educacionais eram consideradas inovadoras, organismos novos, dinâmicos, livres da rotina da burocracia universitária, e com possibilidades de contínuo e progressivo aperfeiçoamento. No contexto estadual, a Fundepar, instituída durante o governo de Ney Braga, foi importante para dinamizar a educação e a cultura. Além de facilitar as operações de gestão educacional, por força de seu estatuto, aprovado pelo Decreto n. 9393/62, tinha por finalidade, ainda, auxiliar no apoio às atividades culturais.⁵⁷⁰ De acordo

⁵⁶⁶ Publicação dos documentos Históricos. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XIII, 1971, p. 7.

⁵⁶⁷ Documentos Históricos Paranaenses. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba, v. XIII, 1971, p. 7-30.

⁵⁶⁸ Publicação dos documentos Históricos. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XIII, 1971, p. 7.

⁵⁶⁹ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Pedro II e os imigrantes em Curitiba. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Fundepar: Curitiba, v. XIII, p. 77-84. 1971.

⁵⁷⁰ WESTPHALEN, 1966, p. 6-7.

com Westphalen , que atuou no Conselho Diretor da Fundação no Paraná, a administração de Ney Braga foi importante para dinamizar a educação e a cultura.⁵⁷¹

Nesse ambiente de incentivo institucional, a valorização do uso de arquivos para a pesquisa histórica e o esforço do IHGEP em promover o levantamento de documentação, inclusive em acervos internacionais, consolidaram o papel do Instituto como espaço de circulação de saberes e de difusão de fontes sobre a história do Paraná. Contudo, esse movimento não se desenvolvia sem tensões. A concepção de arquivo que orientava as práticas do Instituto contrastava abertamente com aquela que começava a se afirmar na Universidade Federal do Paraná. Enquanto o IHGEP preservava uma visão do arquivo como repositório da memória e guardião de documentos que legitimam a narrativa regional vinculada à história nacional, na universidade o arquivo era progressivamente redefinido como um verdadeiro “laboratório da história”, um espaço de trabalho, crítica, sistematização e interpretação das fontes. Essa orientação ganhava forma especialmente nas disciplinas de “Introdução à História”⁵⁷², implementada no curso de história desde 1961, e “Métodos e Técnicas de Pesquisa” que compôs o currículo em 1970, responsáveis por introduzir uma perspectiva metodológica mais analítica e problematizadora. Mesmo que tais disciplinas fossem demonstrativos do desenvolvimento da ciência histórica no âmbito universitário, especialmente no que tange a valorização do uso dos arquivos para pesquisa histórica, é possível observar que a noção de arquivo praticada pelos professores do Dehis permanecia marcado por uma herança da tradição historicista ou metódica do século XIX, centrada em documentos oficiais, prática que perdurou até meados do século seguinte.

No IHGEP, o arquivo e o documento mantinham uma dimensão monumental, funcionando como repositório da memória regional e expressão da história-memória das elites políticas, um lugar de consagração do passado nacional e de preservação de identidades locais⁵⁷³. Essa diferença reflete os diversos meios de legitimar o saber histórico e as concepções de arquivos que fundamentava cada uma das instituições, enquanto no Instituto, o arquivo permanecia como monumento, guardião da verdade e da continuidade histórica do Paraná, na universidade, ele tornava-se uma etapa da pesquisa (o momento de coleta de fontes de pesquisa), um espaço de crítica e reconstrução do conhecimento. Contudo, ambas as perspectivas ainda partilhavam, em certa medida, uma noção positivista do arquivo,

⁵⁷¹ Cf. WESTPHALEN, C. M. Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR, uma experiência no financiamento da Educação. Curitiba: **Conselho Estadual de Educação**, n. 4, p. XXI-LI, jul./dez. 1966. p. 5.

⁵⁷² ROIZ, Diogo. A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (1938-1971). **Diálogos**, 24(3), 305-330. 2020.

⁵⁷³ LE GOFF, Jacques. Documento Monumento. In: LE GOFF. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

entendido como portador da “verdadeira história”, um lugar de origem, autoridade e autenticidade documental.

A historicidade do conceito de arquivo torna-se visível quando se observa a transformação da própria ideia de documento. Do vocabulário jurídico-administrativo francês do século XVII (*titres et documents*) ao seu estatuto moderno de testemunho histórico, o documento passou de simples registro a fundamento do fato histórico, uma herança que a historiografia do final do século XIX e início do XX tratou como base da “memória científica” da nação. É nesse ponto que a análise de Le Goff (1990) se torna necessária, pois ao afirmar que o documento é também um monumento⁵⁷⁴, o historiador desloca o interesse do conteúdo para o dispositivo que o produz e legitima sentidos para a história⁵⁷⁵. O documento não é o passado, mas um vestígio selecionado, preservado e interpretado por forças sociais que organizam o campo da memória e da história. O que sobrevive aos arquivos não é o conjunto da experiência vivida, mas o que a sociedade e os historiadores, por meio de operações conscientes e inconscientes, selecionam como digno de subsistência.

A partir dos anos 1960 e 1970, especialmente com as contribuições de Michel Foucault essa reflexão atinge outro patamar, o documento passa a ser compreendido como discurso documental⁵⁷⁶. Para Foucault, o arquivo não é o depósito de documentos já mortos, mas ele é o sistema que regula “a lei do que pode ser dito”, a forma que organiza “o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”⁵⁷⁷. O arquivo, portanto, não unifica o discurso histórico, ele o diferencia, fixa limites de duração, institui regularidades e variações, de modo que, o documento é apenas uma das materializações possíveis desses acontecimentos.

Essa redefinição rompe com a tradição documentalista, inclusive aquela presente em certas leituras dos *Annales*, ao propor que o arquivo não seja conteúdo acumulado, mas condição de possibilidade do discurso. O arquivo deixa de ser repositório de provas e passa a ser compreendido como uma instância dinâmica, atravessada por relações de poder, práticas institucionais, disputas pela memória e formas históricas de enunciar o passado. Esse movimento epistemológico não apenas amplia o repertório metodológico da historiografia, mas recoloca em debate a própria relação entre documento, memória e história, evidenciando

⁵⁷⁴ LE GOFF, Jacques. Documento Monumento. In: LE GOFF. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

⁵⁷⁵ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

⁵⁷⁶ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

⁵⁷⁷ Idem, p. 149.

que o passado não se oferece ao historiador, ele é construído discursivamente a partir dos vestígios que sobrevivem e das condições que permitem interpretá-los.

Neste procedimento também é importante retomar a reflexão de Jacques Derrida, especialmente em *Mal de arquivo*⁵⁷⁸, obra em que o autor propõe compreender o arquivo não como depósito neutro de fatos, mas como uma construção discursiva e institucional, atravessada por relações de poder, seleção e exclusão. Sob essa ótica, tanto o arquivo monumental do IHGEP, quanto o laboratório histórico da UFPR, revelam-se produtos de determinadas formas de se orientar e ordenar o passado, de definir o que merece ser lembrado e esquecido. Mais do que um simples acervo, o arquivo constitui um campo de disputas simbólicas e epistemológicas, no qual se delineiam os contornos da própria identidade do historiador e da sua autoridade historiográfica no Paraná. A metáfora que Derrida (2001) utiliza para discutir o arquivo como memória, repressão, poder e tecnologia, consiste em uma forma de compreender que os arquivos podem tanto preservar quanto distorcer as representações da memória, e que essa dinâmica tem efeitos psíquicos, históricos e sociais profundos⁵⁷⁹.

A preocupação dos historiadores do Dehis com os arquivos e as fontes, era resultado do contato com a historiografia francesa, desde a tradição documentalista de Fernand Braudel, e foi imprescindível às preocupações relativas ao ofício do historiador que foram surgindo ao longo do processo de sua constituição, desencadeando uma nova compreensão do trabalho do historiador, sobretudo no que se refere a documentação. Na universidade, o contato com o arquivo mantido pelos professores e estudantes era uma possibilidade de se escrever a História a partir de fontes inéditas, delimitando objetos em História Regional. A preocupação com os acervos, a partir dos levantamentos, sua organização e preservação, etapas essenciais para a construção de uma cientificidade para a produção da historiografia no Paraná, também foi pauta de outras instituições culturais frequentadas pelos professores da UFPR.

No âmbito do Dehis, Westphalen e Balhana, já alertavam e reconheciam a importância da documentação histórica,

[...] bem como se conhece o extraordinário valor dos arquivos históricos, inclusive para os planos e projetos que visam a promoção dos recursos humanos e o desenvolvimento econômico e social [...]. Assim, não somente por motivos de ordem estritamente da ciência histórica, mas também da ação

⁵⁷⁸ DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**. Uma Impressão Freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

⁵⁷⁹ ROUDINESCO, Elizabeth. O poder do arquivo. In: ROUDINESCO, E. **A análise e o arquivo**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2006.

político-administrativa, há de recorrer-se a documentação organizada e arranjada, segundo normas técnicas indispensáveis⁵⁸⁰.

Em resumo, o uso adequado de arquivos históricos não se limita apenas à pesquisa acadêmica, mas também desempenha um papel crucial na tomada de decisões em várias esferas, incluindo o desenvolvimento social, econômico e político. O cuidado e o acesso a esses documentos são, portanto, considerados fundamentais para a sociedade, pois ajudam a compreender a formação da população e da sociedade paranaense ao longo do tempo⁵⁸¹.

É justamente nesse horizonte que se insere a atuação de Ruy Christovam Wachowicz. Dando continuidade aos estudos sobre imigração polonesa, o historiador ministrou, em outubro de 1971, o curso de Extensão Universitária intitulado “A colonização polonesa no Paraná: confrontos e perspectivas”⁵⁸², financiado pelo Departamento de Cultura da Universidade Federal do Paraná e pelo Centro de Estudos de História. No mesmo ano, publicou diversos trabalhos em língua polonesa, além do estudo “Dom Pedro II e os imigrantes em Curitiba”, veiculado no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (vol. XIII), cuja edição contou com o apoio da Fundação Educacional do Estado do Paraná (FUNDEPAR)⁵⁸³.

Importa destacar que neste exemplar, Wachowicz não realizou um trabalho de análise histórica, mas sim um esforço de reunião, transcrição e organização da documentação localizada nos arquivos paroquiais de Curitiba e região, particularmente na Paróquia de Abranches. Entre os materiais divulgados, encontram-se reportagens da imprensa paranaense relativas à visita da família imperial à então Província do Paraná. No conjunto de fontes publicadas, Wachowicz evidenciou o contato de D. Pedro II com imigrantes poloneses estabelecidos em Santa Cândida e Abranches, no rocio de Curitiba, bem como nas colônias Murici e Nova Orleans, no interior da província⁵⁸⁴. Ressaltou, ainda, que a própria autorização para a fixação de imigrantes poloneses no Paraná teria partido do Imperador.

⁵⁸⁰ BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. Levantamento e Arrolamento de Arquivos. **Separata do Boletim n. 10**, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1970. p. 7. Arquivo Público do Paraná. Sala Cecília Maria Westphalen. PI015 – Biblioteca de Apoio. Caixa 22.

⁵⁸¹ BALHANA, Altiva. La Démographie Historique a L’Université du Paraná, Brésil. Pilatti Balhana Altiva. La démographie historique à l’Université du Paraná, Brésil. In: **Annales de démographie historique**, 1986. Démographie historique en Amérique Latine. p. 393-406. DOI: <https://doi.org/10.3406/adh.1987.1672>. Acesso dez. 2023.

⁵⁸² **Ata da reunião do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná**, realizada em 20 de dezembro de 1971. p. 75.

⁵⁸³ Extrato do mesmo texto foi publicado em 1975. WACHOWICZ, Ruy C. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II (1825-1875). Curitiba: A. M. Cavalcante & Cia, v. XXVII, p. 415-421, 1975.

⁵⁸⁴ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Pedro II e os imigrantes em Curitiba. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Fundepar: Curitiba, v. XIII, 1971, p. 77.

Dessa maneira, sua contribuição reside sobretudo na disponibilização e circulação de documentação, ampliando o acesso a fontes dispersas ou pouco conhecidas dos arquivos locais, mais do que uma interpretação historiográfica mais aprofundada sobre o tema.

A utilização de jornais como fontes históricas passou por um longo processo de legitimação ao longo do século XX⁵⁸⁵. Embora familiares ao cotidiano urbano, os impressos periódicos constituem um tipo específico de fonte, cuja compreensão exige ultrapassar a sua aparente obviedade⁵⁸⁶. Recordar a passagem da família imperial pelo território paranaense a partir dos recortes registrados na imprensa e coletados durante as atividades de pesquisa de Ruy Wachowicz em arquivos e acervos documentais, era um sinal de que para ele essa materialidade e momento da história de Curitiba e da imigração polonesa deveriam ser preservadas, um passado comum a ser celebrado pelos paranaenses e validado pelo IHGEP, o que fica evidente a partir da publicação desses documentos no periódico da instituição.

No artigo *D. Pedro II e os imigrantes em Curitiba*, Ruy Wachowicz examina a presença do imperador na capital paranaense e analisa o modo como sua atuação política e simbólica se articulou ao processo de incentivo à imigração no final do século XIX⁵⁸⁷. Partindo de registros documentais e relatos da época, Wachowicz destaca que as visitas de D. Pedro II a Curitiba, bem como suas políticas de modernização administrativa, contribuíram para fortalecer iniciativas voltadas à atração de colonos europeus, em especial em um momento em que o sistema escravista se encontrava em declínio. O autor evidencia como o governo imperial buscava projetar uma imagem de progresso e integração territorial, e como essas diretrizes repercutiram localmente na formação dos núcleos coloniais e na redefinição demográfica e econômica da região. Ao situar a experiência curitibana no contexto mais amplo das políticas migratórias do Segundo Reinado, Wachowicz oferece uma leitura que articula agentes políticos, transformações estruturais e o papel da imigração na consolidação de uma nova ordem social no Paraná.

A presença do imigrante estrangeiro contribuía para a mudança da cultura luso-brasileira, que vigorou na sociedade brasileira desde o período colonial até o Imperial. As migrações eram fatores de equilíbrio demográfico e econômico, atuavam sobre a

⁵⁸⁵ BARROS, José D'Assumpção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História** – t. LII, 2021. p. 421-443

⁵⁸⁶ LUCA, Tania de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

⁵⁸⁷ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Pedro II e os imigrantes em Curitiba. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Fundepar: Curitiba, v. XIII, p. 77-84, 1971.

composição étnica dos grupos humanos e modificaram a sua cultura. A noção de assimilação era observada de um ponto de vista político, econômico, social, cultural ou psicológico⁵⁸⁸.

A publicação de textos sobre o Imperador D. Pedro II, não era algo inédito no contexto do instituto paranaense, reconhecido como personagem importante para a formação do Estado Nacional e o desenvolvimento político e administrativo do Paraná, o monarca foi assunto de outras publicações do Boletim, quando a instituição ainda se abrigava sob a antiga nomenclatura⁵⁸⁹. Essa admiração era herança advinda não apenas dos acontecimentos históricos vivenciados a partir das sanções régias, mas também pelo papel que o D. Pedro II desempenhou no interior do IHGB, lugar social de produção de saber histórico em que a monarquia e a própria pessoa do monarca foram essenciais⁵⁹⁰. Com a Proclamação da República, as instituições culturais e científicas foram espaços importantes para a construção de um imaginário próprio para o novo regime⁵⁹¹, de modo que a exaltação da monarquia e do Imperador foram contidas, mas não deixaram de existir por questões políticas e como um meio de sobrevivência da instituição. Ambos, monarquia e Imperador só foram retomados, a partir da década de 1920, tanto nacional como regionalmente, quando não eram mais uma ameaça ao regime vigente, a partir desse momento, foi possível construir a imagem de D. Pedro II no período republicano⁵⁹².

Notadamente, os dois textos publicados por Ruy Wachowiz no ano de 1971 trazem personagens de perfis e de períodos diferentes da história política nacional, a saber, o imperador D. Pedro II, representante do período monárquico, e o médico imigrante polônês

⁵⁸⁸ Cf. Étude sur les migrations de population, Pierre George, p. 142, Centre de Documentation Universitaire, Paris, s/d. In: BALHANA, Altiva Pilatti. Os imigrantes estrangeiros na formação histórica da sociedade brasileira. Universidade do Paraná. Conselho de Pesquisas. **Departamento de História**. Série Didática. Curitiba. Paraná. N. 1. Biblioteca Pública do Paraná. 1961.

⁵⁸⁹ Na edição especial de 1925 impressa por ocasião da festividade do nascimento de Pedro II, seguindo as orientações do Instituto Nacional, que à época organizou uma edição comemorativa a tal acontecimento histórico, foram publicados três textos sobre a vida do monarca brasileiro, o primeiro intitulado, *D. Pedro II, Imperador Constitucional do Brasil*, escrito pelo Commandante Diddio Costa; *A viagem de D. Pedro II pelo Paraná, extracto dos jornaes da época*, estudo elaborado pelo historiador F. Negrão e Altramirano Nunes Pereira, oficial do exército e engenheiro; e *A passagem de D. Pedro II por Porto de Cima*, de autoria de Antônio Ribeiro Macedo, essas produções demonstram toda a simpatia e admiração que o Instituto Paranaense nutria pelo imperador e pelos feitos por ele realizados. Análises sobre as produções sobre a vida de D. Pedro II publicadas no Boletim do IHGP podem ser encontradas em (ROSEVICS, 2009; DIAS, 2016).

⁵⁹⁰ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, 246 p.

⁵⁹¹ CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**.

⁵⁹² Estudos sobre essa temática vêm despertando interesse de pesquisadores. Cf. GUIMARÃES, Lúcia M. P. Os funerais de Dom Pedro II e o imaginário republicano. In: SOIHET, Rachel et. al. **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p.69-82; cabe destacar a pesquisa de Leandro da Silva, sobre a construção da imagem de D. Pedro II no contexto republicano, especialmente a edição comemorativa da revista produzida pelo IHGB em 1925, exemplar realizado em referência ao nascimento do Imperador brasileiro. In: SILVA, Leandro Antonio da. **Gestos políticos de memória : construções de D. Pedro II e do Segundo Reinado nas comemorações republicanas (1925-1927)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Unesp, Franca, 2025 158 p.

Simão Kossoboduzki, personagem de destaque durante o regime republicano. De modo geral, pode-se dizer que essas personalidades políticas e intelectuais, possuíam algo em comum, ambos eram representantes da elite, respeitando-se é claro a dimensão e a abrangência de cada personalidade para o tempo e o contexto em que atuaram. Todavia, a prioridade pela publicação desses dois estudos destoa do principal objeto trabalhado por Ruy Wachowicz ao longo das pesquisas científicas no âmbito do DEHIS-UFPR, qual seja, o camponês polonês.

Certamente a escolha dos personagens que ganharam as páginas do Boletim do IHGEP, realizadas pelo próprio Ruy Wachowicz, não estava relacionada apenas aos trabalhos em demografia histórica desenvolvidos pelo historiador como pesquisador, mas revelava quais eventos e sujeitos a história selecionava para compor o panteão nacional, enquanto outros personagens seriam relegados ao esquecimento cultural na tessitura da escrita da história do instituto paranaense, revelando nuances da prática historiográfica desse lugar social de produção da história.

Nestes termos, pode-se pensar que os personagens priorizados por Wachowicz nas pesquisas que apresentou ao IHGEP – espaço de validação da ação das elites intelectuais e políticas – dizem do perfil da historiografia da instituição ao qual vinculou seus trabalhos sobre a imigração polonesa, e de como este movimento contribuiu ao processo de modernização da sociedade paranaense colaborando para a renovação da história do Paraná. Os textos do sócio Ruy Wachowicz constituem uma forma peculiar de tomar os dois sujeitos estudados cujas vidas e ideias são apresentadas, aos moldes de François Dosse (2009), como “modelos morais edificantes usados para educar e transmitir os valores dominantes às gerações futuras”⁵⁹³.

Ainda sobre o centenário da imigração polonesa no Paraná (1871-1971), o IHGEP publicou uma edição especial comemorativa em homenagem a tal acontecimento⁵⁹⁴. O volume XIV, sob direção de Ruy Wachowicz, também foi publicado com recursos financeiros da Fundepar no ano de 1971⁵⁹⁵, o que favoreceu a circulação do periódico e reforçou a aliança entre instituto e órgãos públicos estatais. A edição reuniu dois textos, o primeiro, trata-se de uma Conferência, intitulada “*Poloneses no Paraná*”, proferida por Bento Munhoz da Rocha

⁵⁹³ DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 123.

⁵⁹⁴ Conforme as disposições do capítulo 6 dos Estatutos do IHGEP, especialmente o art. 27, “o Instituto poderá ainda editar publicações especiais a juízo do Conselho de Presidência” Estatutos do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, v. IV, jan. 1950, fasc. 1, p. 57.

⁵⁹⁵ Até 1963 cada volume do Boletim do IHGEP era composto por até quatro fascículos. A partir daí, a instituição deixou de publicar os fascículos, passando apenas a publicar seus periódicos em volumes.

Neto⁵⁹⁶, sócio do instituto desde fevereiro de 1950, intelectual polígrafo, político renomado no cenário estadual, foi professor⁵⁹⁷ do curso de história da UFPR, onde atuou entre 1938 e 1969. O outro artigo trata-se de material intitulado “*Quem é o polonês*”⁵⁹⁸, de Edwino Donato Tempski⁵⁹⁹, que na época ocupava a função administrativa de terceiro vice-presidente do IHGEP, portanto, era um personagem de destaque no que tange às atividades do instituto, e, reconhecido por Bento Munhoz, político e intelectual paranaense, como um conhecedor das “raízes e gente polonesa”. Edwino, foi mencionado na obra de Bento Munhoz da Rocha Neto, “*Presença do Brasil*” (1960), como médico e político, grande estudioso de sociologia e antropologia, com seus estudos contribuiu para o conhecimento da cultura polonesa,

⁵⁹⁶ Bento Munhoz da Rocha Neto (1905-1973), nasceu em Paranaguá, filho do político Caetano Munhoz da Rocha, governador do Paraná de 1920 e 1928, e de Olga Carneiro de Sousa Munhoz da Rocha. Iniciou os estudos no Colégio São José de Paranaguá, seguindo para Curitiba, onde concluiu o secundário no Ginásio Paranaense. Ingressou depois na Faculdade de Engenharia, colando grau em 1927. Com uma formação eclética, dedicou-se ao magistério. Foi um dos fundadores, em 1938, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, na qual foi catedrático de história da América. Iniciou sua carreira política elegendo-se, em dezembro de 1945, deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da União Democrática Nacional (UDN), mandato que cumpriu entre 1946-1951. Participou das moções encaminhadas à mesa da Assembleia, repudiando o Estado Novo e exaltando as forças armadas pela deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945. Defendeu também a restauração da Universidade do Paraná, com o apoio do ministro da Educação, Ernesto de Sousa Campos, conseguiu que fosse sancionado o decreto-lei de 6 de junho de 1946, restabelecendo a universidade. Entretanto, a luta de Munhoz da Rocha por sua federalização só obteve sucesso em dezembro de 1950. No âmbito da política, foi eleito governador do Paraná, na legenda da coligação da UDN como Partido Republicano (PR), o Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido de Representação Popular (PRP), cargo que ocupou entre 1951-1955. Em seu governo, comemorou-se em 1953 o centenário da emancipação política do Paraná. Renunciou ao governo do Paraná no dia 2 de abril de 1955. No mesmo ano, foi nomeado Ministro da Agricultura, durante o governo de Café Filho. No pleito de outubro de 1958, elegeu-se novamente deputado federal na legenda da Frente Democrática do Paraná, que congregava a UDN, o PR e o Partido Social Progressista (PSP), esse mandato, foi encerrado em janeiro de 1963. Foi membro da Academia Paranaense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e do Instituto de Engenharia do estado. Entre os livros que publicou, destacam-se: Uma interpretação das Américas (1948), Radiografia de novembro (1956, 2ª ed. 1961), Itinerário (1958), Presença do Brasil (1960), Mensagem da América, Perfis, Variações sobre a democracia e Postulados e fórmulas. In: PANTOJA, Silvia. Bento Munhoz da Rocha Neto. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/ACERVO/DICIONARIOS/VERBETE-BIOGRAFICO/BENTO-MUNHOZ-DAROCHA-NETO>. Acesso em dez. de 2023.

⁵⁹⁷ Bento lecionou por mais de três décadas, sendo professor tanto na área de Engenharia quanto na área de Ciências Sociais e História, ministrando aulas de História da América na Universidade do Paraná e de Sociologia na Universidade Católica do Paraná. Também atuou na área do Direito, do qual foi homenageado professor honorário da Faculdade de Direito de Curitiba. Foi professor no Instituto de Teologia do Paraná, na Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná e na Escola de Altos Estudos de Administração Internacional. (CORDOVA, 2009, p. 101-102).

⁵⁹⁸ O texto é derivado de estudo apresentado no Segundo Congresso Regional de História e Geografia realizado pelo Círculo de Estudos Bandeirantes do Paraná, intitulado “Evolução Histórica e Geográfica da Imigração Polonesa no Estado do Paraná”. O material, publicado em 1971, foi dividido em quatro partes: gente nova no estado do Paraná 1871; a pré-história e o eslavo polonês; o século XVI – século de ouro – o polonês medieval; século XIX, o polonês imigrante. (TEMPSKI, 1971)

⁵⁹⁹ Edwino Donato Tempski nasceu em Erechim (RS), no dia 22 de setembro de 1913. Veio com os pais, em 1919, ao Paraná onde fez o curso de Humanidades no Colégio da Sagrada Família, na Escola Henryk Sienkiewicz e Colégio Santa Maria. Ingressou no curso de Pedagogia da Escola de Professores e na Faculdade de Medicina do Paraná, na qual se diplomou em 1935. Ocupou a cadeira n. 33 da Academia Paranaense de Letras, cujo patrono foi Nestor Pereira de Castro (1867-1906), e ocupada por outros intelectuais importantes como Alfredo Romário Martins, José Loureiro Fernandes e Edilberto Trevisan. In: Edwino Donato Tempski (1913-1995). Cadeira n. 33. Disponível em: <https://academiaparanaensedeletras.com.br/cadeira-33/cadeira-33-3-o-ocupante/>. Acesso em dez. 2023.

pesquisou “um passado histórico que o Brasil precisa conhecer”. A referência de Bento Munhoz à produção de Edwino Tempski, parece ter se configurado enquanto elemento de validação para que sua produção fosse selecionada pelo diretor do Boletim, Ruy Wachowicz, e publicada no periódico do IHGEP comemorativo ao centenário da imigração polonesa no Paraná.

Sobre o envolvimento de Bento Munhoz com questões relacionadas a imigração, em fins de outubro de 1947, quando se afastou das atividades acadêmicas para cumprir seu primeiro mandato legislativo, discorreu sobre o projeto da Comissão de Imigração da Câmara que criava o Departamento Nacional de Imigração, onde defendeu tese favorável ao ingresso de imigrantes no país⁶⁰⁰. O considerável fluxo imigratório para a região sul alterou profundamente a estrutura social e as características alusivas a uma dada “normalidade brasileira”.⁶⁰¹ Por tais características, para o intelectual paranaense, o argumento da constituição de um Brasil mulato e mestiço, não correspondia a formação social e cultural sulista, pois “o sul é branco. É mesmo a mancha loira do sul do Brasil”⁶⁰².

A expressão cunhada a partir da elaboração conceitual do Sul enquanto a mancha loira do Brasil, faz parte de um debate que marcou certamente a trajetória intelectual do professor Bento, o que pode ser verificado na obra “*Presença do Brasil*”, editada em 1960 pela Editora José Olympio, que constitui o n.104 da Coleção Documentos Brasileiros⁶⁰³, e foi dirigida pelo historiógrafo Octávio Tarquínio de Sousa. Nesta obra, o Professor Bento buscou trazer a marca do regionalismo paranaense enquanto parte da “mancha loira” do sul do Brasil, de onde evocava diferenciais de formação cultural e social.

Segundo Bento Munhoz (1960),

[...] se iguala o Paraná à Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul, pela mesma composição de suas populações, formando a mancha loira da colonização europeia. Aí ferver o caldeirão da amalgamação de raças brancas e a aculturação intensíssima no rápido caminho da assimilação luso-brasileira.⁶⁰⁴

⁶⁰⁰ PANTOJA, Silvia. Bento Munhoz da Rocha Neto. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/ACERVO/DICIONARIOS/VERBETE-BIOGRAFICO/BENTO-MUNHOZ-DARROCHA-NETO>. Acesso em dez. de 2023.

⁶⁰¹ (CORDOVA, 2009, p. 131).

⁶⁰² ROCHA NETO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil**. Coleção Documentos Brasileiros (dirigida por Octávio Tarquínio de Sousa). Livraria José Olympio: Rio de Janeiro. 1960. p. 69.

⁶⁰³ Essa Coleção, tinha como objetivo a divulgação de estudos que compreendessem a “terra” e “gente” brasileira, foi inicialmente dirigida por Gilberto Freyre (até o n. 18) e teve a obra *Raízes do Brasil*, em 1936, de Sérgio Buarque de Holanda, como seu primeiro volume. Cf. CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Tinguís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense**. Curitiba, 2009. p. 73.

⁶⁰⁴ ROCHA NETO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil**. Coleção Documentos Brasileiros (dirigida por Octávio Tarquínio de Sousa). Livraria José Olympio: Rio de Janeiro. 1960. p. 70.

A semelhança entre as populações do sul, não se limitava à predominância da colonização europeia, mas também a intensa miscigenação e aculturação que aconteceu nesses estados, resultando em uma rápida assimilação à cultura brasileira de origem luso, enfatizando, portanto, a diversidade étnica e cultural na formação das identidades dessas regiões.

Ainda sobre a expressão “mancha loira”, Bento afirmou que,

A mancha loira demonstra que pode ser honesta e sinceramente brasileira, sem precisar esconder ou negar influências de qualquer espécie, como as do ameríndio e principalmente no negro. Não precisa negar influências de qualquer espécie, como as do ameríndio principalmente do negro. Não precisa negar ou esconder, precisamente porque não as possui, ou as possui em grau ínfimo.⁶⁰⁵

A questão da miscigenação como elemento diferenciador daquele grande modelo abordado por Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*, que considerou o mestiço como o brasileiro por formação social e histórica, será exaustivamente discutida por Bento Munhoz da Rocha Neto. Nota-se que a sua proposição revela densos conflitos teóricos e identitários acerca da brasilidade, pois diferente de Gilberto Freyre, não conceberia o mulato como o genuíno brasileiro, pois a brasilidade estaria demarcada por outros pressupostos que não fundamentalmente a herança negra – ainda que o mestiçamento fosse entendido pelo viés teórico de ênfase a origem cultural em detrimento de uma concepção racial.⁶⁰⁶

Todavia, mesmo apontando caminhos para que se revelem outros critérios de brasilidade no Sul em face de outro olhar sobre a cultura, Bento Munhoz acaba por reforçar o ideal lusitano de brasilidade, especialmente enfatizar a importância dos luso-brasileiros no comando do processo de assimilação cultural das outras etnias europeias que adentram ao território nacional.⁶⁰⁷ Essa questão também pode ser confirmada a partir das discussões expostas em “*Reflexões sobre a cultura luso-brasileira*”, estudo em que Bento Munhoz aproveitou para enfatizar as heranças sociológicas, afirmando ser o Brasil luso-brasileiro. Além disso, em sessão do I Congresso de Sociologia no Paraná, Bento reforçava seus argumentos que validavam o predomínio do elemento português na formação cultural do

⁶⁰⁵ ROCHA NETO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil**. Coleção Documentos Brasileiros (dirigida por Octávio Tarquínio de Sousa). Livraria José Olympio: Rio de Janeiro. 1960. p. 71.

⁶⁰⁶ ROCHA NETO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil**. Coleção Documentos Brasileiros (dirigida por Octávio Tarquínio de Sousa). Livraria José Olympio: Rio de Janeiro. 1960. p.73.

⁶⁰⁷ ROCHA NETO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil**. Coleção Documentos Brasileiros (dirigida por Octávio Tarquínio de Sousa). Livraria José Olympio: Rio de Janeiro. 1960. p. 71.

Brasil.⁶⁰⁸ Porém, nas palavras do próprio Bento, o Sul seguiria mais para o modelo europeu do que para o africano, considerando a diversidade do contato com as culturas europeias.

Essa presença cultural europeia foi defendida quando atuou como governador, algo que ficou explícito na prática de sua política agrária com a implantação de novo modelo de produção instituído em colônias de imigrantes, e pode ser observada na Conferência, “*Poloneses no Brasil*”, que proferiu em 1971. O material publicado pelo ex-professor de história da América do DEHIS-UFPR⁶⁰⁹, mostrava as preocupações de Bento Munhoz com questões concernentes à identidade paranaense, nele, o historiador enfatizava a necessidade de se realizar estudos sobre todas as regiões, pois deveriam ser incorporadas à escrita da história. Essa escrita deveria demarcar as diferenças que compõem as regiões do estado, especialmente no que tange às estruturas agrárias⁶¹⁰, que eram distintas em decorrência dos diferentes processos de ocupação do território desde o Paraná Tradicional até o Paraná Moderno. Além disso, o discurso reproduzido nas páginas do *Boletim do IHGEP* foi oportunidade para apresentar as condições peculiares, que concediam ao colono polono-paranaense, a possibilidade de figurar entre os tipos regionais brasileiros.

Uma crítica possível a essa discussão reside no fato de que, embora Bento Munhoz da Rocha Neto se afaste explicitamente do modelo freyriano ao relativizar o lugar da herança negra como eixo central da brasilidade, sua formulação não rompe de modo efetivo com hierarquias culturais consolidadas. Ao deslocar o debate da raça para a cultura, Bento preserva um esquema assimétrico de valoração, no qual a matriz luso-brasileira permanece como referência normativa de civilização e integração do processo histórico. Assim, a crítica à centralidade do mestiço em Freyre não resulta em uma concepção plural de brasilidade, mas em uma reconfiguração do mesmo problema, agora sob o predomínio do legado português. Além disso, ao afirmar que o Sul se aproximaria mais do modelo europeu do que do africano, Bento acaba por reiterar uma leitura regionalizante, e ainda que apresentada como explicativa das especificidades culturais, tende a naturalizar diferenças e a hierarquizá-las

⁶⁰⁸ Cordova, Maria Julieta Weber. **Tingüís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. p. 132.

⁶⁰⁹ Em abril de 1969 foi concedida a aposentadoria ao Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, sendo designada como responsável pela disciplina de História da América, a Professora, docente livre, Altiva Pilatti Balhana. In: XIII Ata de Reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, realizada em 14 de novembro de 1969. p. 41.

⁶¹⁰ O tema de estudo sobre as estruturas agrárias no Paraná foi amplamente trabalhado em pesquisas do DEHIS do UFPR, especialmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980, seguindo um critério teórico de pesquisa estrutural. Brasil P Machado e Cecília M Westphalen publicaram, em 1963, o artigo intitulado “Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná”, ensaio preliminar do projeto que sustentaria a obra Campos Gerais: estruturas agrárias, de 1968, publicada pela Imprensa da UFPR (CÓRDOVA, 2016, p. 179-180).

simbolicamente. Essa perspectiva minimiza as experiências negras e indígenas na formação social e cultural do Sul, restringindo-as a um papel residual ou silencioso, mesmo quando o discurso se propõe a pensar a diversidade regional.

As formulações teóricas de Bento Munhoz sobre cultura, imigração e identidade regional encontram correspondência direta em suas ações enquanto governador, especialmente na política agrária voltada às colônias de imigrantes europeus. Tal convergência sugere que suas interpretações históricas não eram apenas analíticas, mas também normativas, operando como legitimação simbólica de projetos políticos específicos.

Por fim, pode-se questionar o modo como a incorporação dos imigrantes europeus — como o colono polono-paranaense — é celebrada como elemento diferenciador da identidade regional, sem problematizar suficientemente as relações de poder envolvidas nesse processo de assimilação cultural. Ao enfatizar a liderança luso-brasileira nesse movimento, a narrativa reforça uma visão integradora que, na prática, subordina outras matrizes culturais a um modelo hegemônico de brasilidade, limitando o alcance crítico da proposta e reproduzindo, sob novas bases, antigas exclusões no interior da historiografia.

Em síntese, as publicações de Ruy Wachowicz e Bento Munhoz que circularam nas páginas dos Boletins do IHGEP, analisadas neste tópico, evidenciam a participação de professores e ex-professores do Departamento de História da UFPR no contexto institucional do Instituto durante as décadas de 1960 e 1970. Ao mesmo tempo, permitem identificar as tradições políticas, temáticas, teóricas e metodológicas que orientaram a produção historiográfica no interior do IHGEP, especialmente no que diz respeito ao tema da imigração no recorte regional e aos diálogos estabelecidos com a universidade, marcados pela centralidade da história demográfica e econômica. Esses elementos oferecem, portanto, o pano de fundo necessário para compreender as reconfigurações que se intensificaram, quando as comemorações do Sesquicentenário da Independência mobilizaram novos arranjos institucionais, disputas interpretativas e critérios de legitimação do saber histórico.

2.3 Entre a tradição erudita e a profissionalização acadêmica: os boletins do IHGEP e da UFPR durante o Sesquicentenário da Independência (1972)

As comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1822-1972) ofereceram temática simbólica e política para a produção de narrativas históricas, mobilizando diferentes instituições e projetos intelectuais. Nesse contexto, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense e a Universidade Federal do Paraná

assumiram papéis centrais, ainda que distintos, na elaboração e difusão de interpretações sobre o passado nacional e regional. A publicação simultânea de volumes comemorativos à efeméride nacional no ano de 1972, pelo IHGEP e de um número especial do Boletim do Departamento de História da UFPR, representa um momento de intensificação dos diálogos, tensões e negociações entre esses dois lugares sociais de produção do saber histórico, e permite verificar como distintas concepções de história, métodos e critérios de legitimação coexistiram na escrita da história do Paraná.

Ao associar-se às diretrizes nacionais das comemorações do Sesquicentenário da Independência, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP) reafirmou sua inserção em um projeto mais amplo de legitimação simbólica conduzido pelo regime civil-militar⁶¹¹. À semelhança do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGEP buscava preservar sua centralidade como instância autorizada de produção e consagração da memória histórica, em um cenário no qual essa posição era progressivamente tensionada pela expansão da historiografia universitária. A adesão a uma narrativa celebrativa, heróica e integradora da Independência servia, simultaneamente, à validação política do regime e à manutenção do prestígio simbólico do próprio Instituto no campo historiográfico regional, especialmente no que tange às questões de tradição e valores pátrios.

A atuação do IHGEP durante o período ditatorial (1964-1985) mostra a sua capacidade de adaptação às diferentes conjunturas políticas, favorecida pelo perfil de sua diretoria, majoritariamente composta por homens vinculados à política institucional e ao Estado militarizado, mas também por professores universitários e intelectuais com inserção no meio acadêmico. Em 1972, a diretoria era presidida por Luiz Carlos Pereira Tourinho⁶¹²,

⁶¹¹ O termo “civil-militar” é atualmente considerado a forma mais adequada pela historiografia para referir-se ao golpe de 1964 e ao regime que lhe seguiu no Brasil. Esta interpretação foi apresentada inicialmente por René Dreifuss na década de 80 e nos últimos anos tem sido aprofundada e adquirido grande projeção com o apoio de historiadores como Daniel Aarão Reis, Denise Rollemberg e outros. Essa interpretação procura ressaltar que parte dos civis também apoiou o golpe e participou da condução do processo político deste regime, contrariando a interpretação que considera a ditadura apenas como resultado da ação das Forças Armadas (apud. SANTOS, Daniela de Miranda dos. *Memória e história: intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na ditadura cívico-militar (1964-1979)*. **XX Encontro Regional de História. História em Tempos de Crise**. UFTM. Uberaba. 26 a 29 de julho de 2016; Sobre a relação entre IHGB e ditadura militar consultar: SANTOS, Daniela de Miranda dos. **O IHGB e a ditadura civil-militar brasileira**. Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. 2018. 182 f; MENDES, Fernanda Coelho. **O Templo da História Pátria. O IHGB em tempos de ditadura (1964-1985)**. Editora Telha. Coleção Memórias e Histórias. 2024; TREVISAN, Ivan Rodrigo. **“Os Generais Ditadores (1964-1985) como Presidentes de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)”**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2017. O financiamento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) durante a Ditadura Civil Militar (1964-1985). **Rev. Hist. UEG** - Porangatu, v.6, n.1, p. 136-161, jan./jul. 2017.

⁶¹² CEPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luiz-carlos-pereira-tourinho>. Acesso em dez. 2025.

tendo como vice-presidentes Júlio Estrella Moreira, Ruy Wachowicz e Edno Tempski, além de Riad Salamuni, Altiva Balhana e José Gonzaga Vieira em funções de secretaria e tesouraria, e Denizar Zanello Miranda na direção do Boletim. Essa composição revela a coexistência, no interior do Instituto, de agentes oriundos do aparato estatal e de quadros vinculados à universidade.

Nesse quadro, a presença de Altiva Pilatti Balhana no cargo de 2ª secretária adquire relevo não apenas por indicar a continuidade da participação feminina na estrutura diretiva do IHGEP, mas também por evidenciar que, em grande medida, a entrada das mulheres no Instituto se deu por meio de funções administrativas e de apoio, especialmente as secretarias. Tais cargos, embora estratégicos para o funcionamento institucional, permaneceram subordinados a uma hierarquia fortemente masculina e politicamente marcada. Ainda que minoritária, essa inserção revela fissuras e possibilidades de circulação feminina em instâncias decisórias do Instituto, sem, contudo, alterar de modo substantivo o perfil conservador e oficialista da instituição.

Desde a década de 1950, mulheres ocuparam funções relevantes na diretoria e na estrutura editorial do IHGEP, como Valderez Peixoto Souza Mueller, que exerceu a direção do *Boletim* entre 1953 e 1955, e Marília Duarte Nunes, redatora do periódico entre 1955 e 1957. Destaca-se, sobretudo, a atuação recorrente da historiadora Cecília Maria Westphalen, que ocupou sucessivamente os cargos de II secretária (1955–1959; 1961–1963) e tesoureira (1959–1961), evidenciando uma inserção contínua e institucionalizada no núcleo decisório do Instituto. Nos anos 1960 e 1970, outras mulheres também assumiram posições de destaque, como Heloise Barthelme, II secretária entre 1963 e 1965, e a historiadora Altiva Pilatti Balhana, que transitou de 2ª secretária (1969–1971) à vice-presidência do Instituto (1973–1977). A presença dessas intelectuais, muitas delas vinculadas ao espaço universitário, contribuiu para manter o IHGEP como um lugar de mediação entre poder político, memória histórica e produção cultural, ao mesmo tempo em que permitiu a circulação de práticas e debates oriundos da historiografia acadêmica. Ainda assim, essa inserção ocorreu dentro de limites institucionais bem definidos, não rompendo com a orientação geral do Instituto, que permaneceu alinhado às demandas oficiais do regime e à reprodução de uma escrita da história de caráter patriótico.

Por sua vez, a publicação de um volume especial do *Boletim Departamental* indica uma participação institucional distinta nos festejos cívicos, enquanto o Instituto reafirmava sua função de guardião da memória histórica, com publicações de edições especiais sobre o evento pátrio do Sesquicentenário da Independência, a Universidade negociava sua inserção

no debate público ao articular exigências políticas do período com a construção de uma historiografia orientada por critérios acadêmicos, revelando tanto zonas de aproximação quanto distanciamentos entre esses dois espaços de produção do conhecimento histórico no Paraná, o que demonstra como o IHGEP e o Dehis, dialogavam, ainda que de modos distintos, com as demandas simbólicas e políticas do período. A concomitância dessas iniciativas foram desenvolvidas em meio a uma gestão de governo estadual marcado pela instabilidade política, com a substituição de Haroldo Leon Peres por Pedro Viriato Parigot de Souza⁶¹³, ambos vinculados à ARENA⁶¹⁴.

É nesse quadro que se intensificam as circulações de agentes entre diferentes espaços de poder e produção intelectual, figuras como Luís Carlos Tourinho, militar, político e presidente do IHGEP, exemplificam a capacidade de adaptação do Instituto a distintos regimes políticos, bem como sua proximidade com o Estado durante a ditadura. O general produziu diversos textos técnico-didáticos sobre transportes, economia, estatística, probabilidades, história e geografia, publicados no *Boletim* antes e durante sua gestão na presidência do Instituto (1971-1973; 1975-1998)⁶¹⁵. Sua atuação no IHGEP, associada à presença simultânea no espaço universitário como docente convidado no Mestrado em História da UFPR, em 1972, no curso *Estudos de Problemas Brasileiros*⁶¹⁶, a convite de Cecília Maria Westphalen, tal configuração sugere que os processos de inovação no campo historiográfico não se deram exclusivamente a partir de sujeitos ou projetos alinhados a posições progressistas, mas também envolveram atores inseridos em estruturas de poder, evidenciando a complexidade das dinâmicas de renovação científica no período.

2.3.1 Os Boletins do IHGEP (1972): comemoração cívica e escrita da história do Sesquicentenário da Independência

⁶¹³ Pedro Viriato Parigot de Souza, da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), governou o Paraná de novembro 1971 a julho de 1973, governador eleito indiretamente, durante a presidência de Emilio Garrastazu Médici, formado em engenharia civil pela UFPR, com especialização em engenharia hidráulica e hidrologia na UFPR, fundou o Centro de Estudos Hidráulicos do Paraná (CEHPAR). Estudou usinas hidrelétricas, foi Diretor da Copel de 1961 a 1970, foi docente e pesquisador. Disponível em: www.casacivil.pr.gov.br. Acesso em dez. 2025.

⁶¹⁴ A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi um partido político brasileiro criado em 1965 durante o regime militar. Ele foi fundado para sustentar o governo e se posicionou como uma aliança política, unindo diferentes correntes de opinião. O partido foi criado após a extinção dos partidos existentes e o bipartidarismo foi implantado no Brasil. A ARENA teve um papel significativo na política brasileira durante a ditadura militar, apoiando o governo e representando uma aliança de opiniões políticas.

⁶¹⁵ Por concentrar nossas análises nos textos dos historiadores universitários não analisaremos toda a produção de Luiz Tourinho.

⁶¹⁶ GUEDES, Caroline Coleti. **Fabricando um “Centro de Excelência”: investigações acerca dos cursos de pós-graduação em história da UFPR (1972-1982)**. Monografia em História. UFPR. 2021.

No contexto das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, a produção historiográfica veiculada pelo *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* em 1972 deve ser compreendida em articulação com o debate nacional conduzido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A atuação do IHGB como instância central de legitimação da memória histórica nacional exerceu influência direta sobre os institutos regionais, orientando tanto os temas privilegiados (personagens e comemorações cívicas) quanto os enquadramentos interpretativos mobilizados nas leituras locais da Independência⁶¹⁷.

Assim como o instituto nacional, o IHGEP dedicou-se desde a sua fundação de forma sistemática à organização de comemorações e grandes eventos cívicos, frequentemente patrocinados ou chancelados pelo Estado. Essa prática, inaugurada ainda no discurso fundador da instituição, estruturou-se também em torno da celebração das datas de nascimento e morte de “homens notáveis da pátria”, compreendidos como modelos exemplares a serem oferecidos à nação. Tal política institucional de comemorações sustentava-se na ideia de que a recuperação e a exaltação dos feitos desses personagens contribuíram para a construção de uma narrativa histórica capaz de fortalecer os vínculos entre passado, presente e projeto nacional.

Essa dimensão ritual da escrita e da difusão da história pode ser compreendida a partir das reflexões do historiador português Fernando Catroga, especialmente em seu texto, *Ritualizações da história*⁶¹⁸. Ao analisar as comemorações cívicas em Portugal por meio de símbolos, festas cívicas e cerimônias públicas, Catroga demonstra como buscava-se produzir um sentimento de pertencimento e reconhecimento coletivo, ancorado em uma memória histórica compartilhada e reiterada pela vivência cultural. Embora situada em outro contexto nacional, essa lógica não era inédita nem exclusiva do caso português, encontrando paralelos evidentes na atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e na centralidade que as efemérides e os rituais comemorativos assumiram na construção da memória histórica

⁶¹⁷ É importante pontuar as diferenças na forma de narrar o grito da Independência ou Morte, o que mostra a transformação do sentido histórico e político do Sete de Setembro para a história nacional ao longo do tempo. Sobre esse debate consultar: JUNIOR, Carlos Lima; SCHWARCZ, Lília Moritz; STUMPF, Lúcia Klück. **O “imperador defunto”: os 150 anos da Independência durante os anos de chumbo da ditadura militar. O sequestro da Independência. Uma história da construção do mito do Sete de Setembro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022; CORDEIRO, Janaína Martins (2012). **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do sesquicentenário da independência entre consenso e consentimento.** Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012; SOSNOSKI, Thaisy. **Historiografia e memória: Biblioteca do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972).** Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2013.

⁶¹⁸ CATROGA, F.J.A. **Memória e ritualizações da história: o comemoracionismo português** (séculos XIX-XX). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2000.

brasileira, inclusive durante o período da ditadura, como o caso do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

Ao longo da história política brasileira, a construção de uma identidade nacional não foi um processo pacífico. Assim, por exemplo, Lúcia Lippi de Oliveira abordou a disputa em torno do imaginário coletivo, travada durante os anos iniciais da Primeira República brasileira, momento de grande turbulência política, quando se enfrentavam defensores da monarquia e adeptos da República. A construção do 7 de Setembro como efeméride passou pela desconfiança de parte dos intelectuais republicanos, que faziam severas críticas ao processo de Independência do Brasil⁶¹⁹. A data foi comemorada pela primeira vez em 1922, durante a Primeira República e nas comemorações, incluiu o retorno dos restos mortais da família Imperial, a Exposição Internacional e a reforma urbanística no Rio de Janeiro. Em 1922, as comemorações do Centenário da Independência despertaram o sentimento de unidade, por sua vez, o Sesquicentenário da Independência apesar de muito distinto em sua organização, também buscou despertar o sentimento de unidade nacional nos brasileiros.

Em 1972, oitavo ano do golpe que colocou os militares no poder⁶²⁰, a produção historiográfica paranaense se desenvolvia em um contexto marcado pela ditadura civil-militar, à época sob a presidência do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)⁶²¹, momento em que as efemérides nacionais assumiram centralidade como dispositivos de legitimação política e de ordenamento das narrativas sobre o passado⁶²². No plano econômico, o país atravessava o período do chamado “milagre econômico” (1969–1973), caracterizado por elevado crescimento e pela difusão de uma retórica oficial de progresso e modernização, que reforçava o uso instrumental do passado histórico como elemento de sustentação do regime. Foi neste cenário que o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP) dedicou-se à publicação de estudos de caráter comemorativo alusivos ao Sesquicentenário da Independência do Brasil (1822–1972). Naquele ano festivo, a diretoria⁶²³

⁶¹⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. As festas que a República manda guardar. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 2, n. 4. 1989, p. 172-189.

⁶²⁰ REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁶²¹ Emílio Garrastazu Médici foi o 28º presidente do Brasil, governando de 1969 a 1974 sob a ditadura militar, período marcado pelo Milagre Econômico e intensificação da repressão política.

⁶²² MORAIS, Fabrício de Sousa. **Para quem (não) foi o sesquicentenário da Independência?** Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/blog-das-independencias/item/7575-para-quem-nao-foi-o-sesquicentenario-da-independencia>. Acesso dez. 2025. Do mesmo autor, *Pátria nossa a cada dia: o sesquicentenário da independência e a construção da nação* (2022).

⁶²³ Diretoria: Presidente: Luiz Carlos Pereira Tourinho; 1º Vice-Presidente: Júlio Estrella Moreira; 2º Vice-Presidente: Ruy Wachowicz; 3º vice-presidente: Edno Tempski; 1º secretário: Riad Salamuni; 2º Secretário: Altiva Pilatti Balhana; Tesoureiro: José Gonzaga Vieira; Diretor do Boletim: Denizar Zanello Miranda.

da instituição lançou três volumes do Boletim (vols. XV, XVI e XVII)⁶²⁴, os exemplares foram organizados pelo sócio Denizar Zanello Miranda,⁶²⁵ todos atravessados por referências diretas ou indiretas ao evento cívico nacional.

Paralelamente, a Universidade Federal do Paraná, no momento em que implantava o Curso de Mestrado em História, iniciativa que contribuiu para a consolidação do Departamento de História como espaço de formação acadêmica, pesquisa sistemática e profissionalização do ofício, também se associou às comemorações oficiais por meio da publicação de um volume especial de seu Boletim Departamental⁶²⁶, periódico que vinha publicando o resultado das pesquisas dos historiadores profissionais desde 1962. A simultaneidade dessas iniciativas evidencia pontos de convergência e distanciamento entre projetos, métodos e formas de escrita da história do Paraná que circulavam tanto no interior do IHGEP quanto no âmbito universitário do DEHIS.

Nesse contexto, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP) manteve sua atuação como um espaço tradicional de consagração de personagens da história nacional, ancorado em uma prática erudita e comemorativa, em consonância com as normativas emanadas do instituto nacional. Sem abrir mão da valorização dos arquivos como fundamento para a escrita da história regional, o IHGEP reafirmou seu lugar no campo historiográfico ao articular memória documental e celebração cívica. A primeira publicação do ano, o volume XV do Boletim do IHGEP, edição especial dedicada ao Sesquicentenário da Independência do Brasil, revela-se sintomática desse posicionamento institucional. Ao reunir uma seção voltada à divulgação de documentos históricos paranaenses e um conjunto de artigos diretamente vinculados à efeméride, o Instituto inscreveu a história regional em uma

⁶²⁴ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.** Especial Comemorativo ao Sesquicentenário da Independência do Brasil (1822-1972). Curitiba, Fundepar. Vol. XV, 1972. 246 p.; **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.** Comemorativo ao sesquicentenário da Independência do Brasil. Curitiba, UFPR. Volume XVI. 1972. 147p.; **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.** Gente e Fatos de Paranaguá. Comemorativo ao Sesquicentenário da Independência do Brasil. Curitiba, Prefeitura de Paranaguá, v. XVII, 1972. 374 p.

⁶²⁵ Denizar Zanello Miranda, engenheiro e importante figura na comunidade ferroviária do Paraná. Ele é conhecido por sua contribuição à Estação Engenheiro Denizar Zanello, inaugurada em 1989, que conecta a região de Londrina ao porto de Paranaguá.

⁶²⁶ **Boletim do Departamento de História.** Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Curitiba. n.19. 1972. Neste ano de 1972, o Dehis também publicou outros estudos referentes ao Projeto - Levantamento e Arrolamento de Arquivos, financiado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da UFPR, Conselho Federal de Cultura e Fundepar; SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos Santos. Arquivos da Cidade de Castro. **Boletim da Universidade Federal do Paraná.** Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. n. 16. Curitiba.1972; COSTA, Odah Regina Guimarães; BONI DE, Maria Ignês Mancini. Arquivo da Paróquia de Campo Largo da Piedade. **Boletim da Universidade Federal do Paraná.** Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. n. 17. Curitiba. 1972; WACHOWICZ, Ruy Christovam. Arquivo da Paróquia de Santa Anna da Abranches. Comemorativo ao Centenário da Colônia Abranches. 1873-1973. **Boletim da Universidade Federal do Paraná.** Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. n. 18. Curitiba. 1972.

narrativa mais ampla de exaltação da unidade nacional e dos “grandes homens” da Independência, em consonância com a historiografia oficial promovida pelo IHGB.

Entre os textos publicados no volume XV, impresso com recursos da Fundação Educacional do Estado do Paraná (FUNDEPAR), destacam-se, “*Visita da princesa Isabel ao Paraná*”, de David Carneiro, “*O ocaso dos Braganças*”, de Luiz Carlos Tourinho, “*José Bonifácio, de Geólogo à Patriarca*”, de Riad Salamuni, “*A façanha do Imperador - Chronica do 1º Reinado*”, de Dario Nogueira dos Santos, “*Um neto do patriarca da Independência residiu em Curitiba*”, de Carlos Stellfeld, “*Ressonância do “grito do Ipiranga” nas áreas paranaenses*”, de Edwino Tempiski e “*Retaguarda do exército*”, de Júlio Moreira⁶²⁷. Há entre os textos publicados a forte presença de membros da diretoria do IHGEP o que indica que o Boletim operava como um espaço institucionalmente regulado, no qual posições de autoridade no interior do Instituto se converteriam em visibilidade historiográfica.

Em meio ao clima de celebração nacional foi criada uma comissão⁶²⁸ central ligada ao governo federal que organizou um extenso cronograma de eventos comemorativos, como a elaboração da Biblioteca do Sesquicentenário, realizada em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)⁶²⁹. A intenção da Biblioteca consistia em tornar herói D. Pedro I e valorizar também o presidente Médici, uma vez que os dois compartilhavam de um mesmo ideal, manter o Brasil uno e soberano⁶³⁰. Cabe lembrar que desde a sessão especial realizada em 3 de junho de 1970, Médici recebeu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sua presidência de honra⁶³¹, gesto que explicitava a convergência entre o projeto

⁶²⁷ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Especial Comemorativo ao Sesquicentenário da Independência do Brasil (1822-1972). Curitiba, Fundepar. Volume XV, 1972. 246 p.; **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Comemorativo ao sesquicentenário da Independência do Brasil. Curitiba, UFPR. Volume XVI. 1972. 147p.

⁶²⁸ O Estado brasileiro participou ativamente das comemorações, com a criação da Comissão Executiva Nacional, através do decreto n. 69.344, de 8 de outubro de 1971, para as Comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil. No entanto, outra Comitativa de Execução Central foi criada e confiada ao general-de-exército Antônio Jorge Correia. Esta comissão, criada pelo decreto 69.922, de 13 de janeiro de 1972, encarregou-se de preparar as festividades oficiais que assinalaram o evento. Para os membros do CEC o personagem histórico que deveria ser homenageado durante as festividades, recaía principalmente entre as figuras de Tiradentes e D. Pedro I. In: DYSARZ, Carmen Virginia Pereira. **As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972 e suas possibilidades pedagógicas**. p. 98; ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. 2009, p.36.

⁶²⁹ SOSNOSKI, Thaisy. **Historiografia e memória: Biblioteca do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. 149 f.

⁶³⁰ A criação de uma biblioteca com obras sobre a Independência do Brasil além de estruturar um discurso sobre os acontecimentos à emancipação política, também tinha como função legitimar o poder vigente à época das comemorações. SOSNOSKI, Thaisy. **Historiografia e memória: Biblioteca do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. p. 131.

⁶³¹ A decisão da Assembleia Geral de 29 de abril de 1970.

comemorativo, a atuação do Instituto e a legitimação do regime civil-militar por meio da instrumentalização do passado histórico.

Para Janaína Cordeiro (2012), o objetivo da comemoração seria criar um clima de união entre os brasileiros, despertando o sentimento nacionalista. Ao menos duas entidades distintas participaram ativamente dos festejos da data, o Conselho Federal de Cultura (CFC) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Desta forma, os festejos do Sesquicentenário da Independência brasileira buscaram reencenar os acontecimentos ocorridos um século e meio antes, reivindicando, de modo explícito, os elementos continuadores do “Grito do Ipiranga”⁶³².

Além da reedição de obras concernentes à emancipação política, outra atividade que movimentou a sociedade brasileira foi a entrega, pelo Estado português, dos despojos de D. Pedro I, cujo a inumação dos restos mortais aconteceu no Monumento do Ipiranga, onde se encontram desde então⁶³³. A transladação dos restos mortais de D. Pedro I assinalou o início das comemorações daquele evento político, ao mesmo tempo em que indicava a proximidade diplomática de Brasil e Portugal. Tal gesto não foi fortuito, ambos os países viviam sob regimes autoritários e eram governados por chefes de Estado oriundos das altas cúpulas militares, o general Emílio Garrastazu Médici, no Brasil, e o almirante Américo Tomás, em Portugal⁶³⁴. A imagem de D. Pedro I foi estrategicamente ressignificada, com ênfase em atributos como autoridade, disciplina e unidade nacional, aproximando-o simbolicamente dos valores militares e convertendo-o em figura-chave para a legitimação do regime civil-militar e para a construção de uma narrativa de continuidade entre a Independência e a ordem política vigente em 1972⁶³⁵. No âmbito do Instituto Paranaense, essa operação simbólica, contudo, não se encerra nas comemorações do Sesquicentenário da Independência. Ela se

⁶³² CORDEIRO, Janaína Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2012. p. 87; _____. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

⁶³³ O Sesquicentenário da Independência do Brasil foi objeto de análise de Luís Fernando Cerri (2002), que se dedicou a examinar os festejos promovidos em torno dessa efeméride, com especial atenção à transladação dos despojos mortais de d. Pedro I e à sua peregrinação pelas capitais da Federação, até a inumação definitiva no Monumento do Ipiranga. Para Cerri (2002) as comemorações do Sesquicentenário funcionaram como um dispositivo simbólico por meio do qual o regime militar celebrou a si próprio, apropriando-se do passado nacional para legitimar o presente autoritário. As festividades cívicas, no contexto da ditadura militar brasileira, apareciam como catalisadores da identidade nacional, já que permitiam a comunhão coletiva em torno de valores nacionais.

⁶³⁴ CERRI, Luís Fernando. “Ensino de História e Nação na propaganda do ‘milagre econômico’.” In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 22, nº 43, 2002, p.195-224.

⁶³⁵ JUNIOR, Carlos Lima; Schwarcz, Lilia Moritz; Stumpf, Lúcia Klück (5 de agosto de 2022). O "imperador defunto": os 150 anos da Independência durante os anos de chumbo da ditadura militar. **O sequestro da Independência. Uma história da construção do mito do Sete de Setembro**. São Paulo: Companhia das Letras.

projeta nos anos seguintes, quando o próprio IHGEP, em 1975, por ocasião das celebrações de seus 75 anos de fundação, publica um volume comemorativo dedicado ao Sesquicentenário do nascimento de d. Pedro II⁶³⁶, figura fundamental no processo de emancipação político-administrativa da Província do Paraná. A recorrência da centralidade da monarquia imperial nas efemérides institucionais indica a persistência de um repertório simbólico que associa grandes personagens, estabilidade política e continuidade histórica, tema que será retomado e analisado no capítulo seguinte, à luz das transformações historiográficas e das novas dinâmicas institucionais que se consolidam a partir da segunda metade da década de 1970.

Segundo Adjovanes Thadeu (2009), o IHGB teria se aproximado dos militares logo que estes assumiram o poder, em abril de 1964, como comprovam os títulos de presidente de honra da agremiação carioca atribuídos tanto a Humberto de Alencar Castelo Branco quanto para Artur da Costa e Silva. A aproximação desta centenária entidade com o regime militar trouxe-lhe expressivos benefícios materiais, como a edificação de sua atual sede, a Casa da Memória Nacional⁶³⁷. O Instituto contou com a presença do próprio presidente Médici na inauguração do referido espaço. O gesto de aproximação do IHGB com o governo militar, também pode ser indicativo de vantagens na disputa que travava com as Universidades pela hegemonia no campo da produção histórica, pois ao conquistar o apoio do Estado, instância de conservação e consagração cultural, este legitimaria a posição do IHGB mantendo o prestígio necessário para que a instituição continuasse ocupando lugar na disputa pelo monopólio simbólico do campo historiográfico brasileiro. Ao participar ativamente dos festejos do Sesquicentenário da Independência, o IHGB assumia uma posição clara no sistema de produção e circulação de bens simbólicos, de modo a tentar manter sua preponderância no âmbito dos estudos sobre o passado brasileiro, assim como buscava fazer o IHGEP para a história do Paraná.

Essa dinâmica permite interpretar o Boletim como uma instância de legitimação e consagração, na qual se produzia e se reafirmava uma determinada visão autorizada da história da Independência e de sua projeção no Paraná. O caráter comemorativo da publicação reforça esse aspecto, uma vez que o evento cívico funcionava como ocasião

⁶³⁶ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Vol. XXVIII. 1975. Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II - 1825/1975. Curitiba. 457p.

⁶³⁷ O Presidente da República, General Garrastazu Médici, inaugurou o edifício em 5 de setembro de 1972, propiciando sede definitiva ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IHGB, out.-dez. de 1970. A inauguração do prédio do IHGB durante as comemorações oficiais do Sesquicentenário da Independência brasileira, foi conquistada especialmente com a proximidade com o Governo Militar.

privilegiada para a valorização de personagens e feitos nacionais. Ao mesmo tempo, a participação de docentes da UFPR sinaliza um momento de aproximação entre Instituto e universidade, no qual capitais oriundos do campo acadêmico universitário passam a circular no interior do IHGEP. Contudo, essa circulação não elimina as assimetrias existentes: o Instituto permanece como um espaço de tradição, relativamente fechado, com alcance limitado em termos de história pública, no qual a abertura à universidade ocorre mais como incorporação seletiva de agentes legitimados do que como democratização efetiva da produção historiográfica.

No editorial comemorativo publicado pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense por ocasião do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1822–1972), a Diretoria adota um tom cívico, celebrativo e nacionalista, destacando o progresso material alcançado pelo país ao longo de 150 anos de administração independente e, sobretudo, exaltando a unidade territorial brasileira como a maior realização histórica da nação.

Convém registrar esses fatos, não para estimular uma vaidade vã e inconsequente, mas para despertar responsabilidade, face à multiplicidade de problemas que a impressionante variedade de aspectos da problemática brasileira apresenta na atualidade. É dentro, pois, desse espírito de humildade e de responsabilidade, que a união, com seus 150 anos de história independente, ingressa numa nova e decisiva fase, alinhando-se entre as mais importantes nações do mundo. [...] missão do IHGEP na atual conjuntura, vem a editar este número especial do seu Boletim, dedicando-o ao sesquicentenário da Independência do Brasil. Tal fato ocorre porque sua diretoria está certa de sua missão precípua neste momento: agradecer e reverenciar aos que fizeram a grandeza da história pátria, divulgando seus feitos, e despertando o presente para grandes realizações.⁶³⁸

O editorial do volume XV justifica a publicação de um número especial do Boletim, entendendo-o como parte da missão institucional do IHGEP. O texto, assinado coletivamente pela Diretoria, reafirma o papel do Instituto como guardião da memória histórica e intérprete autorizado da nação, articulando comemoração cívica e legitimação institucional.

Em 1972, ocorreu também o lançamento do volume XVI do Boletim do IHGEP, publicado pela Universidade Federal do Paraná. A edição destacou o estudo do sócio Júlio Estrella⁶³⁹, “*Eleodoro Ébano Pereira e a Fundação de Curitiba à luz de novos*

⁶³⁸ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.** Especial Comemorativo ao Sesquicentenário da Independência do Brasil (1822-1972). Curitiba, Fundepar. Vol. XV, 1972. p. 3.

⁶³⁹ Julio Estrella Moreira (1889-1975). Natural de Curitiba, formou-se professor pela Escola Nacional do Estado, hoje Instituto de Educação Erasmo Pilotto, em 1917. Em 1921, concluiu o curso em Odontologia na Universidade Federal do Paraná e, em 1929, em Medicina pela mesma Universidade. Livre Docente da Cadeira de Clínica Odontológica, sendo seu primeiro diretor e organizador do Regimento Interno. Rotariano desde 1940, foi Presidente do Rotary Club de Curitiba em 1954-1955. In: *Academia Rotária Brasileira de Letras*. Disponível em: <https://abrol-pr.org.br/cadeiras-patronos/julio-estrella-moreira/>. Acesso dez. 2025. Além de sua profissão de médico, Júlio Moreira dedicou sua vida também à pesquisa histórica. E é ele quem vai descobrir boa parte das

documentos”⁶⁴⁰, obra de caráter comemorativo vinculada às celebrações do Sesquicentenário da Independência⁶⁴¹. Cabe lembrar, ainda, que Moreira havia publicado no volume anterior o texto “*Retaguarda do Exército*”, reforçando sua presença nas páginas do periódico naquele contexto.

A obra, de Júlio Estrella Moreira, constituiu um dos esforços mais significativos do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP) para renovar o estudo do passado colonial do Paraná. Produzida fora do ambiente universitário, a pesquisa de Moreira exemplifica a contribuição dos sócios do Instituto para uma historiografia pautada no uso rigoroso de fontes, ainda que orientada por métodos distintos daqueles praticados na Universidade Federal do Paraná na mesma época. O trabalho de Júlio Moreira nasce do contato direto do autor com documentação inédita existente no Arquivo do IHGEP, que passou a preservar em seu acervo cópias de documentação dos arquivos coloniais de Lisboa. A reunião sistemática dessas fontes - cartas régias, autos, denúncias, patentes, requerimentos, registros de levantamento do pelourinho, escrituras, diligências - permitiu-lhe formular uma nova interpretação sobre dois temas centrais e historicamente controversos: a figura de Eleodoro Ébano Pereira e o local exato da fundação de Curitiba.

Segundo o parecer de Loureiro Fernandes, publicado no volume XVI do Boletim do IHGEP, e primeiro leitor do manuscrito, o mérito principal da obra estava na capacidade de lançar novo olhar para o período colonial por meio do cruzamento minucioso entre documentos antes dispersos e as tradições registradas por cronistas como Vieira dos Santos e viajantes como Saint-Hilaire⁶⁴². A combinação de levantamento bibliográfico, investigação em arquivos e trabalho “*in loco*”, incluindo o uso de técnicas modernas para a época, como a

antigas trilhas por onde caminhavam os primeiros colonizadores do território paranaense, no litoral, na Serra do Mar, no planalto curitibano e nos Campos Gerais. Seu grande trabalho, “Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá”, foi produto de anos de pesquisa em arquivos, bibliotecas e outros documentos, como “*in loco*”, refazendo as andanças dos pioneiros, buscando vestígios, confrontando informações e referências. Foi ainda sua pesquisa que pôde esclarecer algumas dúvidas sobre a fundação de Curitiba. Além desse trabalho, Júlio Moreira deixou ainda um “Dicionário Bibliográfico do Paraná”, um dos mais completos que se fez no gênero. Outras obras: “História da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá”; “História da Medicina do Paraná”; “Paulo Gomes”, sobre o ardoroso defensor de nossa emancipação política; e “Medalhas do Paraná”. In: **Pinheiro Machado, David Carneiro, Julio Moreira. Os historiadores III**. Coleção Gente Nossa Coisa Nossa. 1987.

⁶⁴⁰ MOREIRA, Júlio. Eleodoro Ébano Pereira e a Fundação de Curitiba à luz de novos documentos. Comemorativo ao sesquicentenário da Independência do Brasil. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba, Volume XVI. 1972. 147p.

⁶⁴¹ Naquele ano de 1972 o IHGEP publicou três volumes do Boletim (Vols. XV, XVI e XVII).

⁶⁴² FERNANDES, Loureiro. Opinião de Loureiro Fernandes, o primeiro que leu. In: MOREIRA, Júlio. Eleodoro Ébano Pereira e a Fundação de Curitiba à luz de novos documentos. Comemorativo ao sesquicentenário da Independência do Brasil. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, UFPR, Vol. XVI. 1972. p. 1-12.

aerofotogrametria⁶⁴³, demonstra a preocupação de Moreira em conferir precisão espacial e documental à polêmica sobre a Vilinha do Atuba, cuja identificação permitiu inclusive a criação, em 1972, de um parque municipal de cultura no local indicado pela pesquisa⁶⁴⁴.

Representante da tradição investigativa do IHGEP, Júlio Moreira que era médico de formação, mas historiador por vocação, integra o grupo de intelectuais, ao lado de Pinheiro Machado e David Carneiro, que deu ao Instituto uma identidade própria, marcada pela erudição documental e pela valorização do levantamento sistemático de fontes.⁶⁴⁵ Sua monografia sobre Eleodoro Ébano Pereira é apresentada no Boletim como uma edição especial sob os auspícios da Universidade Federal do Paraná e do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, o que indica a circulação da obra no espaço acadêmico.

Loureiro Fernandes, também ressalta nas considerações que elaborou do estudo de Moreira, que o trabalho representa uma contribuição expressiva à bibliografia histórica paranaense⁶⁴⁶. Segundo o autor, a pesquisa de Moreira “permitia um novo olhar ao passado, graças à nova documentação reunida e prudentemente utilizada, é nos dado olhar com outra segurança para este remoto passado”.⁶⁴⁷ Ainda conforme Fernandes, com prudência e notável bom senso de investigador, Júlio Moreira, ao reinterpretar a documentação já conhecida e ao revelar novas fontes, publicadas em anexo na obra, consegue situar de maneira adequada, no

⁶⁴³ Nome dado ao método de obtenção de dados topográficos por meio de fotografias aéreas, geralmente, com o fim de mapeamento.

⁶⁴⁴ O Parque Histórico de Curitiba, também conhecido como Parque Histórico da Vilinha, localiza-se às margens do rio Atuba e assinala a área onde se estabeleceram os primeiros colonizadores portugueses no século XVII, no território que viria a constituir Curitiba. Nesse espaço encontra-se o Portal do Português, elemento simbólico vinculado à memória da ocupação colonial da região.

⁶⁴⁵ Além de sua profissão de médico, Júlio Moreira dedicou sua vida também à pesquisa histórica. E é ele quem vai descobrir boa parte das antigas trilhas por onde caminhavam os primeiros colonizadores de nosso território, no litoral, na Serra do Mar, no planalto curitibano e nos Campos Gerais. Seu grande trabalho, "Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá", foi produto de muitos anos de pesquisa, tanto revirando arquivos, bibliotecas e toda sorte de documentos, como "in loco", refazendo as andanças dos pioneiros, buscando vestígios, confrontando informações e referências. Foi ainda sua pesquisa, paciente, teimosa, minuciosa que pôde esclarecer algumas dúvidas sobre a fundação de Curitiba. Além desse trabalho, Júlio Moreira deixou ainda um "Dicionário Bibliográfico do Paraná", um dos mais completos que se fez no gênero, tanto aqui como em outros Estados. Outras obras: "História da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá"; "História da Medicina do Paraná"; "Paulo Gomes", sobre o ardoroso defensor de nossa emancipação política; e "Medalhas do Paraná". In: **Pinheiro Machado, David Carneiro, Julio Moreira. Os historiadores III**. Coleção Gente Nossa Coisa Nossa. 1987.

⁶⁴⁶ FERNANDES, Loureiro. Opinião de Loureiro Fernandes, o primeiro que leu. In: MOREIRA, Júlio. Eleodoro Ébano Pereira e a Fundação de Curitiba à luz de novos documentos. Comemorativo ao sesquicentenário da Independência do Brasil. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, UFPR, Volume XVI. 1972. p. 1-12.

⁶⁴⁷ FERNANDES, Loureiro. Opinião de Loureiro Fernandes, o primeiro que leu. In: MOREIRA, Júlio. Eleodoro Ébano Pereira e a Fundação de Curitiba à luz de novos documentos. Comemorativo ao sesquicentenário da Independência do Brasil. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, UFPR, Volume XVI. 1972. p. 8.

âmbito da história colonial, a figura de Eleodoro Ébano Pereira⁶⁴⁸. Nesse sentido, a importância do trabalho de Júlio Moreira reside menos na inovação teórica e mais na reordenação do passado colonial a partir das fontes, permitindo reposicionar a figura de Eleodoro Ébano Pereira no quadro da história paranaense.

Trata-se, portanto, de uma historiografia que atribui à documentação o estatuto de fundamento da verdade histórica e que compreende o papel do historiador como o de organizar e situar os personagens e eventos do passado.

O trabalho de Moreira estrutura-se em sete capítulos, acompanhados de um extenso índice de documentos transcritos: cartas régias, autos, denúncias, patentes, requerimentos, diligências, a ata do levantamento do pelourinho de 1668, entre outros. Esses materiais permitem-no revisitar questões centrais da história colonial do Paraná, em especial, a atuação de Eleodoro Ébano Pereira, administrador das minas de Paranaguá e “General das canoas de guerra”, e enfrentar uma das grandes controvérsias da historiografia regional: o local exato da fundação de Curitiba. Na apresentação do livro, o sócio esclarece que o material apresentado “é consequência de um estudo iniciado há muitos anos, com o objetivo de tentar encontrar informações que pudessem lançar luz sobre a origem do histórico povoado às margens do Atuba - gênese da cidade de Curitiba”⁶⁴⁹, tema marcado por controvérsias e polêmicas entre os estudiosos do assunto.

À época, segundo os apontamentos de Júlio Moreira, os pesquisadores dispunham de escassos elementos documentais, apenas duas cartas copiadas e publicadas por Vieira dos Santos - uma de Ébano Pereira dirigida à Gabriel de Lara e outra de Salvador Corrêa de Sá e Benevides endereçada ao próprio Ébano Pereira - além de breves informações oriundas da tradição oral, registradas por cronistas antigos. Com esses poucos recursos, foi possível recompor, ainda que de forma limitada, os acontecimentos ocorridos às margens do rio Atuba, em meados do século XVII. Contribuíram para tornar mais explícito esse fato histórico os depoimentos de autores como Pedro Taques, Pizarro e Frei Gaspar, bem como os

⁶⁴⁸ FERNANDES, Loureiro. Opinião de Loureiro Fernandes, o primeiro que leu. In: MOREIRA, Júlio. Eleodoro Ébano Pereira e a Fundação de Curitiba à luz de novos documentos. Comemorativo ao sesquicentenário da Independência do Brasil. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, UFPR, Volume XVI. 1972. p. 9.

⁶⁴⁹ MOREIRA, Júlio. Eleodoro Ébano Pereira e a Fundação de Curitiba à luz de novos documentos. Comemorativo ao sesquicentenário da Independência do Brasil. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, UFPR, Volume XVI. 1972. p.14.

registros de Ribeiro de Andrade e Saint-Hilaire em Curitiba e de Vieira dos Santos em Paranaguá, que recolheram e sistematizaram informações provenientes da tradição oral⁶⁵⁰.

A composição da obra de Júlio Moreira, *“Eleodoro Ébano Pereira e a Fundação de Curitiba à luz de novos documentos”*, contou com documentação de grande relevância, que material preservado no Arquivo do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, que estimulou a realização do referido estudo. Dentre esse conjunto, destacam-se dois documentos até então inéditos, anexos III e IX publicados no Boletim, que descrevem as duas jornadas realizadas aos Campos de Curitiba. Outra preocupação consistiu em reunir tudo o que foi possível localizar entre os trabalhos já divulgados por estudiosos do passado e por pesquisadores contemporâneos. O material coletado foi cotejado com essa nova documentação, “nova” no sentido historiográfico, uma vez que se trata de papéis produzidos em 1648 e 1649, e analisados com o objetivo de formar interpretações e estabelecer conceitos, sem a intenção de fazer prevalecer qualquer ponto de vista pessoal. Era desse modo que Júlio Moreira acreditava ter contribuído para dissipar dúvidas persistentes, ao incorporar o teor desses documentos inéditos, desconhecidos dos historiadores anteriores e, em especial, de Romário, Ermelino e Negrão, aos quais ele rendia respeitosa e saudosa lembrança⁶⁵¹.

O trabalho de Moreira demonstra como o IHGEP, ainda orientado por uma cultura histórica descritiva, narrativa e de forte referência ao passado colonial contribuiu para a consolidação de acervos, para a preservação de fontes e para a produção de estudos que serviram de base à historiografia posterior, a pesquisa que realizou recoloca Eleodoro Ébano Pereira “no devido lugar” na história do Paraná, ao mesmo tempo em que atualiza debates tradicionais com documentação até então inédita e metodologias empíricas próprias, reforçando a relevância do Instituto como espaço de produção intelectual além da universidade, profundamente conectado à construção de uma memória histórica paranaense.

O Instituto operava segundo um modelo de investigação assentado na centralidade do documento e em uma empiria de caráter arquivístico, fundada na descrição minuciosa de eventos e no esforço de reconstituição factual do passado. O método consistia na reunião, transcrição e cotejamento de fontes, muitas vezes inéditas, como aquelas mobilizadas por

⁶⁵⁰ MOREIRA, Júlio. Eleodoro Ébano Pereira e a Fundação de Curitiba à luz de novos documentos. Comemorativo ao sesquicentenário da Independência do Brasil. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, UFPR, Volume XVI. 1972. p.14.

⁶⁵¹ MOREIRA, Júlio. Eleodoro Ébano Pereira e a Fundação de Curitiba à luz de novos documentos. Comemorativo ao sesquicentenário da Independência do Brasil. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, UFPR, Volume XVI. 1972. p.13-14.

Moreira, acompanhados de uma narrativa explicativa voltada a conferir visibilidade a episódios da história regional. Tal modelo filiava-se à tradição do regionalismo historiográfico paranaense, herdada de David Carneiro, que concebia a história regional como via legítima de afirmação identitária e de construção de uma memória própria do estado.

Já, o volume XVII constituiu a terceira edição publicada em 1972, viabilizada com recursos da Prefeitura de Paranaguá durante a gestão do interventor, general João da Silva Rebello. A obra faz parte das atividades comemorativas ao Sesquicentenário da Independência do Brasil, de caráter histórico-regional dedicada à história de Paranaguá e à sua inserção no processo histórico do Paraná, com especial atenção ao período colonial e aos processos de formação regional.⁶⁵² O exemplar, conforme explicita o seu diretor Denizar Zanello Miranda, propõe uma leitura celebrativa e integradora da história nacional, valorizando a unidade territorial, o progresso material e a herança cultural luso-brasileira, ao mesmo tempo em que reafirma o papel dos institutos históricos na preservação da memória e na difusão de uma narrativa considerada exemplar do passado nacional.

Conforme o sumário, o periódico reúne um conjunto diversificado de estudos históricos, publicados sem autoria mas assinados pela diretoria, que abrangem temas políticos, sociais, culturais, institucionais e urbanos de Paranaguá, entre os quais se destacam: *A Capitania de Itanhaém; Vila de Paranaguá; Picada do Cristóvão; Carta a Antônio Vieira dos Santos; As primeiras mestras de Paranaguá; Florescimento da arte no Paraná; A Maçonaria em Paranaguá; Paranaguá no Continente; Notas para a História, Geologia e Geografia de Paranaguá; A conjura separatista de Paranaguá; Os grandes vultos de Paranaguá de outros tempos; Contribuição ao estudo das Minas de Prata de Paranaguá; Fundação de Paranaguá; Paranaguá de ontem, de hoje e de amanhã; Paranaguá, berço da civilização paranaense; A imprensa em Paranaguá: dados históricos; Considerações sobre a história e a origem do Colégio dos Jesuítas de Paranaguá; Dois dias em Paranaguá; Estação Ferroviária de Paranaguá; Dr. Leocádio José Correia*. Em conjunto, os textos configuram uma síntese erudita e memorialística sobre Paranaguá, típica da produção dos institutos históricos, combinando pesquisa documental, exaltação cívica e preocupação em fixar personagens, eventos e instituições considerados fundamentais para a história regional e para a identidade do Paraná.

⁶⁵² **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.** Gente e Fatos de Paranaguá. Comemorativo ao Sesquicentenário da Independência do Brasil. Curitiba, Prefeitura de Paranaguá, v. XVII, 1972. 374 p.

No plano historiográfico, a edição apresenta estudo da Capitania de Itanhaém, que é apresentado como complemento indispensável à compreensão da Capitania de Paranaguá, dada a íntima relação histórica entre ambas. Assim, o recorte regional não é isolado, mas articulado a processos mais amplos da colonização, da administração colonial e da formação do espaço paranaense. Neste caso há um esforço em enfatizar a história de Paranaguá e suas origens coloniais, e articulá-las à história da Capitania de Itanhaém e, de modo mais amplo, à formação histórica do Paraná.

A passagem do volume XVI para o volume XVII do Boletim do IHGEP evidencia, ao mesmo tempo, continuidades no projeto editorial do Instituto no contexto das comemorações do Sesquicentenário da Independência. Se o volume anterior privilegiava estudos centrados na fundação de Curitiba e na atuação de personagens específicos, mobilizando novos documentos para revisar episódios fundacionais da história regional, como o trabalho de Júlio Moreira sobre *Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba*, o volume XVII amplia o recorte espacial e temático ao deslocar o foco para Paranaguá, reafirmando seu lugar como núcleo originário da ocupação colonial e da formação histórica do Paraná. Essa mudança não representa uma ruptura, mas antes o desdobramento de uma mesma lógica historiográfica, marcada pela valorização do passado colonial, pelo uso intensivo do arquivo e pela construção de uma narrativa integradora que articula história local, memória regional e exaltação da unidade nacional, como herança lusitana. Assim, o volume XVII aprofunda o movimento iniciado no volume XVI, ao expandir a escala de análise e reforçar o papel do Instituto como instância legitimadora de uma história regional ancorada na documentação e nas celebrações cívicas.

Embora Moreira (1972) não adotasse as abordagens teórico-metodológicas em consolidação na universidade (como a história-problema, a história econômica ou as técnicas quantitativas), sua prática investigativa evidencia um compromisso fundamental com o trabalho empírico, com a crítica documental e com a reconstituição de trajetórias coloniais a partir de vestígios materiais e textuais. Essa postura faz de sua obra um elo importante entre a tradição erudita do Instituto e a produção acadêmica da UFPR, que justamente naquele período buscava ampliar temporalidades e temas para além do colonial. É nesse cenário de transição e disputas epistemológicas que a obra de Moreira, embora distante dessas formulações teóricas disseminadas na universidade, dialoga de forma indireta ao preservar a centralidade do documento e do indivíduo histórico, sustentando uma concepção de escrita da história que, sem aderir ao marxismo ou à história social estrutural, opta pela história política e factual.

2.3.2 O Sesquicentenário da Independência e a afirmação da historiografia universitária no Paraná: o Boletim do Departamento de História (1972)

O Sesquicentenário da Independência comemorado em 1972 constituiu um momento de articulação entre poder político, historiografia oficial e instituições culturais, funcionando como um dispositivo de mobilização do passado em escala nacional e regional. As comemorações cívicas, os eventos públicos e as publicações históricas associadas à efeméride evidenciam a centralidade atribuída à escrita da história como mecanismo de legitimação política, de afirmação de identidades coletivas e de ordenamento de narrativas exemplares sobre a formação da nação. Nesse contexto, os usos públicos do passado não apenas reforçaram versões autorizadas da história nacional, como também operaram como espaço de disputa por reconhecimento, autoridade intelectual e posições no campo historiográfico paranaense.

É nesse terreno de convergências e tensões que se estabelece o embate com a historiografia então em consolidação na Universidade Federal do Paraná, a qual se afastava de modo significativo dos parâmetros institucionais do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, tanto pela emergência de um novo perfil profissional do historiador quanto pelo alinhamento à renovação teórico-metodológica impulsionada pelas leituras da Escola dos *Annales*⁶⁵³.

Com o aporte financeiro do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e com o apoio do ex-reitor da UFPR, Flávio Suplicy de Lacerda, que também chegou a atuar como ministro da Educação, foi instalada a Pós-Graduação em História da UFPR. Para o Mestrado em História, fez-se a adoção de um paradigma que configurasse “o ofício do historiador” entendido como um profissional cujo desempenho se vinculava a aportes teórico-metodológicos e à perícia técnica, que transformavam acervos históricos dispersos em arquivos disponíveis à pesquisa de especialistas diversos. A aula inaugural do Mestrado, proferida no dia 01 de outubro pela professora Cecília Maria Westphalen, explicitava a ambição da universidade de consolidar um programa de pós-graduação capaz de renovar a historiografia regional sob bases críticas, metodológicas e teóricas atualizadas⁶⁵⁴. Cecília enfatizava a necessidade de abandonar narrativas meramente descritivas e adotar abordagens

⁶⁵³ A renovação teórico-metodológica dos *Annales*, como observa François Dosse (1992), esteve longe de ser homogênea ou linear, sendo marcada por continuidades e rupturas, pela crítica à história política tradicional e pela incorporação seletiva das ciências sociais. In: DOSSE, François. **A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”**. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed.da Unicamp, 1992.

⁶⁵⁴ WESTPHALEN, Cecília. **Aula Inaugural Cursos de Pós-Graduação em História**. Universidade Federal do Paraná. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. Curitiba. 1972. p. 3-5.

fundamentadas em problemas, conjunturas e estruturas, movimento afinado com as transformações da historiografia brasileira nas décadas de 1960 e 1970. Inspirado no regionalismo social proposto por Brasil Pinheiro Machado, o Departamento de História defendia que a história do Paraná deveria ser compreendida como história de grupos humanos, inserida em estruturas econômicas e sociais mais amplas e articulada ao conjunto da história nacional.

A criação do curso de mestrado fez surgir a formação de uma mentalidade diferencial em torno do aperfeiçoamento científico e técnico do historiador, o que acontecia na esteira do investimento em áreas de ciência e tecnologia incrementadas pela doutrina econômica do desenvolvimento nacional. Neste cenário de consolidação da pós-graduação, os direcionamentos do DEHIS e da Pós-Graduação em História da UFPR se conectam ao movimento da nova história francesa, mantendo o foco de estudos na história social e econômica, e na consolidação do historiador como um oficial de arquivo.

A historiografia que se estruturava na Universidade Federal do Paraná contrastava de modo significativo com os parâmetros institucionais do IHGEP. As transformações no âmbito de teoria, métodos e estilo de narrativa, foram possíveis pela atuação no interior do curso de Mestrado, de nomes como Louis Henry e Frédéric Mauro que estiveram em finais da década de 60 e década de 1970 ministrando cursos na Universidade Federal do Paraná⁶⁵⁵, participações que somadas à de Fernand Braudel, são perceptíveis na produção científica de vários professores⁶⁵⁶. Dentre os recortes em torno dos quais iriam se desenvolver a maioria das pesquisas para as dissertações de mestrado, predominaram temas relativos à História Demográfica e à História Econômica. A produção demográfica se inspirava nas propostas francesas (Institut National d'Études Démographiques) e inglesas ("grupo Cambridge"). Por sua vez, os pesquisadores e pesquisadoras da História Econômica, seguiam, principalmente, as indicações teórico-metodológicas de Frédéric Mauro, discípulo de Fernand Braudel⁶⁵⁷.

É importante lembrar que Frédéric Mauro foi o responsável pela organização em 1971, com o apoio do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, do Colóquio Internacional n. 543, sob *L'Histoire Quantitative du Brésil, de 1800 a 1930*. O Departamento de História da UFPR, a convite de

⁶⁵⁵ Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique, n. 543, Paris, Éditions du CNRS, 1973. In: BALHANA, Altiva. Frédéric Mauro e os cursos de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. **Revista Arquivos do Centro Calouste Gulbenkian**. Mélanges Offerts à Frédéric Mauro. Vol. XXXIV, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. Lisboa, Paris. 1995. p. 47-54.

⁶⁵⁶ MARCHI et. al., 1993, p. 135-136.

⁶⁵⁷ MARCHI et. al., 1993, p. 136.

Mauro, esteve presente no Colóquio, com duas comunicações. Uma de Cecília Westphalen, sobre “*Paranaguá et le Rio de la Plata au XIXe siècle*”, e outra, de Altiva Balhana, sobre “*L’évolution démographique de Curitiba au XIXe siècle*”⁶⁵⁸.

Para Westphalen, a realização do 543º Colóquio Internacional do Centre National de la Recherche Scientifique marcaria uma renovação da historiografia brasileira, em especial com o contributo de Frédéric Mauro ao alertar para a problemática do tratamento das fontes. Segundo a historiadora paranaense esta reunião foi de extraordinária importância, primeiro, porque realizou uma radiografia da situação dos estudos quantitativos no Brasil e de seus primeiros resultados, e, segundo, pela ressonância do evento, que fez conhecida e divulgada a prática da história quantitativa no meio acadêmico brasileiro. Finalmente, porque após a publicação das atas do colóquio a prática de história do Brasil, não mais poderia retroceder do ponto de vista metodológico⁶⁵⁹.

No artigo *Da história seriada ou estatística à história frequencial ou estrutural: o caso do Brasil*, publicado em 1972, pela Revista Brasileira de Economia, Mauro tratou de expor os resultados do Colóquio de Paris, para ele, momento definidor da situação em que se encontrava a pesquisa quantitativa no Brasil, distinguindo formas de utilização das séries estatísticas, manejos de variáveis apresentadas por séries. Em suas reflexões, define várias histórias que remetem às contribuições para os estudos das séries estatísticas em demografia histórica e em história econômica, e a introdução do quantitativo na História do Brasil.

Defensor de uma ciência produzida por meio da ação cooperativa entre Portugal, Brasil e França, a obra de Mauro demonstrou a diversidade dos horizontes geográficos. No caminho da Nova História, aquela cerceada pelo diálogo entre economia e sociedade, preocupou-se com a globalidade dos acontecimentos históricos, de modo que foi desenvolvida uma ideia de história mundial, muito mais dinâmica do que a história clássica francesa⁶⁶⁰. A partir dos estudos de Mauro, a prática da história moderna se ampliou para incluir o desenvolvimento da história econômica, de modo que esta história passou a ser confrontada com os desafios do desenvolvimento e não mais apenas com problemas das origens do crescimento do capitalismo. Cabe destacar que Mauro ocupou a primeira cátedra

⁶⁵⁸ O Departamento de História, publicou sob o patrocínio do Conselho de Ensino e Pesquisas da Universidade Federal do Paraná, os trabalhos apresentados por Professores do Dehis no Colloque International du Centre National de la Recherche Scientifique, n. 543, realizado em Paris, de 11 a 15 de outubro de 1971. In: Estudos de História Quantitativa. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. Boletim n. 15. Curitiba, 1972.

⁶⁵⁹ WESTPHALEN, Cecília Maria. Frédéric Mauro e a História Quantitativa do Brasil. In: **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian**. Centro Cultural Calouste Gulbenkian. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1995, v. 34, p. 56.

⁶⁶⁰ MAURO, Frédéric. **Nova História e Novo Mundo**. Perspectiva, São Paulo, 3 ed. 1973.

de história latino-americana criada em uma universidade francesa, em Nanterre. O esforço de Mauro em colocar a história no centro das ciências humanas e sociais, se refletem nos debates e lutas que travou pelo conhecimento histórico na América Latina, especialmente no Brasil, por ele considerado o “continente da história”.

No Paraná, Mauro ajudou a consolidar a linha de pesquisa em história demográfica e história econômica na UFPR, que se tornou uma referência nacional. Da sua orientação, resultaram projetos que utilizaram fontes como censos, registros paroquiais e inventários, promovendo uma compreensão mais profunda das estruturas populacionais e sociais do Paraná. O professor francês também supervisionou trabalhos de pesquisadores brasileiros, como a Professora Beatriz Pellizzetti⁶⁶¹, professora do Departamento de História da UFPR que realizou pesquisas sobre imigração no Brasil⁶⁶², e também o Professor Carlos Roberto Antunes⁶⁶³, especialista em história econômica e história social, com ênfase particular em dois eixos principais: História econômica e sociedade escravista, e, mais tarde História da alimentação.

A partir de Mauro também foi possível a UFPR fortalecer as relações com instituições internacionais, como o College de France, o Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), à L'université de Lyon e L'université d'Amiens. Essa integração com ambientes

⁶⁶¹ É licenciada e mestre pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Geografia e História na Universidade Federal do Paraná. Foi inscrita no Doctorat d'Etat ès Lettres et Sciences Humaines na Université de Paris X, Nanterre, sob a direção do brasilianista francês, professor Frédéric Mauro, com projeto de pesquisa em Imigração no Brasil, sobre o tema Ideologia e Criatividade da Imigração no Brasil, com o falecimento do orientador, pronta a tese, os diálogos sobre o tema transferiram-se para o professor Albert Broder, da Universidade de Paris XII. Ainda sobre sua atuação profissional, lecionou como professora do DEHIS-UFPR entre os anos de 1968 e 1981 (MARCHI, 1994. p. 6), e foi sócia do IHGEP.

⁶⁶² PELLIZZETTI, Beatriz. Os papéis de Giovanni Rossi no Arquivo Ermembergo Pellizzetti. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Departamento de História (Arquivos para a história do Brasil Meridional), n. 14, 1971, p. 1-50; _____. Fontes primárias para a História de Santa Catarina. Os papeis do fundador da colônia Cecilia no Arquivo Ermembergo Pellizzetti (1873-1947). In: **Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**, 6, São Paulo, 1971. Anais. São Paulo, 1973. P. 97-152. _____. **Pioneirismo italiano no Brasil Meridional. Estudo de Caso**. Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. 1981. 336 p., ilus. 23 cm. Estante Paranista 13. _____. **Reflexões sobre uma utopia do século XIX como testamento ideológico para a “terra de todas as gentes” no século XX. Baseado nos escritos de 1895 do anarquista italiano Giovanni Rossi (Cárdias)**. Curitiba. Secretaria do Estado da Cultura, 1999. 296 p. _____. **L'ideologia e la creatività dell'immigrazione europea in Brasile “Dalla seconda metà del secolo XIX alla seconda metà del secolo XX”**. 2ª Edizione Modificata. Rio do Sul. Edizione dell'Autrice. 2014. RIBEIRO, Maria Alice. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. **História Econômica & História de Empresas** II. 2, 7-40. 1999.

⁶⁶³ Carlos Roberto Antunes. Graduou-se pela Universidade Federal do Paraná e na mesma instituição concluiu seu mestrado. Em 1976 doutorou-se pela universidade de Paris X, Nanterre, sobre a orientação de Frédéric Mauro e co-orientação de Fernand Braudel. O Pós-doutorado foi concluído na Universidade de Paris III – Instituto de Altos Estudos da América Latina. Foi o responsável pela criação da Associação Paranaense de História é uma entidade sem fins lucrativos, criada em 1980 com o objetivo de desenvolver a História como instrumento de conhecimento, pesquisa, educação e produção cultural. In: SILVA, Bruna. *Revista História, Questões & Debates: historiografia e problemática regional (1980-1989)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2013, p. 12.

internacionais de pesquisa possibilitou a ampliação das redes de sociabilidade intelectual, onde foi possível diálogo, conforme indicam as atas do Departamento de História, com Louis Henry, Michel Fleury, Le Roy Ladurie, Jean Pierre Berthé, Adeline Daumard, Jacques Bertin. A ampla integração entre pesquisadores franceses e brasileiros, abriram também os canais de comunicação e cooperação com outros centros internacionais interessados em História do Brasil, isso fica evidente com a vinda de outros professores e especialistas, tais como Peter Burke, da Inglaterra, Antônio José Saraiva, Antonio Henrique de Oliveira Marques e Miriam Halpern Pereira, de Portugal, ampliando a troca acadêmica e a repercussão da produção historiográfica brasileira no exterior⁶⁶⁴.

A partir dessa dinâmica presente depois da criação da pós-graduação em História, enfatizava-se a necessidade de abandonar narrativas meramente descritivas e adotar abordagens fundamentadas em problemas, conjunturas e estruturas, movimento afinado, portanto, com as transformações da historiografia brasileira e europeia nas décadas de 1960 e 1970.

Os resultados desse contato intelectual podem ser verificados no *Boletim n.º 19 – Paraná 1822*, do Departamento de História da UFPR material que revela, quais debates, preocupações e projetos de pesquisa estavam em andamento dentro do Dehis quando a universidade participou das comemorações do *Sesquicentenário da Independência do Brasil*, em 1972⁶⁶⁵. Cabe destacar que o periódico do Dehis registrava a produção interna do Departamento, difundia pesquisas regionais e atuava em prol do fortalecimento da instituição universitária como instrumento de legitimação da prática historiográfica.

Esse boletim mencionado reúne comunicações apresentadas no Colóquio “*O Paraná na conjuntura da Independência*”, organizado pelo próprio Dehis em articulação com a seção regional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História⁶⁶⁶. O evento e o boletim mostram um forte interesse em relacionar a Independência como um evento político conectado aos processos regionais, e não apenas à narrativa nacional. Diferentemente do

⁶⁶⁴ BALHANA, Altiva Pilatti. Frédéric Mauro e os curso de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. p. 53. In: Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian. *Mélanges offerts à Frédéric Mauro*. Vol. XXXIV. **Centro Cultural Calouste Gulbenkian. Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses**. Lisboa-Paris. 1995.

⁶⁶⁵ **Boletim do Departamento de História**. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Curitiba. n.19. 1972.

⁶⁶⁶ Associação dos Professores Universitários de História, fundada em 1961, foi transformada em 1971 em Associação Nacional dos Professores Universitários de História. O Núcleo paranaense da ANPUH existe, pelo menos, desde o final dos anos de 1970 e esteve atuante até 1985, quando se desestruturou. Em 1995, ressurgiu a partir de um movimento de refundação, representando os interesses de seus associados e associadas no estado. **Campanha da Memória da Anpuh-PR**. Disponível em: <https://pr.anpuh.org.br/index.php/component/k2/item/6287-campanha-da-memoria-da-anpuh-pr>. Acesso em dez. 2025.

Boletim do IHGEP, conforme apresentado no tópico anterior, cuja impressão contou com financiamento de órgãos estatais como a Fundepar e a própria UFPR, o periódico do Dehis estruturava-se a partir de experiências acadêmicas vinculadas às atividades da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), o que sinaliza um processo de crescente profissionalização da prática historiográfica no interior da universidade.

O *Boletim do Departamento de História da UFPR*, publicado em 1972 com apoio da Fundação Educacional do Estado do Paraná (FUNDEPAR), reúne os trabalhos apresentados no referido Colóquio por profissionais de diferentes áreas (história, antropologia, literatura, etc.). Os textos apresentados são: “*Estruturas Populacionais do Paraná no ano da Independência*”, de Altiva Pilatti Balhana; “*O porto de Paranaguá em 1822*”, de Cecília Maria Westphalen; “*O Índio no Paraná na Conjuntura da Independência*”, de Cecília Maria Vieira Helm; “*A Comarca e os ideais de emancipação*”, de Jayme Antonio Cardoso, “*Antonio Vieira dos Santos – ‘O cronista da conjuntura’*”, de Carlos Roberto Antunes dos Santos, “*Cronistas-viajantes no Paraná, ao tempo da Independência*”, de Newton Carneiro e “*A Semana de 22 e a Literatura do Paraná*”, da professora Cassiana Lacerda Carollo⁶⁶⁷.

Observa-se um deslocamento em relação à historiografia tradicional, em favor de investigações orientadas por preocupações mais amplas, sobretudo nos campos da história social, econômica e política, em diálogo com debates historiográficos nacionais e internacionais.

O texto da professora Altiva Pilatti Balhana, intitulado “*Estruturas Populacionais do Paraná no ano da Independência*”⁶⁶⁸, trata da análise demográfica e social do Paraná no início do século XIX, especialmente no contexto da Independência do Brasil. A autora insere o estudo no âmbito de um projeto mais amplo de História Demográfica do Paraná, desenvolvido no Departamento de História da UFPR, e fundamenta sua investigação no levantamento sistemático de fontes seriadas, como censos antigos, listas nominativas de habitantes, registros paroquiais (batismos, casamentos e óbitos), listas de eleitores, de milícias e matrículas de escravizados. De modo que enfatiza o caráter preliminar da pesquisa, destacando o esforço metodológico de localizar, organizar e tornar operacionais fontes

⁶⁶⁷ Autora de livros na sua área de especialização, linguística e literatura, ela também escreveu sobre história do Paraná. Foi também diretora da Fundação Cultural de Curitiba. Na UFPR, Cassiana se destacou em atividades nos departamentos de Linguística, Ciências Humanas, Letras e Artes, promovendo intercâmbios, e também como curadora, com participação marcante em relação à Casa da Memória.

⁶⁶⁸ BALHANA, Altiva. *Estruturas Populacionais do Paraná no ano da Independência*. **Boletim do Departamento de História**. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Curitiba. n.19. 1972. p.5-35.

dispersas para estudos retrospectivos. Ao fazê-lo, Balhana afasta-se da historiografia narrativa tradicional e propõe uma leitura estrutural da sociedade paranaense, interessada menos em eventos ou personagens isolados, como fez Júlio Moreira (1972), e mais nas condições sociais, econômicas e populacionais que moldaram a região no momento da Independência. Trata-se, portanto, de uma produção representativa da renovação historiográfica universitária, marcada pela preocupação metodológica, pelo uso sistemático de fontes e pela aproximação com a história social e demográfica.

Outra professora que contribuiu com a edição comemorativa ao Sesquicentenário da Independência, foi Cecília Maria Westphalen, que publicou o texto “*O porto de Paranaguá em 1822*”⁶⁶⁹, estudo em que a pesquisadora abordou a dinâmica comercial e marítima do porto de Paranaguá no contexto da Independência do Brasil, analisando-o como espaço estratégico de circulação econômica regional e internacional no início do século XIX. Metodologicamente, o texto se caracteriza pelo uso intensivo de dados quantitativos, tabelas e séries documentais, afastando-se da narrativa tradicional e aproximando-se da história econômica e social, típica da produção universitária vinculada à UFPR. Assim, o porto é analisado não apenas como infraestrutura local, mas como nó articulador de redes comerciais, políticas e econômicas, fundamental para compreender a inserção do Paraná nos processos históricos do período da Independência.

Em “*A Comarca e os ideais de emancipação*”⁶⁷⁰, Jayme Antônio Cardoso professor do Departamento de História da UFPR desde 1964⁶⁷¹, procura situar a Comarca de Curitiba no quadro mais amplo das transformações políticas e intelectuais que marcaram o mundo ocidental entre os séculos XVIII e XIX. Cardoso articula referências clássicas, como Sérgio Buarque de Holanda⁶⁷² e Ermelino de Leão⁶⁷³, para explicar porque a região participou de maneira limitada do processo de emancipação. O argumento central é que o isolamento geográfico, as dificuldades de comunicação e a ausência de centros urbanos consolidados atrasaram a circulação dos ideais liberais. O historiador mantém uma visão estruturalista, que

⁶⁶⁹ WESTPHALEN, Cecília M. O porto de Paranaguá em 1822. **Boletim do Departamento de História**. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Curitiba. n.19. 1972. p. 37-43.

⁶⁷⁰ CARDOSO, Jayme Antunes. A Comarca e os ideais de emancipação. **Boletim do Departamento de História**. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Curitiba. n.19. 1972. p. 41-53.

⁶⁷¹ Relação dos professores que exerceram suas atividades no departamento de história/UFPR, 1959-2009. Relato Histórico. **Revista História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 317-319, jan./jun. 2009.

⁶⁷² BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo. Difusão Europeia do Livro, 1967, v. 4. p. 457.

⁶⁷³ LEÃO, Ermelino de. Os factores da Independência nascidos em terras paranaenses. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 de nov. 1922.

associa diretamente “atraso material” à “pouca participação política”, essa interpretação pouco dialoga com debates posteriores que valorizam a agência local e a pluralidade das formas de adesão à Independência. Trata-se, portanto, de um texto, preocupado em compreender não apenas os fatos políticos como o da Independência, mas as condições sociais, econômicas e comunicacionais que limitaram a recepção e a ação política local. O artigo se insere na renovação historiográfica universitária, ao privilegiar explicações estruturais em detrimento de narrativas heróicas ou centradas em personagens.

No que tange aos textos “*Antonio Vieira dos Santos – ‘O cronista da conjuntura’*”⁶⁷⁴, do Professor Carlos Roberto Antunes dos Santos e “*Cronistas-viajantes no Paraná, ao tempo da Independência*”⁶⁷⁵, de Newton Carneiro⁶⁷⁶, observa-se que, assim como em outros estudos publicados no período, inscrevem-se em uma vertente historiográfica voltada à reflexão sobre a produção do conhecimento histórico e sobre os mediadores do passado paranaense. No primeiro, a análise centra-se na trajetória intelectual e política de Antonio Vieira dos Santos, ressaltando seu papel como observador atento dos acontecimentos de seu tempo e como cronista cuja escrita articula experiência pessoal, engajamento político e registro histórico, sobretudo no contexto da emancipação e da vida administrativa da comarca. Já o segundo texto desloca o foco para os relatos de viajantes e cronistas que percorreram o Paraná no início do século XIX, enfatizando o valor desses testemunhos para a constituição da historiografia regional e para a compreensão do período da Independência. Ao discutir autores como Saint-Hilaire e outros viajantes, Newton Carneiro, sócio do IHGEP e também membro da Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná que participou do Colóquio, destaca tanto o caráter descritivo e observacional dessas narrativas quanto seus limites e condicionamentos, situando-as como fontes fundamentais, porém marcadas por olhares externos. Em conjunto, ambas as produções revelam uma preocupação em historicizar as fontes e os autores, evidenciando uma abordagem mais reflexiva sobre a escrita da história e sobre os modos de construção do passado paranaense.

⁶⁷⁴ SANTOS, Carlos Roberto Antunes. Antonio Vieira dos Santos – ‘O cronista da conjuntura’. **Boletim do Departamento de História**. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Curitiba. n.19. 1972. p. 59-69.

⁶⁷⁵ CARNEIRO, Newton. Cronistas-viajantes no Paraná, ao tempo da Independência. **Boletim do Departamento de História**. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Curitiba. n.19. 1972. p. 71-81.

⁶⁷⁶ Newton Isaac da Silva Carneiro (1914-1987). Foi ensaísta dedicado ao estudo de múltiplos aspectos da vida intelectual, histórica e cultural do Paraná. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, da Associação Internacional de Autores e Inventores e do Círculo de Estudos Bandeirantes, publicou diversos artigos e discursos voltados à reflexão sobre a história e a identidade do estado. In: CEPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/newton-isaac-da-silva-carneiro>. Acesso dez. 2025.

Publicado no contexto das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, o estudo de Cassiana Lacerda Carollo, “*A Semana de 22 e a Literatura do Paraná*”⁶⁷⁷, insere-se em um movimento mais amplo de reinterpretação do passado cultural nacional, no qual eventos e movimentos históricos são revisitados sob uma chave integradora e processual. Ao retomar a Semana de Arte Moderna de 1922, a autora afasta-se das leituras de confronto predominantes nas décadas anteriores e a apresenta como marco estruturante do desenvolvimento da literatura brasileira⁶⁷⁸, cuja função histórica ultrapassou o gesto inicial de ruptura para assumir um papel didático e organizador da modernidade literária nacional. Nesse enquadramento, 1922 é incorporado à narrativa da Independência como expressão de autonomia cultural, entendida não como episódio isolado, mas como processo de longa duração, cujos desdobramentos se estendem ao longo do século XX. A articulação com a revista *Joaquim*, interpretada como releitura regional e historicamente situada do modernismo, reforça essa perspectiva ao evidenciar a permanência e a atualização do legado modernista no Paraná, integrando a experiência local à história mais ampla da literatura brasileira.

Em seu estudo, a professora de Linguística da UFPR, Cassiana Carollo, estabelece a conexão com a revista *Joaquim*, fundada em 1946 em Curitiba, entendida como expressão crítica e regionalmente situada do projeto modernista.⁶⁷⁹ Carollo argumenta que o periódico *Joaquim* não deve ser lido como mera imitação periférica da Semana de 22, mas como uma releitura paranaense do modernismo, mediada pelas condições históricas e culturais do pós-1930 e, sobretudo, do pós-1945. A revista aparece como espaço de atualização e problematização das conquistas modernistas, articulando a herança de 22 às novas preocupações estéticas, intelectuais e geracionais. Assim, na análise de Carollo, a revista ocupa um lugar decisivo na compreensão do modernismo no Paraná, ao mesmo tempo em

⁶⁷⁷ CAROLLO, Cassiana L. *A Semana de 22 e a Literatura do Paraná*. **Boletim do Departamento de História**. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Curitiba, n.19. 1972. 83-90.

⁶⁷⁸ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. A interpretação de Nicolau Sevcenko contribui para compreender o modernismo menos como um episódio estritamente literário e mais como uma intervenção intelectual situada, marcada por uma “missão” cultural de interpretação e crítica da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, a Semana de 1922 configura-se como um gesto fundador, cuja eficácia simbólica se prolonga em experiências posteriores, como a revista *Joaquim*, que, em contexto diverso, atualiza e problematiza o legado modernista a partir de novas tensões históricas e regionais.

⁶⁷⁹ Fundada em 1946, O *Joaquim* era propriedade de Dalton Trevisan, a proposta explícita do periódico, onde predominava a literatura, era combater as perspectivas paranistas. In: GOMES, Gilvana de Fátima Figueiredo. *A Divulgação: (re)leituras do Paraná e periodismo social/feminino (1947-1965)*. 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2017. p. 35.

que confirma a centralidade de 1922 como eixo interpretativo do desenvolvimento da literatura brasileira.

As produções apresentadas demonstram uma inflexão significativa no perfil da historiografia publicada no Boletim do Departamento de História, marcada pela crescente presença de pesquisas oriundas do espaço universitário e pela incorporação de novos perfis intelectuais, problemáticas e métodos, orientados por preocupações analíticas mais amplas, voltadas à história social, econômica e política, em diálogo com debates nacionais e internacionais. Observa-se o predomínio de abordagens sistemáticas, como o uso de fontes seriadas, registros paroquiais, censos e documentação administrativa, bem como o interesse pela quantificação, pela análise das estruturas populacionais, das dinâmicas econômicas e das ideias políticas no contexto da Independência. Diferentemente da tradição erudita centrada na exegese documental e na valorização de personagens, essas produções apontam para um esforço de interpretação estrutural do passado paranaense, inserindo-o em processos históricos mais amplos e sinalizando a consolidação da universidade como novo lugar de produção e legitimação do conhecimento histórico, ainda que em diálogo com os espaços institucionais tradicionais, como o IHGEP.

Em 1972, data do Sesquicentenário e mesmo ano de inauguração do Mestrado em História da UFPR, o Instituto mantinha viva a tradição da investigação documental, preservando fontes, descrevendo trajetórias e revisitando o período colonial e imperial com notável rigor empírico. Em contrapartida, a universidade avançava na construção de um novo paradigma interpretativo, pautado em documentos e comprometido com análises críticas, modelos teóricos e uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais, como os estudos publicados no Boletim Departamental.

Essa coexistência, longe de representar ruptura, constitui uma cultura historiográfica característica do Paraná no século XX, na qual a tradição erudita do IHGEP e a renovação metodológica da UFPR dialogam, nem sempre explicitamente, mas com efeitos mútuos sobre o modo de se escrever o passado regional, como por exemplo, a prioridade em se destacar a história da cidade de Curitiba e o Paraná no contexto de celebração do Sesquicentenário da Independência. A obra de Júlio Moreira, *Eleodoro Ébano Pereira e a Fundação de Curitiba à luz de novos documentos*, publicada justamente quando ele integrava a diretoria do Instituto, é um dos melhores exemplos dessa zona de contato: um esforço de revisão do passado colonial a partir de novas documentações, que ofereceu à nascente pós-graduação paranaense um conjunto de questões, fontes e problemas que ainda hoje repercutem na escrita da história regional. Se o IHGEP fornecia documentação, acervos e estudos pioneiros sobre o período

colonial, a UFPR oferecia novos enquadramentos teóricos capazes de reinscrever esses materiais em análises de maior densidade crítica. Juntas, as duas instituições contribuíram para ampliar os horizontes da pesquisa histórica no Paraná e fortalecer o campo da história regional em suas múltiplas vertentes.

A comparação entre o Instituto e a Universidade não deve ser lida como oposição absoluta. O diálogo entre as instituições, especialmente visível na participação de sócios do IHGEP na UFPR e vice-versa, mostra que havia um trânsito de intelectuais, documentos e interesses intelectuais. A publicação de 1972 do Boletim do IHGEP, ao mesmo tempo comemorativa e documental, evidencia essa zona de contato: embora o Instituto permanecesse fiel a uma tradição erudita e empirista, sua atuação contribuía para fornecer à universidade um lastro documental e um repertório de questões ligadas à história regional. Por outro lado, os intelectuais do curso da universidade introduziram no Instituto novos padrões de análise, ampliando o horizonte temporal e conceitual da escrita da história regional.

A publicação do Boletim do Departamento de História da UFPR de 1972 é um marco importante na história da institucionalização da historiografia paranaense. Ele expressa um momento de reconfiguração do campo disciplinar, no qual a universidade busca demarcar sua autoridade científica diante de instituições tradicionais e, simultaneamente, renovar temas, abordagens e métodos, sinais claros de transformação, evidentes na crítica às narrativas locais e no uso mais sofisticado da documentação.

O distanciamento entre o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense e a Universidade Federal do Paraná não deve, portanto, ser compreendido como uma oposição rígida entre tradição e renovação. Ao contrário, o que se observa é a constituição de uma rede de sociabilidades marcada pela circulação de intelectuais, pelo compartilhamento de fontes e pela convergência de interesses, evidenciada, entre outros aspectos, pela participação simultânea de membros do IHGEP no espaço universitário e de docentes da UFPR nas atividades do Instituto. Soma-se a isso a própria configuração urbana de Curitiba, cidade de porte médio, que favorecia a concentração desses agentes e intensificava as interações, contribuindo aos circuitos intelectuais e institucionais.

É a partir desse cenário de continuidades, tensões e intercâmbios que se torna possível avançar para a análise das dinâmicas historiográficas que se consolidam a partir da década de 1970. O capítulo seguinte examina, justamente, como essas transformações teóricas e metodológicas repercutiram na escrita da história no Boletim do IHGEP entre 1975 e 1995, período em que se intensifica a presença de historiadores vinculados ao Departamento de

História da UFPR, e que marca a mudança de nomenclatura do instituto que passa a ser Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR). Ao observar os textos publicados nesse intervalo, busca-se compreender de que modo o Instituto se manteve como um lugar social relevante de produção historiográfica, ao mesmo tempo em que incorporava, de forma seletiva, os referenciais da historiografia universitária em consolidação.

No âmbito do Instituto Paranaense, essa operação simbólica, contudo, não se encerra nas comemorações do Sesquicentenário da Independência. Ela se projeta nos anos seguintes, quando o próprio IHGEP, em 1975, por ocasião das celebrações de seus 75 anos de fundação, publica um volume comemorativo dedicado ao Sesquicentenário do nascimento de d. Pedro II⁶⁸⁰, figura fundamental no processo de emancipação político-administrativa da Província do Paraná. A recorrência da centralidade da monarquia imperial nas efemérides institucionais indica a persistência de um repertório simbólico que associa grandes personagens, estabilidade política e continuidade histórica, tema que será retomado e analisado no capítulo seguinte, por meio da compreensão das transformações historiográficas e das novas dinâmicas institucionais que se consolidam a partir da segunda metade da década de 1970.

A análise das publicações do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense no contexto do Sesquicentenário da Independência evidencia não apenas a persistência de uma cultura comemorativa profundamente enraizada, mas também o modo como o Instituto soube mobilizar as efemérides nacionais como estratégia de reafirmação de sua autoridade intelectual e de seu lugar no campo historiográfico paranaense. Ao articular a exaltação da Independência à valorização da documentação, dos “grandes homens” e da unidade nacional, o IHGEP reinscreveu sua produção em uma tradição erudita que, embora tensionada pela renovação universitária, manteve sua eficácia simbólica. Esse mesmo repertório comemorativo, entretanto, não se encerra em 1972. Na sequência imediata, ele será reorientado para a celebração da própria trajetória institucional, por ocasião dos 75 anos de fundação do Instituto, em 1975. A publicação de volumes especiais dedicados ao aniversário do IHGEP e ao *Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II* sinaliza a continuidade dessas práticas historiográficas, agora voltadas à construção de uma memória institucional que articula passado imperial e identidade regional.

⁶⁸⁰ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.** Vol. XXVIII. 1975. Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II - 1825/1975. Curitiba. 446p.

CAPÍTULO 3

A escrita da história no Boletim do IHGEP e as dinâmicas da historiografia paranaense: temáticas, marcos teóricos e metodológicos (1975-1995)

Este terceiro capítulo tem como objetivo analisar a intensificação da participação de historiadores vinculados ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (Dehis/UFPR) nas publicações do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP), em um contexto marcado pela consolidação da historiografia universitária no Brasil. Parte-se da hipótese de que, apesar das profundas transformações teórico-metodológicas que passaram a redefinir o saber histórico e o próprio perfil profissional do historiador no âmbito universitário, o Boletim do IHGEP permaneceu como um lugar social⁶⁸¹ relevante de produção e circulação do conhecimento histórico, abrigando práticas historiográficas distintas, mas articuladas entre si.

O recorte temporal abrange o período entre 1975, ano das comemorações do 75º aniversário do Instituto, e 1995, período em que encerra-se a publicação do Boletim sob a nomenclatura IHGEP⁶⁸². Tal delimitação permite observar as transformações do lugar social da prática historiadora em consonância com os usos e funções atribuídos ao Boletim do IHGEP frente às exigências da profissionalização do historiador disciplinado⁶⁸³.

Nesse intervalo, observa-se o momento de maior assiduidade de alguns docentes do curso de História da UFPR nas páginas do periódico, evidenciando a continuidade dos intercâmbios institucionais e intelectuais entre o Instituto e a universidade. A análise concentra-se em estudos publicados por historiadores e historiadoras do Dehis, sócios e sócias do IHGEP, selecionados a partir da relevância temática de suas produções para o debate da história regional, com destaque para as colaborações de Odah Regina Guimarães

⁶⁸¹ CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica**. In: CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. cap. 2, p. 64-108.

⁶⁸² Entre 1948 e 1999, o Instituto existiu formalmente sob a denominação de Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP). In: Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. **Cap. I. Do Instituto e sua finalidade**, Art. 1º, 1999, p.3. Embora a nomenclatura institucional tenha permanecido até 1999, o Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense teve sua primeira edição em 1950 e o último exemplar publicado em 1995, encerrando-se, nesse momento, o uso dessa designação no principal veículo editorial do Instituto.

⁶⁸³ COSTA, Aryana. **De um Curso d'Água a Outro: memória e disciplinarização do saber Histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018; FERREIRA, Marieta de M. **A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013; FAGUNDES, Bruno. F. L. **O auge da história: história do curso de história da UFPR**. São Paulo: Letra & Voz, 2019; ROIZ, Diogo. da S. **Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)**. Curitiba: Appris, 2012;

Costa⁶⁸⁴, Márcia Graff⁶⁸⁵, Beatriz Pellizzetti⁶⁸⁶, Cecília Maria Westphalen⁶⁸⁷ e Ruy Wachowicz⁶⁸⁸.

Ainda que não seja o foco central, esse conjunto permite observar a ampliação da presença feminina, a diversificação dos gêneros historiográficos no interior do Instituto e o perfil da historiografia brasileira por elas produzida em diferentes instituições⁶⁸⁹.

O capítulo busca articular os textos publicados no Boletim do IHGEP com as dinâmicas da historiografia brasileira profissional e com os marcos teórico-metodológicos do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. Para isso, procedeu-se ao cruzamento sistemático dos dados extraídos dos Boletins do IHGEP com fontes complementares, como

⁶⁸⁴ COSTA, Odah Regina Guimarães; Estruturas agrárias de Curitiba – Paraná no século XIX. Posse, propriedade e trabalho. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Littero-Técnica, v. XLIII, p. 77-, 1986; _____. Considerações sobre o uso e a propriedade da terra em Curitiba – Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Littero-Técnica, v. XLV, p. 79-98, 1987; _____. Reinhard Maack e o espaço ecológico do Estado do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica e Editora Rocha Ltda, v. XLVI, p. 55-72, 1989; _____. Proclamação da República (1889) e a mudança da política de terras (A): o caso do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica e Editora Santa Monica, v. XLVII, p. 61-74, 1990; _____. Câmara Municipal de Curitiba. **Boletim do IHGEP**, Curitiba: Gráfica e Editora Santa Monica, v. XLVIII, p. 159-178, 1993; _____. Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, Empresário Schumpeteriano, e a Revolução Federalista. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Santa Mônica, v. XLIX, p. 195-212, 1995;

⁶⁸⁵ GRAF, Márcia Elisa de Campos. Economia e Escravidão no Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Littero-Técnica, v. XLV, p. 99-114, 1987.

⁶⁸⁶ PELLIZZETTI, Beatriz. Homenagem ao Dr. Brasil Pinheiro Machado. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: A. M. Cavalcanti & Cia Ltda., v. XXXIV, p. 210-224, 1978. _____. Contribuição dos intelectuais italianos no Brasil (fim do século XIX e princípios do século XX). VANZOLINI E GRILLO – ESTUDO DE CASO. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Littero-Técnica, v. XLI, p. 81-94, 1984. VILAR, Pierre. Crítica de Pierre Villar “ao trabalho de Pellizzetti, Beatriz”. Respeitado o texto original, Paris, 11 de dezembro 1982. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, Vol. XLII, p. 193-198, 1984.

⁶⁸⁷ WESTPHALEN, Cecília Maria. Evolução Histórica de Curitiba. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica e Editora Santa Mônica, v. XLVIII, p. 219-223, 1993.

⁶⁸⁸ WACHOWICZ, Ruy. Pedro II e os imigrantes em Curitiba. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: A. M. Cavalcante & Cia., v. XXXVII, p. 415-421, 1975; _____. “Uti possidetis” – brasileiro na questão de Palmas. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Littero-Técnica, v. XXXV, p. 193-218, 1979; _____. Xokleng na Província do Paraná (Aldeamento de Papanduva). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XXXVII, p. 57-82, 1980a; _____. Discurso de recepção aos novos sócios (1979). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XXXVII, p. 333-334, 1980b; _____. O papel dos Índios na ocupação do sudoeste paranaense. **Boletim do IHGEP**, Curitiba: Editora Littero-Técnica, v. XL, p.53-, 1983; _____. Comércio da madeira e a atuação do Brazil Railway no sul do Brasil. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaens**, Curitiba: Editora Littero-Técnica, v. XLI, p. 41-77, 1984.

⁶⁸⁹ ROIZ, Diogo; GONTIJO, Rebeca; ZIMMERMANN, Tânia. (Orgs.) As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história I. Pioneiras nos estudos históricos brasileiros. Campinas: Mercado das Letras, 1ª ed., 2022; _____. ROIZ, Diogo; GONTIJO, Rebeca; ZIMMERMANN, Tânia. (Orgs.) As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história II. Uma geração de historiadoras que consolidou os estudos históricos no Brasil. Campinas: Mercado das Letras, 1ª ed., 2023; ORSATI, Lívia Maria. As mulheres, os métodos e a profissionalização da História. In: **O discurso dos métodos na profissionalização da História no Brasil (1950-1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de São Paulo. p. 121-151.

os Boletins internos e as Atas Departamentais do Dehis, bem como os referenciais bibliográficos pertinentes ao debate.

A verificação da continuidade dos intercâmbios intelectuais entre o IHGEP e o Dehis/UFPR é fundamental para a validação do Boletim como um lugar social de produção do saber histórico e, portanto, como fonte privilegiada para os estudos em história da historiografia. Por fim, parte-se do entendimento de que tanto o IHGEP quanto o Dehis estiveram engajados, em graus e modalidades distintas, em projetos políticos e culturais voltados à legitimação de determinadas versões da história paranaense. No âmbito dessas duas instituições, a história regional assumiu centralidade, convertendo-se em um problema historiográfico estruturante. Foi justamente essa base comum - a valorização da história regional como eixo de interpretação e de disputa simbólica - que possibilitou, em diferentes espaços de poder institucional do campo historiográfico paranaense, a construção e a legitimação de um “nós” historiográfico compartilhado, ainda que marcado por tensões, deslocamentos e redefinições ao longo do tempo.

3.1 A produção do Boletim no contexto das comemorações do 75º Aniversário do IHGEP

As comemorações do 75º aniversário do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense constituíram um momento privilegiado de autorreflexão institucional, no qual o próprio Instituto elaborou uma leitura de sua trajetória, de sua permanência e de sua função no campo intelectual paranaense. O IHGEP intensificou sua atividade editorial e publicou em 1975 pela A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. três volumes de seu Boletim, reafirmando a centralidade do periódico como principal instrumento de divulgação e legitimação de sua produção historiográfica. Nesse contexto comemorativo, vieram a público os volumes XXV, XXVI e XXVII⁶⁹⁰, todos impressos no mesmo ano.

O volume XXV, com 157 páginas, assumiu caráter explicitamente comemorativo ao 75º Aniversário do IHGEP, articulando memória institucional, balanço da produção historiográfica e registros bibliográficos; o volume XXVI, com 193 páginas, deu continuidade à publicação de estudos históricos variados, mantendo a regularidade editorial do Instituto; e o volume XXVII, com 457 páginas, foi dedicado ao sesquicentenário de

⁶⁹⁰ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. 75º Aniversário da Fundação 24/05/1900-24/05/1975.** Curitiba. A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXV. 1975. 157f; **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.** Curitiba. A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXVI, Curitiba, 1975. 193f; **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II - 1825/1975.** Curitiba, A. M. Cavalcanti & Cia Ltda, Vol. XXVII. 1975. 457f.

nascimento de D. Pedro II⁶⁹¹, inserindo o IHGEP em um circuito mais amplo de celebrações nacionais e de gestos políticos de memória⁶⁹². Nesse mesmo contexto comemorativo, Pedro Calmon, historiador e então presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)⁶⁹³, contribuiu para as festividades do sesquicentenário com a publicação da obra “*A vida de D. Pedro II: o rei filósofo: edição comemorativa do sesquicentenário de seu nascimento*”⁶⁹⁴, reforçando a centralidade do imperador na construção da memória histórica nacional e evidenciando a articulação entre os institutos históricos regionais e o IHGB.

A expressiva dimensão dos volumes publicados pelo Boletim do IHGEP ao longo de 1975 sinaliza uma clara intensificação editorial, na qual a ampliação material do impresso se vincula diretamente a objetivos comemorativos, políticos e simbólicos. Por meio dessa estratégia, o Instituto se projeta como agente capaz de articular a memória regional paranaense às grandes efemérides nacionais, inscrevendo-se, através da cultura impressa, no circuito mais amplo das celebrações cívicas e da produção historiográfica do período, ao mesmo tempo em que reafirma sua presença e autoridade no campo histórico em transformação.

Esse movimento aparece de forma explícita no Boletim comemorativo de 1975 (vol. XXV), no discurso proferido por seu presidente, o general Luiz Carlos Pereira Tourinho, na

⁶⁹¹ Esse volume do Boletim do IHGEP contou com cooperação financeira da Fundação Educacional do Estado do Paraná (FUNDEPAR).

⁶⁹² A figura de D. Pedro II tem sido objeto de um conjunto expressivo de estudos historiográficos que se dedicam a analisar os modos pelos quais o imperador foi representado, apropriado e ressignificado ao longo do tempo, especialmente no período republicano. Destacam-se, nesse campo, as reflexões de Lúcia Maria Paschoal Guimarães, que examina as representações de D. Pedro II na Primeira República, evidenciando os usos políticos e simbólicos de sua imagem em contextos marcados pela necessidade de construção de novas legitimidades (GUIMARÃES, 2005), bem como sua análise sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre 1889 e 1938, na qual demonstra como a memória do imperador foi reelaborada no interior das instituições de produção do saber histórico (GUIMARÃES, 2007). Nessa mesma direção, o estudo de Leandro Antonio da Silva (2025) investiga os gestos políticos de memória associados a D. Pedro II e ao Segundo Reinado nas comemorações republicanas das décadas de 1920, evidenciando o papel das efemérides na construção de narrativas históricas conciliadoras entre Império e República na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Edição Especial 1925). Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A primeira República e as representações de D. Pedro II. In: CARDOSO, Helena P; MACHADO, Maria C. T. (org.). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 143-159; GUIMARÃES, L. M. P. **Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007; SILVA, Leandro Antonio da. **Gestos políticos de memória : construções de D. Pedro II e do Segundo Reinado nas comemorações republicanas (1925-1927)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2025, 158f; Não foram localizados estudos do Sesquicentenário de D. Pedro II no IHGB e nos demais institutos regionais.

⁶⁹³ WEHLING, Arno. A historiografia em Pedro Calmon. In: **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 147, n. 351, p. 353-361, jul/set, 1999.

⁶⁹⁴ CALMON, Pedro. **A vida de D. Pedro II: o rei filósofo: Edição Comemorativa do Sesquicentenário de seu nascimento**. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro. 1975, 316f.

conferência realizada em 24 de maio daquele ano⁶⁹⁵, quando afirmou que o IHGEP se encontrava

Definitivamente consolidado, perfeitamente integrado no meio cultural paranaense, contando entre os seus sócios a nova geração de professores universitários do Paraná, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense cumprirá com brilhantismo, - podemos afirmar, - a próxima etapa a ser vencida para completar seu primeiro século de vida.⁶⁹⁶

Ao enfatizar a participação dos docentes universitários entre os sócios do instituto, o discurso presidencial constrói uma imagem de continuidade institucional, sugerindo que o Instituto não apenas sobrevivia à hegemonia crescente universidade, mas dialogava com ela ao, inicialmente colaborar, e depois também absorver parte de seus agentes. Além disso, ao projetar o Instituto como apto a cumprir a etapa seguinte rumo ao seu centenário, o discurso presidencial reforça uma narrativa de continuidade, estabilidade e adaptação, por meio da qual o IHGEP se apresenta como uma instituição legitimada e capaz de atravessar as transformações do campo historiográfico sem abdicar de sua autoridade simbólica.

A organização interna da edição XXV do Boletim do IHGEP impressa pela A. M. Cavalcanti & Cia Ltda, revela um projeto editorial cuidadosamente estruturado, com apresentação do volume feita pelo presidente do IHGEP Luiz Carlos Tourinho, resenha das publicações dos Boletins em ordem alfabética de autores, a edição termina com o registro bibliográfico (livros, autores & coisas), sessão destinada a registrar indicações e sugestões bibliográficas e outros assuntos. Na capa, a primeira colorida impressa pelo instituto, o periódico estampa fotografia em cores da porta de entrada da sede do Instituto, construída na gestão de Arthur Martins Franco, e localizada em Curitiba, na Rua Loureiro Fernandes, 23. No interior, o exemplar traz fotografia do anteprojeto para a sede do Instituto e das antigas sedes, longe de se limitar a um número comemorativo circunstancial, o Boletim constrói uma narrativa de permanência institucional, de legitimação historiográfica e de afirmação simbólica como lugar seminal da cultura historiográfica paranaense.

Especialmente na seção *Registro Bibliográfico*, incorporada de forma sistemática ao periódico a partir de 1975, por iniciativa de sua diretora Marina Lourdes Ritter, o Boletim passou a oferecer uma chave interpretativa privilegiada para compreender o lugar que o IHGEP reivindicava no interior da cultura histórica paranaense. Ao manter continuidade nos exemplares subsequentes, essa seção consolidou-se como espaço de autorreferência e de

⁶⁹⁵ TOURINHO, Luiz Carlos. Apresentação. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 75º Aniversário da Fundação 24/05/1900-24/05/1975. Curitiba. A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXV. 1975.

⁶⁹⁶ TOURINHO, 1975.

organização da memória intelectual do Instituto, articulando balanço editorial, reconhecimento de produções externas e reafirmação de sua trajetória institucional. No contexto das comemorações do 75º aniversário, o *Registro Bibliográfico* adquire significado ainda mais expressivo, funcionando como instrumento de celebração, legitimação e projeção simbólica do IHGEP, ao mesmo tempo em que evidencia sua inserção, não isenta de tensões em um cenário historiográfico marcado pela crescente centralidade da universidade e pela redefinição dos lugares sociais de produção do saber histórico. Conforme consta a descrição do volume XXV do Boletim do IHGEP,

[...] Não há dúvida de que o Instituto vem atuando permanentemente no meio intelectual paranaense e, com seus próprios recursos e aqueles que lhe destinam entidades oficiais, criteriosamente empregados, conseguiu já atingir, nestes 75 anos, apreciável volume de publicações, inclusive seus Boletins [...]. Assim, o pequeno acontecimento de 1900 [...] vem durando o espaço maior de três minutos.⁶⁹⁷

Ao rememorar a fundação do IHGEP, em 1900, como um “pequeno acontecimento de grandes efeitos”⁶⁹⁸ que “vem durando o espaço maior de três minutos”⁶⁹⁹, o texto comemorativo mobiliza uma narrativa de permanência que ressignifica retrospectivamente o passado institucional, contrapondo a efemeridade dos fatos históricos à longevidade da própria instituição. Essa metáfora temporal opera como um gesto de autolegitimação, no qual a continuidade das publicações, em especial dos Boletins, é apresentada como evidência material de relevância histórica, intelectual e cultural.

A seção *Registro Bibliográfico*⁷⁰⁰, traz o registro solene das comemorações oficiais, incluindo a sessão realizada em 24 de maio de 1975, liderada pelo professor Osvaldo Pilotto, os discursos de recepção de novos sócios e a posse da diretoria eleita para o biênio 1975–1977⁷⁰¹. A presença de autoridades civis, militares e intelectuais, bem como a ênfase na

⁶⁹⁷ Registro bibliográfico. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 75 Aniversário da Fundação 24/05/1900-24/05/1975. Curitiba. A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXV. 1975. p.151.

⁶⁹⁸ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 75º Aniversário da Fundação 24/05/1900-24/05/1975. Curitiba. A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXV. 1975. p.5.

⁶⁹⁹ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 75º Aniversário da Fundação 24-05-1900-24/05/1975. Curitiba. A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXV. 1975. p.6.

⁷⁰⁰ Registro bibliográfico. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 75º Aniversário da Fundação 24/05/1900-24/05/1975. Curitiba. A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXV. 1975. p. 151-156.

⁷⁰¹ A diretoria do biênio 1975-1977 foi composta por: Presidente, General Luiz Carlos Tourinho; 1º vice-presidente, Dr. Osvaldo Pilotto; 2ª vice-presidente: Profa. Altiva Pilatti; 3º vice-presidente, Dr. Edno Tempski; 1º Secretário, Dr. Edilberto Trevisan; 2º Secretário, Prof. Waldomiro Bley Junior; 1º Tesoureiro: Gavino Roque Muggiatti; 2º Tesoureiro, Veraluz Zicarelli Cravo; Diretor do Boletim, Marina Lourdes Ritter; Diretor da Biblioteca, Dr. Guy Mourão. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 75º Aniversário da Fundação 24/05/1900-24/05/1975. Curitiba. A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXVI. 1975. 157p.

continuidade administrativa, reforça a imagem do Instituto como espaço de sociabilidade intelectual e de legitimidade cultural no Paraná. A composição da nova gestão presidida pelo general Luiz Carlos Tourinho e integrada por intelectuais, professores e profissionais liberais, com destaque para a presença da historiadora e sócia do IHGEP desde outubro de 1957, Altiya Pilatti na 2ª vice-presidência e de Marina Lourdes Ritter⁷⁰² na direção do *Boletim*, que era membro do quadro de associados do instituto desde o ano de 1972. A composição da Diretoria eleita para o biênio 1975–1977 permite destacar, ainda que de forma sucinta, a continuidade da participação feminina em um espaço diretivo historicamente marcado pela hegemonia masculina e pela proximidade com esferas de poder político e militar. Contudo, essa inserção ocorreu de forma limitada: as mulheres ocuparam predominantemente funções secundárias — como secretarias, tesourarias, vice-presidências e direção do *Boletim* —, permanecendo afastadas dos postos de maior poder decisório. É significativo notar que, ao longo de toda a trajetória do Instituto, não há registro da ocupação da presidência por mulheres. A inexistência de liderança feminina nesse cargo, até o presente, explicita os limites estruturais dessa participação e evidencia a persistência de hierarquias de gênero no interior da instituição, mesmo diante da presença contínua e relevante de historiadoras em suas atividades.

Considerando o recorte temporal mais amplo, observa-se que, entre 1900 e 1948, nenhuma mulher ocupou cargos diretivos, nem publicou textos no âmbito do Instituto⁷⁰³. Em contraste, no período compreendido entre 1950 e 1995, registra-se pontual participação de mulheres na diretoria do IHGEP⁷⁰⁴, e em diferentes funções (secretária, bibliotecária,

⁷⁰² Marina Lourdes Ritter é historiadora, tornou-se sócia do IHGEP em 28 de novembro de 1972. **Lista Nominativa do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná**. É de sua autoria a dissertação intitulada “As sesmarias do Paraná no século XVIII”, o estudo foi orientado por Eduardo d’Oliveira França, na Universidade de São Paulo em 1978. A autora também é lembrada por seus estudos folcloristas sobre o tropeirismo no Paraná. In: Catálogo de Teses. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/728>. Acesso dez. 2025. Trabalhos da autora: RITTER, Marina Lourdes. Caminhos para a história do Paraná: Brasil Pinheiro Machado e o modelo das formações das comunidades. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.73, p.55-89, 1980. **As sesmarias do Paraná no século XVIII**. Curitiba: Lítero- Técnica, 1980.

⁷⁰³ Apenas duas sócias figuraram no quadro associativo do instituto paranaense nos primeiros quarenta e oito anos de IHGEP: Mariana Coelho (1858-1954) e Julia Wanderley Cardoso (1874-1918). Cabe destacar que embora fossem sócias, essas intelectuais não participavam dos debates e nem publicaram no periódico da instituição.

⁷⁰⁴ Em 1948, Maria Tavares foi nomeada bibliotecária do IHGEP, inaugurando a presença feminina que, embora ainda esporádica, indica os primeiros deslocamentos em uma estrutura institucional historicamente marcada pela exclusão das mulheres de seus espaços diretivos e quadros associativos. Após esse ingresso inicial, a participação feminina volta a acontecer apenas na gestão de 1953–1955, quando Valdevez Peixoto Souza Mueller, professora de Antropologia da Universidade Federal do Paraná, assume a direção do *Boletim*, função estratégica no interior do Instituto. Nos biênios seguintes, observa-se uma ampliação gradual dessa presença, entre 1955–1957, a professora de história da Universidade Federal do Paraná, Cecília Maria Westphalen exerceu a função de secretária, enquanto Marília Duarte Nunes, membro da seção de Antropologia do Museu Paranaense atuou como redatora do *Boletim*, presenças que se mantiveram também na gestão de 1957–1959. No biênio 1959–1961, Cecília Westphalen ocupou o cargo de tesoureira e, entre 1961–1963, retornou à secretaria,

tesoureira, diretora do Boletim, vice-presidente), bem como a publicação de textos de autoria feminina escritos por vinte e quatro sócias no Boletim, abrangendo gêneros variados (científicos, crônicas, resenhas e escritos de caráter institucional).⁷⁰⁵ Esses dados, embora indiquem uma progressão na participação feminina no Instituto Histórico, informam que tal inserção ocorreu de forma gradual, desigual e hierarquizada. Trata-se de um processo diretamente vinculado às transformações mais amplas do campo cultural e social, bem como à profissionalização das mulheres no Paraná ao longo da segunda metade do século XX. Ainda que essa presença esteja relacionada à gradual profissionalização feminina e à ampliação da inserção das mulheres no espaço público e intelectual, o número de sócias em funções diretivas permanece reduzido quando comparado ao conjunto do quadro associativo, marcando a persistência de assimetrias de gênero nas instituições culturais e historiográficas

evidenciando não apenas a permanência feminina, mas também a crescente inserção de docentes universitárias em funções administrativas do Instituto. Na gestão de 1963–1965, Heloise Barthelmeß, professora universitária que chegou mais tarde a compor banca de defesa de dissertação de Mestrado em História de Beatriz Pellizzetti na UFPR, exerceu a função de 2ª secretária e, nos biênios de 1965–1967 e 1967–1969, passou a ocupar a 2ª vice-presidência, enquanto a professora de Antropologia, Cecília Maria Helm, assumiu o cargo de 3ª vice-presidente. A gestão de 1969–1971 destacou-se pelo maior número de mulheres em cargos diretivos até então. Altiva Pilatti Balhana retornou às atividades administrativas como 2ª secretária, Veraluz Zicarelli Cravo atuou como tesoureira, e Alda Aracy Moeller, posteriormente substituída por Marina Lourdes Ritter, integrou a diretoria. Altiva Pilatti Balhana consolidou sua trajetória institucional ao ocupar a 2ª vice-presidência nos biênios de 1971–1973, 1973–1975 e 1975–1977, configurando-se como uma das presenças femininas mais duradouras e significativas na estrutura diretiva do IHGEP. Nos biênios de 1977–1979, 1979–1981, 1981–1983 e 1985–1987, o Instituto manteve a participação feminina em cargos administrativos, com Veraluz Zicarelli Cravo atuando como 2ª tesoureira. Entre 1985–1987, além de Veraluz Zicarelli, destacou-se a presença de Liuta Pfeiffer na direção do Boletim. Nos biênios de 1987–1989 e 1989–1991, Veraluz Zicarelli passou a exercer a função de 2ª secretária. Entre 1991–1993, Hellê Velloso Fernandes assumiu a direção da Biblioteca, e, no biênio 1993–1995, Maria Aparecida Garcez Beckert e Hellê Velloso ocuparam, respectivamente, os cargos de 1ª tesoureira e diretora da Biblioteca. O levantamento prévio do perfil social das sócias, permite dizer que são em sua maioria educadoras, professoras, jornalistas e bibliotecárias. In: *Diretorias do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*. Curitiba. Instituto Memória, v. 61, 2010. 71-85.

⁷⁰⁵ Entre as sócias que publicaram no Boletim do IHGEP entre 1950-1995 destacam-se Altiva Balhana, *Inserção do homem no quadro ecológico* (1957, VII) e *Formação da População Paranaense* (1969, X); Heloise Barthelmeß, *Uso da Terra no Estado do Paraná em 1920* (1967, IX) e *Witmarsum* (1963, VIII); Olga Beviláqua, *Síntese Biográfica do Coronel Vivida* (1980, XXXVIII); Rosy de Sá Cardoso, *Cem anos de Santa Felicidade* (1978, XXXIV); Odah Regina Guimarães Costa, *Camara Municipal de Curitiba* (1993, XLVIII), *Considerações sobre o uso e a propriedade da terra em Curitiba - Paraná* (1987, XLV), *Estruturas agrárias de Curitiba, Paraná no Século XIX. Posse, propriedade e trabalho* (1986 XLIII), *Idelfonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, Empresário Schumpeteriano, e a Revolução Federalista* (1995, XLIX), *Proclamação da República* (1889) e *a mudança da política de terras: o caso do Paraná* (1990, XLVII), *Reinhard Maack e o espaço ecológico do Estado do Paraná* (1989, XLVI); Veraluz Zicarelli Cravo, *Catar papel: trabalho necessário* (1983, XL), *Influência da mulher na Independência* (1973, XVIII), *Teorias Antropológicas* (1974, XXII) e *Resenha Bibliográfica - Lavoura de fumo em Irati. Produção familiar & capitalista*; Hellê Velloso Fernandes, *Cinco Crônicas* (1980, XXXVIII), *Crônicas* (1974, XXIV), *Fundação de Curitiba: 1993* (1993, XLVIII), *Recensão de livros - historiadores do Paraná* (1984, XLI), *Recensão de livros - Livro de 32 autores - Historiadores do Paraná* (1983, XL), *Resenha Bibliográfica Boletim do Arquivo do Paraná, ano 9, n. 15, 1984* (1984, XLI); Marly Garcia Corrêa, *Resenha Bibliográfica Doutor Trajano Joaquim dos Reis* (1984, XLI), Veraluz Zicarelli Cravo, 1984, XLI), Maria Ferraro, *Resenha Bibliográfica - Reminiscências musicais de Charlotte Frank, 1984, XLI*. In: *Boletins do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense entre 1918 e 2000. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*. Curitiba: Instituto da Memória. 2010. p. 171-233.

do Paraná⁷⁰⁶. Minoritária, essa participação não rompe com a estrutura hierárquica tradicional do Instituto, mas sinaliza fissuras importantes nas dinâmicas institucionais, indicando possibilidades de circulação feminina em instâncias decisórias e em funções importantes de produção e difusão de saberes.

Outro momento do *Registro Bibliográfico* é dedicado à homenagem a Arthur Martins Franco, por meio da apresentação sistemática de sua produção intelectual, abrangendo tanto as obras publicadas quanto os trabalhos inéditos. A centralidade conferida a esse sócio, descrito como o mais antigo integrante do Instituto, insere-se claramente na lógica comemorativa. Ao registrar que, em 10 de abril de 1975, transcorreu o 99º aniversário de Arthur Martins Franco, membro do IHGEP desde 1906, o Boletim articula a longevidade biográfica do intelectual à própria duração da instituição. Essa associação não apenas valoriza a trajetória individual do homenageado, apresentado como figura intelectual ainda ativa, mas também reforça a narrativa de continuidade e permanência do Instituto, na qual as biografias de seus sócios mais antigos e proeminentes funcionam como suportes simbólicos de sua memória, de sua autoridade e de sua legitimidade no campo intelectual paranaense. Arthur Franco, foi reconhecido por Bento Munhoz da Rocha Neto, como figura exemplar, “bandeirante do século XX”⁷⁰⁷, o que explicita o modelo de historiador valorizado pelo IHGEP: erudito, civicamente engajado, defensor da história regional e comprometido com a construção de uma identidade paranaense, à exemplo da publicação da obra de Arthur Franco, “*Recordações de viagens ao Alto Paraná*”, em 1973, pela Imprensa da Universidade Federal do Paraná. A bibliografia funciona, assim, como instrumento de consagração e como cânone interno da historiografia do Instituto.

Também é possível observar nesta seção que o IHGEP tratou de valorizar o historiador religioso, exemplificado pela figura de Frei Emílio da Cavaso⁷⁰⁸. Ao destacar sua atuação na pesquisa de arquivos, coleta de informações e documentação iconográfica, o Boletim evidencia uma concepção ampliada de historiador, distinta daquela que se consolidava no campo acadêmico universitário. Neste lugar social, o estatuto de historiador não é definido exclusivamente pela disciplina universitária, mas pela dedicação à pesquisa

⁷⁰⁶ Estudo sobre a participação das mulheres no instituto paranaense precisa ser aprofundado, todavia é possível acompanhar as reflexões sobre a autoria feminino no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a partir dos estudos de Alicia Panicacci (2025)

⁷⁰⁷ Registro bibliográfico. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 75 Aniversário da Fundação 24/05/1900-24/05/1975. Curitiba. A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXVI. 1975. p. 154.

⁷⁰⁸ Frei Siro Botter ou Emílio da Cavaso. Registro bibliográfico. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 75º Aniversário da Fundação 24/05/1900-24/05/1975. Curitiba. A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXVI. 1975, p. 153.

documental e pelo compromisso com a verdade histórica, entendida como fundada em “documentos irrefutáveis”⁷⁰⁹.

O *Registro Bibliográfico* além de incluir resenhas e comentários, também divulga e valoriza as produções oriundas da universidade, como os *Anais do Colóquio de Estudos Regionais* sobre Romário Martins, organizados pelo Departamento de História da UFPR⁷¹⁰.

É com maior prazer que registramos o recente aparecimento do Boletim n. 21 do Departamento de História da Universidade do Paraná, contendo todos os trabalhos realizados por ocasião do Colóquio de Estudos Regionais, reestudando a obra desse grande vulto de nossa historiografia - Alfredo Romário Martins. [...] Os assuntos abordados são os mais variados, possibilitando tão diferentes reexames da obra de Romário. Por esse motivo e por tão ilustre corpo de participantes, temos certeza de que os Anais passam a constituir elemento indispensável a quem desejar estudar o grande paranaense, já por si próprio, uma personalidade de díspares facetas e que ainda sempre pode oferecer surpresas.⁷¹¹

Esse movimento é particularmente significativo, pois mostra a coexistência, não isenta de tensões, entre o Instituto e a historiografia universitária, reconhecendo a centralidade acadêmica sem abdicar da autoridade simbólica acumulada pelo IHGEP ao longo de sua trajetória.

A revisão crítica da obra de Romário Martins, aconteceu num momento em que a pós-graduação em história já fazia parte da realidade dos professores de História da UFPR, a atividade em questão aconteceu durante o I Colóquio de Estudos Regionais, realizado no ano de 1974 em referência ao centenário de nascimento do historiador Romário Martins, que também era Presidente Perpétuo do IHGEP. As comemorações do I Centenário de nascimento de Romário Martins, transcorrido em 8 de dezembro de 1974, foram realizadas sob os auspícios da Universidade Federal do Paraná e sob o alto patrocínio do Conselho Federal de Cultura, e ainda contou com a participação do Governo do Estado do Paraná, através do Museu Paranaense, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, da Prefeitura Municipal de Curitiba, por meio da Fundação Cultural de Curitiba e da Casa de Romário Martins, bem como do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. A abertura das atividades

⁷⁰⁹ Registro bibliográfico. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 75 Aniversário da Fundação 24/05/1900-24/05/1975. Curitiba. A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXVI. 1975. p. 154.

⁷¹⁰ **Anais do Colóquio de Estudos Regionais, comemorativo do I Centenário de Romário Martins**, Boletim do Departamento de História. Curitiba. UFPR. n. 21. 1974. 135p.

⁷¹¹ Registro bibliográfico. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 75 Aniversário da Fundação 24/05/1900-24/05/1975. Curitiba. A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXVI. 1975. p. 154-155.

do Colóquio aconteceu na Sessão Solene na Assembleia Legislativa Estadual, os trabalhos apresentados foram publicados no Boletim do Departamento de História, n. 21, 1974⁷¹².

A revisão da obra de Romário Martins implicou na produção e publicação de artigos dos professores do Departamento de História, como: *Alguns temas de história Regional na obra de Romário Martins* (Odilon Nogueira de Matos); *A historiografia de Romário Martins na sua "História do Paraná"* (Brasil Pinheiro Machado); *Comentários à obra de Romário Martins "Quantos Somos e Quem Somos"* (Altiva Pilatti Balhana); *Romário Martins e o povoamento do litoral* (Jair Mequelusse); *A população de Curitiba no século XVIII* (Ana Maria Burmester, Maria Ignes de Boni e Mariza Schaaf); *A população negra do Paraná no século XIX* (Márcia de Campos Graf); *Romário Martins, a história provincial e a população votante de Curitiba* (Jayme Antônio Cardoso); *Os ádvenas e os paranistas na obra de Romário Martins* (Ruy C. Wachowicz); *Os italianos na obra de Romário Martins* (Beatriz Miranda e Beatriz Pellizzetti); *Os comerciantes paranaenses na conjuntura ervaiteira* (Cecília Maria Westphalen); *Comentários sobre "Cafelândia, terra das Glebas ou Ouro"* (Odah R. G. Costa).⁷¹³

O exercício de reflexão sobre a obra de Romário Martins, retomado em 1974, insere-se em um movimento mais amplo de reavaliação crítica da historiografia paranaense, conduzido no interior da universidade em um contexto de consolidação institucional do ensino superior e da pós-graduação em História. Diferentemente das leituras laudatórias que marcaram sua recepção inicial no âmbito dos institutos históricos, essa retomada buscou problematizar os fundamentos teóricos, metodológicos e narrativos de sua produção, interrogando tanto seus limites quanto suas contribuições para a compreensão do passado regional. Ao revisitar o principal expoente do paranismo, o Colóquio de Estudos Regionais promoveu um deslocamento interpretativo, Romário Martins passou a ser lido não apenas como figura fundadora, mas como objeto de análise histórica, permitindo estabelecer continuidades e rupturas entre sua obra e a historiografia acadêmica que se afirmava naquele momento. Esse exercício crítico revelou-se fundamental para a legitimação de uma nova tradição historiográfica universitária, que, ao dialogar com o legado anterior (paranismo), redefiniu critérios de cientificidade, uso das fontes e procedimentos analíticos no estudo da história do Paraná. A incorporação da divulgação dos *Anais do Colóquio* e de referências ao

⁷¹² Naquele momento o Boletim iniciava sua nova série, deixando de corresponder ao Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, ao qual esteve vinculado desde 1962, sendo, a partir daquele momento, direcionado apenas para as publicações do Departamento de História da UFPR. O periódico deixaria de ser publicado a partir de 1994 (Boletim do DEHIS, 1974).

⁷¹³ Anais do Colóquio de Estudos Regionais, comemorativo do I Centenário de Romário Martins,. **Boletim do Departamento de História**. Curitiba. UFPR. n. 21. 1974. 135p.

Boletim do IHGEP, demonstra a permeabilidade do periódico às agendas universitárias, ainda que preservando sua lógica própria de consagração e memória.

No mesmo ano do *I Colóquio de Estudos Regionais*, o IHGEP lançou o volume XXIII (1974) do Boletim, uma edição comemorativa dedicada ao centenário de nascimento de Alfredo Romário Martins (1874–1974), fundador e primeiro presidente do Instituto⁷¹⁴. Trata-se de um número explicitamente celebrativo, organizado com o objetivo de homenagear a trajetória intelectual, cívica e institucional de Romário Martins, ao mesmo tempo em que reafirma o lugar do IHGEP como guardião de sua memória e herdeiro direto de seu projeto intelectual de história regional. Ao centro da capa do exemplar, encontra-se a reprodução de um relevo ou medalhão em tom sépia com o perfil de Alfredo Romário Martins, acompanhado de elementos ornamentais, que reforçam a solenidade e o tom laudatório da homenagem. Logo abaixo da imagem, lê-se a identificação do homenageado como fundador, patrono e presidente perpétuo do Instituto, explicitando sua centralidade simbólica para a instituição⁷¹⁵. Na parte inferior, a capa informa que a edição é dedicada ao 1º centenário de nascimento de Alfredo Romário Martins (8 de dezembro de 1874 – 8 de dezembro de 1974), reforçando o caráter comemorativo e memorialístico do volume⁷¹⁶.

⁷¹⁴ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 1º Centenário de Nascimento de Alfredo Romário Martins. 8-12-1874/88-12-1974. Curitiba. Vol. XXIII.1974.

⁷¹⁵ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 1º Centenário de Nascimento de Alfredo Romário Martins. 8-12-1874/88-12-1974. Curitiba. Vol. XXIII.1974.

⁷¹⁶ Em 1974, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense manteve intensa atividade editorial, publicando cinco volumes de seu Boletim: os volumes XX e XXI, este último em edição especial dedicada a A Revolução de 1930 no Paraná, o volume XXII, o volume XXIII, organizado como edição comemorativa do I Centenário de Nascimento de Alfredo Romário Martins (8/12/1871–8/12/1974), e, por fim, o volume XXIV.

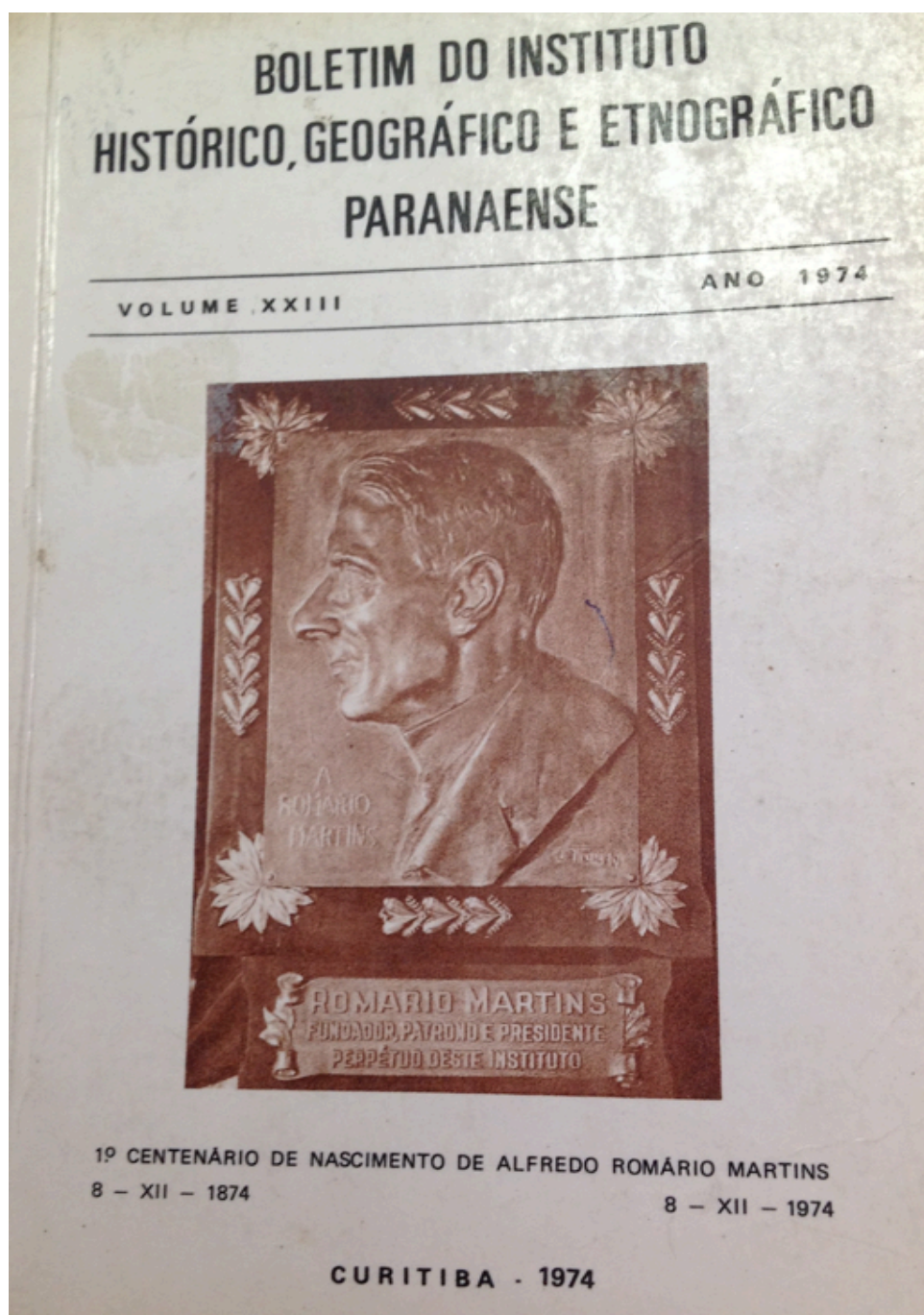


Figura 1. Capa da Edição n. XXIII do Boletim do IHGEP (1974)

A edição de número XXIII do Boletim reúne dezoito publicações, distribuídos em textos interpretativos e laudatórios, escritos por sócios do IHGEP, que constroem uma imagem exemplar de Romário Martins, e textos de autoria do próprio Romário Martins, selecionados e republicados como forma de consagração de sua obra e de fixação de um cânone intelectual paranaense, além de correspondências pessoais. Nenhum professor do Departamento de História participou dessa edição, o que evidencia o distanciamento desses

sócios em relação a uma produção marcada por uma historiografia de caráter memorialístico e fortemente ancorada no paranismo enquanto projeto cultural e intelectual. Esse afastamento contrasta com a realização, no mesmo período, do Colóquio de Estudos Regionais, por ocasião do I Centenário de Romário Martins, organizado internamente pelo Departamento de História e pelo programa de pós-graduação, que naquele ano formava a primeira turma do Mestrado em História. Diferentemente da lógica celebrativa e memorialística, o evento foi orientado ao debate crítico da obra e produção historiográfica do historiador paranaense, conforme analisado anteriormente, evidenciando a emergência de uma abordagem reflexiva e problematizadora no interior do campo acadêmico.

A organização desse conjunto de materiais contou com o apoio de D. Azurita Martins Alice e com a colaboração do Dr. Marcial Maciel, responsável pela cessão dos originais de Romário Martins, bem como do Prof. Nelson Bittencourt Estrella, dos autores que contribuíram com textos inéditos, do Prof. Oldemar Blasi, diretor do Museu Paranaense, da Seção de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, e dos ilustradores Ayrtons Manso da Silva e Dr. Frederico Kirchgassner.

Entre os sócios do IHGEP que assinam textos originais nesta edição, destacam-se, Edilberto Trevisan⁷¹⁷, *A formação de Romário Martins* – análise de sua trajetória intelectual e formação cultural; David Carneiro⁷¹⁸, *Discurso em homenagem a Romário* – texto de forte tom cívico e institucional, escrito por um dos “últimos paranistas”⁷¹⁹, a narrativa reforça o lugar do homenageado como referência moral e intelectual da história paranaense; Octávio Secundino, *Romário morreu? Não! Imortalizou-se* – construção simbólica da imortalidade

⁷¹⁷ Edilberto Trevisan (1923-2010). Ocupante da cadeira 33, da Academia Paraense de Letras. Profissionalmente, exerceu a advocacia e integrou o quadro de advogados da Rede Ferroviária Federal até o momento em que se aposentou, em 1984. Enquanto desempenhava essas funções, incumbiu-se, de coordenar e organizar o acervo destinado ao Museu Ferroviário de Curitiba. Literariamente, estreou na revista *O Livro*, em 1944. Como colaborador, percorreu as redações do Correio dos Ferroviários, da Notícia Bibliográfica e História, de Campinas, e da Gazeta do Povo, de Curitiba, por meio do qual publicou mais de uma centena de artigos sobre a história do Paraná. Pertenceu aos institutos históricos de Paranaguá e do Paraná. Sua bibliografia é inteiramente paranista: *Do Litoral ao Planalto*, 1965; *A Gênese do Museu Paranaense*, 1976; *Ao Apito do Trem*, 1996; *Quando a Província Nasceu*, 1998; e *Curitiba na Província*, com ilustrações de Euro Brandão, 2000. Disponível em: <https://academiaparanaensedeletras.com.br/cadeira-33/cadeira-33-4o-ocupante/>. Acesso em jan. 2026.

⁷¹⁸ A presença de Carneiro como autor de um discurso comemorativo indica que ele era uma figura de relevo nos círculos intelectuais e históricos do Paraná, atuando ao lado de outros pesquisadores e membros da diretoria do Instituto, como Luiz Carlos Pereira Tourinho e Osvaldo Pilotto. Para informações sobre David Carneiro, consultar: MACHADO, D. V. **O percurso intelectual de uma personalidade curitibana**: David Carneiro. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012; MACHADO, D. V.; ARAUJO, R. G. de. Por que negar a evidente necessidade da memória? Os projetos de escrita de David Carneiro e Valêncio Xavier. In: TRINDADE, A. D.; COSTA, H.; ROIZ, D. da S. (Orgs.). **À margem do(s) cânone(s)**: pensamento social e interpretações do Brasil. Curitiba: Ed. UFPR, 2013, p. 69-95.

⁷¹⁹ CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Tingüts, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil**: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense / Maria Julieta Weber Cordova. – Curitiba, 2009. p. 19.

intelectual do homenageado; Marcial Maciel, com dois textos, *Romário na intimidade e Romário e a Comissão Central de Sindicâncias*. Esses escritos reforçam uma leitura que ambiciona construir uma imagem à Romário Martins que o aproxima da exemplaridade, enfatizando virtudes morais, civismo, dedicação ao Paraná e o papel fundador de Romário Martins no campo cultural e historiográfico regional. Todavia, a maior parte do volume é composta por textos do próprio Romário Martins, republicados para a edição comemorativa, entre eles, *Paranismo; Programa geral do Centro Paranista; Santa Catarina “versus” Paraná; Ruínas – um templo dos jesuítas; Paranaguá portuguesa e Curitiba espanhola; Catálogo dos jornais do Paraná* (e textos correlatos organizados por Osvaldo Pilotto); *Soldados do Paraná na Revolução Farroupilha; Algumas efemérides paranaenses; Escritos vários de amor à terra; Correspondência para e de Romário*. A seleção privilegia textos voltados à construção da identidade paranaense, à valorização do passado regional, ao jornalismo, à história política e à defesa do paranismo como projeto cultural e intelectual.

A direção do volume XXIII esteve a cargo da Prof.^a Alda Aracy Moeller, e verifica-se que o conjunto do material publicado cumpre funções múltiplas e articuladas. Ao mesmo tempo em que consagra Romário Martins como figura tutelar da historiografia paranaense - em especial daquela vinculada ao Instituto -, a edição reafirma uma concepção de história ancorada na biografia exemplar e no protagonismo fundador no campo cultural e historiográfico regional, no civismo e na ideia de continuidade institucional. Nesse quadro, o discurso de David Carneiro insere-se plenamente na tradição do IHGEP de valorização do regionalismo e de celebração de seus “vultos históricos”, reafirmando o papel do Instituto como espaço privilegiado de elaboração e difusão de uma genealogia e memória paranista.

Nesse movimento, o IHGEP se apresenta como herdeiro legítimo de seu fundador, tanto no plano simbólico quanto no intelectual, atualizando o uso comemorativo do passado característico dos institutos históricos e reinscrevendo-o no contexto político e cultural da década de 1970. Mais do que um número do Boletim, o volume XXIII configura-se como um artefato memorial e institucional, no qual a escrita da história, a celebração cívica e a legitimação do próprio Instituto se entrelaçam de forma explícita. Publicada em 1974, a edição constitui, assim, uma síntese expressiva do perfil historiográfico do IHGEP, ao articular homenagem, memória institucional e edição de textos em torno da figura de seu fundador, Alfredo Romário Martins, evidenciando a centralidade atribuída à comemoração biográfica como estratégia de produção de sentido histórico e de afirmação institucional.

A ampla publicação de textos de autoria do próprio Romário Martins reforça outra dimensão fundamental do perfil historiográfico do Instituto, a centralidade do arquivo e do

documento como monumento⁷²⁰. Ao reeditar escritos já consagrados, o Boletim não apenas preserva a obra do fundador, mas a inscreve como cânone, transformando-a em referência autorizada para a interpretação da história do Paraná. O Instituto afirma-se, assim, como guardião da memória e mediador legítimo entre o passado exemplar e o presente⁷²¹. Além disso, o volume explicita a forte vinculação entre história, civismo e identidade regional. Temas como o paranismo, as efemérides, os “grandes projetos”, os heróis locais e a exaltação do território revelam uma historiografia comprometida com a construção simbólica do Paraná enquanto unidade histórica singular, integrada à nação, mas dotada de especificidade cultural própria. Essa orientação aproxima o IHGEP de uma tradição historiográfica de matriz positivista e nacionalista, herdada dos institutos históricos do século XIX, especialmente do IHGB.

Por fim, ao selecionar majoritariamente textos de sócios do próprio Instituto e escritos do homenageado, o volume XXIII evidencia uma lógica de autorreferencialidade, na qual o reconhecimento intelectual circula prioritariamente no interior da própria instituição. Ainda que dialogasse, naquele momento, com a historiografia universitária em consolidação, o IHGEP preservava uma escrita da história orientada pela celebração, pela autoridade dos fundadores e pela função pedagógica e moral do passado. Desse modo, o volume XXIII do Boletim não apenas homenageia Romário Martins, mas reafirma o projeto historiográfico do IHGEP, baseado na monumentalização do arquivo, na centralidade das figuras exemplares e na produção de uma memória histórica voltada à legitimação institucional e à construção da identidade regional paranaense. Mais do que apresentar pesquisas inéditas, o volume opera como um gesto de consagração, reinscrevendo Romário Martins como referência fundadora e legitimadora de uma determinada narrativa sobre o passado paranaense. Nesse sentido, os textos dialogam diretamente com a tradição historiográfica do Instituto ao mesmo tempo em que revelam os limites e permanências dessa perspectiva no interior do Boletim, mesmo em um contexto já atravessado pela profissionalização universitária da História.

Publicado em 1975, o índice do volume XXV do Boletim do IHGEP permite identificar com clareza os eixos temáticos mobilizados na edição comemorativa do 75º aniversário e as modalidades textuais que estruturam o número. O exemplar articula artigos de caráter comemorativo e biográfico, organizados em torno de efemérides individuais e

⁷²⁰ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

⁷²¹ KOSELLECK, Reinhart. História Magistra Vitae. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. p. 41-60.

institucionais. Textos como, *No centenário de João Gualberto*⁷²², do sócio General João Gualberto Gomes de Sá Filho; *No centenário de José Cadilhe*⁷²³, do Dr. Vasco José Taborda; *No centenário de Nilo Cairo*⁷²⁴, do professor Paulo de Tarso Monte Serrat e *No centenário de Ernesto Luiz de Oliveira*⁷²⁵, de Osvaldo Pilotto, revelam a centralidade das datas de exaltação de personagens ilustres na construção da narrativa histórica do Instituto. Esses artigos reafirmam o papel das efemérides como recurso historiográfico no interior do IHGEP, sustentando uma narrativa histórica marcada pela exaltação de trajetórias individuais em eventos políticos e militares. Predominam, nesse conjunto, a celebração de figuras vinculadas ao universo militar, especialmente aquelas associadas à Revolução Federalista⁷²⁶ e à Guerra do Contestado⁷²⁷, bem como intelectuais e homens públicos, elevados à condição de

⁷²² João Gualberto Gomes de Sá Filho (1874-1912). Nasceu em Pernambuco em 1874. Apoiou o Marechal Floriano Peixoto, sendo designado para Curitiba, alçou posições militares e chegou a ser convidado pelo Presidente da Província Carlos Cavalcanti para exercer o cargo de prefeito de Curitiba, mas não chegou a ser nomeado. Também atuou como engenheiro militar, engenheiro de linha telegráfica e bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. Foi nomeado comandante do regimento de Segurança do Paraná. Com isso, foi designado a comandar as tropas em direção à região do Contestado. Em 22 de outubro de 1912, morreu na Batalha do Irani, durante a Guerra do Contestado, sendo considerado herói paranaense. Disponível em: <https://www.curitibahistorica.com.br/publicacoes/888/joao-gualberto-gomes-de-sa-filho-e-familia-decada-de-1910>. Acesso em dez. 2025.

⁷²³ José Antônio Fernandes Cadilhe (1881-1942). Nasceu em Antonina e iniciou sua vida profissional como mestre-escola, empregando-se, depois, na Estrada de Ferro Paraná-Santa Catarina. Jornalista, colocou-se à frente do *Diário do Comércio*, de Paranaguá. Em Ponta Grossa foi redator do *Diário dos Campos*. Embora excelente poeta, sua capacidade para o teatro fez dele mais conhecido e respeitado como comediógrafo e dramaturgo. Autor de *Poesias* (1916), *Valdina* (poema dramático, 1917) e *Delirium Tremens* (poema, 1945, obra póstuma). **Membro Fundador da Cadeira 39 da Academia Paranaense de Letras**. Disponível em: <https://academiaparanaensedeletras.com.br/cadeira-39/cadeira-39-fundador/>. Acesso em dez. 2025.

⁷²⁴ Nilo Cairo da Silva, nasceu em 1874 em Paranaguá, mas teve uma atuação muito reconhecida pela população curitibana e paranaense. Por meio de sua formação no Rio de Janeiro, tornou-se engenheiro militar. Contudo, por um acidente, teve ambos os tímpanos rompidos, o que o fez ser afastado da função militar. Longe da carreira militar, passou a estudar medicina, ciências físicas e matemáticas na Universidade do Rio de Janeiro, e em 1906 veio para Curitiba atuar na área de medicina homeopática. Além da clínica, começou a escrever uma série de publicações no âmbito da homeopatia, mas sua ação mais imponente foi a fundação da Universidade do Paraná em 19 de Dezembro de 1912, junto de Victor Ferreira do Amaral e Hugo Simas. Local onde lecionou ao longo dos anos finais de sua vida. Disponível em: https://www.curitibahistorica.com.br/pioneiro_s/23/nilo-cairo. Acesso em dez. 2025.

⁷²⁵ Ernesto Luiz de Oliveira (1874-1938). Paranaense, nasceu na Lapa, dia 24 de março de 1874. Iniciou os estudos em Curitiba, na Escola Normal, sendo contemporâneo de Júlia Wanderley, Veríssimo e Lourenço de Souza. Terminado o curso de magistério, mudou-se para Campinas, São Paulo. Matriculou-se no Seminário Presbiteriano, curso superior. Tornou-se mais tarde catedrático de Física Experimental e de Engenharia Mecânica. Em 1894 envolveu-se na Revolução Federalista de Curitiba. Fracassada esta, asilou-se na Argentina. Com a anistia voltou ao Paraná. Em 1913 foi nomeado secretário de Estado da Agricultura no governo de Carlos Cavalcanti. Pastor evangélico, tornou-se célebre por seus sermões e polêmicas. Publicou mais de 30 obras de alta qualidade literária e científica, entre as quais *Postulado de Euclides Bandeira*, *Roma*, *A Igreja e o Anti-Cristo*, *Moinhos de Vento*, *O Ensino Público*, *Elogio da Bosta*, entre outros. Faleceu dia 9 de novembro de 1938, no Rio de Janeiro. **Membro Fundador da Cadeira 23 da Academia Paranaense de Letras**. Disponível em: <https://academiaparanaensedeletras.com.br/cadeira-23/cadeira-23-fundador/>. Acesso em dez. 2025.

⁷²⁶ A Revolução Federalista é a denominação da guerra civil ocorrida na Região Sul do Brasil, entre 1893 e 1895, poucos anos após a Proclamação da República. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista**. São Paulo, Brasiliense, 1983. 101 p.

⁷²⁷ O Contestado é um evento significativo na história do Brasil, marcando um período de conflitos sociais e políticos. O movimento do Contestado, que ocorreu entre 1912 e 1916, foi um conflito armado entre posseiros e pequenos proprietários de terras e os governos dos estados de Santa Catarina e Paraná, além do Governo Federal

personagens fundadores e referenciais da história regional paranaense⁷²⁸. O volume também reúne estudos sobre a história urbana, arquitetônica e cultural, como *Curitiba antiga – no cinquentenário da Catedral de Curitiba*, do sócio Victor Ferreira do Amaral e *A Catedral*, de Lúcio Leocádio Pereira, que articulam memória urbana, patrimônio religioso e identidade local.

Os sentidos dessas comemorações (centenário, cinquentenário) na construção da historiografia divulgada no Boletim do IHGEP, revelam uma concepção de história orientada pela validação de datas, acontecimentos e personagens que passaram a compor o enredo histórico das representações políticas da sociedade paranaense, especialmente aquela validada pelo grupo de intelectuais frequentador do instituto. Ao privilegiar o político e o culto aos grandes homens (essencialmente militares e políticos) da história institucional e regional, o Boletim reafirma uma narrativa da memória fundada na exemplaridade dos agentes do passado e na celebração da historiografia pátria.

Pode-se dizer, portanto, que as comemorações funcionam, assim, como mecanismo historiográfico de inserção do Paraná no enredo da história nacional, por meio da reatualização contínua de eventos considerados seminais e de personagens consagrados, garantindo a legitimidade do passado que se pretendia afirmar e transmitir aquele presente ditatorial. Essa prática inscreve-se em uma tradição do comemoracionismo mais ampla, herdada do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que, desde sua fundação em 1838, fez das efemérides cívicas e da celebração dos “homens notáveis da pátria” um de seus pilares institucionais⁷²⁹. Ao longo do tempo, inclusive durante o período da ditadura, essa política de comemorações foi reiterada nas publicações e eventos patrocinados pelo Instituto, consolidando-se como uma forma privilegiada de produção e difusão do saber histórico⁷³⁰.

brasileiro. O conflito foi desencadeado pela desapropriação de terras para a construção da Estrada de Ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul, resultando na expulsão de posseiros e na falência de muitos pequenos fazendeiros. O movimento foi marcado por um fervor religioso e um messianismo, com cerca de oito mil camponeses perecendo durante o conflito. MACHADO, Paulo Pinheiro et. al. **O Lugar do Contestado na História do Brasil**. Vitória: Editora Milfontes, 2022.

⁷²⁸ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 75 Aniversário da Fundação 24/05/1900-24/05/1975. Curitiba. A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXV. 1975.

⁷²⁹ GUIMARÃES, Manoel L. L. S. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.1, 1988. pp. 5-27.

⁷³⁰ TREVISAN, Ivan Rodrigo. “Os Generais Ditadores (1964-1985) como Presidentes de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)”. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2017; _____. O financiamento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) durante a Ditadura Civil Militar (1964-1985). **Rev. Hist. UEG - Porangatu**, v.6, n.1, p. 136-161, jan./jul. 2017; SANTOS, Daniela de Miranda dos. **O IHGB e a ditadura civil-militar brasileira**. Dissertação (Mestrado em História). Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. 2018. 182 f; MENDES, Fernanda Coelho. **O Templo da História Pátria. O IHGB em tempos de ditadura (1964-1985)**. Editora Telha. Coleção Memórias e Histórias. 2024;

O volume XXV do Boletim do IHGEP (1975) inclui ainda textos de caráter ensaístico e cultural, como *Fenótipo de Pedro Américo paraibano de Areia*, de Faris Antônio S. Michael e *Freguesia de Palmeira – um pouco de História, um pouco de Poesia*, de autoria de Júlio Estrella Moreira, que combinam história regional, memória, literatura e reflexão cultural, sinalizando que o esse número do Boletim possuía uma concepção ampla e pouco especializada do fazer historiográfico. Nesse conjunto, a edição em questão divulga uma historiografia fortemente ancorada na biografia e na memória institucional, reafirmando o Boletim como lugar social de produção do saber histórico distinto daquele que se consolidava na universidade, mais voltado à especialização metodológica e ao debate historiográfico sistemático.

As discussões mobilizadas no contexto das comemorações do 75º aniversário do IHGEP dialogam, assim, com reflexões mais amplas sobre o papel desempenhado pelos institutos históricos na formação da historiografia brasileira. Como observa José Honório Rodrigues, foram essas instituições que lançaram as bases de um projeto de escrita da história nacional, atribuindo ao passado funções de coesão social e de legitimação da nacionalidade⁷³¹. Nesse quadro, a história regional, muitas vezes desqualificada como subsidiária diante das grandes sínteses nacionais, assume centralidade como estratégia discursiva e política, sustentando a reivindicação de um espaço próprio para os institutos históricos em um momento em que a historiografia universitária passava a ocupar posição hegemônica no campo disciplinar. Dessa forma, o discurso comemorativo dos 75 anos do IHGEP não apenas celebra uma trajetória institucional, mas é útil para a sua reafirmação como lugar social de produção historiográfica paranaense, buscando inscrevê-lo como espaço legitimado em um cenário marcado por profundas transformações no ofício do historiador e novas formas de validação do conhecimento histórico no Brasil.

O volume XXVI⁷³² do Boletim reafirma a continuidade editorial do Instituto e explicita escolhas temáticas e simbólicas que ajudam a compreender seu posicionamento historiográfico. A capa, ilustrada com fotografia em cores da ponte metálica de Rio Negro, opera como signo de integração territorial (já que a ponte conecta Rio Negro, cidade

⁷³¹ RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969. Alguns estudos sobre a trajetória do historiador, consultar: FREIXO, André de Lemos. Um 'arquiteto' da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 62, p. 143-172, 2001; UHIARA, Érika. **Ensaio de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2014. 113 f.

⁷³² **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXVI, Curitiba, 1975.

paranaense à Mafra, município localizado no estado de Santa Catarina) e de valorização da infraestrutura como marca do progresso e desenvolvimento econômico regional, além disso a imagem permite observar o desenvolvimento técnico da imprensa visível na qualidade da impressão dos periódicos. O índice do exemplar em questão, revela a predominância de narrativas políticas, militares e institucionais, centradas em personagens ilustres, conflitos armados e episódios fundadores da ordem republicana, como evidenciam textos como: *Os irmãos Rebouças*, do sócio Francisco Paula Negrão, o *Diário de Campanha de um Aspirante a Oficial (1914–1915)*, escrito pelo General José Pereira de Oliveira e *Questão Federalista (1893)*, que abrange as correspondências de Vicente Machado sobre esse evento político. Destaca-se ainda o artigo *A Estrada da Mata*, do sócio Raul d’Almeida que reforça as vias de comunicação como eixo explicativo da ocupação e do desenvolvimento do território paranaense. A presença desse texto dialoga com a valorização, recorrente no Boletim, das infraestruturas de circulação, estradas, ferrovias e caminhos fluviais como fatores decisivos para a integração do Paraná às demais regiões do país. Ao lado da referência aos irmãos Rebouças, conhecidos por sua atuação em estudos de traçados ferroviários e projetos de engenharia, a edição reforça uma leitura da história regional ancorada na ação de técnicos, militares e homens públicos, responsáveis por promover a conexão territorial, a modernização material e a consolidação do espaço estadual no âmbito nacional.

Os textos *Diário de Campanha de um Aspirante a Oficial (1914–1915)*, de autoria do general José Pereira de Oliveira, e *Questão Federalista (1893)*, que reúne correspondências de Vicente Machado⁷³³, inscrevem-se na mesma lógica historiográfica observada no volume anterior do Boletim, marcada pela exaltação de trajetórias individuais associadas a eventos políticos e militares considerados decisivos para a história regional e nacional. A opção editorial pela divulgação de documentos no exemplar XXVI, como o diário de campanha e o conjunto epistolar, não apenas confere centralidade às vozes dos próprios atores envolvidos,

⁷³³ Vicente Machado da Silva Lima (1860–1907), conhecido como Vicente Machado, nasceu em Castro (PR) e formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1881, período em que se engajou nas campanhas abolicionista e republicana. Iniciou a carreira como promotor público em Curitiba e juiz municipal em Ponta Grossa, atuando paralelamente como advogado, jornalista e articulador político, com colaboração em jornais como *19 de Dezembro* e *A Província do Paraná*. Deputado provincial pelo Partido Liberal entre 1886 e 1889, defendeu a descentralização administrativa e maior autonomia das províncias, princípios que se consolidaram com a República. Após 1889, exerceu funções centrais no novo regime: foi chefe de polícia do governo provisório no Paraná, líder de comissão municipal substituta da Assembleia Provincial e relator-geral da Constituinte estadual de 1892. Vice-presidente do Paraná, assumiu interinamente a presidência entre 1893 e 1894, durante a Revolução Federalista, período marcado por conflitos e acusações de repressão violenta. Eleito senador, defendeu sua atuação em âmbito nacional, exercendo o mandato entre 1895 e 1902. Retornou ao governo estadual como vice-presidente e presidente entre 1904 e 1906. Faleceu em 1907, em sua cidade natal. In: **Vicente Machado**. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MACHADO.%20Vicente.pdf>. Acesso dez. 2025.

mas também reafirma uma concepção de escrita da história fortemente ancorada na documentação e na memória individual. A publicação de diários de campanha, correspondências, relatórios administrativos e textos memorialísticos indica a prevalência de uma concepção de história ancorada na ideia de que o documento fala por si, cabendo ao Instituto a tarefa de preservá-lo, organizá-lo e torná-lo público. Nesse sentido, mais do que produzir análises interpretativas sistemáticas, o Boletim se afirma como espaço de reunião, divulgação e consagração de documentos, reforçando o papel do IHGEP como guardião da memória histórica paranaense. Além disso, ao publicar registros produzidos na contemporaneidade dos acontecimentos, o Boletim reforça uma narrativa que privilegia a dimensão político-militar da *Revolução Federalista* e da *Guerra do Contestado*, eventos tratados como marcos estruturantes da ordem republicana e da consolidação do Estado no Sul do país.

As tendências historiográficas predominantes no interior do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense revelam a permanência de uma tradição intelectual marcada pela valorização do documento, pela centralidade dos acontecimentos políticos e militares e pela exaltação de personagens considerados fundadores da história regional. Essa orientação aproxima o IHGEP de uma matriz historiográfica herdada dos institutos históricos oitocentistas⁷³⁴, na qual a escrita da história se articula à construção de uma memória cívica e à legitimação de identidades regionais no interior do projeto nacional.

Embora, a partir da segunda metade do século XX, o IHGEP passe a incorporar professores universitários em seus quadros e dialogue de forma pontual com temas e métodos em circulação na historiografia acadêmica, esse contato não implica uma ruptura substantiva com suas tradições. Ao contrário, observa-se um processo de adaptação seletiva, no qual novos agentes passam a atuar no Instituto sem que se altere de modo estrutural a lógica comemorativa, biográfica e documental que orienta a produção do Boletim. O periódico funciona, nesse contexto, como instrumento de mediação entre memória, documentação e escrita da história, reafirmando uma concepção de passado orientada pela celebração, pela exemplaridade⁷³⁵ e pela continuidade institucional.

⁷³⁴ GUIMARÃES, Manoel L. S. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 01, p. 5-27, 1988; DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira. Do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998; CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, Maringá, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.

⁷³⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

Por fim, a presença da seção de Bibliografia confirma o papel do Boletim como espaço de registro, publicação de documentos, ordenação do saber histórico, mais do que como arena de debate metodológico. Nesse sentido, o volume XXVI exemplifica como, mesmo diante da consolidação da historiografia universitária, o IHGEP preservou uma concepção do ofício do historiador e reafirmou o Boletim como um lugar social específico de produção historiográfica, ancorado na tradição, na autoridade institucional e na construção de continuidades que sustentavam sua legitimidade no campo intelectual paranaense. Essa retórica da permanência, contudo, adquire especial significado quando confrontada com o contexto de consolidação da historiografia universitária, no qual a autoridade sobre a escrita da história passava a ser disputada por novos agentes, métodos e lugares sociais de produção do saber histórico, como as associações de historiadores no Brasil⁷³⁶.

Os debates acionados no contexto das comemorações do 75º aniversário do IHGEP evidenciam não apenas uma reflexão sobre o lugar da história regional, mas também a mobilização de elementos de consagração, invenção de tradições, nos termos propostos por Eric Hobsbawm⁷³⁷. As celebrações, os rituais comemorativos, a criação de medalhas⁷³⁸, as homenagens aos sócios ilustres e a publicação de números especiais do *Boletim*, operam como dispositivos de produção de continuidade, buscando conferir permanência, legitimidade e autoridade a uma instituição cuja centralidade no campo historiográfico já não era mais

⁷³⁶ No âmbito paranaense, a Associação Paranaense de História, seria criada em 1980, e seria responsável pela criação da Revista História: questões & debates, publicada desde o seu início até o final da década, em 1989, pela APAH, sendo que, atualmente é mantida pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná. No que tange ao território nacional é preciso destacar o papel da Associação Nacional de História - ANPUH (cujo o Núcleo paranaense foi criado desde 1970 e esteve atuante até 1985, quando se desestruturou. Em 1995, ressurgiu a partir de um movimento de refundação integrado por um grupo de professores da UEL e da UEM, UEPG e da UFPR e vem, desde então, representando os interesses de seus associados e associadas no estado) e a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Cf. SILVA, Bruna. **Revista História, Questões & Debates: historiografia e problemática regional (1980-1989)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati. 2013, 145 f; SILVA, Bruna. **Associações de historiadores no Brasil: a SBPH entre lugares, normas e grupos**. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2019, 293 f; Campanha da Memória da Anpuh Paraná. Disponível em: <https://pr.anpuh.org.br/index.php/component/k2/item/6287-campanha-da-memoria-da-anpuh-pr>. Acesso em jan. 2026.

⁷³⁷ Em seu livro “A Invenção da Tradição” (1983), escrito em colaboração com Terence Ranger, Hobsbawm propõe que muitas práticas culturais, rituais e costumes aparentemente antigos são deliberadamente inventados ou reinventados. Estas “tradições inventadas” servem para criar continuidade com o passado, reforçar a coesão social ou legitimar autoridade e instituições modernas. O conceito de Hobsbawm ajuda a compreender que tradições nem sempre são espontâneas ou herdadas de forma natural, mas podem ser instrumentos de construção social e política. Ele mostra que a ideia de passado contínuo é muitas vezes uma construção seletiva, adequada aos interesses de elites ou grupos dominantes. HOBBSAWM, Eric. Introdução. A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

⁷³⁸ Exemplo desse tipo de ação, foi a criação em 1967 para homenagear associados ou não, reconhecidos pela contribuição ao Instituto. Instituída apenas em 1999, a medalha Rocha Pombo, foi concedida para nomes como os de Pedro Calmon, José Honório Rodrigues, Júlio Moreira, Newton Carneiro, Luiz Carlos Tourinho, José Cândido de Andrade Muricy, além do próprio IHGB. **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná**. Curitiba. 2010. v. LXI, p. 27.

hegemônico. Mais do que disputar a centralidade do campo disciplinar, o Instituto procura reafirmar um lugar próprio, apresentando-se como guardião da memória regional e como espaço legítimo de produção do saber histórico, ancorado em valores como a erudição, a preservação documental e a veneração do passado da história nacional. O contraste com a historiografia universitária torna-se, assim, estruturante, pois, enquanto o campo acadêmico se organiza a partir de critérios de profissionalização, especialização metodológica e institucionalização da pesquisa e do ensino, os institutos históricos mantêm uma concepção mais heterogênea da identidade e ofício do historiador, pois no IHGEP convivem eruditos, políticos, intelectuais, religiosos e militares, cuja legitimidade se funda tanto na dedicação à coleta de documentos e publicação de artigos, quanto nas redes de sociabilidade e nos laços tecidos na arena política e cultural paranaense, todavia sem vínculo profissional com a área. O que se observa, portanto, é menos uma resistência ao novo arranjo do campo e mais uma estratégia de adaptação, por meio da qual o IHGEP procura preservar sua autoridade histórica em um contexto de redefinição das hierarquias do saber.

Por sua vez, o volume XXVII⁷³⁹, o último exemplar publicado no ano do aniversário do IHGEP em 1975, é substancialmente mais extenso que os anteriores, com 457 páginas, foi impresso com a colaboração financeira da Fundação Educacional do Estado do Paraná e dedicado ao Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II (1825–1975), reunindo artigos de diversos autores. A capa do exemplar apresenta a reprodução de um desenho do rosto do Imperador, de autoria do professor Pedro Macedo, explicitando a centralidade da efeméride imperial na construção da narrativa histórica proposta. A edição do referido Boletim expressa uma historiografia fortemente ancorada na efeméride, na documentação, na biografia e na memória cívica, na qual a figura de D. Pedro II funciona como eixo articulador de narrativas sobre identidade regional, modernização e pertencimento nacional. Trata-se de um exemplo da cultura histórica cultivada pelo IHGEP, que valorizava o documento, de forma distinta da historiografia universitária então em consolidação, pois estava profundamente marcada por uma concepção celebrativa e monumental do passado.

O processo de mobilização institucional que antecedeu a elaboração do volume especial do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense dedicado ao Sesquicentenário do nascimento de D. Pedro II insere-se no contexto das reuniões ordinárias do Instituto, nas quais seu presidente, General Luiz Carlos Pereira Tourinho, convoca os associados a empreenderem pesquisas voltadas à celebração da efeméride, articulando a

⁷³⁹ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.** Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II - 1825/1975. Curitiba, A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXVII, 1975, 457f.

memória regional às comemorações de alcance nacional. Tal movimento foi reforçado pelo ofício circular n. 5 do Ministério da Justiça, emitido por intermédio do Arquivo Nacional naquele ano de 1975, que solicitava aos institutos históricos estaduais o levantamento de documentos relativos a D. Pedro II, especialmente aqueles vinculados às visitas imperiais às províncias.

Esse apelo à participação dos institutos regionais não se limitava a uma recomendação genérica, mas assumia a forma de uma convocação formal do Estado, que atribuía aos arquivos e às instituições históricas locais um papel ativo na construção da memória nacional sobre o Segundo Reinado⁷⁴⁰. Tal orientação fica evidente no teor do ofício circular encaminhado pelo diretor do Arquivo Nacional, Raul Lima, no qual se delineiam os objetivos, os métodos e o sentido colaborativo do levantamento documental proposto:

Senhor diretor,

Movimentam-se já os órgãos culturais para programar a celebração, no ano vindouro, do sesquicentenário de nascimento do magnânimo imperador D. Pedro II. O Arquivo Nacional estimaria, a semelhança do que fez, a título de experiência, com um trabalho piloto da sua meta de Catálogo Coletivo dos Arquivos Brasileiros, publicados em 1972, relações de documentos existentes, nos arquivos do País, sobre a Independência, fazer um levantamento da documentação concernente ao velho soberano.

A circunstância de haver D. Pedro II visitado várias províncias, algumas delas mais de uma vez, faz presumir que existam nelas interessantes testemunhos dessas visitas, por exemplo.

De toda sorte, tal levantamento, assim como resultado do espírito de colaboração entre os arquivos brasileiros em benefício da historiografia pátria, em particular para o enriquecimento do II Reinado e da biografia de Sua Majestade muito seria de apreciar.

Rogo, pois, enviar relações que já possua e empreender as pesquisas necessárias para completá-las ou, se for o caso, organizá-las, de modo que, com a antecedência desejável, seja executado esse estimulante projeto⁷⁴¹.

De acordo com Raul Lima, então diretor do Arquivo Nacional, o fato de D. Pedro II ter visitado diversas províncias ao longo de seu reinado fazia supor a existência de um conjunto significativo e ainda disperso de documentos, registros e testemunhos dessas passagens nos arquivos locais. Partindo dessa constatação, o diretor propõe a realização de um levantamento sistemático dessa documentação, concebido como resultado de um esforço cooperativo entre os arquivos brasileiros. Tal iniciativa é apresentada como um serviço à

⁷⁴⁰ GUIMARÃES, Lucia M. P. A primeira República e as representações de D. Pedro II. In: CARDOSO, Helena P; MACHADO, Maria C. T. (org.). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 143-159; SILVA, Leandro Antonio da. **Gestos políticos de memória : construções de D. Pedro II e do Segundo Reinado nas comemorações republicanas (1925-1927)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Unesp, Franca, 2025 158 p.

⁷⁴¹ Apresentação. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II - 1825/1975. Curitiba, A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXVII, 1975.

“historiografia pátria”⁷⁴², voltado especialmente ao aprofundamento dos estudos sobre o Segundo Reinado e ao enriquecimento da biografia do imperador⁷⁴³. Nesse sentido, o pedido para que as instituições enviassem as relações documentais já existentes ou empreendessem novas pesquisas revela uma estratégia de coordenação nacional da memória histórica, que mobiliza os acervos regionais de instituições “oficiais” em função de uma narrativa histórica unificadora, orientada pela valorização da figura de D. Pedro II e pela celebração de sua trajetória como elemento estruturante da história nacional.

O apelo indicava um esforço coordenado de caráter nacional, voltado à valorização da documentação histórica e ao enriquecimento da historiografia do Segundo Reinado, no qual o IHGEP se reconhecia como agente colaborador. Nesse sentido, o vice-presidente Edwino Tempski em resposta ao membro do Arquivo Nacional, destaca que o Instituto Paranaense já dispunha de uma tradição de estudos sobre a visita de D. Pedro II à Província do Paraná, iniciada ainda nas comemorações do centenário de nascimento do imperador em 1925⁷⁴⁴, e ampliada por trabalhos posteriores, como o de David Carneiro, publicado em 1944⁷⁴⁵. Ao recuperar essa produção e indicar a existência de fontes dispersas na imprensa, nos arquivos municipais e nos anais legislativos, a incumbência atribuída a Edwino Tempski de reunir esse material é apresentada não apenas como uma tarefa técnica de levantamento documental, mas como um exercício de veneração cívica e de reafirmação identitária. Nesse processo, a pesquisa histórica se entrelaça à celebração de um passado idealizado, no qual a visita imperial é investida de forte valor simbólico e mobilizada na historiografia como elemento de projeção do Paraná no interior do Império brasileiro.

⁷⁴² Apresentação. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II - 1825/1975. Curitiba, A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXVII, 1975. p.7.

⁷⁴³ Sobre a elaboração de uma biografia de D. Pedro II pelo IHGB consultar: GUIMARÃES, Lucia M. P. A primeira República e as representações de D. Pedro II. In: CARDOSO, Helena P; MACHADO, Maria C. T. (org.). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 143-159; SILVA, Antônio da. O papel da comemoração na construção de D. Pedro II na Revista do IHGB -1925. Revista Ágora, Porto Alegre. v.34, n. 3, 1-23. 2023.; SILVA, Leandro Antonio da. **Gestos políticos de memória: construções de D. Pedro II e do Segundo Reinado nas comemorações republicanas (1925-1927)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2025, 158f;

⁷⁴⁴ Os estudos são: Pedro II, Imperador Constitucional do Brasil (Comandante Diddio Costa); A viagem de D. Pedro II pelo Paraná, extracto dos jornaes da época (F. Negão e Altramirano Nunes Pereira); *A passagem de D. Pedro II por Porto de Cima (Antonio Ribeiro). In: **Boletim do Instituto Histórico e Geographico Paranaense**, Curitiba, Empreza Placido e Silva & Cia Ltd. n. 3, 1925.

⁷⁴⁵ David Carneiro, em pesquisas que compõem o Boletim de n. 14 e 15 da Prefeitura Municipal de Curitiba, editado em 1944, transcreve reportagens de jornais e revistas paranaenses e da capital do Império, aprecia a ampliação do quadro de barões paranaenses, comenta sobre a expressão genealógica e social dos que foram agraciados por títulos nobiliárquicos. Apresentação. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II - 1825/1975. Curitiba, A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXVII, p. 8, 1975.

A comemoração do Sesquicentenário do nascimento de D. Pedro II, em 1975, ocorreu no contexto da ditadura civil-militar brasileira, durante o governo do general Ernesto Geisel. Esse período foi marcado por importantes reconfigurações políticas, e, embora a redemocratização ainda não estivesse em curso de forma efetiva, o governo Geisel buscava administrar a transição sem romper com as bases autoritárias que sustentavam o poder militar. No campo institucional, apesar da permanência de instrumentos repressivos, o governo sinalizou mudanças graduais, culminando, alguns anos depois, na revogação do Ato Institucional nº 5, em 1978. A gestão de Ernesto Geisel combinou a defesa da continuidade do regime autoritário com a implementação de uma abertura política controlada, sustentada por uma política externa de maior autonomia e por um projeto desenvolvimentista baseado na ampliação do papel do Estado na economia. Esse contexto político e econômico fornece o pano de fundo para a compreensão das comemorações cívicas realizadas em 1975, entre elas o Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II.

Cabe pontuar que as comemorações são formas de lembrar que os grupos sociais recorrem para reelaborar identidades. Na esfera pública, é comum celebrar aniversários de datas consideradas relevantes, historicamente importantes, como fundações de cidades, instituições, nascimento e morte de personagens, publicações de obras, entre outros. No entanto, o que parece natural, é, na verdade, um fenômeno produzido e caracterizado por um tempo cronológico e histórico, como sugerido por Pierre Nora (1993)⁷⁴⁶, para quem, as comemorações dos fatos vinculados ao discurso nacional são uma tradição da sociedade ocidental moderna.⁷⁴⁷

Também em Manoel Luís Salgado Guimarães (2005)⁷⁴⁸, as efemérides não constituem simples rememorações neutras, mas operações históricas situadas, por meio das quais instituições e grupos sociais produzem sentidos sobre o passado e reafirmam posições no presente. Nesse quadro, o Boletim comemorativo não apenas celebra a figura de Pedro II, mas reinscreve o IHGEP como agente ativo na mediação da memória nacional e regional, em um contexto de disputas entre diferentes culturas históricas. Como aponta Ângela de Castro Gomes (2007), a cultura histórica não é determinada apenas a partir do conhecimento produzido por historiadores de ofício, “e, do mesmo modo como as culturas políticas são

⁷⁴⁶ NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993. Pierre Nora, opta em mostrar que os atos comemorativos têm sua historicidade, e embora sua obra fale sobre os lugares da memória no contexto da história francesa e no âmbito da nação, há indicações de seu estudo úteis para pensar o sentido das comemorações tecidas no interior do IHGEP.

⁷⁴⁷ NORA, 1993.

⁷⁴⁸ GUIMARÃES, Manoel L. S. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 31-47, jan./jun. 2005.

plurais, pode-se pensar em mais de uma cultura histórica convivendo, disputando, enfim, estabelecendo vários tipos de interlocução entre si e com a produção historiográfica em determinado período”⁷⁴⁹. Nessa perspectiva, a coletânea organizada pelo Instituto expressa uma modalidade específica de apropriação do passado, caracterizada pela centralidade da biografia exemplar, pela valorização cívica da monarquia e pela ênfase em ideias de continuidade e ordem, a escolha dos autores, majoritariamente sócios do IHGEP, bem como dos documentos reunidos — artigos de imprensa, discursos, registros iconográficos e fontes administrativas — reforça essa orientação comemorativa. Ao mesmo tempo, evidencia o papel do arquivo como fundamento da escrita da história, conferindo-lhe centralidade enquanto instrumento de continuidade institucional, de produção de memória e de legitimação historiográfica, em diálogo, ainda que de forma assimétrica, com a historiografia acadêmica então em consolidação.

O texto introdutório do volume XXVII do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (1975), publicado em razão do Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II (1825–1975), de autoria do então presidente do Instituto, General Luiz Carlos Pereira Tourinho, justifica a publicação, enquadrando o volume no conjunto das comemorações cívicas realizadas pelo IHGEP, que é participante ativo das celebrações oficiais, de modo que sua atuação se insere em uma prática recorrente do Instituto de engajamento em grandes efemérides nacionais. Ao relembrar o nascimento, a aclamação e o longo reinado do Imperador, bem como sua deposição em 1889, o texto de apresentação do periódico reafirma a centralidade de D. Pedro II na narrativa da história nacional e legitima a escolha da efeméride como digna de celebração⁷⁵⁰.

A escolha de comemorar o sesquicentenário do nascimento do Imperador (1825–1975) insere-se na longa tradição dos institutos históricos de celebrar datas associadas a personagens considerados fundadores da ordem política e da unidade nacional, reafirmando uma leitura da história marcada pela centralidade das elites dirigentes. Ao eleger D. Pedro II como homenageado do número XXVII, o IHGEP reforça seu vínculo com uma historiografia político-institucional e memorialista, na qual o passado imperial é mobilizado como patrimônio da nação e, simultaneamente, como elemento de legitimação da própria instituição. Os textos e autores que publicaram no exemplar analisado evidenciam essa

⁷⁴⁹ GOMES, Ângela Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha. SOIHET, Rachel. GONTIJO, Rebeca. (Orgs.) **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 48-49.

⁷⁵⁰ Apresentação. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II - 1825/1975. Curitiba, A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXVII, 1975. p. 5-15.

orientação. O índice revela a predominância de artigos dedicados à visita imperial à Província do Paraná, tema que estrutura grande parte do volume. Aparecem estudos e transcrições documentais como *Notícias sobre a visita de D. Pedro II à Província do Paraná – 1880 – preparativos*, *Noticiário sobre a visita imperial* (com base em jornais como *Dezenove de Dezembro* e *O Paranaense*), *Diário da visita à Província do Paraná* (atribuído ao próprio Imperador), além de resoluções das câmaras municipais motivadas pela visita. Esses textos indicam a prioridade conferida à edição, compilação e republicação de documentos históricos, sobretudo fontes impressas do século XIX, reafirmando o Boletim como espaço de preservação e difusão documental.

Outro eixo central é a circulação de D. Pedro II pelo território paranaense, com artigos específicos sobre Curitiba, Paranaguá, Antonina, Ponta Grossa, Lapa e Porto de Cima, assinados por autores como José Saboya Cortes, Zenon Leite, José Pedro S. Carvalho, Altamirano Nunes Pereira, Nascimento Junior, Ermelino Agostinho de Leão e Antônio Ribeiro de Macedo. A multiplicidade de localidades reforça uma leitura integradora do território provincial, na qual a presença do Imperador funciona como elemento articulador da história regional à narrativa nacional. Há também textos de caráter mais interpretativo e laudatório, como *O Imperador em Paranaguá*, *D. Pedro II Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil* (Dídio Costa) e *O Centenário de D. Pedro II* (sem autoria), que reiteram atributos morais, políticos e civilizatórios do monarca. Esses artigos convivem com contribuições institucionais e comemorativas, como, *Visita do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz Teresa Cristina* (general Mário Tourinho) e textos oriundos de outras instituições históricas, como o Instituto Histórico de Paranaguá, evidenciando redes de sociabilidade intelectual e cooperação interinstitucional. O volume inclui ainda a reprodução de textos já publicados anteriormente, como *D. Pedro II e os imigrantes em Curitiba*, de Ruy Wachowicz (extraído do Boletim, vol. XIII, 1971), indicando uma estratégia de reatualização de produções consideradas relevantes para a efeméride. Por fim, o número se encerra com a seção Registro Bibliográfico, que mantém a função autorreferencial do Boletim ao catalogar livros, autores e temas, reforçando a memória editorial do Instituto.

Importa salientar que o material de Ruy Wachowicz⁷⁵¹ publicado na edição XXV não se caracteriza propriamente como uma análise histórica interpretativa, mas como um esforço sistemático de levantamento, transcrição e organização documental a partir de acervos

⁷⁵¹ Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná entre 1966-1991. Professor da Pontífice Universidade Católica do Paraná (1971).

paroquiais de Curitiba e região, com destaque para a Paróquia de Abranches.⁷⁵² Entre os materiais reunidos e divulgados pelo autor encontram-se, sobretudo, reportagens da imprensa paranaense relativas à visita da família imperial à então Província do Paraná. No conjunto das fontes publicadas, Wachowicz evidencia o contato de D. Pedro II com imigrantes poloneses estabelecidos nas colônias de Santa Cândida e Abranches, no rocio de Curitiba, bem como nas colônias de Murici e Nova Orleans, no interior da província, compondo um quadro documental voltado à valorização dessa experiência histórica específica⁷⁵³.

Esse mesmo corpo documental foi mobilizado em diferentes contextos comemorativos. O texto *D. Pedro II e os imigrantes em Curitiba*, originalmente publicado no Boletim do IHGEP, vol. XIII (1971), no âmbito das celebrações do centenário da imigração polonesa, foi posteriormente reproduzido no volume XXVII (1975), integrando a edição comemorativa do sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II. Essa reelaboração evidencia uma estratégia institucional de reatualização de fontes e narrativas já consagradas, por meio da qual o Instituto reinscreve materiais documentais em novas efemérides, articulando, de forma contínua, a memória da imigração, a figura do imperador e a história regional paranaense. Esse deslocamento revela uma prática dessa historiografia comemorativa do IHGEP, na qual um mesmo corpus de fontes, jornais, registros e documentos, é ressignificado conforme a efeméride em questão. Assim, o material documental opera simultaneamente como fundamento para a valorização da memória da imigração polonesa e como elemento de exaltação da figura de D. Pedro II, articulando, de modo cumulativo, narrativas sobre imigração, monarquia e identidade regional elaboradas pelo professor Ruy Wachowicz no interior das práticas historiográficas e comemorativas do Instituto.

Com relação ao material publicado no Boletim do IHGEP pelo professor do Dehis e sócio do instituto, Ruy Wachowicz, intitulado *D. Pedro II e os imigrantes em Curitiba*, trata-se de um esforço realizado pelo historiador a fim de mobilizar um conjunto documental para examinar a presença do imperador na capital paranaense e sua atuação política com o processo de incentivo à imigração no final do século XIX. A partir de registros da época, Ruy destaca as visitas de D. Pedro II a Curitiba, com ênfase a atenção dada às colônias de imigrantes, associando-as às políticas imperiais de modernização administrativa e de estímulo à imigração européia, em um contexto marcado pelo declínio do sistema escravista. Nesse

⁷⁵² WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Abranches: Um estudo de história demográfica**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1976.

⁷⁵³ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Pedro II e os imigrantes em Curitiba. Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II - 1825/1975. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba, A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. p. 417-421. Vol. XXVII, 1975. p. 417

sentido, o imperador é apresentado como agente de um projeto de progresso e integração territorial, cujas diretrizes repercutiram localmente na formação dos núcleos coloniais e na redefinição demográfica e econômica da região.

Paralelamente à atuação acadêmica, Wachowicz participou ativamente de instituições culturais, associações e comunidades polonesas, espaços nos quais pôde exercer simultaneamente o ofício de historiador e a condição de descendente de imigrantes poloneses⁷⁵⁴. No limiar dessas celebrações, o Governo do Estado instituiu a Superintendência das Comemorações do Centenário da Imigração Polonesa no Paraná, em funcionamento entre 1970 e 1973. Nesse contexto, Wachowicz destacou-se como autor e pesquisador, mobilizando registros documentais para celebrar a memória, a tradição e a trajetória centenária da imigração polonesa, consolidando-se como referência nos debates sobre o tema em um momento de crescente visibilidade pública dessa experiência histórica⁷⁵⁵.

O texto “*Dom Pedro II e os imigrantes em Curitiba*”, de Ruy Wachowicz, integra o conjunto de contribuições elaboradas para o Sesquicentenário do nascimento de D. Pedro II e tem como eixo analítico a visita da família imperial à então Província do Paraná, com ênfase especial na relação do imperador com os imigrantes poloneses estabelecidos nos arredores de Curitiba. O historiador destaca o contato direto buscado por D. Pedro II com essas comunidades, apresentando-o como um governante atento, interessado e benevolente em relação ao processo migratório, sobretudo aquele que ele próprio autorizou anos antes. A visita imperial é interpretada tanto em seu caráter oficial — vinculada à inauguração dos trabalhos da estrada de ferro Curitiba–Paranaguá, concebida como um “presente do Império” à jovem província — quanto em sua dimensão pessoal e simbólica, associada à preocupação do monarca em verificar *in loco* as condições de vida dos imigrantes poloneses⁷⁵⁶, cuja

⁷⁵⁴ Entre os estudos realizados estão: “Szkoly Osadnictwa Poskiegow Brazylü”, in *Emigracja Poskaw Brazylü-[ioolat] Osadnictwa*. Edição da Ludowej Spódydzielni Wydawniczej, Warszawa, “Towarzystwo União Junventus”, in *Emigracja Poskaw Brazylülát Osadnictwa*. Edição da Ludowej Spódydzielni Wydawniczej, Warszawa, 1971; “Z Mateusza do LapyPolacy W Rewolucji 1893-94” in *Emigracja Poskaw Brazylülát Osadwictwa*. Edição da Ludowej Spódydzielni Wydawniczej, Warsajwa, 1971. In: Ata da reunião do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, realizada em 20 de dezembro de 1971, p. 78.

⁷⁵⁵ Wachowicz contribuiu para 11 volumes dos Anais da Comunidade Brasileiro-polonesa, um número expressivo considerando os dezessete volumes publicados ao longo da década de 1970 a 1980. Todas suas contribuições são desdobramentos da temática sobre imigração, onde retrata algumas comunidades polonesas e organiza os materiais e documentos utilizados em centros de arquivos, incentivando a criação de espaços que preservassem as fontes e registros usados nas demais pesquisas.

⁷⁵⁶ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Pedro II e os imigrantes em Curitiba*. Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II - 1825/1975. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba, A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXVII, 1975. É interessante perceber as representações do imigrante polonês na obra historiográfica de Ruy Wachowicz, questão que merece estudo aprofundado.

fixação no Paraná ele próprio autorizara, ao cognominado “pai da imigração polonesa ao Paraná” o agrimensor Sebastião Edmundo Wos Saporski⁷⁵⁷.

Ao mobilizar episódios específicos, como a passagem de D. Pedro II pelas colônias de Santa Cândida, Abranches, Murici e Nova Orleans, bem como o apelo dos colonos por auxílio imperial para a construção de uma capela, Wachowicz constrói uma narrativa que reforça a imagem do imperador como mediador entre o Estado e os imigrantes, sensível às demandas locais e promotor da integração social. Inserido no contexto comemorativo de 1975, o material contribui para uma leitura harmoniosa do passado, na qual a imigração aparece como experiência bem-sucedida e ordenada, e D. Pedro II é reiteradamente apresentado como figura central na promoção da modernização e da unidade nacional.

Ruy Wachowicz examina a presença do imperador na capital paranaense e analisa o modo como sua atuação política e simbólica se articulou ao processo de incentivo à imigração no final do século XIX⁷⁵⁸. Partindo de registros documentais e relatos da época, Wachowicz destaca que as visitas de D. Pedro II a Curitiba, bem como suas políticas de modernização administrativa, contribuíram para fortalecer iniciativas voltadas à atração de colonos europeus, em especial em um momento em que o sistema escravista se encontrava em declínio. O autor evidencia como o governo imperial buscava projetar uma imagem de progresso e integração territorial, e como essas diretrizes repercutiram localmente na formação dos núcleos coloniais e na redefinição demográfica e econômica da região. Ao situar a experiência curitibana no contexto mais amplo das políticas imigratórias do Segundo Reinado, Wachowicz oferece uma leitura que articula agentes políticos, transformações estruturais e o papel da imigração na consolidação de uma nova ordem social no Paraná. A presença do imigrante estrangeiro era percebida como algo que contribuía para a mudança da cultura luso-brasileira, característica que vigorou na sociedade brasileira desde o período colonial até o Imperial. As migrações eram fatores de equilíbrio demográfico e econômico, atuavam sobre a composição étnica dos grupos humanos e modificaram a sua cultura. A noção de assimilação era observada de um ponto de vista político, econômico, social, cultural ou psicológico⁷⁵⁹. Tal conceito de assimilação passou a ser alvo de críticas na segunda metade

⁷⁵⁷ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Pedro II e os imigrantes em Curitiba. Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II - 1825/1975. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba, A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXVII, 1975. p. 417.

⁷⁵⁸ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Pedro II e os imigrantes em Curitiba. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Fundepar: Curitiba, v. XIII, p. 77-84.

⁷⁵⁹ Cf. Étude sur les migrations de population, Pierre George, p. 142, Centre de Documentation Universitaire, Paris, s/d. In: BALHANA, Altiva Pilatti. **Os imigrantes estrangeiros na formação histórica da sociedade brasileira**. Universidade do Paraná. Conselho de Pesquisas. **Departamento de História**. Série Didática. Curitiba. Paraná. N. 1. Biblioteca Pública do Paraná. 1961. Este debate foi mais comum no âmbito do curso de

do século XX, quando se desenvolveu um conjunto de teorizações a partir da observação do fenômeno étnico em sociedades urbanizadas.⁷⁶⁰

Sobre o personagem homenageado, a publicação de textos sobre o Imperador D. Pedro II, não era algo inédito no contexto do instituto paranaense, pois era reconhecido como personagem importante para a formação do Estado Nacional e o desenvolvimento político e administrativo do Paraná, fato é que o monarca foi assunto de outras publicações do Boletim, quando a instituição ainda se abrigava sob a antiga nomenclatura⁷⁶¹. Essa admiração era herança advinda não apenas dos acontecimentos históricos vivenciados a partir das sanções régias, mas também pelo papel que o D. Pedro II desempenhou no interior do IHGB, lugar social de produção de saber histórico em que a monarquia e a própria pessoa do monarca foram essenciais⁷⁶². Com a Proclamação da República, as instituições culturais e científicas foram espaços importantes para a construção de um imaginário próprio para o novo regime⁷⁶³, de modo que a exaltação da monarquia e do Imperador foram contidas, mas não deixaram de existir por questões políticas e como um meio de sobrevivência da instituição. Ambos, monarquia e Imperador só foram retomados, a partir da década de 1920, tanto nacional como regionalmente, quando não eram mais uma ameaça ao regime vigente, a partir desse momento, foi possível construir a imagem de D. Pedro II no período republicano⁷⁶⁴.

A coletânea organizada pelo Instituto expressa uma dessas modalidades específicas de apropriação do passado, marcada pela centralidade da biografia exemplar, pela valorização

história em meados da década de 1950, o que pode ser observado em: BALHANA, Altiva. **Santa Felicidade. Um processo de assimilação**. Tip. João Haupt & Cia Ltda. Curitiba. 1958.

⁷⁶⁰ Um debate aprofundado sobre a questão pode ser encontrado em: WEBER, Regina. Conceitos para pensar as imigrações, velhos e novos. **História, Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 19, n.2, p. 213-224, 2019.

⁷⁶¹ Na edição especial de 1925 impressa por ocasião da festividade do nascimento de Pedro II, seguindo as orientações do Instituto Nacional, que à época organizou uma edição comemorativa a tal acontecimento histórico, foram publicados três textos sobre a vida do monarca brasileiro, o primeiro intitulado, *D. Pedro II, Imperador Constitucional do Brasil*, escrito pelo Commandante Diddio Costa; *A viagem de D. Pedro II pelo Paraná, extracto dos jornaes da época*, estudo elaborado pelo historiador F. Negrão e Altamirano Nunes Pereira, oficial do exército e engenheiro; e *A passagem de D. Pedro II por Porto de Cima*, de autoria de Antônio Ribeiro Macedo, essas produções demonstram toda a simpatia e admiração que o Instituto Paranaense nutria pelo imperador e pelos feitos por ele realizados. Análises sobre as produções sobre a vida de D. Pedro II publicadas no Boletim do IHGP podem ser encontradas em (ROSEVICS, 2009; DIAS, 2016).

⁷⁶² GUIMARÃES, Lúcia M. P. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, 246 p.

⁷⁶³ CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**.

⁷⁶⁴ Estudos sobre essa temática vêm despertando interesse de pesquisadores. Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A primeira República e as representações de D. Pedro II. In: CARDOSO, Helena P; MACHADO, Maria C. T. (org.). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 143-159; GUIMARÃES, Lúcia M. P. Os funerais de Dom Pedro II e o imaginário republicano. In: SOIHET, Rachel et. al. **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p.69-82; cabe destacar a pesquisa de Leandro da Silva, sobre a construção da imagem de D. Pedro II no contexto republicano, especialmente a edição comemorativa da revista produzida pelo IHGB em 1925, exemplar realizado em referência ao nascimento do Imperador brasileiro. In: SILVA, Leandro Antonio da. **Gestos políticos de memória : construções de D. Pedro II e do Segundo Reinado nas comemorações republicanas (1925-1927)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Unesp, Fanca, 2025 158 p.

cívica da monarquia e pela ênfase na continuidade e na ordem. A escolha dos autores, majoritariamente sócios do Instituto, e dos documentos reunidos, artigos de imprensa, discursos, registros iconográficos e fontes administrativas, reforça essa orientação comemorativa, que dialoga, ainda que de forma assimétrica, com a historiografia acadêmica em consolidação no período. Assim, mais do que celebrar a figura de D. Pedro II, a coletânea organizada pelo Instituto valoriza o próprio arquivo como fundamento da escrita da história, inscrevendo-o como instrumento de continuidade institucional, de produção de memória e de legitimação historiográfica.

A associação da imagem de D. Pedro II ao contexto político da década de 1970, especialmente durante o governo Ernesto Geisel, produz sentidos que vão muito além da evocação histórica do imperador. A figura de D. Pedro II foi mobilizada como emblema de ordem, estabilidade e continuidade institucional, em um momento marcado por tensões políticas, crise econômica e questionamentos ao regime, o imperador aparecia como um governante moderado e equilibrado, capaz de conduzir o país por longos 58 anos sem rupturas abruptas. Ou seja, a celebração do imperador reforçava uma leitura harmoniosa do passado, apagando conflitos sociais, disputas políticas e contradições estruturais do Império.

No contexto do Sesquicentenário, a produção historiográfica vinculada ao IHGEP insere-se em um cenário mais amplo de incentivo estatal às efemérides durante a ditadura civil-militar, quando as comemorações cívicas passaram a receber financiamento, visibilidade institucional e materialidade simbólica, a exemplo da cunhagem de moedas e medalhas comemorativas, como a Medalha do Sesquicentenário do nascimento de D. Pedro II (1825–1975), produzida pelo Museu Imperial de Petrópolis e cunhada pela Casa da Moeda do Brasil, diz do investimento do Estado na fixação de uma memória oficial, ancorada em valores de civismo e patriotismo.

Há ainda um sentido pedagógico e exemplar atribuído à figura imperial. D. Pedro II é apresentado como modelo de governante e de cidadão, cuja trajetória deveria servir de referência moral para o presente e para as “gerações do amanhã”.⁷⁶⁵ Essa dimensão formativa da memória histórica atendia à necessidade do regime de reafirmar valores como disciplina, patriotismo e devoção ao Estado, sem recorrer diretamente à exaltação de lideranças militares contemporâneas. Por fim, a associação de D. Pedro II à defesa da unidade territorial e da integridade nacional assumia especial relevância em um período em que o Estado autoritário se legitimava como guardião da nação frente a supostas ameaças internas e externas. Ao

⁷⁶⁵ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.** Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II - 1825/1975. Curitiba, A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXVII, 1975. p. 12.

destacar o imperador como símbolo da coesão do país, as comemorações do sesquicentenário reforçam uma visão de Brasil uno, contínuo e historicamente predestinado à estabilidade, deslocando o foco das tensões do presente para um passado idealizado. Dessa forma, a representação da imagem de D. Pedro II, no contexto político da década de 1970, se constituiu em um instrumento de legitimação simbólica indireta do regime, permitindo articular tradição, autoridade e nacionalismo em uma linguagem histórica aparentemente neutra, mas profundamente atravessada pelas necessidades políticas do tempo presente.

No caso do Paraná, a figura de D. Pedro II, permitia evocar um passado imperial idealizado, desprovido de conflitos sociais mais agudos e apresentado como a “idade de ouro”⁷⁶⁶ da província no final do século passado, projetando-a no Império. No plano regional, a efeméride permitiu ao Paraná reafirmar seu lugar na história nacional, especialmente por meio da rememoração da visita imperial de 1880 e da associação dessa presença a símbolos de progresso material, como a ferrovia Paranaguá–Curitiba. Ao recuperar esse episódio, o discurso comemorativo reforçava uma narrativa de integração do estado ao projeto nacional, projetando o passado imperial como fundamento simbólico de um futuro ordenado e promissor, uma leitura que dialogava diretamente com o ideário desenvolvimentista e nacionalista do período ditatorial.

A atuação do IHGEP no contexto das comemorações de seu 75º aniversário não pode ser compreendida apenas como um exercício de celebração institucional, mas como parte de um movimento mais amplo de alinhamento às políticas nacionais de memória e patrimônio histórico. A convergência com iniciativas promovidas por órgãos federais, como o Ministério da Justiça e o Arquivo Nacional, voltadas ao levantamento, organização e difusão de documentação relativa ao período imperial, evidencia a inserção do Instituto em uma rede de produção da memória histórica marcada por valores compartilhados, referências consagradas e uma concepção monumental do documento. No Boletim, essa orientação se manifesta na persistência de uma cultura histórica tradicional, estruturada em torno da centralidade dos grandes homens, da exaltação das elites políticas e intelectuais e da atribuição ao documento de um estatuto de evidência fundadora da identidade nacional, em detrimento de leituras problematizadoras ou de recortes sociais mais amplos.

A publicação quase simultânea dos volumes XXV, XXVI e XXVII, com extensões significativamente ampliadas, reforça o caráter estratégico assumido pelo Boletim no ano jubilar. Mais do que garantir a regularidade editorial, o periódico foi mobilizado como

⁷⁶⁶ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.** Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II - 1825/1975. Curitiba, A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXVII, 1975 p. 5.

instrumento de visibilidade e afirmação institucional, projetando o IHGEP como um espaço ativo, produtivo e durável no interior do campo historiográfico paranaense, mesmo diante do deslocamento progressivo da autoridade historiográfica para a universidade.

É precisamente nesse cenário de reafirmação institucional e de permanência de uma cultura histórica herdada dos institutos que se insere a participação dos historiadores vinculados ao Departamento de História da UFPR no *Boletim do IHGEP*. A presença desses autores, formados em um contexto de crescente profissionalização disciplinar, tensiona o repertório historiográfico tradicional do Instituto, introduzindo novas problemáticas, métodos e sensibilidades analíticas. Desse modo, as publicações do *Boletim* tornam-se um espaço privilegiado para observar os diferentes modos de escrita da história. A análise dessas produções permite, portanto, configurar uma verdadeira topografia da historiografia brasileira profissional, na qual se delineiam distintos perfis historiográficos e se evidenciam os deslocamentos e as continuidades que marcam a relação entre os institutos históricos e a universidade.

3.2 Escritas da história e perfis historiográficos: configurando a topografia da historiografia brasileira profissional a partir das publicações dos historiadores

A consolidação da historiografia profissional no Brasil, ao longo da segunda metade do século XX, não se deu de forma homogênea nem exclusivamente no interior da universidade. Este processo foi caracterizado pela negociação e circulação entre diferentes espaços institucionais de produção de conhecimento histórico, dentre os quais os institutos históricos regionais continuam desempenhando um papel relevante, apesar da emergência da universidade como instância legitimadora da escrita científica da história. É nesse entrecruzamento institucional que se insere o presente tópico, ao tomar como objeto as narrativas produzidas pelas gerações⁷⁶⁷ de docentes do Departamento de História da

⁷⁶⁷ Para dar conta dessas dinâmicas intelectuais, mobiliza-se o conceito de geração/gerações conforme proposto por Sirinelli (2006, 2008, 2019) e Temístocles Cezar (2020), entendido não como uma categoria homogênea ou rigidamente delimitada, mas como um instrumento analítico que permite situar percursos intelectuais no tempo histórico, nas redes de sociabilidade e nas estruturas institucionais que condicionam a produção historiográfica. As gerações, nesse sentido, não se sucedem de forma estanque, mas se entrecruzam, dialogam e entram em tensão, compartilhando espaços, referências e disputas. Nesse sentido, as gerações não podem ser compreendidas apenas como sucessões cronológicas, mas como configurações relacionais, atravessadas por disputas epistemológicas, alianças políticas e estratégias de inserção institucional. Cf. SIRINELLI, Jean-François. *Génération, générations, Vingtième Siècle*. *Revue d'histoire*, n. 98, p. 113-124, 2008/2; _____. A geração. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. *Usos & abusos da história oral* (orgs.). 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 131-137; SIRINELLI, Jean-François; POTIN, Yann. *Générationes historiennes XIXe-XXIe siècle*. Paris: CNRS Éditions, 2019; CEZAR, Temístocles. Geração e/ou gerações? *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 13, n. 34, p. 11-15, set.-dez. 2020. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1788/910>. Acesso em jan. 2022;

Universidade Federal do Paraná (Dehis/UFPR) e publicadas no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP), entre meados da década de 1970, momento de afirmação do campo disciplinar na Universidade e de incipiente desenvolvimento da Pós-Graduação em história na UFPR, e, 1995 ano que marca simultaneamente a mudança de nomenclatura da instituição e a publicação do último número do Boletim, encerrando um ciclo editorial de quarenta e cinco anos.

A documentação consultada indica que, entre 1950-1995, quarenta e nove docentes atuaram no Dehis/UFPR⁷⁶⁸, dos quais vinte e nove filiaram-se ao quadro associativo do IHGEP⁷⁶⁹, e apenas oito publicaram no Boletim. Esses números evidenciam que a filiação ao Instituto e a publicação em seu periódico não eram automáticas, mas resultado de escolhas, mediações e condições específicas, por vezes, de início de carreira, frequentemente atravessadas pela indicação dos orientadores(as), pela busca de legitimação regional da historiografia profissional e pela necessidade de inserção em circuitos de reconhecimento científico disponíveis fora da universidade.

A primeira geração de professores vinculados ao curso de História e Geografia da então Universidade do Paraná iniciado em 1938 — representada por nomes como Brasil Pinheiro Machado⁷⁷⁰ e Bento Munhoz da Rocha Neto⁷⁷¹ — construiu sua autoridade intelectual antes mesmo da consolidação do campo universitário da História. Fortemente

⁷⁶⁸ Relação dos professores que exerceram suas atividades no departamento de história/UFPR, 1959-2009. Relato Histórico. **Revista História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 317-319, jan./jun. 2009. Relação de Professores que atuaram no Dehis no período de 1959-1989. **Boletim do Departamento de História. Universidade Federal do Paraná**. Curitiba. n. 32. ago. 1995, p. 79.

⁷⁶⁹ **Lista Nominativa do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná desde 1900**. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Curitiba;

⁷⁷⁰ Sobre Brasil Pinheiro Machado (1907-1997), seu protagonismo no contexto paranaense pode ser verificado não apenas por sua atuação como docente no ensino superior, mas por vários serviços públicos e funções políticas que desempenhou tais como Professor de curso secundário (1931-1938), Procurador Geral da Justiça (1939-1945), Diretor do Instituto de Pesquisas da Universidade Federal do Paraná (1958), Juiz do Tribunal de Contas do Estado (1947-1967), Vice-Reitor da Universidade do Paraná (1967-1971), Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFPR (1968-1972), já no âmbito político foi Prefeito de Ponta Grossa (1931), Interventor Federal no Estado (1946), Deputado Estadual (1935-1937) e Deputado Federal (1947-1950) (Boletim do IHGEP, 1978, p. 217; CORDOVA, 2019). Assumiu a titularidade da cátedra de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (1950). Foi professor da referida instituição (posteriormente, do departamento de história da UFPR) até sua aposentadoria (1939-1977). **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://historiografia.com.br/ind/560>. Acesso em jan. 2026; Cf. MARCHI, E. et. al. Perfis historiográficos: o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e sua produção científica (1959-1989). **Boletim do Departamento de História**, n. 32, ago. p. 79, 1995.

⁷⁷¹ Bento Munhoz da Rocha Netto (1905-1978). Diplomou-se engenheiro civil pela Universidade do Paraná, em Curitiba. Dedicou-se ao magistério superior, tendo sido professor de várias disciplinas na Universidade Católica e na Universidade Federal. Elegeram-se deputado constituinte em 1946, reeleito em 1959. Chegou ao governo do Estado em 1951. deixou publicadas dezenas de obras de cunho sociológico, histórico e didático, entre os quais: “Uma interpretação das Américas”, “Ensaio”, “Itinerário”, “Radiografia de Novembro”, “Tinguís”. Atuou como professor de história na Universidade do Paraná, depois Universidade Federal do Paraná, entre 1939-1967. Cf. MARCHI, E. et. al. Perfis historiográficos: o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e sua produção científica (1959-1989). **Boletim do Departamento de História**, n. 32, ago. p. 79, 1995.

inclinada à história política, à erudição documental e à atuação nos institutos históricos, essa geração ancorou sua legitimidade em trajetórias que articulavam o campo intelectual ao campo político, de modo que, a inserção desses agentes na universidade não inaugura propriamente um novo *habitus científico*⁷⁷², mas consolida disposições previamente constituídas, marcadas pela liderança política regional, pelo prestígio social e pela atuação em espaços privilegiados de produção e validação do saber histórico paranaense⁷⁷³.

A partir de meados das décadas de 1950 e 1960, esse grupo de professores passa a conviver com uma segunda geração de docentes, comprometida com a institucionalização do campo disciplinar da História na universidade e com a profissionalização do historiador, fatores impulsionados também pelas reformas universitárias⁷⁷⁴. Professoras como Cecília Maria Westphalen⁷⁷⁵ e Altiva Pilatti Balhana⁷⁷⁶, formadas no interior do próprio curso de História da Universidade do Paraná e herdeiras diretas das primeiras experiências de ensino histórico universitário no estado, desempenham papel central nesse processo, não apenas pela afirmação do curso de história, mas também, pela formação sistemática de novos quadros

⁷⁷² BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

⁷⁷³ CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Bento, Brasil e David: o discurso regional de formação social e histórica paranaense**. 1 ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

⁷⁷⁴ A reforma universitária realizada durante o ano de 1968, no governo ditatorial, se trata de uma série de leis que modificaram o ensino superior no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, incluindo como medidas, dentre outras, a substituição do sistema de cátedras pelo de departamentos, institutos e centros, e a desintegração das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. BRASIL. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 nov. 1968.

⁷⁷⁵ Cecília Maria Westphalen (1927-2004). Professora assistente desde 1951, assumiu a titularidade da cátedra de História Moderna e Contemporânea mediante concurso em 1957. Com a extinção do sistema de cátedras, tornou-se professora titular do Departamento de História, cargo que ocupou até sua aposentadoria em 1989. Na instituição, lecionou também Introdução à História e disciplinas de metodologia da história, e exerceu inúmeros cargos, chegando a ser diretora do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes (1976-1980) e indicada à Reitoria. Esteve entre os fundadores da ANPUH (1961), onde foi tesoureira (1961-1977), e nas comissões avaliativas dos primeiros programas de Pós-Graduação em História do país a partir da década de 1970. Coordenou o Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPR (1972-1976) e fundou (em 1981), ao lado de Altiva Pilatti Balhana (UFPR) e Maria Beatriz Nizza da Silva (USP), a Sociedade Brasileira de Pesquisa História (SBPH), que findou em 2005, um ano após o seu falecimento. Divulgadora dos *Annales* no Brasil, Westphalen desenvolveu pesquisas a respeito das atividades econômicas e da formação social do Paraná. Durante sua passagem pela pós-graduação orientou vinte trabalhos (dezoito mestrados e dois doutorados), todos no PPGHI-UFPR, também participou de dezesseis bancas, sendo nove mestrados e sete doutorados, um deles na USP, na linha de História Social. In: MACHADO, Daiane Vaiz. Cecília Maria Westphalen (1927-2004). **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://historiografia.com.br/ind/41>. Acesso jan. 2026.

⁷⁷⁶ Altiva Pilatti Balhana (1928-2009). Nomeada professora assistente da Cadeira de História da América na UFPR. Após período de estudos na Università degli Studi di Firenze, Itália, a historiadora obtém a livre-docência (1959) e chega a Professora Titular de História da América (1978) do Departamento de História. Balhana ainda foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História (1973-1985) da UFPR, sócia fundadora da ANPUH e da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Pioneira nos estudos de história demográfica no Brasil, pesquisou acerca da formação social do Paraná especializando-se em imigração italiana. Durante sua atuação na pós-graduação, orientou dezenove trabalhos, ao todo dezoito mestrados e um doutorado. Participou de oito bancas, sendo que três foram na USP, uma na linha de História Econômica e outras duas em História Social. MACHADO, Daiane Vaz. Altiva Pilatti Balhana. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://historiografia.com.br/ind/331>. Acesso em jan. 2026.

acadêmicos e pela estruturação da pós-graduação. Essa geração estabelece uma relação ambivalente com o IHGEP, ao mesmo tempo em que reconhece sua importância simbólica e institucional para a história regional, busca afirmar critérios acadêmicos de rigor metodológico e cientificidade, tensionando práticas historiográficas mais tradicionais.

A criação do curso de Mestrado em História, em 1972, com área de concentração em História do Brasil e opções iniciais em História Demográfica e História Econômica - ampliadas, a partir de 1977, com a incorporação da História Social - representou um marco de consolidação disciplinar da história na UFPR⁷⁷⁷. Tal processo foi conduzido sobretudo pela ação de docentes, formados na própria Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e já integrados a circuitos acadêmicos nacionais e internacionais, que assumiram a profissionalização do historiador como projeto explícito. A aprovação do curso de Doutorado, em 1981, inicialmente concentrado em História Demográfica, deu continuidade a esse movimento, aprofundando a articulação entre ensino, pesquisa e formação sistemática de novos quadros acadêmicos⁷⁷⁸.

Em “*Situação da Pós-Graduação em História*”⁷⁷⁹, publicado pela coordenadora do PPGH-UFPR, Cecília Westphalen, trazia o panorama dos programas então existentes no país até aquele momento. Em meados da década de 1970, a pós-graduação em História no Brasil encontrava-se ainda em fase inicial de institucionalização naquela altura organizavam-se em torno de áreas de concentração relativamente bem definidas, que evidenciaram tanto afinidades quanto especializações regionais. Em 1976, estavam em funcionamento seis programas de Mestrado — na Universidade Federal do Paraná, na Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica no Rio Grande do Sul — e apenas um programa de Doutorado, sediado na USP. Havia, contudo, previsão de expansão do sistema, com a abertura, entre 1976 e 1977, de novos cursos de Mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade de Brasília e Universidade Estadual de Campinas, além da implantação de um programa de Doutorado na UFPR. No caso paranaense, embora a criação da linha de História

⁷⁷⁷ Em 1972, a Universidade Federal do Paraná, por Resolução n. 2/72, do Conselho Universitário, criou o Curso de Pós-Graduação em História, em nível de Mestrado, autorizando o seu funcionamento a partir do ano letivo de 1972-73; O curso de Doutorado foi aprovado pelo Conselho Nacional de Pós-Graduação em fevereiro de 1981, veio dar continuidade ao programa de pós-graduação em História. BALHANA, A. P. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 11-12, 1983.

⁷⁷⁸ BALHANA, A. P. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 11-19, 1983.

⁷⁷⁹ WESTPHALEN, Cecília. Situação da Pós-Graduação em História. **XXVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**. Brasília, p. 407-420, jul. 1976.

Social tenha ocorrido em 1977, a consolidação do Doutorado deu-se apenas em 1981, quando o curso foi aprovado pelo Conselho Federal de Pós-Graduação⁷⁸⁰.

É nesse contexto que se configura a chamada terceira geração de professores, cuja definição não se ancora exclusivamente nas datas de ingresso no quadro de docentes no curso de História, mas se estabelece, sobretudo, a partir dos percursos formativos, da especialização acadêmica e das experiências intelectuais possibilitadas pela institucionalização da pós-graduação, que redefiniram práticas, identidade profissional, referenciais e modos de inserção no campo historiográfico. Diferentemente das gerações anteriores, cuja identidade intelectual foi forjada majoritariamente fora da universidade ou em espaços como os institutos históricos, essa geração constitui-se no interior de programas estruturados, organizados por áreas de concentração — como História Econômica, Demográfica e Social, no caso da UFPR — em sintonia com tendências presentes em outros centros nacionais e internacionais.

Trata-se de uma geração composta majoritariamente por ex-alunos das gerações anteriores, muitos deles formados nas primeiras turmas do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPR. Historiadores como Odah Regina Guimarães Costa⁷⁸¹, Ruy

⁷⁸⁰ WESTPHALEN, Cecília. Situação da Pós-Graduação em História. **XXVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**. Brasília, jul. p. 411, 1976.

⁷⁸¹ Odah Regina Guimarães Costa. Professora do Dehis-UFPR (1959-1989), foi orientada por Cecília Maria Westphalen em seu Mestrado, concluído em 1975, com o título, “O Preço de Terras na Colônia Içara: 1939-1968”. Defendeu em 1977 sua tese para o concurso de professora titular do departamento de história da UFPR. Em sua participação na pós-graduação orientou 10 trabalhos e participou de 3 bancas todas de mestrado. In: Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/580>. Acesso em jan. 2026; MARCHI, E. et. al. Perfis historiográficos: o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e sua produção científica (1959-1989). **Boletim do Departamento de História**, n. 32, ago. p. 79, 1995.

Christovam Wachowicz⁷⁸², Beatriz Pellizzetti⁷⁸³ e Márcia Elisa de Campos Graf⁷⁸⁴ passaram a atuar no curso a partir das décadas de 1960 e 1970, em um cenário caracterizado pela consolidação das práticas profissionais, pela diversificação temática e metodológica, pela ampliação dos circuitos de circulação do conhecimento histórico e pela intensificação do diálogo com referenciais teóricos internacionais, em especial aqueles oriundos da historiografia francesa.

A entrada desses historiadores no IHGEP deve ser compreendida, portanto, através desse duplo movimento: por um lado, a consolidação de uma historiografia profissional, orientada por critérios acadêmicos e vinculada às exigências da pós-graduação; por outro, a persistência do Instituto Histórico como espaço de sociabilidade intelectual, legitimação regional e circulação do conhecimento histórico. Assim, os pesquisadores formados segundo as normas do campo acadêmico e socializados nas dinâmicas da pós-graduação, passaram a

⁷⁸² Ruy Christovam Wachowicz (1936–2000), Professor da Universidade Federal do Paraná (1966-1989) e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1971), Wachowicz conciliou docência e pesquisa, produzindo ao longo de sua carreira estudos baseados em extensos levantamentos documentais. Sua obra articula história regional, demografia histórica e história social, dialogando com métodos quantitativos e com o uso sistemático de fontes paroquiais e administrativas. Obras: História do Paraná (1969); Arquivo da paróquia de Sant'ana de Abranches (1972); Orleans, um século de subsistência (1976); Abranches: um estudo de história demográfica (1976); Tomás Coelho: uma comunidade camponesa (1977); O camponês polonês no Brasil (1981); Universidade do mate - História da UFPR (1983); Paraná sudoeste: ocupação e colonização (1985); Oeste: obrageros, mensus e colonos (1987); Norte Velho, Norte Pioneiro (1987); As moradas da Senhora da Luz (1993); Nos anos 1990, ingressou na Academia Paranaense de Letras, onde ocupou a cadeira nº 10 e criou as Semanas de História. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ruy_Christovam_Wachowicz. Acesso em jan. 2026; Cf. MARCHI, E. et. al. Perfis historiográficos: o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e sua produção científica (1959-1989). **Boletim do Departamento de História**, n. 32, ago. p. 79, 1995.

⁷⁸³ Beatriz Pellizzetti (1930-2023). Licenciada e mestre pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Geografia e História na Universidade Federal do Paraná. Professora do Dehis-UFPR entre 1968-1981. Ainda sobre sua atuação profissional, lecionou como professora titular de História da Universidade Federal de Santa Catarina e foi professora visitante no curso de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: Associação dos escritores do Alto Vale do Itajaí. Disponível em: <https://escritoresderiodosul.com.br/post-escritores/beatriz-pellizzetti-lolla-2/>. Acesso em ago. 2022; Acesso em jan. 2026; Cf. MARCHI, E. et. al. Perfis historiográficos: o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e sua produção científica (1959-1989). **Boletim do Departamento de História**, n. 32, ago. p. 79, 1995.

⁷⁸⁴ Márcia Elisa de Campos Graf (1943-). Graduada em História pela UFPR (1965). Mestra na primeira turma de História Demográfica (1974) do PPGHIS dessa instituição. Defendeu sua tese de doutorado na USP em 1979 sob orientação de Maria Beatriz Nizza da Silva e, supervisionada por Adeline Daumard, sob o título “Imprensa periódica e escravidão no Paraná”, realizou Pós-Doutorado na Université de Picardie, Amiens e na École Pratique des Hautes Études, Paris, França (1982-1984). Com 23 anos de idade, esteve entre os docentes fundadores do Curso de História da Universidade Estadual de Maringá (1967-1971). Professora aposentada de História do Brasil da UFPR, onde atuou entre 1971-1989, atualmente é professora titular da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Foi uma das fundadoras da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), na qual foi tesoureira (1987-1999) e presidenta (1999-2005). Desenvolve pesquisas a respeito da sociedade escravocrata no Paraná e da história social regional do Paraná. Durante sua passagem pela pós-graduação, orientou 2 trabalhos e participou de 1 banca, todos os trabalhos foram defendidos na UFPR. In: Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://historiografia.com.br/ind/395>. Acesso em jan. 2026; Cf. MARCHI, E. et. al. Perfis historiográficos: o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e sua produção científica (1959-1989). **Boletim do Departamento de História**, n. 32, ago. p. 79, 1995.

atuar em múltiplos circuitos culturais e científicos, respondendo tanto às novas exigências profissionais quanto às expectativas de orientadores e pares. Nesse movimento, percebe-se que alguns professores do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, circularam simultaneamente entre o espaço universitário e o instituto histórico, levando ao IHGEP práticas, temas e métodos característicos da historiografia profissional.

Majoritariamente os docentes formados nas primeiras turmas de pós-graduação foram ex-alunos de graduação e orientandos na Pós-Graduação de Cecília Westphalen, Brasil Pinheiro Machado e Altiva Balhana, o que ajuda a compreender tanto suas filiações ao Instituto quanto a permanência de determinados temas e abordagens na escrita da história regional⁷⁸⁵. Ao mesmo tempo, essas trajetórias não são homogêneas nem isentas de tensões.

O levantamento realizado por Marchi et al. (1995) sobre a produção científica do Dehis entre 1959 e 1989 permite identificar eixos temáticos, recortes cronológicos e opções metodológicas que orientaram a atuação dos pesquisadores, além disso o estudo confirma esse perfil historiográfico, ao demonstrar o predomínio da história demográfica, fortemente marcada por temas como população, imigração, família e fecundidade, seguido pela expressiva produção em história econômica, com investigações voltadas à agricultura, indústria, transportes, finanças, abastecimento e mercado, e, a partir da década de 1980, pelo crescimento significativo da história social, especialmente no âmbito das teses de doutorado, com abordagens sobre relações de trabalho, escravidão, sindicalismo, cultura, religião e saúde. Do ponto de vista cronológico e espacial, observa-se a preferência pelos séculos XIX e XX e por recortes regionais paranaenses, indicando que a história regional constituiu não apenas um objeto legítimo de investigação, mas um eixo estruturante da identidade intelectual do Departamento⁷⁸⁶. Esse perfil historiográfico esteve diretamente associado às condições institucionais de produção do conhecimento no Dehis, em especial à implantação do curso de Mestrado em 1972 e à institucionalização do Doutorado em 1982, bem como às

⁷⁸⁵ Dissertações de Mestrado em História do Brasil realizadas na Universidade Federal do Paraná: WACHOWICZ, Ruy Christovam. **“Abranches Paróquia de imigração polonesa - Um estudo de história demográfica.”** 107f. Orientadora: Altiva Pilatti Balhana. Defesa da Dissertação de Mestrado em 26-08-1974; GRAF, Márcia Elisa de Campos. **“População escrava da Província do Paraná a partir das listas de classificação para emancipação 1873-1886”**. Orientadora: Altiva Pilatti Balhana. Defesa da Dissertação de Mestrado em 04-12-1974. 189f; PELIZZETTI, Beatriz. **“O Banco de Crédito Popular e Agrícola de Bella Aliança na conjuntura da emancipação municipal de Rio do Sul”**. 184 f. Orientador: Brasil Pinheiro Machado. Defesa da Dissertação de Mestrado em 04-04-1975; COSTA, Odah Regina Guimarães. **“O preço de terras na Colônia Içara 1939-1968”**. 178f. Orientadora: Cecília Maria Westphalen. Defesa da Dissertação de Mestrado em 23-04-1975. In: BALHANA, A. P. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 11-19, 1983.

⁷⁸⁶ Cf. MARCHI, E. et. al. Perfis historiográficos: o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e sua produção científica (1959-1989). **Boletim do Departamento de História**, n. 32, ago. p. 73-78, 1995.

políticas de qualificação docente que impulsionaram a produção de dissertações, teses, artigos, livros, ensaios e trabalhos de levantamento documental⁷⁸⁷.

A circulação dos docentes do Dehis/UFPR pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense não foi aleatória, mas acompanhou de perto as dinâmicas de formação, orientação e inserção institucional produzidas no interior do Programa de Pós-Graduação em História. Cada um dos historiadores que publicaram no periódico do instituto e analisados neste tópico ocupa uma posição específica na engrenagem geracional e disciplinar, articulando linhas de pesquisa consolidadas no PPGHI com a escrita da história regional veiculada no *Boletim* do IHGEP.

A escrita da história regional no *Boletim* emerge, assim, como resultado de relações formativas, alianças institucionais e escolhas teórico-metodológicas que atravessam gerações, revelando que a profissionalização do historiador no Paraná não se deu por ruptura, mas por negociação entre diferentes instituições. É precisamente nesse ponto que a análise das produções dos docentes do Dehis/UFPR adquire relevância historiográfica, pois mais do que identificar autores ou temas, trata-se de compreender como se configuram perfis historiográficos específicos a partir da circulação desses profissionais da história entre o espaço universitário e o instituto histórico, considerando que suas entradas no IHGEP não foram episódicas, mas parte constitutiva de trajetórias intelectuais marcadas por vínculos formativos, filiações teóricas e alianças institucionais que ajudaram a redefinir, simultaneamente, os sentidos da história regional e os critérios de legitimidade historiográfica no Paraná.

Esse procedimento analítico permite identificar permanências, deslocamentos e reconfigurações nas formas de escrever a história, evidenciando de que modo temas debatidos no interior do Dehis, como estruturas agrárias, imigração, escravidão, economia, território e população, foram reelaborados quando inseridos no circuito editorial do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Publicadas no *Boletim*, essas produções sofreram inflexões significativas, passando a dialogar com demandas memorialísticas, comemorativas e institucionais próprias do Instituto, acionadas de modo particularmente intenso em contextos como o III Centenário da Fundação de Curitiba (1993). Logo, ao se filiarem ao IHGEP e publicarem no *Boletim*, docentes formados segundo as regras do campo

⁷⁸⁷ Alguns projetos realizados no âmbito do PPGH-UFPR: Projetos “História Demográfica do Paraná”, “Quantificação das atividades econômicas do Paraná”, “História do Comércio Exterior do Brasil Meridional” e “História das Sociedades Criadoras de Gado”. WESTPHALEN, Cecília. Situação da Pós-Graduação em História. **XXVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**. Brasília, jul., p. 417, 1976.

universitário, transportaram para esse espaço temas, métodos e práticas próprias da historiografia acadêmica, ainda que ajustadas às demandas editoriais, comemorativas e institucionais do Instituto. Mais do que uma sobrevivência de formas tradicionais, a presença dos docentes no IHGEP revela um espaço de negociação geracional, no qual se entrecruzam formação acadêmica, estratégias de inserção institucional e disputas em torno dos critérios de legitimidade da escrita da história no Paraná.

3.2.1 A temática da Imigração e renovação historiográfica no *Boletim do IHGEP*

Entre os diferentes temas mobilizados no *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* ao longo das décadas finais do século XX, a imigração ocupa um lugar estratégico para a compreensão dos deslocamentos historiográficos em curso no interior da instituição. Tradicionalmente associada, no âmbito do instituto histórico, a narrativas de povoamento, formação étnica e exaltação do progresso regional⁷⁸⁸, essa temática passa a ser reconfigurada a partir da incorporação de abordagens oriundas da historiografia universitária⁷⁸⁹.

Os estudos sobre a população paranaense publicados pelos sócios e sócias no *Boletim do IHGEP* a partir do final da década de 1960, especialmente aqueles produzidos por historiadores vinculados ao DEHIS-UFPR, marcaram uma inflexão importante na abordagem da imigração e da formação social do Paraná. O texto “*Formação da população paranaense*”, de Altiva Balhana, publicado no volume X do *Boletim do IHGEP* em 1969⁷⁹⁰, já discutido em outro momento deste estudo, constitui um marco desse processo ao introduzir uma análise sistemática e quantitativa da população, fundamentada na história demográfica e ancorada na exploração de séries documentais até então pouco utilizadas pela historiografia regional. A imigração italiana no Paraná é um dos temas centrais da historiografia regional, sendo

⁷⁸⁸ MIO, João de. **Contribuição do imigrante italiano para o progresso o Paraná** (1956, v. VI). BARTHELMESS, Heloisa. **Witmarsum** (1963, v. VIII); HELM, Cecília Maria Vieira. **Suábios do Danúbio no Paraná** (1967, v. IX); MARTINS, Romário. **Paranaguá portuguesa e Curitiba espanhola**. (1974, v. XXIII); CARDOSO, Rosy de Sá. **Cem anos de Santa Felicidade** (1978, v. XXXIV); FILHO, Levy de Brito B. **Sesquicentenário da imigração alemã no Paraná** (1980, v. XXXVII); TREVISAN, Edilberto. **Vultos Tchecos no Brasil e no Paraná**; CAPRILHONE, Ded. Saporski. **Sobre a arquitetura do imigrante polonês** (1983, v. XL);

⁷⁸⁹ BALHANA, Altiva Pilatti. **Formação da população paranaense** (1969, v. X); ROCHA NETO, Bento Munhoz. **Poloneses no Paraná (Conferência)** (v. XIV, 1971); WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Simão Kossobudzki - sua vida e sua obra** (1971, v. XII); _____. **Pedro II e os imigrantes em Curitiba** (1971, v. XIII; 1975, v. XXVII); PELLIZZETTI, Beatriz. **Contribuição dos intelectuais italianos no Brasil (fim do século XIX e princípios do século XX)**. VANZOLINI E GRILLO – ESTUDO DE CASO (1984, v. XLI).

⁷⁹⁰ BALHANA, Altiva P. *Formação da População Paranaense*. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica Voz do Paraná Ltda, v. X, p. 40-50, 1969.

analisada tanto sob a ótica da demografia histórica quanto pelo estudo de lideranças intelectuais e políticas.

Em “*Formação da população paranaense*” (1969), a sócia Altiya Balhana, então 2ª secretária do IHGEP, apresenta uma análise de caráter quantitativo voltada à compreensão da composição social e étnica do Paraná, considerando a presença de populações indígenas, negras e européias desde o período colonial. O estudo reconstrói a transformação demográfica do estado a partir do século XVII, destacando como a imigração européia do século XIX redefiniu esse quadro e conferiu ao Paraná uma configuração específica no interior da formação social brasileira. A autora examina a população colonial a partir de variáveis como distribuição espacial, sexo, faixa etária, condição jurídica, naturalidade e cor, apoiando-se em um amplo conjunto de fontes primárias pouco exploradas pela historiografia regional até então, como censos coloniais, relatórios administrativos, autos de inventário e matrículas de escravizados.

Esse amplo conjunto de documentos, relatório dos presidentes de província, o censo da série relativa da Capitania de São Paulo do ano de 1772, os autos de inventários das famílias, da Matrícula Geral de Escravos do Círculo da Collectoria da cidade de Paranaguá, realizada em 1844, Receita Pública Ordinária da Província, conforme Relatório da Tesouraria Provincial, Relatórios dos Administradores das minas do século XVII, foram levantados durante a execução do projeto “*Levantamento de fontes para a história demográfica do Paraná*”. A coleta dos documentos aconteceu no “*Departamento do Arquivo de São Paulo*”, onde a historiadora localizou, “as dez caixas relativas à “População” do planalto curitibano”⁷⁹¹.

Notadamente Balhana (1969), em seu estudo de história demográfica, valeu-se de fontes que não eram usadas na historiografia paranaense. A coordenação dos dados, por meio da constituição das séries, aos moldes da historiografia annalítica, sinônimo de científica, enfatizava uma atividade sistemática que orientaria a sua prática historiadora. Com os elementos numéricos, extraídos de fontes primárias, censos antigos, autos de inventário e matrículas de escravizados, seria possível não só a caracterização geral de uma população histórica quanto ao seu efeito global, curvas de crescimento ou de declínio, gráficos mais complexos, fornecimento de dados valiosos para compreender a população e sua evolução ao longo do tempo. Através da demografia era ainda possível, determinar a estrutura social e

⁷⁹¹ Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964.

ocupacional, enfim uma série de outras características econômicas, sociais e culturais de uma comunidade, mesmo para um passado remoto.

Desde os anos 1960, a renovação da historiografia brasileira passou a incorporar, procedimentos quantitativos e problemáticas oriundas da historiografia francesa, especialmente aquelas vinculadas à história econômica e demográfica. A circulação das obras de Fernand Braudel⁷⁹², Frédéric Mauro, Pierre Chaunu e outros historiadores dos *Annales* contribuiu para deslocar o foco da narrativa histórica, estimulando análises de longa duração e o uso sistemático de séries documentais. Nesse ambiente intelectual, consolidaram-se no Brasil iniciativas que buscavam redefinir os estudos populacionais para além do registro descritivo ou comemorativo. No âmbito da Universidade Federal do Paraná, essas inflexões resultaram, em 1969, na consolidação de uma linha de pesquisa voltada à história demográfica do Paraná, articulada ao Departamento de História. A proposta consistia em reconstituir a formação da sociedade paranaense a partir da análise integrada da população, da economia e das estruturas sociais, tomando a imigração como um dos eixos explicativos, mas não como único fator constitutivo⁷⁹³.

Altiva Pilatti Balhana desafiou as interpretações tradicionais sobre a formação populacional paranaense ao realizar uma virada metodológica e documental que rompeu com a ideia de que o Paraná seria uma “exceção” étnica no Brasil. Para desmistificar essas interpretações Balhana contestou versões amplamente divulgadas, como a de Wilson Martins em sua obra *Um Brasil Diferente* (1955), que definia o estado como uma região “sem escravidão, sem negro e sem índio”. Enquanto sua própria pesquisa inicial em 1955⁷⁹⁴ ainda hierarquizava as etnias e minimizava o papel do negro devido à ausência de grandes latifúndios monocultores, em continuidade com as leituras propostas até então, as pesquisas

⁷⁹² WESTPHALEN, Cecília Maria. Fernand Braudel: Teoria e Ideologia. Conferência. **Anais da II Reunião Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)**. São Paulo, 1983. p. 161-174. Para Cecília Maria Westphalen (1983), o eixo central da problemática braudeliana reside na mediação entre continuidade e mudança, isto é, na identificação das condições históricas que tornam inteligível, simultaneamente, aquilo que se transforma e aquilo que perdura no tempo. Trata-se de um problema que ultrapassa o plano estritamente metodológico e se inscreve no campo das escolhas teóricas e ideológicas da historiografia, na medida em que pressupõe a busca por séries, estruturas e linhas de longa duração capazes de articular passado e presente. Ao privilegiar essas continuidades, a perspectiva braudeliana oferece não apenas uma interpretação do passado, mas também uma espécie de horizonte de inteligibilidade do futuro, na medida em que confere ao processo histórico uma aparência de estabilidade e coerência, funcionando como garantia simbólica da permanência das estruturas históricas fundamentais.

⁷⁹³ BALHANA, Altiva. Frédéric Mauro e o curso de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. **Revista Arquivos do Centro Calouste Gulbenkian**. Mélanges Offerts à Frédéric Mauro. Vol. XXXIV, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. Lisboa, Paris. 1995. p. 48; BALHANA, Altiva. História Demográfica do Paraná. **Separata do Boletim n. 10 do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba. 1970. p. 27-36;

⁷⁹⁴ BALHANA, Altiva Pilati. Aspectos da Geografia Humana do Paraná. **Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas**. IBPT. Boletim n. 35. Tipografia João Haupt & Cia. Ltda – Curitiba. 1955. p. 19.

que Balhana desenvolveu em 1969 tratou de revisar essas conclusões. Através de novas pesquisas, ela provou que a participação econômica e social de escravizados, indígenas e africanos foi “bastante significativa” por um longo período⁷⁹⁵.

Ao contrário do que se acreditava anteriormente, os estudos de Balhana (1970) evidenciaram que o Paraná Tradicional (dos séculos XVII ao XIX) foi composto pelos mesmos elementos básicos do restante do país: o branco, o índio, o negro e uma variada gama de mestiços. Suas pesquisas demonstraram que a estrutura populacional paranaense possuía características que a identificavam plenamente com o modelo clássico de formação da população brasileira⁷⁹⁶.

A historiadora Altiva Balhana argumenta que as transformações econômicas ocorridas na segunda metade do século XIX — em especial a desagregação da sociedade campeira — contribuíram para a evasão da força de trabalho escrava, tornando menos visível, para observadores posteriores, a base mestiça e escravocrata da formação social paranaense. Nesse contexto, a intensificação da imigração europeia teria produzido uma mudança significativa na estrutura demográfica do estado, sobrepondo, no plano da percepção histórica, as matrizes luso-afro-indígenas por uma nova configuração marcada pela presença europeia.

A partir das décadas de 1950 e 1960, parte da historiografia universitária abandonou o método da crônica histórica (focada em fatos e heróis) pela história-problema e pela demografia histórica de matriz francesa (*Annales*). Seu ineditismo foi marco por ser a pioneira no uso de fontes primárias antes ignoradas, como registros paroquiais (batismos, casamentos e óbitos) e recenseamentos coloniais detalhados. Ao aplicar o método quantitativo de Louis Henry e Michel Fleury, Balhana transformou nomes em algarismos, permitindo construir séries de dados que revelavam uma interpretação da história que valorizava a evolução, e a composição da estrutura social e ocupacional da comunidade. Em resumo, Altiva Balhana provou que a identidade paranaense não nasceu de um “vazio” preenchido por imigrantes europeus, mas sim de uma base tipicamente brasileira que foi posteriormente transformada por fluxos migratórios. Usando as ferramentas da demografia científica, desafiou às interpretações antigas, revelando outras possibilidades para a formação da sociedade paranaense.

As primeiras investigações de Balhana privilegiaram a imigração moderna, ocorrida a partir da década de 1870, buscando dimensionar seu impacto no crescimento populacional e

⁷⁹⁵ BALHANA, Altiva. História Demográfica do Paraná. **Separata do Boletim do Departamento de História** da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. n. 10, p. 28, 1970.

⁷⁹⁶ BALHANA, Altiva. História Demográfica do Paraná. **Separata do Boletim do Departamento de História** da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. n. 10, 1970.

nos processos de reorganização social. Contudo, o avanço dessas pesquisas evidenciou os limites de interpretações que explicam a formação do Paraná exclusivamente pela presença de imigrantes europeus. Gradualmente, tornou-se incontornável incorporar em seus estudos à análise à população tradicional, composta por indígenas, luso-brasileiros e africanos, cujas trajetórias haviam sido marginalizadas por narrativas que enfatizavam a excepcionalidade regional, como, por exemplo, aquelas emitidas por Bento Munhoz da Rocha Neto⁷⁹⁷ e Wilson Martins⁷⁹⁸, ambos sócios do IHGEP e docentes na Universidade Federal do Paraná.

Diferente das perspectivas destes sócios, a proposta desenvolvida por Balhana insere a imigração em uma análise de longo prazo da constituição demográfica do Paraná, articulando fluxos migratórios, estrutura social e transformações econômicas, em diálogo direto com a história social e demográfica então em consolidação no meio universitário⁷⁹⁹. Suas pesquisas foram importantes, para questionar a ideia de uma identidade paranaense homogênea, que silenciava ou minimizava outros componentes da formação social brasileira (populações indígenas, negros escravizados e libertos).

Com base nos documentos fornecidos, Balhana constata que a abolição da escravatura se constituía no principal fator de crescimento do fluxo migratório para o Brasil no final do século XIX, marcando a transição entre o primeiro e o segundo período da história da imigração no país⁸⁰⁰. Embora a imigração tenha começado oficialmente em 1819, o número de imigrantes foi proporcionalmente pequeno até meados da década de 1880. É no segundo período (1887-1930) que ocorre o grosso das correntes migratórias, impulsionado diretamente pela extinção do trabalho escravo e pelas necessidades crescentes da lavoura cafeeira, especialmente em São Paulo. As fontes indicam que a imigração foi vista como a “fórmula ideal”⁸⁰¹ para suprir a mão de obra escrava que estava ameaçada de desaparecer.

⁷⁹⁷ MUNHOZ, Bento Munhoz da Rocha. **Presença do Brasil**. Coleção Documentos Brasileiros (dirigida por Octávio Tarquínio de Sousa). Livraria José Olympio: Rio de Janeiro. 1960.

⁷⁹⁸ MARTINS, Wilson. **Um Brasil Diferente**. Editora Anhembi, São Paulo. 1955.

⁷⁹⁹ BALHANA, Altiva Pilatti. **Os imigrantes estrangeiros na formação histórica da sociedade brasileira**. Universidade do Paraná. Conselho de Pesquisas. Departamento de História. Série Didática. Curitiba. v. 1, n. 19, 1961; BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória do Paraná. **Separata da Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Maio/jun. 1969. N. 12; BALHANA, Altiva; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília M. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. **Separata dos Anais do IV Simpósio Nacional de História**. São Paulo. 1969; BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva. História Demográfica do Paraná. **Separata do Boletim n. 10 do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba. 1970. p. 27-35.

⁸⁰⁰ BALHANA, Altiva Pilatti. **Os imigrantes estrangeiros na formação histórica da sociedade brasileira**. Universidade do Paraná. Conselho de Pesquisas. Departamento de História. Série Didática. Curitiba. Paraná. N. 1. Biblioteca Pública do Paraná. p. 9.

⁸⁰¹ Idem, p. 7.

Curiosamente, os documentos revelam que a própria existência do trabalho escravo constituiu o maior obstáculo para a vinda de imigrantes no primeiro período (1808-1886)⁸⁰². A presença de escravos em larga escala retardou o desenvolvimento de sistemas de colonização baseados no trabalho livre em várias regiões, com exceção do Sul, onde a menor densidade de escravos facilitou o sucesso dos núcleos coloniais. A abolição provocou uma mudança estrutural profunda, especialmente no Paraná, a desagregação da sociedade tradicional, mediante a extinção da escravidão causou a evasão da força de trabalho escrava das antigas sociedades campeiras⁸⁰³. Essa saída de escravos, somada à entrada massiva de imigrantes na segunda metade do século XIX, alterou substancialmente o quadro demográfico tradicional (composto por brancos, índios e negros), tornando a identidade mestiça menos visível em favor de uma nova configuração social trazida pelos europeus.

Entretanto, essa revisão analítica não se impôs de forma homogênea no interior do Boletim. No mesmo período, e de maneira particularmente visível em 1971, ano fortemente mobilizado por celebrações comemorativas, em especial o centenário da imigração polonesa (1871-1971), reaparecem interpretações ancoradas em matrizes identitárias consolidadas no Instituto. É nesse contexto que Bento Munhoz da Rocha Neto, sócio do IHGEP e ex-professor de História da América do DEHIS/UFPR, publica a conferência “*Poloneses no Paraná*”⁸⁰⁴, inserida em edição especial comemorativa, na qual a imigração é associada à construção de uma identidade regional europeizada, reiterando a noção do Paraná como “mancha loira”⁸⁰⁵. Tal noção operou como chave interpretativa para compreender a imigração europeia não latina como elemento diferenciador do Paraná no conjunto nacional, vinculando a presença de imigrantes ao progresso econômico, à modernização social e à constituição de um perfil regional identificado com padrões eurocêntricos.

No texto “*Poloneses no Paraná*” (1971), que circulou no exemplar XXIV do Boletim do IHGEP, Bento Munhoz da Rocha Neto articula imigração, identidade regional e integração nacional a partir de uma leitura que valoriza a diversidade cultural como fundamento da formação paranaense. O conteúdo da conferência retoma preocupações recorrentes de sua

⁸⁰² BALHANA, Altiva Pilatti. **Os imigrantes estrangeiros na formação histórica da sociedade** brasileira. Universidade do Paraná. Conselho de Pesquisas. Departamento de História. Série Didática. Curitiba. Paraná. N. 1. Biblioteca Pública do Paraná. p. 7.

⁸⁰³ BALHANA, Altiva. História Demográfica do Paraná. **Separata do Boletim n. 10 do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba. p. 27-36, 1970.

⁸⁰⁴ ROCHA NETTO, BENTO Munhoz da. Poloneses no Paraná (Conferência). Edição Especial Comemorativa do 1º Centenário da IMigração Polonesa do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, v. XIV, Fasc. 3, s.p. 1971.

⁸⁰⁵ MUNHOZ, Bento Munhoz da Rocha. **Presença do Brasil**. Coleção Documentos Brasileiros (dirigida por Octávio Tarquínio de Sousa). Livraria José Olympio: Rio de Janeiro. 1960.

atuação intelectual e política, especialmente a defesa de uma identidade regional construída pela incorporação diferenciada de grupos imigrantes.

Para Bento Munhoz da Rocha Neto, a escrita da história do Paraná deveria contemplar a diversidade regional do estado, reconhecendo as especificidades econômicas, agrárias e culturais resultantes de distintos processos de ocupação do território, do chamado Paraná Tradicional ao Paraná Moderno. Essa perspectiva não implicava a fragmentação da narrativa histórica, mas a compreensão de que a identidade paranaense se constituía justamente a partir das diferenças regionais. Nesse quadro, a imigração polonesa é apresentada como elemento estruturante da paisagem, da história e da cultura do estado, a ponto de o autor afirmar que não seria possível compreender o Paraná sem considerar a presença e as contribuições desse grupo. A imigração europeia, assim, aparece como componente central da formação regional.

O eixo interpretativo que organiza esse discurso é a noção de assimilação regional. Para Bento Munhoz, a integração do imigrante não se daria por meio do isolamento cultural, mas pela incorporação gradual à vida regional, entendida como etapa preliminar da nacionalização. Ao afirmar que “o regional é a primeira etapa para a Nação”⁸⁰⁶, o autor confere ao regionalismo uma função eminentemente nacionalizante, sobretudo em áreas de forte convergência de populações de diferentes origens culturais, como o Sul do Brasil. A região, acaba por operar como espaço privilegiado de mediação entre diversidade cultural e unidade nacional, sendo o local onde se realizam os processos de aculturação que transformam o estrangeiro em paranaense e, posteriormente, em brasileiro.

Essa assimilação, contudo, é concebida em termos culturais e comportamentais, e não biológicos. Bento Munhoz distingue explicitamente mestiçagem de assimilação, defendendo que estar integrado à sociedade paranaense não significava necessariamente miscigenação racial, mas a adoção de atitudes, valores e práticas associadas ao patrimônio cultural luso-brasileiro. Ao sustentar que “não há como não confundir raça e cultura”⁸⁰⁷, Córdova (2009) nos lembra que Bento Munhoz revela uma concepção típica de seu tempo, na qual

⁸⁰⁶ CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Tingüís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense** / Maria Julieta Weber Cordova. – Curitiba, 2009. p. 233.

⁸⁰⁷ Bento irá se deter demoradamente nos conceitos de raça e cultura declarando que: “Não há como não confundir, nestas alturas dos conhecimentos sociológicos e antropológicos, raça e cultura”. (Cordova, 2009, p. 217). Assim, tanto na Europa quanto na América, a questão da imigração corresponderia a um fator de apreensão do conceito de raça e cultura. Enquanto nos países americanos o que se procurava era a “superção da raça pela cultura” com vistas a se formar “unidades culturais”, na Europa acontece o inverso: a “coincidência de uma cultura nacional com um grupo étnico, com uma raça”. CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Tingüís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense** / Maria Julieta Weber Cordova. – Curitiba, 2009. p. 134.

categorias raciais e culturais se entrelaçam, ainda que o discurso se apresentasse como superação da raça pela cultura, especialmente no contexto americano.

As diferenças regionais, longe de ameaçar a unidade do país, seriam justamente o que conferiria densidade e legitimidade à identidade nacional. Assim, o regionalismo, tal como formulado por Bento, não se opõe ao nacionalismo, mas o reforça, ao estabelecer fronteiras culturais internas que permitem integrar a diversidade sob um modelo cultural considerado comum e dominante. Ao defender a formação do “polono-paranaense”, Bento Munhoz aproxima-se da tese de Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*, segundo a qual a integração regional constitui o caminho para a constituição da nacionalidade brasileira, mas distanciava-se da noção de Brasil mestiço nos termos clássicos. Em síntese, Bento Munhoz não rejeita a miscigenação em abstrato, mas constrói um discurso que valoriza seletivamente a herança europeia, convertendo-a em critério de distinção regional e de legitimidade histórica. Assim, a diversidade cultural aparece como elemento constitutivo da unidade regional e, por extensão, da brasilidade. Ao valorizar o imigrante polonês como “tipo regional” legítimo, o texto de Bento reafirma uma leitura integradora e eurocêntrica da imigração, na qual pluralismo e identidade coexistem sem tensionar a narrativa celebratória, característica do projeto historiográfico e memorialístico do IHGEP.

O discurso de Bento Munhoz da Rocha Netto insere-se nos grandes debates do pensamento social brasileiro das décadas de 1930 a 1960, especialmente aqueles voltados à interpretação da formação da sociedade nacional. Ao dialogar implicitamente com autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Vianna, Bento constrói uma leitura que tensiona a ideia de uma brasilidade homogênea, ao defender a existência de especificidades regionais na formação social do Sul do Brasil⁸⁰⁸. Em oposição à centralidade da miscigenação como categoria explicativa universal para a realidade brasileira, seu discurso propõe o Paraná como uma “exceção sociológica”, marcada pela imigração européia, pela pequena propriedade e por padrões de sociabilidade associados ao trabalho, à ordem e ao progresso. Tal posicionamento aproxima-se das discussões nacionais sobre imigração, colonização e integração social, ao mesmo tempo em que reatualiza, em chave cultural e histórica, hierarquizações herdadas do debate sobre o branqueamento, sem recorrer explicitamente a determinismos raciais. Assim, ao articular regionalismo e nacionalismo, tradição e modernização, Bento Munhoz elabora um discurso autorizado que, ancorado em

⁸⁰⁸ MUNHOZ, Bento Munhoz da Rocha. **Presença do Brasil**. Coleção Documentos Brasileiros (dirigida por Octávio Tarquínio de Sousa). Livraria José Olympio: Rio de Janeiro. 1960.

sua trajetória política e intelectual, contribui para legitimar uma identidade regional paranaense no interior do projeto mais amplo de interpretação do Brasil.

Essa leitura encontra ressonância na tese defendida por Wilson Martins em *Um Brasil Diferente* (1955)⁸⁰⁹, obra dedicada a Bento Munhoz da Rocha Neto, então governador do Paraná e professor de História da América do DEHIS/UFPR. O livro tornou-se objeto de controvérsia ao sugerir uma identidade regional ao Paraná dissociada dos elementos considerados fundantes da história brasileira. Tal formulação, ao mesmo tempo em que reforça a excepcionalidade paranaense, explicita os pressupostos excludentes que estruturam esse projeto identitário. Cabe lembrar que Wilson Martins foi incorporado ao quadro associativo do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense em 1968, sua presença no Instituto sugere que essas interpretações não apenas circularam, mas encontraram legitimidade no interior do próprio IHGEP, indicando a existência de disputas internas em torno das narrativas sobre a formação social do Paraná.

É nesse horizonte interpretativo que se insere a produção do sócio Ruy Wachowicz, professor do Dehis-UFPR, principal articulador do tema da imigração no Boletim durante o início da década de 1970. Seus textos sobre a imigração polonesa, *Simão Kossobudzki – sua vida e sua obra* (v. XII) e *D. Pedro II e os imigrantes em Curitiba* (v. XIII), publicados no Boletim do IHGEP, combinam levantamento documental, escrita biográfica e narrativa comemorativa. A imigração é apresentada como experiência bem-sucedida de ocupação do território e de integração social, frequentemente associada à ação do Estado imperial e, em especial, à figura de D. Pedro II, representado como mediador benevolente entre o poder central e os colonos europeus.

Em 1971, ano mobilizado por celebrações comemorativas, especialmente o centenário da imigração polonesa, Ruy Wachowicz, orientado em suas pesquisas por Altiya Pilatti Balhana, insere-se diretamente na linha de História Demográfica, mobilizando registros paroquiais, métodos quantitativos e recortes locais para analisar a imigração polonesa, especialmente na região de Abranches⁸¹⁰. Sua presença no IHGEP, contudo, revela uma trajetória marcada por deslocamentos, embora formado segundo os critérios da historiografia profissional, Wachowicz constrói no Instituto uma ampla circulação e visibilidade, por vezes em tensão com as hierarquias acadêmicas e com os critérios de consagração vigentes no

⁸⁰⁹ MARTINS, Wilson. **Um Brasil Diferente**. Editora Anhembi, São Paulo. 1955.

⁸¹⁰ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Arquivo da Paróquia de Santa Anna da Abranches. Comemorativo ao Centenário da Colônia Abranches. 1873-1973. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. n. 18. Curitiba. 1972; _____. **Abranches: Um estudo de história demográfica**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1976; _____. **Tomás Coelho: Uma comunidade camponesa**. Curitiba: Real Artes Gráficas Ltda., 1977.

espaço universitário, evidenciando que a profissionalização não implicou abandono automático de práticas dos institutos históricos como lugar de produção e reconhecimento.

Essas transformações tornaram-se mais evidentes após o retorno de Ruy Christovam Wachowicz de um conjunto significativo de experiências acadêmicas internacionais, que incluíram sua participação no XI Congresso de Historiadores Poloneses, realizado em Toruń (Polônia)⁸¹¹, na IV Reunião de Historiadores Latinoamericanistas Europeus, em Colônia (Alemanha), bem como em eventos científicos na América do Norte, como o Colóquio Internacional de Demografia Histórica, em Montréal, e atividades acadêmicas na Universidade de Winnipeg, no Canadá⁸¹². Essas inserções indicam não apenas a ampliação de seus vínculos internacionais, mas também sua aproximação com debates metodológicos e temáticos em circulação no campo historiográfico transnacional, especialmente no âmbito da demografia histórica e dos estudos migratórios.

Seu retorno coincide com um período de mudanças mais amplas no país e com o agravamento de tensões internas no Departamento de História da UFPR. Correspondências de colegas como Nadalin e Cardoso registram o acirramento de conflitos no interior do departamento, tendo como protagonistas, no pólo opositor à liderança de Cecília Westphalen e Altiya Balhana, Carlos Roberto Antunes dos Santos e o próprio Wachowicz. A reinserção de agentes com formação e circulação internacional parece ter tencionado a lógica de reprodução e conservação do grupo dominante, rompendo equilíbrios anteriormente estabilizados.⁸¹³

Como sugere Machado (2016) retomando Pierre Bourdieu, tais embates podem ser compreendidos como disputas pelo controle dos instrumentos de reprodução do corpo professoral e do capital universitário, entendido como o poder de ocupar posições capazes de dominar outras posições e seus ocupantes⁸¹⁴. Essa tomada de posição ajuda a compreender, simultaneamente, o progressivo afastamento de Ruy Wachowicz do centro decisório do departamento e a revalorização do IHGEP como instância alternativa de consagração intelectual na redefinição dos lugares de poder, memória e legitimidade da historiografia paranaense nas décadas de 1970 e 1980.

⁸¹¹ Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, realizada em 04 de dezembro de 1974.

⁸¹² Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, realizada em 12 de dezembro de 1975.

⁸¹³ MACHADO, Daiane V. *Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998*. Tese (Doutorado em História). UNESP, Assis, 2016, p. 210.

⁸¹⁴ BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

Essa disputa extrapolou o espaço departamental e repercutiu de modo significativo no campo associativo da historiografia brasileira. No final da década de 1970, durante uma reunião anual da ANPUH em Florianópolis, emergiram divisões profundas em torno da ampliação da associação à participação de estudantes e de profissionais não vinculados ao magistério universitário. Enquanto setores defendiam essa abertura, em consonância com o processo de redemocratização, um grupo identificado como mais conservador, liderado por Cecília Maria Westphalen, posicionou-se contrariamente. O conflito culminou na ruptura pública com a ANPUH, em 1977, e, posteriormente, na criação da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), em 1981, fragmentando o campo associativo e explicitando disputas mais amplas em torno da profissionalização, da legitimidade científica e do controle institucional da historiografia⁸¹⁵.

Nesse contexto, é significativo notar que Ruy Christovam Wachowicz não se vinculou à SBPH, mantendo-se no interior da ANPUH, assim como Carlos Roberto Antunes dos Santos, com quem compartilhou posição nesse embate. Tal alinhamento sugere que as tensões observadas no interior do Departamento de História da UFPR também se projetavam no plano associativo, evidenciando que as disputas não se limitavam a divergências teóricas ou metodológicas, mas envolviam diferentes concepções sobre os critérios de pertencimento, autoridade e organização do campo historiográfico no Brasil.

Nesse cenário, adquire especial relevância a fala do então presidente do IHGEP, Luiz Carlos Pereira Tourinho, na apresentação do *Boletim* nº XLV, publicado por ocasião dos 75 anos da Universidade Federal do Paraná, 1987. Ao ecoar publicamente as críticas de Cecília Maria Westphalen à chamada “crise moral” da universidade, atribuída à democratização dos processos decisórios, ao voto igualitário e à suposta substituição do mérito acadêmico pela militância política, Tourinho não apenas legitima a posição da historiadora, como também inscreve o Instituto Histórico como espaço de resistência simbólica frente às transformações em curso no meio universitário⁸¹⁶.

Embora dialoguem com problemas caros à historiografia universitária, como população, colonização, imigração e demografia, os estudos de Ruy Wachowicz no *Boletim*

⁸¹⁵ SILVA, Bruna. **Associações de historiadores no Brasil: a SBPH entre lugares, normas e grupos.** Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2019, p.39-40; Campanha da Memória da Anpuh Paraná. Disponível em: <https://pr.anpuh.org.br/index.php/component/k2/item/6287-campanha-da-memoria-da-anpuh-pr>. Acesso em jan. 2026; MACHADO, Daiane V. Perfis de engajamento: a ANPUH e a SBPH, 1977-1981. **XV Encontro Regional de História. 26 A 29 de julho de 2016.** UFPR. Curitiba. p. 1-14.

⁸¹⁶ TOURINHO, Luís C. Apresentação. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLV. 153p.

mantêm-se fortemente ancorados em uma lógica memorialística e institucional. A imigração aparece menos como objeto de problematização crítica e mais como elemento fundador da identidade regional, mobilizado para legitimar uma narrativa de continuidade histórica e progresso social. A recorrente reutilização do mesmo corpus documental em diferentes efemérides do instituto regional (Centenário da Imigração Polonesa e I Centenário de Nascimento de D. Pedro II) reforça essa prática, permitindo que a imigração seja reiteradamente reescrita como valor positivo, civilizatório e estruturante da história paranaense. Essa operação discursiva, contudo, não se inaugura nos anos 1970, mas remete a uma tradição mais longa no interior do Boletim, na qual a imigração foi desde cedo associada a projetos de exaltação regional e legitimação histórica.

O primeiro trabalho dedicado especificamente à imigração publicado no Boletim do IHGEP foi “*Contribuição do imigrante italiano para o progresso no Paraná*”, de João de Mio, imigrante italiano e sócio do Instituto, veiculado em 1956 (v. VI, fasc. 3–4). O estudo reitera uma narrativa civilizatória de matriz eurocêntrica, alinhada ao discurso paranista e ao ideário republicano do branqueamento, apresentando a imigração como vetor de progresso material e moral⁸¹⁷. Na sequência, o periódico do instituto fez circular o texto *Witmarsum*, da sócia Heloísa Barthelmess⁸¹⁸ que à época de sua publicação também ocupava o cargo de 2ª secretária, publicado em 1963 (v. VIII)⁸¹⁹, o estudo da Professora de Geografia do Brasil da Universidade Federal do Paraná, examina a trajetória de uma comunidade específica, de um grupo de imigrantes menonitas, que migrou da Rússia e introduziu técnicas consideradas modernas de lavoura nos campos do município de Palmeira⁸²⁰, no estado do Paraná,

⁸¹⁷ Thomas E. Skidmore (1976) analisa os debates sobre raça e identidade nacional no Brasil, concentrando-se nas últimas décadas do Império e nas primeiras da República. O autor investiga como a elite intelectual brasileira, fortemente influenciada por paradigmas europeus, buscou adaptar as teorias racistas vigentes, que hierarquizam as raças e condenavam a mestiçagem, às especificidades da sociedade brasileira. Nesse contexto, a ideia de “branqueamento” emergiu como uma solução formulada pelas elites, sendo associada à promoção da imigração europeia como estratégia de transformação social. Ao longo do tempo, contudo, essas interpretações de caráter determinista foram progressivamente substituídas por abordagens que passaram a valorizar a miscigenação, culminando na consolidação do mito da “democracia racial”. Skidmore demonstra que essa narrativa, embora difundida como elemento constitutivo da identidade nacional, contribuiu para manter as desigualdades raciais e a persistência do racismo no país. O papel central da intelligentsia, formada por cientistas, políticos e escritores, na produção, legitimação e circulação desses discursos, evidenciando sua influência tanto na formulação de políticas públicas quanto na construção simbólica da identidade brasileira. SKIDMORE, T. **Preto no branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

⁸¹⁸ Heloísa Barthelmess. Livre-docente de Geografia do Brasil na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná. Sócia do IHGEP desde 24 de maio de 1961, onde ocupou cargos de liderança, atuando como 2.ª Secretária (em 1963) e 2.ª Vice-Presidente (em 1967). Também produziu outros trabalhos como “Uso da Terra no Estado do Paraná em 1920”.

⁸¹⁹ BARTHELMESS, Heloísa. Witmarsum. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. v. VIII, p. 23-. 1963.

⁸²⁰ O texto relata que esses menonitas abandonaram a planície do Volga (na Rússia) em 1929. Antes de se estabelecerem na colônia em Palmeira, o grupo passou por outras regiões; no Brasil, houve núcleos no Rio Grande do Sul (Bagé) e em Curitiba (Boqueirão). Na época da redação do texto, a Colônia Witmarsum contava

antecipando preocupações com a organização social e cultural dos grupos imigrantes, a partir da análise interna das comunidades.

Os estudos sobre Witmarsum, contudo, não se restringiram a essa primeira abordagem. A colônia tornou-se objeto de um amplo e articulado trabalho de pesquisa sobre os Campos Gerais e as Estruturas Agrárias, desenvolvido no âmbito da Universidade Federal do Paraná, reconhecido como uma investigação modelar, conduzida segundo padrões universitários consolidados. Coordenada por Altiva Pilatti Balhana e Brasil Pinheiro Machado, a pesquisa contou com a colaboração de docentes e pesquisadores de diferentes áreas, entre eles Cecília Maria Westphalen, Galbas Milléo, Heloísa Barthelmess, Helbert Minich, João José Bigarella, Luiz Antônio Camargo Fayet e Oksana Boruszenko, evidenciando um esforço coletivo e interdisciplinar⁸²¹.

A escolha da Colônia Witmarsum como objeto de investigação esteve associada a fatores históricos e metodológicos específicos: tratava-se de uma área onde, em conjuntura anterior, havia sido registrada uma experiência mal-sucedida de colonização com alemães oriundos da Rússia e que, simultaneamente, já vinha sendo objeto de estudos geológicos, geomorfológicos e fitogeográficos conduzidos por equipes do Instituto de Geologia da UFPR. A essas disciplinas somou-se o trabalho de pesquisadores das Ciências Sociais (historiadores, sociólogos, economistas e geógrafos), resultando em uma pesquisa pluridisciplinar voltada à compreensão global da comunidade e dos condicionantes econômicos e sociais da região, com o objetivo declarado de oferecer subsídios práticos para a análise e a resolução de seus problemas. Esse esforço culminou na publicação da obra *Campos Gerais: estruturas agrárias* (1968), de Altiva Pilatti Balhana e Brasil Pinheiro Machado, que marca um deslocamento significativo no tratamento da imigração, agora articulada à análise das formas de apropriação da terra, da organização produtiva e das dinâmicas econômicas regionais.

Ao circular no Boletim do IHGEP, esse conjunto de estudos sinaliza a incorporação, ainda que tensionada, de uma abordagem mais analítica e interdisciplinar, que desloca o foco da narrativa imigratória para a problemática das estruturas agrárias, abrindo caminho para uma leitura mais complexa da formação histórica dos Campos Gerais paranaenses. Os estudos sobre Palmeira seriam retomados e aprofundados mais tarde no âmbito da pós-graduação, quando o Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, n. 22, de 1974, publicou um estudo dedicado aos Arquivos da Palmeira. Os chamados

com cerca de 600 pessoas. BARTHELMESS, Heloísa. Witmarsum. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. v. VIII, 1963.

⁸²¹ BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais: estruturas agrárias**. Publicação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1968.

“Livros da Palmeira” passaram a ser reconhecidos como séries documentais de grande relevância para os estudos de história regional, especialmente para a história social e demográfica, ao oferecerem subsídios para a reconstituição das dinâmicas populacionais, das formas de organização social e das práticas econômicas no interior do Paraná.⁸²²

Outro estudo sobre a temática da imigração que circulou nas páginas do Boletim foi o de Romário Martins, intitulado “*Paranaguá portuguesa e Curitiba espanhola*” (1974). O texto foi selecionado para compor a edição especial comemorativa do Centenário de Nascimento de Romário Martins (8/12/1874–8/12/1974) e articula imigração e origem colonial, reiterando uma narrativa fundacional para a história da região centrada na noção de continuidade e herança europeia, em plena consonância com o projeto ideológico, memorialístico e celebrativo do Instituto. Já no final da década de 1970, o texto da sócia Rosy de Sá Cardoso⁸²³ que fazia parte do quadro associativo do IHGEP desde 22 de maio de 1968 foi selecionado pelo Diretor do Boletim, o sócio Josaphat Porto Lona Cleto, o artigo intitulado, “*Cem anos de Santa Felicidade*” (1978, v. XXXIV), foi escrito pela jornalista paranaense, buscava articular memória, imigração italiana e formação comunitária, combinando história local e comemoração, e já atento às práticas culturais e às dinâmicas sociais do grupo imigrante.

A partir da década de 1980, observa-se maior diversificação temática e metodológica nas publicações do Boletim do IHGEP. O volume XXXVII publicado em 1980, apresenta um conjunto diversificado de estudos que reafirmam o perfil interdisciplinar da publicação, articulando história, etnografia, linguística, biografia e edição documental. O número se inicia com a seção “*Nossa capa*”, dedicada a Albert Vojtech Frič, por Zdenek Burian, estabelecendo desde o início uma aproximação entre cultura visual, etnografia e história intelectual, ao valorizar a trajetória de um naturalista e etnógrafo cuja atuação dialoga com os interesses científicos e culturais caros ao Instituto⁸²⁴. Neste mesmo exemplar, destacam-se os estudos voltados à imigração, como “*Vultos tchecos no Brasil e no Paraná*”, de Edilberto Trevisan. No texto de Trevisan, o sócio recupera trajetórias individuais de imigrantes de origem tcheca, enfatizando suas contribuições culturais, científicas e intelectuais no Brasil, com atenção particular ao Paraná. A abordagem privilegia a dimensão biográfica como estratégia de inserção desses sujeitos na história regional, reforçando a ideia de que a

⁸²² Arquivos da Palmeira. **Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, n. 22, 1974.

⁸²³ Primeira mulher a ter registro profissional na área de jornalismo no estado do Paraná. Atuou durante quatro décadas no jornal Gazeta do Povo.

⁸²⁴ **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Vol. XXXVII. ano 1979. 1980.

imigração não se resume à força de trabalho agrícola, mas envolve também a circulação de saberes e projetos intelectuais.

O artigo insere-se, assim, em uma tradição do Boletim voltada à valorização de “vultos” estrangeiros como agentes da formação cultural paranaense. Soma-se a esse conjunto a abordagem comemorativa e memorialística, presente em “*Sesquicentenário da imigração alemã no Paraná*”, de Levy de Brito Buquera Filho. Neste último, o autor reconstrói a trajetória da imigração alemã no estado a partir de um enquadramento celebrativo, destacando o papel dos imigrantes na ocupação do território, no desenvolvimento econômico e na consolidação de comunidades locais. O texto articula memória, identidade étnica e história regional, inserindo-se no repertório de publicações comemorativas que marcam a atuação do Instituto, especialmente em datas simbólicas. Eddy Saporski Caprilhone, em “*Sobre a arquitetura do imigrante polonês*” (1983, v. XL), contribui para a análise da importância da imigração no processo de colonização do Paraná, através do estudo da arquitetura civil polonesa (programa, partido e sistema construtivo) em Curitiba e nas colônias em que se estabeleceu o grupo étnico polonês. Confirma a amplitude temática e de abordagens da imigração, de modo que desloca o debate para o campo da cultura material, evidenciando novas abordagens e a ampliação dos objetos de estudo⁸²⁵.

Nesse momento intensifica-se no impresso do instituto paranaense a publicação de estudos que passam a privilegiar as dimensões culturais e sociais da imigração, já claramente associados à circulação de historiadores vinculados à universidade⁸²⁶. Nesse conjunto insere-se o trabalho de Beatriz Pellizzetti, “*Contribuição dos intelectuais italianos no Brasil (fim do século XIX e princípios do século XX). VANZOLINI E GRILLO – ESTUDO DE CASO.*”⁸²⁷, publicado no volume XLI de 1984, em Curitiba pela Editora Lítero-Técnica. O estudo de onze páginas, não apenas encerra a participação de docentes do DEHIS/UFPR, sócios(as) do IHGEP, que publicaram sobre a temática da imigração no Boletim, como também exemplifica o deslocamento de uma abordagem celebrativa e identitária para uma análise centrada em trajetórias intelectuais e circulação de ideias. Ao adotar o estudo de caso como estratégia analítica e dialogar com referenciais da história social e cultural, a autora

⁸²⁵ VALENTINI, Jussara. A arquitetura do imigrante polonês na região de Curitiba. Resenha Bibliográfica. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XL, 1983, p. 257.

⁸²⁶ Ao longo do tempo, observa-se a passagem de uma abordagem predominantemente celebratória e identitária para análises mais complexas, informadas pela historiografia universitária, ainda que frequentemente adaptadas às demandas comemorativas, memorialísticas e institucionais próprias do Instituto.

⁸²⁷ PELLIZZETTI, Beatriz. Contribuição dos intelectuais italianos no Brasil (fim do século XIX e princípios do século XX). VANZOLINI E GRILLO – ESTUDO DE CASO. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLI, p. 83-94, 1984.

reverbera a ampliação temática e metodológica da historiografia paranaense, aproximando o debate sobre imigração das problemáticas então em consolidação no campo historiográfico universitário.

O tema escolhido por Pellizzetti estava associado aos domínios da produção dos professores do Departamento de História. Isso pode ser verificado, por exemplo, em “*Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização*”, pesquisa apresentada no IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, com a temática *Colonização e Imigração*, realizado em São Paulo, no dia 5 de setembro de 1967⁸²⁸. Nele, Altiva Balhana, Cecília Westphalen e Brasil Pinheiro Machado (1969), que foram mais tarde também professores de Beatriz durante o curso de Mestrado, alertavam para a importância da revisão da história do Brasil, para uma periodização referente à imigração e colonização, e a crítica de posições ideológicas ante às mesmas, bem como a análise da política imigratória brasileira e análise da inserção do imigrante na conjuntura nacional. A opção de Pellizzetti em realizar pesquisas sobre a imigração, foi oportuna para compor o Projeto Levantamento e Arrolamento de Arquivos, coordenado por Cecília Westphalen participando por meio de realização de pesquisa no Arquivo privado de Ermembergo Pellizzetti (o seu pai) localizado em Rio do Sul, Santa Catarina.

Durante a década de 1970, o Departamento de História tornou-se um locus de investigação social e econômica, com foco nos estudos de imigração, relações comerciais e estruturas agrárias. Por meio de diretrizes como a exploração de novas fontes, o emprego da “quantificação na História”, foi possível alargar os campos de pesquisa e mesmo renovar a historiografia paranaense em outras bases. Neste contexto, a UFPR esteve entre as primeiras instituições que implantaram os cursos de Pós-Graduação em História, que pela “qualidade e rigor teórico, temático e metodológico” representavam um nível de sofisticação do conhecimento histórico jamais visto na historiografia paranaense.⁸²⁹

A partir do contato com o Arquivo Ermembergo Pellizzetti, e na tentativa de elaborar um capítulo do pioneirismo italiano no Vale do Itajaí, a professora Pellizzetti, conforme indica os registros das atividades acadêmico-científicas dos docentes do Dehis-UFPR, contidos em Ata de Reunião Departamental, realizou estudos e publicou o trabalho “*Fontes Primárias para a História de Santa Catarina*”, no VI Simpósio Nacional dos Professores

⁸²⁸ BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 4., 1967, Porto Alegre. **Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. Colonização e migração. São Paulo: [FFCL]-USP, 1969, p. 345-389.

⁸²⁹ MACHADO, D. V. **Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998**. Tese (Doutorado em História). UNESP, Assis, 2016, p. 58.

Universitários de História, São Paulo, 1973⁸³⁰. Outras atividades desempenhadas pela docente no interior da Universidade e que faz menção às pesquisas que vinha realizando diz respeito a sua participação em eventos científicos à exemplo do *I Simpósio sobre Povoamento e Colonização de Santa Catarina*, na Comemoração do *I Centenário da Colonização Italiana* realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, onde apresentou a comunicação sobre “*Aspectos da Colonização no Alto Vale do Itajaí*”, no mês de setembro de 1975⁸³¹.

Os resultados desses esforços de pesquisa materializaram-se tanto na dissertação em História do Brasil⁸³², na área de História Econômica, quanto na tese de Livre-Docência para a disciplina de História do Brasil, defendida no Departamento de História da UFPR, intitulada, *Contribuição à História do Pioneirismo Italiano no Vale do Itajaí. Estudo de caso: Ermembergo Pellizzetti (1873–1947). Pioneiro e líder*.⁸³³ Nesse estudo, a historiadora confirma uma inflexão em sua abordagem analítica, ainda que permaneça fortemente ancorada no arquivo particular de Ermembergo Pellizzetti. Esse acervo reunia escritos esparsos, diários, livros de contas, inventários anuais, cópias de cartas remetidas, correspondências recebidas, papéis avulsos, periódicos e outras fontes impressas, que orientam de modo decisivo a construção da narrativa histórica.

A trajetória de Beatriz Pellizzetti no Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense foi formalizada em 22 de dezembro de 1971⁸³⁴, três anos após o início de sua carreira como docente universitária. Orientada por Brasil Pinheiro Machado tanto no mestrado quanto na tese de Livre-Docência em História do Brasil, Pellizzetti ocupa uma posição singular entre os professores do Departamento de História da UFPR que integraram o Instituto e publicaram em seu periódico. Sua atuação estabelece uma ponte entre a primeira e a terceira geração de docentes, articulando heranças intelectuais distintas e experiências acadêmicas marcadas por processos de renovação metodológica e institucional.

No que se refere à sua formação acadêmica na Universidade Federal do Paraná, o seu orientador, o Prof. Brasil Pinheiro Machado, integrava o grupo de pesquisadores em História

⁸³⁰ **Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná**, realizada em 21 de dezembro de 1973.

⁸³¹ **Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná**, realizada em 12 de dezembro de 1975.

⁸³² PELLIZZETTI, Beatriz. **O Banco de Crédito Popular e Agrícola de Bella Alliança na Conjuntura da Emancipação Municipal de Rio do Sul**. Dissertação de Mestrado. (História Econômica do Brasil). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, nov. de 1974.

⁸³³ PELLIZZETTI, Beatriz. **Contribuição do pioneirismo italiano no Vale do Itajaí. Estudo de Caso. Ermembergo Pellizzetti pioneiro e líder**. Universidade Federal do Paraná. Tese de Livre Docência. 1975

⁸³⁴ **Lista Nominativa do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná**.

Econômica e História Demográfica, liderado por Cecília Westphalen e Altiva Pilatti Balhana, em atividade desde a criação do Departamento de História, em 1959. Entre as linhas de pesquisa desenvolvidas pelo grupo destacava-se a quantificação das atividades econômicas paranaenses nos Séculos XIX e XX. Com base na experiência em pesquisa e no uso de instrumental quantitativo nos estudos da história da economia regional e história demográfica, em 1972, esse grupo inaugurou um curso de pós-graduação com área de concentração em História Econômica.

O texto “*Homenagem ao Dr. Brasil Pinheiro Machado*”, escrito pela Professora Beatriz Pellizzetti, publicado no ano de 1978, no volume XXXIV do Boletim do IHGEP⁸³⁵, é demonstrativo das alianças acadêmicas tecidas no cotidiano no interior da “família Pinheiro Machado”⁸³⁶. Trata-se de uma homenagem ao Professor Titular de História do Brasil da Universidade Federal do Paraná, que após formado em Ciências Jurídicas pela Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro em 1930, dentre as várias atividades realizadas, fez parte da primeira geração de professores do terceiro Curso de História e Geografia regulamentado no país criado em 1938, em Curitiba, formando a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras do Paraná (FFCL/PR). Durante a sua participação na Pós-Graduação na UFPR, orientou onze trabalhos, todos no mestrado da UFPR, além disso, participou de quatorze bancas, sendo treze de mestrado, dessas, doze defendidas na UFPR e uma no Programa de Pós-Graduação na Universidade de Santa Catarina.⁸³⁷

Para Fagundes (2019), Brasil Pinheiro Machado constitui caso paradigmático. Da geração de fundadores, o Professor Brasil Pinheiro Machado continuou no curso nos anos 1970. Diante da possibilidade de aposentadoria compulsória em 1972, na reunião do Departamento de História da UFPR realizada em 1º de dezembro daquele ano foi proposta, aclamada e assinada por todos os presentes uma petição dirigida à Congregação do Instituto de Ciências Humanas no sentido de que aquele órgão aprovasse e solicitasse ao professor sua permanência no exercício do magistério superior dada a importância de sua presença e de seus conhecimentos para as atividades do Departamento de História.⁸³⁸ O professor foi

⁸³⁵ PELLIZZETTI, Beatriz. Homenagem ao Dr. Brasil Pinheiro Machado. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: A. M. Cavalcanti & Cia Ltda., v. XXXIV, p. 210-224, 1978.

⁸³⁶ PELLIZZETTI, Beatriz. Homenagem ao Dr. Brasil Pinheiro Machado. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: A. M. Cavalcanti & Cia Ltda., v. XXXIV, p. 215, 1978.

⁸³⁷ Brasil Pinheiro Machado. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://historiografia.com.br/ind/560>. Acesso em jan. 2026.

⁸³⁸ Ata da Reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, de 1º de dezembro de 1972.

reconduzido ao cargo e nele permaneceu até 1978⁸³⁹. Em decorrência do protagonismo político e institucional desempenhado por Pinheiro Machado no âmbito da administração pública e da universidade, principalmente no cotidiano do Departamento de História, ambiente que ajudou a edificar com “grossos pilares”⁸⁴⁰, uma das pautas da reunião dos professores que aconteceu na tarde do dia quatro de abril de 1978, consistiu em debater a realização de uma homenagem que lhe seria prestada por “motivo de sua aposentadoria”⁸⁴¹.

Nesta ocasião, a professora Odah Regina Guimarães Costa sugeriu o nome de Beatriz Pellizzetti para saudar o professor Brasil Pinheiro Machado em tributo a ser realizado aos dezenove de maio de 1978 e promovido pelo Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Naquela mesma reunião, após algumas considerações, a professora Beatriz Pellizzetti aceitou a incumbência. O discurso da consócia Beatriz Pellizzetti foi oportunidade para que a professora e chefe do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná realizasse a homenagem como forma de reconhecer e agradecer ao Professor Brasil Pinheiro Machado por “seu vasto conhecer científico da História”⁸⁴². Esse gesto mostra a posição singular ocupada por Pellizzetti, situada entre a geração de seus mestres e a consolidação de um novo perfil profissional do historiador universitário.

Essa condição de mediação e transição projeta-se de modo ainda mais nítido em sua produção e atuação na segunda metade da década de 1970, período em que sua inserção em circuitos internacionais de pesquisa e intercâmbio científico ganha maior visibilidade, ao mesmo tempo em que assume funções administrativas de relevo na UFPR. Quando recebeu, em outubro de 1977, o convite do professor Joaquim Barradas de Carvalho⁸⁴³, do Centro de História da Universidade de Lisboa, para proferir uma conferência ou seminário, Pellizzetti exercia o cargo de chefe do Departamento de História, condição explicitada em sua resposta oficial, enviada no ano seguinte. Na correspondência, a historiadora justifica a demora no aceite em razão de “uma série de considerações profissionais”⁸⁴⁴ que lhe impediam fixar

⁸³⁹ FAGUNDES, Bruno. História, Historiadores e Identidade Profissional: sobre a história do curso de História da UFPR. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, jul-dez, p. 313, 2014.

⁸⁴⁰ MACHADO, D. V. **Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998**. Tese (Doutorado em História). UNESP, Assis, 2016, p. 154.

⁸⁴¹ **Ata da Reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná de 4 de abril de 1978.**

⁸⁴² PELLIZZETTI, Beatriz. Homenagem ao Dr. Brasil Pinheiro Machado. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: A. M. Cavalcanti & Cia Ltda., v. XXXIV, p. 216, 1978.

⁸⁴³ Convite do Professor Joaquim Barradas de Carvalho à Professora Beatriz Pellizzetti para proferir uma conferência ou um seminário em Portugal. Lisboa, 14 de outubro de 1977. Centro de História das Universidades de Lisboa: convites a respostas estrangeiros (1979-1983). Arquivo do Centro de História da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Cidade Universitária. Lisboa. Caixa 28, past 111, 3.

⁸⁴⁴ Resposta do Departamento de História ao Convite do Centro de História da Universidade de Lisboa. **Centro de História das Universidades de Lisboa: convites a respostas estrangeiros (1979-1983)**. Arquivo do Centro

imediatamente a data da viagem, indício da sobrecarga de atribuições acadêmicas, administrativas e científicas característica daquele contexto de intensificação da profissionalização do ofício do historiador. Ainda assim, a professora aceitou o convite e, em março de 1978, proferiu na Universidade de Lisboa a conferência “*Aspectos da Imigração Italiana em Santa Catarina*”⁸⁴⁵, tema diretamente articulado às suas pesquisas em história da imigração.

A correspondência revela também a flexibilidade temática e a adaptação às demandas do meio acadêmico internacional, uma vez que a historiadora inicialmente propôs tratar da transição do trabalho escravo ao trabalho livre e da fundação da Colônia Cecília no Paraná, demonstrando a amplitude de seus interesses de pesquisa. Esse episódio ilustra uma prática historiadora já plenamente inserida em um circuito transnacional de produção e circulação do conhecimento, no qual a participação em eventos, conferências e seminários no exterior coexistiam com responsabilidades institucionais no Brasil⁸⁴⁶.

A realização de pesquisas em arquivos europeus, participação em congressos internacionais e inserção em instituições como a Université de Paris X, onde consolidou a sua formação acadêmica avançada, com a inscrição no Doctorat d’État ès Lettres et Sciences Humaines na Université de Paris X – Nanterre, sob a orientação do brasilianista Frédéric Mauro, com projeto voltado à imigração no Brasil, intitulado *Ideologia e criatividade da imigração no Brasil*; o Centro de História da Universidade de Lisboa, onde realizou conferências sobre a imigração italiana no sul do Brasil; a Fundação Einaudi, de Turim, local de estudos sobre Imigração Italiana na América Latina e o Centro de Estudos Brasileiros de Roma, na Embaixada do Brasil, evidencia o desenvolvimento da profissionalização do campo disciplinar e uma prática historiadora que se constrói em circulação e transferências⁸⁴⁷.

de História da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Cidade Universitária. Lisboa. Caixa 28, past, 111, 4.

⁸⁴⁵ Resposta do Departamento de História ao Convite do Centro de História da Universidade de Lisboa. **Centro de História das Universidades de Lisboa: convites a respostas estrangeiros (1979-1983)**. Arquivo do Centro de História da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Cidade Universitária. Lisboa. Caixa 28, past, 111, 4.

⁸⁴⁶ Nos anos subsequentes, Pellizzetti ampliou essa dimensão internacional de sua trajetória, retornando a Portugal em outro momento de sua carreira, como especialista em Museologia e Restauro, formação adquirida no Museu Nacional (Rio de Janeiro). O seu retorno à Lisboa aconteceu na condição de bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian, com estágio no Instituto José de Figueiredo e no Museu de Arte Antiga, em Lisboa.

⁸⁴⁷ A circulação internacional dos professores do Dehis-UFRP pode ser lida através dos estudos de Gisèle Sapiro sobre a internacionalização dos intelectuais e a constituição de espaços transnacionais de produção do saber. Como demonstra Sapiro, a intensificação dos intercâmbios acadêmicos, das conferências, dos estágios de pesquisa e da circulação de pesquisadores não implica a dissolução dos campos nacionais, mas a sua articulação em redes desiguais, nas quais o capital científico e simbólico é continuamente negociado. SAPIRO, Gisèle. **Los intelectuales: profesionalización, politización, internacionalización**. Córdoba: Eduvim, 2017; SAPIRO, Gisèle. A noção de campo de uma perspectiva transnacional: a teoria da diferenciação social sob o prisma da história global. **Plural**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 233-265, 2019; SAPIRO, G. **Os intelectuais: autonomização,**

A trajetória da atuação acadêmico-científica da historiadora marcada por vínculos com universidades francesas, portuguesas e italianas, revela, assim, como a historiografia produzida no Brasil, particularmente aquela voltada à imigração, passou a dialogar com agendas, métodos e debates internacionais, forjando possibilidades interpretativas originais da historiografia brasileira, reforçando a dimensão profissional, científica e globalizada da prática historiadora a partir da segunda metade do século XX.

No âmbito institucional, o próprio IHGEP reconheceu a amplitude de sua produção intelectual sobre a imigração e publicou, como exemplar nº 13 da coleção Estante Paranista, a obra *Pioneirismo italiano no Brasil Meridional: estudo de caso*⁸⁴⁸, na qual Pellizzetti analisa a colonização italiana na bacia do rio Itajaí-Açu, em Santa Catarina, a partir do método do estudo de caso. A pesquisa articula o acervo documental e o diário de Ermembergo Pellizzetti à fontes consultadas no Arquivo do Município de Blumenau e no Arquivo do Convento de Rodeio, delineando uma prática historiográfica ancorada em documentação primária e sensível às dinâmicas sociais, culturais e políticas da imigração.

A produção de Pellizzetti (1981) confirma a amplitude de sua atuação intelectual e o papel que ocupou na articulação entre historiografia regional e renovação temática dos estudos sobre imigração. Pellizzetti (1981) dialoga com a produção clássica sobre o pioneirismo e a colonização no Sul do Brasil, diversificando as interpretações então consolidadas por autores como Leo Waibel, em *Zonas Pioneiras do Brasil*, e J. F. Carneiro, em *Imigração e Colonização no Brasil*. Ao tratar da presença italiana, iniciada em 1875 na antiga área blumenauense, a autora busca, por meio do estudo de caso, evidenciar a atuação desse grupo étnico em uma zona pioneira majoritariamente alemã, ressaltando suas formas de inserção social, econômica e cultural nos primeiros decênios do século XX⁸⁴⁹.

A obra, *Pioneirismo italiano no Brasil Meridional: estudo de caso*, articula imigração, cultura política e formação de lideranças, inserindo o estudo do pioneirismo italiano em um quadro analítico mais amplo, sensível às permanências, adaptações e deslocamentos culturais ao longo do tempo. É nesse sentido que Pellizzetti aplica o método do estudo de caso para analisar duas personalidades que compartilham afinidades no plano político-teórico, mas divergiam na prática política: Giovanni Rossi, teórico do anarquismo, e

profissionalização, internacionalização. Tradução: Nêvio de Campos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2025. SAPIRO, G.; CAMPOS, N. de. Um diálogo: entrevista com Gisèle Sapiro. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, p. 1-15, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.17.20975.089>

⁸⁴⁸ PELLIZZETTI, Beatriz. **Pioneirismo italiano no Brasil Meridional. Estudo de Caso.** Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. 1981. 336 p. Estante Paranista 13.

⁸⁴⁹ PELLIZZETTI, Beatriz. **Pioneirismo italiano no Brasil Meridional. Estudo de Caso.** Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. 1981. 336 p. Estante Paranista 13. p.3.

Ermembergo Pellizzetti, que, embora mantivesse uma matriz socialista, optou pela participação ativa na política local em Santa Catarina⁸⁵⁰. A comparação entre essas trajetórias reforça a proposta da autora de compreender a imigração não apenas como deslocamento populacional e desenvolvimento econômico, mas como campo de disputas, escolhas e reconfigurações ideológicas no interior das sociedades de acolhimento.

Conforme a própria autora registra, o estímulo para dar continuidade aos estudos sobre a imigração italiana partiu de Pierre Vilar, Professor de História Social da École des Hautes Études en Sciences Sociales, que no ano de 1982, escreveu uma resenha da obra *Pioneirismo italiano no Brasil Meridional* (1981). O texto intitulado Crítica de Pierre Vilar⁸⁵¹ “ao trabalho de Pellizzetti, Beatriz”, cujo original em francês foi escrito em dezembro de 1982, foi incorporado na edição XLII do Boletim do IHGEP, exemplar que circulou no ano de 1984⁸⁵². Nele, Vilar afirmou ter apreciado muito particularmente a inclusão espontânea de páginas em italiano e frases em alemão na obra. Para o historiador francês, esse recurso era suficiente para evocar a complexidade de uma criação pioneira coletiva e ajudava a resolver problemas sobre os fundamentos linguísticos e culturais da personalidade individual.⁸⁵³ O historiador destacou que o método de Pellizzetti, que ele descreveu como menos sistemático e mais espontâneo, conseguia superar os perigos inerentes à natureza do problema e à escolha das fontes. Vilar validou o uso do estudo de caso e da pesquisa de “personagens-tipo” (como Ermembergo Pellizzetti e Giovanni Rossi) em um momento em que a história econômica e social parece perder terreno para a “história mental”.

⁸⁵⁰ PELLIZZETTI, Beatriz. **Pioneirismo italiano no Brasil Meridional. Estudo de Caso**. Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. 1981. 336 p. Estante Paranista 13. p. 14.

⁸⁵¹ Nascido em 1906, Pierre Vilar, que compôs a 2ª geração dos Annales, faleceu em 2003. Sua vida confunde-se com a história do século XX e sua trajetória profissional confunde-se, por sua vez, com a chamada École des Annales. Foi um intelectual engajado, como em geral o foi a intelectualidade francesa de sua geração. Talvez por esse motivo, mas também por sua adesão à visão marxiana da história, Vilar foi visto como o marxista dos Annales. In: D’ALESSIO, Márcia Mansor. Assim também se escrevia a história no pós-Segunda Guerra Mundial. Reflexões sobre a historiografia de Pierre Vilar. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 35, n. 69, p. 787-824, set/dez, 2019. p. 803).

⁸⁵² Versão original do texto: VILAR, Pierre. Crítica de Pierre Villar “ao trabalho de Pellizzetti, Beatriz”. Respeitado o texto original, Paris, 11 de dezembro 1982. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba, Vol. XLII, p. 195-198, 1984; Versões do texto traduzido podem ser observadas em duas publicações: VILAR Pierre. *Pioneirismo italiano no Brasil*. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 36, n. 8, p. 1467-1468, ago. 1984. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003069&pagfis=41126>. Acesso jan. 2026; _____. Notas de Leitura de PELLIZZETTI, Beatriz. *Pioneirismo italiano no Brasil meridional; estudo de caso*. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1981. 330 p. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 142-145, 1983. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/issue/view/2054/238>. Acesso em jan. 2026. Referência ao material foi localizado em: FICO, Carlos. **A História no Brasil (1980-1989): série de dados**. Editora UFOP: Ouro Preto, MG. 1994 (Publicações CNRH: Série José Honório Rodrigues) v. 2; OHARA, João Rodolfo Munhoz. **Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990)**. Tese. Doutorado em História. Unesp. Assis, 2017. 151 f.

⁸⁵³ VILAR, Pierre. Crítica de Pierre Villar “ao trabalho de Pellizzetti, Beatriz”. Respeitado o texto original, Paris, 11 de dezembro 1982. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba, Vol. XLII, p. 195, 1984.

O historiador francês também reconheceu na obra uma “verdadeira cultura histórica”, com sólidos matizes de sociologia e filosofia, especialmente ao descrever o quadro da Itália entre 1850 e 1900. Ele apreciou a forma como a autora detalhou a origem dos imigrantes, seus status originais e as razões psicológicas e ideológicas que os levaram a emigrar. Outro ponto elogiado foi a “rápida e discreta” mas importante evocação do Brasil Imperial, marcado pela escravidão, ponto visto como fundamental para entender como aquela sociedade conformava experiências tão diversas, como as esperanças utópicas do anarquismo de Giovanni Rossi e a vocação industrial de Ermenegildo Zegna.

As mudanças da história do Brasil Meridional transformando a antiga ordem luso-brasileira aconteceram especialmente com a abolição da escravidão e a imigração estrangeira no século XIX e XX, colaborando para alterar o sistema social do latifúndio, sobretudo o problema que se enuncia relativamente à integração do imigrante na sociedade brasileira⁸⁵⁴. Por isso, a realização do estudo de suas origens, integração, influência e conquista de igualdade social tornam-se significativos. Sobre o método utilizado por Pellizzetti, a lição guardada pelo historiador francês era a de um livro “fondé sur la connaissance intime, filiale, d'une documentation vivifiée par le souvenir d'un homme”.⁸⁵⁵ O livro foi produzido a partir de documentação coletada no arquivo pessoal de Ermenegildo Zegna, pai da historiadora, que foi tornada viva por meio da lembrança⁸⁵⁶.

O procedimento adotado por Pellizzetti dialoga com a reflexão de Pierre Vilar em *Pensar historicamente* (1997), na qual o historiador francês reconhece o valor heurístico das recordações e da experiência vivida como fontes primárias para a escrita da história. Ao final de sua análise crítica, Vilar estimulou Pellizzetti a dar continuidade e a ampliar o estudo de “personagens-tipo”, por considerar sua investigação pioneira e fundamental para a apreensão qualitativa dos elementos que compõem o amplo e heterogêneo conjunto social brasileiro.

Nota-se, portanto, que *Contribuição dos intelectuais italianos no Brasil...* (1984), é um projeto que se dá em continuidade aos estudos que a historiadora vinha realizando sobre a temática da imigração. Publicado em um momento em que já havia se afastado das atividades

⁸⁵⁴ BALHANA, Altiva Pilatti. **Os imigrantes estrangeiros na formação histórica da sociedade brasileira**. Universidade do Paraná. Conselho de Pesquisas. Departamento de História. Série Didática. Curitiba. Paraná. N. 1. Biblioteca Pública do Paraná. p. 8; BALHANA, Altiva Pilatti. **Política Imigratória do Paraná. Separata da Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Maio/jun. 1969. N. 12.

⁸⁵⁵ VILAR, Pierre. Crítica de Pierre Vilar “ao trabalho de Pellizzetti, Beatriz”. Respeitado o texto original, Paris, 11 de dezembro 1982. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. v. XLII, 1984, p. 198.

⁸⁵⁶ VILAR, Pierre. Notas de Leitura de PELLIZZETTI, Beatriz. Pioneirismo italiano no Brasil meridional; estudo de caso. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1981. 330 p. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 145, 1983.

do Departamento de História da UFPR, o texto, inserido no volume XLIV do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, privilegiou a ampliação de suas pesquisas baseadas no método dos “personagens-tipo”. Nesse trabalho, Pellizzetti incorporou a análise de dois intelectuais imigrantes italianos, José Franco Grillo⁸⁵⁷, médico e cientista, e Camillo Vanzolini, jornalista e professor, figuras que marcaram época por sua erudição e atuação cultural, respectivamente, no Paraná e em São Paulo⁸⁵⁸. No contexto da historiografia paranaense e dos estudos sobre a imigração, José Franco Grillo e Camillo Vanzolini são apresentados nas fontes como “personagens-tipo” fundamentais para compreender a contribuição dos intelectuais italianos na formação social do Brasil entre o fim do século XIX e o início do XX.

José Franco Grillo (1842-1903)⁸⁵⁹, é descrito como uma figura de grande prestígio na sociedade paranaense, unindo a prática da medicina a um profundo rigor científico e ativismo político⁸⁶⁰. Conforme descreve Dario Vellozo em artigo da *A Esphinge*, com data de 10/02/1903, nascido na Calábria em 1842, Grillo pertencia à nobreza italiana e formou-se em medicina pela Universidade de Nápoles. Chegou ao Brasil em 1873, inicialmente para servir como médico na colônia de Alexandra sob contrato do Governo Imperial. Grillo foi um naturalista e etnógrafo de renome internacional, sendo membro do *British Museum* e de institutos geográficos na Itália. No Paraná, dedicou-se à observação da natureza e escreveu a obra “*Palechnologia do Paraná*”, mantendo correspondência com importantes referenciais europeus. Em termos políticos, era republicano e, na economia, defendia ideais socialistas. Devido a essas afinidades, simpatizou e colaborou com a experiência anarquista de Giovanni Rossi na Colônia Cecília. Sua popularidade foi tamanha que ele foi grão-mestre da maçonaria e quase se elegeu deputado estadual, sendo homenageado com um monumento em Curitiba em 1910⁸⁶¹.

⁸⁵⁷ Conforme Dario Vellozo em artigo da *A Esphinge*, com data de 10/02/1903, Franco Grillo nasceu na Calábria em 8 de maio de 1842, pertencendo à nobreza italiana. Formou-se em medicina pela Universidade de Nápoles em 1868. Foi médico da marinha mercante até 1871. Veio para o Brasil em 1873, como médico

⁸⁵⁸ PELLIZZETTI, Beatriz. Contribuição dos intelectuais italianos no Brasil (fim do século XIX e princípios do século XX). VANZOLINI E GRILLO – ESTUDO DE CASO. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLI, p. 83.

⁸⁵⁹ Grillo Franco Giuseppe (1842-1903) nato a Reggio Calabria, e morto em Palmeira, Paraná, Brasil. DIAS, Carlos Eduardo S. B. (2013). **Notas biográficas**. Cadernos De História Da Ciência, 9(1), p. 176. <https://doi.org/10.47692/cadhistcienc.2013.v9.34334>

⁸⁶⁰ Contribuição dos intelectuais italianos no Brasil (fim do século XIX e princípios do século XX). VANZOLINI E GRILLO – ESTUDO DE CASO. Boletim do IHGEP, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLI, p. 91, 1984.

⁸⁶¹ PELLIZZETTI, Beatriz. Contribuição dos intelectuais italianos no Brasil (fim do século XIX e princípios do século XX). VANZOLINI E GRILLO – ESTUDO DE CASO. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLI, p. 92, 1984.

Camillo Vanzolini⁸⁶², era italiano, médico e representou a colônia italiana nas comemorações das festas dos Quatrocentos Anos do Descobrimento. Apesar de residir em Curitiba, prestava serviços a diversas regiões do estado e do país, como as colônias no interior do estado, dentre elas a Colônia Cecília⁸⁶³. Genro de Franco Grillo, representa a transição da influência intelectual italiana entre o Paraná e São Paulo, focando sua atuação na educação e na imprensa. Em 1893, já se encontrava em Curitiba como professor e jornalista. Foi diretor do jornal *Corriere D'Italia* e lecionou matérias como italiano, geografia e história em instituições renomadas como o Gymnásio Paranaense e a Escola Normal. Transferiu-se para Campinas em 1901, onde continuou sua carreira docente no Gymnasio de Campinas e no Instituto Carlos Ferreira. Foi responsável pela fundação de um colégio na cidade de Campinas, São Paulo, que dirigiu entre 1911 e 1921. Vanzolini foi um poliglota erudito, ensinando grego, latim e história universal, além de publicar uma gramática de italiano que influenciou a obrigatoriedade do estudo dessa língua nos ginásios paulistas. Atuou como presidente do Patronato dos Emigrantes de Campinas, utilizando sua experiência para realizar conferências sobre a situação dos italianos em São Paulo e defender a manutenção do intercâmbio cultural e econômico entre os dois países⁸⁶⁴.

O estudo desses dois personagens, a partir do método “personagem-tipo” permitiu a Pellizzetti analisar a imigração urbana e intelectual, indo além do foco tradicional nos núcleos coloniais rurais. Através dos arquivos pessoais de Vanzolini e Grillo, a historiadora pôde mapear a “italianidade” como uma tendência de longa duração que se fundiu ao projeto de modernização do Brasil Meridional⁸⁶⁵. O estudo desses intelectuais permitiu à historiografia superar a ideia do imigrante apenas como força de trabalho, revelando-o como um agente de modernização. Através de seus arquivos privados⁸⁶⁶, contendo diários, correspondências e livros de contas, Pellizzetti demonstrou que esses homens imigrantes foram criadores de uma

⁸⁶² Camillo Vanzolini, era italiano, médico, residia em Curitiba, sua integração à sociedade paranaense aconteceu também por meio da participação em associações culturais, à exemplo do IHGP.

⁸⁶³ ROSEVICS, Larissa. **O Instituto Histórico e Geographico Paranaense e a construção de um imaginário regional**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFPR, Curitiba, 2009, p. 65.

⁸⁶⁴ PELLIZZETTI, Beatriz. Contribuição dos intelectuais italianos no Brasil (fim do século XIX e princípios do século XX). VANZOLINI E GRILLO – ESTUDO DE CASO. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLI, p. 94, 1984.

⁸⁶⁵ Contribuição dos intelectuais italianos no Brasil (fim do século XIX e princípios do século XX). VANZOLINI E GRILLO – ESTUDO DE CASO. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLI, p. 94, 1984.

⁸⁶⁶ Beatriz Pellizzetti deu continuidade nos estudos realizados no Arquivo Camillo Vanzolini, fato é que publicaria no ano de 1999, Reflexões sobre uma utopia do século XIX como testamento ideológico para a “terra de todas as gentes” no século XX. Baseado nos escritos de 1895 do anarquista italiano Giovanni Rossi (Cárdias).

complexa realidade pioneira coletiva que Pierre Vilar observou como essencial para entender a integração da sociedade brasileira.

Tal perspectiva dialoga diretamente com a noção de história total defendida por Vilar, entendida, conforme destaca D'Alessio (2019), como a possibilidade de articular as múltiplas dimensões do real. Inserida no horizonte teórico do grupo dos Annales, essa concepção constituiu uma reação à fragmentação da historiografia metódica, marcada pelo predomínio do tempo curto ou da história dos acontecimentos (*événementielle*), propondo, em contraposição, o alargamento da temporalidade histórica por meio da articulação entre conjuntura e estrutura, isto é, entre o tempo médio e o tempo longo, de modo a captar a densidade e a complexidade dos fenômenos históricos⁸⁶⁷.

Contribuição dos intelectuais italianos no Brasil... (1984) deve ser compreendido como um desdobramento direto e coerente das investigações que Pellizzetti vinha desenvolvendo sobre imigração e pioneirismo. No texto publicado no Boletim do IHGEP, a historiadora amplia o escopo de suas análises ao incorporar outros dois intelectuais imigrantes italianos, José Franco Grillo⁸⁶⁸, médico e cientista, e Camillo Vanzolini⁸⁶⁹, jornalista e professor, tratados como “personagens-tipo” capazes de iluminar processos coletivos mais amplos. Grillo, com atuação destacada no Paraná e inserção no próprio IHGEP, e Vanzolini, figura relevante no meio intelectual paulista, são apresentados como exemplos paradigmáticos da contribuição dos intelectuais italianos para a formação social, cultural e intelectual do Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX, reforçando a continuidade temática, metodológica e interpretativa da produção historiográfica de Pellizzetti, que aquela altura já não atuava mais no Dehis, mas ainda continuava colaborando com as atividades do IHGEP. Mesmo após seu afastamento do DEHIS, formalizado com a aposentadoria em 27 de julho 1981⁸⁷⁰, sua permanência como

⁸⁶⁷ D’ALESSIO, Márcia Mansor. Assim também se escrevia a história no pós-Segunda Guerra Mundial. Reflexões sobre a historiografia de Pierre Vilar. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 35, n. 69, p. 787-824, set/dez, 2019. p. 807.

⁸⁶⁸ Conforme Dario Vellozo em artigo da A Esphinge, com data de 10/02/1903, Franco Grillo nasceu na Calábria em 8 de maio de 1842, pertencendo à nobreza italiana. Formou-se em medicina pela Universidade de Nápoles em 1868. Foi médico da marinha mercante até 1871. Veio para o Brasil em 1873, como médico da colônia de Alexandra, contratado pelo Governo Imperial. (PELLIZZETTI, 1999, p. 122) O Dr. Grillo, republicano em política e socialista em economia, iria simpatizar logo com Rossi e colaborar no seu empreendimento. Reflexões sobre uma utopia do século XIX como testamento ideológico para a “terra de todas as gentes” no século XX. Baseado nos escritos de 1895 do anarquista italiano Giovanni Rossi (Cárdias). Curitiba. Secretaria do Estado da Cultura, 1999. p. 57.

⁸⁶⁹ Camilo Vanzolini, jornalista e professor, que marcou época por sua erudição e cultura atuando em São Paulo. PELLIZZETTI, Beatriz. Contribuição dos intelectuais italianos no Brasil (fim do século XIX e princípios do século XX). VANZOLINI E GRILLO – ESTUDO DE CASO. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLI, p. 83, 1984..

⁸⁷⁰ **Ata da Reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná de 06 de agosto de 1981.**

colaboradora do IHGEP indica que sua inserção no campo historiográfico não se restringia ao espaço universitário. Ao contrário, evidencia a importância do Instituto como instância alternativa de atuação e legitimação intelectual. Nesse sentido, a manutenção de sua agenda de pesquisa no âmbito do IHGEP pode ser compreendida tanto como continuidade de sua trajetória acadêmica quanto como estratégia de permanência no campo, em um contexto marcado por reconfigurações institucionais e disputas por espaços de produção e circulação do saber histórico.

Personagens como José Franco Grillo e Camillo Vanzolini foram acionados para ilustrar o impacto cultural e técnico desses imigrantes. Cabe destacar que o volume XLI (1984), deu ênfase em sua linha editorial ao bicentenário de nascimento de Antonio Vieira dos Santos, figura central na historiografia local, apresentando uma descrição física detalhada e um panorama de sua vasta produção intelectual sobre a cidade de Paranaguá. Em suma, a proposta do exemplar parece servir como um veículo de pesquisa que busca conectar trajetórias individuais ao desenvolvimento das estruturas sociais e identitárias do sul do Brasil.

Em *A contribuição dos intelectuais italianos no Brasil...*, Pellizzetti (1984) propõe que sua delimitação não tem caráter de valorização etnocêntrica, mas sua especificação poderá propiciar uma teoria de “personagem-tipo”, o que poderia fornecer melhor abordagem, não só sobre a sociedade brasileira como sobre certos conceitos estruturais no quadro de outras individualidades históricas a exemplo das “nacionalidades” e as suas variantes; A escolha pelo método comparativo de personagens resulta um panorama mais abrangente daquela realidade representativa dos próprios grupos escolhidos, pois se além a matriz estruturalista e comparativa do Annales. De modo que, a tarefa do estudo é demonstrar a potencialidade da quantificação para a caracterização do estudo de “personagem-tipo”⁸⁷¹, fundamentado no estudo de caso para investigar a formação da sociedade brasileira e suas estruturas de nacionalidade.

Para isso, Pellizzetti utiliza a trajetória de indivíduos específicos para realizar uma investigação sociológica de pequenas comunidades. Esse método foi validado por Pierre Vilar, que o considerou eficaz para reconhecer qualitativamente os elementos que compõem historicamente o conjunto social brasileiro. A seleção de personagens representativos de grupos maiores, como Ermembergo Pellizzetti e Giovanni Rossi, para fornecer um panorama

⁸⁷¹ PELLIZZETTI, Beatriz. *Contribuição dos intelectuais italianos no Brasil* (fim do século XIX e princípios do século XX). VANZOLINI E GRILLO – ESTUDO DE CASO. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLI, p. 83-94, 1984. p. 85.

abrangente da realidade social e de conceitos estruturais, partem de tendências de longa duração, como o sentimento de “italianidade”, estudando-o desde as raízes políticas na Itália até a fixação definitiva em zonas pioneiras no Brasil. Seguindo a influência dos *Annales* presente no Departamento de História da UFPR, Pellizzetti buscava captar a densidade da história, articulando o tempo médio (conjuntura) e o tempo longo (estrutura) para compreender fenômenos como a integração do imigrante.

Esse enquadramento metodológico também se insere no diálogo entre a História e as ciências sociais, perspectiva defendida por Frédéric Mauro, investigador da História Econômica do Brasil, cuja produção exerceu influência sobre as novas gerações de pesquisadores formados pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná nos anos 1970, como Beatriz Pellizzetti que desse contato, ampliou pesquisas sobre o tema *Ideologia e Criatividade da Imigração no Brasil*⁸⁷².

Adentrar nos aspectos qualitativos da produção do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, através do levantamento e análise dos estudos publicados por historiadores profissionais, a exemplo daqueles realizados pela Professora Beatriz Pellizzetti de História do Brasil, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, permitiu observar além dos intercâmbios institucionais e intelectuais, os gêneros de textos publicados no periódico do instituto (homenagens, estudos de caso), bem como ajudou a perceber o alcance desses historiadores na renovação da historiografia brasileira e paranaense. Nesse sentido, a contribuição de Maria Alice Ribeiro (1999) mostra-se pertinente ao evidenciar o papel das primeiras pesquisadoras na consolidação da história econômica no Brasil, oferecendo um quadro interpretativo que permite situar a atuação de Pellizzetti em um movimento mais amplo de institucionalização disciplinar e de afirmação feminina no campo historiográfico.⁸⁷³

De modo mais preciso, o estudo *A contribuição dos intelectuais italianos no Brasil...*, Beatriz Pellizzetti analisa a contribuição de intelectuais italianos para a vida cultural brasileira entre o final do século XIX e o início do século XX, compreendendo-os como agentes ativos na circulação de ideias, na formação de redes culturais e na mediação entre diferentes tradições políticas e intelectuais. A utilização do método do estudo de caso, centrando-se em personagens específicos da imigração italiana (como Vanzolini e Grillo), não

⁸⁷² PELLIZZETTI, Beatriz. **Contribuição do pioneirismo italiano no Vale do Itajaí. Estudo de Caso. Ermembergo Pellizzetti pioneiro e líder.** Universidade Federal do Paraná. Tese de Livre Docência. 1975, p. 277.

⁸⁷³ RIBEIRO, Maria Alice. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. **História Econômica & História de Empresas**, II, 2, 7-40. 1999.

foi usado para construir biografias celebrativas, mas para compreender, por meio deles, processos coletivos mais amplos ligados à imigração, à cultura política e à produção intelectual.

A historiadora destaca que esses intelectuais não transplantam mecanicamente modelos italianos para o Brasil; ao contrário, reinterpreta e adapta referências ideológicas e culturais ao novo contexto, evidenciando processos e transferências culturais. O estudo, assim, explicita as tensões entre continuidade e adaptação, nas quais elementos da formação intelectual europeia convivem com as condições sociais, políticas e institucionais brasileiras. Ao analisá-los em conjunto, Pellizzetti demonstra que a imigração italiana contribuiu não apenas para a economia ou a demografia, mas também para a vida intelectual, cultural e política do país. Nesse sentido, Vanzolini e Grillo funcionam como chaves analíticas para compreender a imigração italiana como fenômeno intelectual, a circulação transnacional de ideias, a formação de redes culturais no Brasil e o papel dos imigrantes na constituição do campo intelectual brasileiro.

A imigração configura-se como tema central e estruturante da interpretação do passado regional no interior do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Mobilizada tanto como chave explicativa da formação social do Paraná quanto como valor positivo, a imigração é frequentemente associada a noções de progresso, pioneirismo e integração nacional. No caso específico das produções de Beatriz Pellizzetti, a imigração italiana é tratada não apenas como fluxo demográfico, mas como processo histórico complexo, de natureza cultural, social e intelectual, analisado a partir de estudos de caso, da atuação de lideranças comunitárias, da circulação de ideias e das dinâmicas de integração social. Nessa perspectiva, a imigração deixa de operar exclusivamente como narrativa celebrativa e passa a constituir-se como objeto de investigação histórica sistemática.

A análise do debate sobre a imigração no Boletim do IHGEP ao longo do século XX apresenta a coexistência de diferentes camadas historiográficas. De um lado, persistem heranças intelectuais que interpretam a imigração como fator de branqueamento, civilização e distinção regional, vinculadas a autores como Bento Munhoz da Rocha Neto e a projetos identitários forjados no interior do Instituto⁸⁷⁴, particularmente associados às bases do paranismo. De outro, observam-se tentativas de renovação metodológica conduzidas por historiadores oriundos do Departamento de História da UFPR, como Altiya Balhana, Ruy Wachowicz e Beatriz Pellizzetti, cujas produções, ao circularem no espaço institucional do

⁸⁷⁴ OLINTO, Beatriz Anselmo. Conflitos civilizatórios: identificações deterioradas. In: **Pontes e Muralhas – Diferença, Lepra e Tragédia no Paraná no início do século XX**. 2ª ed., UNICENTRO: Guarapuava, 2013.

IHGEP, foram, em determinados momentos, ajustadas às demandas comemorativas, às estratégias de divulgação da historiografia profissional e aos esforços de afirmação institucional do próprio Instituto.

Esse procedimento analítico permite identificar permanências, deslocamentos e reconfigurações nas formas de escrever a história, evidenciando como temas debatidos no interior do DEHIS, sobretudo a partir da consolidação do curso de Mestrado em 1972 e da institucionalização do Doutorado em 1982, como imigração, escravidão, economia, território e população, foram reelaborados ao serem inseridos no circuito editorial do Instituto Histórico. Publicadas no Boletim, essas produções sofreram inflexões significativas, revelando tensões entre renovação historiográfica, tradição institucional e projetos de memória regional.

É nesse movimento de deslocamento temático e metodológico e ampliação das tendências historiográficas no Boletim do IHGEP que se insere o debate sobre as estruturas agrárias, que ganha destaque a partir da década de 1970. Nesse período, o Departamento de História da UFPR consolidou-se como locus de investigação social e econômica, com forte ênfase nos estudos sobre imigração, relações comerciais e organização da propriedade da terra. Os textos que serão analisados a seguir inscrevem-se nesse contexto e permitem compreender de que modo a problemática agrária e fundiária foi apropriada, reinterpretada e difundida no interior do Boletim do IHGEP.

3.2.2 Gêneros de escrita, memória disciplinada e a formação territorial do Paraná no Boletim do IHGEP

No final da década de 1970, em um contexto historiográfico marcado pela consolidação da pesquisa universitária, pela expansão dos programas de pós-graduação⁸⁷⁵ e pela crescente problematização das narrativas regionais tradicionais, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense viu-se diante da necessidade de reafirmar sua legitimidade intelectual e sua função pública no interior do debate historiográfico. Essa necessidade de reposicionamento significou uma atualização de seus propósitos à partir das novas agendas de pesquisa então em circulação. O Boletim do IHGEP passou a incorporar, sob outras chaves interpretativas, contribuições oriundas de seus sócios advindos do meio universitário, retomando temas priorizados ao longo de sua trajetória institucional. Tal reorientação permitiu ao Boletim funcionar como espaço de convergência entre a herança

⁸⁷⁵ WESTPHALEN, Cecília. Situação da Pós-Graduação em História. **Comunicação apresentada na XXVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**. Brasília, jul. 1976. p. 407-420.

intelectual do IHGEP, profundamente vinculada à defesa do território e à valorização dos arquivos, e as novas leituras produzidas no âmbito universitário, especialmente aquelas interessadas em compreender os processos de ocupação do espaço paranaense e a constituição da estrutura agrária nesse processo histórico que conformam o Paraná moderno.

É precisamente nesse quadro de reinterpretação do papel do Instituto que se insere o *Discurso de recepção aos novos sócios*, proferido por Ruy Christovam Wachowicz por ocasião das comemorações do 79.º aniversário de fundação do IHGEP, em 24 de maio de 1979, e publicado no *Boletim do IHGEP*, v. XXXV⁸⁷⁶. Na condição de sócio e historiador vinculado ao meio universitário, Wachowicz utilizou a ocasião não apenas para dar as boas-vindas aos novos integrantes, mas sobretudo para reafirmar os fundamentos históricos, políticos e intelectuais que orientaram a criação e a trajetória do Instituto desde o início do século XX.

Na ocasião, ao retomar a história do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e estabelecer um paralelo com a origem do IHGEP, Ruy Wachowicz reinscreve o Instituto paranaense em uma tradição na qual a escrita da história se constitui como instrumento de defesa da unidade territorial e de afirmação da soberania estatal, especialmente em momentos de crise. A evocação da questão de limites entre Paraná e Santa Catarina — posteriormente radicalizada na Guerra do Contestado — e do papel desempenhado por intelectuais como Romário Martins reforça a imagem do Instituto como “auxiliar do poder público”, comprometido com a reunião de documentos e com a produção de uma história capaz de fundamentar juridicamente os limites do Estado.⁸⁷⁷

Nesse sentido, seu pronunciamento ecoa uma tradição intelectual mais ampla, identificada por Alexandro Neundorf (2009), segundo a qual a questão das fronteiras territoriais foi mobilizada como elemento central na construção da identidade paranaense⁸⁷⁸. Ao enfatizar a necessidade de dar continuidade ao apelo de Romário Martins em torno do paranismo, Ruy Wachowicz reafirma a função da investigação histórica como prática capaz de revelar os “segredos” do passado regional, ao mesmo tempo em que contribui para a integração simbólica das diferentes regiões culturais do Paraná.

Essa operação não é neutra. A própria questão do Contestado, ao expor tensões sociais, disputas territoriais e a presença de sujeitos considerados indesejáveis, colocava

⁸⁷⁶ WACHOWICZ, Ruy. Discurso de recepção aos novos sócios (1979). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XXXVII, p. 333-341, [ano 1979]. 1980.

⁸⁷⁷ WACHOWICZ, Ruy. Discurso de recepção aos novos sócios (1979). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XXXVII, p. 335, 1980.

⁸⁷⁸ NEUNDORF, Alexandro. **Intelectualidade, Fronteiras e Identidade: O Paraná no início do século XX**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2009. 192f.

desafios a esse projeto identitário, sendo frequentemente reelaborada ou silenciada em favor de uma narrativa mais homogênea e afirmativa. Assim, ao convocar os novos associados a darem continuidade a essa tradição, Wachowicz não apenas reafirma o papel do Instituto como guardião da memória regional, mas também participa de um regime de produção historiográfica no qual a escrita da história opera como prática de ordenamento simbólico, definindo pertencimentos, delimitando fronteiras e contribuindo para a construção de uma identidade coletiva disciplinada.

Na ocasião de seu discurso, ao recuperar a trajetória do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Wachowicz estabelece um paralelo entre as circunstâncias que motivaram sua fundação, em 1838, e aquelas que levaram à criação do IHGEP. Segundo o historiador, o IHGB surgiu em um “ambiente conturbado e agitado”, do período imperial, marcado por revoltas regionais como a Balaiada, a Sabinada, a Farroupilha e a Praieira, quando “a própria unidade territorial do Império estava em risco”⁸⁷⁹. Diante desse cenário, um grupo de intelectuais da Corte, movido por uma necessidade de afirmação nacional, encontrou na História os fundamentos para reafirmar “as bases indissolúveis do Império” e consolidar os “alicerces da nacionalidade brasileira”⁸⁸⁰.

Essa mesma lógica, argumenta Wachowicz, estaria presente na origem do IHGEP, fundado em 24 de maio de 1900. Nos últimos anos do século XIX, o Paraná enfrentava a ameaça concreta de perda territorial na chamada Questão do Contestado, podendo ter sua extensão reduzida em função das disputas judiciais com Santa Catarina⁸⁸¹. Foi nesse contexto que Romário Martins conclamou os intelectuais paranaenses a se organizarem institucionalmente, atribuindo ao Instituto um “grave compromisso” com o Estado, o de “tornar-se um poderoso auxiliar do Poder Público, reunindo dados e estudando documentos para a exata determinação oficial dos nossos limites com Santa Catarina”⁸⁸². Recuperando as palavras de Romário Martins na reunião de comemoração de aniversário da fundação do Instituto, Wachowicz reforçava a ideia de que o IHGEP nasceu vinculado a uma missão pública clara, atuando como auxiliar do poder público na resolução de problemas históricos, geográficos e territoriais. Ao afirmar que os objetivos definidos em 1900 permaneciam, lato

⁸⁷⁹ WACHOWICZ, Ruy. Discurso de recepção aos novos sócios (1979). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XXXVII, p. 333, 1980.

⁸⁸⁰ WACHOWICZ, Ruy. Discurso de recepção aos novos sócios (1979). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XXXVII, p. 333, 1980.

⁸⁸¹ WACHOWICZ, Ruy. Discurso de recepção aos novos sócios (1979). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XXXVII, p. 333-334, 1980.

⁸⁸² MARTINS apud WACHOWICZ, 1979, p. 335.

sensu, “os mesmos e mais atuais do que nunca”⁸⁸³, o autor desloca o sentido original da defesa territorial para novas preocupações históricas.

Se os conflitos de fronteira haviam se tornado um problema do passado, caberia ao Instituto enfrentar naquele cenário os desafios da integração cultural do Paraná, ainda marcado por fortes clivagens regionais e por reminiscências de projetos separatistas, como aqueles associados ao antigo Território Federal do Iguaçu⁸⁸⁴. Nesse contexto, Wachowicz reforça o papel dos arquivos como espaço privilegiado da pesquisa histórica, ao afirmar que estes “precisam ser desbravados”⁸⁸⁵, convocando os novos sócios a ampliarem as colaborações e a manterem o ritmo das publicações do Boletim como forma de atualização da missão histórica do IHGEP.

O discurso também funciona como balanço institucional, ao destacar a regularidade das publicações do Boletim, que naquele momento alcançava seu trigésimo sexto número, e ao reconhecer a atuação da diretoria, especialmente do general Luiz Carlos Pereira Tourinho, presidente do Instituto desde 1971. Durante o encerramento de sua fala, Wachowicz convoca os novos sócios a ampliarem as colaborações, garantindo a continuidade das publicações, das comemorações e do projeto intelectual delineado desde 1900, agora reatualizado pelas demandas historiográficas e culturais do final do século XX.

Além da produção de caráter institucional, Wachowicz figura como autor de estudos publicados entre 1979 e 1984 que inserem-se exemplarmente nesse movimento, ao conjugar a tradição documental do Instituto com procedimentos analíticos oriundos da historiografia universitária.

O volume XXXV do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, publicado em 1979, reúne um conjunto heterogêneo de textos que expressam o perfil plural e interdisciplinar da publicação no final da década de 1970. A composição do número articula registros memorialísticos, estudos de história política e territorial, reflexões sobre a produção cultural paranaense e seções de comentário bibliográfico, reafirmando o Boletim como espaço de circulação de diferentes modalidades de escrita histórica. Nesse sentido, convivem no mesmo volume documentos de caráter pessoal, como o “*Diário do Tio João Antônio*”, de João Antônio de Vasconcelos, que aproxima memória individual e história

⁸⁸³ WACHOWICZ, Ruy. Discurso de recepção aos novos sócios (1979). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XXXVII, p. 333, 1980.

⁸⁸⁴ WACHOWICZ, 1979, p. 335. O Território Federal do Iguaçu foi criado pelo Decreto-Lei nº 5.812, em 13 de setembro de 1943, e abrangia áreas do oeste dos estados do Paraná e de Santa Catarina. In: O Território Federal do Iguaçu. PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. p. 59-74. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-06.pdf>. Acesso jan. 2026.

⁸⁸⁵ WACHOWICZ, 1979, p. 335.

regional, e análises de maior densidade interpretativa, como o estudo de Ruy Christovam Wachowicz sobre o princípio do *Uti possidetis* na questão de Palmas, voltado à compreensão da formação territorial do Sul do Brasil, além de textos dedicados à história cultural, à atuação institucional e ao diálogo com o campo historiográfico mais amplo.

A presença da seção Livros, autores & coisas, assinada pelo sócio Edilberto Trevisan⁸⁸⁶, reforça ainda a função do Boletim como instância de mediação intelectual, voltada não apenas à preservação da memória, mas também à atualização e difusão de debates históricos e culturais de interesse regional. Entre os destaques da seção, sobressai a divulgação da produção historiográfica dedicada à imigração, em especial aquela realizada por professores do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, cujas pesquisas vinham contribuindo de modo sistemático para a renovação dos estudos sobre os núcleos coloniais paranaenses. Nesse contexto, a seção enfatiza os trabalhos de Ruy Christovam Wachowicz, ressaltando sua longa dedicação às pesquisas de história demográfica e social das colônias curitibanas e de sua periferia, como *Abranches: um estudo de história demográfica* (1976) e *Orleans: um século de subsistência* (1976). Do mesmo modo, destaca a publicação de *Santa Felicidade: uma paróquia vêneta no Brasil*, de Altiva Pilatti Balhana, lançada por ocasião do centenário da colônia em 1978, valorizando o rigor metodológico e a abrangência do estudo, que contempla a gênese do núcleo, o território, a população, as atividades econômicas e a vida cotidiana. A seção registra ainda acontecimentos institucionais considerados relevantes para a historiografia paranaense, como a inauguração da nova sede do Arquivo Público do Paraná, então denominado Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, com instalações modernas, a adoção sistemática da microfilmagem e as melhores condições oferecidas aos pesquisadores, reconhecendo o papel fundamental da instituição, sob a direção de Mbá de Ferrante, na preservação e no acesso às fontes primárias da história do Paraná⁸⁸⁷.

⁸⁸⁶ Edilberto Trevisan (1923-2010). Profissionalmente, exerceu a advocacia e integrou o quadro de advogados da Rede Ferroviária Federal. Literariamente, estreou na revista *O Livro*, em 1944. Como colaborador, percorreu as redações do *Correio dos Ferroviários*, da *Notícia Bibliográfica e História*, de Campinas, e da *Gazeta do Povo*, de Curitiba, por meio do qual publicou mais de uma centena de artigos sobre a história do Paraná. Pertenceu aos institutos históricos de Paranaguá e do Paraná. Sua bibliografia é inteiramente paranista: *Do Litoral ao Planalto*, 1965; *A Gênese do Museu Paranaense*, 1976; *Ao Apito do Trem*, 1996; *Quando a Província Nasceu*, 1998; e *Curitiba na Província*, com ilustrações de Euro Brandão, 2000. Entre suas preocupações literárias encontram-se algumas curiosas e significativas traduções: *Os Índios Héta: Peixe em Lagoa Seca, de Vladimir Kozak e outros*, 1981; Edilberto Trevisan (1923-2010). Disponível em: <https://academiaparanaensedeletras.com.br/cadeira-33/cadeira-33-4o-oc-upante/>. Acesso em jan.

⁸⁸⁷ TREVISAN, Edilberto. Livros, autores, coisas. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XXXV, 1979, p. 263.

O volume XXXV do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* (1979) foi financiado com recursos doados por Túlio Vargas⁸⁸⁸, figura da vida política, jurídica e intelectual do Paraná na segunda metade do século XX. Esse apoio financeiro não se restringe a um gesto circunstancial, mas deve ser compreendido como parte de sua atuação contínua na valorização das instituições de memória e da produção historiográfica regional, especialmente em um momento de reafirmação do papel público do Instituto. A materialidade editorial do volume explicita essa articulação entre história, poder político e memória, a capa traz a imagem do Solar da Casa da família Vasconcelos, localizada em Valença, na Bahia, remetendo simbolicamente à trajetória de Zacarias de Góes e Vasconcelos, primeiro presidente da Província do Paraná. Ao mobilizar essa referência visual, o Boletim reforça simbolicamente a centralidade das famílias políticas e administrativas na construção do Estado provincial e na formação das estruturas institucionais do Paraná, a capa do volume XXXV articula-se ao conteúdo interno do Boletim, especialmente aos textos voltados à história das fronteiras, da ocupação territorial e da soberania jurídica, reafirmando a tradição do Instituto de pensar a história regional a partir de seus vínculos com o Estado e o direito. Desse modo, a presença de Túlio Vargas no exemplar, tanto como financiador quanto como autor da apresentação, reforça o entrelaçamento entre produção historiográfica, campo jurídico e poder político, elemento estruturante da identidade histórica do IHGEP desde sua fundação.

Sobre o material publicado no periódico, destaca-se o estudo intitulado “*O uti possidetis brasileiro na questão de Palmas*”⁸⁸⁹, apresentado por Ruy Christovam Wachowicz, insere-se no campo da história política e diplomática e tem como eixo central examinar o papel do *uti possidetis*, entendido como o direito à posse efetiva do território, na consolidação das fronteiras meridionais do Brasil, especialmente no contexto das disputas territoriais envolvendo a região de Palmas. A abordagem privilegia a articulação entre fundamentos jurídicos, ações diplomáticas e processos históricos de ocupação e administração do território, evidenciando como a presença efetiva do Estado brasileiro e de seus agentes foi mobilizada como argumento central na defesa da soberania nacional. O texto dialoga com uma tradição

⁸⁸⁸ No campo jurídico paranaense, Túlio Vargas ocupou posição de destaque, atuando como secretário de Justiça do Paraná e procurador do Tribunal de Contas do Estado, além de exercer mandatos como deputado estadual e federal. Sua trajetória institucional conferiu-lhe reconhecimento como um dos principais intérpretes das relações entre direito, política e história no Paraná. Paralelamente à atuação pública, construiu uma sólida carreira intelectual, publicando vinte e seis livros dedicados à história paranaense, nos quais privilegiou a análise de personagens, instituições e conjunturas políticas. **Túlio Vargas (1929-2008)**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131607/biografia>. Acesso jan. 2026.

⁸⁸⁹ WACHOWICZ, Ruy C. “*Uti possidetis*” – brasileiro na questão de Palmas. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XXXV, p. 193-218, 1979.

historiográfica marcada pela valorização da documentação oficial, de tratados, acordos internacionais e registros administrativos, característica recorrente da produção de Wachowicz e, de modo mais amplo, da historiografia cultivada no interior dos Institutos Históricos. Nesse sentido, a Questão de Palmas é tratada não apenas como um episódio de conflito diplomático, mas como parte de um processo mais amplo de formação do território nacional, no qual se articulam política externa, direito internacional e história regional.

Entretanto, antes da publicação de *Uti possidetis*, de Ruy Christovam Wachowicz, em 1979, o Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense já havia veiculado análises sistemáticas sobre a ocupação do território e o uso da terra no Paraná, ainda que provenientes de outros campos disciplinares. Um exemplo significativo é o estudo de Heloísa Barthelmess, “*Uso da Terra no Estado do Paraná em 1920*”⁸⁹⁰, publicado no volume IX do Boletim, em 1967. Trata-se de uma contribuição oriunda da Geografia, área na qual a autora atuava como docente e livre-docente pela Universidade Federal do Paraná, além de exercer a chefia da Seção de Geografia do Brasil no Departamento de Geografias, Terras e Colonização (DGTC), evidenciando a circulação de saberes técnico-científicos no interior do Instituto antes mesmo da consolidação plena da historiografia universitária local.

O trabalho de Barthelmess insere-se diretamente no esforço coletivo de investigação sobre os Campos Gerais e as estruturas agrárias paranaenses desenvolvido no âmbito da Universidade Federal do Paraná, reconhecido à época como uma pesquisa modelar, conduzida segundo padrões acadêmicos já consolidados. Coordenada por Altiya Pilatti Balhana e Brasil Pinheiro Machado, essa pesquisa mobilizou docentes e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, configurando uma experiência interdisciplinar que articulava análise espacial, dados empíricos e problematização histórica da ocupação do território. Ao ser incorporado ao Boletim do IHGEP, o estudo não apenas ampliou o escopo temático da publicação, como também antecipou debates centrais sobre a formação agrária do Paraná que, mais tarde, seriam retomados pela historiografia, inclusive nos trabalhos de Wachowicz, ainda que sob enquadramentos interpretativos distintos⁸⁹¹.

O texto de Barthelmess, sócia que fazia parte do quadro associativo do Instituto desde 24 de maio de 1961⁸⁹², tem como ponto de partida a construção de um cartograma no qual a área total dos estabelecimentos rurais, fazendas, sítios e outras unidades produtivas, é

⁸⁹⁰ BARTHELMESS, Uso da Terra no Estado do Paraná em 1920. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. v. IX, 1967. p. 50-55.

⁸⁹¹ BALHANA, Altiya Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro et al. **Campos Gerais: estruturas agrárias**. Publicação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1968.

⁸⁹² **Lista Nominativa do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.**

representada por círculos correspondentes aos 49 municípios existentes no Paraná em 1920, permitindo visualizar a distribuição do uso da terra no território estadual⁸⁹³. Ao indicar que, naquele momento, apenas cerca de cinco milhões de hectares eram de propriedade particular, enquanto aproximadamente três quartos do território permaneciam desocupados, a autora reforça a percepção de vastos espaços não apropriados formalmente, tema que atravessaria, posteriormente, tanto os debates historiográficos quanto as narrativas institucionais sobre a ocupação do Paraná⁸⁹⁴.

Do ponto de vista demográfico e econômico, Barthelmess observa que a densidade populacional do Paraná, em 1920, era de aproximadamente três habitantes por quilômetro quadrado. Diante da escassez de capital e de mão de obra, a autora interpreta a rotação primitiva de terras nas áreas de mata e a criação extensiva de gado de corte nas regiões de campo como sistemas agrários mais adequados às condições históricas do período⁸⁹⁵. Essa leitura associa diretamente os padrões de uso da terra às limitações estruturais da economia paranaense nas primeiras décadas do século XX. Ao tratar das diferenciações regionais, Barthelmess dedica atenção ao Alto Ribeira, citando observações de Elliot, feitas em 1875, segundo as quais os colonos alemães figuram entre os mais “úteis” ao aproveitamento econômico do território, mobilizando uma leitura que associa imigração europeia, trabalho agrícola e ocupação efetiva da terra⁸⁹⁶. Ainda nessa página, a autora observa que, em 1920, uma ramificação da frente pioneira do café já se fazia presente no Paraná, indicando os primeiros sinais de transformação da economia agrária estadual sob a influência da cafeicultura⁸⁹⁷. Ao recorrer a autores do século XIX, como Elliot, a autora insere sua leitura em uma tradição interpretativa que associa o aproveitamento econômico do território à imigração européia, especialmente alemã, considerada mais “útil” do ponto de vista da colonização agrícola⁸⁹⁸. Essa leitura aproxima o texto das discussões estruturais sobre a relação entre população, terra e produção, que mais tarde seriam retomadas pela historiografia econômica e agrária produzida no âmbito universitário.

⁸⁹³ BARTHELMESS, Uso da Terra no Estado do Paraná em 1920. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. v. IX, 1967. p. 50.

⁸⁹⁴ Idem, Ibidem.

⁸⁹⁵ BARTHELMESS, Uso da Terra no Estado do Paraná em 1920. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. v. IX, 1967. p. 53.

⁸⁹⁶ BARTHELMESS, Uso da Terra no Estado do Paraná em 1920. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. v. IX, 1967. p. 52.

⁸⁹⁷ BARTHELMESS, Uso da Terra no Estado do Paraná em 1920. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. v. IX, 1967. p. 53.

⁸⁹⁸ Idem, Ibidem.

Por fim, o estudo “*Uso da Terra no Estado do Paraná em 1920*” confere destaque ao papel da erva-mate como principal fonte de divisas do Paraná no período, ressaltando sua importância não apenas econômica, mas também política e institucional. Embora amplas áreas aparecessem nos cartogramas como florestas não ocupadas, nelas se desenvolvia intensa atividade extrativa vinculada ao comércio do mate, especialmente na bacia do Iguaçu. Barthelmess (1967) ressalta que foi a partir do enriquecimento gerado por essa atividade que se consolidou a posição de Curitiba como capital do Estado e se criou a universidade, estabelecendo uma conexão direta entre economia extrativa, organização territorial e formação institucional do Paraná.⁸⁹⁹ Ao afirmar que foi “sob o bafejo do enriquecimento produzido pelo mate” que se consolidou a posição de Curitiba como capital e se fundou a universidade, Barthelmess antecipa uma chave interpretativa que seria mobilizada nas análises de Temístocles Linhares, em “*História Econômica do Mate*”⁹⁰⁰, publicada em 1969, que analisa o papel econômico e social do mate no Brasil, destacando sua produção, comércio e impacto regional no período histórico estudado, e posteriormente por Ruy Wachowicz na formulação da chamada “*Universidade do Mate*”⁹⁰¹.

O debate sobre as estruturas agrárias e a ocupação do território paranaense foi sendo construído de forma gradual e interdisciplinar no interior do Instituto, nota-se que enquanto Barthelmess, a partir da Geografia, privilegiou a análise espacial do uso da terra em 1920, evidenciando a concentração fundiária, a ampla presença de terras desocupadas e a predominância de sistemas agrários extensivos, condicionados pela baixa densidade populacional e pela escassez de capital⁹⁰², Wachowicz retomou essas mesmas regiões sob uma chave histórico-política, enfatizando os conflitos de fronteira, a abertura de vias de comunicação e a ocupação efetiva do território como instrumentos de afirmação da soberania nacional⁹⁰³. Nesse sentido, a Geografia aparece como um saber precursor no Boletim do IHGEP, ao oferecer diagnósticos estruturais sobre o uso da terra e as formas de apropriação do espaço que antecederam e, em certa medida, fundamentaram leituras historiográficas posteriores. A passagem do enfoque geográfico para o histórico não representa uma ruptura, mas uma rearticulação interpretativa, os “vazios” territoriais identificados por Barthelmess

⁸⁹⁹ BARTHELMESS, Heloise. *Uso da Terra no Estado do Paraná em 1920*. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba. v. IX, 1967. p. 53.

⁹⁰⁰ LINHARES, Temístocles. *História econômica do Mate*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.(Coleção Documentos Brasileiros).

⁹⁰¹ WACHOWICZ, Ruy C. *Universidade do mate: História da UFPR*. Curitiba. APUFPR, 1983, 189p.

⁹⁰² BARTHELMESS, Heloise. *Uso da Terra no Estado do Paraná em 1920*. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba. v. IX, 1967. P. 50-53.

⁹⁰³ WACHOWICZ, Ruy C. “Uti possidetis” – brasileiro na questão de Palmas. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XXXV, p. 193-205, 1979.

são reinscritos por Wachowicz como espaços estratégicos de disputa política, econômica e diplomática, nos quais a abertura da estrada de Palmas a Corrientes e a atuação de autoridades provinciais, fazendeiros e populações indígenas adquirem centralidade narrativa. Essa convergência evidencia que, no âmbito do IHGEP, o debate sobre estruturas agrárias não se constituiu exclusivamente como um problema econômico ou social, mas como um eixo fundamental para pensar a formação territorial, a integração regional e o papel do Estado na construção histórica do Paraná.

A trajetória intelectual de Ruy Christovam Wachowicz permite pensar seu perfil historiográfico a partir de uma forte ancoragem no espaço local e regional, sem que isso implique ausência de rigor metodológico ou isolamento institucional. Sócio do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense desde 4 de março de 1968 e docente do Departamento de História da UFPR a partir de 1966⁹⁰⁴, onde ingressou como instrutor da Cadeira de História Medieval, Wachowicz construiu uma atuação marcada pela circulação constante entre a universidade, as associações culturais e as instituições voltadas à difusão do conhecimento histórico no Paraná. No momento em que publica *“O uti possidetis brasileiro na questão de Palmas”* (1979), sua produção já se encontrava consolidada em um circuito institucional regional, evidenciado pela participação no Seminário de Estudos Integrados do Projeto Rondon, subordinada ao tema, *“A cultura como fator de Integração Comunitária”*, além da coordenação de seminários, como o promovido pela Fundação Cultural de Curitiba em 1978⁹⁰⁵, e conferências realizadas em diferentes espaços acadêmicos e culturais, como a Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná⁹⁰⁶, o Departamento de Genética da UFPR e a Associação dos Professores do Paraná, esta última voltada às discussões sobre o ensino de História⁹⁰⁷.

Essa intensa agenda de atividades incluindo a realização de seis palestras no âmbito do Projeto de Interiorização da Cultura, promovido pela Secretaria de Estado da Cultura, em cidades como Pato Branco, Palmas, Marechal Cândido Rondon, Toledo, Cascavel e Campo Largo, revela uma prática historiográfica orientada à interiorização do debate histórico e à

⁹⁰⁴ **Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, realizada em 5 de setembro de 1966.**

⁹⁰⁵ O professor Ruy Christovam Wachowicz proferiu uma conferência sobre “Colonização no Paraná” no Curso sobre História do Paraná, promovido pela Fundação Cultural de Curitiba, no mês de março. **Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, realizada em 12 de dezembro de 1975.**

⁹⁰⁶ **Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná realizada em seis de dezembro de 1978.**

⁹⁰⁷ Idem.

formação de públicos regionais⁹⁰⁸. Mais do que simples ações de difusão, essas iniciativas contribuíram para a construção de um cânone da história regional, entendido como um conjunto relativamente estável de temas, problemas, recortes espaciais e interpretações considerados legítimos e exemplares para a compreensão do passado paranaense. Por meio dessas palestras, determinados objetos — como a imigração europeia, a ocupação do território, a formação das comunidades locais e os processos econômicos regionais — eram reiteradamente mobilizados, ao mesmo tempo em que se consolidaram abordagens metodológicas específicas, como o uso de fontes seriadas e a valorização de análises demográficas e econômicas. Desse modo, a circulação desses conteúdos no interior do estado não apenas ampliava o acesso ao conhecimento histórico, mas também contribuía para padronizar referências interpretativas, orientando tanto a produção historiográfica quanto o ensino de História nas instituições locais. Assim, a interiorização da cultura histórica operava, simultaneamente, como estratégia de difusão e como mecanismo de disciplinarização dos modos de escrever e ensinar a história regional.

A essa atuação soma-se a participação de Ruy Wachowicz como docente convidado em instituições de ensino superior fora de Curitiba, como a Universidade Estadual de Maringá, onde ministrou curso sobre “*Métodos e técnicas de pesquisa histórica*”⁹⁰⁹, reforçando sua vinculação aos processos de formação acadêmica e de padronização metodológica da disciplina. Paralelamente, Wachowicz integrou circuitos acadêmicos nacionais e internacionais, em outubro, proferiu conferência sobre “*A imigração eslava no Brasil*” no curso de Pós-Graduação em Eslavística da Universidade de Winnipeg, bem como palestra sobre “*A imigração polonesa no Brasil*” para a comunidade polonesa-canadense, na mesma cidade⁹¹⁰. No mesmo período, participou da IV Reunião de Historiadores Latino-Americanistas Europeus, realizada em Colônia, na então República Federal da Alemanha⁹¹¹.

No âmbito nacional e internacional, tomou parte em 1975 do VIII Simpósio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), em Aracaju, onde apresentou comunicação intitulada “*Política imigratória na ocupação do Rio Iguaçu*”, além de participar do Colóquio Internacional de Demografia Histórica, em Montréal, com a comunicação “*Aspects sélectifs des migrants internationaux*”, e do Seminário sobre Métodos

⁹⁰⁸ Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná realizada em seis de dezembro de 1978.

⁹⁰⁹ Idem.

⁹¹⁰ Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, realizada em 12 de dezembro de 1975.

⁹¹¹ Idem.

e Técnicas na Pesquisa Eslavística, novamente na Universidade de Winnipeg. Também esteve presente no 1º Congresso de História do Vale do Itajaí, em Blumenau, em dezembro do mesmo ano⁹¹². Essas participações demonstram que, embora sua produção dialogasse prioritariamente com demandas regionais e institucionais, Wachowicz esteve inserido em redes mais amplas de circulação do saber histórico, articulando a história regional paranaense a debates metodológicos, temáticos e comparativos de alcance nacional e internacional.

Nesse sentido, a produção de Wachowicz veiculada pelo Boletim do IHGEP pode ser compreendida como parte de uma estratégia intelectual coerente com esse perfil, trata-se de uma historiografia voltada à problematização de temas estruturantes da formação do Paraná - como a questão agrária, as disputas de fronteira, a ocupação territorial e as relações interétnicas - elaborada a partir de sólida pesquisa documental, mas destinada prioritariamente a um público regional, institucional e ligado ao ensino de História. Sua atuação em associações e sociedades históricas, em especial na Associação Paranaense de História (APAH), revela as tensões próprias do campo historiográfico brasileiro nas décadas de 1970 e 1980, marcado pela coexistência entre uma historiografia universitária em processo de profissionalização e circuitos regionais de produção e legitimação do saber histórico, que mantinham forte centralidade na circulação do conhecimento histórico⁹¹³.

A criação da APAH, em 1980, da qual Wachowicz foi um dos principais articuladores, expressa de modo particularmente claro esse posicionamento. Ao diferenciar-se explicitamente da ANPUH, associação de caráter nacional e cada vez mais aberta à pluralização dos sujeitos do campo historiográfico, a APAH afirmava um projeto regionalizado, centrado em Curitiba e orientado à articulação entre professores universitários, docentes do ensino médio e demais agentes envolvidos com o ensino e a difusão da História. Ainda que Wachowicz atribuisse à ANPUH um perfil excessivamente nacional e distante das especificidades regionais, o próprio estatuto da associação demonstra que a integração entre diferentes níveis de ensino e a organização por seções estaduais já faziam parte de seu projeto institucional. A diferenciação proposta pela APAH, portanto, não se dava apenas no plano administrativo, mas operava simbolicamente como um mecanismo de demarcação de fronteiras no interior do campo historiográfico, afirmando a legitimidade de um polo regional de produção histórica frente aos centros nacionais de debate. Sua trajetória evidencia como as

⁹¹² Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, realizada em 12 de dezembro de 1975.

⁹¹³ Cf. SILVA, Bruna. *Revista História, Questões & Debates: historiografia e problemática regional (1980-1989)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati. 2013, p.35-37.

divisões internas do campo intelectual, entre centros nacionais, universidades regionais e instituições culturais, não representam hierarquias fixas, mas configuram espaços distintos de produção histórica, nos quais cada historiador constrói, “à sua maneira”, formas específicas de intervenção intelectual, legitimidade e alcance de sua obra.

Sobre a contribuição de Ruy Wachowicz, em *“Uti possidetis” – brasileiro na questão de Palmas* (1979), o autor inicia o artigo recuperando os fundamentos históricos da delimitação de fronteiras entre as possessões ibéricas na América do Sul, estabelecidas pelos tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777). Destaca, entretanto, que tais acordos não resultaram na demarcação efetiva de toda a linha fronteira *in loco*, sobretudo na região compreendida entre os vales dos rios Uruguai e Iguaçu, área posteriormente conhecida como território contestado de Palmas. Wachowicz enfatiza que, após as independências da Argentina (1810) e do Brasil (1822), a questão permaneceu sem debates formais até 1857, quando, por iniciativa brasileira, foram retomadas negociações diplomáticas na cidade de Paraná, então capital da Província de Entre Ríos.

Ao longo do texto, Wachowicz acompanha a evolução das interpretações divergentes dos tratados internacionais, destacando que somente em 1881 a Argentina passou a sustentar oficialmente que os rios Chapecó e Chopim corresponderiam, respectivamente, aos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, redefinição que ampliava suas pretensões territoriais. O autor mobiliza ampla documentação diplomática e administrativa, relatórios provinciais, ofícios, correspondências oficiais e escritos do Barão do Rio Branco, para demonstrar como o Brasil sustentou sua posição com base na posse efetiva do território. Segundo, o historiador,

[...] prova de grande valor apresentada por Rio Branco constituiu a cópia autêntica do mapa encontrado nos arquivos europeus, utilizado pelos diplomatas no Tratado de 1750. O encontro desse mapa, e de uma cópia em Madrid e Paris, foi fruto da atividade arquivística desenvolvida por Rio Branco, a fim de fundamentar a argumentação brasileira. Nestes mapas, localizavam-se os rios St. Antônio e Pepiri-Guaçu, "grosso modo", local onde a tese brasileira se colocava. Interessante é notar que, na Questão de Palmas, as autoridades brasileiras sempre se comportaram a descoberto. Por ocasião da abertura da estrada de Corrientes, a penetração da vanguarda entrou em território argentino, detendo-se na margem esquerda do rio Paraná. O registro dessa penetração foi inclusive publicado no relatório do Presidente da Província do Paraná.⁹¹⁴

Um dos eixos centrais do artigo é a análise da penetração brasileira na área contestada, iniciada ainda no século XVII com a atuação dos bandeirantes e intensificada no século XIX com a expansão da frente pastoril a partir dos Campos de Palmas. Wachowicz

⁹¹⁴ WACHOWICZ, Ruy C. “Uti possidetis” – brasileiro na questão de Palmas. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XXXV, p. 217, 1979.

descreve o processo de ocupação dos Campos de Guarapuava e do Campo-Erê, ressaltando a fixação permanente da população brasileira, dedicada sobretudo à criação de gado, em contraste com a presença argentina, caracterizada como esporádica e predatória, voltada principalmente à exploração da erva-mate pelo vale do rio Uruguai.

O "uti possidetis" brasileiro, provinha indubitavelmente da expansão da frente pastoril iniciada pelos pioneiros dos campos de Palmas, a partir de 1839. Estes, uma vez em Palmas, expandiram-se para o oeste e leste...para Campo-Erê e campos de São João. Ocuparam para o Brasil uma extensa área de campos onde desenvolveram o criatório. Por outro lado, os correntinos penetraram na região sul do contestado, pelo rio Uruguai. Seu objetivo era a exploração do mate. Entretanto, os argentinos ali não se estabeleceram definitivamente. Suas penetrações eram predatórias, seus estabelecimentos foram temporários. Enquanto perdurava a exploração do material, ali permaneceram. Cessada esta atividade, o núcleo populacional era abandonado e deslocado para outro ponto mais favorável. A fixação dos brasileiros era em caráter permanente, enquanto a dos argentinos era circunstancial.⁹¹⁵

Wachowicz demonstra como a ocupação efetiva da terra, por meio da expansão pastoril, da abertura de caminhos e da fixação populacional, foi convertida em argumento jurídico e diplomático para a definição de fronteiras internacionais. A estrutura agrária tradicional, como base da sociedade paranaense oitocentista, surge aqui como elemento decisivo de soberania territorial, articulando posse, trabalho e população civilizada em oposição às pretensões argentinas. A questão agrária, nesse sentido, extrapola o campo econômico e assume centralidade política, reafirmando um dos eixos fundadores da própria trajetória do IHGEP, a defesa do território paranaense por meio da erudição histórica.

O autor também dedica atenção especial à abertura de estradas no Sul do Brasil, Ruy Wachowicz atribui papel central à estrada de Palmas a Corrientes, compreendendo-a como um eixo estratégico de integração regional e, sobretudo, como instrumento de afirmação da soberania brasileira em uma zona de fronteira marcada por disputas internacionais. Para D'Angelis, em meados do século XIX, a intensificação dos interesses argentinos na região, impulsionada pela exploração madeireira ao longo do rio Uruguai e pela expansão inicial da atividade ervateira, reacendeu o litígio sobre os limites internacionais, envolvendo territórios disputados entre Argentina, Paraguai e Brasil⁹¹⁶. Nesse contexto, a ocupação efetiva do território passou a ser concebida como questão geopolítica fundamental para o Império, e a abertura da estrada de Palmas a Corrientes tornou-se inadiável, tanto para criar uma "situação

⁹¹⁵ WACHOWICZ, Ruy C. "Uti possidetis" – brasileiro na questão de Palmas. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XXXV, p. 217, 1979.

⁹¹⁶ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história do oeste catarinense. **Cadernos do CEOM** - Ano 19, n. 23 - CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina. 266-343.

de fato” favorável ao Brasil nas negociações diplomáticas quanto para viabilizar a futura instalação de povoações. Wachowicz evidencia ainda que essa iniciativa articulava interesses estratégicos e econômicos, uma vez que a nova via atendia às demandas do comércio de muares provenientes de Corrientes e Entre Rios, essenciais ao abastecimento da lavoura cafeeira paulista, reduzindo custos e encurtando rotas⁹¹⁷.

Na parte final do artigo, o autor examina o processo que levou ao Tratado de Arbitramento de 7 de setembro de 1889, firmado em Buenos Aires, e à submissão da controvérsia ao presidente dos Estados Unidos da América como árbitro. A sentença arbitral, proferida em 6 de fevereiro de 1895, foi favorável ao Brasil. Wachowicz destaca os argumentos apresentados pelo Barão do Rio Branco, entre os quais sobressaem o princípio do *uti possidetis*, comprovado pelo censo de 1890, que indicava ampla maioria de população brasileira na região, e a utilização de mapas históricos localizados em arquivos europeus, que corroboram a interpretação brasileira dos tratados do século XVIII. Ao concluir, o autor sustenta que o êxito brasileiro na Questão de Palmas decorreu da combinação entre ocupação efetiva e permanente do território, ação administrativa contínua e fundamentação histórica e jurídica consistente. O texto reafirma a centralidade da história territorial e diplomática na historiografia produzida no âmbito do IHGEP e evidencia a contribuição de Wachowicz para a compreensão do papel do Paraná na consolidação das fronteiras nacionais brasileiras.

Nesse sentido, *Uti possidetis* não apenas atualiza um tema caro à trajetória institucional do IHGEP, como também reafirma uma concepção de historiografia centrada na continuidade histórica, na tradição jurídica e no Estado como agente ordenador do território, coerente com leituras conservadoras do passado e particularmente significativas no contexto político e intelectual do final dos anos 1970. A publicação no *Boletim do IHGEP* reforça, assim, a centralidade da história territorial e das questões de fronteira na agenda intelectual do Instituto, ao mesmo tempo em que evidencia a contribuição de Wachowicz para a compreensão da inserção do Paraná nos debates sobre a consolidação do espaço nacional brasileiro. O artigo reafirma o Boletim como espaço privilegiado para a circulação de estudos voltados à afirmação da memória histórica regional e à legitimação de narrativas sobre a formação do Estado e do território.

O artigo de Ruy Christovam Wachowicz publicado no volume XXXV do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* pode ser diretamente associado às

⁹¹⁷ WACHOWICZ, Ruy. "Uti possidetis" brasileiro na questão de Palmas. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Curitiba, vol. XXXV, p. 200-205, 1980.

discussões inauguradas em *Notas prévias à ocupação da terra no Paraná Moderno*⁹¹⁸, na medida em que compartilham a mesma preocupação central com os processos de ocupação territorial, a constituição da estrutura agrária e o papel do Estado na definição das fronteiras políticas e sociais do Paraná. Enquanto o texto programático de Cecília Westphalen, Altiva Balhana e Brasil Pinheiro Machado propunha compreender a formação paranaense a partir das grandes frentes de expansão, distinguindo o Paraná Tradicional, baseado na pecuária, no tropeirismo e na posse da terra, do Paraná Moderno, marcado pela colonização dirigida, imigração, pela ferrovia e pelo capital, os trabalhos de Wachowicz oferecem estudos de caso que materializam essas dinâmicas no plano regional e provincial.

O texto *Uti possedetis*, de Ruy Wachowicz, pode ser compreendido como um desdobramento interpretativo e um resultado parcial do amplo esforço de pesquisa empreendido no âmbito do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, especialmente do Projeto nº 1 – Levantamento e Arrolamento de Arquivos⁹¹⁹, iniciado em 1968 sob a direção de Cecília Maria Westphalen e Altiva Pilatti Balhana. Ainda que o estudo de Wachowicz circule no interior do Instituto Histórico e Geográfico e que sua abordagem privilegia a dimensão jurídico-estatal da questão territorial, sua pesquisa se alimenta de um ambiente acadêmico marcado pela valorização das fontes primárias, pela sistematização documental e pela ampliação do acesso aos arquivos regionais.

O projeto do DEHIS tinha como objetivo central o mapeamento, a organização e a preservação de arquivos locais de interesse para a História, respondendo à precariedade das condições de guarda documental no Paraná. Ao longo de seus primeiros anos, a iniciativa não apenas inventou dezenas de arquivos municipais e regionais, como também produziu relatórios metodologicamente rigorosos, amplamente divulgados em publicações universitárias e nos Anais da ANPUH⁹²⁰. Esse esforço contribuiu não apenas para consolidar a criação do curso de mestrado na pós-graduação, sendo decisivo também para a constituição de uma base empírica sólida, capaz de sustentar novas pesquisas sobre a ocupação do território, os conflitos de fronteira e os mecanismos históricos de legitimação da posse da terra.

⁹¹⁸ WESTPHALEN, Cecília; BALHANA, Altiva; MACHADO, Brasil Pinheiro. Nota prévia à ocupação de terra no Paraná Moderno. **Boletim do Departamento de História da UFPR**, n. 7, 1968, Curitiba. p. 1-52.

⁹¹⁹ WESTPHALEN, Maria Cecília; BALHANA, Altiva Pilatti. Projeto de Levantamento de Arquivos. **Separata dos Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. Campinas. 1971. Arquivo Público do Paraná.

⁹²⁰ WESTPHALEN, Cecília M.; BALHANA, Altiva. Projeto de levantamento de arquivo. **Separata dos Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. Campinas, 1971. p. 243-259; WESTPHALEN, Cecília M.; MEQUELUSSE, Jair. Estado atual da pesquisa histórica no Brasil (mesa-redonda por ocasião da XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o progresso da ciência - SBPC-ANPUH). **Separata da Revista de História**, São Paulo, Brasil, n. 88, 1971. p. 356-368.

Nesse sentido, *Uti possidetis* pode ser lido como uma tradução historiográfica específica desse trabalho coletivo de levantamento documental. O princípio jurídico da posse efetiva, central no texto de Wachowicz, pressupõe justamente a existência de documentação histórica capaz de comprovar a ocupação contínua, a administração estatal e o exercício de soberania sobre determinadas áreas. A ampliação do acesso a arquivos regionais, muitos deles localizados em cidades diretamente envolvidas em disputas territoriais, como Palmas, ofereceu as condições materiais para a reconstituição dessas trajetórias de ocupação e para a fundamentação de argumentos históricos com base documental mais robusta.

A relação entre o projeto do DEHIS e *Uti possidetis* não implica identidade de perspectivas. Enquanto o levantamento arquivístico universitário estava associado a um movimento de renovação metodológica e à abertura de novas problemáticas, inclusive sociais e econômicas, o texto de Wachowicz reinscreve esse acervo documental em uma tradição interpretativa vinculada ao Instituto, marcada pela defesa da integridade territorial, da continuidade histórica e da legitimidade jurídico-estatal. Trata-se, portanto, de um mesmo conjunto de fontes e de práticas de pesquisa que circula entre Universidade e Instituto, mas o material é mobilizado segundo projetos historiográficos distintos, seguindo as tendências dos espaços nos quais são publicados. Assim, *Uti possidetis* pode ser compreendido como um produto situado na zona de interseção entre o campo universitário e o campo institucional, resultante de um momento em que a universidade fornecia os instrumentos técnicos, metodológicos e documentais da pesquisa histórica, enquanto o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense oferecia o enquadramento narrativo e interpretativo voltado à afirmação do Estado, das fronteiras e da unidade territorial. Essa articulação evidencia como o processo de profissionalização historiográfica promovido pelo Departamento de História da UFPR não produziu efeitos homogêneos, mas alimentou leituras diversas do passado, algumas delas ainda fortemente ancoradas em tradições jurídico-estatais da escrita da história regional.

É justamente nesse ponto que *Uti possidetis*, publicado por Ruy Christovam Wachowicz no Boletim do IHGEP em 1979, revela um posicionamento distinto no interior do mesmo campo historiográfico. Embora sustentado por rigor documental e por procedimentos de pesquisa assimilados no ambiente universitário, o texto reinscreve a problemática da ocupação territorial em uma chave jurídico-diplomática, centrada na defesa da soberania e na legitimação histórica das fronteiras do Estado. Sua publicação pelo Instituto deve ser entendida como uma escolha institucional estratégica, vinculada à reafirmação do papel histórico do IHGEP em um momento de redefinição do campo historiográfico, quando a

historiografia universitária já se encontrava consolidada e passava a questionar as narrativas regionais tradicionais.

Ao retomar a Questão de Palmas por meio do princípio jurídico do *uti possidetis*, Wachowicz recoloca o Instituto em continuidade com sua vocação fundacional, quando a reunião de documentos e a escrita da história eram concebidas como instrumentos de legitimação jurídica e política do território paranaense. Ao mesmo tempo, o texto atualiza essa tradição ao incorporar métodos de pesquisa documental e uma linguagem mais próxima dos padrões acadêmicos, sem, contudo, romper com uma visão estatal do passado, marcada pela valorização da continuidade histórica, da soberania e da unidade territorial. Nesse sentido, *Uti possidetis* opera como um contraponto às abordagens de Westphalen e Balhana⁹²¹, enquanto estas deslocam o debate para a estrutura agrária, a dinâmica produtiva e os processos econômicos de longa duração, o texto de Wachowicz reafirma o peso das fronteiras, do direito e do Estado como eixos centrais da interpretação histórica.

De modo complementar, os estudos de Wachowicz sobre os Xokleng, especialmente *Xokleng na Província do Paraná (Aldeamento de Papanduva)*⁹²² (1980) e *O papel dos índios na ocupação do sudoeste paranaense*⁹²³ (1983), aprofundam um aspecto, o problema dos chamados “vazios demográficos”⁹²⁴. A noção de vazio demográfico na historiografia brasileira tem sido um tema central na discussão sobre a colonização e a ocupação do território nacional. Essa concepção, que negava a presença indígena no território difundida no século XIX, foi amplamente utilizada nas políticas de colonização do século XX, promovendo a invisibilização dos povos indígenas e o desrespeito aos seus direitos.

No IHGEP, isso se traduziu na visão do índio como personagens do passado remoto, associados às origens do território, mas desprovidos de historicidade própria. Inicialmente o Boletim tende a representar os povos indígenas como elementos pré-modernos, frequentemente descritos como entraves à civilização ou como grupos destinados ao desaparecimento diante do avanço colonizador. Essa abordagem contribui para reforçar a noção de um Paraná que se constrói a partir da imigração europeia, do progresso agrícola e da

⁹²¹ WESTPHALEN, Cecília M.; BALHANA, Altiva. Nota prévia da Expansão Agrícola no Paraná Moderno. **Boletim do Departamento de História**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, n. 25, pp. 1-30. 1977.

⁹²² WACHOWICZ, Ruy. *Xokleng na Província do Paraná (Aldeamento de Papanduva)*. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XXXVII, p. 57-82, 1980b;

⁹²³ WACHOWICZ, Ruy. *O papel dos Índios na ocupação do sudoeste paranaense*. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Littero-Técnica, v. XL, p.53-71, 1983;

⁹²⁴ Sobre a questão consultar: MOTA, Lúcio T. *A construção do “vazio demográfico” e a retirada da presença indígena da história social do Paraná*. O texto faz parte da dissertação de Mestrado, *Presença e Resistência Kaingang no Paraná*, defendida na PUC-SP em 1992. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/70520/A_construcao_do_vazio_demografico_e_a_re.pd?sequence=1. Acesso em jan. 2026.

ação civilizadora do Estado, relegando os indígenas a uma função meramente introdutória na narrativa histórica regional.

Nos primeiros volumes do *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*, publicados entre 1918 e 1925, predominam abordagens de caráter descritivo e classificatório, fortemente marcadas por concepções evolucionistas e territorialistas. Nesse período inicial, os indígenas aparecem sobretudo como elementos explicativos da formação do chamado “tipo paranaense”, sendo concebidos como uma etapa histórica destinada à superação. Um exemplo emblemático é o texto de Jayme Dormund dos Reis, publicado em 1918 sob o título “*Ligeiras Notas sobre a Ethnologia Arqueológicas e Paranaense*”, no qual o indígena é descrito como base da miscigenação que teria originado o caboclo. Ainda que reconheça sua presença na constituição da população regional, o autor o representa a partir da perspectiva etnográfica, fundamentada em definições raciais, caracterizando-o como um grupo “derrotado”, assimilado pela violência da expansão colonizadora e destituído de protagonismo histórico próprio.⁹²⁵

Essa forma de representação não constitui uma especificidade do caso paranaense, mas insere-se em uma tradição intelectual mais ampla, forjada no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. Atuando como um braço intelectual do Estado imperial, o IHGB tornou-se o principal espaço de elaboração de uma história nacional voltada à legitimação da soberania brasileira e à construção de uma identidade distinta da antiga metrópole portuguesa. Nesse contexto, a incorporação, ou exclusão, das populações indígenas variava conforme as necessidades políticas do Estado. A proposta de Carl Friedrich Philipp von Martius, formulada em 1844⁹²⁶, é exemplar, ao defender que a história do Brasil deveria ser escrita a partir da interação entre três raças, branca, indígena e africana, o autor concebia o “rio” civilizador português como força capaz de absorver os “confluentes” nativos. Ao mesmo tempo, Martius introduziu a tese da decadência, segundo a qual os indígenas contemporâneos seriam remanescentes degradados de civilizações pretéritas, situados na “infância” da história. Em contraponto, Francisco Adolfo de Varnhagen⁹²⁷ assumiu uma posição mais rígida, ao caracterizar o indígena como

⁹²⁵ SILVA, F. C. P. de. **Aprisionados em páginas: discurso acerca dos indígenas no Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (1918-2010)**. TCC. DEHIS, UFPR, Curitiba, 2016.

⁹²⁶ MARTIUS, Karl Friederich Phillipe von. “Como se deve escrever a história no Brasil”. **Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1865, t. 6, 2 ed., pp. 389-441. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Livro de fontes de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 61-91.

⁹²⁷ VARNHAGEN, Adolfo de. **História Geral do Brasil**. Tomo I, Madrid: Imprensa de V. Dominguez, 1854. ———. **História geral do Brasil, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha**

obstáculo ao progresso e ao povoamento, defendendo sua integração pela força ou pela chamada “guerra justa”. Ao afirmar que povos sem escrita não possuíam “história”, mas apenas “etnografia”, Varnhagen estabeleceu uma hierarquia metodológica duradoura, relegando os indígenas a um plano inferior de inteligibilidade histórica. Apesar de suas diferenças, ambos os autores contribuíram para a consolidação de um projeto historiográfico que inseriu o “índio histórico” como o alicerce mítico da nacionalidade para diferenciar o Brasil de Portugal.⁹²⁸

É a partir desse legado intelectual que se pode compreender a trajetória dos estudos sobre o indígena na historiografia paranaense, marcada por um deslocamento gradual das abordagens meramente descritivas para interpretações mais críticas da ocupação territorial. Em um primeiro momento, obras como as de Romário Martins, publicadas a partir da década de 1930, como *História do Paraná* (1937) inauguraram o interesse sistemático pelo tema ao mapear a distribuição geográfica das populações indígenas no Paraná, recorrendo a classificações amplas, como Tupis, Crens e Gês⁹²⁹. Essas análises tendiam a homogeneizar a diversidade étnica e a fixar os grupos indígenas em um passado distante. Nessa perspectiva, a presença indígena funciona sobretudo como pano de fundo da narrativa regional, associada à ideia de “sertão” ou de território disponível à ação civilizadora, contribuindo para a consolidação do imaginário dos chamados “espaços vazios”⁹³⁰.

Ao mesmo tempo, esse avanço historiográfico conviveu com limites importantes. Cecília Helm, professora de Antropologia da Universidade do Paraná e sócia do IHGEP desde 1961⁹³¹, observa que, embora os estudos antropológicos clássicos de Herbert Baldus (*O culto dos mortos entre os Kaingang de Palmas*, 1937) e de Loureiro Fernandes (*Os Caingangs de Palmas*, 1941) já circulassem nos meios acadêmicos, eles não foram incorporados nem

e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, Natural de Sorocaba. Madrid, Imprensa de J. Del Rio, 1857. _____. *História geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, s.d., tomo I e tomo II (1877).

⁹²⁸ SOUZA, Breno Sabino Leite de. *Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no início do Século XX*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual Paulista, Unesp, Assis, 2015. 143 f.

⁹²⁹ Romário Martins é creditado como o autor do primeiro trabalho publicado sobre a História do Paraná (1937) que incluiu um capítulo dedicado à distribuição geográfica das tribos indígenas. Sua obra estabeleceu as bases iniciais para o ensino de história nas escolas do estado, utilizando classificações como Tupis, Crens e Gês, embora suas análises tenham sido repetidas em textos didáticos por muitos anos sem revisões profundas. HELM, Cecília Maria Vieira. Kaingang, Guarani e Xetá na Historiografia Paranaense. GT História Indígena e do Indigenismo. *Trabalho apresentado na XIX Reunião Anual da ANPOCS*. Caxambu, 17-21 de outubro de 1995. p. 2.

⁹³⁰ ROSEVICS, L. *O Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a construção de um imaginário regional*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFPR, Curitiba, 2009.

⁹³¹ Cecília Maria Vieira Helm. Sócia do IHGEP desde 24/05/1961. *Lista Nominativa de Sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná desde 1900*.

citados pela historiografia paranaense da década de 1950, revelando a fragilidade do intercâmbio entre historiadores e etnólogos no período⁹³².

A partir das décadas 1960, contudo, observa-se uma inflexão importante vinculada à atuação de historiadores ligados à Universidade do Paraná. Os trabalhos de Cecília Maria Westphalen e Brasil Pinheiro Machado passam a tensionar as produções históricas e passaram a reconhecer em suas narrativas o indígena como habitante originário do território e a denunciar os efeitos negativos da colonização, deslocando-o da condição de obstáculo ao progresso para a de agente histórico inserido nos processos de formação econômica e social⁹³³. Ainda que não incorporem plenamente os referenciais da antropologia, esses autores rompem com a lógica justificadora da expansão colonial, evidenciando, a partir de documentação administrativa, fundiária e notarial, práticas de expropriação, escravização e tutela, como no caso dos chamados “gentios de guerra” presentes nas fazendas dos Campos Gerais⁹³⁴.

Nesse percurso, Ruy Christovam Wachowicz preocupou-se com a integração do índio na sociedade nacional, seu trabalho aborda a “longa e cruenta história da entrada do índio no mundo dos brancos”⁹³⁵, para isso utiliza o conceito de aculturação, fundamentado em Emílio Willem, especialmente a partir das reflexões presentes no estudo *Problemas de Aculturação no Brasil Meridional*, do qual extrai uma chave explicativa que concebe a formação social brasileira como um processo histórico unitário, progressivamente complexificado pelas correntes imigratórias do século XIX. Neste contexto, os conflitos interétnicos e as transformações culturais são interpretados como etapas de um movimento mais amplo de incorporação dos povos indígenas às estruturas econômicas, sociais e culturais da sociedade envolvente.

Posteriormente, Cecília Helm (década de 1970) aprofundou o estudo das relações interétnicas, focando na integração do indígena na estrutura agrária moderna como força de

⁹³² HELM, Cecília Maria Vieira. Kaingang, Guarani e Xetá na Historiografia Paranaense. GT História Indígena e do Indigenismo. **Trabalho apresentado na XIX Reunião Anual da ANPOCS**. Caxambu, 17-21 de outubro de 1995. p. 7.

⁹³³ WESTPHALEN, Cecília; BALHANA, Altiva; MACHADO, Brasil Pinheiro. Nota prévia à ocupação de terra no Paraná Moderno. **Boletim do Departamento de História da UFPR**, n. 7, 1968, Curitiba.

⁹³⁴ BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais: estruturas agrárias**. Publicação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1968.

⁹³⁵ WACHOWICZ, Ruy C. A imigração e os botocudos (Xokleng) do Taió. **Anais do IV Simpósio dos Professores Universitários de História. ANPUH**. Porto Alegre, setembro de 1967. p. 494. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1544024482_fe961dce681b66236ae3d4b381372d43.pdf. Acesso em jan. 2026.

trabalho⁹³⁶. A renovação do olhar sobre a contribuição indígena foi possível através da convergência entre o documento histórico e o método antropológico. Trabalhos de antropólogos como Herbert Baldus, Loureiro Fernandes e Roberto Cardoso de Oliveira forneceram o suporte teórico (como a *Teoria da Fricção Interétnica*) que permitiu aos historiadores analisar o contato entre índios e brancos não apenas como um evento isolado, mas como parte de uma totalidade sincrética ligada à expansão do capitalismo no estado.

Nos estudos realizados sobre a integração do indígena na estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais⁹³⁷, Helm demonstra que, desde o século XVIII, a fazenda de criar constituiu a base da economia regional e que grupos indígenas foram submetidos a condições de escravidão ou semiescravidão⁹³⁸, figurando nos inventários como “gentios de guerra”, Coroados e Botocudos capturados em expedições armadas, conforme já havia indicado Brasil Pinheiro Machado⁹³⁹. Nessa perspectiva, o indígena passa a ser compreendido como parte de uma totalidade social conflitiva, proletarizada (bóia-fria), inserido de forma subordinada na economia regional e estruturalmente vinculado às desigualdades fundiárias e sociais que marcaram a formação do Paraná moderno.

Nesse percurso, Ruy Christovam Wachowicz ocupa uma posição estratégica na historiografia paranaense, seus estudos dedicados aos povos indígenas, especialmente aos Xokleng (botocudos), revelam a continuidade e a coerência de uma trajetória intelectual iniciada ainda na década de 1960, no âmbito das pesquisas sobre colonização e imigração. O ano de 1967 é um marco importante para a historiografia paranaense, referindo-se tanto à publicação de obras de síntese quanto à participação em eventos acadêmicos que ajudaram a consolidar novas perspectivas sobre o passado do estado.

⁹³⁶ HELM, Cecília Maria Vieira. Kaingang, Guarani e Xetá na Historiografia Paranaense. GT História Indígena e do Indigenismo. **Trabalho apresentado na XIX Reunião Anual da ANPOCS**. Caxambu, 17-21 de outubro de 1995. p. 21.

⁹³⁷ HELM, Cecília. **A integração do índio na estrutura agrária do Paraná: o caso Kaingang**. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/95488>. Acesso em jan. 2026.

⁹³⁸ Essa questão foi abordada em "*O Escravidão Colonial*", de Jacob Gorender, que explora a formação social e o modo de produção escravista no Brasil colonial. A obra é um marco na historiografia brasileira, oferecendo uma interpretação original da gênese da sociedade brasileira, Gorender também discute a relação entre a agricultura brasileira e o desenvolvimento e subdesenvolvimento do capitalismo, destacando a coexistência de diversos modos de produção que se inter-relacionam. GORENDER, Jacob. **O escravidão colonial**. 6.ed. São Paulo : Expressão Popular : Perseu Abramo, 2016. [1ª edição 1978].

⁹³⁹ MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva. Contribuição ao Estudo da História Agrária do Paraná. Curitiba. **Boletim da Universidade do Paraná**, dept. de História, n. 3, 1963, 50p.

Em *A imigração e os botocudos do Taió*⁹⁴⁰, estudo apresentado no IV Simpósio dos Professores Universitários de História, realizado em Porto Alegre em 1967⁹⁴¹, e publicado nos Anais do evento, Wachowicz problematiza o impacto da expansão colonizadora europeia, especialmente a polonesa, sobre os territórios indígenas do Sul do Brasil, apresentando os conflitos gerados pelo avanço das frentes agrícola, ferroviária e migratória. A participação do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR) no evento foi ativa, fato é que os professores Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen apresentaram o estudo “*Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização*”⁹⁴², esse trabalho alertava para a necessidade de uma revisão da história do Brasil, propondo novas periodizações e uma análise crítica das posições ideológicas sobre a inserção do imigrante na conjuntura nacional. Nesse período, o Departamento de História da UFPR consolidava-se como um centro de excelência, preparando o terreno para a futura publicação da “*História do Paraná*” (1969), elaborada conjuntamente pelo trio Balhana, Machado e Westphalen.

Antes disso, ainda em 1967, ao publicar a sua *História do Paraná*, concebida como obra didática, o que também indica que os historiadores publicaram para outros públicos além do acadêmico, Ruy Wachowicz já sinalizava preocupação com a presença indígena na formação histórica do estado; contudo, foi na sexta edição do livro, publicada em 1988, que essa questão ganhou centralidade, com a dedicação do primeiro capítulo ao indígena paranaense. Nessa reformulação, Wachowicz recorreu a estudos antropológicos clássicos para abordar as populações pré-colombianas, mobilizando, entre outras referências, a classificação das áreas culturais proposta por Julian Steward⁹⁴³. O autor utilizou o Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú para registrar que os povos Tupi predominavam no litoral e noroeste, sendo os primeiros a entrar em contato com os portugueses.

⁹⁴⁰ **Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, realizada em 22 de novembro de 1967.** GUEDES, Caroline Coleti Guedes; MARONEZI, Ana Karla; BENTHIEN (supervisão). **Caderno de Atas n.4 (31/10/1978 - 18/12/1981).** 1a edição. Departamento de História – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2020. p. 28.

⁹⁴¹ WACHOWICZ, Ruy C. A imigração e os botocudos (Xokleng) do Taió. **Anais do IV Simpósio dos Professores Universitários de História.** ANPUH. Porto Alegre, setembro de 1967. p. 469-495. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1544024482_fe961dce681b66236ae3d4b381372d43.pdf. Acesso em jan. 2026.

⁹⁴² BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória do Paraná. **Separata da Revista Paranaense de Desenvolvimento.** Maio/jun. 1969. N. 12; BALHANA, Altiva; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília M. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. **Separata dos Anais do IV Simpósio Nacional de História.** São Paulo. 1969.

⁹⁴³ HELM, Cecília Maria Vieira. Kaingang, Guarani e Xetá na Historiografia Paranaense. GT História Indígena e do Indigenismo. **Trabalho apresentado na XIX Reunião Anual da ANPOCS.** Caxambu, 17-21 de outubro de 1995. p. 7.

Embora permanecesse sob a influência da noção de aculturação, sua abordagem representou um avanço ao incorporar mapas etno-históricos e ao articular, de forma mais sistemática, imigração, frentes de expansão e conflitos interétnicos como dimensões indissociáveis da ocupação territorial. Essa inflexão interpretativa se aprofundaria em seus estudos posteriores sobre os Botocudos/Xokleng e sobre o papel dos indígenas na ocupação do sudoeste paranaense, nos quais o autor evidencia que os chamados “vazios demográficos” eram, na realidade, territórios indígenas social e politicamente ativos, cuja existência foi reiteradamente ignorada ou negada pelas políticas fundiárias, colonizadoras e pelos projetos de modernização regional.

As diretrizes do departamento na época focavam no levantamento de fontes primárias (registros paroquiais e censos antigos) para reconstituir a história econômica, social e demográfica regional. O uso de fontes primárias do Arquivo Público do Estado do Paraná (APEP) permitiu, por exemplo, que Wachowicz documentasse capítulos cruciais, como a resistência Xokleng na Estrada da Mata⁹⁴⁴ e os massacres de bugreiros⁹⁴⁵. A partir do uso de documentos oficiais Ruy Wachowicz afirmava que o indígena havia se constituído em um ator político fundamental, especialmente na Questão de Palmas, quando a presença de mais de 40% de população indígena e mestiça foi o argumento de *uti possidetis* que garantiu o território ao Brasil⁹⁴⁶.

Ao recorrer sistematicamente à documentação administrativa do Arquivo Público do Estado do Paraná, Wachowicz afirma que aqueles “vazios” correspondiam, na realidade, a territórios indígenas densamente ocupados e politicamente ativos, cuja presença foi deliberadamente invisibilizada pelos projetos estatais de colonização, pelas concessões ferroviárias e pela política fundiária. Desse modo, a questão agrária aparece, em sua obra, indissociável da expropriação territorial, da integração das populações indígenas à economia regional, articulando imigração, ocupação da terra e conflito interétnico como dimensões estruturantes da formação histórica do Paraná.

⁹⁴⁴ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Xokleng na Província do Paraná (Aldeamento de Papanduva). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XXXVII, p. 57-82, 1980a.

⁹⁴⁵ Em resposta aos ataques indígenas, surgiram os bugreiros, homens especializados em "caçar" Botocudos no mato. Estes grupos organizavam expedições de vingança financiadas por fazendeiros e colonos, utilizando armas de fogo para cercar acampamentos e realizar massacres, muitas vezes ao amanhecer, sem poupar mulheres ou crianças. Relatos mencionam figuras como o bugreiro Machado e o bugreiro Martins, conhecidos pela crueldade no extermínio de grupos inteiros. WACHOWICZ, Ruy C. A imigração e os botocudos (Xokleng) do Taió. **Anais do IV Simpósio dos Professores Universitários de História. ANPUH**. Porto Alegre, setembro de 1967. p. 473-480. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1544024482_fe961dce681b66236ae3d4b381372d43.pdf. Acesso em jan. 2026.

⁹⁴⁶ WACHOWICZ, Ruy C. O papel dos Índios na ocupação do sudoeste paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XL, p.71, 1983.

A presença do indígena como uma temática no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP) pode constituir um campo revelador das transformações da historiografia paranaense ao longo do século XX, tanto no que se refere aos seus pressupostos teóricos quanto às funções políticas e culturais atribuídas à escrita da história regional⁹⁴⁷. Todavia, longe de configurar um tema sistematicamente explorado, a questão indígena aparece de forma fragmentada e desigual, quase sempre subordinada às narrativas sobre colonização, imigração e ocupação territorial, refletindo os limites e as tensões internas do próprio Instituto.

Leituras críticas posteriores, como as de Cecília Maria Vieira Helm, sócia do IHGEP desde 1961, evidenciam que, apesar dessas inflexões, o Boletim do IHGEP manteve silêncios e hierarquizações persistentes. Ainda assim, os textos publicados ao longo do século XX revelam fissuras importantes nesse modelo, permitindo compreender a trajetória do debate indígena na historiografia paranaense como um movimento gradual de deslocamento, do apagamento e da classificação (mapeamento) para a problematização das relações de poder e da inserção dos povos indígenas nas estruturas agrárias do Paraná.

A trajetória do debate sobre o indígena na historiografia paranaense evidencia um deslocamento interpretativo gradual dessa perspectiva, marcado pela superação da noção de “espaços vazios” e pela incorporação das populações indígenas como sujeitos históricos ativos nos processos de ocupação territorial e de formação econômica do Paraná. A historiografia tradicional do século XIX e início do XX, em consonância com os discursos oficiais do Estado, naturalizou a ideia de regiões “vazias” ou “não povoadas”, legitimando a expansão colonial e a apropriação de terras por meio da invisibilização deliberada da presença indígena. Como observa Cecília Maria Vieira Helm, relatórios de presidentes de província, memórias de missionários e documentos administrativos reiteravam a necessidade de “povoar o Brasil”, apresentando o índio como obstáculo ao povoamento e, posteriormente, ao

⁹⁴⁷ No levantamento da produção sobre a temática indígena no âmbito do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, foi localizado apenas um trabalho dedicado especificamente à análise desse eixo no interior do Boletim da instituição. Trata-se do Trabalho de Conclusão de Curso de Fábio César Pereira da Silva, intitulado *Aprisionados em páginas: discurso acerca dos indígenas no Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (1918–2010)*, defendido no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná em 2016. A escassez de estudos dessa natureza evidencia não apenas o caráter ainda marginal da questão indígena nas reflexões historiográficas sobre o Instituto, mas também a permanência de um vazio crítico no exame sistemático das representações, silenciamentos e enquadramentos discursivos dos povos indígenas ao longo da trajetória editorial do Boletim. SILVA, F. C. P. de. **Aprisionados em páginas: discurso acerca dos indígenas no Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (1918-2010)**. TCC. DEHIS, UFPR, Curitiba, 2016.

desenvolvimento dos estados do Sul⁹⁴⁸. Essa retórica fundamentou políticas de aldeamento e justificou a ocupação violenta de territórios tradicionalmente habitados por Kaingang e Guarani⁹⁴⁹, como em Guarapuava, Palmas e na região do rio Tibagi, onde diferentes experiências de aldeamento foram impostas sem o consentimento indígena⁹⁵⁰.

A produção de Ruy Christovam Wachowicz representou uma inflexão epistemológica relevante no interior do IHGEP, ao incorporar instrumentos analíticos oriundos da antropologia e da sociologia histórica e ao tensionar pressupostos consolidados da historiografia regional. Em diálogo com as proposições de Cecília Maria Westphalen, especialmente no que se refere à crítica à noção de “vazios demográficos”, Wachowicz reconhece os povos indígenas como habitantes originários do território, historicamente expropriados pelos processos de colonização e pela política fundiária estatal. No entanto, avança para além dessa constatação ao articular a ocupação territorial a uma análise da fricção interétnica. Para sustentar essa leitura, o autor estabelece uma comparação entre o relativo êxito das políticas de aldeamento na região de Palmas e o fracasso da experiência no território Xokleng, ao sul do rio Negro. Segundo Wachowicz, a incapacidade do Estado provincial de implantar aldeamentos permanentes entre os Xokleng, como o de Papanduva, comprometeu a construção de uma situação de posse efetiva, fragilizando a argumentação paranaense na disputa territorial com Santa Catarina e contribuindo, em última instância, para a perda de parcelas significativas desse território⁹⁵¹.

⁹⁴⁸ HELM, Cecília Maria Vieira. Kaingang, Guarani e Xetá na Historiografia Paranaense. GT História Indígena e do Indigenismo. **Trabalho apresentado na XIX Reunião Anual da ANPOCS**. Caxambu, 17-21 de outubro de 1995. p. 14.

⁹⁴⁹ Conforme a associação nacional de ação indigenista (1993), o Paraná abriga em maior quantidade 2 grupos étnicos, os Kaingangs pertencentes ao tronco linguístico Macro Jê e o Guarani, pertencentes ao tronco linguístico Tupi-Guarani. No entanto, é preciso destacar a presença dos Xetás na região norte do estado, presentes em quantidade menor, resultado da dizimação de sua população, principalmente com a implantação das companhias colonizadoras no território paranaense. Apenas em 2003 e, depois de considerados extintos, foram reconhecidos oficialmente pela Funai. Para Marinho (2019), uma quantidade considerada de Xetás foi exterminada pelos governos do Paraná devido, principalmente, aos projetos de colonização dirigida que aconteceram naquele período. De acordo com Silva (2012), os Kaingang inicialmente ocuparam espaços que compreendiam os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e o grande do sul e a província de Misiones na Argentina. Sobre os Guarani consultar: MONTEIRO, J. M. Os guarani e a História do Brasil Meridional, séculos XVI-XVII. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. (org.). **História dos índios no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 475-498; HELM, Cecília Maria Vieira. Kaingang, Guarani e Xetá na Historiografia Paranaense. GT História Indígena e do Indigenismo. **Trabalho apresentado na XIX Reunião Anual da ANPOCS**. Caxambu, 17-21 de outubro de 1995; MOTA, L. T. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: EDUEM, 1994. p.167

⁹⁵⁰ HELM, Cecília Maria Vieira. Kaingang, Guarani e Xetá na Historiografia Paranaense. GT História Indígena e do Indigenismo. **Trabalho apresentado na XIX Reunião Anual da ANPOCS**. Caxambu, 17-21 de outubro de 1995. p. 14.

⁹⁵¹ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Xokleng na Província do Paraná (Aldeamento de Papanduva). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XXXVII, p. 57-82, 1980.

Essa linha de investigação se aprofunda em textos publicados no Boletim do IHGEP, como *Xokleng*⁹⁵² na Província do Paraná (*Aldeamento de Papanduva*) (1980) e *O papel dos índios na ocupação do sudoeste paranaense* (1983), nos quais o autor enfrenta diretamente o problema dos chamados “vazios demográficos”, noção amplamente mobilizada pela historiografia tradicional e pelas políticas de colonização para justificar a apropriação de terras consideradas “desocupadas”. A historiografia paranaense, por exemplo, foi marcada pelo uso do vazio demográfico para justificar a ocupação e a destruição das terras indígenas, resultando em genocídio e desterritorialização.

No caso do Paraná, a historiografia paranaense sobre os indígenas evoluiu de uma preocupação classificatória, de mapeamento, para a denúncia dos efeitos da colonização, especialmente os conflitos territoriais. Wachowicz focou suas análises na realidade dos conflitos de terra e na expansão do capitalismo no sul do Brasil, para a compreensão do indígena como um agente histórico e socioeconômico no século XX⁹⁵³. Ele narrou a partir de documentação inexplorada a resistência ativa de povos como os Xokleng e Kaingang contra as frentes de expansão ferroviária e agrícola⁹⁵⁴, o que foi essencial para desconstruir o mito dos “vazios demográficos”.

“*O Xokleng na Província do Paraná (Aldeamento do Papanduva)*”⁹⁵⁵, de Ruy Christovam Wachowicz, insere-se na tradição de pesquisas histórico-etnográficas do Instituto, ao analisar os processos de aldeamento e as relações entre Estado, missionários e populações indígenas no território paranaense, o autor mobiliza documentação administrativa e relatos históricos para discutir a ocupação do espaço e as estratégias de controle e integração dos povos indígenas. O artigo de Ruy foi publicado no volume XXXVII do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, em 1980, que apresenta um conjunto diversificado de estudos que reafirmam o perfil interdisciplinar da publicação, articulando história, etnografia, linguística, biografia e edição documental. O número se inicia com a

⁹⁵² Os Xokleng (ou Laklãnõ) são um povo indígena do tronco Macro-Jê, também conhecidos como Xokleng ou Botocudos. Habitam principalmente a Terra Indígena Ibirama-La Klãnõ, em Santa Catarina, e outras áreas próximas.

⁹⁵³ A publicação da coletânea “História dos Índios no Brasil” (1992), organizada por Manuela Carneiro da Cunha, é considerada o marco inicial desse campo, buscando redimir a historiografia de seu papel na tentativa de erradicar simbolicamente os índios. A Constituição de 1988 e o aumento dos movimentos sociais indígenas seriam propulsores essenciais para que os historiadores passassem a reconhecer os direitos originários e a presença política desses povos.

⁹⁵⁴ WACHOWICZ, Ruy C. A imigração e os botocudos (Xokleng) do Taió. **Anais do IV Simpósio dos Professores Universitários de História. ANPUH**. Porto Alegre, setembro de 1967. p. 469-495.

⁹⁵⁵ WACHOWICZ, Ruy. Xokleng na Província do Paraná (Aldeamento de Papanduva). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XXXVII, p. 57-82, 1980;

seção “Nossa capa”, dedicada a Albert Vojtech Frič, por Zdenek Burian, estabelecendo desde o início uma aproximação entre etnografia e valorização de intelectuais estrangeiros⁹⁵⁶.

Entre os primeiros artigos, destacam-se os estudos voltados à presença indígena e à etnografia regional, como “*Vultos tchecos no Brasil e no Paraná*”, de Edilberto Trevisan, e “*O Xokleng na Província do Paraná (Aldeamento do Papanduva)*”, de Ruy Christovam Wachowicz. O volume também reúne documentos históricos e análises de fontes, como *Teor de uma carta histórica do Gen. José Bernardino Bormann ao Pe. Carlos Teschauer, S.J.*, de Pe. Arthur Rabuske (p. 83), e a *Coleção de documentos de Frei Emílio de Cavaso – OFM Cap.*, organizada por Frei Emílio de Cavaso, com tradução de Edilberto Trevisan. Essas contribuições reforçam o papel do Boletim como espaço de preservação e difusão de documentação histórica, característica predominante da atuação do IHGEP.

Outro eixo relevante do volume é a história cultural e simbólica do Paraná, representada por textos como *Significado da palavra Tibagi*, de Urbano Borges Martins, e *Subsídios para a história do teatro do Paraná*, de Maria Thereza B. Lacerda. Soma-se a esse conjunto a abordagem comemorativa e memorialística, presente em artigos como *Sesquicentenário de Rio Negro*, de Waldomiro Bley Junior, *Sesquicentenário da imigração alemã no Paraná*, de Levy de Brito Buquera Filho, e *Centenário de João Conrado Bühner*. O volume inclui ainda textos de caráter biográfico e literário, como *Síntese biográfica do Coronel Vivida*, de Olga B. Bevilaqua, e *Cinco crônicas*, de Hellê Vellozo Fernandes, evidenciando a abertura do Boletim para diferentes formas de escrita histórica e memorialística. Encerrando o número, figuram o *Discurso de recepção aos novos sócios*, proferido por Ruy Christovam Wachowicz, documento que explicita as práticas institucionais e os rituais de pertencimento ao Instituto, e a *Resenha bibliográfica*, de Edilberto Trevisan, reafirmando a função do Boletim como espaço de circulação e legitimação do conhecimento histórico regional.

Nesta edição do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, publicado em 1980, a presença de Ruy Christovam Wachowicz assume especial relevância, tanto pelo conteúdo de sua produção intelectual quanto por sua atuação institucional no interior do Instituto. No que tange a sua produção historiográfica, no artigo “*O Xokleng na Província do Paraná (Aldeamento do Papanduva)*”, Wachowicz insere-se na tradição do Instituto de valorização da história regional e da etnografia histórica, ao mesmo tempo em que

⁹⁵⁶ *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Curitiba, v. XXXVII, p.5, 1980.

dialoga com preocupações acadêmicas mais amplas, como a ocupação do território, a construção da autoridade estatal e as dinâmicas de contato interétnico.

Para a elaboração do artigo “*Xokleng na Província do Paraná (Aldeamento de Papanduva)*”, publicado em 1980, Ruy Christovam Wachowicz apoiou-se de modo sistemático em fontes primárias manuscritas e oficiais do século XIX, majoritariamente preservadas no Arquivo Público do Estado do Paraná (APEP), o que conferiu densidade empírica e rigor documental à sua análise. O autor mobilizou relatórios de presidentes de província, como os de Zacarias de Góes e Vasconcelos (1854), Agostinho Ermelino de Leão (1871), Adolfo Lamenha Lins (1877) e João José Pedrosa (1881), bem como vasta correspondência administrativa produzida por subdelegados de polícia, administradores de registros e autoridades locais das regiões de Rio Negro, Palmas e União da Vitória. A essas fontes somaram-se ofícios expedidos por Francisco da Rocha Loures ao governo provincial, relatórios técnicos, como os do inspetor da Estrada da Mata, Francisco Xavier de Assis, além de documentação financeira e contábil, a exemplo do relatório do escriturário José de Santo Elias Afonso da Costa (1877), encarregado de verificar as contas do Aldeamento de Papanduva, e das correspondências de funcionários do aldeamento dirigidas ao Diretor Geral dos Índios e ao vice-presidente da província. A inclusão de documentos relativos à Colônia Teresa (1856) ampliou ainda mais o escopo da investigação, permitindo articular a política indigenista aos projetos de colonização. O uso cruzado desse conjunto documental possibilitou a Wachowicz reconstruir o cotidiano administrativo dos aldeamentos, as tensões entre autoridades provinciais, colonos e populações indígenas e os limites das políticas de tutela e integração, contribuindo decisivamente para a renovação de seus próprios estudos e para a historiografia paranaense inscrever a presença do indígena nas estruturas administrativas, fundiárias e econômicas da província.

A participação prática dos indígenas no período imperial foi moldada pelo “Regulamento das Missões” (Decreto n.º 426 de 1845), que institucionalizou os aldeamentos religiosos como ferramentas de controle demográfico e assimilação forçada. No plano simbólico e científico, a criação da Seção de Arqueologia e Etnografia do IHGB, em 1847, teve como objetivo sistematizar informações sobre as chamadas “nações indígenas”, seus costumes, línguas e modos de vida. Esse esforço classificatório, longe de ser neutro, produziu um conhecimento funcional à expansão do Estado imperial, ao permitir o mapeamento das populações indígenas como corpos administráveis, convertendo-as em uma “população em potencial” a ser integrada, ou neutralizada, no processo de consolidação das fronteiras

nacionais.⁹⁵⁷ Todas essas propostas operam sob o mito da Modernidade, que via o indígena ora como um símbolo romântico do passado, ora como um habitante degradado que precisava ser “civilizado” para servir aos interesses econômicos do Império⁹⁵⁸. Essa influência na integração indígena ocorreu principalmente por meio da criação de um discurso histórico e etnográfico que buscava definir o lugar do nativo na “nação”⁹⁵⁹.

Tais questões podem ser observadas ao longo da trajetória do Aldeamento de São Tomás de Papanduva, iniciativa governamental na Província do Paraná, na segunda metade do século XIX, criada primordialmente como uma resposta estratégica e militar aos violentos conflitos entre a sociedade nacional e os indígenas Xokleng (também referidos nas fontes como Botocudos)⁹⁶⁰. A região sul do rio Negro era atravessada pela Estrada da Mata⁹⁶¹, uma via que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo. Os Xokleng são descritos como o grupo que ofereceu a resistência mais tenaz, especialmente na Estrada da Mata, onde atacavam tropas de mulas e operários para impedir a passagem de brancos por suas terras. Em 1868, um ataque Xokleng resultou na morte de toda uma comitiva de tropeiros, levando o governo a tratar a questão indígena como um “caso de polícia”, pois a presença indígena representava um problema para a expansão econômica regional⁹⁶².

O aldeamento foi autorizado em 3 de abril de 1875 pelo então Presidente da Província, Frederico José Cardoso de Araújo Abranches, porém, algumas fontes também associam sua criação ao governo de Adolfo Lamemba Lins entre 1875 e 1876. Ao contrário de outros projetos voltados à preservação indígena, Papanduva não visava proteger os Xokleng da extinção, mas sim garantir a segurança dos transeuntes e moradores da região, servindo como uma barreira defensiva. O projeto foi confiado ao experiente sertanista Joaquim Francisco

⁹⁵⁷ KODAMA, Kaori. **Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009, 336 p. História e saúde collection; DIAS, Aline de Souza. **As populações indígenas nos trabalhos da Revista do IHGB (1839-1880)**.

⁹⁵⁸ TURIN, Rodrigo. **A obscura história indígena: o discurso etnográfico no IHGB (1840-1870)**. In: Manoel L. Salgado Guimarães (Org.). *Historiografia e História Política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 111-132.

⁹⁵⁹ DIAS, Aline de Souza. **As populações indígenas nos trabalhos da Revista do IHGB (1839-1880)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás. 2024. 158 f.

⁹⁶⁰ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Xokleng na Província do Paraná (Aldeamento de Papanduva). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XXXVII, p. 57-82, 1980a.

⁹⁶¹ A estrada da mata ligava o Rio Grande do Sul com São Paulo, passando pelo território paranaense. O percurso desta via de comunicação passava no centro do território dos botocudos. Por esta razão, o trajeto entre o Rio Negro e Curitiba era o trecho mais perigoso. Constantes eram os assaltos que os botocudos realizavam aos tropeiros, de preferência às tropas de menor vulto, o que res tingia o poder defensivo das mesmas. WACHOWICZ, Ruy C. A imigração e os botocudos (Xokleng) do Taíó. **Anais do IV Simpósio dos Professores Universitários de História**. ANPUH. Porto Alegre, setembro de 1967. 1969. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1544024482_fe961dce681b66236ae3d4b381372d43.pdf. Acesso em jan. 2026.

⁹⁶² WACHOWICZ, Ruy Christovam. Xokleng na Província do Paraná (Aldeamento de Papanduva). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XXXVII, p. 64. 1980.

Lopes, que escolheu o local e fundou o estabelecimento em setembro de 1875. O aldeamento teve uma vida curta e não atingiu seus objetivos. Um dos obstáculos era a afirmação de que os Xokleng eram extremamente “arredios” e evitavam qualquer aproximação com a civilização⁹⁶³. O aldeamento jamais conseguiu estabelecer contato efetivo ou atrair os grupos indígenas para o convívio, enquanto o aldeamento esteve ativo, os ataques indígenas continuaram nas proximidades, como o assalto ocorrido em 1877 no quarteirão de Avenca⁹⁶⁴.

Diante da inoperância e dos altos custos, o governo da província extinguiu o aldeamento em 1877, transferindo os animais e bens restantes para o aldeamento de São Jerônimo. A não consolidação do aldeamento de Papanduva teve um impacto duradouro na história do estado. Segundo Wachowicz (1980), a extinção foi um erro político, pois o Paraná não conseguiu estabelecer núcleos urbanos expressivos naquela zona de fronteira. No acordo de limites de 1916, o território ao sul do rio Negro acabou passando para o domínio de Santa Catarina, e o estado do Paraná perdeu o argumento de ocupação efetiva que Papanduva poderia ter representado.

A ocupação de terras por imigrantes alemães e poloneses ocorreu em áreas que eram o coração do território Xokleng, como o vale do Itajaí e a margem esquerda dos rios Negro e Iguaçu. O extermínio e a expulsão dos indígenas permitiram que colônias imensas, como Blumenau, Joinville e Itaiópolis, se consolidassem e penetrassem no interior. Sem o recuo forçado e a eliminação física dos grupos nativos, a fixação dos colonos nessas matas virgens seria, segundo os registros, impraticável devido à resistência indígena.

O conflito gerou um ambiente de medo e insegurança extrema para os colonos europeus. As fontes narram assaltos violentos a propriedades (como a de Salvador Bueno e a bodega de João Gordo), onde famílias inteiras de imigrantes foram mortas. Em Itaiópolis, por exemplo, os lotes foram demarcados sobre antigos cemitérios indígenas, o que aumentou a fúria dos Xokleng e resultou em dezenas de mortes de colonos poloneses, levando muitos a abandonarem seus lotes por terror. Após a “pacificação” iniciada por Eduardo Hoerhann em 1914, os remanescentes Xokleng que não foram exterminados perderam sua estrutura tribal e identidade. Segundo Wachowicz (1969),

O gentio botocudo, ao adquirir o hábito sedentário, aos poucos desfez sua estrutura tribal. O índio veio perder sua alegria. Deixou de ser portador de um riso fácil e espontâneo, sendo obrigado a adquirir uma personalidade artificial, adequada à

⁹⁶³ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Xokleng na Província do Paraná (Aldeamento de Papanduva). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XXXVII, p. 62, 1980.

⁹⁶⁴ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Xokleng na Província do Paraná (Aldeamento de Papanduva). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XXXVII, p. 69-72, 1980.

sociedade do homem “branco”. Com a chamada “pacificação” ou “incorporação à civilização”, o botocudo, em face da grande diferença cultural que o separava dos imigrantes ou seus descendentes, veio engrossar o número da população chamada “cabocla” e o proletariado rural⁹⁶⁵.

Como consequência final, o extermínio e a posterior incorporação à civilização desintegraram a estrutura tribal Xokleng, transformando os sobreviventes em uma população marginalizada, rotulada como “cabocla” ou integrando-os como proletariado rural (bóia-fria) na base da pirâmide social. Wachowicz argumenta que no Paraná, o fracasso em fixar os Xokleng em núcleos como o Aldeamento de Papanduva teve um impacto geopolítico, pois o estado não conseguiu estabelecer centros urbanos expressivos naquela zona de fronteira. Isso enfraqueceria o argumento paranaense de ocupação efetiva (*uti possidetis*) durante a Questão do Contestado, resultando na perda daquele território para Santa Catarina em 1916. Em resumo, o extermínio Xokleng foi a engrenagem violenta que permitiu a substituição de uma ordem tribal soberana por uma estrutura agrária europeia, onde o custo do progresso foi a eliminação quase total de um povo.

Por sua vez, em “*O papel dos índios na ocupação do sudoeste paranaense*”⁹⁶⁶, publicado no volume XL em 1983 no Boletim do IHGEP, Ruy Christovam Wachowicz estrutura sua análise em torno de algumas questões centrais, articuladas a partir de documentação administrativa do século XIX e de uma leitura histórica voltada à ocupação territorial. Em primeiro lugar, o autor demonstra que a expansão para o centro-sul e sudoeste do Paraná não se deu sobre “espaços vazios”, mas em territórios controlados e disputados por populações indígenas, especialmente os Kaingang, que resistiram de forma ativa à penetração luso-brasileira desde os primeiros contatos em Guarapuava, em 1809. A conquista das pastagens naturais de Guarapuava e Palmas ocorreu devido à expansão de uma frente criadora que invadiu territórios tradicionais dos povos Kaingang. Iniciada com a Real Expedição de Diogo Pinto de Azevedo Portugal, a ocupação encontrou forte resistência indígena, resultando em ataques e combates violentos. Para proteger os criadores e garantir a posse da terra contra incursões espanholas, o governo organizou expedições militares e fundou povoados estratégicos⁹⁶⁷.

⁹⁶⁵ WACHOWICZ, Ruy C. A imigração e os botocudos (Xokleng) do Taió. **Anais do IV Simpósio dos Professores Universitários de História**. ANPUH. Porto Alegre, setembro de 1967. 1969. p. 492. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1544024482_fe961dce681b66236ae3d4b381372d43.pdf. Acesso em jan. 2026.

⁹⁶⁶ WACHOWICZ, Ruy C. O papel dos Índios na ocupação do sudoeste paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XL, p.53-71, 1983.

⁹⁶⁷ WACHOWICZ, Ruy C. O papel dos Índios na ocupação do sudoeste paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XL, p.56, 1983.

Os conflitos armados, ataques a destacamentos militares e a rejeição inicial à presença branca são descritos como parte constitutiva do processo de ocupação⁹⁶⁸. Uma segunda questão fundamental é a divisão interna das populações indígenas entre grupos colaboracionistas e refratários, fenômeno recorrente tanto em Guarapuava quanto nos Campos de Palmas. Wachowicz analisa como essa cisão foi explorada pelas autoridades provinciais e por fazendeiros, que se apoiaram em lideranças indígenas como Condá e Viri para garantir proteção, abrir caminhos e consolidar núcleos de povoamento, ao mesmo tempo em que mantinham a repressão contra os grupos considerados hostis⁹⁶⁹. O autor evidencia que essas alianças eram instáveis e frequentemente marcadas por violência, traições e massacres, como a destruição do aldeamento de Atalaia em 1825.

Em terceiro lugar, o texto destaca o papel estratégico desempenhado pelos indígenas na ocupação efetiva do sudoeste paranaense, não apenas como mediadores, mas como agentes fundamentais na defesa de povoações, na abertura de estradas e na garantia da circulação entre Guarapuava, Palmas, Nonohay e a província do Rio Grande do Sul.⁹⁷⁰ Wachowicz sublinha que relatórios oficiais reconheciam explicitamente que, sem o apoio indígena, muitas dessas áreas não teriam sido povoadas ou mantidas sob controle provincial. Por fim, o autor articula a presença indígena à Questão de Palmas, demonstrando que a ocupação indígena — e a política de alianças estabelecida no século XIX, foi decisiva para a aplicação do princípio do *uti possidetis* na arbitragem internacional que garantiu a soberania brasileira sobre a região disputada com a Argentina.⁹⁷¹ Em suma, Wachowicz busca confirmar que a presença e a integração dos índios foram os pilares que permitiram a consolidação da soberania nacional em uma fronteira internacional disputada.

A política do *Uti Possidetis* (“como possuis, continuarás possuindo”)⁹⁷² no Sudoeste do Paraná foi o princípio jurídico fundamental utilizado pela diplomacia brasileira para garantir a posse definitiva do território na disputa de limites com a Argentina, conhecida como Questão de Palmas.⁹⁷³ O argumento central do Barão de Rio Branco baseava-se na

⁹⁶⁸ WACHOWICZ, Ruy C. O papel dos Índios na ocupação do sudoeste paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XL, p.55, 1983.

⁹⁶⁹ WACHOWICZ, Ruy C. O papel dos Índios na ocupação do sudoeste paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XL, p.56-57, 1983.

⁹⁷⁰ WACHOWICZ, Ruy C. O papel dos Índios na ocupação do sudoeste paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XL, p.66-70, 1983.

⁹⁷¹ WACHOWICZ, Ruy C. O papel dos Índios na ocupação do sudoeste paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XL, p.71, 1983.

⁹⁷² WACHOWICZ, Ruy C. O papel dos Índios na ocupação do sudoeste paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XL, p.70-71, 1983.

⁹⁷³ WACHOWICZ, Ruy. "Uti possidetis" brasileiro na questão de Palmas. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Vol. XXXV. ano 1979. p. 216-217, 1980.

prova de que os brasileiros exerciam uma posse real, efetiva e permanente sobre a terra. Enquanto a penetração argentina na região era descrita como temporária e predatória, focada apenas na exploração sazonal de ervais de mate que eram abandonados após a colheita, os brasileiros haviam estabelecido fazendas de criação, moradias fixas e núcleos povoados.

Ao estarem sob a tutela e proteção de autoridades brasileiras, esses povos nativos foram contabilizados, servindo de base populacional para que o Brasil demonstrasse ao presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland, que o território já era “brasileiro” na prática. Por meio dessa política de ocupação dirigida e à comprovação documental (incluindo mapas históricos recuperados por Rio Branco), a sentença de 1895 foi favorável ao Brasil. O país colheu, assim, o fruto da aliança com os indígenas do Sudoeste, que serviram como um “escudo protetor” e argumento demográfico para a expansão territorial⁹⁷⁴.

Em contraste, as fontes observam que o Paraná não conseguiu aplicar o mesmo sucesso no território dos Xokleng (ao sul do rio Negro), onde o fracasso em estabelecer núcleos urbanos ou aldeamentos permanentes (como o de Papanduva) enfraqueceu o argumento de posse paranaense frente à Santa Catarina. Assim, Wachowicz (1983) consolida uma leitura na qual a questão indígena aparece indissociável da ocupação territorial, da política fundiária e das disputas de fronteira, reforçando a crítica à noção de vazio demográfico na historiografia paranaense.

A ocupação do sudoeste paranaense é descrita no artigo como uma das três grandes ondas povoadoras do estado, caracterizando-se historicamente pela criação de suínos, plantação de cereais e por uma ligação íntima com o Rio Grande do Sul. Este processo não foi apenas uma expansão agrícola, mas um movimento geopolítico essencial para a garantia da soberania brasileira na fronteira meridional. Com o tempo, a estrutura de latifúndios pastoris tradicionais deu lugar a uma nova dinâmica com a chegada de migrantes europeus e de outras regiões do Brasil. Em resumo, a ocupação do sudoeste foi uma manobra política de expansão territorial paranaense descrita nas fontes como um processo dinâmico e multifacetado, impulsionado por sucessivas ondas povoadoras e frentes econômicas que transformaram o estado de um território em grande parte desconhecido para uma complexa estrutura agrária integrada ao mercado nacional.

A ocupação do território paranaense não foi uniforme, mas sim o resultado de três comunidades regionais distintas com motivações diversas. O Paraná Tradicional (séculos

⁹⁷⁴ WACHOWICZ, Ruy C. O papel dos Índios na ocupação do sudoeste paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XL, p.71, 1983.

XVII e XVIII), iniciou-se com a mineração do ouro no litoral e em Curitiba, estruturando-se depois sobre o latifúndio campeiro nos Campos Gerais⁹⁷⁵. A economia neste momento baseava-se na criação e comércio de gado (tropeirismo) e, posteriormente, nas atividades extrativas de erva-mate e madeira; Já o Norte do Paraná, foi ocupado majoritariamente por uma frente pioneira vinda de São Paulo, a economia foi impulsionada pela agricultura do café, transformando a região em um polo de agricultura tropical, além disso, essa região é descrita como um exemplo de colonização capitalista moderna. A partir da década de 1920, grandes companhias (como a *Paraná Plantations Limited*) executaram planos de colonização dirigida, dividindo as terras em pequenos lotes e fundando cidades planejadas, como Londrina e Maringá⁹⁷⁶. Esse modelo estimulou uma rápida explosão demográfica e o surgimento de classes médias rurais. Seus interesses históricos e econômicos estiveram, desde o início, intimamente ligados ao território paulista.⁹⁷⁷ E a região Sudoeste do Paraná, onde a ocupação foi realizada por correntes povoadoras vindas do Rio Grande do Sul. Diferente do Norte cafeeiro, o Sudoeste baseou-se em lavouras de soja e milho e na criação de animais para abastecimento e subsistência. Foi apenas a partir da década de 1970, com a difusão das lavouras, como soja e trigo, que as diferentes comunidades do Norte e do Sudoeste iniciaram um processo de integração histórica e econômica sob um sistema produtivo mais unificado.

O texto de Ruy Christovam Wachowicz, *“O papel dos índios na ocupação do sudoeste paranaense”* (1983), é significativo para a crítica à historiografia tradicional e aos discursos oficiais que tratavam o interior do estado como um “espaço vazio” ou “sertão despovoado” para legitimar a concessão de terras a empresas colonizadoras. Wachowicz demonstra que o território era densamente habitado e disputado, substituindo a ideia de “vazio” pela de “fricção interétnica”. Em resumo, a expansão territorial do Paraná foi uma transfiguração étnica e econômica⁹⁷⁸, o que a história oficial chamava de “conquista do sertão” foi, na prática, o avanço das frentes de capital sobre territórios indígenas, transformando antigos donos da terra em mão de obra periférica da sociedade de classes⁹⁷⁹.

⁹⁷⁵ WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva P. 1977. Nota prévia da Expansão Agrícola no Paraná Moderno. **Boletim do Departamento de História**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, n. 25, p. 12.

⁹⁷⁶ WESTPHALEN, Cecília; BALHANA, Altiva; MACHADO, Brasil Pinheiro. Nota prévia à ocupação de terra no Paraná Moderno. **Boletim do Departamento de História da UFPR**, n. 7, 1968, Curitiba. p. 1-52 ; Comércio da madeira e a atuação do Brazil Railway no sul do Brasil. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Littero-Técnica, v. XLI, p. 67-68, 1984.

⁹⁷⁷ WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva P. 1977. Nota prévia da Expansão Agrícola no Paraná Moderno. **Boletim do Departamento de História**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, n. 25, p. 12.

⁹⁷⁸ HELM, Cecília. **A integração do índio na estrutura agrária do Paraná: o caso Kaingáng**. Tese Livre-Docente, UFPR. Curitiba, 1974, 226 p.

⁹⁷⁹ Nota-se uma evidente aproximação com as discussões propostas em: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro à sociedade de classes*. Edição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. 1964.

Em suma, o texto de Wachowicz deve ser lido como esforço de observar o indígena como elemento econômico importante na construção do território e da soberania do Brasil meridional.

Wachowicz ainda publicaria em 1984 mais um estudo no Boletim do IHGP referente a suas pesquisas sobre a formação territorial do Paraná⁹⁸⁰. Neste estudo, intitulado “*Comércio da madeira e a atuação do Brazil Railway no sul do Brasil*”, o historiador analisa como diferentes ciclos econômicos e agentes sociais moldaram o estado, com ênfase para o exame da fase de industrialização e o impacto do capital estrangeiro através das ferrovias e da madeira, o que demonstra aproximação com as discussões de história econômica que eram disseminadas no interior do Dehis e da pós-graduação em História na Universidade Federal do Paraná.

Frédéric Mauro exerceu forte influência sobre a pós-graduação brasileira ao propor uma história econômica de longa duração, sensível às estruturas produtivas, aos circuitos comerciais e à articulação entre economia, território e Estado⁹⁸¹. Seus estudos sobre a expansão européia, o comércio atlântico e a formação dos espaços coloniais deslocaram o foco da narrativa política para os mecanismos econômicos de ocupação e integração dos territórios, enfatizando fluxos, redes, concessões e estratégias de exploração de recursos. Essa perspectiva foi amplamente difundida nos programas de pós-graduação, inclusive no Paraná, por meio de cursos, traduções e da circulação de seus textos entre orientadores e pesquisadores. Nesse contexto, os trabalhos de Wachowicz — sobretudo aqueles dedicados à formação territorial do Paraná, à exploração madeireira, às políticas imigratórias e às disputas de fronteira —, ainda que não dialoguem diretamente com esse horizonte analítico, revelam importantes aproximações com ele. Assim como em Mauro, o território não aparece como dado natural, mas como resultado de processos econômicos concretos, nos quais a ocupação produtiva (madeira, erva-mate, colonização agrícola) se articula à ação do Estado e à definição de fronteiras jurídicas.

Além disso, a atenção de Wachowicz aos agentes econômicos intermediários, empresas colonizadoras, concessionárias ferroviárias, comerciantes e grandes proprietários, remete à preocupação de Mauro com os sujeitos coletivos da economia colonial e pós-colonial, ainda que Wachowicz opere em escala regional. Mesmo quando incorpora o

⁹⁸⁰ WACHOWICZ, Ruy. Comércio da madeira e a atuação do Brazil Railway no sul do Brasil. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLII, p. 41-77, 1984.

⁹⁸¹ MAURO, Frédéric. **Nova História e Novo Mundo**. Perspectiva, São Paulo, 3 ed. 1973.

debate indígena, Wachowicz o faz articulando-o às estruturas econômicas e fundiárias, evidenciando a expropriação como parte do processo de formação territorial, o que reforça a leitura estrutural herdada da História Econômica.

Portanto, a aproximação com a produção de Frédéric Mauro manifesta-se em Wachowicz não como adesão teórica explícita, mas como afinidade intelectual produzida pelo campo acadêmico, a centralidade da economia na explicação histórica, a valorização das estruturas de longa duração e a compreensão do território como construção histórica vinculada à exploração dos recursos e à expansão do Estado. Essa convergência ajuda a situar Wachowicz no interior de um movimento mais amplo de renovação da historiografia regional, alinhado às agendas da pós-graduação em História e ao fortalecimento da História Econômica no Brasil.

Para narrar a transição de modelos econômicos Wachowicz, avança em suas análises para o final do século XIX e início do XX, demonstrando como essa ocupação tradicional foi destituída pela lógica do capitalismo industrial, especialmente aquele representado pelas ações colonizadora da *Brazil Railway Company*, que transformou a terra e a floresta de araucária em mercadoria e recurso para exportação em larga escala. Ao demonstrar que as concessões ferroviárias implicam não apenas a construção de infraestrutura, mas também a cessão de amplas faixas de terras devolutas, Wachowicz revela que a formação do território paranaense não foi resultado exclusivo de políticas estatais planejadas, mas de negociações assimétricas entre o poder público e o capital estrangeiro, que frequentemente fragilizaram a posição do Estado do Paraná nas disputas interprovinciais.

Nesse sentido, o autor mostra que a definição dos traçados ferroviários e a política fundiária vinculada à *Brazil Railway* tiveram impacto direto na disputa territorial com Santa Catarina, especialmente na região sul do estado, área posteriormente associada ao conflito do Contestado. A incapacidade do governo paranaense de controlar efetivamente o território concedido às companhias ferroviárias e colonizadoras enfraqueceu o argumento de posse e ocupação efetiva, elemento central na consolidação das fronteiras internas da República. Assim, a formação territorial do Paraná aparece como um processo marcado por perdas, disputas e redefinições, no qual a presença empresarial se sobrepôs, em muitos casos, à autoridade estadual.

O avanço das frentes ferroviárias e madeireiras não apenas redefiniu limites administrativos, mas também promoveu a expropriação de territórios indígenas e a ruptura de formas tradicionais de ocupação do espaço. Por fim, o texto de 1984 dialoga com as reflexões anteriores de Wachowicz sobre imigração, colonização e “vazios demográficos”, ao

demonstrar que a formação territorial do Paraná foi produzida pela sobreposição de projetos econômicos e políticos, ferroviários, colonizatórios e extrativistas, que ignoraram ou subordinaram tanto as populações indígenas quanto os interesses regionais. Assim, a análise da Brazil Railway permite compreender a formação do território paranaense como resultado de um processo histórico desigual, no qual a soberania estadual, a ocupação efetiva e a integração nacional foram constantemente tensionadas pela atuação do capital privado e pelas resistências locais.

Neste sentido, o estudo sobre a Brazil Railway Company, desenvolvido por Ruy, pode ser associado às teorias do desenvolvimento em voga no período de sua produção (especialmente entre o final dos anos 60 e início dos 80) através de conceitos centrais como a Teoria da Dependência, o Colonialismo Interno e a análise das frentes de expansão do capitalismo. Embora Wachowicz foque na narrativa histórica, seu texto dialoga diretamente com o arcabouço teórico de autores fundamentais para o período como Celso Furtado, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falletto⁹⁸². Valendo-se de tais discussões, o autor mostra como a economia regional foi moldada para servir a interesses externos. A ferrovia não visava o desenvolvimento local orgânico, mas sim o escoamento de riquezas extrativas (madeira e mate) para o mercado platino e internacional através do Porto de São Francisco.

O volume XLII do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, edição do qual faz parte a contribuição de Ruy, apresenta um conjunto de textos que, embora diversos em temática e abordagem, convergem para a reflexão sobre a formação territorial, econômica e institucional do Paraná e do Sul do Brasil. O número se inicia com “*Reconquista Pacífica do Contestado*”, de Luiz Carlos Pereira Tourinho, que revisita o conflito do Contestado sob a ótica da ação estatal e dos processos de pacificação e incorporação territorial. Em seguida, “*Geógrafos e Cartógrafos Demarcadores*”, de Djalma Polli Coelho, enfatiza o papel do conhecimento técnico — especialmente da cartografia e da geografia — na definição de limites e na materialização da soberania sobre o território. O texto de Ruy Christovam Wachowicz, “*O comércio da madeira e a atuação da Brazil Railway no Sul do Brasil*”, articula economia extrativa, ferrovias e ocupação territorial, evidenciando como a atuação de companhias estrangeiras impactou as estruturas agrárias, as

⁹⁸² CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependencia y desarrollo en América Latina**. México, Siglo Veintiuno, 3ª edição, 1971; FERNANDES, Florestan. **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2ª ed. 1972; FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Saga s/a, 3ª ed. 1968; _____. **Formação econômica da América Latina**. Rio de Janeiro, Lia Editora, s/a. 1969.

populações locais e a integração regional. A dimensão político-institucional aparece em “*Ação do Interventor Federal no Paraná, general Mário Tourinho, contra a Empresa Mate Laranjeira*”, que analisa a intervenção do Estado frente aos interesses privados no setor ervateiro. Já “*Um caso de mudança sócio-econômica e tecnológica: o Paraná, do café à agricultura moderna*”, de Belmiro Valverde Jobim Castor, e “*A capitalização da agricultura na história recente do Paraná*”, de Tania Navarro Swain, deslocam o foco para os processos de modernização agrícola, examinando a transição produtiva, a introdução de novas técnicas e a reconfiguração das relações econômicas no campo. O volume é complementado por uma coletânea de documentos relativos à atuação do Regimento de Segurança no Combate do Irani (1912), reforçando a dimensão documental característica do Boletim, além de uma crítica historiográfica e de uma resenha bibliográfica, que inserem a publicação no debate intelectual mais amplo. No conjunto, o volume XLII reafirma o Boletim como espaço de articulação entre história política, econômica e territorial, combinando pesquisa acadêmica, documentação e reflexão institucional sobre o passado paranaense.

Em comum, os textos do volume XLII do Boletim do IHGEP dialogam direta ou indiretamente com a política de desenvolvimento econômico implementada pelo regime militar, sobretudo no que diz respeito à centralidade do Estado, à modernização produtiva e à integração territorial como eixos estruturantes do projeto nacional. Ainda que nem todos os autores adotem uma abordagem explicitamente crítica ao regime, os trabalhos compartilham uma leitura na qual o desenvolvimento aparece como resultado de ações estatais planejadas, frequentemente articuladas a grandes empreendimentos, à tecnificação da economia e à incorporação de regiões consideradas periféricas ao circuito nacional. Um primeiro ponto de convergência é a ênfase na integração do território como condição do desenvolvimento, tema caro à ideologia geopolítica dos militares. Textos como o de Wachowicz, ao analisar a atuação da *Brazil Railway* e o comércio da madeira, evidenciam como ferrovias, empresas concessionárias e infraestrutura de transporte funcionaram como instrumentos de penetração econômica, controle territorial e exploração de recursos naturais, lógica que dialoga com o ideário desenvolvimentista do regime, baseado na ocupação produtiva do espaço e na eliminação de “vazios” estratégicos. De modo semelhante, os estudos sobre o Contestado e sobre os cartógrafos e demarcadores reforçam a associação entre conhecimento técnico, delimitação de fronteiras e soberania estatal.

Outro eixo comum reside na valorização da modernização econômica, especialmente no meio rural. Os textos de Belmiro Castor e Tania Navarro Swain analisam a transição do Paraná do café à agricultura moderna e a capitalização da agricultura, abordando processos

como mecanização, diversificação produtiva, integração aos mercados e aumento da produtividade. Essas análises convergem com o discurso desenvolvimentista dos militares, que via a modernização agrícola como fundamento do crescimento econômico, ainda que os impactos sociais — concentração fundiária, exclusão de pequenos produtores e proletarização rural — apareçam de forma desigual nos textos. Há também uma convergência na naturalização do papel do Estado como agente ordenador, seja na repressão de conflitos (caso da documentação sobre o Combate do Irani), seja na intervenção direta em setores econômicos estratégicos, como no texto sobre a atuação do interventor federal contra a Empresa Mate Laranjeira. Essa perspectiva ecoa a lógica autoritária do período, na qual a ação estatal é apresentada como necessária para conter desordens, disciplinar territórios e subordinar interesses privados a um projeto maior de desenvolvimento nacional.

O conjunto dos textos revela uma afinidade com o léxico do desenvolvimento, da integração e da racionalização econômica, elementos centrais da política dos governos militares. Assim, o volume XLII, como um todo, pode ser lido como uma produção historiográfica que, ao examinar o passado paranaense, dialoga com, e em certa medida reproduz, os pressupostos da modernidade conservadora em vigor no Brasil do período.

A criação da subsidiária Southern Brazil Lumber and Colonization Company em Três Barras, com o “maquinismo mais moderno da América do Sul”, exemplifica o conceito de enclave industrial em uma periferia econômica, onde a alta tecnologia serve exclusivamente à exportação, sem integrar-se à economia local de forma redistributiva. O estudo de 1984 de Wachowicz funciona como uma evidência documental para as teorias sociológicas do desenvolvimento. Ele fornece a base histórica para entender como o Paraná foi integrado ao sistema econômico nacional e internacional, como um fornecedor de matéria-prima cuja estrutura de terras e população original (índios e posseiros) foi sacrificada em prol da acumulação de capital transnacional.

Em 1908, a Brazil Railway assumiu o controle da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, cujo objetivo era realizar a ligação ferroviária entre São Paulo e o Rio Grande do Sul. Para viabilizar o projeto, o governo brasileiro concedeu à companhia o uso de uma faixa de 30 km de terras devolutas para cada lado do eixo da estrada. Essa imensa transferência de patrimônio público para um grupo estrangeiro visava facilitar a ocupação de áreas que o governo considerava “espaços vazios”. Neste sentido, percebe-se que o professor Ruy Wachowicz utiliza o texto para denunciar a fragilidade jurídica e a exploração institucional das terras, essa crítica escala para o nível corporativo, descrevendo como a *Brazil Railway* utilizou o “zigzague” ferroviário para inflar suas concessões de terras e como a venda de

títulos precários gerou revoltas armadas entre colonos que ignoravam as disputas judiciais entre o Estado e a União. Além disso, a ferrovia São Paulo-Rio Grande foi uma resposta direta à Revolução Federalista, visando sanar a precariedade das comunicações com o extremo sul para evitar novas ameaças à unidade nacional.

O texto examina a trajetória da Brazil Railway Company e sua profunda influência no desenvolvimento socioeconômico e territorial do sul do Brasil no início do século XX. A obra destaca como a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, embora motivada por uma necessidade estratégica de integração nacional, tornou-se um instrumento para a consolidação de um monopólio estrangeiro liderado pelo Sindicato Farquhar. Sua atuação no Sul do Brasil, no início do século XX, transformou radicalmente a infraestrutura, a economia e as relações sociais da região. O autor descreve como a concessão pública de vastas extensões de terras devolutas permitiu que a empresa não apenas controlasse o transporte, mas também explorasse intensivamente os recursos naturais através da Southern Brazil Lumber and Colonization Company. A análise revela ainda os conflitos sociais e territoriais decorrentes dessa ocupação, incluindo o impacto sobre populações indígenas e as tensões políticas geradas pelo favorecimento logístico à indústria madeireira norte-americana em detrimento dos produtores locais.

Embora o contrato previsse planos de colonização, a Brazil Railway abandonou grande parte desses objetivos para focar na exploração extrativa de madeira. Para isso, criou uma subsidiária, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, que instalou as maiores e mais modernas serrarias da América do Sul em Três Barras e Calmon. A penetração da ferrovia em territórios indígenas gerou confrontos rápidos e violentos. Os povos Kaingang e Xokleng atacavam as vanguardas de operários que derrubavam a mata para defender seu território da invasão.

A atuação da companhia deixou um rastro de disputas de terra. A venda de lotes por companhias imobiliárias em áreas cuja posse era disputada judicialmente entre o Estado e a União gerou revoltas armadas e graves problemas sociais entre os colonos, que muitas vezes ignoravam a precariedade dos títulos de propriedade. Em resumo, a Brazil Railway Company operou utilizando sua concessão ferroviária como base para um monopólio madeireiro que desestruturou comunidades indígenas e criou uma nova dinâmica de exploração capitalista no interior do Paraná e Santa Catarina. Segundo Wachowicz (1984) a colonização e a imigração no Paraná foram processos planejados e executados em diferentes momentos históricos, movidos por necessidades econômicas de abastecimento, ocupação de territórios considerados “vazios” e a substituição da mão de obra escrava. Esse movimento não foi

uniforme, resultando na formação de três comunidades regionais com identidades distintas: o Paraná Tradicional, o Norte Novo e o Sudoeste/Oeste.

As disputas de terras no Paraná são descritas nas fontes como um dos motores centrais da história regional, manifestando-se desde o período colonial até a consolidação do estado moderno. Essas tensões ocorreram em diversas escalas: entre nações (Brasil e Argentina), entre unidades da federação (Paraná e Santa Catarina), e, de forma mais violenta e persistente, entre a sociedade nacional e os povos indígenas, além dos conflitos internos entre grandes companhias, posseiros e pequenos agricultores. Até meados do século XIX, a posse da terra no “Paraná Tradicional” era baseada em sesmarias e na ocupação primária. A Lei de Terras de 1850 marcou uma ruptura drástica ao determinar que as terras devolutas só poderiam ser adquiridas por compra, e não mais por posse simples ou doação. Isso paralisou o movimento expansionista espontâneo e transformou a terra em uma mercadoria, favorecendo a elite agrária e grandes empresas em detrimento dos pequenos ocupantes e indígenas.

A indústria madeireira paranaense é descrita por Ruy Wachowicz (1984) como um dos ciclos econômicos sucessores da mineração, do gado e da erva-mate, ganhando expressão especialmente no final do século XIX e consolidando-se como uma força transformadora no início do século XX. Este setor não apenas alterou a paisagem natural do estado, mas também reestruturou as relações de poder, a infraestrutura e o destino das populações indígenas. As estradas de ferro constituíram um divisor de águas na história do Paraná e do Sul do Brasil, ao promoverem a transição de uma economia assentada no tropeirismo para um modelo de integração capitalista, marcado pelo extrativismo em larga escala e pela inserção do território nos circuitos nacionais e internacionais de circulação de mercadorias. Mais do que simples infraestruturas de transporte, as ferrovias atuaram como instrumentos de soberania territorial, redesenhando o espaço paranaense, viabilizando a exploração de recursos naturais e sustentando projetos de ocupação e colonização que implicaram profundas tensões sociais, a expropriação de terras e o extermínio de populações indígenas. Ao incorporar esse debate em suas páginas, o Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense reforçou seu papel não apenas como veículo de divulgação de pesquisas históricas, mas como instância de legitimação intelectual das narrativas sobre a formação do território e da identidade paranaense.

3.2.3 Estruturas agrárias e ocupação do Paraná como temática da escrita da história no Boletim do IHGEP

A análise das estruturas agrárias constitui um eixo fundamental para a compreensão dos processos de ocupação territorial, formação social e consolidação do Estado do Paraná, na medida em que permite articular políticas de terras, regimes de posse e propriedade, formas de trabalho e dinâmicas econômicas de longa duração. Ao longo do século XIX e das primeiras décadas republicanas, a organização do espaço agrário paranaense esteve profundamente vinculada à ação do Estado, à incorporação de territórios considerados periféricos e à redefinição dos usos da terra diante das exigências da modernização econômica.

Assim, o Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense tornou-se um espaço privilegiado para a circulação de estudos que buscaram historicizar essas transformações, articulando história, geografia e economia em chave regional. Os textos de Odah Regina Guimarães Costa, professora do Departamento de História desde 1960, quando ingressou como instrutora voluntária e sócia do IHGEP a partir de 17 de setembro de 1969, publicados entre 1986 e 1990, inscrevem-se de modo exemplar nesse esforço interpretativo⁹⁸³. Ao investigar a formação das estruturas agrárias de Curitiba no século XIX, as mudanças nas políticas de terras após a Proclamação da República e a relação entre conhecimento geográfico e ocupação do espaço, a autora constrói uma leitura que evidencia a centralidade da terra como elemento estruturante da sociedade paranaense. Seus estudos permitem compreender como a passagem de regimes tradicionais de posse para formas jurídicas modernas de propriedade redefiniu relações sociais, práticas produtivas e estratégias de controle territorial, ao mesmo tempo em que lançou as bases para a expansão agrícola e para a integração econômica do Estado.

Ao longo desta seção, esses textos serão analisados de forma articulada, de modo a evidenciar como o debate sobre uso, propriedade e apropriação da terra se entrelaça à história da ocupação do Paraná, revelando continuidades e rupturas entre o período imperial e a ordem republicana. Mais do que estudos isolados, as contribuições de Odah Regina

⁹⁸³ COSTA, Odah Regina Guimarães; Estruturas agrárias de Curitiba – Paraná no século XIX. Posse, propriedade e trabalho. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba Editora Littero-Técnica, v. XLIII, p. 77-, 1986; _____. Considerações sobre o uso e a propriedade da terra em Curitiba – Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Littero-Técnica, v. XLV, p. 79-98, 1987; _____. Reinhard Maack e o espaço ecológico do Estado do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica e Editora Rocha Ltda, v. XLVI, p. 57-71, 1989; _____. Proclamação da República (1889) e a mudança da política de terras (A): o caso do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica e Editora Santa Monica, v. XLVII, p. 61-74, 1990;

Guimarães Costa compõem um corpo coerente de reflexão que dialoga tanto com a tradição dos institutos históricos quanto com a historiografia universitária em desenvolvimento.

A principal inovação dos estudos de Odah Regina Guimarães Costa para a historiografia paranaense reside na mudança de foco analítico, ela ultrapassa a simples descrição de ciclos econômicos para investigar as estruturas agrárias e os mecanismos jurídicos de apropriação e exploração da terra. Diferente da historiografia tradicional, que muitas vezes ignorava a base jurídica da ocupação do solo, Odah buscou no artigo publicado no Boletim do IHGEP v. XLIII, “*Estruturas agrárias de Curitiba – Paraná no século XIX. Posse, propriedade e trabalho*”, subsídios no Direito Civil para explicar a evolução da posse e da propriedade no Paraná. Ela inovou ao analisar como o “direito escrito” (legislação) passou a regulamentar os “direitos consagrados pelo costume”, transformando a ocupação física em título de direito⁹⁸⁴.

Enquanto muitos estudos focam no latifúndio herdado das sesmarias, como as fazendas dos Campos Gerais e de Palmas⁹⁸⁵, Odah destacou em suas pesquisas como a pequena propriedade se institucionalizou no Paraná no século XIX. Ela demonstrou que a posse baseada na “cultura efetiva e morada habitual” foi o pressuposto para a criação dessa estrutura, permitindo que colonos e posseiros se opusessem ao domínio absoluto dos grandes latifundiários. A historiadora também contestou as generalizações historiográficas que reduziam a sociedade brasileira apenas aos grandes senhores e aos escravos, de modo que sua inovação consistiu em trazer para o centro da análise grupos sociais marginalizados, tais como, agregados e camaradas; pequenos arrendatários de terra; cultivadores de alimentos e criadores de subsistência. Ela argumentou que o trabalho escravo coexiste com outras formas de trabalho livre, que eram fundamentais para o processo produtivo, mas frequentemente ignoradas pelas análises tradicionais.

Odah Guimarães destacou-se como uma das pioneiras na realização de extensos levantamentos e arrolamentos sistemáticos de arquivos eclesiásticos, notariais e administrativos no Paraná. Suas investigações em acervos da Cúria Metropolitana, de paróquias e de cartórios, como os de Curitiba e Campo Largo, possibilitaram análises quantitativas e qualitativas inéditas acerca das escrituras de compra e venda, doação e permuta de terras, contribuindo de forma decisiva para a compreensão das estruturas

⁹⁸⁴ COSTA, Odah Regina Guimarães; *Estruturas agrárias de Curitiba – Paraná no século XIX. Posse, propriedade e trabalho*. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, Editora Lítero-Técnica, v. XLIII, p. 1-30-, 1986.

⁹⁸⁵ BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro et al. **Campos Gerais: estruturas agrárias**. Publicação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1968.

fundiárias regionais⁹⁸⁶. Parte significativa desses resultados foi apresentada em eventos científicos de alcance nacional, a exemplo do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, realizado em 1973. Em razão do rigor de sua pesquisa e do domínio da documentação dos arquivos religiosos de Curitiba, Odah Guimarães foi posteriormente convidada a redigir a obra comemorativa dos 60 anos da Arquidiocese de Curitiba, publicada em 1986, quando sua trajetória acadêmica já se encontrava plenamente consolidada⁹⁸⁷. Também colaborou diretamente com os estudos de organização e análise de acervos paroquiais, como evidencia o trabalho desenvolvido em coautoria com Rachel Costa da Rocha Loures, *Arquivo da Paróquia de São José dos Pinhais*, apresentado nos Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, em 1971⁹⁸⁸. Essa pesquisa revelou sua familiaridade com fontes primárias de natureza religiosa e administrativa, bem como seu compromisso com a sistematização documental como base da investigação histórica.

Cabe destacar que, em sua dissertação de mestrado, orientada pela professora Cecília Maria Westphalen⁹⁸⁹, Odah Regina Guimarães, docente do Departamento de História da UFPR desde 1962 e, portanto, colega de trabalho de sua orientadora, analisou a evolução histórica da ocupação fundiária no Paraná a partir do estudo, *O preço de terras na Colônia Içara (1939–1968)*. Neste trabalho, a autora investigou o surgimento, a dinâmica e a estruturação da Colônia Içara ao longo das décadas de 1930 a 1960, tomando o mercado de terras como chave analítica para compreender os processos de colonização, valorização fundiária e organização da propriedade rural no contexto da expansão agrícola paranaense⁹⁹⁰.

Para Altiva Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen, em texto publicado em 1974 na *Revue d'Histoire Économique et Sociale*, que buscou apresentar ao público acadêmico internacional o programa de pesquisas em história econômica e social desenvolvido no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, o estudo de Odah Regina

⁹⁸⁶ Ata da Reunião do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, realizada em 18 de agosto de 1970. GUEDES, Caroline Coleti; MARONEZI, Ana Karla; BENTHIEN (supervisão). *Caderno de Atas n. 1 (2/12/1964 - 14/04/1972)*. 1a edição. Departamento de História – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2020. p. 51.

⁹⁸⁷ COSTA, Odah Regina Guimarães. *60 anos da caminhada da Arquidiocese de Curitiba 1926-1986*. 1986. 44f.

⁹⁸⁸ COSTA, Odah Regina Guimarães; LOURES, Rachel Costa da Rocha. *Arquivo da Paróquia de São José dos Pinhais*. Separata dos Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Campinas. 1971. p. 363-419.

⁹⁸⁹ MACHADO, Daiane V. Cecília Maria Westphalen. *Catálogo de Teses e Dissertações*. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/580>. Acesso em jan. 2026.

⁹⁹⁰ COSTA, Odah Regina Guimarães. *O preço de terras na Colônia Içara (1939-1968)*. Dissertação de Mestrado. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Curso de Pós-Graduação. Universidade Federal do Paraná. 1974. 161f.

Guimarães, “*Le prix des terres dans le Nord du Paraná (1940-1960)*”⁹⁹¹ se orienta nas diretrizes do Departamento de História da UFPR e orientavam-se para o estudo da história econômica e social regional, com a finalidade de reconstruir, de forma tão completa quanto possível, a economia e a sociedade do Paraná, permitindo comparações com outras regiões do Brasil e com espaços mais amplos da economia atlântica. Ao privilegiar o estudo do preço da terra como indicador econômico e social, a pesquisa desloca o foco da narrativa descritiva para a análise estrutural das transformações agrárias, integrando o caso paranaense a processos mais amplos da economia brasileira do século XX. Além disso, em suas pesquisas a historiadora substituiu as generalizações sobre o latifúndio por um estudo detalhado dos mecanismos de apropriação e exploração da terra, fundamentando a história agrária do Paraná na intersecção entre o direito, a economia e a inovação empresarial. Assim, o projeto de Odah exemplifica a adesão do Departamento de História da UFPR à história social de base empírica e quantitativa, alinhada às influências da historiografia francesa e ao processo de profissionalização da pesquisa histórica no Paraná.

Sobre a relação de Odah Guimarães com Curitiba é estrutural e profunda, uma vez que na capital paranaense realizou um trabalho exaustivo de levantamento e arrolamento de fontes primárias, que resultou em diversas publicações e guias de pesquisa. Investigou profundamente o Arquivo da Sé Metropolitana e da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba. Seus levantamentos demográficos nesses arquivos incluíram o processamento de milhares de registros de batizados, casamentos e óbitos dos séculos XVIII e XIX. Realizou pesquisas no 1º Tabelionato de Curitiba, onde coletou mais de 4.600 fichas sobre registros de escrituras de venda, doação, permuta e ratificação de terras. Seu trabalho sobre os arquivos da Sé foi publicado em comemoração ao III Centenário do Pelourinho de Curitiba em 1968.⁹⁹²

Esses levantamentos se articularam a projetos individuais desenvolvidos no âmbito universitário, especialmente aqueles voltados ao levantamento e arrolamento de arquivos, à análise da expansão agrícola no Paraná moderno e ao estudo da evolução das estruturas agrárias e da integração das comunidades paranaenses. Tais pesquisas dialogam com investigações orientadas no Departamento de História da UFPR, como o trabalho “*A estrutura agrária paranaense (século XX)*”, de Angela Monassa Duarte, sob orientação de

⁹⁹¹ BALHANA, Altiva Pilati; WESTPHALEN, Cecília. L'histoire économique et sociale du Brésil: recherches en cours à l'Université Fédérale du Parana. *Revue d'Histoire Économique et Social*. Marcel Rivière et Cie. Paris. Année 1974, v.52, n.2.p. 232.

⁹⁹² **Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, realizada em 9 de dezembro de 1968.** GUEDES, Caroline Coleti; MARONEZI, Ana Karla; BENTHIEN (supervisão). Caderno de Atas n. 1 (2/12/1964 - 14/04/1972). 1a edição. Departamento de História – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2020. p. 34.

Brasil Pinheiro Machado, evidenciando o papel de Odah Guimarães para a agenda de estudos voltada à história agrária e fundiária do Paraná.⁹⁹³

O reconhecimento acadêmico dessa trajetória se expressa também em sua aprovação no concurso para Professora Titular de História Contemporânea, realizado nos dias 26, 27 e 28 de janeiro, ocasião em que defendeu a tese “*A Reforma Agrária no Paraná*”. A banca examinadora, composta por Miriam Ellis e José Ribeiro de Araújo (USP), Victor Pelluzzo (UFSC), Ruy Christovam Wachowicz e Manoel de Oliveira Franco Sobrinho (UFPR), atesta a inserção e a legitimidade de sua produção no campo historiográfico brasileiro, bem como a centralidade de suas contribuições para os estudos sobre terra, estrutura agrária e políticas fundiárias no estado⁹⁹⁴. Esta tese acadêmica de Odah Guimarães de 1977 analisa o processo histórico da reforma agrária no Paraná, investigando como as políticas governamentais moldaram a ocupação do solo e a estrutura fundiária regional⁹⁹⁵. Utilizando-se de uma vasta gama de fontes primárias e documentação oficial do Instituto de Terras e Cartografia para reconstruir a transição do regime de sesmarias para a Lei de Terras de 1850, destacando o papel das colônias oficiais no incentivo à pequena propriedade, a professora Odah Guimarães examina a implementação de infraestrutura, como estradas e ferrovias, e utiliza análises estatísticas e computacionais para avaliar a evolução dos preços dos hectares e a produtividade agrícola em núcleos coloniais como Içara e Piquiri. Além disso, o trabalho buscava compreender a tensão entre o latifúndio tradicional e a colonização planejada, oferecendo uma visão crítica sobre a eficácia das intervenções estatais no desenvolvimento socioeconômico do interior paranaense.

Antes da consolidação das pesquisas de Odah Regina Guimarães Costa sobre a questão agrária no Paraná, já se observava no cenário intelectual paranaense a presença de reflexões sistemáticas acerca desse tema, especialmente nos trabalhos de Valfrido Piloto, figura importante do debate jurídico e político regional. O texto, “*A Reforma Agrária: uma etapa de justiça social*”⁹⁹⁶, de 1961, configura-se como um marco precursor ao problematizar a estrutura fundiária paranaense em particular, denunciando a persistência do latifúndio, a exploração do trabalhador rural e a incapacidade do Estado em promover uma redistribuição efetiva da terra. Diferentemente da abordagem empírico-histórica que caracterizaria

⁹⁹³ Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná realizada em 6 de dezembro de 1978.

⁹⁹⁴ Idem.

⁹⁹⁵ COSTA, Odah R. G. *A Reforma Agrária no Paraná*. Tese para Professor Titular de História Contemporânea. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1977. 219f.

⁹⁹⁶ PILOTO, Valfrido. *Reforma Agrária: uma etapa de justiça social*. 1961. Biblioteca do Centro de Estudos Bandeirantes. Curitiba.

posteriormente a produção de Odah, Piloto elaborou uma crítica de caráter ensaístico e propositivo, articulando projetos legislativos, conflitos agrários e princípios de justiça social para defender uma reforma agrária “racional e humana”, concebida como condição para a modernização democrática do país. Nesse sentido, seus escritos anteciparam temas e problemas que seriam retomados e aprofundados, no âmbito histórico e documental, pela historiografia universitária das décadas seguintes, sobretudo nos estudos que deslocaram o debate do plano normativo para a análise concreta das políticas de terras, da ocupação do solo e das dinâmicas econômicas regionais.

Entre as décadas de 1950 e 1960, a historiografia dividiu-se sobre o caráter da formação brasileira. Autores como Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães defendiam que o Brasil possuía características semifeudais e semicoloniais⁹⁹⁷. Para eles, a persistência do latifúndio e de relações de “servidão ou semi servidão” no campo após a abolição impedia o desenvolvimento pleno do país, tornando a reforma agrária uma condição necessária para o progresso capitalista. Entre 1960 e 1980, o debate clássico (liderado por Alberto Passos Guimarães⁹⁹⁸, Caio Prado Jr.⁹⁹⁹ e Celso Furtado¹⁰⁰⁰) discutia se o campo brasileiro era feudal ou capitalista.

Neste contexto, o livro de Valfrido Piloto, datado de 1961, constitui um manifesto em defesa de uma reforma agrária no Brasil, contrastando a urgência social com a inércia política para essa questão naquela época. O autor estrutura sua argumentação através da análise de diversos projetos legislativos e conflitos rurais, denunciando como a mentalidade latifundiária e a exploração do trabalhador do campo impedem o progresso democrático e econômico da nação.

Para Odah Regina Guimarães Costa (1977), a *Reforma Agrária* é compreendida como um processo histórico de transformação das estruturas de propriedade, que vai além da simples distribuição de terras para focar na função social do solo e no bem-estar do trabalhador rural. Seus estudos inserem-se em uma tradição historiográfica que analisa a luta entre o latifúndio e a pequena propriedade, e adota um método quantitativo e estatístico, utilizando a evolução dos preços de terras e o arrolamento de escrituras notariais para demonstrar cientificamente os mecanismos de apropriação do solo.

⁹⁹⁷ MOTTA, Márcia M. M. História Agrária no Brasil: Um debate com a historiografia. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro e Ciências Sociais**, Coimbra. 16,17 e 18 de setembro. 2004.

⁹⁹⁸ GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

⁹⁹⁹ PRADO JR., Caio. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

¹⁰⁰⁰ FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A.N. e SINGH, S. P. (org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Forense, 1969.

Definida como o conjunto de procedimentos sociais e econômicos destinados a aumentar a produtividade e favorecer a melhoria das condições de vida e de trabalho na agricultura, segundo Odah o processo não se trata apenas de transferir a posse jurídica, mas de inserir o agricultor em um sistema produtivo eficiente¹⁰⁰¹. Em sua análise, a autora vê os planos de colonização oficial e direta do Paraná (iniciados em 1930) como uma aplicação prática e bem-sucedida de política de terras que cumpriu objetivos reformistas¹⁰⁰². Através de núcleos como a Colônia Içara, o Estado interveio para institucionalizar a pequena propriedade, transformando posseiros em proprietários e criando uma “classe média rural”.

A Colônia Içara localizava-se na região do Norte do Paraná, inserida na área geograficamente denominada como Zona do Ivaí, a colônia foi estabelecida em terras que pertenciam ao Município de Londrina, mais especificamente no antigo distrito de Rolândia. O estudo detalhado desta colônia, especialmente sob a perspectiva da evolução dos preços das terras entre 1939 e 1968, foi o objeto central da dissertação de mestrado de Odah Regina Guimarães Costa, que utilizou Içara como um laboratório para analisar os mecanismos de apropriação do solo no Paraná Moderno. Através de registros administrativos e mapas, a historiadora explorou os desafios burocráticos e sociais da época, incluindo a mediação de conflitos entre posseiros, a implementação de infraestrutura básica e a fixação de preços para os lotes. Em última análise, o estudo demonstrava como as políticas governamentais de terras foram fundamentais para moldar a demografia e a economia regional, visando transformar o trabalhador rural em um proprietário produtivo e integrado ao mercado¹⁰⁰³.

A historiografia paranaense produzida em fins da década de 1980 reagia ao branqueamento da memória paranaense de forma revisionista, o que pode ser observado não apenas nas produções dos historiadores, como também na re-edição e publicação integral de estudos sobre a ocupação da terra e a formação da população no território paranaense. “*Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno*”, publicado no Boletim n.7 em 1968 pelo Departamento de História, foi editado em 1988 sob o título de “*Ocupação*”, pelo Centro de Estudos Migratórios com o objetivo explícito de recuperar a memória histórica. De acordo com a apresentação da obra, essa recuperação era vista como essencial para “lançar

¹⁰⁰¹ COSTA, Odah R. G. **A Reforma Agrária no Paraná**. Tese para Professor Titular de História Contemporânea. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1977. p. 81.

¹⁰⁰² COSTA, Odah R. G. **A Reforma Agrária no Paraná**. Tese para Professor Titular de História Contemporânea. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1977. p. 203.

¹⁰⁰³ COSTA, Odah R. G. **O preço de terras na Colônia Içara (1939-1968)**. Dissertação de Mestrado. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Curso de Pós-Graduação. Universidade Federal do Paraná. 1974. 161f.

alicerces para a construção do novo”, em um momento em que o Brasil buscava novos rumos políticos¹⁰⁰⁴.

Durante a abertura política e o processo de redemocratização vivenciados durante a década de 1980, era fundamental reconhecer a participação dos grupos marginalizados (indígenas, escravizados e posseiros) na formação do estado. O período de redemocratização iniciado em 1946 já havia aberto um ciclo agitado na história da ocupação da terra, e o momento de 1988 era visto como uma nova oportunidade para resolver essas tensões históricas. Portanto, a republicação e os novos estudos de 1988 serviram como ferramentas políticas e historiográficas para questionar o latifúndio, o racismo estrutural e a desigualdade no acesso à terra, temas centrais na agenda dos grupos políticos que encaminharam a redemocratização brasileira.

A questão agrária foi um dos eixos estruturantes da produção intelectual e da organização da pesquisa no Departamento, especialmente entre as décadas de 1960 e 1980. O tema era abordado de forma multidisciplinar, conectando história econômica, demografia e legislação. A pesquisa da professora Odah Regina Guimarães Costa é central para o entendimento jurídico e econômico da terra, seus estudos focam na evolução da terra de um estado de fato (posse) para um estado de direito (propriedade), com ênfase na Lei de Terras de 1850 e no impacto das escrituras de venda e doação na região de Curitiba. Odah também desenvolveu pesquisas específicas sobre os preços de terras em municípios como Içara e na região cafeeira entre as décadas de 1940 e 1960. A intensa atividade de seminários e cursos que traziam o debate contemporâneo sobre a reforma agrária para dentro da universidade, pode ser verificada nas práticas do Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, que proferiu conferências sobre "*Regionalização e Reforma Agrária*"¹⁰⁰⁵. Já Paulo Henrique Sandroni ministrou cursos sobre "*Questão agrária e campesinato*"¹⁰⁰⁶, discutindo a funcionalidade da pequena produção mercantil. A professora Odah Costa obteve o título de Professora Titular com a defesa da tese "*A Reforma Agrária no Paraná*".

Dando continuidade em suas pesquisas acadêmicas um de seus estudos mais expressivos foi desenvolvido no seu Pós-Doutorado na Université de Paris X – Nanterre. Depois de conseguir autorização do Dehis-UFPR para “ausentar-se da atividade docente por

¹⁰⁰⁴ WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Ocupação do Paraná**. Série Cadernos de Migração. V. 3. 1988.

¹⁰⁰⁵ **Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964.**

¹⁰⁰⁶ **Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, realizada em 5 de janeiro de 1981.**

12 (doze) meses e do país, no período de 03/3/1981 a 30/3/1982”¹⁰⁰⁷, a Professora Odah Guimarães sob orientação do historiador Frédéric Mauro¹⁰⁰⁸, concentrou sua atenção em desenvolver pesquisa “*A Revolução das estruturas agrárias e a integração das comunidades de Curitiba, Paraná 1850-1900*”¹⁰⁰⁹. Nesse trabalho, ela analisou como a capital funcionou como um ponto de transição entre o Paraná tradicional e as novas feições agrárias do século XIX. Deste material foi feito resumo, o resultado foi publicado no volume XLVIII, do Boletim do IHGEP, em 1993, no contexto das celebrações do III Centenário de Curitiba, sob o título “*Câmara Municipal de Curitiba 1850-1900*”¹⁰¹⁰.

A capital paranaense serviu como o principal objeto geográfico e documental, utilizada como um modelo para compreender a evolução agrária de todo o estado. Isso pode ser verificado no artigo que circulou no volume XLV do Boletim do IHGEP em 1987, intitulado, “*Considerações sobre o uso e a propriedade da terra em Curitiba-Paraná (1850-1900): uma análise quantitativa*”¹⁰¹¹. Nele, Odah Guimarães desenvolve uma análise sistemática e quantitativa da estrutura fundiária curitibana na segunda metade do século XIX, articulando transformações econômicas, sociais, políticas e institucionais. Para isso, a historiadora situa explicitamente sua pesquisa na linha de “quantificação das atividades econômicas paranaenses nos séculos XIX e XX”¹⁰¹², desenvolvida no âmbito do DEHIS/UFPR, destacando a carência de estudos sistemáticos sobre a propriedade da terra em Curitiba e a necessidade de aplicação de métodos quantitativos e interdisciplinares para compreender a realidade agrária regional. O objetivo central consistia em analisar os

¹⁰⁰⁷ **Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, realizada em 5 de janeiro de 1981.**

¹⁰⁰⁸ Após ministrar aulas no Departamento de História da UFPR, no ano de 1968 e 1970 sobre as tendências da historiografia francesa, Frédéric Mauro continuaria a atuar no espaço universitário brasileiro, ele seria o primeiro professor estrangeiro visitante dos Cursos de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná. Em 1973 e 1975, ministrou a disciplina “*Novas Perspectivas da História Econômica*” e dirigiu seminários de orientação teórico metodológica com alunos do mestrado, linha de História Econômica e Demográfica. Em 1981 voltaria a visitar Curitiba, especialmente o Arquivo Público, espaço que, pela organização, foi elogiado pelo historiador francês. BALHANA, Altiva. Frédéric Mauro e o curso de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. **Revista Arquivos do Centro Calouste Gulbenkian**. Mélanges Offerts à Frédéric Mauro. Vol. XXXIV, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. Lisboa, Paris. 1995.

¹⁰⁰⁹ **Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, realizada em 5 de janeiro de 1981.**

¹⁰¹⁰ COSTA, Odah Regina Guimarães. *Câmara Municipal de Curitiba 1850-1900*. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica e Editora Santa Monica, v. XLVIII, p. 159-178, 1993. O material será aprofundado no tópico referente ao III Centenário de Curitiba (1693-1993).

¹⁰¹¹ COSTA, Odah Regina Guimarães. *Considerações sobre o uso e a propriedade da terra em Curitiba – Paraná*. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLV, p. 79-98, 1987.

¹⁰¹² COSTA, Odah Regina Guimarães. *Considerações sobre o uso e a propriedade da terra em Curitiba – Paraná*. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLV, p. 82-83, 1987.

mecanismos socioeconômicos ligados ao uso, à posse e à propriedade da terra, tomando Curitiba e suas áreas limítrofes como universo espacial.

O estudo da propriedade da terra em Curitiba, desenvolvido por Odah Regina Guimarães Costa, insere-se em um movimento mais amplo de renovação da historiografia paranaense, marcado pela incorporação de métodos quantitativos, pelo diálogo com as ciências sociais e pela influência da historiografia estrutural de matriz francesa. A abordagem adotada insere-se de modo claro na tradição historiográfica inaugurada pela Escola dos *Annales*, criada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, cuja contribuição foi decisiva para a renovação metodológica da História ao deslocar o foco do acontecimento isolado para a análise das estruturas, das conjunturas e das dinâmicas de longa duração. Inspirada especialmente nos trabalhos de Marc Bloch, como *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*, a autora mobiliza o conceito de “paisagens agrárias” como chave interpretativa para compreender as transformações da propriedade da terra e dos grupos sociais a partir dos meios de produção, ultrapassando os esquemas meramente morfológicos e descritivos em favor de uma análise estrutural. Essa perspectiva, também influenciada por Fernand Braudel e por autores como Ernest Labrousse, Georges Duby e Emmanuel Le Roy Ladurie, orienta a articulação entre economia, sociedade e espaço, permitindo apreender a formação agrária como um processo histórico complexo e relacional¹⁰¹³.

Entretanto, a recepção desse legado não se deu sem tensões. Como observa François Dosse, a ênfase excessiva nas estruturas e na longa duração acabou, em determinados momentos, por conduzir a uma concepção de história “quase imóvel”, esvaziando a relação dialética entre passado, presente e futuro e fragmentando a ideia de totalidade histórica em uma “história em migalhas”¹⁰¹⁴. Para o autor, embora os *Annales* não tenham produzido uma história estática, sua trajetória revela continuidades e descontinuidades marcadas por uma constante recusa da história político-institucional tradicional e por uma apropriação seletiva das ciências sociais, o que resultou na substituição de categorias centrais do pensamento histórico, “não ideologia, mas mentalidade; não materialismo, mas materialidade; não dialética, mas estrutura.”¹⁰¹⁵

Segundo Dosse, o predomínio da história econômica e das análises estruturais, sobretudo a partir dos anos 1960, levou a um fortalecimento do economicismo e do

¹⁰¹³ COSTA, Odah Regina Guimarães. Considerações sobre o uso e a propriedade da terra em Curitiba – Paraná. 1850-1900: uma análise quantitativa. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Littero-Técnica, v. XLV, p. 84, 1987.

¹⁰¹⁴ DOSSE, François. **A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”**. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. da Unicamp, 1992. p. 250.

¹⁰¹⁵ Idem, *Ibidem*.

mecanicismo dos dados, frequentemente em detrimento da agência histórica dos sujeitos. A história passou, assim, a ser concebida como uma combinação de demografia, curvas econômicas e análise das relações sociais, o que, para o autor, contribuiu para minorar a capacidade dos indivíduos de “fazer história” de modo consciente e ativo¹⁰¹⁶. Diferentemente de Eric Hobsbawm, François Dosse não reconhece uma convergência efetiva entre a história social dos Annales e o marxismo, entendendo esse movimento antes como uma substituição conceitual que esvazia a dimensão crítica da dialética.

É nesse ponto que se abre a transição para o debate sobre a relação entre os Annales, o marxismo e a história das mentalidades. Para alguns críticos, a aproximação inicial com o marxismo, perceptível nas primeiras décadas do movimento, diluiu-se com o advento da chamada “Nova História”, deslocando o foco da análise das contradições sociais para categorias culturais e simbólicas. Essa inflexão, longe de ser consensual, revela os limites e as potencialidades do legado dos Annales, especialmente quando apropriado em contextos, como o da historiografia paranaense, onde tais referências foram reinterpretadas considerando os problemas regionais específicos.

Nesse sentido, a produção de Odah Regina Guimarães Costa exemplifica uma apropriação seletiva e pragmática de uma determinada tradição historiográfica, vinculada à linhagem dos Annales. Mais do que uma adesão direta à chamada “Nova História”, sua obra parece mobilizar, de forma situada, elementos de diferentes temporalidades dessa tradição, especialmente aqueles associados à segunda geração dos Annales, marcada pela centralidade das estruturas econômicas e sociais e pela atenção à longa duração. Ao dialogar com esse repertório, a autora investe na construção de uma história agrária de base quantitativa, fundamentada na análise de séries documentais extraídas de inventários, testamentos, livros de notas e registros paroquiais e cartoriais. Embora tais fontes imponham desafios metodológicos, seu tratamento sistemático possibilita a identificação de regularidades e de estruturas de longa duração, permitindo articular economia, sociedade e território. Com isso, Odah contribui para a consolidação, no contexto paranaense, de uma historiografia agrária alinhada a pressupostos centrais da tradição dos Annales — como a análise serial, a quantificação, a ênfase nas estruturas de longa duração e a articulação entre diferentes dimensões da vida social — sem abdicar da atenção às dinâmicas sociais concretas, reafirmando o papel central da terra e das formas de apropriação do espaço na compreensão das sociedades históricas.

¹⁰¹⁶ DOSSE, François. **A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”**. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. da Unicamp, 1992. p. 104.

A organização do sumário do volume XLV do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (1987) evidencia a centralidade atribuída à história institucional, às trajetórias profissionais e às narrativas de formação das principais estruturas do Estado do Paraná, como a Universidade, a Faculdade de Medicina e as redes de infraestrutura, a exemplo das estradas de ferro. Ao lado desses eixos, o conjunto de textos reúne reflexões voltadas à questão territorial paranaense, com especial atenção às relações entre terra, trabalho, poder e processos de modernização, revelando uma escrita da história que articula memória institucional, problemáticas socioeconômicas e a construção de uma narrativa explicativa sobre a formação regional.

A capa do volume XLV do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, ao destacar o edifício da Universidade do Paraná, reforça simbolicamente a vinculação entre o Instituto e o espaço universitário, ao mesmo tempo em que se inscreve nas comemorações dos 75 anos da instituição. Tal escolha iconográfica não é fortuita, ela evidencia o esforço do IHGEP em reafirmar sua legitimidade científica por meio da aproximação com a universidade, apresentada como lugar socialmente reconhecido da produção do saber acadêmico, principalmente na segunda metade do século XX. No contexto paranaense, observa-se que os estudos historiográficos dedicaram atenção ao processo de criação da universidade, como nos trabalhos de Cecília Maria Westphalen¹⁰¹⁷ (1987; 1988). A presença da universidade na capa do Boletim dialoga, assim, com esse campo historiográfico e com as trajetórias intelectuais que nele se destacaram, ao mesmo tempo em que projeta o Instituto como partícipe desse universo acadêmico. Desse modo, a materialidade editorial do volume expressa, de forma eloquente, a coexistência entre tradição e renovação que marcou a trajetória do IHGEP, eixo central das reflexões desenvolvidas nesta tese.

A edição dá ênfase para estudos voltados à história das instituições, como “*O ensino de engenharia na Universidade do Paraná*” (Luiz Carlos Pereira Tourinho) e “*O ensino da cirurgia na Universidade Federal do Paraná*” (Iseu Affonso da Costa), que abordam a consolidação do ensino superior como parte do projeto de modernização regional. Em diálogo com essa perspectiva institucional, textos como “*Pelourinhos do Paraná*” (Vasco da Costa Salema) e “*Economia e escravidão no Paraná*” (Márcia Elisa de Campos Graf) retomam estruturas coloniais de dominação, evidenciando a persistência de hierarquias sociais e econômicas que moldaram o uso da terra e da força de trabalho ao longo do século XIX. Complementam esse eixo interpretativo trabalhos como *Cem anos de estradas de ferro*

¹⁰¹⁷ WESTPHALEN, Cecília M. **Universidade Federal do Paraná: 75 anos**. Curitiba, SBPH-PR, 1987; _____. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná – 50 anos**. Curitiba, SBPH-PR, 1988.

no *Paraná* (Mário Marcondes de Albuquerque), que evidencia o papel da infraestrutura ferroviária na integração econômica do território, e *Arqueologia: o pote do bugre* (Fidélis Bueno), que remete à presença indígena e aos apagamentos produzidos pela narrativa do progresso. Em conjunto, os textos do volume XLV reafirmam o Boletim como espaço de circulação de uma historiografia preocupada com os fundamentos materiais da sociedade paranaense, articulando instituições, economia, território e cultura, e consolidando uma agenda de pesquisa na qual a questão agrária e a ocupação do espaço assumem papel estruturante.

No interior desse conjunto, o artigo de Odah Regina Guimarães Costa, “*Considerações sobre o uso e a propriedade da terra em Curitiba – Paraná*”, ocupa posição central para o debate sobre estruturas agrárias, ao examinar, a partir de documentação cartorial e administrativa, as formas de apropriação do solo urbano e rural, os mecanismos de posse e propriedade e as transformações decorrentes da legislação fundiária e da expansão do mercado de terras. O texto articula práticas locais de ocupação com mudanças estruturais mais amplas, inserindo Curitiba no processo de transição entre um regime agrário tradicional e novas formas de ordenamento territorial vinculadas à economia de mercado. Em seu trabalho, Odah Guimarães parte do reconhecimento de que a formação da sociedade paranaense não pode ser compreendida sem a análise das estruturas agrárias, uma vez que estas condicionaram as formas de trabalho, as hierarquias sociais e os processos de ocupação territorial. Ao eleger Curitiba como recorte espacial, Odah desloca o foco das interpretações tradicionais centradas no latifúndio ou nas áreas de colonização recente, evidenciando a complexidade das dinâmicas fundiárias em uma região de antiga ocupação.

A autora identifica o período de 1850 a 1900 como uma conjuntura de profundas transformações, a Lei de Terras de 1850 e seu regulamento de 1854, a criação da Província do Paraná (1853), o fim do tráfico de escravizados, a abolição, a imigração europeia, a expansão da erva-mate e da madeira e, ao final do período, a Proclamação da República¹⁰¹⁸. Sua hipótese central sustenta que essas mudanças provocaram uma reconfiguração do sistema fundiário, com deslocamento progressivo do predomínio de grandes propriedades para a consolidação de pequenas e médias propriedades, sobretudo nas áreas próximas ao núcleo urbano de Curitiba. Odah argumenta que, longe de um modelo homogêneo, a estrutura fundiária curitibana caracterizava-se pela coexistência de grandes propriedades, pequenas e

¹⁰¹⁸ COSTA, Odah Regina Guimarães. *Considerações sobre o uso e a propriedade da terra em Curitiba – Paraná. 1850-1900: uma análise quantitativa. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLV, p. 83-84, 1987.

médias posses, terras exploradas diretamente e outras destinadas à especulação, revelando uma sociedade agrária socialmente diferenciada e economicamente diversificada.

A comunidade curitibana era socialmente heterogênea, composta por proprietários que exploravam diretamente suas terras, proprietários ausentes, parceiros, agregados e trabalhadores livres e escravizados, coexistindo diferentes formas de trabalho e exploração da terra. A sociedade agrária curitibana é caracterizada como predominantemente pré-capitalista, subordinada a centros decisórios externos, como Rio de Janeiro e São Paulo¹⁰¹⁹. Do ponto de vista metodológico, o trabalho representa uma inflexão significativa na produção historiográfica regional. Ao mobilizar de forma sistemática fontes notariais, paroquiais e administrativas, especialmente os livros de notas do 1º Tabelionato de Curitiba, Odah Guimarães (1987) constrói séries quantitativas que permitem analisar a circulação da terra, os preços dos imóveis, os tipos de transações e o perfil social dos agentes envolvidos. Essa opção metodológica rompe com leituras descritivas, oferecendo uma base empírica sólida para a interpretação das transformações agrárias.

O método histórico aliado a técnicas quantitativas e comparativas, com organização de séries homogêneas e uso de semiologia gráfica, foi uma constante nas pesquisas da sócia do IHGEP. A partir disso o estudo de Odah Guimarães (1987) problematiza a ideia de uma transição linear ou harmoniosa, ressaltando as tensões entre modelos tradicionais de concentração fundiária e projetos de ocupação mais fragmentados. Para isso, afirma que a urbanização de Curitiba e a expansão de suas áreas periféricas tiveram impacto direto na valorização da terra e no aumento das transações imobiliárias, sobretudo a partir das décadas finais do século XIX. Além disso, a proximidade do núcleo urbano, a chegada de imigrantes e a diversificação das atividades econômicas contribuíram para o fortalecimento da pequena e média propriedade, sem que isso significasse a eliminação das grandes posses.

Apesar das rupturas formais representadas pela República, a estrutura fundiária permaneceu fortemente concentrada, subordinada aos interesses das elites rurais. Isso é observado por Odah Guimarães, em outro artigo publicado no Boletim do IHGEP intitulado “*Proclamação da República (1889) e a mudança da política de terras: o caso do Paraná*”¹⁰²⁰. Nele, a historiadora explora o percurso histórico do acesso à terra desde o sistema de sesmarias, passando pela prática generalizada da posse irregular, até a

¹⁰¹⁹ COSTA, Odah Regina Guimarães. Considerações sobre o uso e a propriedade da terra em Curitiba – Paraná. 1850-1900: uma análise quantitativa. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLV, p. 83-84, 1987.

¹⁰²⁰ COSTA, Odah Regina Guimarães. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica e Editora Santa Monica, v. XLVII, p. 61-74, 1990.

promulgação da Lei de Terras de 1850 e seus regulamentos, evidenciando as dificuldades de sua efetiva aplicação no Paraná. A professora Odah também se atenta em sua pesquisa que as elites agrárias paranaenses se apropriaram do discurso liberal, inviolabilidade da propriedade, liberdade e igualdade, para preservar a estrutura escravista e o controle da terra, mantendo o povo afastado das decisões políticas centrais. Nesse sentido, a República aparece menos como processo de democratização e mais como rearranjo institucional conduzidos “pelo alto”, sem participação popular significativa. A partir da Proclamação da República, o estudo destaca a transferência das terras devolutas para o domínio dos Estados, conforme a Constituição de 1891, e examina seus impactos no Paraná.

A centralidade sistemática conferida às fontes e à sua exploração ao longo dos estudos desenvolvidos pela professora e sócia Odah Guimarães, está em consonância direta com as reflexões apresentadas por Altiva Balhana e Cecília Westphalen, no texto, “*Fontes para a história social*”¹⁰²¹, que problematiza os tipos de documentação utilizados pelo historiador e as transformações da prática historiográfica a partir da consolidação da história social. A ampliação do conceito de fonte histórica, rompendo com a dependência exclusiva de documentos oficiais produzidos pelo Estado e incorporando registros capazes de apreender a vida social, econômica e cultural de diferentes grupos, tais como, processos judiciais, inventários, censos, registros paroquiais, correspondências, jornais, iconografia e estatísticas são apresentados como materiais fundamentais para o estudo das estruturas sociais, do trabalho, da demografia e do cotidiano. Ao enfatizar a necessidade de uma leitura crítica das fontes, articulada às questões de pesquisa e sustentada pelo diálogo interdisciplinar, o texto explicita a renovação das práticas historiográficas e o deslocamento do foco narrativo para a análise das relações e dos processos sociais, movimento que encontra ressonância direta na abordagem adotada pelos estudos de história agrária aqui examinados.

Valendo-se do rol documental selecionado para a sua pesquisa Guimarães (1987) aponta indícios de fragmentação da propriedade, correlação entre localização e valorização do imóvel e avanço do processo de urbanização, que ultrapassa os limites tradicionais da cidade¹⁰²², e conclui ressaltando que apenas a continuidade das pesquisas históricas e sociais permitirá compreender plenamente os mecanismos do uso e da propriedade da terra,

¹⁰²¹ BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. As Fontes para a História Social do Brasil. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 23, p.49-56, p. 49-56. 1º semestre de 1987.

¹⁰²² COSTA, Odah Regina Guimarães. Considerações sobre o uso e a propriedade da terra em Curitiba – Paraná. 1850-1900: uma análise quantitativa. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLV, p. 95-96, 1987.

defendendo a renovação metodológica da história agrária como exigência do avanço científico.

O volume XLV do Boletim do IHGEP publicado em 1987, também trouxe entre as pesquisas publicadas, o estudo da professora Márcia Elisa de Campos Graf, “*Economia e escravidão no Paraná*”¹⁰²³, no qual a autora retoma e aprofunda debates sobre as estruturas coloniais de dominação, evidenciando a permanência de hierarquias sociais e econômicas que condicionaram o uso da terra e da força de trabalho ao longo do século XIX. O texto, que ocupa dezesseis páginas do periódico, dialoga com uma perspectiva de história social atenta às relações entre economia, escravidão e organização do espaço agrário.

No conjunto das publicações do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e a Etnográfico Paranaense, a temática da escravidão aparece de forma restrita e episódica. Os únicos textos localizados que abordam diretamente essa questão são “*Revolta de escravos nos campos gerais*”, do sócio Oney Barbosa Borba, publicado em 1986 no volume XLIII, que aborda a revolta escrava em Antonina em 1859, e o estudo “*Economia e escravidão no Paraná*”, de Márcia Elisa de Campos Graf, publicado no volume XLV do Boletim, em 1987, que representa uma inflexão significativa no tratamento do tema ao inseri-lo no campo da história social e econômica.

A escassez desses trabalhos deve ser compreendida no interior de uma tradição intelectual herdada de outros espaços como o IHGB, instituição referência para o IHGEP, marcada pela exaltação do elemento europeu como agente central da civilização e do progresso¹⁰²⁴, assim como aconteceu no Paraná. Esse discurso, amplamente difundido entre os intelectuais paranaenses, encontra-se diluído em diversos textos publicados no Boletim, nos quais a imigração europeia moderna é apresentada como fundamento identitário do estado, relegando a experiência negra e a escravidão a um lugar secundário, quando não ao completo silêncio.

¹⁰²³ GRAF, Márcia Elisa de Campos. *Economia e Escravidão no Paraná*. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítro-Técnica, v. XLV, p. 99-114, 1987.

¹⁰²⁴ A dissertação de Luís Roberto Manhãni, intitulada “O discurso sobre o negro na historiografia e na etnografia do IHGB (1839–1925)”, trata da forma como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) construiu discursos sobre o negro no Brasil entre o século XIX e início do XX. A dissertação analisa como o negro foi representado nas páginas da Revista do IHGB (RIHGB), publicada desde 1839. Seu trabalho investiga como os saberes histórico e etnográfico tomaram o negro como objeto de estudo e qual lugar lhe foi atribuído na narrativa da nação. Entre os resultados o estudo realizado informa que o IHGB produziu discursos que ora invisibilizavam, ora instrumentalizavam o negro, sempre em função de projetos de construção da identidade nacional branca e elitista. MANHANI, Luís Roberto. **O discurso sobre o negro na historiografia e a etnografia do IHGB (1839-1925)**. Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. 152 p.

Essa operação de silenciamento deve ser compreendida no interior de uma tradição intelectual mais ampla, conforme analisa Ricardo Costa de Oliveira, ao identificar em autores como Ermelino de Leão, Romário Martins, Francisco Negrão e David Carneiro, todos vinculados à economia da erva-mate, os principais artífices de uma história regional centrada na genealogia das elites, na defesa dos limites territoriais e na construção de uma narrativa de continuidade histórica¹⁰²⁵. Nessa perspectiva, o Estado aparece como expressão direta dos “homens bons” e de seus descendentes, naturalizando as hierarquias sociais e excluindo experiências subalternas do processo de formação regional. Tal tradição prolonga-se em intelectuais posteriores, como Brasil Pinheiro Machado, Samuel Guimarães da Costa e Luiz Carlos Pereira Tourinho, reafirmando a centralidade de uma memória oficial elitizada.

Essa orientação historiográfica encontra-se estreitamente vinculada ao ideário paranista, que operou como matriz interpretativa dominante na construção da identidade regional, especialmente no interior do IHGEP. Conforme observa Camargo (2007), a representação do paranaense foi forjada a partir da combinação entre a herança luso-brasileira e a figura do indígena romantizado, eleito como ancestral fundador, produzindo uma “miscigenação positiva” que, ao mesmo tempo, excluía de forma eloquente a presença africana¹⁰²⁶. Nesse quadro, a população negra, associada à escravidão, tornava-se um elemento dissonante em relação ao projeto simbólico de um Paraná branco, europeu e moderno, devendo, portanto, ser apagada, minimizada ou tratada como residual na narrativa histórica.

O pensamento paranista foi profundamente atravessado pelas teorias de branqueamento em circulação no Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX, o que se reflete diretamente em obras clássicas da historiografia paranaense¹⁰²⁷. Em sua História do Paraná, Romário Martins, por exemplo, defende o argumento recorrente de que “a população negra e mestiça de negro nunca foi numerosa no Paraná”, formulação que funcionou como justificativa historiográfica para a marginalização da escravidão na história regional. A historiografia paranista não apenas garantiu à elite da erva-mate a condição de grupo social dominante, como também instituiu as origens regionais assentadas em continuidade histórica, na harmonia social e na suposta ausência de conflitos raciais

¹⁰²⁵ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

¹⁰²⁶ CAMARGO, João Borba. **História do Paraná: 1500-1889**. Maringá: Bertoni, 2004.

¹⁰²⁷ OLINTO, Beatriz Anselmo. **Conflitos civilizatórios: identificações deterioradas**. In: Pontes e Muralhas – Diferença, Lepre e Tragédia no Paraná no início do século XX, 2ª ed., UNICENTRO: Guarapuava, 2013.

significativos. Ao articular-se às produções históricas, esse signo identitário moldou profundamente os critérios de seleção temática e interpretativa do Boletim.

A escassez desses textos no Boletim contrasta de forma significativa com a produção universitária que começou a ser desenvolvida a partir das décadas de 1970 e 1980, especialmente no âmbito da UFPR, e que passou a tratar a escravidão como problema historiográfico, articulando-a à história social, demográfica e econômica do Paraná. Esse deslocamento evidencia a prática de uma historiografia acadêmica comprometida com a crítica das fontes, a ampliação do conceito de documento e a revisão das narrativas que minimizam a presença negra na história regional. Diferentemente da tradição memorialista e identitária predominante no Boletim, esses estudos passam a interrogar criticamente as bases sociais da formação paranaense, contribuindo para a revisão do mito da excepcionalidade regional e para a reintegração do Paraná aos grandes debates da historiografia brasileira. Logo, a escrita produzida no espaço universitário não apenas tensiona as narrativas consolidadas pelo Instituto, como também inaugura um movimento de revisão crítica da historiografia regional, recolocando a experiência escravista como componente fundamental da formação histórica do estado.

Publicado em 1986 (vol. XLIII), pelo jornalista Oney Borba, o texto “*Revolta de escravos nos Campos Gerais*”, foi dedicado à revolta ocorrida em Antonina em 1859. É significativo observar que a publicação desse artigo coincide com um momento de renovação dos estudos sobre a escravidão no Brasil. No mesmo ano de 1986, João José Reis lançava a *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês*¹⁰²⁸, obra que se tornaria referência fundamental ao propor uma leitura da ação escrava como fenômeno político, social e culturalmente articulado, rompendo com interpretações que viam as revoltas como eventos isolados ou meramente reativos. Porém, a justaposição temporal entre essas produções evidencia que, embora o Boletim do IHGEP estivesse atento a determinados temas em circulação no debate historiográfico nacional, sua incorporação se dava de forma limitada. Desse modo, enquanto a historiografia acadêmica avançava na compreensão das rebeliões escravas como expressão de projetos coletivos, identidades religiosas e estratégias de resistência, o tratamento conferido pelo Instituto permanecia circunscrito a uma narrativa episódica, compatível com os marcos de uma historiografia memorialista e identitária.

¹⁰²⁸ REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil - A História do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

Márcia Elisa de Campos Graff¹⁰²⁹, autora do artigo “*Escravidão e economia no Paraná*” (1987), ingressou no Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense no mesmo ano em que assumiu aulas no curso de história da Universidade Federal do Paraná no ano de 1971. Mais tarde, em um momento de consolidação de sua trajetória científica em pesquisas a respeito da sociedade escravocrata no Paraná e da história social regional do Paraná, inseriu-se no circuito internacional das sociabilidades intelectuais, realizou entre o período 10/9/1982 a 10/9/1983, estudos a nível de Pós-Doutorado, na Université de Picardie, Amiens, França. A pesquisa intitulada, “*A escravidão negra na Província do Paraná*”, foi realizada sob a orientação da Professora Adeline Daumard¹⁰³⁰. No retorno ao Brasil, a historiadora integrou também a equipe responsável pelo estudo “*História social do Brasil: teoria e metodologia*” (1984), coordenado no Paraná sob a liderança de Daumard, o que reforça a leitura do artigo publicado em 1987 no Boletim do IHGEP como resultado de um processo de renovação metodológica e de aproximação com a história social de matriz francesa, incorporada à produção historiográfica paranaense.

Sua experiência de Pós-Doutorado na Université de Picardie, sob orientação de Adeline Daumard, não se limitou à aquisição de novos referenciais teórico-metodológicos, mas implicou a inserção efetiva em redes internacionais de sociabilidade intelectual, fundamentais para a circulação de problemas, métodos e objetos da história social. O diálogo com a tradição francesa, marcada pela história social, pela atenção às estruturas econômicas, às hierarquias e às relações de dominação, ampliou o horizonte analítico de suas pesquisas sobre escravidão e economia no Paraná, deslocando-as de uma abordagem estritamente regional para um campo comparativo e conceitualmente mais denso. Nesse sentido, a publicação de “*Economia e escravidão no Paraná*” no Boletim do IHGEP, em 1987, pode ser lida como expressão concreta dessa internacionalização, ao articular temas locais a debates historiográficos mais amplos, consolidados nos circuitos acadêmicos europeus.

¹⁰²⁹ Graduada em História pela UFPR (1965). Mestra na primeira turma de História Demográfica (1974), defendeu doutorado na USP em 1979 sob orientação de Maria Beatriz Nizza da Silva e, supervisionada por Adeline Daumard, realizou Pós-Doutorado na Université de Picardie, Amiens e na École Pratique des Hautes Études, Paris, França (1982-1984). Professora aposentada de História do Brasil da UFPR, atualmente é professora titular da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Foi uma das fundadoras da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), na qual foi tesoureira (1987-1999) e presidenta (1999-2005). Verbetes de Daiane V. Machado. Márcia Elisa de Campos Graff. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/395>. Acesso jan. 2026.

¹⁰³⁰ **Ata da Reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, realizada no dia 18 de dezembro de 1981.** A professora Adeline Daumard esteve em Curitiba ministrando cursos, em 1975, 1979, 1981 e 1986. Da sua presença e do trabalho realizado com professores da UFPR, resultou o livro *História Social do Brasil: teoria e metodologia*, publicado pela UFPR e com grande repercussão na historiografia recente do país. DAUMARD, A., BALHANA, A., WESTPHALEN, C., GRAF, M. **História social do Brasil: teoria e metodologia**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1984.

No que tange ao conteúdo publicado, o texto de Graf (1987), trata da evolução das estruturas econômicas paranaenses desde o período colonial até o final do século XIX, analisando como a instituição da escravidão foi a base do trabalho nessas diferentes fases e as razões de seu declínio. A historiadora descreve a transição entre diferentes atividades econômicas que moldaram o território. A ocupação do território paranaense, para Graf, começou com a busca de ouro no litoral e depois no planalto (Curitiba). Com a escassez de metal, a economia regrediu para a subsistência e um comércio incipiente de farinha e erva-mate. A partir de 1731, a abertura de estradas ligando o Rio Grande do Sul aos Campos Gerais transformou a fazenda de criar gado na “empresa fundamental” da comunidade paranaense, integrando a região à economia brasileira através do comércio de muares e bovinos¹⁰³¹.

Ao longo de seu estudo, o esforço de Graf consiste em enfatizar que o escravizado era o motor de inúmeras atividades econômicas. Os escravizados não atuavam apenas na lida com o gado, mas também nos serviços domésticos, agrícolas, artesanais e, crucialmente, no beneficiamento da erva-mate, trabalhando em engenhos.¹⁰³²

Seguindo os pressupostos de Altiya Balhana (1972)¹⁰³³, Márcia Graf afirmava que a população do Paraná Tradicional, isto é do Paraná da mineiração, da pecuária, das indústrias extrativas do mate e da madeira, e da lavoura de subsistência", era heterogênea e nela estavam presentes os mesmos elementos que compunham a população das outras regiões brasileiras: o índio, o europeu, o negro e seus mestiços. Portanto, uma sociedade também marcada pela escravidão e na qual foi significativa a participação econômica e social dos escravos negros. Na primeira metade do século XIX o número relativo destes elementos chegou a 40% do total da população da província¹⁰³⁴

A partir de uma análise econômica, Graf (1987) percebe que a desagregação da escravidão no Paraná ocorreu por uma combinação de fatores, dentre eles, a incompatibilidade da mão-de-obra escrava com o desenvolvimento industrial em vigência. De acordo com Graf (1987)

¹⁰³¹ GRAF, Márcia Elisa de Campos. Economia e Escravidão no Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLV, p.103, 1987.

¹⁰³² GRAF, Márcia Elisa de Campos. Economia e Escravidão no Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLV, p.111, 1987.

¹⁰³³ BALHANA, Altiya. Estruturas Populacionais do Paraná no ano da Independência. **Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História**, n.19, 1972.

¹⁰³⁴ GRAF, Márcia Elisa de Campos. Economia e Escravidão no Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLV, p. 108, 1987.

Com as transformações tecnológicas que se operaram na indústria ervateira ao longo do século XIX, o engenho de soque, movido a força humana, escrava, foi substituído pelo engenho hidráulico e este pelo engenho a vapor. Nesse processo de expansão da economia do mate, foi gradativamente sendo reduzida a área de participação da mão-de-obra escrava que ia sendo substituída pela do trabalhador livre. Na verdade, as transformações ocorridas na estrutura econômico social exigiam esta substituição.¹⁰³⁵

Somavam-se a esse fator, os fatores políticos e sociais, como o encarecimento do escravo após a proibição do tráfico, a Lei do Ventre Livre (1871) e a resistência dos próprios escravizados (fugas) aceleraram o processo. E a entrada de imigrantes europeus (italianos, alemães e poloneses) a partir da década de 1870 forneceu a alternativa necessária para a transição definitiva para o trabalho livre¹⁰³⁶. Há um esforço em marcar como o Paraná deixou de ser uma economia pastoril baseada no trabalho cativo para se tornar uma economia industrial e diversificada, integrando a análise da produção material com as relações sociais de trabalho. Segundo informa a autora, a imigração europeia acelerou o fim da escravidão no Paraná ao oferecer uma alternativa de mão de obra viável e economicamente mais compatível com as inovações tecnológicas e as novas demandas do mercado no século XIX.

Diferente da estrutura tradicional de “senhores e escravos”, os grupos europeus trouxeram um novo dinamismo econômico. Inicialmente dedicados à cultura de subsistência, eles rapidamente expandiram suas atividades para a extração de mate, o comércio, a manufatura e a indústria. A presença do imigrante reforçou o discurso abolicionista da elite intelectual e empresarial da época. Em discursos de associações humanitárias em 1887, argumentava-se que a imigração era a solução providencial que permitiria a libertação dos escravizados sem afetar o interesse particular ou o progresso comum, tornando o sistema escravista “imperceptível” e desnecessário diante da eficiência do trabalho livre. Em suma, a imigração européia não apenas substituiu numericamente os escravizados, mas transformou a lógica produtiva do Paraná, tornando o trabalho livre a base necessária para o desenvolvimento capitalista e industrial.

No único estudo que publicou no Boletim do IHGEP, Márcia Graf concentra sua pesquisa na instituição da escravidão como base da estrutura social e econômica tradicional, sendo o foco principal da análise a relação senhor-escravo e como o “cativeiro” foi o motor das atividades econômicas desde a mineração até o ciclo das tropas e os primeiros engenhos de mate. A historiadora busca entender, partindo dos estudos sobre a estrutura agrária

¹⁰³⁵ GRAF, Márcia Elisa de Campos. Economia e Escravidão no Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLV, p. 111, 1987.

¹⁰³⁶ Idem, Ibidem.

tradicional¹⁰³⁷, a composição da “família fazendeira” e a demografia da população escravizada, para isso, utiliza inventários e testamentos para mapear a riqueza em seres humanos e animais (gado/muare), fornece, portanto, a análise da “base humana” escravocrata que sustentou o Paraná tradicional. O texto de Márcia Elisa de Campos Graf, “*Economia e Escravidão no Paraná*”, pode ser relacionado aos debates da historiografia agrária brasileira ao analisar a transição de modelos produtivos, o papel da escravidão e a formação de classes sociais no campo. Essa perspectiva reforça a tese de Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil contemporâneo*, na seção “*Vida material*”; e por Celso Furtado em “*Análise do modelo brasileiro*”.

Embora o texto de Graf foque na economia e escravidão, ele menciona que a escravidão entrou em declínio no Paraná por volta de 1860, sendo substituída pelo trabalho livre imigrante e pelo avanço tecnológico (como o uso do vapor na indústria do mate). A Lei de Terras de 1850, citada nas fontes, serviu justamente para impedir o acesso dos pobres e libertos à propriedade, garantindo que o capital anteriormente investido em escravos fosse transferido para a posse da terra.

Em 1988, a historiografia paranaense, liderada por pesquisadores como Cecília Maria Westphalen e Altiva Balhana, promovia um debate profundo e combativo sobre as origens e a composição da população do estado. No Seminário que focalizou as raízes luso-africanas da população e sociedade brasileiras, esse debate acerca da população paranaense, suas origens e composição foi retomado de forma profunda¹⁰³⁸. O foco central era a desconstrução do mito do “Brasil Diferente”, uma tese difundida na década de 1950, por Wilson Martins, afirmando que a formação da população paranaense teria sido “diferente” daquela da população brasileira, notadamente estudada por Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Sobrado e Mucambos* (1936). Wilson defendia que o Paraná teria uma formação excepcional, marcada pela “branquidade remota” e pela inexistência ou irrelevância do regime escravocrata¹⁰³⁹.

A partir da década de 1930, a historiografia brasileira foi dominada por obras que buscavam explicar a formação da nação através de modelos sociológicos e econômicos. Autores como Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda tornaram-se

¹⁰³⁷ PINHEIRO MACHADO, Brasil. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais: contribuição ao estudo da história do Paraná. **Boletim da Universidade do Paraná**. Departamento de História, Curitiba, n.3, 1963.

¹⁰³⁸ WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva. **Raízes Luso-Africanas da População Paranaense. População no Mundo de Expressão Portuguesa**. I Colóquio Internacional. 12 a 15 de outubro de 1988. Fundação Joaquim Nabuco. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. 1-20. Biblioteca ISCS-ULISBOA. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa. Portugal.

¹⁰³⁹ Idem, p. 2.

"clássicos" ao estabelecerem os parâmetros para a compreensão do passado colonial e imperial. Freyre, especificamente, estabeleceu o modelo do equilíbrio de antagonismos entre o colonizador e o escravizado, que se tornou um pilar para o debate sobre a formação luso-africana do país¹⁰⁴⁰.

Nas décadas de 1960 e 1970, com a criação dos cursos de pós-graduação e o fortalecimento das universidades na consolidação da história como disciplina acadêmica, a historiografia brasileira passou por um processo de renovação teórico-metodológica, fortemente influenciado pela Escola dos Annales¹⁰⁴¹. Mais do que uma simples ruptura com uma historiografia anterior, esse movimento implicou um deslocamento de ênfases, com maior atenção às dimensões sociais e econômicas, à problematização das fontes e à construção de objetos de longa duração. Nesse contexto, consolidou-se o uso da história serial e quantitativa, na qual o pesquisador recorre a séries documentais relativamente homogêneas — como listas nominativas, inventários e censos — para reconstruir estruturas demográficas e sociais, em diálogo, por exemplo, com os métodos de Louis Henry. Um exemplo dessa abordagem pode ser observado nos estudos de Márcia Graf no Paraná, que, ao analisar listas de classificação para emancipação, buscou delinear o perfil demográfico e ocupacional da população escravizada, evidenciando o caráter estruturante do regime servil na província. A historiografia acadêmica passou a dar visibilidade a atores anteriormente excluídos da “história oficial”, como mulheres, trabalhadores e escravos. Ao invés de serem vistos apenas como massa, esses grupos passaram a ser analisados como sujeitos de sua própria história, com foco em suas táticas de resistência, vida cotidiana e inserção econômica. Esse movimento foi fundamental para desmentir narrativas que omitiam a participação negra e indígena na construção social brasileira.

Enquanto críticos como Wilson Martins sustentavam na década de 1950 e 1960 a ideia de que o Paraná constituiria uma experiência histórica “diferente” do Brasil, analisada por Gilberto Freyre, as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Departamento de História da UFPR apontaram em direção oposta. Os estudos demográficos conduzidos por Cecília Maria Westphalen e Altiva Pilatti Balhana, especialmente em *Raízes luso-africanas da população paranaense*, demonstraram de forma sistemática que, assim como em outras regiões do país, a formação social paranaense esteve profundamente marcada pela presença lusa e africana, com todas as implicações históricas, econômicas e culturais decorrentes desse encontro.

¹⁰⁴⁰ FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Panorama da historiografia brasileira contemporânea (1930-1980). In: BAUER, Caroline Silveira [et alii]; ABRAÃO, Janete Silveira [coord.]. **Brasil: interpretações e perspectivas**. 1 ed. São Paulo: Marcial Pons; Instituto Universidade de Alcalá, 2016. p. 15-37.

¹⁰⁴¹ Idem, Ibidem.

Nesse sentido, as historiadoras não apenas refutaram a tese da excepcionalidade paranaense, como reafirmaram a validade do paradigma freireano para a compreensão da história regional.

Segundo informam as historiadoras, o quadro demográfico paranaense começou a se alterar significativamente em razão de dois fatores principais: a evasão da força de trabalho escravizada — em grande parte vendida para o mercado cafeeiro de São Paulo — e a intensificação da imigração europeia, sobretudo de grupos eslavos e alemães.¹⁰⁴² Embora essa imigração, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, tenha conferido novos contornos à composição populacional, ela não eliminou a base luso-africana previamente constituída. Nesse sentido, o Paraná, longe de representar uma ruptura com o modelo interpretativo proposto em *Casa-Grande & Senzala*, tende a confirmá-lo, na medida em que sua ocupação inicial e seu desenvolvimento econômico se estruturaram segundo padrões coloniais amplamente disseminados no Brasil, como a apropriação latifundiária, o uso de mão de obra cativa e a hierarquização social fundada na escravidão.¹⁰⁴³ Tal leitura sugere, mais do que uma adesão direta, uma interlocução com a tradição da história social associada a Gilberto Freyre, particularmente no que se refere à atenção às permanências, às estruturas sociais e às dinâmicas de longa duração.

Como destacam Altiva Balhana e Cecília Westphalen em artigo publicado em 1974 na *Revue d'Histoire Économique et Sociale*, intitulado “L'histoire économique et sociale du Brésil: recherches en cours à l'Université Fédérale du Paraná”, o estudo de Márcia Graf — “Population esclave de la Province du Paraná, 1873-1888” — insere-se no conjunto de pesquisas desenvolvidas no âmbito da pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, voltadas à análise da população da Comarca de Curitiba entre os séculos XVII e XIX. Essas investigações articulam-se ao modelo interpretativo formulado por Brasil Pinheiro Machado, segundo o qual a história do Paraná deve ser compreendida como um capítulo da história regional do Brasil, tendo Curitiba como núcleo estruturador de seus processos históricos.

Os professores promoveram uma renovação metodológica baseada na escola francesa dos *Annales*. Isso envolveu, o tratamento de dados demográficos, econômicos e notariais para construir séries estatísticas. O debate foi construído a partir de arquivos eclesiásticos,

¹⁰⁴² WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva. **Raízes Luso-Africanas da População Paranaense.** População no Mundo de Expressão Portuguesa. I Colóquio Internacional. 12 a 15 de outubro de 1988. Fundação Joaquim Nabuco. Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

¹⁰⁴³ WESTPHALEN, Cecília M. Um modelo de História Social: o de Gilberto Freyre. **Anais do Seminário de Tropicologia**, Recife, 1980. Massangana, 1983, p. 232-247; _____. Lições de Gilberto Freyre aos historiadores. **Ci & Tróp.** Recife, 15 (2), p. 225-230. jul. dez. 1987.

judiciais e notariais (inventários e testamentos), transformando documentos burocráticos em testemunhos da vida social.

A pesquisa de Márcia Graff (1974) está fundamentada em uma documentação que contempla listas de classificação de escravos, elaboradas pelo Fundo de Emancipação criado pela Lei n. 2070 de 28 de setembro de 1871.¹⁰⁴⁴ Em sua dissertação defendida em História do Brasil na Linha de História Econômica, Márcia Graf focou na análise documental da imprensa e dos mecanismos de alforria no final do Império, concentrou-se predominantemente no período de 1871 a 1888, utilizando como fontes primárias as listas de classificação para emancipação.

Seu trabalho provou a existência de uma estrutura escravista ativa e o fracasso do Fundo de Emancipação¹⁰⁴⁵. A renovação metodológica permitiu transformar testemunhos da atividade humana em séries estatísticas, em sua análise a historiadora vale-se de dados estatísticos extraídos de fontes oficiais, como as listas de classificação e os registros do Fundo de Emancipação, para traçar um perfil sociodemográfico da população escravizada. Através de tabelas minuciosas, analisa variáveis fundamentais como sexo, idade, estado civil, ocupação e cor, revelando como a legislação do Império impactou a transição para o trabalho livre. O objetivo central consistia em catalogar a estrutura da escravidão regional e quantificar os indivíduos selecionados para a liberdade, oferecendo uma base documental rigorosa para o estudo da história da abolição no sul do Brasil. Por meio de um “trabalho artesanal” de levantamento de dados, documentos essenciais para entender a dinâmica populacional e a composição étnica da sociedade, antes dispersos, passaram a ser tratados de forma quantitativa para revelar a estrutura da sociedade global.

Como observou François Furet, “o primeiro problema que se coloca, em termos novos, é o das fontes”¹⁰⁴⁶. O historiador trabalha com documentos em busca de evidências que sustentem suas hipóteses, mas a máxima positivista, *pas de document, pas d’histoire*, consagrada pelos metódicos franceses Langlois e Seignobos, acabou por conferir um privilégio excessivo ao documento escrito de arquivo, transformando-o quase no material

¹⁰⁴⁴ BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília. L’histoire économique et sociale du Brésil: recherches en cours à l’Université Fédérale du Paraná. Revue d’Histoire Économique et Sociale, **Marcel Rivière et Cie**. Paris. Année 1974, v.52, n.2.p. 230. Biblioteca de apoio. Sala Cecília Maria Westphalen e Altiva Pilatti Balhana. Arquivo Público do Paraná. Curitiba. PI015. Caixa 22;

¹⁰⁴⁵ A partir da Lei do Ventre Livre (1871), o governo imperial criou o Fundo de Emancipação, destinado a libertar escravos anualmente por meio de indenizações aos proprietários. No Paraná, este instrumento foi considerado um fracasso prático. Entre 1873 e 1886, embora 19.551 escravos tenham sido classificados para o benefício, apenas 202 foram efetivamente libertados pelo fundo. GRAF, Márcia E. de C. **A imprensa periódica e escravidão no Paraná**. Curitiba: Grafipar; Secretaria de Estado de Cultura e Educação do Paraná. 1981, p. 35.

¹⁰⁴⁶ FURET, François. Le quantitatif en histoire. In: **Faire de l’histoire**, org. GOFF, Jacques; NORA, Pierre. Paris, Gallimard, 1974, v. 1. p. 226.

exclusivo de uma história voltada aos fatos políticos e aos “grandes homens”¹⁰⁴⁷. Essa concepção apoiava-se sobretudo em arquivos tradicionais, compostos por documentos de chancelaria, despachos, ordens e registros diplomáticos ou militares, produzindo uma narrativa histórica limitada e seletiva. As transformações do mundo contemporâneo, entretanto, deslocaram o interesse historiográfico para o econômico, o social e o estudo das massas, exigindo novas perguntas e, conseqüentemente, novas fontes. Nesse movimento, conjuntos documentais antes marginalizados, como os registros paroquiais, “subiram à cena e ocuparam o teatro da História”, beneficiando-se, inclusive, das possibilidades abertas pela quantificação e pelo uso do computador na organização das séries documentais¹⁰⁴⁸. A aproximação da História com as demais Ciências Humanas promoveu, assim, um alargamento heurístico decisivo, incorporando documentos não escritos e múltiplas linguagens, em consonância com a abertura metodológica proposta por Lucien Febvre. Desse modo, a crítica à “verdade do arquivo” não significou sua rejeição, mas sua reinscrição em um horizonte interpretativo mais amplo, no qual o documento deixa de ser prova absoluta para tornar-se objeto de problematização histórica.

O trabalho de pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) inseriu-se em um programa de pesquisa voltado para uma revisão crítica da historiografia paranaense pautada em novos documentos. Esse movimento buscava romper com uma visão que omitia ou minimizava a presença negra para exaltar apenas a imigração europeia moderna. A postura era combativa no sentido de utilizar dados estatísticos e fontes primárias (como listas de classificação e censos) para negar e refutar as narrativas que tentavam “branquear” o passado do estado, a exemplo do estudo de Márcia Graf, que integrou o projeto n. 3 História Demográfica do Paraná, sobre a *“População Escrava da Província do Paraná, a partir das Listas de Classificação para Emancipação, 1873-1886”*, defendido no âmbito do curso de Mestrado da pós-graduação em História da UFPR. Essa historiografia produzida no interior da universidade ganhava força como polo de revisão crítica da historiografia regional, ao ocupar um lugar central na história social e econômica, abandonando a hegemonia da história puramente política do século XIX, seguindo a concepção braudeliana da multiplicidade do tempo social.

Como assinala Fernand Braudel, não há um tempo social único e homogêneo, mas “um tempo social de mil velocidades, de mil lentidões, que nada tem a ver com o tempo

¹⁰⁴⁷ MARROU, Henri-Irénée. Le Métier d'historien. In: **L'Histoire et ses méthodes**. Encyclopédie de la Pléiade. Paris, 1961.

¹⁰⁴⁸ FURET, François. Le quantitatif en histoire. In: **Faire de l'histoire**, org. GOFF, Jacques; NORA, Pierre. Paris, Gallimard, 1974, v. 1. p. 226.

jornalístico da crônica e da história tradicional”¹⁰⁴⁹. Ao adotar essa perspectiva, os pesquisadores da UFPR passaram a articular curta, média e longa duração, conferindo centralidade às permanências estruturais e às dinâmicas sociais de fundo, e, assim, redefiniram os fundamentos teóricos e metodológicos da historiografia paranaense. No âmbito do Departamento de História, foi através dessa lente (métodos e teorias) que a história da sociedade paranaense foi reinterpretada¹⁰⁵⁰.

Para Adeline Daumard et al. (1984), o recurso ao maior número possível de documentos relativos a um problema específico constitui uma característica central de numerosos historiadores vinculados a objetos particulares, mas passíveis de integração em uma história da sociedade em sentido mais amplo. Ainda que, em certa medida, esses estudos retomam preocupações já presentes na historiografia tradicional — sobretudo no que se refere à atenção às fontes —, observa-se uma ampliação e renovação do campo de pesquisa, impulsionadas pela orientação desses trabalhos em direção à história social.¹⁰⁵¹ Tal dinâmica do campo historiográfico pode ser verificada no interior da trajetória de pesquisa da própria Márcia Graf, quando realiza seu doutorado em História Social, no Programa de Pós-Graduação em História da USP, sob a supervisão da professora Maria Beatriz Nizza da Silva e defende o estudo “*A imprensa periódica e escravidão no Paraná*”¹⁰⁵², onde oferece uma base documental rigorosa para o estudo da história da abolição no sul do Brasil.

O impulso em direção à renovação metodológica apoiou-se, em grande medida, nas inovações decorrentes do intercâmbio contínuo com professores nacionais e estrangeiros no âmbito da pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, cujo curso de Mestrado entrou em funcionamento em 1972, seguido pela criação do Doutorado em 1982. A presença de docentes como Adeline Daumard foi decisiva nesse processo, ao contribuir para mudanças significativas da historiografia paranaense, sobretudo quando essas referências passaram a integrar o contexto do curso de doutorado. Esse momento de pesquisas encontrou expressão na obra *História social do Brasil: teoria e metodologia* (1984), organizada em conjunto por docentes do curso de doutorado em História da Universidade Federal do Paraná. Longe de inaugurar esse movimento, o volume sistematiza e explicita um conjunto de orientações teórico-metodológicas que já vinham sendo incorporadas, especialmente no

¹⁰⁴⁹ BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa, Editorial Presença, 1972. 280 apud. WESTPHALEN, Cecília M. **Estudos sociais a partir da longa duração**. Curitiba. p. 13.

¹⁰⁵⁰ WESTPHALEN, Cecília. Fernand Braudel: Teoria e Metodologia. **Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Anais da II Reunião** - São Paulo. 1983. P.161-174.

¹⁰⁵¹ DAUMARD, Adeline et al. **História social do Brasil: teoria e metodologia**. Curitiba, Ed. Universidade Federal do Paraná, 1984, p.13.

¹⁰⁵² GRAF, Márcia E. de C. **A imprensa periódica e escravidão no Paraná**. Curitiba: Grafipar; Secretaria de Estado de Cultura e Educação do Paraná. 1981, p. 35.

âmbito da pós-graduação. Ao reunir reflexões ancoradas em uma história social de inspiração estrutural, a obra contribui para deslocar — sem necessariamente substituir — o foco predominante da historiografia regional, até então fortemente marcado pela narrativa político-institucional e pela erudição documental, em direção à análise das estruturas sociais, das hierarquias, dos grupos profissionais, das elites, das mobilidades e das permanências. Nesse sentido, essa perspectiva não representa uma ruptura abrupta, mas a abertura e consolidação de mais uma via de investigação no campo da história social paranaense, oferecendo aos pesquisadores instrumentos teóricos para compreender a sociedade também a partir de configurações sociais duráveis, para além dos eventos e personagens.

Há, portanto, uma renovação metodológica profunda, na proposta do uso crítico e cruzado de fontes seriadas, censos, registros fiscais, inventários, estatísticas, listas nominativas, e ao legitimar o emprego de métodos quantitativos articulados à interpretação histórica. Para a historiografia paranaense, isso significou superar a oposição entre erudição documental e interpretação, integrando o rigor da crítica das fontes a problemas históricos claramente formulados, em sintonia com as práticas universitárias então em consolidação na UFPR¹⁰⁵³.

A nova abordagem exigiu um trabalho artesanal de levantamento de dados em fontes antes pouco exploradas, como registros notariais, inventários post-mortem e processos judiciais. O uso de técnicas da informática e do tratamento serial, permitiu transformar esses testemunhos em séries estatísticas que revelam a mentalidade e a hierarquia social de épocas passadas. Nesse processo de renovação historiográfica o estudo dos fenômenos de massa foram complementados pelo estudo das elites, indivíduos ou pequenos grupos que exercem um papel motor na comunidade através de seus valores e capacidades.¹⁰⁵⁴ Em suma, os professores construíram a historiografia como uma ferramenta de compreensão da sociedade global, tratando o Paraná como um laboratório para observar as tensões entre tradição e modernidade capitalista.

Valendo-se de debates do campo histórico, Odah Guimarães aprofundou o modelo teórico de que a história do Paraná consiste na expansão dirigida a partir de um centro social de irradiação localizado em Curitiba. Segundo essa perspectiva, a conquista do território paranaense ocorreu pela posse de terras subordinadas política e socialmente ao núcleo inicial

¹⁰⁵³ DAUMARD, Adeline et al. **História social do Brasil: teoria e metodologia**. Curitiba, Ed. Universidade Federal do Paraná, 1984, 259 p.

¹⁰⁵⁴ O trabalho de Beatriz Pellizzetti, sobre a contribuição de Ermemberg Pellizzetti, também se aproxima dessa interpretação na medida em que seu estudo foca no papel desempenhado por esse imigrante italiano (empresário) no processo de transição da economia brasileira no período republicano.

curitibano. Odah Costa, relacionou a questão agrária ao surgimento do capitalismo industrial no Paraná através da figura do Barão do Serro Azul.

Odah dedicou parte expressiva de sua trajetória no Departamento de História da UFPR ao estudo da história de Curitiba, seguindo o modelo de Brasil Pinheiro Machado, com atenção especial à atuação empresarial de Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, personagem central da economia e da política paranaense na segunda metade do século XIX¹⁰⁵⁵. Essa investigação materializou-se na tese apresentada para o Concurso de Livre-Docência na cadeira de História Moderna e Contemporânea, defendida em 1965, intitulada “*A ação empresarial de Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, na conjuntura paranaense*”¹⁰⁵⁶.

No trabalho defendido, a historiadora analisou o papel do empresário como agente econômico estratégico, articulando iniciativas comerciais, financeiras e políticas no contexto das transformações estruturais do Paraná oitocentista. A prova de habilitação à Livre-Docência foi realizada em maio daquele ano, perante banca composta por Maria Thereza Schorer Petrone (USP) e por Luiz Carlos Tourinho, Zélia Milléo Pavão, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen (UFPR), conforme registrado nos documentos institucionais¹⁰⁵⁷. O colegiado que avaliou seu trabalho articula prestígio externo e autoridade científica local, sinalizando a inserção da historiadora em redes de sociabilidades acadêmicas qualificadas e a validação de sua produção no processo de profissionalização da historiografia paranaense. Parte do estudo defendido na tese de Livre Docência foi publicado em formato de livro, pela Grafipar em 1981¹⁰⁵⁸, demonstrando a validade do debate para a história regional.

De acordo com Odah Regina Guimarães Costa, no artigo “*Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, Empresário schumpeteriano, e a Revolução Federalista*”, resultado de

¹⁰⁵⁵ COSTA, Odah R. G. Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, Empresário Schumpeteriano, e a Revolução Federalista. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Santa Mônica, v. XLIX, p. 195-212, 1995.

¹⁰⁵⁶ COSTA, Odah R. G. **A ação empresarial de Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, na conjuntura Paranaense**. Tese de Concurso para Livre Docência da Cadeira de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná. Curitiba, 1965; COSTA, Odah R. G. **Ação empresarial do Barão do Serro Azul**. Curitiba: GRAFIPAR, 1981; _____. **Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, Empresário Schumpeteriano, e a Revolução Federalista**. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Santa Mônica, v. XLIX, p. 195-212, 1995.

¹⁰⁵⁷ **Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná realizada em seis de dezembro de um mil novecentos e setenta e oito**. GUEDES, Caroline Coleti Guedes; MARONEZI, Ana Karla; BENTHIEN (supervisão). **Caderno de Atas n.4 (31/10/1978 - 18/12/1981)**. 1ª edição. Departamento de História – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2020. p.30.

¹⁰⁵⁸ COSTA, Odah R. G. **Ação empresarial do Barão do Serro Azul**. Curitiba: GRAFIPAR, 1981.

conferência proferida na Associação Comercial do Paraná em 17 de maio de 1994 e publicado no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense em 1995¹⁰⁵⁹, a análise da trajetória do Barão do Serro Azul oferece uma chave interpretativa privilegiada para compreender as transformações econômicas e políticas do Paraná na segunda metade do século XIX.

A publicação do volume XLIX do Boletim, em 1995, último número editado sob a denominação Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense e presidência de Luís Carlos Tourinho, sinaliza o encerramento de uma fase institucional marcada pela centralidade das efemérides e pela consolidação de uma narrativa histórica celebrativa, construída ao longo de décadas¹⁰⁶⁰. O Boletim circulou em 1995 com 262 páginas, e foi impresso pela Gráfica e Editora Santa Mônica, o volume reúne estudos de fôlego, entre os quais se destaca também o extenso artigo de Ayrton Ricardo dos Santos, “*Lamenha Lins e o Engenho Central de Morretes*”, que ocupa parcela significativa da publicação e reforça o interesse institucional pela história econômica e empresarial do Paraná.

O texto da conferência proferida pela Professora Odah, que compôs o exemplar em questão, também se mostrou oportuna por anteceder os preparativos para as comemorações do Centenário da Revolução Federalista, reforçando a dimensão memorialística e cívica da iniciativa. Ao articular a trajetória econômica de Ildefonso Pereira Correia aos conflitos políticos do período, o estudo contribui para a consolidação de uma narrativa que associa modernização econômica, protagonismo empresarial e construção da identidade regional republicana.

O Barão do Serro Azul (Ildefonso Pereira Correia), foi figura central e o maior expoente da nova liderança empresarial que transformou a economia paranaense na segunda metade do século XIX. Nascido em Paranaguá em 1845, era filho do Comendador Manoel Francisco Correia Júnior, um dos líderes da autonomia político-administrativa do Paraná, e Dona Francisca Pereira Correia, que possuíam um engenho de erva-mate em Porto de Cima, região de Morretes. Ildefonso seguiu o mesmo ramo de comércio e indústria, iniciando suas práticas comerciais ainda na década de 1860, viajando para o Uruguai e Argentina para

¹⁰⁵⁹ _____. Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, Empresário Schumpeteriano, e a Revolução Federalista. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Santa Mônica, v. XLIX, p. 195-211, 1995.

¹⁰⁶⁰ A mudança de denominação para Instituto Histórico e Geográfico do Paraná foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 29 de junho de 1999. Neste mesmo ano foi lançado o volume XLIX, já sob a nomenclatura de Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR).

conhecer os mercados consumidores. Ele é creditado por introduzir uma “verdadeira fase da industrialização do mate paranaense”¹⁰⁶¹.

A periodização proposta por Florestan Fernandes (2005) acerca do desenvolvimento do capitalismo no Brasil oferece um pano de fundo interpretativo importante para compreender a emergência das elites burguesas regionais no século XIX. Em Fernandes, a fase de eclosão do mercado capitalista moderno, que se estende da abertura dos portos até aproximadamente a década de 1860, caracteriza-se pela articulação crescente da economia interna ao mercado mundial, responsável por “exportar desenvolvimento econômico capitalista”¹⁰⁶², sem, contudo, romper imediatamente com a base escravista.

Já a fase seguinte, de formação e expansão do capitalismo competitivo, iniciada por volta de 1860 e que se estende até 1950, marca a diferenciação do sistema econômico e a constituição das bases para a industrialização urbana, ainda que de forma dependente e induzida externamente. A trajetória de liderança do Barão de Serro Azul o colocou no centro dos acontecimentos políticos da Revolução Federalista (1893-1894), o que acabou levando ao seu fim trágico. Durante a ocupação de Curitiba pelos revoltosos federalistas, Serro Azul fez parte da junta governativa e liderou um movimento civil para salvaguardar a cidade¹⁰⁶³. Na Revolução Federalista, movimento que defendia às pretensões de maior autonomia das províncias e de um melhor encaminhamento aos problemas das economias regionais¹⁰⁶⁴, Serro Azul também presidiu a comissão de Comércio de Curitiba e, pelas contingências conjunturais, ficou à frente da Comissão de empréstimo de guerra, sua função era negociar com os revoltosos para evitar saques e violências contra a população e o patrimônio da capital. Embora sua intenção fosse proteger a comunidade paranaense, suas negociações com os federalistas foram interpretadas pelo governo republicano de Floriano Peixoto como um ato de traição ou colaboração com os rebeldes. Após a retirada dos revoltosos e a retomada do poder pelos legalistas, o Barão foi preso. No dia 20 de maio de 1894, ele foi retirado da

¹⁰⁶¹ COSTA, Odah R. G. Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, Empresário Schumpeteriano, e a Revolução Federalista. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Santa Mônica, v. XLIX, p. 195-212, 1995.

¹⁰⁶² FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005. p. 264.

¹⁰⁶³ COSTA, Odah R. G. Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, Empresário Schumpeteriano, e a Revolução Federalista. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Santa Mônica, v. XLIX, p. 195-212, 1995.

¹⁰⁶⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 14.

prisão e fuzilado sumariamente no km 65 da estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, sob o pretexto de uma transferência de presos¹⁰⁶⁵.

O interesse do Instituto em publicar estudos sobre o Barão do Serro Azul residirem na preservação da memória regional e na análise científica da formação econômica do Paraná, a edição de obras que, conforme seus estatutos, “interessam ao Paraná e à sua gente”, inseriu o trabalho de Odah como uma referência oficial dos estudos paranaenses. Conforme apontado por Cecília Westphalen, a participação do Barão do Serro Azul era, em geral, conhecida apenas pelo seu “trágico acontecimento do Quilômetro 65” (sua execução na Revolução Federalista)¹⁰⁶⁶. O Instituto buscou dar uma perspectiva a essa figura, destacando sua importância para além do episódio de sua morte, valorizando suas ações em outras instâncias da vida social, política e econômica paranaense.

Esse quadro interpretativo permite situar historicamente o tipo de agente social que Odah Regina Guimarães Costa escolhe analisar, embora sua opção teórica não se inscreva no horizonte marxista nem na análise das contradições de classe ou dos estratos subalternos. Ao contrário, neste texto publicado em 1995, sua abordagem privilegia a história das elites, tomando como objeto a trajetória individual de um personagem representativo da burguesia em formação no Paraná. Essa perspectiva se materializa no artigo “*Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, Empresário Schumpeteriano, e a Revolução Federalista*”, publicado no Boletim do IHGEP em 1995, resultado de conferência proferida na Associação Comercial do Paraná em 17 de maio de 1994, em contexto marcado tanto pela reflexão sobre o papel do “empresário” na economia paranaense e na Revolução Federalista. Nesse texto, Odah apresenta o Barão do Serro Azul como “homem de empresa”¹⁰⁶⁷, figura central da nova liderança empresarial que se consolidou na segunda metade do século XIX, associando sua atuação à introdução de uma verdadeira fase da industrialização do mate paranaense. Segundo o texto de Odah Guimarães (1995),

A mentalidade empresarial, representada na conjuntura nacional por Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá, que planejou e concretizou diversas iniciativas empresariais, é simbolizada, no Paraná, pelo Barão do Serro Azul, que inovou e dinamizou o processo de produção e o comércio das duas indústrias mais

¹⁰⁶⁵ COSTA, Odah R. G. Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, Empresário Schumpeteriano, e a Revolução Federalista. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Santa Mônica, v. XLIX, p. 195-212, 1995. p. 207.

¹⁰⁶⁶ COSTA, Odah R. G. **Ação empresarial do Barão do Serro Azul**. Curitiba: GRAFIPAR, 1981.

¹⁰⁶⁷ COSTA, Odah R. G. Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, Empresário Schumpeteriano, e a Revolução Federalista. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Santa Mônica, v. XLIX, p. 201, 1995.

rentáveis na época, a erva mate e a madeira, principalmente o pinho paranaense, e participou de todas as iniciativas de progresso da segunda metade do século XIX.¹⁰⁶⁸

Ao caracterizar o Barão do Serro Azul como um “empresário schumpeteriano”, Odah enfatiza sua capacidade de inovação, de leitura dos mercados e de liderança econômica, conferindo centralidade à atuação individual de um agente exemplar da burguesia regional em ascensão. A historiadora, assim, investe em uma narrativa voltada à constituição histórica das elites burguesas, entendidas como protagonistas dos processos de modernização econômica no Paraná. Tal perspectiva se insere em uma tradição de história social que privilegia a análise dos grupos dominantes, de suas estratégias e de suas formas de inserção econômica e social, em consonância com abordagens como as desenvolvidas por Adeline Daumard, para quem o estudo das elites constitui via privilegiada de compreensão das dinâmicas mais amplas da sociedade.

O âmago desta conferência proferida por Odah Guimarães era destacar

[...] a ação empresarial de Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, como agente dinamizador, na segunda metade do século XIX, das condições conjunturais e estruturais do Paraná. Objetiva, esta comunicação, transcende os fundamentos teóricos do empresário clássico proposto por Joseph Alois Schumpeter, estabelecendo uma ligação entre a teoria e a realidade histórica. Procura detectar em que medida Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, atuou numa economia regional, ainda caracterizada por formas pré-capitalistas, no capitalismo periférico, dependente, tardio, mas inserido no contexto do capitalismo da época. Pretende destacar as virtualidades empresariais do Barão do Serro Azul num quadro referencial, fundamental para a explicação do processo histórico, numa época em que surgiam, em termos nacional e regional, as primeiras tentativas de implantação de indústrias, um dos fundamentos do capitalismo industrial.¹⁰⁶⁹

O desenvolvimento econômico constituiu-se como objeto privilegiado de reflexão para historiadores e cientistas sociais — entre eles filósofos, sociólogos e economistas — que buscaram compreender a dinâmica das transformações sociais e produtivas. Nesse campo, destacam-se as contribuições de Max Weber, Henri Pirenne e Henri Sée, cujas análises sobre as origens do capitalismo abriram caminhos para a articulação entre economia, sociedade e história. A esse conjunto somam-se as proposições críticas de Werner Sombart, Karl Marx, Maurice Dobb e John Maynard Keynes, que, a partir de diferentes perspectivas, tensionaram as interpretações sobre o funcionamento e a evolução do capitalismo. Na formulação clássica

¹⁰⁶⁸ COSTA, Odah R. G. Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, Empresário Schumpeteriano, e a Revolução Federalista. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Santa Mônica, v. XLIX, p. 201, 1995.

¹⁰⁶⁹ COSTA, Odah R. G. Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, Empresário Schumpeteriano, e a Revolução Federalista. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Santa Mônica, v. XLIX, p. 197, 1995.

de Joseph Schumpeter, por sua vez, o desenvolvimento econômico não decorre de ajustes graduais ou de estímulos externos, mas da ação interna de agentes capazes de romper o equilíbrio do sistema produtivo por meio da inovação. Trata-se, portanto, de uma atuação que não se limita à adaptação às condições históricas existentes, mas que se antecipa aos desafios estruturais e oferece respostas criadoras, capazes de desencadear mudanças econômicas e sociais mais amplas, como observa Brasil Pinheiro Machado ao enfatizar o caráter propositivo e transformador do empresário nos moldes schumpeterianos¹⁰⁷⁰.

Para Schumpeter, o empreendedor não constitui uma classe social permanente nem uma profissão estável, sua função é episódica, ligada a momentos específicos de ruptura e inovação. Ainda assim, sua ação pode produzir efeitos duradouros. Como ressalta Celso Furtado¹⁰⁷¹, é possível conceber, dentro desse esquema teórico, economias em que a introdução sucessiva de novos produtos e iniciativas empresariais desestabilize continuamente o equilíbrio econômico, mesmo sem ganhos imediatos de produtividade, uma vez que os lucros de alguns podem resultar da eliminação ou da perda de competitividade de outros. Essa leitura reforça a compreensão do empresário como vetor de transformação histórica, cuja atuação redefine hierarquias econômicas e sociais, sem que tal processo implique, necessariamente, um desenvolvimento homogêneo ou socialmente equilibrado.

Em 1878 o Barão do Serro Azul foi o responsável pela fundação em Curitiba do Engenho Tibagi, que se tornou um engenho-modelo ao introduzir o motor a vapor na indústria do mate. Esse modelo de indústria substituiu os processos rudimentares e artesanais pela mecanização, o que permitiu o aumento da produção, o barateamento do produto e a melhoria da qualidade. Como empresário, o Barão do Serro Azul foi o maior exportador de erva-mate do Paraná. Ele também atuou fortemente na vida institucional, sendo um dos fundadores e presidente da Associação Comercial do Paraná. A tese central de Odah Regina Guimarães Costa, sobre Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, é a aplicação do

¹⁰⁷⁰ COSTA, Odah R. G. Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, Empresário Schumpeteriano, e a Revolução Federalista. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Santa Mônica, v. XLIX, p. 198, 1995.

¹⁰⁷¹ FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A.N. e SINGH, S. P. (org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Forense, 1969.

modelo schumpeteriano¹⁰⁷² para caracterizá-lo não apenas como um comerciante de sucesso, mas como um empresário inovador.

Segundo a autora, Serro Azul foi o agente dinamizador que introduziu “novas combinações” na economia paranaense da segunda metade do século XIX, rompendo com padrões tradicionais e rotineiros, para Odah ele personifica o "espírito de empresa" definido por Joseph Schumpeter. Foi pioneiro ao aplicar a força do vapor e maquinários modernos (como o engenho Tibagi) na indústria da erva-mate e da madeira, substituindo métodos rudimentares e artesanais. Diferente de seus contemporâneos, ele buscou ativamente o mercado internacional, exportando para o Chile, Argentina, Estados Unidos e Europa, competindo em qualidade com a erva paraguaia. Sua atuação foi além da indústria, participando da fundação da Associação Comercial do Paraná (da qual foi o primeiro presidente), de bancos e de melhorias em vias de transporte, como a estrada de ferro Paranaguá-Curitiba.

Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, teve uma atuação multifacetada e decisiva no cenário paranaense da segunda metade do século XIX, sua influência estendeu-se pelos setores industrial, político, social e institucional. Envolveu-se em inúmeras frentes que caracterizam o processo de modernização urbana da capital, como a construção da Catedral Metropolitana de Curitiba, a fundação do Clube Curitibano (do qual foi presidente), a criação da Escola Tiradentes e a execução de obras no Passeio Público. Também liderou campanhas pela Abolição. Embora focado na economia, ocupou cargos de alta relevância política, foi deputado provincial e 2º Vice-Presidente da Província do Paraná, chegando a exercer a presidência efetiva em 1888. Pautou sua postura pelo liberalismo econômico e pela defesa da autonomia política da província, gerenciando crises financeiras e o déficit do Tesouro Provincial com conhecimento técnico e administrativo¹⁰⁷³.

Os chamados Barões do Mate desempenharam papel central no processo de reconfiguração das relações de trabalho no Paraná, ao promoverem a substituição progressiva

¹⁰⁷² O modelo Schumpeteriano é uma teoria econômica que enfatiza a inovação como um motor fundamental do crescimento econômico. Segundo Schumpeter, a inovação é o principal mecanismo pelo qual o capitalismo se desenvolve, e as empresas inovadoras são essenciais para a dinâmica competitiva. O modelo também destaca a importância da tecnologia e da inovação como fatores que alteram as condições de equilíbrio econômico, promovendo a destruição criativa, que é a capacidade de criar novas oportunidades e transformar a economia. Além disso, o modelo Schumpeteriano é frequentemente discutido em relação à sua aplicação na realidade econômica, especialmente no contexto da concorrência e da inovação. SHIKIDA, Pery Francisco A.; BACHA, Carlos José C. Notas sobre o modelo schumpeteriano e suas principais correntes de pensamento. **Teoria Evidência Econômica**. Passo Fundo. v.5, n. 10, p. 107-126. 1998.

¹⁰⁷³ COSTA, Odah R. G. Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, Empresário Schumpeteriano, e a Revolução Federalista. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Santa Mônica, v. XLIX, p. 195-212, 1995. p. 205.

do binômio senhor–escravo pelo trabalho livre e assalariado¹⁰⁷⁴. A expansão das atividades ervateiras e madeireiras gerou uma demanda crescente por força de trabalho, favorecendo tanto a incorporação de imigrantes europeus quanto a superação gradual da sociedade escravocrata tradicional. Com a Proclamação da República e a transferência das terras do domínio da União para os Estados, em 1891, essa elite econômica e política participou ativamente da formulação da nova legislação, assegurando, entretanto, a manutenção do direito pleno à propriedade privada na Constituição republicana. Desse modo, a terra permaneceu subordinada aos interesses industriais e exportadores, consolidando uma ordem social que combinava inovação econômica e conservação das hierarquias sociais.

O capitalismo paranaense consolidou-se, assim, sem realizar tarefas democráticas fundamentais, reforçando a dominação autocrática da burguesia. O Barão do Serro Azul emerge, nesse quadro, como representante exemplar de uma elite burguesa em ascensão, cuja atuação foi decisiva no processo de reorganização dos estratos sociais desencadeado pela implantação da República no Brasil. A opção de Odah Guimarães por analisar esse personagem da elite paranaense pode ser compreendida por meio das tensões historiográficas produzidas pelo legado dos Annales e por suas reapropriações posteriores.

No movimento annalista, o relativo desprezo pelo político caminhou *pari passu* com a busca de uma “história profunda”, orientada pela complexidade das estruturas sociais e pela multiplicidade das temporalidades, em detrimento da história factual e “*événementielle*”. Como observou Pierre Chaunu, tratava-se de “uma história amplamente não política”, que exerceu forte fascínio sobre sucessivas gerações de historiadores¹⁰⁷⁵. Nesse contexto, a história política foi progressivamente associada ao particular, ao episódico e à contingência, sendo afastada da nova matriz epistemológica que privilegiava a longa duração, as permanências e as totalidades sociais. Tal movimento de “*combate*”, nos termos de Lucien Febvre¹⁰⁷⁶, dirigia-se menos ao objeto político em si do que a uma concepção específica de história-ciência, vinculada à Escola Metódica e ao positivismo, cuja centralidade recai sobre o documento oficial, o acontecimento e os “*grandes homens*”. Entretanto, a partir do final da década de 1970, especialmente sob o impacto da conjuntura comemorativa do bicentenário da Revolução Francesa, observa-se uma inflexão significativa nesse quadro. Emergiu então, entre os historiadores, uma nova onda de interesse pelo político, agora reinterpretado pelas

¹⁰⁷⁴ COSTA, Odah R. G. Considerações sobre o uso e a propriedade da terra em Curitiba – Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Littero-Técnica, v. XLV, p. 79-98, 1987.

¹⁰⁷⁵ CHAUNU, Pierre. **Histoire, science sociale: la durée, l’espace et l’homme**. Historiens et Géographes, Février, 1974. p. 62.

¹⁰⁷⁶ FEBVRE, Lucien. **Combats pour l’histoire**. Paris : Armand Colin Éditeur, 1992.

ciências sociais e pela própria herança dos *Annales*. A chamada “*nova história política*” deslocou o foco dos fatos institucionais isolados para as mentalidades, os símbolos, os signos e as estruturas de poder, promovendo uma revalorização do político como dimensão constitutiva da prática social.

A escolha de Odah Guimarães por centrar sua análise no Barão do Serro Azul dialoga com esse deslocamento historiográfico. Sem abandonar a influência estruturalista dos *Annales*, sua abordagem reintroduz o indivíduo e a elite como operadores históricos relevantes, não como meros agentes isolados, mas como pontos de condensação de processos sociais mais amplos¹⁰⁷⁷. O empresário emerge, assim, como mediador entre estruturas econômicas, transformações políticas e recomposição das hierarquias sociais no contexto da transição republicana. Dessa forma, o estudo do Barão do Serro Azul não representa um retorno acrítico à história política tradicional, mas uma incorporação seletiva do político, entendido como espaço de articulação entre economia, poder e sociedade, em consonância com as reconfigurações teóricas que marcaram o campo historiográfico nas últimas décadas do século XX.

A participação de Odah Regina Guimarães Costa e Márcia Elisa de Campos Graf no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense deve ser compreendida à luz de uma articulação acadêmica, institucional e, sobretudo, geracional. Ambas integravam o corpo docente da Universidade Federal do Paraná e estavam vinculadas a um projeto coletivo de renovação historiográfica que, a partir das décadas de 1960 e 1970, buscou reinterpretar a formação histórica do Paraná com base em novos referenciais teóricos e metodológicos, em diálogo crítico com a tradição erudita local. Suas trajetórias inserem-se, assim, em uma geração de historiadoras formadas no interior do processo de institucionalização da pós-graduação em História, marcada pela consolidação da universidade como espaço privilegiado de produção e legitimação do conhecimento histórico.

Os vínculos acadêmicos que as conectam a Altiva Pilatti Balhana e Cecília Westphalen não se restringem a relações individuais de orientação, mas expressam as sociabilidades entre as gerações historiográficas. Odah Guimarães foi orientada por Altiva Balhana em seu mestrado, enquanto Márcia Graf teve sua formação inicial na pós-graduação em História da UFPR orientada por Cecília Westphalen, ambas pertencentes a uma geração anterior, responsável por mediar a incorporação de métodos acadêmicos sistemáticos, como o

¹⁰⁷⁷ Outro estudo realizado sobre esse tipo de personagem pode ser encontrado em: WESTPHALEN, Cecília Maria. **O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas**. Curitiba. CD Editora, 1995. 99p.

uso de fontes seriadas, a história econômica e social e a crítica documental, no estudo da história regional. A publicação de suas pesquisas no Boletim evidencia, desse modo, a atuação do Instituto como espaço de circulação intergeracional do saber histórico, no qual se articulam continuidades, deslocamentos e reinterpretações.

A publicação concomitante desses estudos no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense expressa, por um lado, o esforço do Instituto em legitimar uma nova geração de historiadores universitários, cujas pesquisas eram capazes de tensionar narrativas tradicionais e oferecer interpretações mais complexas da realidade regional, sem, contudo, romper de maneira abrupta com as formas consagradas de autoridade historiográfica. Por outro lado, ao serem incorporados ao circuito editorial do IHGEP, esses trabalhos passaram a operar também em um registro distinto daquele estritamente acadêmico.

Inseridas no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, as pesquisas e demais registros produzidos pelos professores universitários passaram a operar em um regime de circulação distinto daquele estritamente acadêmico, sofrendo deslocamentos de sentido ao se articularem às demandas memorialísticas, comemorativas e institucionais próprias do perfil historiográfico da publicação. Nesse processo, a escrita da história foi reconfigurada por usos institucionais e públicos específicos, nos quais a produção universitária divulgada no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP) passou a dialogar com novas narrativas sobre o passado paranaense. É nesse horizonte interpretativo que se situam as publicações de sócios e sócias que mantiveram vínculos com o Instituto mesmo após o afastamento de suas carreiras universitárias, evidenciando a permanência do IHGEP como espaço de reconhecimento e mediação da memória histórica. As comemorações do III Centenário da Fundação de Curitiba, em 1993, constituem exemplo emblemático desse processo, ao redefinirem os usos da produção historiográfica mediante sua incorporação a um projeto de memória oficial da cidade, abrindo um campo privilegiado de análise sobre as relações entre história acadêmica, celebração cívica e política da memória.

Nesse contexto, cabe ainda ponderar a posição assumida por suas “mentoras” no interior do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, particularmente no âmbito do DEHIS, onde passam a ocupar lugares estratégicos de legitimação intelectual. Sua atuação não apenas assegura a continuidade de determinadas tradições historiográficas, mas também intervém ativamente na definição de agendas de pesquisa e na mediação entre a produção acadêmica e seus usos públicos, reforçando sua centralidade nesse circuito de consagração e circulação do saber histórico.

3.3 III Centenário de Curitiba (1693-1993): uma análise sobre a colaboração dos professores universitários no Boletim do IHGEP

Para o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP), a organização da edição de um Boletim Especial seria a “melhor maneira de comemorar” o tricentenário de Curitiba em 1993¹⁰⁷⁸. Essa celebração ia além de uma simples festividade, tendo como objetivo homenagear não apenas os pioneiros, mas todos aqueles que construíram a cidade ao longo de três séculos. Essa iniciativa estava profundamente alinhada ao seu perfil historiográfico, o IHGEP buscava reforçar e garantir a personalidade histórica de Curitiba e do Paraná através do estudo de documentos que refletissem as aspirações de diferentes épocas. O número foi marcado por sua função memorialística e comemorativa, articulando produção historiográfica acadêmica e celebração cívica¹⁰⁷⁹.

A capa do volume quarenta e oito do Boletim, além de sinalizar a longevidade do IHGEP, enfatiza a efeméride, mobilizando o brasão da cidade e referências à sua longa duração histórica, reforçando a ideia de continuidade, fundação e identidade urbana. Já o expediente/diretoria do Instituto, listado logo nas páginas iniciais, reafirma a centralidade de seus quadros dirigentes tradicionais, evidenciando a permanência de uma elite intelectual responsável por legitimar os usos públicos da história no âmbito estadual e municipal. No momento da publicação, a diretoria do Instituto era composta pelos seguintes membros: Presidente: Gen. Luiz Carlos Pereira Tourinho; 1º Vice-Presidente: Dr. Lauro Grein Filho; 2º

¹⁰⁷⁸ Apresentação. Diretoria. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. V. XLVIII. 1993.

¹⁰⁷⁹ Ao longo de sua trajetória editorial, o *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* foi marcado por uma forte vinculação a datas comemorativas, celebrando efemérides consideradas centrais para a construção da memória histórica regional e nacional. Em diversos momentos, volumes inteiros — ou a maior parte de seus fascículos — foram dedicados a um único tema, personagem ou acontecimento, evidenciando o caráter comemorativo como eixo estruturante da publicação. Já em 1950, o volume IV concentrou-se em figuras emblemáticas da historiografia e da política paranaense, com o fascículo I dedicado a Romário Martins e o fascículo II ao Visconde de Guarapuava. Em 1957, o volume VII (fascículos 1 e 2) foi publicado em homenagem ao centenário de morte do Marquês do Paraná. A lógica celebrativa intensificou-se nas décadas seguintes, como demonstra o volume XIV, de 1971, comemorativo ao centenário da imigração polonesa no Paraná, e a sequência de volumes de 1972, nos quais o Instituto dedicou o volume XV ao Sesquicentenário da Independência do Brasil (1822–1972), o volume XVI à figura de Eleodoro Ébano Pereira e à fundação de Curitiba, e o volume XVII ao mesmo sesquicentenário, com foco em “Gente e fatos de Paranaguá”. Em 1973, o volume XIX celebrou o primeiro centenário da Estrada da Graciosa, ligação estratégica entre Curitiba e Paranaguá, enquanto, em 1974, o volume XXI foi dedicado à Revolução de 1930 no Paraná e o volume XXIII ao centenário de nascimento de Alfredo Romário Martins. Em 1975, o volume XXV marcou os 75 anos de fundação do Instituto, e o volume XXVII comemorou o sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II. Já nos anos 1980, o viés comemorativo e temático manteve-se presente, com o volume XXXVIII (1981) dedicado aos índios Xetá, o volume XXXIX (1983) às fontes de pesquisa e à obra de Júlio Moreira, e o volume XLIV (1986) aos Kaingang, sob o título *Caingangues – Gente do Mato*. Essa trajetória culmina, em 1993, com o volume XLVIII, dedicado aos 300 anos de Curitiba, síntese exemplar do uso das efemérides como estratégia editorial e historiográfica do Instituto, reafirmando o *Boletim* como espaço privilegiado de celebração, legitimação e ordenamento da memória histórica paranaense.

Vice-Presidente: Dr. Ayrton Ricardo dos Santos; 3º Vice-Presidente: Prof. Ernani Straube; 1º Secretário: Prof. Waldemiro Bley Júnior; 2º Secretário: Luiz Romagueira Netto; 1º Tesoureiro: Engª Maria Aparecida Garcês Beckert; 2º Tesoureiro: Engº Orlando Maciel Strobel; Diretora da Biblioteca: Jornalista Hellê Vellozo Fernandes; Diretor de Boletim: Prof. Josaphat Porto Lona Cleto.

As publicações dedicadas a Curitiba no *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná* revelam um esforço contínuo e cumulativo de consolidação da história da capital como eixo estruturante da narrativa histórica paranaense, esforço que remonta, ao menos, a 1918, quando Romário Martins publicou “*Fundação da Vila de Curityba*” no primeiro volume da revista. Desde então, a cidade passou a ocupar lugar recorrente nas páginas do Boletim, ora como objeto de reconstrução de suas origens, ora como espaço de afirmação de sua centralidade política, administrativa e cultural. Textos como “*Curityba em 1820*”, de Ermelino de Leão (1917), posteriormente retomado no volume comemorativo de 1993, e “*Curitiba em 1853*”, de Rodrigo Jr. (1986, v. XLIII), contribuíram para a fixação de marcos cronológicos fundamentais da formação urbana. A dimensão institucional e administrativa foi aprofundada em estudos como “*Câmara Municipal de Curitiba*”, de Odah Regina Guimarães Costa (1987, v. XLV), enquanto a discussão sobre as origens da cidade reapareceu de forma sistemática nos textos “*Fundação de Curitiba*”, de Hellê Vellozo Fernandes e de Aluizio França (ambos publicados em 1993), reafirmando a centralidade do debate fundacional. Paralelamente, abordagens voltadas à cultura, à memória e à vida cotidiana urbana, como “*Curitiba antiga – No cinquentenário da Catedral de Curitiba*”, de Victor Amaral Ferreira (1975, v. XXV), “*Meio século de música em Curitiba*”, de Roselvs Velloz Roderjan (1977), e “*Recordações de Curitiba*”, de Temístocles de Souza Brazil (1993), ampliaram o escopo interpretativo, reforçando a imagem de uma cidade marcada pela continuidade histórica e pela tradição cultural. No volume comemorativo do Tricentenário (1993, v. XLVIII), esse projeto atinge um ponto de síntese, com a publicação de textos como “*Evolução Predial de Curitiba*”, de Euclides Bandeira, “*Impressões de Curitiba*”, de Amando Fontes, e a republicação de obras clássicas de Romário Martins, como “*Origens de Curitiba*” e “*Primeiros lampiões de Curitiba*”. Em conjunto, essas contribuições evidenciam o papel do Boletim como espaço privilegiado de legitimação de uma memória histórica oficial, no qual Curitiba é reiteradamente apresentada como núcleo fundador e referência identitária da história do Paraná.

O Volume XLVIII do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, publicado em 1993, com 419 páginas, dedicado aos 300 anos de fundação de

Curitiba, contendo na capa o brasão Municipal de Curitiba, em cores, composto e diagramado pela Gráfica e Editora Santa Mônica de Curitiba, compõe uma coletânea de artigos abrangendo a história de Curitiba em diversas épocas. O periódico reúne um conjunto heterogêneo de textos que, em seu conjunto, constroem uma narrativa ampla e celebrativa da trajetória histórica da capital paranaense. A edição se inicia com estudos voltados às origens da cidade e à sua fundação, como os textos de Romário Martins, Ermelino de Leão, Júlio Estrella Moreira, Aluisio França e Hellê Vellozo Fernandes, que retomam interpretações clássicas sobre o surgimento do núcleo urbano, a constituição da vila e os primeiros arranjos administrativos do planalto curitibano. Esses trabalhos reafirmam uma leitura fundacional do passado, centrada na ideia de continuidade histórica e de consolidação progressiva da cidade.

Na sequência, o Boletim incorpora descrições e memórias sobre a Curitiba oitocentista e do início do século XX, reunindo crônicas, relatos de viajantes e textos memorialísticos que enfatizam o cotidiano urbano, as transformações espaciais e as práticas sociais. Textos como os de Auguste de Saint-Hilaire, Nestor Victor, Padre Agostinho Macedo Lima, Themístocles de Souza Brasil e Amando Fontes apresentam imagens da cidade em diferentes momentos, privilegiando aspectos como a vida cotidiana, os costumes, a paisagem urbana e as impressões subjetivas sobre Curitiba, reforçando uma abordagem descritiva e evocativa do passado.

Outro bloco significativo da publicação dedica-se à história das instituições, da infraestrutura urbana e da vida cultural da cidade. Nesse conjunto, destacam-se os estudos sobre a “*Câmara Municipal de Curitiba*”¹⁰⁸⁰, de Odah Regina Guimarães Costa, “*A evolução predial em Curitiba*”, de Euclides Bandeira, “*Os primeiros lampiões de Curitiba*”, de Osvaldo Pilotto, “*Os primeiros teatros de Curitiba*”, abordados por Rodrigo Jr., Mbá de Ferrante e Mário Caron, além das análises sobre comércio, indústria e serviços, como os textos de Camilo Stellfeld e da Farmácia Stellfeld. Esses trabalhos constroem uma narrativa de progresso urbano, associando o desenvolvimento material da cidade à modernização de seus espaços, instituições e práticas culturais.

A edição também inclui textos que abordam episódios e personagens específicos, como a visita de D. Pedro II e da Imperatriz Teresa Cristina, analisada por Mário Tourinho, a construção da Catedral, tratada em diferentes registros documentais e jornalísticos, e eventos marcantes da vida urbana, como os primeiros acidentes com os bondes elétricos. Esses textos reforçam a dimensão episódica e memorial do volume, conferindo centralidade a

¹⁰⁸⁰ COSTA, Odah Regina G. Câmara Municipal de Curitiba. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: Gráfica e Editora Santa Monica, v. XLVIII, p. 159-178, 1993.

acontecimentos considerados emblemáticos da história local. Por fim, o Boletim se encerra com estudos de caráter mais sintético e interpretativo, entre os quais se destaca “*Evolução Histórica de Curitiba*”, de Cecília Maria Westphalen, que oferece uma visão de longa duração sobre o desenvolvimento da cidade, articulando aspectos econômicos, sociais e urbanos.

Inseridos no contexto comemorativo do III Centenário de Curitiba, esse conjunto de produções evidencia o esforço do Instituto em reunir materiais de diferentes matrizes, acadêmicas, memorialísticas e jornalísticas, para compor uma narrativa histórica institucional abrangente, que simultaneamente legitimava uma memória oficial de Curitiba e reafirmava o papel do IHGEP como lugar para “preservar o passado, estudar o presente, resguardar o futuro”, conforme o lema da instituição¹⁰⁸¹.

Assim, o Boletim não se limita a divulgar pesquisas históricas, mas atuava como um instrumento de mediação, selecionando temas, personagens e interpretações capazes de sustentar uma leitura positiva e integradora do passado curitibano. Inserida nesse contexto, a produção historiográfica das professoras universitárias publicadas no instituto, principalmente após seus respectivos afastamentos da vida acadêmica (graduação e pós-graduação), sofre deslocamentos de sentido. Textos originalmente concebidos no interior dos projetos vigentes na universidade passam a operar também como peças de legitimação simbólica da cidade, reforçando o papel do Instituto como agente ativo na construção das narrativas históricas mobilizadas em momentos comemorativos de grande visibilidade pública.

A publicação do artigo “*Câmara Municipal de Curitiba (1850–1900)*”¹⁰⁸², de autoria de Odah Regina Guimarães Costa, no volume comemorativo de 1993, ocorre em um momento no qual a historiadora já não se encontrava plenamente inserida no circuito universitário, o que indica tratar-se da recuperação de um estudo produzido em fase anterior de sua trajetória acadêmica. Segundo o texto publicado em 1993, o estudo fazia parte de uma

[...] pesquisa mais profunda e abrangente, ainda em andamento, sobre as estruturas agrárias de Curitiba-Paraná, no período de 1900. O objetivo é conhecer o processo de obtenção, ocupação e exploração da terra através da política aplicada pela Câmara Municipal de Curitiba, principalmente no que se refere às cartas de data (meio urbano) e de terrenos foreiros (rocio e núcleos municipais), articulando-a conjuntura político administrativa, econômico-social e mental do momento histórico estudado. Aplicando mecanismos e legislando sobre matéria de interesse público, a Câmara Municipal de Curitiba teve que enfrentar e solucionar problemas próprios

¹⁰⁸¹ **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná**. Curitiba. Instituto Memória, v. 61, 2010. p. 146.

¹⁰⁸² COSTA, Odah Regina G. *Câmara Municipal de Curitiba*. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: Gráfica e Editora Santa Monica, v. XLVIII, p. 159-178, 1993.

da comunidade, numa época em que era expressiva a imigração para Curitiba e seus arredores¹⁰⁸³.

A linguagem empregada no texto, marcada por referências temporais abertas e por um tom mais descritivo e explicativo, revela traços de uma escrita produzida em outro momento da carreira acadêmica da autora, anterior ao afastamento de Odah Guimarães do espaço universitário, reforçando a hipótese de que o artigo publicado em 1993 corresponde à reelaboração de uma pesquisa concebida em fase precedente de sua atuação intelectual.

O objetivo central da pesquisa consistia em compreender os processos de obtenção, ocupação e exploração da terra a partir da política fundiária conduzida pela Câmara Municipal de Curitiba. Nesse contexto, ao legislar e operacionalizar instrumentos voltados ao interesse público, a Câmara Municipal viu-se incumbida de enfrentar e equacionar demandas específicas da comunidade, em um período particularmente marcado pela intensificação dos fluxos migratórios para Curitiba e suas áreas circundantes.

Registros documentais do Departamento de História da UFPR confirmam o envolvimento de Odah, ainda nos anos 1960, com pesquisas voltadas aos arquivos institucionais da cidade, como demonstram a ata da reunião de 9 de dezembro de 1968 e a programação de atividades realizadas em outubro daquele ano, nas quais a autora apresentou comunicações sobre o Arquivo da Sé Metropolitana e da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba, integrando debates metodológicos sobre fontes documentais urbanas e administrativas.¹⁰⁸⁴ O texto publicado no Boletim insere-se, assim, em uma linha de investigação consolidada ao longo de sua atuação universitária, voltada à história fundiária e institucional da capital paranaense. O estudo privilegia a análise da Câmara Municipal como instância fundamental de organização do poder local, examinando as relações entre administração pública, ordenamento territorial e uso da terra. Ao articular a formação histórica de Curitiba às transformações políticas e administrativas ocorridas entre a segunda metade do século XIX e o início da República, a autora contribui para uma compreensão da cidade como espaço historicamente construído, resultado de disputas, regulamentações e práticas institucionais que moldaram sua configuração urbana e social.

Metodologicamente, o estudo insere-se na tradição da história social e econômica desenvolvida por Odah Guimarães desde a década de 1970, fundamentando-se no uso sistemático de documentação seriada e institucional. Entre as principais fontes mobilizadas

¹⁰⁸³ COSTA, Odah Regina G. Câmara Municipal de Curitiba. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: Gráfica e Editora Santa Monica, v. XLVIII, p. 161, 1993.

¹⁰⁸⁴ Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964.

destaca-se a coleção do *Boletim do Archivo Municipal de Curitiba* e os *Documentos para a História do Paraná*, coligidos por Francisco Negrão¹⁰⁸⁵, cuja atuação foi decisiva para a preservação do patrimônio documental de Curitiba. Esse acervo reúne registros que abrangem desde o levantamento do pelourinho em 1668, símbolo da justiça e da autoridade municipal, passando pela escolha dos primeiros eleitores e pela elevação de Curitiba à condição de Vila em 1693, até o ano de 1874. No total, a coleção compreende 67 volumes, dos quais 11 correspondem ao recorte temporal analisado, contendo, sobretudo, Atas das Sessões da Câmara Municipal¹⁰⁸⁶. O uso do material foi útil para reforçar a compreensão do território como produto histórico resultado também de disputas fundiárias, decisões políticas e práticas institucionais, articulando o plano local às transformações mais amplas do Estado e da sociedade paranaense. Para além do *Boletim do Archivo Municipal de Curitiba*, sua presença na historiografia paranaense também se consolidou por meio da contribuição à *Genealogia Paranaense*¹⁰⁸⁷, editada pela Imprensa Oficial do Estado. Composta por seis volumes, o primeiro publicado em 1926 e o último em 1950. A obra tornou-se referência, sendo posteriormente retomada por pesquisadores interessados em estudos demográficos apoiados em novos métodos e técnicas de análise histórica.

O texto de Odah Regina Guimarães Costa, publicado no contexto das comemorações do Tricentenário de Curitiba, em 1993, pode ser compreendido como um instrumento de valorização institucional e de validação do lugar da capital na historiografia paranaense. Sua publicação extrapola o âmbito estritamente acadêmico, configurando-se também como uma operação política e memorialística voltada à consolidação de Curitiba como centro definidor da identidade estadual.

A publicação inserida nas comemorações dos 300 anos atende a uma demanda por legitimidade histórica. Em tempos de “crises” de valores e de referências, às comemorações nacionais tendem a demonstrar que o acontecimento “rememorado”, em razão do seu valor

¹⁰⁸⁵ Francisco de Paula Dias Negrão (1871-1937). Enquanto diretor do Arquivo Municipal de Curitiba, foi o responsável pela organização dos Documentos para a História do Paraná. Também é autor das obras: *As minas de Ouro de Paranaguá*; *A viagem de Dom Pedro II através do Paraná*; *A Conjuntura Separatista de 1921*; *Memória da Santa Casa de Curitiba*; *Memórias sobre o Ensino e a Educação do Paraná de 1690 a 1933*; *O Centenário da Colonização Alemã em Rio Negro*; *Efemérides Paranaenses*; *Memória sobre os monumentos artísticos e históricos do Paraná*, entre outras. Documentos Históricos - Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba. Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Documentos-Historicos-Boletins-do-Arquivo-Municipal-de-Curitiba>. Acesso em jan. 2026.

¹⁰⁸⁶ COSTA, Odah Regina G. Câmara Municipal de Curitiba. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: Gráfica e Editora Santa Monica, v. XLVIII, p. 161, 1993.

¹⁰⁸⁷ NEGRÃO, Francisco de Paula Dias. **Genealogia Paranaense**. 2 o . Volume. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1927.

simbólico, visa, sobretudo, ao devir¹⁰⁸⁸. Em busca de um consenso nacional, o instituto investe nas lembranças das grandes datas, de maneira a encontrar no passado uma legitimidade histórica que permita consolidar a memória coletiva. Por trás de todas as comemorações nacionais, encontra-se, portanto, a questão do tempo que se manifesta na sua relação com o passado da História e o presente da memória.

O estudo contribui para a construção de uma identidade narrativa, ligando Curitiba a um passado de conquista e manutenção que justifica seu presente como capital. Em suma, o texto de Odah Regina Guimarães Costa foi publicado para monumentalizar a história administrativa de Curitiba, transformando o passado em um objeto de celebração institucional e reafirmando o compromisso do IHGEP com a produção de uma memória oficial e disciplinada. Conforme ressaltado por Pierre Nora (1993), os locais de memória possuem um, duplo sentido, ao mesmo tempo que se fecham para si mesmos com o objetivo de preservar a memória, permanecem receptivos a uma variedade de significados, que podem ser constantemente reinterpretados¹⁰⁸⁹. Mais do que indicar uma suposta “conclusão da história”, o caso evidencia a impossibilidade de generalização definitiva dos sentidos do passado. À medida que os públicos se transformam, o tempo decorre e novas demandas simbólicas emergem, a história é continuamente rememorada, reinterpretada e reescrita. Assim, ainda que o IHGEP atue na tentativa de fixar uma narrativa oficial, suas produções permanecem abertas a disputas de sentido, reafirmando o Instituto não como instância de encerramento da história, mas como espaço dinâmico de circulação, atualização e ressignificação do saber histórico.

Outra historiadora que contribui com o exemplar celebrativo publicado pelo IHGEP em 1993, foi Cecília Maria Westphalen, cujo a participação e atuação no interior dos institutos históricos revela uma adesão progressiva e consolidada a esse espaço de produção e legitimação do saber histórico, tanto em âmbito regional quanto nacional. Sua presença no IHGEP é recorrente desde 1953 e, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi formalizada trinta anos mais tarde, com a posse em 26 de outubro de 1983. Esse reconhecimento institucional, reiterado pelos sucessivos convites para conferências, colóquios e comunicações acadêmicas ao longo das décadas de 1980 e 2000, evidencia não

¹⁰⁸⁸ RODRIGUES, Helenice. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, pp 425-438. 2002.

¹⁰⁸⁹ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, 10. p.1-22, 2012. Recuperado de: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em jan. 2026.

apenas a legitimação de sua autoridade intelectual, mas também a centralidade de sua produção historiográfica nos debates sobre a formação histórica do Paraná.

Documentos do acervo pessoal de Cecília Westphalen, revelam alguns momentos da troca da correspondência entre a historiadora e o IHGB, como os convites para palestras sobre a “*Historiografia Paranaense*”¹⁰⁹⁰, a correspondência relativa ao *II Colóquio Nacional de Institutos Históricos*¹⁰⁹¹ e a participação no simpósio *Momentos Fundadores da Formação Nacional*¹⁰⁹², atividades que demonstram sua inserção ativa no IHGB.

O convite de Pedro Calmon direcionado à Cecília Westphalen para a palestra sobre a “*Historiografia Paranaense*”, realizada em 1983, ocorreu dois anos após a criação da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, instituição da qual foi co-fundadora, e esteve diretamente relacionado à sua incorporação, naquele mesmo ano, aos quadros associativos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tal convite insere-se, portanto, no processo mais amplo de sua consolidação e reconhecimento nos circuitos institucionais da historiografia nacional. O material de mesmo nome foi publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no ano seguinte¹⁰⁹³. O texto em questão registra o ingresso de Cecília Maria Westphalen, reunindo tanto a saudação proferida por Pedro Calmon, presidente do IHGB naquele período, quanto o discurso de caráter técnico apresentado pela historiadora acerca da evolução da historiografia paranaense.

No material publicado na Revista do IHGB, Cecília Maria Westphalen é reconhecida por Pedro Calmon, presidente do IHGB entre 1968-1985, como a “grande historiadora”¹⁰⁹⁴ do Paraná, representando a transição definitiva da historiografia regional para um estatuto de consciência científica. Sua trajetória é marcada pela introdução de métodos modernos que transformaram a maneira como a história do sul do Brasil é pesquisada e ensinada. Westphalen foi a responsável por introduzir no Paraná as diretrizes da Escola dos Annales, após retornar da França em 1959, onde estudou com expoentes como Fernand Braudel e Jean Meuvret. Ela rompeu com a narrativa meramente factual, introduziu conceitos fundamentais

¹⁰⁹⁰ **Convite do IHGB para palestra de Cecília sobre a “Historiografia Paranaense”.** Rio de Janeiro, 26 out. 1983. Caixa 28, pasta 3. Arquivo Público do Estado do Paraná. Sala Cecília Maria Westphalen. Curitiba.

¹⁰⁹¹ **Correspondência do IHGB sobre II Colóquio Nacional de Institutos Históricos.** Rio de Janeiro, 28 maio de 2003. Caixa 8, pacote 3, pasta 84. Arquivo Público do Estado do Paraná. Sala Cecília Maria Westphalen. Curitiba.

¹⁰⁹² **Correspondência de Cecília para IHGB. Confirma participação no Simpósio Momentos Fundadores da Formação Nacional.** Rio de Janeiro, 28 maio de 2003. Caixa 9, pacote 3, pasta 33. Arquivo Público do Estado do Paraná. Sala Cecília Maria Westphalen. Curitiba.

¹⁰⁹³ WESTPHALEN, Cecília Maria. *Historiografia paranaense*. **Revista do IHGB**, Brasília/Rio de Janeiro, n. 343, p. 105-126, abr./jun. 1984.

¹⁰⁹⁴ CALMON, Pedro. Saudação a Cecília Maria Westphalen. Discurso no IHGB, em 26 de outubro de 1983. **Revista do IHGB**, Brasília/Rio de Janeiro, n. 343, p. 103, abr./jun. 1984.

como a multiplicidade do tempo histórico, a longa duração e a história serial (esta última baseada em Pierre Chaunu) para analisar conjunturas econômicas e demográficas. O presidente do IHGB descreveu Cecília como uma inteligência moldada pela “alma imigrante” (de origem alemã), mas com o coração voltado para a construção do “novo Brasil” a partir da sociedade meridional¹⁰⁹⁵.

Em sua exposição, publicada na Revista do IHGB, Cecília Westphalen organiza a trajetória intelectual do estado a partir de perspectivas de longa duração, iniciando nos relatos de cronistas e viajantes do século XIX e avançando até a consolidação de uma produção acadêmica moderna. Utilizando uma terminologia braudeliana, Cecília (1984) ajudou a consolidar uma nova matriz historiográfica que permitiu ao Paraná conhecer sua própria história através de rigor científico, dados numéricos e uma visão totalizante da sociedade. Em *“Historiografia Paranaense*, propôs uma sistematização da historiografia do Paraná em três momentos fundamentais (ou de longa duração), primeiro momento: Relatos de viajantes e cronistas do século XIX (como Saint-Hilaire e Antonio Vieira dos Santos); segundo momento: o “íclita geração” (Rocha Pombo, Romário Martins, Francisco Negrão), que fundou o Instituto Histórico em 1900 e buscou as bases da identidade regional; terceiro momento: o advento da história científica, iniciado com a criação do curso de História na UFPR e consolidado pelas pesquisas demográficas e socioeconômicas a partir da década de 1950. Ela ainda sugeriu o início de um quarto momento, impulsionado pela intensa produção das pós-graduações.

A presença de Cecília Maria Westphalen nas publicações do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná pode ser organizada em diferentes momentos de sua trajetória intelectual, diretamente relacionados às posições institucionais que ocupava e às transformações de sua atuação acadêmica. Em um primeiro momento, seus textos publicados no âmbito do IHGEP (1956; 1957) articulam-se de modo mais direto à sua inserção nos quadros da graduação e à consolidação de sua carreira universitária, dialogando com debates historiográficos então em curso e com a renovação metodológica impulsionada pela história social, econômica e demográfica¹⁰⁹⁶. Nessa fase, sua produção mantém vínculos evidentes com a formação de professores, com a pesquisa universitária e com a institucionalização da historiografia paranaense em bases científicas. Em um segundo momento, já marcado pelo

¹⁰⁹⁵ CALMON, Pedro. Saudação a Cecília Maria Westphalen. Discurso no IHGB, em 26 de outubro de 1983.

Revista do IHGB, Brasília/Rio de Janeiro, n. 343, p. 103, abr./jun. 1984.

¹⁰⁹⁶ WESTPHALEN, Cecília Maria. III Congresso Regional de História e Geografia do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Papelaria Requião Ltda., v. VI, Fasc. 3-4, p. 87-94, 1956; _____. Paraná – Zona de Trânsito. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Papelaria Requião Ltda., v. VII, Fasc. 3-4, p. 45-, 1957.

reconhecimento intelectual e pela circulação em instituições de maior projeção nacional, Westphalen (1993) publica no IHGEP texto de caráter mais sintético e reflexivo, voltados à organização da memória historiográfica do estado e à legitimação de determinadas tradições interpretativas¹⁰⁹⁷.

O seu último texto publicado no Instituto insere-se precisamente nessa etapa final de sua trajetória, quando a autora já não integrava mais os quadros universitários. Essa publicação adquire, assim, um sentido distinto, menos vinculada às exigências da docência universitária e mais orientada à consagração de um percurso intelectual já consolidado, funcionando como balanço historiográfico e como gesto de inscrição de seu legado no espaço institucional da memória histórica paranaense.

O percurso narrativo inicia-se com a presença dos sertanistas no final do século XVI e início do XVII, apontados como responsáveis pelas primeiras ocupações nas “paragens curitibanas”¹⁰⁹⁸, e avança para a consolidação de um núcleo populacional efetivo apenas em meados do século XVII, inicialmente junto ao rio Atuba, no local denominado Vilinha ou Arraial do Côrtes, posteriormente transferido para o núcleo que daria origem à atual cidade de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba¹⁰⁹⁹. A historiadora destaca, ainda, o papel do caminho das tropas na formação das povoações mais antigas do território paranaense e na constituição de Curitiba como centro político, social e econômico do planalto, “ponto convergente de onde se irradiaria o povoamento do sertão”, além de elo de ligação com o litoral por meio dos caminhos da marinha¹¹⁰⁰.

Ao tratar da perda de influência de Paranaguá e da transferência da sede da Comarca para Curitiba em 1812, bem como da elevação de ambas à condição de cidade em 1842, Westphalen constrói uma narrativa de centralidade progressiva, culminando na escolha de Curitiba como capital da Província do Paraná em função de sua posição geográfica estratégica. Por fim, ao associar o crescimento urbano às economias da erva-mate, da madeira e, posteriormente, do café, a autora insere Curitiba nas rotas históricas de circulação da riqueza, projetando-a como cidade moderna e comparável a São Paulo em relação ao porto de Santos¹¹⁰¹.

¹⁰⁹⁷ WESTPHALEN, Cecília Maria. Evolução Histórica de Curitiba. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica e Editora Santa Mônica, v. XLVIII, p. 219-223, 1993.

¹⁰⁹⁸ Idem, p. 221.

¹⁰⁹⁹ Idem, Ibidem.

¹¹⁰⁰ WESTPHALEN, Cecília Maria. Evolução Histórica de Curitiba. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica e Editora Santa Mônica, v. XLVIII, p. 222, 1993.

¹¹⁰¹ Idem, Ibidem.

Essa interpretação não se esgota, contudo, no texto publicado no *Boletim do Tricentenário*, mas se articula a um esforço mais amplo de reflexão historiográfica desenvolvido por Westphalen no contexto das comemorações do III Centenário de Curitiba. Nesse sentido, ganha relevo o texto “*Origens e Fundação de Curitiba*”, publicado em junho de 1995 no *Boletim Informativo da Casa Romário Martins*¹¹⁰², no qual a autora elabora um balanço crítico da produção historiográfica sobre as origens da cidade, destacando o período que vai dos primeiros registros de ocupação até o estado das pesquisas em 1992, ano que antecede as celebrações do terceiro centenário de Curitiba. Neste trabalho, Westphalen compôs um painel detalhado sobre a ocupação dos campos de Curitiba entre 1640 e 1693, mobilizando documentos referenciais, muitos deles localizados em arquivos ultramarinos, com o objetivo de atualizar o conhecimento (documental e produção historiográfica) disponível sobre a fundação da cidade. Trata-se, portanto, não apenas de uma reconstituição factual, mas de uma operação historiográfica que busca ordenar o tempo, delimitar consensos e apontar lacunas, conferindo autoridade científica à memória comemorativa e associar a evolução histórica da cidade aos descobrimentos portugueses.

Tal operação é coerente com a concepção de historiografia defendida por Westphalen em sua conferência publicada na *Revista do IHGB*, na qual reconhece o papel fundador dos institutos históricos na construção da nacionalidade brasileira¹¹⁰³. A concepção da história do Paraná como desdobramento e continuidade dos descobrimentos portugueses inscreve-se em uma matriz historiográfica de longa duração, fortemente associada à tradição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e reproduzida, em escala regional, pelo IHGEP. Nessa perspectiva, o processo de ocupação e formação do território paranaense é interpretado como parte de um movimento civilizatório iniciado com a expansão ultramarina portuguesa, no qual a interiorização, a fundação de vilas e a consolidação das estruturas administrativas aparecem como etapas naturais e progressivas da construção da nacionalidade.

A história regional, assim, não é concebida como ruptura ou experiência singular, mas como prolongamento de uma narrativa maior, orientada pela lógica da colonização, da ordem e da continuidade institucional. Ao operar nesse registro, a historiografia paranaense alinhada ao IHGB contribui para a naturalização da ocupação territorial e para a legitimação simbólica da presença portuguesa como fundamento originário da sociedade regional, reforçando uma

¹¹⁰² WESTPHALEN, Cecília. Origens e fundação de Curitiba. *Boletim Informativo da Casa Romário Martins*. v. 21. n. 105. jun. 1995.

¹¹⁰³ GUIMARÃES, Manoel L. L. S. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, 1988. pp. 5-27; DIEHL, A. A. *A cultura historiográfica brasileira*. Do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf, 1998;

visão do passado em que a história do Paraná aparece como capítulo coerente e necessário da epopeia luso-brasileira de formação do Estado e da identidade nacional.

A produção historiográfica de Cecília Westphalen aproxima-se da perspectiva da historiografia portuguesa dos descobrimentos¹¹⁰⁴ ao observar como ela aplica o rigor documental e a lógica da expansão colonial lusa ao estudo da ocupação do interior brasileiro, especificamente no planalto curitibano, configurando o território paranaense como zona de trânsito, utilizando-se da perspectiva de Jaime Cortesão¹¹⁰⁵ e a longa duração de Fernand Braudel para interpretar o território paranaense não como um limite fixo, mas como um espaço de fluxos, rotas e integração continental.

Em “Origens e fundação de Curitiba” (1995), a historiadora recorre a fontes fundamentais da administração colonial portuguesa, como traslados de autos de exame de minas, cartas de sesmaria e registros de ordens do Conselho Ultramarino para datar a presença lusa no Planalto de Curitiba. Enquanto a historiografia portuguesa clássica focou na apologia de figuras como o Infante D. Henrique e na prioridade marítima de navegadores como Vasco da Gama, Westphalen translada essa lógica para o “descobridor” do sertão. Em seus textos, ela situa a figura de Eleodoro Ébano Pereira no contexto da história colonial, tratando-o como um agente da expansão que, por volta de 1639, atuou como “descobridor” de minas de ouro no planalto curitibano. Essa abordagem insere a fundação de Curitiba não como um evento isolado, mas como parte do movimento de expansão e controle territorial do Reino de Portugal.

Essa aproximação com perspectiva da historiografia dos descobrimentos e da expansão portuguesa, é verificada em Cecília Westphalen, quando colaborou com verbetes para o “*Dicionário da Colonização Portuguesa no Brasil*”¹¹⁰⁶, coordenado pela Professora

¹¹⁰⁴ Para a discussão sobre a historiografia dos descobrimentos, consultar: MATOS, Sérgio Campos. A historiografia portuguesa dos descobrimentos no século XIX. **Separata de Los 98 Ibéricos y el mar** t. II. La cultura en la Península Ibérica, Madrid, Sociedade Estatal, Lisboa, 1998.

¹¹⁰⁵ Cabe destacar que Cecília Westphalen, utilizou-se de tal conceito a partir dos usos que fez da obra de Jaime Cortesão, uma das referências sobre a historiografia dos descobrimentos. CORTESÃO, Jaime. **Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses. A geografia e a economia da Restauração**. Cadernos da Seara Nova. Seção de Estudos Históricos. Comunicações apresentadas ao Congresso do Mundo Português - 1940. Composto e impresso na Gráfica Lisbonense. Lisboa. Seara Nova. 1940. Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 81 p; _____. **História da expansão portuguesa no mundo**. 5ª parte. Volume III. Editorial Ática. Lisboa. 1940. 62 f; _____. **História da expansão portuguesa no mundo**. 6ª parte. A metrópole durante os descobrimentos e conquistas até o domínio de Castela. Volume III. Editorial Ática. Lisboa. 1940. p. 63-51; _____. **Os descobrimentos Portugueses**. IV volume. Obras completas. Livros Horizonte. Lisboa. 1981. Parte V- 909-1169; **Jaime Cortesão Um dos Grandes de Portugal**. Biblioteca Nacional. 4 de julho de 1994. Fundação Eng. Antonio de Almeida. 1996. 21p.

¹¹⁰⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Coord. **Dicionário da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa. São Paulo. Editorial Verbo, 1994; GRAF, Márcia Elisa. RESENHA. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Coord. **Dicionário da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa. Editorial Verbo, 1994. **Revista da SBPH**, Curitiba, n. 10, p. 98, 1995.

Maria Beatriz Nizza da Silva, volume editado pelo Programa de Investigação da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, uma obra que reflete a preocupação em sistematizar o conhecimento sobre as instituições, costumes e as personagens que formaram a sociedade colonial. Outro momento em que se verifica essa aproximação é a publicação de “*História do Brasil. Colônia-Império-República*”, publicado pela Universidade Portucalense em 1991.¹¹⁰⁷

Também é possível observar que no IHGEP sua produção também dialoga diretamente com a historiografia lusa ao fundamentar *Evolução Histórica de Curitiba*, na “herança portuguesa” e em como as estruturas administrativas de Portugal (como as Câmaras Municipais e os Pelourinhos) foram transplantadas e adaptadas no Brasil.

Em seu estudo sobre Curitiba, ela enfatiza que a vila só se consolidou como tal através de atos formais da autoridade régia ou de seus representantes (capitães-mores), como o levantamento do pelourinho em 1668 e a instalação da Câmara em 1693. A historiografia portuguesa dos descobrimentos buscava, muitas vezes, uma “memória histórica secular”¹¹⁰⁸ para afirmar a identidade e os direitos de Portugal sobre seus domínios. Discutir a fundação de Curitiba sob a ótica da legislação e da tradição política portuguesa, vendo na criação da vila um ato de afirmação da soberania lusitana frente aos espanhóis ou ao vazio demográfico do sertão. Em suma, o trabalho de Westphalen pode ser visto como uma extensão da historiografia dos descobrimentos para o interior do território, utilizando as mesmas bases documentais e institucionais que os historiadores portugueses empregaram para narrar a expansão marítima.

O debate em torno da data de fundação de Curitiba (1668-1993) evidencia distintas concepções historiográficas sobre a origem e a legitimação do núcleo urbano. A historiografia tradicional, tende a atribuir papel central a Eleodoro Ébano Pereira, capitão das canoas de guerra e articulador da exploração aurífera no distrito do Sul, consagrando-o como figura patriarcal da fundação, essa herança foi evocada por Cecília Westphalen como marco evolutivo do desenvolvimento histórico de Curitiba.

No livro *Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba: à luz de novos documentos*¹¹⁰⁹, Júlio Estrella Moreira, que também era sócio do IHGEP, reafirma e ao mesmo tempo qualifica a perspectiva historiográfica que atribui a Eleodoro Ébano Pereira

¹¹⁰⁷ SILVA, Maria Beatriz Nizza da; WESTPHALEN, Cecília M.; GRAF, Márcia. **História do Brasil. Colônia-Império-República**. Universidade Portucalense. Departamento de Ciências Sociais. 1991.

¹¹⁰⁸ MATOS, Sérgio Campos. A historiografia portuguesa dos descobrimentos no século XIX. **Separata de Los 98 Ibéricos y el mar** t. II. La cultura en la Península Ibérica, Madrid, Sociedade Estatal, Lisboa, 1998.

¹¹⁰⁹ MOREIRA, Júlio Estrella. **Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba: à luz de novos documentos**. Ed. imprensa da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1972.

papel central no processo de fundação da cidade. A obra parte do pressuposto de que Ébano Pereira deve ser compreendido como o principal articulador político e administrativo da ocupação inicial dos campos de Curitiba, não apenas como um personagem isolado, mas como liderança capaz de organizar juridicamente uma população já existente. O texto sustenta que a fundação de Curitiba se ancora em dois marcos históricos complementares: o primeiro, anterior a 4 de novembro de 1668, corresponde à ereção do pelourinho, ato público presidido pelo capitão-mor de Paranaguá, Gabriel de Lara, com a participação dos moradores locais — momento interpretado como a efetiva constituição do poder civil e da ordem municipal, no qual a atuação de Eleodoro Ébano Pereira é considerada decisiva. O segundo marco ocorre em 1693, quando o núcleo é elevado à condição de vila (*civitas*), consolidando juridicamente uma realidade social já em funcionamento. Julio Moreira, que também era sócio do IHGEP, reforça a tradição que consagra Eleodoro Ébano Pereira como figura fundadora de Curitiba, mas o faz com maior densidade documental e argumentativa, inserindo-o em um contexto mais amplo de disputas políticas, limites jurídicos do sistema colonial e dinâmicas de ocupação do sertão, o que contribui para a consolidação dessa perspectiva no interior da historiografia paranaense.

No entanto, diferentes interpretações relativizam essa narrativa unívoca. Francisco Negrão¹¹¹⁰, por exemplo, associa a demora na formalização da vila à ausência de ordem régia, uma vez que os donatários estavam autorizados a fundar vilas apenas ao longo do litoral e dos rios que desaguiavam no mar, respeitando ainda a distância mínima entre núcleos. Já Edilberto Trevisan¹¹¹¹ vincula o processo à restauração portuguesa, após o fim da União Ibérica em 1640 e sua consolidação com o Tratado de Lisboa de 1668, quando a Coroa teria incentivado o avanço sobre áreas além da linha de Tordesilhas. Em contraposição, há leituras que questionam ambas as datas oficiais ao destacar a ocupação prévia dos campos de Curitiba por faiscadores, mineradores e criadores de gado, organizados em arraiais dispersos, o que relativiza a ideia de um ato fundador único. Nesse sentido, os dois marcos mais frequentemente mobilizados, a formalização do pelourinho a 4 de novembro de 1668, sob a presidência do capitão-mor de Paranaguá, Gabriel de Lara, e a elevação à condição de vila em 1693, são compreendidos menos como rupturas inaugurais e mais como etapas sucessivas de um processo de institucionalização.

As instituições portuguesas desempenharam um papel fundamental na transição de Curitiba de um simples arraial de mineradores para uma estrutura urbana e política

¹¹¹⁰ NEGRÃO, Francisco. **Fundação da Vila de Curityba - 1668 a 1721**. Genealogia Paranaense, vol. 1º, 1926.

¹¹¹¹ TREVISAN, Edilberto. **O Centro Histórico de Curitiba**. Gráfica Vicentina, 1996.

organizada, seguindo o modelo administrativo do Império Luso. Essa influência manifestou-se através de mecanismos legais, símbolos de autoridade e a criação de órgãos de governo local. A Câmara Municipal era a instituição portuguesa por excelência para a administração das vilas, encarregada de legislar sobre o cotidiano, as finanças e a justiça local. A fundação de Curitiba não foi um ato isolado, mas parte da política de expansão portuguesa, integrando-se à rede administrativa do Brasil colonial.

A aproximação entre a perspectiva historiográfica defendida por Cecília Maria Westphalen no âmbito do IHGEP, especialmente no contexto do Boletim comemorativo do Tricentenário de Curitiba, em 1993 evidencia a sintonia de Westphalen com uma historiografia comemorativa renovada, que, embora sensível às críticas dirigidas às narrativas celebrativas tradicionais, não abdica do papel dos grandes eventos como ocasiões privilegiadas de balanço historiográfico, atualização interpretativa e reafirmação de identidades coletivas.

Nesse mesmo contexto de efervescência memorialística e historiográfica em torno das efemérides, destaca-se também a atuação de Pellizzetti, que igualmente se atentou aos debates suscitados pelas comemorações do III Centenário de Curitiba. Embora não tenha tido seu texto publicado no *Boletim* do IHGEP, sua reflexão encontrou espaço na *Revista da Fundação Calouste Gulbenkian*, publicada pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e o Centro Cultural Calouste Gulbenkian (Lisboa/Paris), e em homenagem ao 75º aniversário do historiador Francês Frédéric¹¹¹² figura central na renovação teórico-metodológica da historiografia e na consolidação da pesquisa no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, especialmente nas linhas de História Econômica e Demográfica. Essa publicação fora do circuito institucional paranaense

¹¹¹² Nasceu em 24 de outubro de 1921 na cidade de Valenciennes. Obteve bolsa da École Normal Supérieure em 1943, Licenciado em História 1945. Acompanhou o Seminário de Fernand Braudel na École Pratique des Hautes Études. Passou o ano acadêmico de 1948-1949 nos Estados Unidos, em Nova York (Fordham University e Columbia University), aperfeiçoando seu conhecimento em ciências econômicas. 1949 - Assistente de História Moderna da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Toulouse. 1967 - Primeira cátedra de História Latino Americana criada na França - Universidade de Paris X - Nanterre. Chefe até aposentadoria da equipe de História do Centro de Documentação da América Latina. Possui vasta bibliografia sobre os Descobrimentos Portugueses. Doutor Honoris Causa da Universidade de Lisboa, Universidade Federal da Bahia e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro da Academia de Ciências Ultramarinas, Academia Portuguesa de História, Academia Naval Portuguesa, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Continuador do legado braudeliano dos *Annales*, o intelectual Frédéric Mauro se destacou enquanto especialista em história econômica e em história da expansão europeia, sobretudo no período moderno. O historiador francês foi autor de uma preciosa bibliografia sobre os Descobrimentos Portugueses e um grande especialista da História do Brasil e da economia colonial brasileira nos séculos XVI e XVII. MARTINIÈRE, Guy. **Frédéric Mauro, Historien**. Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995, v. 34. p.3-5; MARTINIÈRE, Guy. **Notice Biographique de Frédéric Mauro**. Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian. 1995, v. 34. p. 7-10; RODRIGUES, José Damião. **Frédéric Mauro**. In: Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real ao fim do Estado Novo.

indica uma via alternativa de circulação intelectual e de legitimação historiográfica, marcada pela inserção em redes internacionais de produção do saber histórico, ampliando os espaços de reconhecimento e interlocução para além do circuito institucional paranaense, evidenciando outra via de circulação intelectual e de legitimação historiográfica¹¹¹³.

O Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP) utilizou Curitiba como o eixo estruturante da narrativa histórica oficial do estado, transformando a capital em um símbolo de identidade, continuidade e progresso. Essa construção de memória foi consolidada, de forma mais contundente, através das celebrações do III Centenário da Fundação de Curitiba (1693-1993). O IHGEP organizou a edição de um Boletim Especial (Volume XLVIII) em 1993, que funcionou como um instrumento de mediação e ordenamento da memória, selecionando temas e interpretações que sustentam uma leitura integrada e positiva do passado nacional.

Quanto à contribuição de Cecília Maria Westphalen no exemplar do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, ela confere coesão, autoridade e legitimidade à narrativa celebrativa proposta pelo Instituto, ao articular saber acadêmico e projeto memorialístico. Ao organizar a história de Curitiba a partir de grandes unidades temáticas associadas aos ciclos econômicos, ouro, gado, erva-mate e café, a autora produz uma síntese que não apenas informa, mas também sistematiza a memória histórica, delimitando o ritmo, o que deve ser preservado e celebrado como identidade curitibana.

Dessa forma, o III Centenário de Curitiba, tal como organizado e mediado pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, configurou-se não apenas como uma efeméride comemorativa, mas como um dispositivo privilegiado de articulação entre produção historiográfica, memória institucional e legitimação simbólica da cidade e de seus intérpretes. O Boletim Especial de 1993 evidencia como o IHGEP operou como espaço de convergência entre diferentes tradições narrativas, acadêmicas, memorialísticas e jornalísticas, selecionando temas, autores e interpretações capazes de sustentar uma leitura integrada, positiva e ordenada do passado curitibano. Nesse contexto, a participação de professoras oriundas de gerações distintas do Departamento de História da UFPR, como Odah Regina Guimarães Costa e Cecília Maria Westphalen, revela deslocamentos significativos de sentido, pesquisas concebidas no interior da universidade passam a circular no registro institucional e comemorativo, adquirindo novas funções simbólicas vinculadas à

¹¹¹³ PELLIZZETTI, Beatriz. De uma Utopia do “Fin de Siècle” a um testamento ideológico legado ao Paraná (do Brasil) para o século XX. **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian**. Centro Cultural Calouste Gulbenkian. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, Paris. 1995, v. 34. p. 667-689.

celebração cívica e à construção de uma memória oficial. Mais do que um marco cronológico, a efeméride atuou como catalisador de rememorações, reafirmações e silenciamentos, revelando o papel ativo do IHGEP na produção de uma memória disciplinada e socialmente legitimada, ao mesmo tempo em que expõe as tensões e deslocamentos que atravessaram o campo historiográfico paranaense no final do século XX.

4. Mudanças institucionais e encerramento editorial: o Boletim do IHGEP em 1995

A publicação do Volume XLIX do Boletim, em 1995, constitui um marco simbólico no percurso institucional do Instituto, por se tratar do último número editado sob a denominação Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, durante a presidência de Luís Carlos Tourinho (1971–1998). Esse volume assinala o encerramento de um ciclo editorial e institucional, marcado tanto pelo fim do debate etnográfico como um dos eixos orientadores, quanto pela transição na nomenclatura da própria instituição, que deixou de empregar o adjetivo paranaense para adotar a designação “do Paraná”, passando a denominar-se Instituto Histórico e Geográfico do Paraná¹¹¹⁴. Tal alteração nominal não se limita a um ajuste formal, mas expressa uma redefinição simbólica da identidade institucional e de seus modos de inserção no campo historiográfico regional.

Com 262 páginas, o Boletim de 1995 foi impresso pela Gráfica e Editora Santa Mônica e reúne estudos extensos de caráter analítico. Entre eles, destaca-se o trabalho de fôlego de Ayrton Ricardo dos Santos, intitulado “*Lamenha Lins e o Engenho Central de Morretes*”, que ocupa parcela significativa da publicação. A centralidade conferida a esse estudo reafirma o interesse institucional pela história econômica e empresarial do Paraná, ao mesmo tempo em que evidencia a persistência de abordagens historiográficas centradas em personagens e empreendimentos considerados exemplares nos processos de modernização regional e fortalecimento das elites burguesas, traço característico de um modelo interpretativo que, naquele momento, convivia com os parâmetros da historiografia profissional¹¹¹⁵.

¹¹¹⁴ A mudança de denominação para Instituto Histórico e Geográfico do Paraná foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 29 de junho de 1999. O estatuto social do IHGPR foi aprovado na Assembléia Geral Extraordinária de 28 de setembro. Neste mesmo ano foi lançado o volume XLIX, já sob a nomenclatura de Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR). **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná**. Curitiba. Instituto Memória, v. 61, 2010. p.8.

¹¹¹⁵ GEMINIANO, Wagner. **A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: Geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. 2018, 437f.

A capa do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Volume XLIX, referente ao ano de 1995, apresenta a fotografia de Lamenha Lins, figura central da história política e administrativa do Paraná. A escolha iconográfica não é fortuita, ao destacar um personagem associado à modernização administrativa e à consolidação do poder republicano no estado, o Instituto reafirma uma concepção de história fundada na valorização de indivíduos considerados exemplares e na centralidade das elites políticas como agentes privilegiados do processo histórico. O fato de este volume ser o último publicado sob a denominação *Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* confere à presença de Lamenha Lins um sentido adicional, funcionando como síntese visual de um regime historiográfico marcado pela monumentalização de personagens e pela persistência de uma narrativa político-institucional, justamente no momento em que esse modelo passava a conviver, de forma cada vez mais tensa, com os parâmetros da historiografia universitária.

A diretoria do Instituto em 1995 evidencia a permanência de um perfil institucional marcado pela heterogeneidade profissional e pela centralidade de agentes não exclusivamente vinculados ao campo universitário da História. A presidência ocupada pelo general Luiz Carlos Pereira Tourinho, bem como a presença de médicos, engenheiros, jornalistas e professores em cargos diretivos, revela a continuidade de uma lógica associativa própria dos Institutos Históricos, nos quais o prestígio social, a trajetória pública e o capital simbólico acumulado em diferentes campos coexistiam como critérios de legitimação¹¹¹⁶. Essa configuração confirma que, mesmo em um contexto de consolidação da historiografia universitária e da pós-graduação, o Instituto mantinha uma estrutura diretiva ancorada em modelos tradicionais de sociabilidade intelectual, reafirmando seu papel como espaço de confluência de regimes historiográficos distintos.

O Volume XLIX do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, publicado em 1995, reúne um conjunto de textos que expressa a permanência de abordagens centradas na história político-institucional, econômica e memorialística, articuladas à valorização de personagens considerados exemplares da trajetória paranaense. O estudo de Ayrton Ricardo dos Santos, “*Lamenha Lins e o Engenho Central de Morretes*”, ocupa lugar de destaque na publicação ao analisar a atuação de um agente econômico central

¹¹¹⁶ Presidente: General Luiz Carlos Pereira Tourinho; 1º Vice-Presidente: Lauro Grein Filho; 2º Vice-Presidente: Ayrton Ricardo dos Santos; 3º Vice-Presidente: Prof. Ernani Straube; 1º Secretário: Prof. Waldemiro Bley Júnior; 2º Secretário Luiz Romaguera Netto; 1ª Tesoureira Eng. Maria Aparecida Garcês Becket; 2ª Tesoureira Eng. Orlando Maciel Strobel; Diretora da Biblioteca: Jornalista Hellê Vellozo Fernandes; Diretor do Boletim: Prof. Josaphat Porto Lona Cleto nico

no processo de modernização regional, reafirmando o interesse institucional pela história empresarial e pela interpretação do desenvolvimento econômico do Paraná a partir de iniciativas individuais. Em diálogo com essa perspectiva, a conferência de Odah Regina Guimarães Costa, “*Ildefonso Pereira-Correia, Barão do Serro Azul, empresário schumpeteriano, e a Revolução Federalista*”, já analisada em profundidade em outro momento dessa pesquisa, combina história econômica e política ao reinterpretar a trajetória do Barão do Serro Azul a partir de categorias analíticas oriundas da teoria econômica, evidenciando a centralidade das elites empresariais nos conflitos e rearranjos políticos do Brasil Republicano.

A Revolução Federalista, por sua vez, constituiu um tema recorrente no Instituto. Em 1944, a entidade chegou a promover o Primeiro Congresso de História da Revolução Federalista, cujo enfoque principal recaiu sobre o cinquentenário de falecimento do Barão do Serro Azul, evidenciando a consolidação de uma tradição interpretativa em torno desse personagem. O trabalho de Odah insere-se, assim, nessa linhagem historiográfica. Cabe ainda destacar que o desfecho da Revolução Federalista, iniciada no Rio Grande do Sul em 1893, ocorreu na cidade da Lapa, no Paraná, em agosto de 1895, momento em que se consolidou o regime republicano em seu modelo de caráter militar.

O texto de Roselys Vellozo Roderjan, “*A vereda das Missões*”, desloca o foco para uma abordagem de cunho histórico-cultural e territorial, recuperando percursos, paisagens e experiências associadas à presença missioneira, em consonância com uma tradição historiográfica sensível à dimensão simbólica e patrimonial do passado regional. Por fim, o trabalho de Oney Barbosa Borba, “*Sequelas do atentado contra a vida do Coronel José Félix da Silva Passos*”, insere-se na vertente memorialística e narrativa, ao reconstruir um episódio de violência política e suas repercussões, reafirmando a centralidade do acontecimento e da figura individual como eixos explicativos. Em conjunto, esses textos evidenciam a coexistência de diferentes registros historiográficos, combinando esforços de renovação interpretativa com a permanência de modelos narrativos consagrados no interior do Instituto.

Nesse sentido, o volume de 1995 expressa uma historiografia que revela a coexistência de distintos regimes historiográficos no interior do Boletim, nos termos propostos por Fernando Nicolazzi¹¹¹⁷ e Maria Inés Mudrovcic¹¹¹⁸, os quais se articulam a

¹¹¹⁷ NICOLAZZI, F. A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 53, p. 229-257, jul./dez. 2010; _____. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história, história pública. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 203-222. 2019.

¹¹¹⁸ MUDROVCIC, María Inés. "Regimes of Historicity." **Bloomsbury History: Theory and Method Articles**. London: Bloomsbury Publishing, 2021. Web. 3 Dec. 2021. <<http://dx.doi.org/10.5040/9781350970854.055>>.

diferentes regimes de historicidade. De um lado, persistem narrativas memorialistas, biográficas e comemorativas, vinculadas à tradição dos institutos históricos; de outro, afirmava-se uma escrita histórica orientada pela problematização, pelo rigor metodológico e pelo diálogo interdisciplinar, característica da historiografia universitária.

A presença da biografia no Boletim do IHGEP para compor personagens como Lamenha Lins e Barão do Serro Azul, não deve ser lida como simples sobrevivência de um gênero tradicional, mas como um espaço privilegiado de mediação entre regimes distintos de produção do saber histórico. Conforme argumenta Benito Schmidt¹¹¹⁹, a escrita biográfica, após ter sido marginalizada por abordagens estruturalistas, reaparece a partir das décadas finais do século XX investida de novas sensibilidades historiográficas, capazes de tensionar as relações entre o particular e o coletivo, o indivíduo e as estruturas, bem como de dialogar com públicos e circuitos de circulação diferenciados. No interior do Boletim, a biografia opera, assim, como um gênero ambíguo: ao mesmo tempo em que mantém vínculos com práticas de consagração e celebração de figuras de elite, características do regime memorialista, incorpora procedimentos analíticos que respondem às exigências de cientificidade do campo acadêmico. Essa ambivalência evidencia as disputas em torno da autoridade historiográfica e das condições de autorização para “fazer história”, uma vez que a biografia, como observa Schmidt, situa-se num espaço de fronteira entre diferentes lugares sociais de produção do conhecimento. No caso do IHGEP, essa dinâmica inscreve-se numa longa tradição institucional, herdeira do modelo do IHGB, em que a escrita biográfica cumpriu a função de transformar trajetórias individuais em suportes de uma memória nacional. Assim, o volume de 1995 não apenas documenta uma transição historiográfica, mas materializa a convivência tensionada entre formas tradicionais de legitimação da memória e os critérios científicos da historiografia profissional, revelando a historicidade do próprio campo e a natureza relacional de sua autoridade.

Portanto, a análise do volume de 1995, em particular, permite compreender como a consolidação da historiografia universitária no Paraná não se deu por meio de rupturas abruptas, mas através de um processo prolongado de convivência institucional, no qual práticas memorialistas, biográficas e celebrativas coexistiram com formas de escrita orientadas por critérios acadêmicos de cientificidade. A mudança de nomenclatura do

¹¹¹⁹ SCHMIDT, Benito. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus. 2011. p. 187-225; _____. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. **História Unisinos**, v.8, n.10, p.131-142, jul./dez.2004; _____. Biografia e regimes de historicidade. **MÉTIS: história & cultura**, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003; DOSSE, François. **El arte de la biografía**. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2007.

Instituto e a reconfiguração simbólica do Boletim evidenciam um deslocamento da autoridade historiográfica, ao mesmo tempo em que mostram a persistência de modelos associativos e narrativos próprios dos institutos históricos.

A composição das diretorias do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense nos biênios de 24 de maio de 1995 a 1997 e de 24 de maio de 1997 a 1999 evidencia um quadro de forte continuidade institucional, marcado pela permanência dos principais agentes em cargos diretivos estratégicos. Durante o primeiro período, a presidência se manteve a cargo do general Luiz Carlos Pereira Tourinho, sócio desde 1951 e presidente desde 1971, tendo como vice-presidentes Lauro Grein Filho, Ayrton Ricardo dos Santos e o professor Ernani Straube. A secretaria foi exercida pelo professor Waldemiro Bley Júnior, como primeiro secretário, e por Luiz Romaguera Netto, como segundo secretário. A tesouraria contou com Maria Aparecida Garcês Becket como primeira tesoureira e Alexandre Drabik como segundo tesoureiro, enquanto a direção da Biblioteca permaneceu sob responsabilidade da jornalista Hellê Vellozo Fernandes e a direção do *Boletim* foi exercida pelo professor Josaphat Porto Lona Cleto. No biênio seguinte (1997–1999), observa-se a manutenção quase integral da estrutura diretiva, com exceção da substituição no cargo de segundo tesoureiro, ocupado, a partir de então, pelo engenheiro Orlando Maciel Strobel, em lugar de Alexandre Drabik. Essa estabilidade reforça o caráter conservador da gestão institucional no período, ao mesmo tempo em que indica a persistência de uma lógica associativa baseada em trajetórias consolidadas e em capital simbólico acumulado fora do restrito campo acadêmico. Em 31 de maio de 1998, em decorrência do falecimento do presidente Luiz Carlos Pereira Tourinho, a presidência, foi assumida interinamente entre 31 de maio a 30 de junho por Ernani Straube, sendo depois assumida plenamente desde 1 de julho de 1998 pelo sócio Lauro Grein¹¹²⁰.

Após um intervalo de quatro anos sem publicação, o Boletim voltou a circular em 1999 já sob a nova denominação Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, aprovada em 29 de junho daquele mesmo ano. A edição do Volume L, com 281 páginas, apresenta na capa a

¹¹²⁰ Lauro Grein Filho. Admitido como sócio em 16 de maio de 1980. Sócio remido em 2010. Assume a Presidência do IHGEP em 1 de julho de 1998, cargo em que permanece até 2009. Lauro Grein Filho (1921). Nasceu em Rio Negro (09-08-1921). Coursou o Ginásio Paranaense e o Colégio Ateneu, graduando-se em Médico pela Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná em 1943. Como político foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Castro. Escritor memorialista, publicou artigos na revista Fon Fon, no Rio de Janeiro. Integrou a Academia Paranaense, a Sociedade Brasileira de Escritores Médicos e presidiu o Centro de Letras do Paraná, o Lions Club Curitiba-Centro. Foi vice-presidente da Federação das Misericórdias no Paraná. Cidadão honorário de Curitiba, Castro, Rio Negro, Lapa e União da Vitória. Escreveu diversos artigos, crônicas e ensaios em jornais e revistas. As obras: Hora de lembrar e fatos que ficaram, Coisas nossas, Luzes da Memória e Paineis de Realidades. **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná**. Curitiba. Instituto Memória, v. 61, 2010. p.67-p.69.

fotografia, em cores, da fachada da Universidade Federal do Paraná, elemento gráfico que ultrapassa a função meramente ilustrativa e opera como um gesto simbólico de reorientação institucional. Ao eleger a universidade como imagem de abertura da publicação, o Instituto sinaliza, no plano visual e editorial, um movimento de aproximação com o espaço acadêmico que, desde as décadas anteriores, havia se consolidado como instância privilegiada de produção e legitimação do conhecimento histórico. Nesse sentido, a capa do Volume L pode ser interpretada como uma estratégia de atualização simbólica, por meio da qual o Instituto busca redefinir sua posição no campo da História, reconhecendo a centralidade da universidade e reinscrevendo-se, nas novas hierarquias de autoridade científica que marcaram o final do século XX.

CONCLUSÃO

Esta tese analisou a escrita da história no Paraná a partir do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, tomando-o como lugar social privilegiado de produção, circulação e legitimação do saber histórico ao longo da segunda metade do século XX. Ao acompanhar as transformações institucionais, editoriais e intelectuais do IHGEP entre 1950 e 1995, buscou-se compreender como a profissionalização da historiografia no Paraná não se deu por ruptura, mas por processos graduais de negociação, coexistência e disputa entre distintos regimes historiográficos, gerações intelectuais e espaços institucionais.

A trajetória editorial do *Boletim* no período analisado foi marcada por acentuada irregularidade, expressa tanto em longos hiatos de publicação quanto em momentos de forte concentração de volumes. As interrupções recorrentes evidenciam a dependência do periódico em relação às condições institucionais, financeiras e políticas do Instituto, revelando a fragilidade estrutural de sua periodicidade. Paradoxalmente, o maior volume de publicações ocorreu durante a longa gestão do general Luiz Carlos Pereira Tourinho (1971–1998), período no qual se intensificaram as relações do Instituto com o Estado militarizado e se consolidou uma política editorial marcada por estratégias conjunturais mais do que por regularidade de produção científica estrita. Esse padrão revela que o *Boletim* respondeu menos a uma lógica acadêmica continuada e mais a dinâmicas institucionais específicas, associadas a projetos de legitimação, celebração e reposicionamento simbólico.

No interior do *Boletim*, os historiadores oriundos do espaço universitário publicaram uma diversidade de gêneros textuais, homenagens, relatórios institucionais, discursos, esboços de pesquisa, estudos de caso e artigos acadêmicos, o que reforça a compreensão do periódico como um espaço de convivência de diferentes gêneros e regimes de escrita da história. A tese demonstra que a profissionalização da historiografia no Paraná não implicou a substituição imediata dos institutos históricos pelas universidades, mas uma reconfiguração progressiva das hierarquias de autoridade no interior do campo disciplinar e historiográfico. O IHGEP manteve-se como espaço relevante de produção e circulação do saber histórico mesmo quando a universidade passou a ocupar posição central na legitimação científica, fazendo do *Boletim* um observatório privilegiado das temporalidades institucionais, das disputas simbólicas e das estratégias de consagração mobilizadas por distintas gerações de historiadores.

Ao mobilizar categorias como *lugar social* da escrita da história (*Michel de Certeau*), *campo científico* (*Pierre Bourdieu*), *redes de sociabilidades e gerações intelectuais* (*Jean François Sirinelli e Temístocles Cezar*), esta pesquisa contribui para a história da historiografia brasileira ao deslocar o foco analítico para além dos marcos exclusivamente universitários, evidenciando, na segunda metade do século XX, o papel ativo desempenhado pelas instituições culturais — a exemplo dos institutos históricos — na conformação do saber histórico. A historiografia regional paranaense emerge, assim como espaço de sofisticação metodológica, mediação intelectual e experimentação historiográfica, no qual memória, ciência histórica e política cultural se entrelaçam.

A história regional, longe de constituir um apêndice da história nacional, afirmou-se como opção metodológica vigorosa, especialmente nas mãos dos historiadores universitários que colaboraram com o Instituto. O regional passou a ser compreendido como escala analítica capaz de revelar, com maior densidade empírica, as estruturas sociais, econômicas e culturais do Brasil, permitindo que a historiografia paranaense dialogasse com circuitos nacionais e internacionais de pesquisa, em especial com a historiografia francesa vinculada ao movimento *dos Annales* e com tradições historiográficas portuguesas.

No que se refere aos resultados específicos, o **Capítulo 1** demonstrou que o período entre 1948 e 1953 constituiu um momento decisivo de reconfiguração institucional do IHGEP. A morte de Romário Martins, a reforma estatutária e a retomada do Boletim marcaram o encerramento de um ciclo fundador e inauguraram uma nova fase de redefinição das pretensões científicas do Instituto. A incorporação do termo “Etnográfico” à nomenclatura institucional e o discurso em torno de uma “nova e promissora fase de promoção científica” expressaram a busca por legitimidade acadêmica, ainda que essa renovação tenha coexistido com práticas memorialistas e comemorativas. O Centenário da Emancipação Política do Paraná, em 1953, emergiu como ápice desse processo, consolidando o Instituto como *lugar de memória*, aos moldes de Pierre Nora, e, simultaneamente, preparando o terreno para a ascensão progressiva do saber universitário.

O **Capítulo 2**, ao analisar o período de 1955 a 1972, evidenciou o Boletim como espaço estratégico de legitimação da historiografia universitária em um contexto de consolidação gradual do campo disciplinar da História no Paraná. Demonstrou-se que a autonomização da História em relação à Geografia e a profissionalização do historiador antecederam a formalização administrativa do Departamento de História da UFPR, configurando-se como um processo histórico contínuo. O Instituto atuou, nesse sentido, como instância mediadora, oferecendo suporte material e simbólico para a afirmação da

historiografia profissional em seu momento formativo. A aproximação do Departamento de História da UFPR com a historiografia francesa, em especial com os referenciais da Escola dos Annales, foi decisiva para a renovação da escrita da história regional e também para a atualização da historiografia praticada no IHGEP. Essa relação beneficiou ambas as instituições: o Dehis valeu-se do capital simbólico do Instituto para validar sua produção, enquanto o IHGEP incorporou a historiografia universitária como parte de suas narrativas regionais, com destaque para os estudos em demografia histórica, imigração, colonização e estruturas sociais.

Por fim, o **Capítulo 3** analisou a escrita da história no Boletim entre 1975 e 1995, período marcado pela consolidação da pós-graduação e da historiografia acadêmica no Brasil. As comemorações do 75º aniversário do Instituto, em 1975, foram interpretadas como estratégia de reposicionamento institucional diante da hegemonia universitária. As produções de Ruy Wachowicz, Odah Regina Guimarães Costa, Márcia Graf e Beatriz Pellizzetti evidenciaram a consolidação de uma escrita orientada pela *história-problema*, pela quantificação e pela incorporação de sujeitos historicamente marginalizados, como indígenas e escravizados, à narrativa regional. Ao mesmo tempo, o capítulo mostrou que o Boletim preservou sua função memorialística, especialmente em volumes comemorativos como o do III Centenário de Curitiba, revelando a persistência de tensões entre a memória monumental e a ciência histórica.

Ao encerrar as atividades em 1995, com o último volume publicado sob a denominação Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, a pesquisa demonstrou o encerramento simbólico de um ciclo institucional e editorial. A mudança de nomenclatura e o reposicionamento do Instituto no campo historiográfico sinalizam a consolidação definitiva da universidade como principal locus de produção do conhecimento histórico, sem, contudo, apagar o legado do IHGEP como agente fundamental na construção da cultura histórica do Paraná ao longo do século XX. Nesse sentido, a trajetória do Boletim revela não apenas a história de uma instituição, mas a historicidade do próprio fazer historiográfico em contexto regional.

Ao selecionar o Boletim como fonte e objeto de investigação historiográfica, esta tese amplia as possibilidades analíticas para os estudos da historiografia paranaense e brasileira, reafirmando a importância dos periódicos institucionais como lugares sociais da escrita da história. Assim, a análise sistemática dos volumes demonstra que o periódico funcionou como instância de legitimação simbólica, onde se imbricam práticas eruditas, discursos memorialistas e, progressivamente, a historiografia profissional vinculada à universidade. O

Boletim não reflete passivamente as mudanças do campo, mas participa ativamente da sua conformação, atuando como mediador entre tradição e renovação historiográfica. Essa perspectiva permite compreender que a profissionalização da História no Paraná não se deu exclusivamente no interior da universidade, mas em diálogo constante com espaços institucionais já consolidados, como o IHGEP, que oferecia capital simbólico, redes de sociabilidade intelectual e suporte editorial à circulação das pesquisas históricas.

As efemérides desempenharam um papel estruturante e central na escrita da história praticada pelo IHGEP, funcionando como eixos que organizavam o calendário institucional, as atividades científicas e as publicações do seu Boletim. Mais do que meras datas festivas, as celebrações serviram como dispositivos de legitimação política, afirmação de identidades coletivas e ordenamento de narrativas sobre o passado regional e nacional. As datas magnas transformaram o Instituto em um “lugar de memória”, onde passado e presente se entrelaçavam para orientar a celebração cívica e a legitimação do saber histórico. As efemérides ditaram o ritmo das publicações, com volumes inteiros dedicados a temas únicos, o que garantia visibilidade e apoio financeiro de órgãos públicos, ou investimentos privados. Mesmo a historiografia universitária profissional utilizou essas datas como estratégias operacionais e de reprodução de culturas históricas. Em suma, as efemérides não foram apenas datas no calendário, mas dispositivos de mobilização do passado que permitiram ao IHGEP negociar sua autoridade intelectual, captar investimentos e produzir uma “memória disciplinada” da sociedade paranaense.

Desse modo, ao acompanhar a circulação de historiadores universitários e de suas produções no Boletim entre 1950 e 1995, esta tese contribui para a compreensão da historicidade do campo historiográfico paranaense, demonstrando que a profissionalização da História foi marcada por continuidades, sobreposições e disputas, e não por uma simples substituição de paradigmas institucionais, como muitas vezes quer afirmar a memória disciplinar e os novos cânones historiográficos. O Boletim emerge, assim, não apenas como testemunho do passado regional, mas como documento central para compreender os processos de produção, validação e disputa em torno do conhecimento histórico, contribuindo de maneira substantiva para o fortalecimento da história da historiografia como campo de investigação.

FONTES

BALHANA, Altiva Pilatti. Inserção do homem no quadro ecológico. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Papelaria Requião Ltda., v. VII, Fasc. 3-4, p. 22-30, 1957.

BALHANA, Altiva Pilatti. Formação da População paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica Voz do Paraná Ltda., v. X, p. 40-50, 1969.

COSTA, Odah Regina Guimarães. Estruturas agrárias de Curitiba – Paraná no século XIX. Posse, propriedade e trabalho. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, Editora Lítero-Técnica, v. XLIII, p. 77-105, 1986.

_____. Considerações sobre o uso e a propriedade da terra em Curitiba – Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLV, p. 79-98, 1987.

_____. Reinhard Maack e o espaço ecológico do Estado do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica e Editora Rocha Ltda, v. XLVI, p. 55-72, 1989.

_____. Proclamação da República (1889) e a mudança da política de terras (A): o caso do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica e Editora Santa Mônica, v. XLVII, p. 61-74, 1990.

_____. Câmara Municipal de Curitiba. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica e Editora Santa Monica, v. XLVIII, p. 159-178, 1993.

_____. Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, Empresário Schumpeteriano, e a Revolução Federalista. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Santa Mônica, v. XLIX, p. 195-212, 1995.

Estatutos do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Cap. I, *Dos fins do Instituto*, Art. 1º. 1948. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. IV, fasc. 1, p. 50, 1950.

GRAF, Márcia Elisa de Campos. Economia e Escravidão no Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLV, p. 99-114, 1987.

MACHADO, Brasil. Sinopse da História Regional do Paraná. **Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 1951. Curitiba. 26 f.

PELLIZZETTI, Beatriz. Homenagem ao Dr. Brasil Pinheiro Machado. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: A. M. Cavalcanti & Cia Ltda., v. XXXIV, p. 210-224, 1978.

_____. Contribuição dos intelectuais italianos no Brasil (fim do século XIX e princípios do século XX). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLI, p. 81-94, 1984.

ROCHA NETO, Bento Munhoz. Poloneses no Paraná (Conferência). Edição Especial Comemorativa do 1º Centenário da Imigração Polonesa do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, v. XIV, Fasc. 3, p.1-14, 1971.

WACHOWICZ, Ruy C. Simão Kossobudski – sua vida e sua obra. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica Vitória, v. XII, p. 31-40, 1970.

_____. Pedro II e os imigrantes em Curitiba. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XIII, p. 77-84, 1971.

_____. Pedro II e os imigrantes em Curitiba. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: A. M. Cavalcante & Cia., v. XXXVII, p. 415-421, 1975.

_____. “Uti possidetis” – brasileiro na questão de Palmas. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XXXV, p. 193-218, 1979.

_____. Xokleng na Província do Paraná (Aldeamento de Papanduva). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XXXVII, p. 57-82, 1980.

_____. Discurso de recepção aos novos sócios (1979). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XXXVII, p. 333-334, 1980b.

_____. O papel dos Índios na ocupação do sudoeste paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XL, p.53-71, 1983.

_____. Comércio da madeira e a atuação do Brazil Railway no sul do Brasil. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XLI, p. 41-77, 1984.

WESTPHALEN, Cecília Maria. III Congresso Regional de História e Geografia do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Papelaria Requião Ltda., v. VI, Fasc. 3-4, p. 87-94, 1956.

_____. Paraná – Zona de Trânsito. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Papelaria Requião Ltda.,v. VII, Fasc. 3-4, p. 45-55, 1957.

_____. Evolução Histórica de Curitiba. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Gráfica e Editora Santa Mônica, v. XLVIII, p. 219-223, 1993.

FONTES COMPLEMENTARES

Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964.

Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, realizada em 5 de setembro de 1966.

Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, realizada em 22 de novembro de 1967.

Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná realizada em 6 de dezembro de 1968.

Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, realizada em 9 de dezembro de 1968.

Ata de reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, realizada em 14 de novembro de 1969.

Ata da Reunião do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, realizada em 18 de agosto de 1970.

Ata de reunião do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, realizada em 11 de dezembro de 1970.

Ata da reunião do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, realizada em 20 de dezembro de 1971.

Ata da Reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1º de dezembro de 1972.

Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, realizada em 12 de dezembro de 1975.

Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, realizada em 19 de setembro de 1975.

Ata da Reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 4 de abril de 1978.

Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná realizada em 6 de dezembro de 1978.

Ata da reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, realizada em 5 de janeiro de 1981.

Ata da Reunião do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, realizada em 18 de dezembro de 1981.

Convite do IHGB para palestra de Cecília sobre a “Historiografia Paranaense”. Rio de Janeiro, 26 out. 1983. Caixa 28, pasta 3. Arquivo Público do Estado do Paraná. Sala Cecília Maria Westphalen. Curitiba.

Convite do Professor Joaquim Barradas de Carvalho à Professora Beatriz Pellizzetti para proferir uma conferência ou um seminário em Portugal. Lisboa, 14 de outubro de 1977. Centro de História das Universidades de Lisboa: convites a respostas estrangeiros (1979-1983). Arquivo do Centro de História da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Cidade Universitária. Lisboa. Caixa 28, past 111, 3.

Correspondência de Alice Piffer Canabrava recusando convite para dar aulas no Curso de Mestrado de História da UFPR. São Paulo, 6 maio de 1972. Caixa 7, pac 2, pasta 27. Arquivo Público do Paraná. Curitiba. Sala Cecília Maria Westphalen.

Correspondência do IHGB sobre II Colóquio Nacional de Institutos Históricos. Rio de Janeiro, 28 maio de 2003. Caixa 8, pacote 3, pasta 84. Arquivo Público do Estado do Paraná. Sala Cecília Maria Westphalen. Curitiba.

Resposta do Departamento de História ao Convite do Centro de História da Universidade de Lisboa. Centro de História das Universidades de Lisboa: convites a respostas estrangeiros (1979-1983). Arquivo do Centro de História da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Cidade Universitária. Lisboa. Caixa 28, past, 111, 4.

Boletim da Universidade do Paraná. Conselho de Pesquisas. Curitiba. Paraná. Departamento de História. n. 2., dez. 1962.

Boletim do Departamento de História da UFPR, Curitiba, n. 7, p. 1-52, 1968.

Separata do Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. n. 10. Curitiba. 1970.

Boletim do Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Curitiba. n.19. 1972.

Boletim do Departamento de História. Anais do Colóquio de Estudos Regionais, comemorativo do I Centenário de Romário Martins. Curitiba. UFPR. n. 21. 1974.

Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba. V. XLVIII. 1993.

Boletim do Departamento de História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. n. 32. ago. 1995.

Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. 75º Aniversário da Fundação 24/05/1900-24/05/1975. Curitiba. A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXV. 1975. 157f.

Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba. A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXVI, Curitiba, 1975. 193f.

Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II - 1825/1975. Curitiba, A. M. Cavalcanti & Cia Ltda, Vol. XXVII. 1975. 457f.

Lista Nominativa dos Sócios do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Curitiba.

JORNAIS

Homenagem ao grande bispo paranaense dom Alberto José Gonçalves. **Diário do Paraná.** 28 de junho de 1946. Curitiba. Coluna Sociais. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171433&pesq=&pagfis=1663>. Acesso em ago. 2025. Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

A Renovação nos quadros do Instituto Histórico do Paraná – Discurso do Dr. Loureiro Fernandes. **Diário do Paraná.** Curitiba. 4ª feira, 2 de abril de 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171433&pesq=&pagfis=3475>. Acesso em: mai. De 2023. Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

Centenário da Emancipação Política do Paraná – Cogita do Instituto Histórico e Geográfico das Comemorações da Gloriosa Efemerida. **Diário do Paraná.** Curitiba. 29 de junho de 1947. Coluna Sociais. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171433&Pesq=instituto%20hist%c3%b3rico&pagfis=4034>. Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

Reúne-se hoje o Instituto Histórico do Paraná. **Diário do Paraná.** Curitiba, n. 426, ano II, 29 mar. 1947. Última Hora. p. 4. Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171433&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=3452>. Acesso em jan. 2025.

Discurso de Loureiro Fernandes. Renovação nos quadros do Instituto Histórico do Paraná. **Diário do Paraná,** n. 429, ano III, 2 abr. 1947, p.3-5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171433&pesq=&pagfis=3475>. Acesso em: mai. de 2023.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, João Capistrano de. Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. In: **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil.** Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. 3ª edição. Livraria Briguet, 1960. p. 59-163.

ALMEIDA, Leticia Leal de. **A construção da História Demográfica na historiografia paranaense: a historiadora Altiva Pilatti Balhana.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. 217, 103 f.

ALVES, Gilberto Luiz; FERREIRA, Marieta de Moraes. **História da geografia no Brasil: institucionalização e trajetórias**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Organizado pelo Prof. Eurípedes Simões de Paula. Colonização e Imigração. XXXI Coleção de Revista de História. São Paulo, 1969.

ANHEZINI, K. **Um metódico à brasileira: a História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)**. São Paulo: Editora UNESP, 2011. 259 p. [online]. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/9pzv9>. Acesso out. 2025.

ANHEZINI, Karina. Na entrecena da construção da história no Brasil (1878-1934). In: MEDEIROS, Bruno F.; SOUZA, Francisco G. de; RANGEL, Marcelo de M.; PEREIRA, Mateus H. F. (Orgs.). **Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

ANTUNES, Charlles da França. **A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – origens, idéias e transformações: notas de uma história**. Universidade Federal Fluminense. Niterói. Tese (Doutorado em Geografia). 2008.

ARANHA, Patrícia. **Geografia como profissão: campo, autorrepresentação e historiografia (1934-1955)**. 2022. 218 p. Disponível em: https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/34450/9783534274475_Refubium.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

_____. Um divórcio em dois tempos: a separação do curso universitário de Geografia e História. In: **Universidade e Ensino de História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

ARRAIS, Cristiano. A.; BENTIVOGLIO, Júlio. (Orgs.). **As Revistas de História e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Editora Mil Fontes, 2017.

ARAÚJO, Valdeir L. de. A história da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 12, p. 34-44. 2013.

AURELIANO, Valquir e CARVALHO, Joyce. Papelaria fecha as portas após 84 anos. **Tribuna do Paraná**. Curitiba, 22 mai. 2004.

AVELAR, Alexandre de S. Entre a tradição e a inovação: o IHGB e a escrita biográfica nas primeiras décadas republicanas. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 13, n. 33, p. 397-429, 2020. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1585>. Acesso em: 29 dez. 2023.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Silvia Volpi e BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Quarenta anos de demografia histórica, **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 22, n. 2, jul./dez., p.339-350, 2005.

BALHANA, Altiva Pilati. Aspectos da Geografia Humana do Paraná. **Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas**. IBPT. Boletim n. 35. Tipografia João Haupt & Cia. Ltda – Curitiba. 1955.

_____. Inmigracion Italiana al Paraná. **Separata del la Revista Estudios Americanos**, Sevilha, n. 63, 1956.

_____. **Santa Felicidade. Um processo de assimilação**. Tip. João Haupt & Cia Ltda. Curitiba. 1958.

_____. **Os imigrantes estrangeiros na formação histórica da sociedade brasileira**. Universidade do Paraná. Conselho de Pesquisas. Departamento de História. Série Didática. Curitiba. v. 1, n. 19, 1961.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais: estruturas agrárias**. Publicação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1968.

_____. Política Imigratória do Paraná. **Separata da Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Maio/jun. 1969. N. 12.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 4., 1967, Porto Alegre. **Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. Colonização e migração. São Paulo: [FFCL]-USP, 1969, p. 345-389.

BALHANA, Altiva; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília M. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. **Separata dos Anais do IV Simpósio Nacional de História**. São Paulo. 1969.

BALHANA, A; WESTPHALEN, C. Levantamento e Arrolamento de Arquivos. **Separata do Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba. 1970. Consulta: Biblioteca de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva. História Demográfica do Paraná. **Separata do Boletim n. 10 do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba. p. 27-35.1970.

_____. Estruturas Populacionais do Paraná no ano da Independência. **Boletim do Departamento de História**. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Curitiba. n.19. 1972. p.5-35.

BALHANA, Altiva Pilatti; COSTA, Odah Regina Guimarães; WACHOWICZ, Ruy Christovam Wachowicz; NADALIN, Sérgio Odilon. Estudos de demografia Histórica no Paraná. **Atti Del XL Congresso Internazionali degli América. Estratto**. Roma - Genova. 3-10 Settembre. 1972.

BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília. L'histoire économique et sociale du Brésil: recherches en cours à l'Université Fédérale du Parana. *Revue d'Histoire Économique et Sociale*, **Marcel Rivière et Cie**. Paris. Année 1974, v.52, n.2.. Biblioteca de apoio. Sala Cecília Maria Westphalen e Altiva Pilatti Balhana. Arquivo Público do Paraná. Curitiba. PI015. Caixa 22

_____. L'immigration italienne au Brésil. In: WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro Machado; BALHANA, Altiva Pillati. L'immigration au Brésil de la fin du XVIII siècle à nos jours, Paris, CNRS, p. 134-137, 1980.

_____. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 11-19, 1983.

_____. La Démographie Historique a L'Université du Paraná, Brésil. Pilatti Balhana Altiva. La démographie historique à l'Université du Paraná, Brésil. In: **Annales de démographie historique**, 1986. Démographie historique en Amérique Latine. p. 393-406. DOI: <https://doi.org/10.3406/adh.1987.1672>. Acesso dez. 2023.

BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. As Fontes para a História Social do Brasil. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 23, p.49-56, 1º semestre de 1987, p. 49-56.

_____. Le peuplement et la population du Parana. **Annales de Démographie Historique**. p. 81-102, 1987.

_____. Frédéric Mauro e o curso de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. **Revista Arquivos do Centro Calouste Gulbenkian**. Mélanges Offerts à Frédéric Mauro. Vol. XXXIV, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. Lisboa, Paris. 1995. p. 47-54.

BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Um Mazzolino de Fiori** : vol. II. Curitiba: Imprensa Oficial: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003. p. 251-254.

BARROS, José D'Assumpção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História** – t. LII, 2021.

BARTHELMESS, Uso da Terra no Estado do Paraná em 1920. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba. v. IX, 1967. p. 50-55.

BELCHIOR, L. H. et. al (org.). **Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da História e História da Historiografia: diálogos Brasil-Alemanha**. Ouro Preto: EDUFOP, 2013.

BELTRAMI, Rafael. C. de C. **Da Poesia na Ciência – Fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, uma história de suas ideias**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

BENTHIEN, R. Sobre ensino e pesquisa. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 41, n. 86, p. 223-232, 2021.

BENTIVOGLIO, J. (Org.). **As Revistas de História e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Editora Mil Fontes, Vitória, 2017.

Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Curitiba. Instituto Memória, v. 61, 2010. 71-85.

BERTOTTI, Rudimar Gomes; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Implantação da disciplina Estudo de Problemas Brasileiros na UFPR (1968-1975). **Linhas Críticas**, Brasília, jan./dez., v. 25, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc.v25.2019.23069>. Acesso mar. 2026.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983, p. 112-121.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 2003. p. 122-155. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39).

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

_____. **Homo Academicus**. Santa Catarina: Ed. UFSC, 2011. (Coll. Le Sens Commun). (Edição francesa: Homo Academicus. Paris, Éditions de Minuit, 1984).

_____. **O poder simbólico** Lisboa: Difel, 1989; BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BRAUDEL, Fernand. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Paris: Armand Colin, 1949.

_____. História e Ciências Sociais. Lisboa, Editorial Presença, 1972. 280 apud. WESTPHALEN, Cecília M. **Estudos sociais a partir da longa duração**. Curitiba. p. 13.

BRASIL. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 nov. 1968.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo, ed. Universidade Estadual Paulista, 1991.

CALMON, Pedro. **A vida de D. Pedro II: o rei filósofo: Edição Comemorativa do Sesquicentenário de seu nascimento**. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro. 1975, 316f.

_____. Saudação a Cecília Maria Westphalen. Discurso no IHGB, em 26 de outubro de 1983. **Revista do IHGB**, Brasília/Rio de Janeiro, n. 343, p. 103, abr./jun. 1984.

CAMARGO, João Borba. **História do Paraná: 1500-1889**. Maringá: Bertoni, 2004.

Campanha da Memória da Anpuh-PR. Disponível em: <https://pr.anpuh.org.br/index.php/component/k2/item/6287-campanha-da-memoria-da-anpuh-pr>. Acesso em dez. 2025.

CAMPOS, Nívio de; SAPIRO, Gisèle. Um diálogo: entrevista com Gisèle Sapiro. **Praxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 17, e20975, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/20975/209209216965>. Acesso em ago. 2025.

CAPELATO, Maria. H.; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera. L. A. Escola uspiana de história. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 22, set./dez. 1994.

CARBONELL, Charles. O. **Historiografia**. Lisboa: Teorema, 1987.

CARDOSO, Alcina Maria de Lara. **Indústria de torrefação e moagem de café e consumo interno no Brasil. 1940-1970**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1976.

CARDOSO, Jayme Antunes. A Comarca e os ideais de emancipação. **Boletim do Departamento de História**. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Curitiba. n.19, p. 41-53, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. **Dependência y desarrollo en América Latina**. México, Siglo Veintiuno, 3ª edição, 1971.

CARNEIRO, Cíntia Braga. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná**. Curitiba: SAMP, 2013.

CARNEIRO, David. Romário Martins. Como eu o compreendi. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. IV, p. 34-49, 1950.

_____. **A História da História do Paraná**. Curitiba: Secção de Artes Gráficas da Escola Técnica, 1952.

_____. Apresentação. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II - 1825/1975. Curitiba, A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXVII, 1975.

CARNEIRO, Newton. Cronistas-viajantes no Paraná, ao tempo da Independência. **Boletim do Departamento de História**. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Curitiba. n.19, p. 71-81, 1972.

CAROLLO, Cassiana L. A Semana de 22 e a Literatura do Paraná. **Boletim do Departamento de História**. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Curitiba. n.19, p.83-90. 1972.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CATROGA, F.J.A. **Memória e ritualizações da história: o comemoracionismo português (séculos XIX-XX)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2000.

CERRI, Luís Fernando. “Ensino de História e Nação na propaganda do ‘milagre econômico’.” In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 22, nº 43, p.195-224, 2002.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CEZAR, Temístocles. Geração e/ou gerações? **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 13, n. 34, p. 11-15, set.-dez. 2020. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1788/910>. Acesso em jan. 2022.

CHAUNU, Pierre. **Histoire, science sociale: la durée, l'espace et l'homme**. Historiens et Géographes, Février, 1974. p. 62.

CLARA, Livia Maria Orsati. As mulheres, os métodos e a profissionalização da História. In: **O discurso dos métodos na profissionalização da História no Brasil (1950-1960)**. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade do Estado de São Paulo. p. 121-151.

Constituições do Paraná: (1891); (1892); (1927); (1935); (1947); (1967); (1989). Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Constituicoes-do-Parana>. Acesso em: out. de 2023.

COPPES Jr., Gerson Ribeiro. “**Um problema histórico-geográfico**”: **Emergências de um saber geográfico no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Uma geografia para e das bandeiras. (1894-1954)**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2021.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2012.

_____. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

CÓRDOVA, Maria Julieta Weber. **Tingüís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

_____. **W. Bento, Brasil e David: o discurso regional de formação social e histórica paranaense**. Editora: Universidade Federal do Paraná (UFPR). 2016.

_____. Intelectualidade, Escrita da História e Política no Paraná. **Anais eletrônicos – XVI Encontro Regional de História – Tempos de transição**. 2018.

CORTESÃO, Jaime. In: DIAS, Carlos Malheiro (dir.). **História da Colonização Portuguesa do Brasil**. Porto: Sociedade Editora “A Renascença Portuguesa”, 1922.

_____. **A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1922.

_____. **Le Traité de Tordesillas et la Découverte de l'Amérique**. Paris: Ernest Leroux, 1926.

_____. **Os Factores Democráticos na Formação de Portugal**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1930.

_____. **História da expansão portuguesa no mundo**. 5ª parte. Volume III. Editorial Ática. Lisboa. 1940. 62 f.

_____. **Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses. A geografia e a economia da Restauração.** Cadernos da Seara Nova. Seção de Estudos Históricos. Comunicações apresentadas ao Congresso do Mundo Português - 1940. Composto e impresso na Gráfica Lisbonense. Lisboa. Seara Nova. 1940. 81 p.

COSTA, Aryana. **De um Curso d'Água a Outro: memória e disciplinarização do saber Histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

_____. Um regime de transição: o papel do IHGSP no curso de história da Universidade de São Paulo (1934). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 67, p. 530-548, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/78097/76449>. Acesso jan. 2026.

_____. A Escola Uspiana de História: panorama das contribuições da história da historiografia para um tema clássico. **Revista Brasileira de História**, n.40, v. 85, set. dez. 2020. p. 121-145. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/9J3HryV4VL9jcvnWjCJvhZ/F/?lang=pt>. Acesso jan. 2026.

COSTA, H.; ROIZ, Diogo. da S. (Orgs.). **À margem do(s) cânone (s): pensamento social e interpretações do Brasil.** Curitiba: Ed. UFPR, 2013, p. 69-95.

COSTA, Odah Regina Guimarães; LOURES, Rachel Costa da Rocha. Arquivo da Paróquia de São José dos Pinhais. **Separata dos Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História.** Campinas, p. 364-420, 1971.

COSTA, Odah Regina Guimarães; BONI DE, Maria Ignês Mancini. Arquivo da Paróquia de Campo Largo da Piedade. **Boletim da Universidade Federal do Paraná.** Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. n. 17. Curitiba. 1972.

COSTA, Odah R. G. **O preço de terras na Colônia Içara (1939-1968).** Dissertação de Mestrado. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Curso de Pós-Graduação. Universidade Federal do Paraná. 1974. 161f.

_____. **A Reforma Agrária no Paraná.** Tese para Professor Titular de História Contemporânea. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1977. 219f.

_____. **Ação empresarial do Barão do Serro Azul.** Curitiba: GRAFIPAR, 1981.

_____. **60 anos da caminhada da Arquidiocese de Curitiba 1926-1986.** Fundação Cultural de Curitiba. 1986.

Currículo Vitae Altiva Pilatti Balhana. Arquivo Público do Paraná. Sala Cecília Maria Westphalen e Altiva Pilatti Balhana. 129f. Biblioteca de Apoio. Caixa 22, Pacote I015.

DAUMARD, A., BALHANA, A., WESTPHALEN, C., GRAF, M. **História social do Brasil: teoria e metodologia.** Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1984.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. Assim também se escrevia a história no pós-Segunda Guerra Mundial. Reflexões sobre a historiografia de Pierre Vilar. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 35, n. 69, p. 787-824, set/dez, 2019. p. 807.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história do oeste catarinense. **Cadernos do CEOM** - Ano 19, n. 23 - CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina. 266-343.

DEFFONTAINES, Pierre. O que é Geografia Humana. **Boletim do Conselho Nacional de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 3, p. 13-17, 1943.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**. Uma Impressão Freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIAS, Aline de Souza. **As populações indígenas nos trabalhos da Revista do IHGB (1839-1880)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás. 2024. 158 f.

DIAS, M. Os estudos etnográficos nas páginas do Boletim do Instituto Histórico e Geographico Paranaense (1918-1925). **Revista Escripturas**, Petrolina, v. 3, n. 1, p. 137-150, 2019.

DIAS BOGO, Meg M. M. O "Diário do Paraná" (1945-1947): Reflexões a partir da história da leitura da imprensa periódica. **Anais do 32 Simpósio Nacional de História - Anpuh Nacional**. São Luís. Maranhão. 16 a 21 de julho de 2023.

DIAS, M. **O Boletim do Instituto Histórico e Geographico Paranaense e a escrita da história entre 1918-1925**. Dissertação (Mestrado em História). UNICENTRO, Irati, 2016.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira. Do IHGB aos anos 1930**, Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

Discurso pronunciado por sua excelência o senhor Ministro Clóvis Salgado da Gama em 17 de outubro de 1958, por ocasião da inauguração dos edifícios da reitoria, da Faculdade de Filosofia e do Auditório da Universidade do Paraná. **Anuário da Universidade do Paraná**. Curitiba. p. 23-25, 1958-1959.

Discurso pronunciado pelo magnífico reitor Prof. Flávio Suplicy de Lacerda em 17 de outubro de 1958, por ocasião da inauguração dos edifícios da reitoria, da faculdade de filosofia e do auditório da Universidade do Paraná. **Anuário da Universidade do Paraná**. Curitiba. p. 25-27, 1958-1959.

DOMINGOS, Manuel. A trajetória do CNPq. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 19-40, jul./dez. 2004.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à Nova História**. São Paulo: Ensaio, 1992.

_____. **El arte de la biografía**. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2007.

_____. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 123.

DYSARZ, Carmen Virgínia Pereira. **As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972 e suas possibilidades pedagógicas**.

ERBERELI JÚNIOR, Otávio. A Geografia na escrita da História de Alice Piffer Canabrava (1935-1951). **Anais XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN, 22 a 26 de julho de 2013.

_____. *A escrita da história entre dois mundos: uma análise da produção de Alice Piffer Canabrava (1935-1961)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014.

ERICHSEN, Nestor. Romário Martins. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba, Gráfica da Editora Guaíra Ltda., fasc. 3-4. p. 11-14. 1950.

ERVEN, Herbert Munhoz van. **Julia Wanderley - uma vida que igualou o seu destino**. Edição do Autor. Curitiba. 1945.

ETGES, Virgínia. *Geografia agrária: a contribuição de Leo Waibel*. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Acesso em: 03 nov. 2023.

FAGUNDES, Bruno. F. L. **O auge da história: história do curso de história da UFPR**. São Paulo: Letra & Voz, 2019.

_____. História, Historiadores e Identidade Profissional: sobre a história do curso de História da UFPR. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, p. 295-315, jul-dez, 2014.

FALCON, Francisco. A identidade do historiador. **Estudos Históricos**, v. 9, n.17, p. 7-30, 1996.

FEBVRE, Lucien. **Combats pour l'histoire**. Paris : Armand Colin Éditeur, 1992.

FAVERO, M. de L. A. Da Cátedra Universitária ao Departamento: subsídios para discussão. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 23, 2000, Caxambu-MG. Anais... Caxambu, p. 1-15, 2000. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF>. Acesso em set. 2025.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2ª ed. 1972.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005. p. 264.

FERNANDES, José Loureiro. Romário Martins. O fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba, v. IV, fasc. 1, p. 17-33, 1950.

_____. Professor Aluizio França - o consolidador do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba, v. XII, 41-62, 1971.

FERNANDES, José Loureiro; NUNES, Marília Duarte. **Oitenta anos de vida do museu paranaense (1876-1956)**. Curitiba. 1956.

FERNANDES, José Loureiro; BLASI, Oldemar. *As jazidas arqueológicas do Planalto Paranaense. Nota prévia sobre a jazida do Estirão Comprido*. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. VI (fasc. 3-4), p. 67-80, jan./jun., 1956.

_____. Opinião de Loureiro Fernandes, o primeiro que leu. In: MOREIRA, Júlio. Eleodoro Ébano Pereira e a Fundação de Curitiba à luz de novos documentos. Comemorativo ao sesquicentenário da Independência do Brasil. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, UFPR, Vol. XVI. 1972.

FERRARINI, Sebastião. **Círculo de Estudos Bandeirantes**. Curitiba. Champagnat, 2011.

FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870- 1940)**. São Paulo: UNESP, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Perfis e trajetórias dos professores universitários do curso de história no Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, A. J. B. (org.). **A universidade e lugares de memória**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, p. 250-260. p. 72-73

_____. **História como ofício: a constituição de um campo disciplinar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

_____. O ensino da História, a formação de professores e a Pós-Graduação. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 21-49, dez. 2016.

_____. **Universidade e Ensino de História**. FGV, Rio de Janeiro, 2021.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A História no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica**. Ouro Preto: UFOP.1992.

FICO, Carlos. **A História no Brasil (1980-1989): série de dados**. Editora UFOP: Ouro Preto, MG. 1994 (Publicações CNRH: Série José Honório Rodrigues) v. 2;

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Panorama da historiografia brasileira contemporânea (1930-1980). In: BAUER, Caroline Silveira [et alii]; ABRAÃO, Janete Silveira [coord.]. **Brasil: interpretações & perspectivas**. 1 ed. São Paulo: Marcial Pons; Instituto Universidade de Alcalá, p. 15-37, 2016.

FREIRE, Diogo. O passado da história: notas sobre o debate da história da historiografia brasileira na década de 1970. **Canoa do Tempo**, UFAM, v. 10, p. 30-51, 2018.

FREIXO, A. de L. Um 'arquiteto' da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 62, p. 143-172, 2011.

FURET, François. Le quantitatif en histoire. In: **Faire de l'histoire**, org. GOFF, Jacques; NORA, Pierre. Paris, Gallimard, 1974, v. 1. p. 226.

FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A.N. e SINGH, S. P. (org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Forense, 1969.

_____. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Saga s/a, 3ª ed. 1968;

_____. **Formação econômica da América Latina**. Rio de Janeiro, Lia Editora s/a. 1969.

GARCIA, José Manoel. **O essencial sobre Jaime Cortesão**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, INCM, Lisboa. 1987. 62 p.

GEMINIANO, Wagner. **A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: Geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. 2018, 437f.

Gente Nossa, Coisa Nossa. David Carneiro, Júlio Moreira e Pinheiro Machado. Coleção Banestado 61 anos. Curitiba. Disponível em: https://www.museuparanaense.pr.gov.br/sites/mupa/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/davidcarneirojuliomoreirapinehiromachado.pdf. Acesso set. 2025.

GLEZER, Raquel. **Do passado para o futuro**. Edição Comemorativa dos 50 anos da Anpuh. Editora Contexto. São Paulo, 2011.

GODINHO, Victorino. **A historiografia contemporânea. Orientações e problemas**. Lisboa. Separata Revista da Faculdade de Letras. Tomo VIII, n. 1-2. 1942.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio.... **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 62-77, 1993.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores. A política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 43-63.

_____. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 489 p.

GOMES, Gilvana de Fátima Figueiredo. *A Divulgação: (re)leituras do Paraná e periodismo social/feminino (1947-1965)*. 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2017.

GONTIJO, Rebeca. *A história da historiografia, 1940-1970: apontamentos sobre sua escrita. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH*. São Paulo: ANPUH, 2011.

_____. A “hora da autocrítica”: diagnósticos sobre a historiografia e a formação do historiador no Brasil anos 1960-1970. *Revista de História*, n. 183, a10323, p. 1-34, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/216011>. Acesso mar. 2026.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6.ed. São Paulo : Expressão Popular : Perseu Abramo, 2016. [1ª edição 1978].

GRAF, Márcia Elisa. RESENHA. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Coord. *Dicionário da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa. Editorial Verbo, 1994. *Revista da SBPH*, Curitiba, n. 10, p. 98, 1995.

GRAF, Márcia E. de C. *A imprensa periódica e escravidão no Paraná*. Curitiba: Grafipar; Secretaria de Estado de Cultura e Educação do Paraná. 1981

GUEDES, Caroline Coleti. *Fabricando um “Centro de Excelência”: investigações acerca dos cursos de pós-graduação em história da UFPR (1972-1982)*. Monografia em História. UFPR. 2021.

GUEDES, Caroline Coleti.; MARONEZI, Ana Karla; BENTHIEN, Rafael Faraco. *Caderno de Atas n. 1 (2/12/1964-10/04/1972)*. Departamento de História - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

_____. *Caderno de Atas n. 2 (1974-1978)*. Departamento de História - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

_____. *Caderno de Atas n.3 (04/12/1974 - 12/10/1978)*. 1a edição. Departamento de História – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2020.

_____. *Caderno de Atas n.4 (31/10/1978 - 18/12/1981)*. 1a edição. Departamento de História – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2020.

_____. *Caderno de Atas n.5 (1982-1984)*. 1a edição. Departamento de História – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2020.

_____. *Caderno de Atas n.6 (1984-1987)*. 1a edição. Departamento de História – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2020.

_____. *Caderno de Atas n.7 (1987-1991)*. 1a edição. Departamento de História – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2020.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB**, n. 388, jul./set., 1995.

_____. A primeira República e as representações de D. Pedro II. In: CARDOSO, Helena P; MACHADO, Maria C. T. (org.). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 143-159.

_____. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

_____. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, L. M. B. P. das. et. al. (Orgs.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

_____. Os funerais de Dom Pedro II e o imaginário republicano. In: SOIHET, Rachel et. al. **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p.69-82.

GUIMARÃES, Manoel L. L. S. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.

_____. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, jan./jun, p. 31-47, 2005.

_____. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

HANICZ, Teodoro. Modernidade, Religião e Cultura. O Círculo de Estudos Bandeirantes e a Restauração do Catolicismo em Curitiba (1929-1959). Doutorado em Ciências a Religião. PUC. São Paulo. 2006.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica. 2013.

_____. **Crer em História**. Autêntica, Belo Horizonte, 2017.

HELM, Cecília. **A integração do índio na estrutura agrária do Paraná: o caso Kaingáng**. Tese Livre-Docente, UFPR. Curitiba, 1974, 226 p.

_____. Kaingang, Guarani e Xetá na Historiografia Paranaense. GT História Indígena e do Indigenismo. **Trabalho apresentado na XIX Reunião Anual da ANPOCS**. Caxambu, 17-21 de outubro de 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo. Difusão Europeia do Livro, 1967, v. 4.

_____. O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy. **Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas**. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 583-612.

HOBBSBAWM, Eric. Introdução. A invenção das tradições. In: HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravidão no Brasil meridional**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

JANOTTI, Maria. Lourdes. Historiografia, Uma Questão Regional? In: SILVA, Marcos (org.) **República em migalhas: História regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990, p.91-101.

JUNIOR, Carlos Lima; Schwarcz, Lília Moritz; Stumpf, Lúcia Klück (5 de agosto de 2022). O "imperador defunto": os 150 anos da Independência durante os anos de chumbo da ditadura militar. **O sequestro da Independência. Uma história da construção do mito do Sete de Setembro**. São Paulo: Companhia das Letras.

KARVAT, Erivan; SOCHODOLAK, Hélio; CAMPIGOTO, José; ADUM, Sonia. A historiografia paranaense. In: GLEZER, Raquel. **Do passado para o futuro**. Edição Comemorativa dos 50 anos da Anpuh. Editora Contexto. São Paulo, 2011. p. 213-231.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. José Loureiro Fernandes, um intelectual na “Província”. **Revista Arqueologia**, Número especial, Curitiba, v. 3, p. 147-154, 2005.

KODAMA, K. **Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009, 336 p. História e saúde collection.

_____. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 5, n. 2, maio-ago., p. 253-272, 2010.

KOSELLECK, R. **Futuro passado: a construção semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro. Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006.

KROETZ, Lando Rogério. **As Estradas de Ferro de Santa Catarina: 1910-1960**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1976. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/tese/366>. Acesso em mar. 2026.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Alguns problemas da atual historiografia brasileira**. 1972. p.33.

LEAL, Letícia. **A construção da História Demográfica na historiografia paranaense: a historiadora Altiva Pilatti Balhana**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, 2017.

LEÃO, Ermelino de. Os factores da Independência nascidos em terras paranaenses. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 de nov. 1922.

_____. **Contribuições Históricas e Geográficas para o Dicionário do Paraná**. Impresso nas oficinas da Empresa Graphica Paranaense de Plácido e Silva & CIA, LTDA. 1926.

LE GOFF, Jacques. Documento Monumento. In: LE GOFF. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LINHARES, Temístocles. **História econômica do Mate**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.(Coleção Documentos Brasileiros).

LIRA, Larissa Alves de. Pierre Monbeig e a geo-história do Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.26, n.2, abr.-jun., p.649-656, 2019.

_____. **Pierre Monbeig e a Formação da geografia no Brasil (1925-1956): Uma geo-história dos saberes**, São Paulo: Alameda, 2021.

LUCA, Tânia. R. História do, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

_____. A Revista do Brasil (1916-1944): notas de pesquisa. In: FERREIRA, Antônio. C. et. al. (Orgs.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: Unesp / Anpuh, 2008. p. 117-127.

MACEDO, Heitor Borges de. Recepção aos novos sócios do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense em 24-5-1969. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XI, p. 27-31, [1969] 1970.

MACEDO, José Pereira. Ensinar foi o seu destino. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. VI (fasc. 3-4), jan./jun, p. 3-24, 1956.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Anuário da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Paraná**. Anuário 1940-1941. Curitiba, p. 11-17, 1942.

MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva. Contribuição ao Estudo da História Agrária do Paraná. Curitiba. **Boletim da Universidade do Paraná**, dept. de História, n. 3, 1963, 50p.

MACHADO, Brasil Pinheiro. O estudo da história regional (uma nota prévia). **História: Questões & Debates**. Curitiba. dez. p. 103-108, 1981.

_____. A historiografia de Romário Martins na sua "História do Paraná". **Anais do Colóquio de Estudos Regionais, comemorativo do I Centenário de Romário Martins**. Boletim n. 21. Curitiba. p. 43-55, 1974.

MACHADO, D. V. **O percurso intelectual de uma personalidade curitibana: David Carneiro**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

_____. A comemoração de uma memória: o cinquentenário do Cerco da Lapa/PR (1894-1944). **Revista Patrimônio e Memória**, Assis, v. 8, n.2, p.111-127, jul.-dez., 2012.

MACHADO, D. V.; ARAUJO, R. G. de. Por que negar a evidente necessidade da memória? Os projetos de escrita de David Carneiro e Valêncio Xavier. In: TRINDADE, A. D.; COSTA, H.; ROIZ, D. da S. (Orgs.). **À margem do(s) cânone (s): pensamento social e interpretações do Brasil**. Curitiba: Ed. UFPR, 2013, p. 69-95.

_____. **Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Assis, 2016.

_____. “Modo de ser historiadora: Cecília Westphalen no campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX.” **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 9, n. 22, 134-151, 2016b.

_____. Perfis de engajamento: a ANPUH e a SBPH, 1977-1981. **XV Encontro Regional de História. 26 A 29 de julho de 2016**. UFPR. Curitiba. p. 1-14.

_____. Cecília Westphalen. In: ROIZ, D. et. al. (Orgs.) **As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história I**. Pioneiras nos estudos históricos Brasileiros. Campinas: Mercado das Letras, 1ª ed., 2021.

MACHADO, Paulo Pinheiro et. al. **O Lugar do Contestado na História do Brasil**. Vitória: Editora Milfontes, 2022.

MANHANI, Luís Roberto. **O discurso sobre o negro na historiografia e a etnografia do IHGB (1839-1925)**. Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. 152 p.

MARACH, Caroline Marach, **Discursos e linguagens na Revista do Clube Curitibano (1890-1912)**. Tese (Doutorado em História), UFPR: Curitiba, 2013.

MARCHETTE, T. D. **A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia do Paraná no território acadêmico; 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico**. 2013. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2013.

MARCHI et al. Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 133-141, set. 1992/ago. 1993.

MARCHI, E. et. al. Perfis historiográficos: o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e sua produção científica (1959-1989). **Boletim do Departamento de História**, n. 32, ago. p. 79, 1995.

MARCHI, Euclides. Relendo nossos mestres. **Ciências Humanas**, Curitiba, n. 4, p. 37-53, 1995.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **La ville de São Paulo: peuplement et population (1750-1850)**. 1968. Thèse (Doctorat en Histoire) – Université de Paris, Paris, 1968.

MARCILIO, Luisa Maria; FLEURY, Michel; HENRI, Louis. La ville de São Paulo: peuplement et population (1750-1850), d'après les registres provinciaux et les recensements anciens [note critique]. *Annales de l'École pratique des hautes études*. Année 1968. p. 647-651.

MARROU, Henri-Irénée. Le Métier d'historien. In: **L'Histoire et ses méthodes**. Encyclopédie de la Pléiade. Paris, 1961.

MARTINIÈRE, Guy. **Frédéric Mauro, Historien**. Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995, v. 34. p.3-5.

_____. Notice **Biographique de Frédéric Mauro**. Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian. 1995, v. 34. p. 7-10.

MARTINS, Romário. **Terra e gente do Paraná**. Ed. 1944. p.91.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil Diferente: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná**. São Paulo: Anhembi, 1955.

MARTIUS, Karl Friederich Phillipe von. “Como se deve escrever a história no Brasil”. **Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1865, t. 6, 2 ed., pp. 389-441. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Livro de fontes de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 61-91.

MAURO, Frédéric. **Nova História e Novo Mundo**. Perspectiva, São Paulo, 3 ed. 1973.

MENDES, Fernanda Coelho. **O Templo da História Pátria. O IHGB em tempos de ditadura (1964-1985)** Editora Telha. Coleção Memórias e Histórias. 2024

MENDES et. al. **Um século de Cultura: História do Centro de Letras do Paraná 1912-2012**. Curitiba: Núcleo de Mídia e Conhecimento/Estúdio Texto, 2013.

MIO, João do. Centenário da elevação da Província do Paraná - 1853/1953. Contribuição do imigrante italiano para o progresso do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. VI (fasc. 3-4), p. 48-60, jan./jun. 1956.

MONTEIRO, J. M. Os guarani e a História do Brasil Meridional, séculos XVI-XVII. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. (org.). **História dos índios no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 475-498.

MORAIS, Fabrício de Sousa. **Para quem (não) foi o sesquicentenário da Independência?** Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/blog-das-independencias/item/7575-para-quem-nao-foi-o-sesquicentenario-da-independencia>. Acesso dez. 2025. Do mesmo autor, Pátria nossa a cada dia: o sesquicentenário da independência e a construção da nação (2022).

MOREIRA, Júlio E. Paula Gomes - O pregoeiro indômito da autonomia do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. VI (fasc. 3-4), p. 61-66., jan./jun. 1956.

_____. Posse dos novos consócios do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, realizada em sessão solene do dia 24 de maio de 1968. p. 109.

_____. **Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba: à luz de novos documentos**. Ed. imprensa da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1972.

MOTA, Lúcio T. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná(1769-1924)**. Maringá: EDUEM, 1994.

_____. **A construção do “vazio demográfico” e a retirada da presença indígena da história social do Paraná**. In: Presença e Resistência Kaingang no Paraná, Mestrado em História, PUC-São Paulo. Dissertação de Mestrado. 1992.

MOTTA, Márcia M. M. História Agrária no Brasil: Um debate com a historiografia. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro e Ciências Sociais**, Coimbra. 16,17 e 18 de setembro. 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.

Moysés Lupion. **História biográfica da república no Paraná**, de David Carneiro e Túlio Vargas, 1994. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Moyses-Lupion>. Acesso em ago. 2025.

MULLER, Valderéz S. O Instituto no Centenário. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Volume V, Fasc. 1 e 2, Curitiba. 1953. p. 1-2.

_____. Registro para a história da sede social própria. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Fasc. 1-2, 1953, p. 67.

_____. Aspectos tradicionais da festa do divino no Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. VI (fasc. 3-4), jan./jun. 1956. p.37-47.

MUNHOZ, Bento Munhoz da Rocha. **Presença do Brasil**. Coleção Documentos Brasileiros (dirigida por Octávio Tarquínio de Sousa). Livraria José Olympio: Rio de Janeiro. 1960.

Museu do Índio: 30 anos 1953-1983. Edição Comemorativa. Rio de Janeiro, 1983.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, B. C. **Revista de História: trajetórias historiográficas na Universidade de São Paulo**. Serra: Editora Milfontes, 2018.

NEGRÃO, Francisco. **Fundação da Vila de Curityba - 1668 a 1721**. Genealogia Paranaense, vol. 1º, 1926.

_____. **Genealogia Paranaense**. 2 o . Volume. Curitiba, Impressora Paranaense, 1927.

NEUNDORF, Alexandro. **Intelectualidade, Fronteiras e Identidade: O Paraná no início do século XX**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2009. 192f.

NICOLAZZI, F. A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 53, p. 229-257, jul./dez. 2010.

_____. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **História Hoje**, ANPUH, n. 8, v. 15, 203-222, 2019.

_____. O que são "usos políticos do passado". **Entrevista**. 30 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/o-que-sao-usos-politicos-do-passado/>. Acesso em mar. 2026.

NOIRIEL, G. Naissance du métier d'historien. **Genèses**, Paris, n. 1, p. 58-85, set., 1990.

_____. Métier/communauté. In: DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P.; OFFENSTADT, N. (Orgs.). **Historiographies: concepts et débats I**. Paris: Gallimard (Folio histoire), 2010, p. 518-528. 1v.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História : **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: set. 2025.

NUNES, Marília Duarte. Evocando um Centenário. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, p. 25-35, 1956.

OHARA, João R. Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980- 1990). Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017. 151 f.

OLINTO, Beatriz. **Pontes e Muralhas**. Diferença, Lepre e Tragédia no Paraná no início do século XX, 2ª ed. Guarapuava: Unicentro, 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. As festas que a República manda guardar. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.

OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

ORSATI, Livia Maria. As mulheres, os métodos e a profissionalização da História. In: **O discurso dos métodos na profissionalização da História no Brasil (1950-1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de São Paulo. p. 121-151.

PELLIZZETTI, Beatriz. Os papéis de Giovanni Rossi no Arquivo Ermembergo Pellizzetti. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Departamento de História (Arquivos para a história do Brasil Meridional), n. 14, p. 1-50, 1971.

_____. Fontes primárias para a História de Santa Catarina. Os papeis do fundador da colônia Cecília no Arquivo Ermembergo Pellizzetti (1873-1947). In: **Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**, 6, São Paulo, 1971. Anais. São Paulo, p. 97-152, 1973.

_____. **O Banco de Crédito Popular e Agrícola de Bella Alliança na Conjuntura da Emancipação Municipal de Rio do Sul**. Dissertação de Mestrado. (História Econômica do Brasil). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, nov. de 1974.

_____. **Contribuição do pioneirismo italiano no Vale do Itajaí. Estudo de Caso. Ermembergo Pellizzetti pioneiro e líder.** Universidade Federal do Paraná. Tese de Livre Docência. 1975.

_____. **Pioneirismo italiano no Brasil Meridional. Estudo de Caso.** Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. 1981. 336 p., ilus. 23 cm. Estante Paranista 13.

_____. De uma Utopia do “Fin de Siècle” a um testamento ideológico legado ao Paraná (do Brasil) para o século XX. **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian.** Centro Cultural Calouste Gulbenkian. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, Paris. 1995, v. 34. p. 667-689.

_____. **Reflexões sobre uma utopia do século XIX como testamento ideológico para a “terra de todas as gentes” no século XX. Baseado nos escritos de 1895 do anarquista italiano Giovanni Rossi (Cárdias).** Curitiba. Secretaria do Estado da Cultura, 1999. 296 p.

_____. **L’ideologia e la creatività dell’immigrazione europea in Brasile “Dalla seconda metà del secolo XIX alla seconda metà del secolo XX”.** 2ª Edição Modificada. Rio do Sul. Edizione dell’Autrice. 2014.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru: Edusc, 2005.

_____. As mulheres, o poder, a história. In: PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista.** São Paulo, Brasiliense, 1983.

PEREIRA, Luís F. L. **Paranismo: o Paraná inventado - cultura e imaginário no Paraná da I República.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

PILOTTO, Osvaldo. Sinopse Histórica do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, 1963, v. VIII, fasc. 1-2-3, p.5-6.

_____. Gabriel de Lara. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XII. p. 25-29, [1970] 1971.

_____. **Cem ano de Imprensa no Paraná 1854-1954.** Edição do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba. 1976.

PILOTO, Valfrido. **Reforma Agrária: uma etapa de justiça social.** 1961. Biblioteca do Centro de Estudos Bandeirantes. Curitiba.

PRADO JR., Caio. **A Questão Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. p. 59-74. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-06.pdf>. Acesso jan. 2026.

Projeto Político Pedagógico - Curso Licenciatura em História da Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <https://graduacao.uel.br/historia/projeto-pedagogico-ppc/>. Acesso em: nov. de 2025

Relação dos professores que exerceram suas atividades no departamento de história/UFPR, 1959-2009. Relato Histórico. **Revista História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 317-319, jan./jun. 2009.

Pinheiro Machado, David Carneiro, Julio Moreira. Os historiadores III. Coleção Gente Nossa Coisa Nossa. 1987.

Registro bibliográfico. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.** 75 Aniversário da Fundação 24/05/1900-24/05/1975. Curitiba. A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXV. 1975. p.151.

Revista Logos. Órgão do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná. Ano III. 1º Semestre de 1948. N. 7.

Revista Logos. Órgão do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná. Ano V. 1º Semestre de 1950. N. 11.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil - A História do Levante dos Malês (1835).** São Paulo, Brasiliense, 1986.

Relação de Professores que atuaram no Dehis no período de 1959-1989. **Boletim do Departamento de História. Universidade Federal do Paraná.** Curitiba. n. 32. ago. 1995, p. 79.

Relação dos professores que exerceram suas atividades no departamento de história/UFPR, 1959-2009. Relato Histórico. **Revista História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 317-319, jan./jun. 2009.

RIBEIRO, David William A. **Cartografia das relações. As condições da produção intelectual e os percursos da escrita histórica de Jaime Cortesão no Brasil (1940-1957).** Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, 2015. 260 f.

RIBEIRO, David William Aparecido. Uma exposição para o IV Centenário de São Paulo: um historiador português narra a “história bandeirante”. Estudos de Cultura Material. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, vol. 26, p. 1-65. 2018.

RIBEIRO, João. **História do Brasil.** 2a ed. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1901.

RIBEIRO, Maria Alice. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. **História Econômica & História de Empresas** II. 2, p. 7-40, 1999.

RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis. **Intelectuais e Estado.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

RITTER, Marina Lourdes. Caminhos para a história do Paraná: Brasil Pinheiro Machado e o modelo das formações das comunidades. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.73, p.55-89, 1980.

_____. **As sesmarias do Paraná no século XVIII**. Curitiba: Lítero- Técnica, 1980.

ROCHA NETO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil**. Coleção Documentos Brasileiros (dirigida por Octávio Tarquínio de Sousa). Livraria José Olympio: Rio de Janeiro. 1960.

RODRIGUES, Helenice. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, pp 425-438. 2002.

RODRIGUES, José Damião. **Frédéric Mauro**. In: Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real ao fim do Estado Novo.

ROSEVICS, Larissa. **O Instituto Histórico e Geographico Paranaense e a construção de um imaginário regional**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

ROIZ, D. da S. **Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)**. Curitiba: Appris, 2012, p. 44-58.

_____. A escrita e o ofício da história no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná (1938-1948). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 19, p.1-24, 2019.

ROIZ, Diogo da S. A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (1938-1971). **Diálogos**, n. 24, v. 3, p.305-330, 2020.

ROIZ, Diogo; GONTIJO, Rebeca; ZIMMERMANN, Tânia. (Orgs.) **As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história I. Pioneiras nos estudos históricos brasileiros**. Campinas: Mercado das Letras, 1ª ed., 2022.

_____. ROIZ, Diogo; GONTIJO, Rebeca; ZIMMERMANN, Tânia. (Orgs.) **As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história II. Uma geração de historiadoras que consolidou os estudos históricos no Brasil**. Campinas: Mercado das Letras, 1ª ed., 2023.

RODRIGUES, Lidianne Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. **História da historiografia**, Ouro Preto. n. 11. abril. p. 85-103, 2013.

RODRIGUES, Mara. C. de M. O papel da universidade no “campo da história”: o curso de Geografia e História da UPA/URGS na década de 1940. **MÉTIS: história e cultura**, v.2, n.2, p. 75-102, jul./dez. 2002.

RODRIGUES, Mara. C. de M. A formação superior em história na UPA/URGS/UFRGS de 1943-1971. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 11, p. 122-139, abr. 2013.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.

ROSEVICS, Larissa. **O Instituto Histórico e Geographico Paranaense e a construção de um imaginário regional**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFPR, Curitiba, 2009.

ROUDINESCO, Elizabeth. O poder do arquivo. In: ROUDINESCO, E. **A análise e o arquivo**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2006.

SANCHES NETO, Miguel (Org.). **Wilson Martins**. n. 8. Curitiba: UFPR, 1997. (Série Paranaenses).

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos Santos. Arquivos da Cidade de Castro. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. n. 16. Curitiba. 1972.

_____. Antonio Vieira dos Santos – ‘O cronista da conjuntura. **Boletim do Departamento de História**. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Curitiba. n.19,p. 59-69, 1972.

_____. **Preço de Escravos na Província do Paraná: 1861-1887. Estudos sobre as escrituras de compra e venda de escravos**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. 1974.

SANTOS, Daniela de Miranda dos. Memória e história: intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na ditadura cívico-militar (1964-1979). **XX Encontro Regional de História. História em Tempos de Crise**. UFTM. Uberaba. 26 a 29 de julho de 2016.

_____. **O IHGB e a ditadura civil-militar brasileira**. Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. 2018. 182 f

SANTOS, Sílvio C. dos (Org.); HELM, Cecília M. V. TEIXEIRA, Sérgio A. **Memória da antropologia no Sul do Brasil**. Florianópolis: Editora da UFSC: ABA, 2006. 208 p.

SANTOS, João Marinho dos; SILVA, José Manuel Azevedo e. **A Historiografia dos Descobrimentos. Através da correspondência entre alguns dos seus vultos**. Imprensa da Universidade. Coimbra. 2004. p. 207.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. **A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2018.

SAPIRO, Gisèle. **Los intelectuales: profesionalización, politización, internacionalización**. Cordoba: Edivim, 2017.

_____. A noção de campo de uma perspectiva transnacional: a teoria da diferenciação social sob o prisma da história global. **Plural**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 233-265, 2019.

_____. **Os intelectuais: autonomização, profissionalização, internacionalização.** Tradução: Nívio de Campos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2025.

SAPIRO, Gisèle.; CAMPOS, Nívio de. Um diálogo: entrevista com Gisèle Sapiro. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, p. 1-15, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.17.2.0975.089>. Acesso mar. 2026.

SCHWARCZ, Lilia K. M. **“Os guardiões da nossa história oficial ”. Os institutos históricos e geográficos brasileiros.** São Paulo: IDESP, 1989.

SCHWARCZ, Lilia K. M. **O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil 1870- 1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Bruna. **Revista História, Questões & Debates: historiografia e problemática regional (1980-1989).** Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati. 2013, 145 f.

_____. **Associações de historiadores no Brasil: a SBPH entre lugares, normas e grupos.** Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2019, 293 f; Campanha da Memória da Anpuh Paraná. Disponível em: <https://pr.anpuh.org.br/index.php/component/k2/item/6287-campanha-da-memoria-da-anpuh-pr>. Acesso em jan. 2026.

SILVA, Leandro Antonio da. **Gestos políticos de memória : construções de D. Pedro II e do Segundo Reinado nas comemorações republicanas (1925-1927).** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Unesp, Franca, 2025 158 p.

SILVA, F. C. P. de. **Aprisionados em páginas: discurso acerca dos indígenas no Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (1918-2010).** Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SHIKIDA, Pery Francisco A.; BACHA, Carlos José C. Notas sobre o modelo schumpeteriano e suas principais correntes de pensamento. **Teoria Evidência Econômica.** Passo Fundo. v.5, n. 10, p. 107-126. 1998.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragments da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas.** Campinas: Papirus, 2002.

SILVA, Marcos A. da, Org. **República em migalhas - História Regional e Local.** São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da; WESTPHALEN, Cecília M.; GRAF, Márcia. **História do Brasil. Colônia-Império-República.** Universidade Portucalense. Departamento de Ciências Sociais. 1991.

_____. Coord. **Dicionário da colonização portuguesa no Brasil.** Lisboa. São Paulo. Editorial Verbo, 1994.

SILVA, Patrícia. H. G. A produção historiográfica em revista: análise da historiografia veiculada nas páginas da Revista de História na década de 1950. In: MARTINS, Estevão. C. de R., MOLLO, Helena. (Orgs.). **Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia**. Mariana: SBTHH, 2016.

SIRINELLI, Jean-François; POTIN, Yann. **Générations historiennes XIXe-XXIe siècle**. Paris: CNRS Éditions, 2019;

SIRINELLI, Jean-François. Génération, générations, Vingtième Siècle. **Revue d'histoire**, n. 98, p. 113-124, 2008/2; _____. A geração. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. **Usos & abusos da história oral** (orgs.). 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 131-137.

_____. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco – Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SMITH, Bonnie. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

SCHMIDT, Benito. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus. 2011. p. 187-225.

_____. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. **História Unisinos**, v.8, n.10, p.131-142, jul; dez.2004.

_____. Biografia e regimes de historicidade. **MÉTIS: história & cultura**, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003.

SOSNOSKI, Thaisy. **Historiografia e memória: Biblioteca do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2013.

SOUZA, Breno. S. L. Escritas da etnografia e da história no I Congresso de História Nacional do IHGB (1914). **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 5, n.2, p. 46-66, 2013.

_____. **Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no início do século XX**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. 2015. 143p.

SOUZA, Fabrício Leal. **Nação e Herói: a trajetória dos intelectuais paranistas**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis. 2002. 126 f.

SOUZA, Marcos Barros de. **Geografia física: balanço da sua produção em eventos científicos no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Geografia Física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2006. p. 67.

STELLFELD, Carlos. Um filho do doutor soares de Meirelles viveu em Curitiba. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. VI (fasc. 3-4), jan./jun. 1956. p. 81-86.

TOURINHO, Luiz Carlos. Apresentação. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 75º Aniversário da Fundação 24/05/1900-24/05/1975. Curitiba. A. M. Cavalcanti & Cia Ltda. Vol. XXV. 1975.

TREVISAN, Edilberto. Livros, autores, coisas. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XXXV, 1979.P. 263-274.

_____. **O Centro Histórico de Curitiba**. Gráfica Vicentina, 1996.

TREVISAN, Ivan Rodrigo. “**Os Generais Ditadores (1964-1985) como Presidentes de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)**”. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2017.

_____. O financiamento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) durante a Ditadura Civil Militar (1964-1985). **Rev. Hist. UEG** - Porangatu, v.6, n.1, p. 136-161, jan./jul. 2017.

TURIN, Rodrigo. A obscura história indígena: o discurso etnográfico no IHGB (1840-1870). In: Manoel L. Salgado Guimarães (Org.). *Historiografia e História Política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 111-132.

_____. A história profunda da nação: conjunções e distensões entre o etnográfico e o histórico (1870-1900). **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/27663>. Acesso em: 21 ago. 2025.

_____. **Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. 270p.

VALLE, Marília Souza do. **Movimento Populacional da Lapa - 1769-1818**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. 1984. Disponível em: Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/tese/367>. Acesso em mar. 2026.

VARNHAGEN, Adolfo de. **História Geral do Brasil**. Tomo I, Madrid: Imprensa de V. Dominguez, 1854.

_____. **História geral do Brasil, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, Natural de Sorocaba**. Madrid, Imprensa de J. Del Rio, 1857.

_____. **História geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, s.d., tomo I e tomo II (1877).

VALENTINI, Jussara. A arquitetura do imigrante polonês na região de Curitiba. Resenha Bibliográfica. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, v. XL, 1983.

VILAR, Pierre. Crítica de Pierre Villar “ao trabalho de Pellizzetti, Beatriz”. Respeitado o texto original, Paris, 11 de dezembro 1982. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba, Vol. XLII, p. 195, 1984. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003069&pagfis=41126>. Acesso jan. 2026.

_____. Notas de Leitura de PELLIZZETTI, Beatriz. Pioneirismo italiano no Brasil meridional; estudo de caso. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1981. 330 p. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 145, 1983. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/issue/view/2054/238>. Acesso em jan. 2026

WACHOWICZ, Ruy C. A imigração e os botocudos (Xokleng) do Taió. **Anais do IV Simpósio dos Professores Universitários de História**. ANPUH. Porto Alegre, setembro de 1967. 1969. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/_1544024482_fe961dce681b66236ae3d4b381372d43.pdf. Acesso em jan. 2026.

_____. Arquivo da Paróquia de Santa Anna da Abranches. Comemorativo ao Centenário da Colônia Abranches. 1873-1973. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. n. 18. Curitiba. 1972.

_____. **Abranches: Um estudo de história demográfica**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1976.

_____. **Tomás Coelho: Uma comunidade camponesa**. Curitiba: Real Artes Gráficas Ltda., 1977.

_____. “L’immigration polonaise au Brésil”. In: WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro Machado; BALHANA, Altiva Pillati. L’immigration au Brésil de la fin du XVIII siècle à nos jours, Paris, CNRS, 1980.

_____. **Universidade do Mate: História da UFPR**. Curitiba, APUFPR, 1983.

WEBER, Regina. Conceitos para pensar as imigrações, velhos e novos. **História, Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 19, n.2, p. 213-224.

WEHLING, Arno. A historiografia em Pedro Calmon. In: **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 147, n. 351, p. 353-361, jul/set, 1999.

WESTPHALEN, Cecília M. **Carlos-Quinto, 1500/1558: seu Império universal**. 1955. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1955.

_____. III Congresso Regional de História e Geografia do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Volume VI, fasc. 3 e 4, Curitiba, Papelaria Requião Ltda. p. 87-94, 1956.

_____. O Porto de Paranaguá no ano de 1826. Estudos de micro-conjuntura. **Boletim da Universidade do Paraná**. Conselho de Pesquisas. Departamento de História. Curitiba. n. 2. p. 1-47, dez. 1962.

_____. Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR, uma experiência no financiamento da Educação. Curitiba: **Conselho Estadual de Educação**, n. 4, p. XXI-LI, jul./dez. 1966.

WESTPHALEN, Cecília; BALHANA, Altiva; MACHADO, Brasil Pinheiro. Nota prévia à ocupação de terra no Paraná Moderno. **Boletim do Departamento de História da UFPR**, n. 7, 1968, Curitiba. p. 1-52.

_____. Navios e Mercadorias no Porto de Paranaguá. **Separata do Boletim n. 10**, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 19-26, 1970.

WESTPHALEN, Maria Cecília; BALHANA, Altiva Pilatti. Projeto de Levantamento de Arquivos. **Separata dos Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. Campinas. 1971.

WESTPHALEN, Cecília M.; BALHANA, Altiva. Projeto de levantamento de arquivo. **Separata dos Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. Campinas, 1971. p. 243-259;

WESTPHALEN, Cecília Maria; MEQUELUSSE, Jair. Estado atual da pesquisa histórica no Brasil (mesa-redonda por ocasião da XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o progresso da ciência (SBPC-ANPUH). **Separata da Revista de História**, n. 88. São Paulo - Brasil, p. 356-368, 1971.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Navios e mercadorias no Porto de Paranaguá, nos meados do século XIX. **Separata dos Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. Campinas. p. 449-460, 1971.

_____. Schiffe und Waren im Hafen von Paranaguá. Herausgegeben von Forschungsinstitut für Sozial-und Wirtschaftsgeschichte an der Universität zu köln - Köln. - **Kölner Vorträge zur Sozial-und Wirtschaftsgeschichte** - Heft 18. p. 3-14, 1971.

_____. **Aula Inaugural Cursos de Pós-Graduação em História**. Universidade Federal do Paraná. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. Curitiba. p. 3-5, 1972.

_____. O porto de Paranaguá em 1822. **Boletim do Departamento de História**. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História. Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Curitiba. n.19, p. 37-43, 1972.

_____. Situação da Pós-Graduação em História. **Comunicação apresentada na XXVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**. Brasília, p. 407-420, jul. 1976.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro Machado; BALHANA, Altiva Pilatti. L'immigration au Brésil de la fin du XVIII siècle à nos jours, Paris, **CNRS**, 110-127, 1980.

_____. Um modelo de História Social: o de Gilberto Freyre. **Anais do Seminário de Tropicologia**, Recife, 1980. Massangana, 1983, p. 232-247.

_____. Fernand Braudel: Teoria e Metodologia. **Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Anais da II Reunião** - São Paulo. 1983. p.161-174.

_____. Historiografia paranaense. **Revista do IHGB**, Brasília/Rio de Janeiro, n. 343, p. 105-126, abr./jun. 1984.

_____. Apresentação. Mesa-redonda: Historiografias regionais. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), IV, 1984, Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: SBPH, p. 51-52, 1985.

_____. Lições de Gilberto Freyre aos historiadores. **Cia & Tróp.** Recife, 15 (2), p. 225-230. jul. dez. 1987.

WESTPHALEN apud. **Memória de David.** Direção: Berenice Mendes. Produção de Fernando Morini. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1988. 1 DVD.

WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiya Pilatti. **Raízes Luso-Africanas da População Paranaense. População no Mundo de Expressão Portuguesa.** I Colóquio Internacional. 12 a 15 de outubro de 1988. Fundação Joaquim Nabuco. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. 1-20. Biblioteca ISCSP-ULISBOA. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa. Portugal.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiya Pilatti. **Ocupação do Paraná.** Série Cadernos de Migração. V. 3. 1988.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Historiografia paranaense. **Revista do IHGB**, Brasília/Rio de Janeiro, n. 343, p. 105-126, abr./jun. 1984.

_____. **Universidade Federal do Paraná: 75 anos.** Curitiba, SBPH-PR, 1987.

_____. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná – 50 anos.** Curitiba, SBPH-PR, 1988.

_____. **O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas.** Curitiba. CD Editora, 1995. 99p.

_____. Origens e fundação de Curitiba. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins.** v. 21. n. 105. jun. 1995.

_____. “Afim, existiu ou não regime escravo no Paraná?”. **Revista da SBPH**, nº 13: 25-63, 1997.

_____. **Porto de Paranaguá, um sedutor.** Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura, 1998. 608 p.

WESTPHALEN, Cecília M. et. al. “Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964 [registrando sua constituição em princípios de maio de 1959]”. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 50, n. 1, p. 285-315, 2009.

VERBETES

Altiya Pilatti Balhana (1928-2009). In: MACHADO, Daiane Vaz. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://historiografia.com.br/ind/331>. Acesso em jan. 2026.

Ana Maria de Oliveira Burmester. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/562>. Acesso em mar. 2026.

Beatriz Pellizzetti (1930-2023). Associação dos escritores do Alto Vale do Itajaí. Disponível em: <https://escritoresderiodosul.com.br/post-escritores/beatriz-pellizzetti-lolla-2/>. Acesso em ago. 2022;

Bento Munhoz da Rocha Neto. In: PANTOJA, Silvia. CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/ACERVO/DICIONARIOS/VERBETE-BIOGRAFICO/BENTO-MUNHOZ-DA-ROCHA-NETO>. Acesso em dez. De 2023.

Brasil Pinheiro Machado (1907-1997). Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://historiografia.com.br/ind/560>. Acesso em jan. 2026.

Cecília Maria Westphalen (1927-2004). In: MACHADO, Daiane Vaiz. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://historiografia.com.br/ind/41>. Acesso jan. 2026.

Edilberto Trevisan (1923-2010). Cadeiran n. 26 (2º Ocupante). Disponível em: <https://academiaparanaensedeletras.com.br/?s=edilberto+trevisan>. Acesso em jan. 2026.

Edwino Donato Tempiski (1913-1995). Cadeira n. 33 (3º Ocupante). Disponível em: https://academiaparanaensedeletras.com.br/cadeira-33/cadeira-33-3_o-ocupante/. Acesso em dez. 2023.

Ernesto Luiz de Oliveira (1874-1938). Membro Fundador da Cadeira 23 da Academia Paranaense de Letras. Disponível em: <https://academiaparanaensedeletras.com.br/cadeira-23/cadeira-23-fundador/>. Acesso em dez. 2025.

Francisco de Paula Dias Negrão (1871-1937). Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Documentos-HistoricosBoletins-do-Arquivo-Municipal-de-Curitiba>. Acesso em jan. 2026.

Helena Isabel Mueller. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/1796>. Acesso mar. 2026.

Jayme Antonio Cardoso. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/563>. Acesso em mar. 2026.

José Antônio Fernandes Cadilhe (1881-1942). Membro Fundador da Cadeira 39 da Academia Paranaense de Letras. Disponível em: <https://academiaparanaensedeletras.com.br/cadeira-39/cadeira-39-fundador/>. Acesso em dez. 2025.

Luís Carlos Pereira Tourinho. CEPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-carlos-pereira-tourinho>. Acesso em jan. 2026.

Márcia Elisa de Campos Graf. In: MACHADO, Daiane Vaz. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/395>. Acesso jan. 2026. qua

Márcia Teresinha Andreatta Dalledone. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/804>. Acesso em mar. 2026.

Maria Ignês Mancini de Boni. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/567>. Acesso em mar. 2026.

Maria Lourdes Ritter. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/728>. Acesso dez. 2025.

Marília Souza do Valle. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/591>. Acesso mar. 2026.

Mariza Budant Schaaf. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/572>. Acesso mar. 2026.

Newton Isaac da Silva Carneiro (1914-1987). CEPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CEPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/newton-isaac-da-silva-carneiro>. Acesso em jan. 2026.

Nilo Cairo da Silva. Disponível em: <https://www.curitibahistorica.com.br/pioneiros/23/nilo-cairo>. Acesso em dez. 2025.

Odah Regina Guimarães Costa. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/580>. Acesso em jan. 2026.

Oksana Olga Boruszenko (1939-2020). Autora do Verbetes: Daiane Vaiz Machado. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/558>. Acesso mar. 2026.

Ruy Christovam Wachowicz (1936–2000). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ruy_Christovam_Wachowicz. Acesso em jan. 2026.

Túlio Vargas (1929-2008). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131607/biografia>. Acesso jan. 2026.

Vicente Machado da Silva Lima (1860–1907). CEPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MACHADO,%20Vicente.pdf>. Acesso dez. 2025.